

*reunião de artigos*

**CULTURAS**

**2019**

**A CULTURA DO SER E O  
SER DA CULTURA:  
CONTEXTOS, FORMAS DE  
PRODUÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
NA AMÉRICA LATINA**

**ME. BRUNO CÉSAR ALVES MARCELINO  
DRA. CRISTIANE DAMBRÓS  
ME. RAFAEL HENRIQUE CRUZ DE SOUSA**

*[Página intencionalmente deixada em branco]*

**Bruno César Alves Marcelino**  
**Cristiane Dambrós**  
**Rafael Henrique Cruz de Sousa**  
**(Org.)**

**A cultura do ser e o ser da  
cultura: contextos, formas de  
produção e desenvolvimento  
social na América Latina**  
Reunião de artigos do Culturas 2019

1ª Edição

Foz do Iguaçu  
CLAEC  
2019

© 2019, Editora CLAEC.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

**Editoração e diagramação:** ISABELA ROCCO (isabelarocco@claec.org).

**Capa:** Isabela Rocco.

**Fotografias:** Mauricio Thomsen via Pexels.

ISBN: 978-65-86746-03-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B8367

A cultura do ser e o ser da cultura: contextos, formas de produção e desenvolvimento social na América Latina [livro eletrônico]: reunião de artigos do Culturas 2019 / Bruno César Alves Marcelino; Cristiane Dambrós; Rafael Henrique Cruz de Sousa (Organizadores). 1. ed.- Foz do Iguaçu: Editora CLAEC, 2019. 420 p.

PDF - EBOOK

ISBN: 978-65-86746-03-7

1. Ciências Humanas 2. Ciências Sociais

CDU 303 CDD 300

**Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, incluindo a adequação técnica e linguística.**

## ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

### Comitê Organizador:

Me. Bruno César Alves Marcelino (Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura)

Dra. Cristiane Dambrós (Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura)

Me. Rafael Henrique Cruz de Sousa (Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura)

Site: [claec.org/culturas/2019/](http://claec.org/culturas/2019/)

### Realização:

Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC)

### Como referenciar o trabalho (conforme ficha catalográfica)

SOBRENOME, Nome. Título. In: MARCELINO, Bruno César Alves. Et al. *A cultura do ser e o ser da cultura: contextos, formas de produção e desenvolvimento social na América Latina - reunião de artigos do Culturas 2019*. Foz do Iguaçu: Editora CLAEC, 2019. p. x-x.

## COMITÊ CIENTÍFICO PERMANENTE:

Dra. Cristiane Dambrós (Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura) –  
Presidenta

Dra. Laura Janaína Dias Amato  
(Universidade Federal da Integração  
Latino-Americana)

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán  
(Universidad Veracruzana – México)

Dra. Ludmila de Lima Brandão  
(Universidade Federal de Mato Grosso)

Dra. Betania Maciel (Universidade Federal  
de Pernambuco)

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo  
(Universidad de Guadalajara – México)

Dr. Daniel Levine (University of Michigan  
– Estados Unidos)

Dra. Marie Laure Geoffray (Université  
Sorbonne Nouvelle – Paris 3 – França)

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes  
(Universidade Estadual do Oeste do Paraná)

Dra. Sandra Catalina Valdettaro  
(Universidad Nacional de Rosário –  
Argentina)

Dr. Djalma Thürler (Universidade Federal  
da Bahia)

Dra. Senilde Alcântara Guanaes  
(Universidade Federal da Integração  
Latino-Americana)

Dr. Fabricio Pereira da Silva (Universidade  
Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Dra. Susana Dominzaín (Universidad de la  
República – Uruguai)

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues  
(Universidade Federal de Mato Grosso)

Dra. Suzana Ferreira Paulino (Universidade  
Federal Rural de Pernambuco)

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes  
(Universidade Federal Fluminense)

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo  
(Universidad Andina Simón Bolívar –  
Ecuador)

Dr. José Serafim Bertoloto (Universidade  
de Cuiabá)

# #Culturas 2019



Centro Latino-Americano  
de Estudos em Cultura  
CNPJ Nº 13.448.301/0001-24 |  
OSCIP/MJ Nº 08071.003994/2015-89  
Rua Vila Velha, 63 |  
Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

# Sobre o CLAEC

O Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC) tem como objetivo central a realização de estudos e análises de ações, projetos, programas e políticas desenvolvidas na área da cultura entre os países que integram a América Latina.

Também buscamos atuar como promotores de ações geradoras de conhecimento e experiência, por meio da elaboração e execução de projetos voltados para a promoção, expansão e difusão de políticas socioculturais, tendo como foco a diversidade social e cultural existente na América Latina.

Pretendemos atuar junto à esfera pública, sociedade civil organizada e setor privado, em soluções para questões como a democratização dos bens culturais e do acesso à cultura.

Conheça nossas plataformas de trabalho e torne-se um/a pesquisador/a associado/a ou colaborador/a.

Fale conosco pelo [[contato@claec.org](mailto:contato@claec.org)]

# SUMÁRIO

Os Moradores de Rua como Contrafluxo à Espetaculariza- ção das Cidades	1
Arte-mediação: proposta outra para pensar mediação “cultu- ral” no ensino de Arte	8
Utilização de Táticas por Saco- leiros no Contrabando e Desca- minho em Foz do Iguaçu/CDE	24
Conhecendo Ciudad del Este: O Outro Lado da Fronteira	34
PráxisCWB 2019: live-installation em Curitiba	43
CONSIDERAÇÕES SOCIO-E- COLÓGICAS ENTRE A ILHA DE PÁSCOA E A SOCIEDADE ATUAL: baseado no livro “Co- lapso” de Jared Diamond.	49
Português Língua Estrangei- ra/Adicional (PLE/PLA) e o Programa Idiomas sem Fron- teiras	61

A literatura em tempos midiáticos– uma análise a partir da obra “O show do eu”	73
Ixpiaí nossa dgente sacudida no cinema	86
O governador mata-mendigos: o periódico Última Hora contra Carlos Lacerda em 1963	98
Afiliação geográfica como possível preditor de comportamentos de multitarefa	118
A identidade da mulher no RAP “Padrão” (2018) de Pig: contribuições para uma cultura feminina emancipadora	129
Invenção da América e colonialidade do poder: a conformação de um primitivo Novo Mundo	151
“E então só ficam as histórias...”	160

Miss Gay – Construindo imaginários sobre a cidade de Juiz de Fora - MG	174
#Culturas – #Fronteiras – #Imigrações – #Arte: ações, reações e atravessamentos da contemporaneidade	183
Globalização, Mobilidade e Trabalho na Rota do Turismo Popular	208
Direito e desobediência em Clarice Lispector: novos olhares ao direito brasileiro	234
A Pintura de João Sebastião da Costa: a iconografia no espaço sagrado e profano	243
Memórias e documentos do povo Guarani Paranaense na construção da Itaipu	258
Mulheres em vulnerabilidade social e a construção de novos saberes	269

Cultura afetiva: a construção do ser brincante no contexto urbano externo	283
Território extinto: análise dos discursos e práticas Guarani sobre as terras tragadas por Itaipu Binacional	298
Introdução à cultura surda e a importância da aprendizagem de Libras	314
Brincadeira cama-de-gato: lembranças afetivas enlaçadas da cultura brasileira indígena	324
O reconhecimento da terra quilombola e o patrimônio cultural: o caso do Distrito do Maruanum-AP	338
Cultura e a filosofia ceramista das louceiras do Maruanum-Amapá	348

Influências da FUNAI e da ITAIPU nas desapropriações dos Indígenas Avá-Guarani – 1981	357
Sarambipá: esparramos, resistência e rearticulação Guarani na recuperação do Tekoha Guasu extinto pela Itaipu Binacional	369
Territorialidades indígenas: Paiacú e Caboré na Ribeira do Apodi	386
IMIGRANTES ITALIANOS NO INTERIOR DE SÃO PAULO (1895 - 1925): UMA HISTÓRIA DE SOCIALIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO EM NOVOS PADRÕES CULTURAIS E IDENTITÁRIOS DO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX	399

## Os Moradores de Rua como Contrafluxo à Espetacularização das Cidades

### *Los Habitantes de Calle como Contraflujo para la Espectacularización de las Ciudades*

Dr. Juliano Batista dos Santos<sup>1</sup>

Dr. José Serafim Bertoloto<sup>2</sup>

#### Resumo

Do início da modernidade aos dias atuais as cidades ganharam e ainda ganham formas que visam tornar seus espaços públicos em não-lugares, isto é, locais em que os habitantes não podem ocupá-los, mas apenas transitar por eles. O problema é que a diminuição da participação dos sujeitos provoca o empobrecimento da vida social fazendo desaparecer os benefícios que dela emergem: relações, memórias e identidades. Como contraponto às espetacularizações das cidades, surgiram os movimentos de flâneria, deambulação e deriva. Fora deles, há os errantes urbanos, cidadãos que subvertem a produção racionalizada da cidade, em especial os moradores de rua que, ao ocuparem os espaços públicos, resgatam a relação entre o corpo urbano e o corpo do cidadão – uma corpografia.

**Palavras-chave:** Cidade; Espetacularização; Contrafluxo; Errantes Urbanos; Moradores de Rua.

#### Resumen

Desde el inicio de la modernidad a la actualidad las ciudades ganaron y aún ganan formas destinadas a convertir sus espacios públicos en no-lugares, es decir, locales que los habitantes no pueden ocupar, sino sólo transitar por ellos. El problema es que la disminución de la participación de los sujetos provoca el empobrecimiento de la vida social haciendo desaparecer los beneficios que de ella emergen: relaciones, memorias e identidades. Como contrapunto a las espectacularizaciones de las ciudades, surgieron los movimientos de flânerie, deambulación y deriva. Aparte de estos, están los errantes urbanos, especialmente los habitantes de calle que, al ocupar los espacios públicos, rescatan la relación entre el cuerpo urbano y el cuerpo del ciudadano – una corpografía.

**Palabras clave:** Ciudad; Espectacularización; Contraflujo; Errantes Urbanos; Habitantes de calle.

## 1. Introdução

Dialética, palavra de origem grega, é comumente entendida como a arte do diálogo, do debate, da persuasão. Em um sentido mais estrito pode ser tomada como raciocínio; não como qualquer raciocínio, mas como pensamento que admite a possibilidade de seres e/ou ideias

---

<sup>1</sup> Doutor e Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Docente de Filosofia do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. E-mail: [julianojbs@gmail.com](mailto:julianojbs@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Titular do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade de Cuiabá (UNIC) e Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. E-mail: [serafim.bertoloto@gmail.com](mailto:serafim.bertoloto@gmail.com)

opostas e incompatíveis virem a existir em um mesmo tempo e espaço como uma unidade da multiplicidade.

A concepção ocidental de dialética nasceu na Grécia Antiga. Seu primeiro pensador foi o *physiólogo* pré-socrático Heráclito de Éfeso que viveu no final do século VI a.C. A princípio, sua dialética estava voltada para pensar somente os elementos naturais e contrários que compõem a ordem do Universo. Posteriormente, sofistas e filósofos ampliaram a definição de dialética dando-lhe outras aplicações. Como consequência, a dialética deixou de se restringir a compreensão do *cosmos*, estendendo-se para questões próprias do *antropos*.

Nos séculos seguintes, a dialética continuou a ser reinterpretada, sem ser reduzida a um significado unívoco. Para Abbagnano (2007, p. 269), apesar da pluralidade de conceitos sobre a dialética, quatro são as suas definições fundamentais: como método da divisão, como lógica do provável, como lógica e como síntese dos opostos. “Esses quatro conceitos têm origem nas quatro doutrinas que mais influenciaram a história desse termo, mais precisamente a doutrina platônica, a aristotélica, a estoica e a hegeliana”.

A dialética que aqui me interessa é a hegeliana. Nela, a tensão entre opostos, pensada por Heráclito, ganhou em Friedrich Hegel, por influência de Proclo Lício, filósofo neoplatônico do séc. V d.C., um terceiro momento: “o retorno ou a conversão do ser derivado à sua causa originária” (ABBAGNANO, 2007, p. 273), consubstanciado na tríade: tese, antítese e síntese; ou sujeito, objeto e absoluto; ou ser, não-ser e devir.

Em Hegel (1992), é graças a essa tríade que novas *gnose*s se revelam ao intelecto, por isso minha opção em utilizá-la como método de abordagem para falar não só da oposição entre cidade moderna e seus cidadãos, como também da tensão entre os projetos urbanos racionalizados e o modo qualificado (ou subversivo) de apropriação dos espaços públicos (CERTEAU, 1998), possível somente por meio das práticas de errâncias urbanas (JACQUES, 2012a) materializadas no ato de andar, caminhar, perambular sem rumo pela cidade; um *delirium ambulatorium* como diz Oiticica (1989).

## 2. Errâncias Urbanas: contrafluxos às espetacularizações das cidades

A Revolução Industrial levou os homens a um modo de vida até então desconhecido. Transformações técnicas dos meios de produção e a descoberta de novas fontes de energia trouxeram (e consolidaram) um novo modelo econômico: o capitalismo que, por exigir mão de obra abundante, arrastou para as cidades milhares de pessoas que viviam no campo criando outras e novas formas de relações, tanto entre homens como entre eles e as cidades.

Como consequência, do êxodo rural, tem-se um inchaço populacional das cidades que se tornaram polos industriais. Para solução do problema muitos urbanistas propuseram como modelo de cidade, a cidade moderna, em oposição à cidade antiga que, na época, se mostrou incapaz de responder às novas necessidades, em especial a higienização física e social das ruas que acumulavam dejetos e indivíduos indesejáveis, respectivamente.

Pensar a cidade e suas implicações não é um desafio novo. Da Grécia Antiga, passando por Roma até chegarmos ao Renascimento, verificamos reflexões do gênero; cada qual com suas particularidades, mas todas com algo em comum: a preocupação em transformar as ruas em local de união entre o público e o privado, quer dizer, um espaço em que não há separação entre as ruas, as demais construções e seus habitantes – característica essencial das cidades antigas.

A questão é que ao longo dos séculos, ter em conta a existência das ruas e seus usos na elaboração de projetos arquitetônicos foi perdendo importância entre os urbanistas, vindo, no séc. XIX, a ser totalmente ignorada na ideia de cidade moderna que, ao associar “o espaço ao movimento e ao tempo” (GONSALES, 2005, p. 3), deixou de enxergar a rua como lugar para estar ou habitar, e passou a considerá-la tão somente como espaço de trânsito, de passagem; um não-lugar como diria Marc Augé (2001).

Materializar a ideia de espaço-passagem torna-se, entre os urbanistas, a chave às soluções dos problemas das cidades, especialmente as abarrotadas pela migração campo-cidade. Eliminar a lentidão no corpo urbano, acelerar os corpos dos cidadãos, criar espaços públicos impossíveis de serem ocupados, construir conjuntos habitacionais para atender as demandas, são algumas das muitas propostas de intervenções que, dependendo de cada caso, poderiam ser executadas dos seguintes modos: conciliando, associando e/ou substituindo o antigo pelo novo, o lento pelo rápido, o ultrapassado pelo inovador.

Independentemente do modo de intervenção, ao anular a importância das ruas nos projetos urbanos, os arquitetos trouxeram uma consequência devastadora aos habitantes das cidades: a “diminuição da participação popular, mas também da própria experiência física urbana enquanto prática cotidiana, estética ou artística” (JACQUES, 2005, p. 16), fazendo nascer, pela primeira vez na história, o que Guy-Ernest Debord (2003) chamou de sociedade do espetáculo, algo possível de se concretizar apenas nos lugares de economia liberal.

Para Jacques (2005, p. 21), a história do campo disciplinar e prática profissional do urbanismo, responsável por pensar a espetacularização das cidades, passou por três períodos que, apesar de distintos, se sobrepõem: “a modernização das cidades, de meados e final do século XIX até início do século XX; as vanguardas modernas e o movimento moderno [...] dos anos 1910-20 até 1959; e o que chamamos de modernismo (moderno tardio), do pós-guerra até os anos 1970”.

Para cada um desses períodos foi criado um movimento de oposição, de contestação, de contrafluxo às grandes reformas: flanâncias (de meados e final do séc. XIX até o início do séc. XX), deambulações (de 1910 aos anos 30) e derivas (de 1950 aos anos 60). O primeiro movimento corresponde principalmente à criação da figura do *flâneur*, o segundo às ações dos dadaístas e surrealistas, e o último às críticas radicais dos situacionistas às separações de funções dos espaços (JACQUES, 2012b).

Conceitualmente, mais por razões históricas do que epistemológicas, os três movimentos de errar propositalmente pela cidade são ligeiramente distintos, embora possuam uma mesma finalidade: colocar em xeque os planos de espetacularização das cidades; planos cujas propostas de intervenção se modificaram ao longo de décadas sem, contudo, alterar o paradigma central da modernidade: tornar o local global, o particular universal, o diferente igual, o estranho normal.

Na sociedade do espetáculo sempre se almejou eliminar por completo qualquer tipo de ocupação dos espaços públicos urbanos, por isso o esforço para transformar as cidades em imagens, em cenários minuciosamente planejados para se olhar apenas. A consequência mais grave, da redução da participação popular nas cidades contemporâneas, é a perda do que as tornam únicas, diferentes umas das outras: a memória da cultura local, sua corporeidade, fruto da relação entre o corpo urbano e o corpo do cidadão – uma corpografia.

Quando não se pratica o espaço, qualquer espaço, ele se transforma em um não-lugar (AUGÉ, 2001). Foi exatamente o que aconteceu com as cidades que receberam a intervenção dos urbanistas. Elas se transformaram em uma não-cidade, um lugar para não estar, algo

apenas para se ver de fora, de longe e de cima, como um mapa; distanciamento que causou o empobrecimento da vida coletiva e social, fazendo desaparecer os benefícios que delas emergiam: relações, memórias e identidades. Em seus lugares apenas um imenso vazio, uma história que se encerrou, uma cidade que se descorporificou.

O corpo do cidadão e sua subjetividade ficaram isolados. Suas potencialidades quase desapareceram. O que restou foi somente uma fâsca de desejo de vida; um antídoto à espetacularização urbana nas formas de errâncias individuais e coletivas de apropriação dos espaços públicos da cidade; errâncias que não podem ser confundidas com um método, pois o errante não quer racionalizar o seu caminhar, delimitar o seu percurso e nem definir o seu trajeto. O que ele quer é se perder no corpo urbano, se deixar afetar pela vida da e na cidade; mas não só. Ele também quer imprimir em sua memória o que os sentidos captam, bem como afastar de si a rotina que o cega ao novo.

Deixar-se errar é a ação indispensável para a recuperação da unidade entre sujeito e cidade, como é também a única maneira de no cotidiano subverter a produção racionalizada do espaço; subversão que ocorre ou por ocupação de espaços destinados ao movimento, ou por suas formas de usos. No primeiro caso, ela se realiza pela inércia ou lentidão; no segundo, por bricolagem e/ou adaptação (no sentido de subversão).

Acontece que as práticas de errâncias não são apenas poéticas (ou voluntárias), elas também podem ser ordinárias (ou involuntárias). Na primeira, a motivação à errância é interior: ideológica. Na segunda, a motivação é exterior: econômica. Dito de outro modo: a subversão, quando voluntária, opera poeticamente, o que permite artistas, escritores, pensadores e pesquisadores criarem movimentos que, intencionalmente, buscaram (e ainda buscam) contestar políticas de espetacularização das cidades. Já quando involuntária, a subversão opera como dispositivo de resistência às exclusões sociais, criando assim alternativas escusas de sobrevivência como, por exemplo, mendicância, prostituição e comércio informal.

Na atualidade, as errâncias voluntárias deixaram de representar movimentos específicos de oposição às espetacularizações das cidades logotipo para se tornarem referenciais histórico-pedagógicos de subversões a serem praticados por qualquer um que deseja valorizar a alteridade (ou o outro urbano) e, quem sabe assim, conseguir escapar, mesmo que só por alguns instantes, da vigilância e do controle.

Nenhuma das errâncias voluntárias faz parte da vida real e cotidiana de seus praticantes. Elas são ferramentas de uso esporádico, ou como diria Gilberto Velho (1995), de sensibilidade etnográfica, de estranhamento do exótico e do familiar. A opção por empregar qualquer uma delas (ou mesmo todas) dependerá do esclarecimento de seus conceitos e das variáveis envolvidas no *thelos* da ação: as intencionalidades do errante. O que torna a escolha de uma e/ou outra totalmente subjetiva.

Cada ação errante voluntária possui suas próprias particularidades, podendo variar de uma para outra, não só em tipos (flanância, deambulação e deriva) como também em si mesmas (planejada ou não planejada). Entretanto, para serem consideradas errâncias, todas elas devem possuir três características fundamentais: desorientação, lentidão e corporificação. Propriedades que, mesmo distintas, se somam para o sucesso na experiência de errar pela cidade como forma de conhecê-la, tanto em relação aos seus espaços públicos quanto ao modo como ela é praticada pelos seus habitantes.

Ao contrário das errâncias voluntárias, as errâncias involuntárias não se separam do cotidiano, da experiência urbana ordinária, ao ponto de se confundirem com a própria vida do

errante. Outra diferença é que as errâncias involuntárias não se reduzem a tipos, o que exige de quem pretende compreendê-las, observá-las separadamente, caso a caso, e de preferência sem o uso de arquétipos. De resto, nelas o errar não é intencional e nem uma ferramenta de apreensão da outridade urbana, mas um meio para outro fim: adaptação às exclusões, principalmente a social e a econômica.

Seus praticantes, que não são poucos, sempre existiram nas sociedades complexas; geralmente às suas margens (PAIS, 2002). Condição que os levaram, em alguma medida, a se apropriarem dos espaços públicos urbanos. Hodiernamente, podemos citar como potenciais errantes ordinários os indivíduos que pertencem aos seguintes grupos sociais: moradores de rua, prostitutas, ambulantes, *hippies*, artistas de rua, entre outros.

No pensamento de Maffesoli (1998), cada um desses grupos é considerado uma tribo urbana, ou melhor, uma neotribo. Significa que entre seus pares existe a identificação de símbolos comuns, o que não implica, quando na presença física uns dos outros, relações entre seus membros, uma vez que na pós-modernidade o sentimento de pertença se dá virtualmente (LAZZARATO, 2006).

Com exceção das pessoas em situação de rua, em nenhum outro grupo urbano, a qualidade de errante se estende a todos os seus pares, pois a errância é exclusiva daqueles que praticam a cidade. Nos demais casos, as ações dos sujeitos devem ser avaliadas individualmente se se quer descobrir se é errância ou não.

Segundo Certeau (1998, p. 171), os errantes involuntários são “os praticantes ordinários da cidade”, uma vez que são os que mais a experimentam. É exatamente por isso que eles são considerados os protagonistas da vida urbana contemporânea; os principais responsáveis por transformar cenários em palcos, isto é, em espaços de trocas, conflitos e encontros que resgatam, na unidade entre o público e o privado, o componente mais fundamental da corporeidade: as ruas.

Mesmo que não intencional, eles são a linha de frente contra os projetos de espetacularização das cidades, pois são os primeiros a serem afetados pela assepsia social e pela gentrificação que expulsam os mais vulneráveis dos espaços públicos urbanos que se pretendem destinar exclusivamente como passagem, transformando os habitantes locais em meros figurantes.

Não é à toa que, para escapar dessa vigilância e controle, os errantes ordinários, em especial os moradores de rua, errantes em tempo integral, por meio das artes de fazer, criam linhas de fuga alternativas, revelando diferentes maneiras de tornar o lugar praticado. Artimanhas sutis que operam nos espaços das urbes como contrafluxo a ideia de cidade-logotipo. Exemplos de subversões que pretendemos trazer à tona, de modo a revelar e esclarecer que as cidades, em seu cotidiano e dia a dia, têm um uso e lógica que escapam ao controle e planejamento dos urbanistas; um uso que não é ditado por arquitetos, mas por seus usuários.

### 3. Conclusão

Arquitetos e urbanistas modernos, apoiados nas concepções de universalidade, buscaram e ainda buscam transformar os espaços públicos urbanos em cenários capazes de impedir quaisquer possibilidades de relação entre as cidades e seus habitantes. Para tanto, se preocupam em elaborar projetos cujo intuito principal é colocar todos os sujeitos em movimento e, preferencialmente, em movimentos rápidos e incessantes.

Para escapar à aceleração impostas aos corpos nas cidades modernas, é preciso se opor aos deslocamentos vazios e sem afetos. Uma saída possível é imitar um hábito muito comum entre os moradores de rua: caminhar lentamente pelos espaços públicos urbanos. Afinal, viver a cidade é diferente de viver na cidade.

### Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2001. (Coleção Travessia do Século.).

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEBORD, Guy-Ernest. *A sociedade do espetáculo*. Paráfrase em português do Brasil: Raiton Sousa Guedes, Coletivo Periferia. [S.I.]: eBooksBrasil.com, 2003. 169 p. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2019.

GONSALES, Célia Helena Castro. Cidade moderna sobre cidade tradicional: movimento e expansão – parte 2. *Arquitextos*, São Paulo, ano 05, n. 059.04, Vitruvius, abr. 2005.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. Trad. Paulo Meneses. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012a.

\_\_\_\_\_. Experiência errática. *Redobra*, Salvador, ano 3, n. 9, 2012b.

\_\_\_\_\_. Errâncias Urbanas: a arte de andar pela cidade. *Arqtexto*, Porto Alegre, n.7, p. 16-25, jan./jun. 2005.

LAZZARATO, Maurício. Os conceitos de vida e do vivo nas sociedades de controle. In: \_\_\_\_\_. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 59-94. (A Política no Império.).

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

OITICICA, Hélio. *Aspiro ao grande labirinto*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

PAIS, José Machado. *Sociologia da vida quotidiana: teorias, método e estudos de caso*. Lisboa-Portugal: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e modernidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 227-234, 1995.

## Arte-mediação: proposta *outra* para pensar mediação “cultural” no ensino de Arte<sup>3</sup>

*Arte-mediación: otra propuesta para pensar mediación "cultural" en el  
enseño del Arte*

Kelly Queiroz dos Santos<sup>4</sup>

Marcos Antônio Bessa-Oliveira<sup>5</sup>

### Resumo

Este trabalho deseja (re)verificar os conceitos já estabelecidos de Mediação “Cultural” – aqui entre aspas por estar em processo de (re)verificação – por pesquisadores de diversas áreas: teatro, dança e artes visuais. Esta necessidade surge ao entender que não é possível mediar culturas, mas o que se dá é uma troca de conhecimentos culturais, e a proposta aqui entendida de Arte-mediação se refere, em primeira instância, à criação de abordagens epistemológicas artístico-pedagógicas que visam à aproximação entre artista e espectador. A Arte-mediação aqui apresentada deseja também ir além do objetivo da aproximação do sujeito-estudante das obras artísticas e de sensibilização prévia para a apreciação de uma Obra de Arte. Busca-se uma Arte-mediação no ensino de Arte entre estudante, professor e conteúdo escolar, mas também aproximar os estudantes de artistas e suas produções. Para (re)verificar a mediação “cultural” faz-se necessário discutir epistemologicamente os conceitos de Arte, Cultura, Educação e Conhecimento, utilizando-se, principalmente, de autores de perspectiva descolonial, para construir um pensamento *outro* sobre os conceitos em discussão, indo além dos já estabelecidos, mesmo que no imaginário social, pela colonialidade. Desejamos compreender a arte, a cultura, educação, os conhecimentos e a mediação por uma perspectiva teórico-crítica cultural contemporânea, ancorada na ideia de que todo sujeito, lugar e narrativa fazem emergir conhecimento, utilizando uma abordagem bibliográfica que dialoga com as experiências em mediação da autora.

Palavras-Chave: Arte; Cultura; Educação; Mediação

### Resumen

---

<sup>3</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019. Este artigo é recorte de uma pesquisa de Mestrado que estou desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Educação (PROFEDUC) na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Unidade Universitária de Campo Grande – MS.

<sup>4</sup> Licenciada em Artes Cênicas e Dança, Mestranda em Educação; Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil; [kellyq.santos@gmail.com](mailto:kellyq.santos@gmail.com).

<sup>5</sup> Doutor em Artes Visuais (Fundamentos Teóricos); NAV(r)E/UEMS – Curso de Artes Cênicas-Licenciatura e PROFEDUC; Campo Grande, Mato Grosso do Sul - Brasil; [marcosbessa2001@gmail.com](mailto:marcosbessa2001@gmail.com).

Este trabalho tiene como objetivo (re) verificar los conceptos establecidos de Mediación "Cultural", aquí entre comillas porque está en proceso de (re) verificación, por investigadores de diversas áreas: teatro, danza y artes visuales. Esta necesidad surge cuando entendemos que no es posible mediar en las culturas, pero lo que sucede es un intercambio de conocimientos culturales, y la propuesta aquí entendida de Arte-mediación se refiere, en primer lugar, a la creación de enfoques epistemológicos artístico-pedagógicos dirigidos al acercamiento entre artista y espectador. La Arte-mediación que aquí se presenta también desea ir más allá del objetivo del enfoque de la asignatura del estudiante a las obras artísticas y el conocimiento previo de la apreciación de una obra de arte. Busca una Arte-mediación en la enseñanza del arte entre alumnos, profesores y contenido escolar, pero también acerca a los artistas y sus producciones. Para (re) verificar la mediación "cultural", es necesario discutir epistemológicamente los conceptos de Arte, Cultura, Educación y Conocimiento, utilizando, principalmente, autores desde una perspectiva decolonial, para construir *outro* pensamiento sobre los conceptos en discusión. Yendo más allá de lo establecido, incluso en la imaginación social, por la colonialidad. Deseamos entender el arte, la cultura, la educación, el conocimiento y la mediación desde una perspectiva cultural-teórica contemporánea, anclados en la idea de que cada sujeto, lugar y narrativa surgen conocimiento, utilizando un enfoque bibliográfico que dialoga con experiencias en la mediación del autor.

Palabras claves: Arte; Cultura; Educación; Mediación.

### **Sobre a Arte-mediação e as (re)verificações**

Este trabalho, a partir de uma perspectiva e descolonial, deseja desenvolver uma proposta de Arte-mediação a partir de pesquisas, produções e experiências da autora em mediação cultural, com o objetivo de aproximar e facilitar a relação social entre os sujeitos da educação e o ensino-aprendizagem de Arte. A proposta surge ao refletir sobre a situação em que o ensino de Arte hoje se encontra e como está posta a relação entre esses sujeitos e a educação.

Encontramos referenciais para a educação apenas pautados na História da Arte, conteúdo baseado na modernidade/colonialidade e pelo eurocentrismo. A História da Arte contada, ensinada e reproduzida há anos na Educação Formal é a história da Europa, que não dialoga com a história da Arte do lugar onde o sujeito da educação está, como, por exemplo, o lócus de onde falo: Mato Grosso do Sul. Tal distanciamento com o conteúdo ministrado pelo professor acaba por distanciá-lo do estudante, que não se identifica com o tema e que, indireta ou diretamente, não se identifica com o professor, que em grande parte não está proporcionando diálogos entre ele, estudante e conteúdo.

A discussão acerca da Arte-mediação emerge do momento em que a autora deste apresenta como trabalho de conclusão de curso (TCC) em Artes Cênicas e Dança (2017), na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), o tema "Mediação cultural dialogando com a dança e a educação". Naquela pesquisa são apresentados os conceitos de

mediação cultural a partir de pesquisadores de diferentes linguagens artísticas, abordando da mediação cultural nas Artes Cênicas, sempre trazendo para a discussão de minhas experiências práticas, e também o caráter pedagógico da mediação cultural como possibilidade de trabalho no ensino de Arte, especificamente no ensino de Dança na educação formal, nos anos iniciais e finais, ao dialogar com os PCN's de Arte e a abordagem triangular de Ana Mae Barbosa que discute o ensino de Arte a partir das Artes Visuais.

Foi a partir da pesquisa de TCC e da participação como aluna especial na disciplina de Itinerários Culturais-2018 – cujo tema era “Arte Cultura e Educação na Formação Docente com perspectivas dos Estudos de Culturas” – no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional em Educação da UEMS, que surgiu a necessidade maior de (re)verificar o conceito de mediação cultural como está posta nas disciplinas. Esse desejo se dá ao entender que toda mediação está no campo cultural; pois todos os sujeitos são culturais, o que fez perceber tamanha complexidade que poderia ser “mediar culturas”<sup>6</sup>.

O caráter pedagógico da mediação “cultural” – aqui constando entre aspas pelo processo de (re)verificação do conceito que este trabalho quer propor – foi percebido durante minha primeira experiência como Arte-educadora no Festival do Teatro Brasileiro em 2014. Foram realizadas oficinas em escolas públicas de Campo Grande/MS para que os estudantes fossem apreciar um espetáculo teatral. Naquele momento, percebendo o que estava sendo reverberado nos estudantes, vi que aquela ação deveria se dar em outros momentos e na maior quantidade de escolas possíveis para que os estudantes pudessem ter a experiência da apreciação de obras artísticas, e assim seria feita também uma possível formação de público. Enquanto futura professora de Arte, sabia que isso deveria ser feito, principalmente, no ensino de Arte da Educação Formal.

Foi através das discussões e da percepção do caráter pedagógico da mediação que emergiu o desejo de (re)verificar também as relações já postas entre sujeitos e as demandas

---

<sup>6</sup> Apresenta-se essa complexidade ao entender que não se media culturas, o que acontece são trocas de conhecimentos. Mediar culturas parece evidenciar que uma é melhor ou menor que a outra e a proposta aqui de Arte-mediação refere-se a um lugar de troca de conhecimentos entre professores e estudantes, levando em consideração conteúdos, artistas e práticas culturais diferentes. Logo, aproximação daquilo que é desconhecido do estudante ao que é intrinsecamente seu e vice-versa, por exemplo, a fim de reforçar que tanto suas práticas culturais são importantes no contexto escolar como produção de conhecimentos, assim como o são as práticas de outras culturas sempre presentes na escola.

atuais do ensino de Arte, sendo eles: o professor, o estudante e o conteúdo escolar; entendendo que a então proposta de Arte-mediação pode apresentar uma reflexão *outra* mediada sobre essa relação, propondo uma aproximação entre os sujeitos envolvidos – professor e estudante – e o conteúdo escolar para além do que nos é apresentado cotidianamente por meio da exclusividade da historiografia da arte europeia.

Para apontar concretude de tal proposta aqui suscitada será necessário trazer para a discussão os conceitos até então apresentados na cultura escolar de Arte, Cultura, Educação, Conhecimento e Mediação a fim de (re)verificá-los. Será feita tal reflexão e discussão levando em consideração pesquisas de diferentes áreas e linguagens artísticas, para então propor a Arte-mediação para o ensino de Arte e, a partir de tais (re)verificações, apresentar pensamentos epistêmicos *outros* baseados em uma perspectiva descolonial.

Olhar para os conceitos de arte, cultura, educação, conhecimento e mediação cultural a partir da perspectiva descolonial me proporcionará olhares *outros* para além dos já estabelecidos e instaurados pela modernidade/colonialidade e pelo eurocentrismo. É urgente (re)verificar tais conceitos e as relações entre os sujeitos do ensino-aprendizagem em Arte e o conteúdo escolar a partir do colonizado, do subalterno, que não é reconhecido pela perspectiva eurocêntrica, promovendo todo sujeito como produtor de arte, cultura e conhecimento a partir das suas especificidades *biogeográficas* (BESSA-OLIVEIRA, 2017).

### **Arte-mediação: uma proposta de (re)verificações**

Esta pesquisa busca diversas (re)verificações epistemológicas acerca dos conceitos de Arte, Cultura, Educação, Conhecimento e Mediação a partir de uma perspectiva descolonial, objetivando um pensamento epistêmico *outro* de conceitos já postos e estabelecidos nas culturas ocidentais – em sua maioria – por um discurso eurocêntrico. Para contemplar esta proposta de reflexão, de (re)verificação<sup>7</sup> dos conceitos de mediação cultural, arte, cultura, educação e conhecimento, além das relações entre estudante, professor e conteúdo escolar, lanço mão, portanto, de epistemologias que estão pensando as culturas fora da imposição modernidade/colonialidade e pelo lócus enunciativo com exclusividade no eurocentrismo.

---

<sup>7</sup> Proponho o (re)verificar porque primeiro é preciso verificar o que já está estabelecido acerca dos conceitos propostos para então realizar uma reavaliação, apresentando olhares *outros* para os conceitos de arte, cultura, educação, conhecimento e mediação cultural baseados em uma perspectiva descolonial.

Já dentre os autores pesquisados para tratar do conceito de mediação cultural nas diferentes linguagens lanço mão de Flavio Desgranges, pesquisador do Teatro, citado por Glauber Gonçalves (2003, *apud*, ABREU, 2014, p. 61), ao dizer que “é considerado procedimento de mediação toda e qualquer ação que se interponha, situando-se no espaço existente entre palco e plateia, buscando possibilitar ou qualificar a relação do espectador com a obra teatro”. A ideia do autor sobre os procedimentos de mediação dialoga diretamente com a Arte-mediação, uma ação situada entre palco e plateia, ou seja, entre a Arte e o estudante, com o objetivo de aproximá-los, de proporcionar relações entre estudante e as aulas de Arte, automaticamente entre professor e conteúdos assim como o é o proposto entre artista e espectador na visão do autor.

Zina Filler (2015, p. 135), pesquisadora da Dança, afirma que “Estamos todos, o tempo todo, nas intersecções de uma complexa rede de conhecimentos, desejos, histórias passadas e presentes tentando construir narrativas e diálogos que criem sentidos para nós e para o contexto no qual estamos inseridos”. A autora diz isso ao fazer a distinção entre mediação natural e cultural, afirmando que a mediação cultural está “no campo da cultura e mais especificamente no campo da gestão cultural, ele (o processo de mediação) demanda planejamento, diferentes estratégias, olhar atento para o contexto, seu tempo e para as pessoas que por esta ‘paisagem’ transitam” (FILLER, 2015, p. 135).

E foi a partir da colocação de Zina Filler, da diferenciação entre mediação natural e cultural que surgiram diversas problemáticas acerca do conceito de mediação cultural, especialmente ao entender que todos os seres são culturais, então até a mediação feita por nossos pais e professores que acontece naturalmente é cultural. Logo, então, se media cultura? De que forma ainda é possível falarmos em mediar conhecimentos culturais sem ressaltar a superioridade de uma cultura em detrimento de outras?<sup>8</sup>

Foi percebido o caráter pedagógico da “mediação” desde minha primeira experiência, que aconteceu em parceria com o Festival do Teatro Brasileiro e escolas estaduais públicas de

---

<sup>8</sup> Essas questões se colocam levando em consideração que para mim as culturas são mediadas à medida que seja preciso proporcioná-las convivência. Ou seja, à medida que a mediação não ocorre, há guerras, uma sobrepõe-se às outras – opressor sobre oprimidos. Assim, entendo que a mediação tem um papel fundamental na escola, por exemplo, para proporcionar a equidade entre as construções culturais artísticas, especialmente, para demonstrar que são as diferentes histórias e geografias, igualmente sujeitos que precisam ser contemplados na disciplina de Arte para proporcionar interatividade (convivialidade) entre os membros da comunidade escolar.

Campo Grande/MS. Enquanto professora de Arte percebi que aquela era uma ação que deveria partir da escola, e mais especificamente, nas aulas de Arte, entendendo que a escola participa de grande parte da formação do sujeito.<sup>9</sup> E como professores de Arte poderíamos proporcionar aproximações entre os estudantes e os artistas, junto às suas produções artísticas, e principalmente de artistas locais. Para isso se faz relevante considerar noções acerca de conceitos e funções importantes a este processo.

Para (re)verificar o conceito de mediação cultural é preciso fazê-lo também com os conceitos de Arte, Cultura, Educação e Conhecimento. Ainda encontramos noções de tais conceitos respaldadas pela modernidade/colonialidade, por um discurso instaurado pelo eurocentrismo, de uma perspectiva de conhecimentos específicos “que se torna mundialmente hegemônico colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo” (QUIJANO, 2005, p. 126). Já o conceito de modernidade aqui mencionado e inspirado por Aníbal Quijano (2005, 2009) está arrolado, no mundo capitalista, como única racionalidade válida, pensada e imaginada como experiência e produto exclusivamente europeus, de onde eles se imaginaram e pensaram toda a espécie humana, e como difundiram e estabeleceram essa perspectiva única como hegemônica dentro do padrão de poder mundial.

A colonialidade é o elemento específico do poder capitalista, tem relação direta com o capitalismo e um de seus eixos fundamentais é a imposição de uma classificação racial/étnica da população como padrão. A partir da ideia de colonialidade/modernidade eurocêntrica, criou-se uma concepção de humanidade, onde a população foi dividida em superiores e inferiores, racionais e irracionais, modernos e tradicionais, civilizados e primitivos, os tão insistentes dualismos que perduram na contemporaneidade (QUIJANO, 2009).

O eurocentrismo está no imaginário social onde o sujeito colonizado produz conhecimento somente a partir de tal imaginário instaurado, fala de um lugar de subalterno, mas não o reconhece como *locus enunciativo*. Então fala e produz a partir do imaginário de colonizado, de um imaginário hegemônico, do imaginário do colonizador. Sendo assim, o

---

<sup>9</sup> Aqui estou retomando, ou fazendo retornar, a ideia da escola como espaço privilegiado para a construção de conhecimentos. Uma construção que deve se dar na dialética: sujeito cultural e conteúdo programático; fundamental para o crescimento social, cultural, mas também crítico, político e econômico desse indivíduo na sociedade. Ao certo, parece, muitas vezes, não ser a escola que temos presente hoje nas sociedades.

sujeito sob a colonialidade do poder não se reconhece como produtor de arte, cultura, educação e conhecimento se não estiver falando a partir do lugar do dominador, que está estabelecido por um controle de poder.

Encontramos reflexos da colonialidade/modernidade/eurocentrismo em currículos e referenciais do Ensino de Arte na Educação Formal. A História da Arte ainda referencia o trabalho dos professores de Arte do Estado de Mato Grosso do Sul, e assim não há um autorreconhecimento do estudante com o conteúdo ministrado. O Ensino de Arte, na maioria dos casos, ainda é realizado a partir do olhar do colonizador e dificilmente há espaço para o sujeito “subalterno” – aqui o estudante – produzir arte, cultura e conhecimento a partir de si.

E no caso da escola essa divisão também se comprova quando percebemos as diferenças entre conteúdos, professores, estruturas, entre outras características, distintas porque determinada escola está situada em bairros periféricos ou em zonas mais nobres das cidades brasileiras. Ainda que sejam escolas públicas é possível perceber a colonialidade imperante quando se comprova a falta de professores de determinadas disciplinas; a incapacidade da infraestrutura básica para aulas de Arte ou de Educação Física, por exemplo, mas também não existem laboratórios para as aulas de Ciências. Além da precariedade, evidente, no material didático, na deficiência entre as relações sociais da escola enquanto espaço institucional e a sociedade escolar: estudante e comunidade. Logo, nem é preciso falar do abismo enorme que se cria nas instituições que são da cadeia empresarial privada!

A colonialidade do poder criou uma episteme sedutora, impondo uma colonialidade do saber sobre aqueles que não eram europeus, “evidenciou-se também uma geopolítica do conhecimento, ou seja, o poder, o saber e todas as dimensões da cultura definiam-se a partir de uma lógica de pensamento localizado na Europa” (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 21). Deparamo-nos mais uma vez com a necessidade de pensar a Arte-mediação a partir da (re)verificação dos conceitos já postos, como visto, pela colonialidade do poder, de arte, cultura, educação e conhecimento, a partir de uma perspectiva descolonial, pois esses conceitos estão sempre pensados a partir de uma definição já instaurada pelo pensamento eurocêntrico, branco e fálico, sem desejar que a descolonização seja uma metodologia, mas sim, uma possibilidade como forma de pensar.

A colonialidade do saber instaura um lugar específico de produção de conhecimento, datado historicamente, com ascensão de lógica cumulativa e reprodutiva, para os lugares

“descobertos” pela colonialidade do poder que engendra dominação e submissão dos que são diferentes. Quer dizer: somente produz conhecimento, apenas é possível produzir ciência, aquele homem, branco e de classe social alta que frequenta as melhores escolas que, por conseguinte, lhe dá os melhores acessos, e que tem data e lugar estabelecidos. Ao certo, portanto, toda sua história de produção de arte, de cultura, de conhecimentos necessariamente deve ser transmitida e perpetuada pelos conteúdos escolares às classes minoritárias social, cultural, econômica e politicamente compreendidos como inferiores por aqueles.

Como diria Walter Mignolo (2008) para aprender a desaprender os conceitos de arte, cultura, educação e conhecimento, faz-se necessária uma descolonização, ou melhor dizendo, uma *desobediência epistêmica*. Somente assim poderá ser possível um desencadeamento epistêmico para não permanecer no domínio dos conceitos modernos e eurocentrados. A opção descolonial, que é epistêmica, se desvincula de conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimentos já estabelecidos (MIGNOLO, 2008). Nota-se que os conceitos de professor de Arte, estudante e conteúdo ainda estão pautados nessa perspectiva moderna, ainda estão dominados pelos conceitos estabelecidos pela Europa, e os conteúdos do Ensino de Arte ainda tratam de conhecimentos acumulados ao decorrer do tempo.

Bessa-Oliveira (2017, p. 1884) vai mais afundo ao afirmar que

Para não continuarmos inscrevendo a Arte, a Educação e a Cultura em lugares desconhecidos, carecemos reconhecer o “nosso mundo”, ou os nossos muitos mundos; o lugar de onde falamos ou produzimos arte e conhecimentos, primeiro, e, por conseguinte, devemos compreender que cada um dos nossos alunos tem uma apreensão desse mundo pautada em seu universo particular.

Vemos o reflexo da noção de arte, cultura, educação e conhecimento eurocêntricos na relação entre professor, estudante, conteúdo e contexto escolar, tornando a convivência entre esses cada vez mais distante. O professor está posto como o detentor de todo conhecimento e superior ao estudante, este considerado papel em branco, sentado em cadeiras enfileiradas para apenas receber conteúdos e conhecimentos. Conteúdos que são enrijecidos e baseados numa noção eurocêntrica e hegemônica, distante da realidade dos estudantes, apresentada pela formação dos professores.

Vemos a problemática já na formação dos professores de Arte, em que os conteúdos disciplinares das licenciaturas estão também enraizados na História da Arte europeia e na perspectiva da colonialidade/modernidade/eurocentrismo. Os professores em formação aprendem a história contada pelo colonizador e, automaticamente, reproduzem-na para os

estudantes. Como se esses últimos fossem depósitos vazios que precisam ter acondicionados conhecimentos melhores porque têm lugar e tempo histórico privilegiados por foram estratificados por homens, brancos, ricos, de fé católica, falantes de línguas estrangeiras reconhecidas como oficiais e universais e que dominam o fazer ciência.

Acerca da formação dos estudantes, Flavio Desgranges (2006, 2008) trata sobre o *acesso físico* e *acesso linguístico* e mais à frente sobre *formação de público* e *formação de espectadores*. O acesso físico está relacionado a toda ação e iniciativa que viabilizem aos espectadores o acesso à obra e dialoga com a ideia de formação de público que deseja ampliar os frequentadores das produções artísticas. É quando eu facilito o acesso físico, como, por exemplo, ao levar um grupo de indivíduos para um espetáculo de teatro, levar espetáculos para escolas ou o barateamento de ingressos, tenho aí possíveis caminhos para ampliação desse público.

Essa ação acaba por buscar caminhos com o objetivo de ampliar o público apreciador de Arte de determinado local, o que não significa que o espectador terá um encontro íntimo com a Arte, com o artista apresentado. O que pode por acabar promovendo o que aconteceu em determinado espetáculo que participei como espectadora, em que os estudantes haviam ido ao teatro, mas a grande maioria deles ou estava conversando ou estava mexendo no celular. O público das escolas não aparentava estar dialogando com a proposta do espetáculo, mas tinham tido acesso ao espaço cênico e ao espetáculo de dança.<sup>10</sup>

Já o acesso linguístico trata-se do estímulo da conquista da autonomia crítica e criativa do espectador em relação à obra. Assim, esta autonomia se faz necessária para que o espectador crie seu próprio percurso para aproximar-se dos elementos da obra em seus aspectos sensíveis e reflexivos; o que dialogará com a formação de espectadores que visa tratar das individualidades, promover um acesso mais íntimo entre espectador e obra, além de estimular que o espectador tenha proveitoso diálogo e uma experiência intensa com o espetáculo (DESGRANGES, 2008).

A formação de espectadores dialoga diretamente com minha proposta de pesquisa e de prática, assim como com a Arte-mediação, pois, além de proporcionar o acesso físico aos

---

<sup>10</sup> Nesse sentido cabe a questão: como criar público para apreciação de espetáculos ou obras artísticas? Educando ou mediando aqueles com esses?

estudantes, desejo proporcionar o acesso linguístico, ou seja, que o estudante dialogue com a obra artística. Isso acontece quando proporciono a estes estudantes experiências corporais e reflexões a partir de determinada obra artística, que de alguma forma ampliarão seu repertório para construção de sentidos da obra a ser apreciada. Logo, a ampliação de repertório torna-se uma questão fundamental para o papel do Arte-mediador. Pois este não visa à educação do estudante como um “saco vazio” sem qualquer informação.

Para isso é importante ressaltar aos estudantes que a construção de sentidos se dará a partir de quem eles são e de suas experiências, ou seja, ressaltar a autonomia crítica e criativa do estudante enquanto espectador. Isso deverá ser feito sem direcionar seu olhar ou estabelecer os sentidos que deverão ser construídos, mas afirmando que estes estudantes, enquanto apreciadores, são produtores de arte, de cultura e de conhecimento a partir de suas próprias experiências e de quem eles são. Dessa forma a Arte-mediação promoverá aproximações entre os estudantes e os artistas a partir do momento em que forem aproximados também do professor e dos conteúdos apresentados no ensino de Arte.

Bessa-Oliveira (2017, p. 1881), após contextualizar o que entende por ensino, vai dizer que “ensinar/educar arte e cultura é completamente oposto à ideia de transferir conhecimento com arte e cultura”, e a partir daí, também vai afirmar que os professores não ensinam, mas realizam uma transferência/troca do conhecimento:

Nós transferimos, somos transferidos por, e conduzimos os conhecimentos com a arte e cultura para os alunos. Sejam os conhecimentos históricos, aqueles que estão postos pelos Referenciais Curriculares; sejam os conhecimentos produzidos a partir dos conhecimentos que os próprios alunos trazem de casa, cotidianos, das relações de seus mundos específicos. Sejam ainda os conhecimentos que nós professores/sujeitos temos do mundo.

Percebemos que houveram mudanças na escola em toda sua estrutura, mas os estudantes mudaram mais rapidamente. “A configuração da escola que temos hoje se respalda em um modelo criado no final do século XIX, que se baseia na estruturação de grupos homogêneos que progridem por classes existindo uma correlação entre idade do aluno e seu nível de conhecimento” (REBOLO; BROSTOLIN, 2017, p. 101). Os autores confirmam tal tendência homogeneizadora do ambiente escolar que não condiz com a realidade dos estudantes, mas infelizmente é o que está posto no contexto escolar hoje.

A escola ainda é o espaço de formação, mas atualmente do século XX para cá é uma formação tecnicista, mercadológica e agora, em pleno século XXI, voltamos mais no passado

ainda porque a escola está sendo militarizada. Com isso quero dizer que a escola sempre esteve desvinculada do seu público alvo, estudantes que têm acessos a coisas diferentes dos conteúdos programáticos e programados por sistemas (Públicos ou Privados) que não estão vinculados às realidades dos jovens estudantes. Formar visando ao mercado de trabalho, ou a uma formação religiosa ou ainda político-partidária não é construção de conhecimento, é castração de saberes culturais não hegemônicos.

Mesmo na Educação Infantil encontramos a tendência homogeneizadora e a visão moderna/colonial/eurocêntrica instaurada no imaginário do ambiente escolar. As apresentações realizadas pelas crianças, desde os seis meses aos cinco anos, são sequências coreografadas pelos professores. Essas apresentações, às vezes copiadas da internet, têm movimentos de braços balançando, com a professora – pois em sua maioria são mulheres – dançando junto, utilizando movimentos que dificilmente fazem sentido para a criança ou que são gestos líricos: quando a música fala de amor ou coração, crianças fazem um movimento que representa o coração. Esperam-se, reivindicações feitas pela coordenação e direção da Instituição, que essas apresentações artísticas e as produções gráfico-plásticas realizadas pelas crianças sejam “bonitas”. Ou seja, mesmo no imaginário social, ainda estão instaurados conceitos eurocêntricos e dicotômicos do que é belo, ou não, onde os professores acabam por reproduzir modelos prontos e já aprovados pela perspectiva europeia ou norte-americana comprovando que seus planos de aulas e currículos são também coloniais e colonizadores.

### **Arte-mediação: aproximações e produção de saberes**

Flavinês Rebolo e Marta Regina Brostolin (2017, p. 100) afirmam que os saberes disciplinares “são importantes, mas a capacidade de criar formas diferenciadas de atuação é um recurso essencial para o professor. Portanto, torna-se urgente a promoção de um ambiente reflexivo propício ao desenvolvimento e expressão da criatividade no contexto escolar”. As autoras prosseguem alegando que na sociedade contemporânea o repasse dos conteúdos que foram acumulados historicamente e o preparo para o mundo trabalhista são muito pouco em vista do compromisso que a escola deve ter com a formação do estudante.

Os conteúdos acumulados historicamente não dão mais conta do Ensino hoje, os estudantes de hoje não são mais os mesmos de quando tais conteúdos foram inventados e aplicados para assim serem repassados na educação, visto que os estudantes estão em

constante transformação, assim como nossa sociedade. Por isso é necessário (re)verificar e trabalhar com a Arte-mediação, que além de aproximar os estudantes dos artistas e suas produções, visa aproximar os conteúdos da realidade dos estudantes, pensar o trabalho de Arte a partir deles, de forma que possam dialogar. E é possível compreender porque hoje nas aulas de Arte não há essa relação dos estudantes com os conteúdos, como bem ilustra Marcos Bessa-Oliveira (2017, p. 1886):

As leituras da arte e da cultura locais como obras Clássicas e Modernas não aproximam as obras históricas ou as produções contemporâneas aos alunos. O que é feito por eles acaba não sendo aceito como produção de arte, cultura e conhecimentos, isso desvincula aquela Arte Maior das suas práticas artísticas. Assim, o aluno não consegue, com as atuais aulas de Artes, vislumbrar relação entre aquela Obra de Arte distante, histórico, geográfico e culturalmente, com seus raps, grafites, funks, skats (falo do skate porque é tanto prática esportiva como o é cultural), ou com o hip hop que estão desenvolvendo nas comunidades (BESSA-OLIVEIRA, 2017, p. 1886).

Desejo com a Arte-mediação afirmar esse estudante como produtor de conhecimento, de arte e de cultura, e para isso é preciso (re)verificar a prática do professor em sala de aula e sua relação com o conteúdo e a transferência de conhecimentos, como já visto anteriormente. E para isso será necessário dar voz ao indivíduo, “[...] fazer valer a *biogeografia*, a *experivivência* de cada um desses corpos é fazer valer o direito a voz, vez, lugar, à produção de arte, cultura e conhecimentos das interioridades desses muitos corpos descartados” (BESSA-OLIVEIRA, 2018, p. 11).

A Arte-mediação ao desejar a aproximação entre professor e estudante entende que para que isso aconteça é preciso que o professor de Arte reconheça e considere a *biogeografia* desses estudantes. Quando o professor não dá voz ao estudante acaba por reforçar o distanciamento entre eles, e automaticamente entre os conteúdos ministrados. Mais uma vez, é fundamental que o professor de Arte reconheça o estudante como produtor de arte, cultura e conhecimento a partir de suas *experivivências*.

Valho-me da “ecologia de saberes” de Boaventura de Sousa Santos em que é possível o diálogo científico com todos os outros conhecimentos. Na ecologia de saberes, a ciência sempre estará presente, onde a partir do material produzido pelo senso comum será possível construir um conhecimento rigoroso (BOAVENTURA; HISSA, 2011, p. 20). Sendo assim, a Arte-mediação vai se valer dos saberes que os estudantes apresentam, assim como os saberes produzidos no local onde este se encontra, aqui, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, lócus que também produz saberes diferentes dos estabelecidos pela

colonialidade/modernidade/eurocentrismo, mas que também se relacionarão com os saberes científicos estabelecidos pelo currículo, possibilitando a construção de conhecimentos.

É do lugar em que os estudantes e o professor de Arte se encontram que será construído o Ensino de Arte, e assim, a Arte-mediação. “No lugar é onde se dá a existência – vida cotidiana, econômica, cultural, política – onde o mundo se expressa de diversas maneiras. Nos lugares existem, mais fortemente, as possibilidades de diálogos” (MAIA, 2011, p. 36). A Arte-mediação com a ideia de possibilitar aproximações entre estudante, professor de Arte, conteúdos, artistas e suas produções, reconhece que será a partir do *lócus* de enunciação de cada um desses que diálogos poderão ser estabelecidos e saberes serão produzidos.

A perspectiva da Arte-meidação considera as diferentes subjetividades dos indivíduos para produzir conhecimentos, sensibilidades, experivivências *outros* que não estão e não são aplicados aos/nos corpos. Estou propondo a ideia, por meio da Arte-mediação, de construirmos uma escola em que as diferenças convivem e não sobrevivem como em um campo de guerras cotidiano. Quero, por meio da Arte-mediação, levar aquele/a que não dança a dançar, aquele/a que não pinta a pintar, aquele/a que nunca apreciou um espetáculo de teatro a fazê-lo. Pois, afinal, sensibilidade e coração são iguais a cérebro, cada um tem os seus!

### **Arte-mediação: uma proposta *outra* para o Ensino de Arte**

A proposta desse trabalho foi a de (re)verificar os conceitos de Arte, Cultura, Educação, Conhecimento e de Mediação Cultural, assim como as relações entre estudante, professor e conteúdo, propondo a Arte-mediação como epistemologia para o ensino de Arte. Tal (re)verificação há de ser feita em uma perspectiva descolonial, entendendo que tais conceitos e relações ainda estão instaurados e estabelecidos pela colonialidade/modernidade/eurocentrismo.

Mas “fazer” descolonialmente não quer dizer teorizar descolonial. Estou também propondo um *modos* outro de viver a vida. Um modo que passa pela compreensão de que o “outro” é uma construção imagética do pensamento eurocêntrico para se prevalecer como o “Eu”. Uma maneira de perceber que nas menores coisas de uma vida específica estão as práticas mais importantes que devem ser socializadas para promoção da convivência em estado de diferença. Falo do respeito aos direitos, à democracia, à política e igualmente a

saúde, segurança e a uma educação (como construção de conhecimentos *outros*) de qualidade. Portanto, esse aparato não está nas mãos nem dos teóricos e menos ainda nos documentos oficiais do estado-nação ou nas assinaturas das grandes, médias ou pequenas (talvez esta última um pouco menos) corporações.

A Arte-mediação deseja, a partir dessas (re)verificações, promover a aproximação entre os estudantes, professores de Arte e os conteúdos por meio das sensibilidades *biogeográficas* (BESSA-OLIVEIRA, 2017). Com essa aproximação será possível também promover a aproximação entre os estudantes e os artistas juntamente com suas produções, considerando a formação de espectadores proposta por Desgranges (2006, 2008), possibilitando assim o diálogo entre saberes que cada sujeito carrega e então a construção do ensino e aprendizagem em Arte.

E indo mais além, deseja-se provocar esses estudantes a desconstruir este pensamento do que é bom e/ou certo, ou o que é conhecimento, arte, cultura e educação já posto pela perspectiva do centro e mais, a pensar a partir de quem eles são, de sua própria história, reconhecendo-se como produtores de conhecimento, de arte e como indivíduos culturais. E é natural o estudante não levar isso em consideração. Pois pelo que já vimos, não se está interessado em saber o que este estudante pensa, principalmente ao falar de um estudante da escola pública, periférica, que tem um ensino centrado num saber técnico e científico.

Com o trabalho do professor como Arte-mediador em aula, na esteira de Hissa (2011), temos a oportunidade de estimular esse estudante a cada vez mais se tornar pertencente ao lugar em que ele se encontra, a tomar posse desse *locus*, como foi tratado no início deste trabalho. Temos a oportunidade de provocar esse aluno a ver que “o lugar é feito de nós, das nossas representações, dos nossos cotidianos, do simbólico que a ele se entrelaça, das subjetividades, das emoções, das sociabilidades, do afeto, da solidariedade” (HISSA, 2011, p. 51).

Para que todas essas (re)verificações propostas aqui ocorram, na esteira de Bessa-Oliveira (2017), nós, sujeitos envolvidos nessa desobediência epistêmica, precisaremos ser, saber e sentir o “mundo” do qual fazemos parte. Ao nos reconhecermos assim, será possível criar uma relação entre professor, estudante, educação e conhecimento para a construção de conhecimentos através da Arte, da Arte-mediação.

## Referências

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. *(De)corposição - carvão e tinta em corponeg(r)ado – exposição de desenhos e pinturas*. In: Anais da Jornada de Artes da UEMS 2018: para que serve o ensino das artes na escola?. Anais. Campo Grande (MS) UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UUCG - Unidade Universitária Campo Grande, 2018. Disponível em: <[https://www.even3.com.br/anais/jart/108737-\(DE\)CORPOSICAO--CARVAO-E-TINTA-EM-CORPONEG\(R\)ADO--EXPOSICAO-DE-DESENHOS-E-PINTURAS](https://www.even3.com.br/anais/jart/108737-(DE)CORPOSICAO--CARVAO-E-TINTA-EM-CORPONEG(R)ADO--EXPOSICAO-DE-DESENHOS-E-PINTURAS)>. Acesso em: 14/10/2018

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. *Enquanto esse velho trem atravessa... Biogeografias para descolonizar o ser, sentir e saber no ensino de artes visuais*. In: CONFAEB - XXVII Congresso Nacional da Federação de Arte/Educadores do Brasil ; V Congresso Internacional dos Arte/Educadores ; II Seminário de Cultura e Educação de Mato Grosso do Sul, 2017, Campo Grande, MS. XXVII Congresso Nacional da Federação de Arte/Educadores do Brasil ; V Congresso Internacional dos Arte/Educadores ; II Seminário de Cultura e Educação de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: Federação de Arte/Educadores do Brasil, 2017. v. 1. p. 1878-1890.

CANDAU, Vera Maria. *Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica*. In: MOREIRA, Antonio Flávio, CANDAU, Vera Maria (Orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. 10. ed.. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 13-37.

DESGRANGES, Flávio. *Pedagogia do teatro: provocação e dialogismo*. São Paulo: Hucitec, 2006.

DESGRANGES. *Mediação teatral: anotações sobre o projeto Formação de Público*. In: Urdimento. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Teatro / CEART/UEDESC, v.1, n. 10, 2008, p. 75-83.

FILLER, Zina. *Mediação para dança contemporânea: um primeiro desafio para gestores, artistas e instituições culturais*. In: Revista do centro de pesquisa e formação. São Paulo: Nov/2015. P. 135-145.

HISSA, Cássio E. Viana. (Org.). *Conversações: de artes e de ciências*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. (Humanitas).

MIGNOLO, Walter D.. *Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política*. Traduzido por: Norte, Ângela Lopes. In: Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287324, 2008. Disponível em: <http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf> – acessado em: 14 de outubro de 2018.

PALERMO, Zulma. *Para uma pedagogía decolonial*. 1ª ed – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo. 2014.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, 2005, p. 117-142. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf) – acessado em: 13 de outubro de 2018

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder e classificação social*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa Santos, MENESES, Maria Paula (Orgs). *Espistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 73-117.

REBOLO, Flavinês; BROSTOLIN, Marta Regina. *Aprendendo a ser professor na contemporaneidade: os desafios de uma prática reflexiva e criativa*. In: SANTINHO, Gabriela Di Donato Salvador, BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio, CARVALHO, Patrícia Alves. **Diversidade e arte na formação docente**. Campo Grande, MS: Life Editora, 2017. p. 97-109.

## Utilização de Táticas por Sacoleiros no Contrabando e Descaminho em Foz do Iguaçu/CDE <sup>11</sup>

*Uso de tácticas por los sacoleros en el contrabando y el Descamino en Foz  
de Iguazú / CDE*

*Use of Tactics by “Sacoleiros” in Smuggling and “Descaminho” in Foz do  
Iguaçu / CDE*

**Roberto Rigaud Navega Costa <sup>12</sup>**

### Resumo

O texto a seguir discute e descreve quais são as táticas empregadas pelos chamados sacoleiros, brasileiros que se dirigem à fronteira entre Brasil e Paraguai, nas cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, para comprarem mercadorias destinadas à revenda no território brasileiro. Como há um limite de compras em quantidade de itens e de valor máximo possível para cada pessoa por mês, este sujeito, o sacoleiro, tenta burlar a fiscalização da Receita Federal do Brasil em sua passagem pela aduana nacional, tendo como única rota possível a passagem pela Ponte da Amizade. Assim, nos utilizamos do método da observação participante para podermos nos passar por sacoleiros e para obtermos com o mínimo de interferências e suspeitas as informações necessárias para a confecção deste trabalho. Esperamos, com a apresentação do presente texto, contribuir para caracterizar os personagens que fazem parte da atividade do descaminho, que atuam na Ponte da Amizade, mostrar suas táticas e fornecer nova compreensão em uma atividade econômica marginalizada, que apesar de não ter mais a força que apresentava nas décadas de 1990 até 2010, ainda persiste como meio de obtenção de renda de várias pessoas, tanto de Foz do Iguaçu, quanto de vários municípios do Brasil afora.

---

<sup>11</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>12</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras - Unioeste; Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil; ramosnavega@gmail.com.

Palavras-chave: Sacoleiros; Tática; Descaminho; Fronteira.

### **Resumen**

El siguiente texto discute y describe las tácticas empleadas por los llamados sacoleros, los brasileños que se dirigen a la frontera entre Brasil y Paraguay, en las ciudades de Foz do Iguaçu y Ciudad del Este, para comprar bienes destinados a la reventa en el territorio brasileño. Como hay un límite de compras en cantidad de artículos y el valor máximo posible para cada persona por mes, este tipo, el empacador, trata de eludir la inspección del IRS en su paso por la aduana nacional, teniendo como única ruta posible el paso sobre el puente de la amistad. Por lo tanto, utilizamos el método de observación participante para poder pasar como empacadores y obtener con la mínima interferencia y sospecha la información necesaria para la preparación de este trabajo. Esperamos, con la presentación de este texto, contribuir a caracterizar a los personajes que forman parte de la actividad de la travesura, que actúan en el Puente de la Amistad, muestran sus tácticas y proporcionan una nueva comprensión en una actividad económica marginada, que a pesar de no tener la fuerza que presentó en la década de 1990 hasta 2010, todavía persiste como un medio para obtener ingresos de varias personas, tanto de Foz do Iguaçu, como de varios municipios de Brasil.

Palabras clave: Sacolero; Tácticas; Malversación de Fondos; Frontera.

### **Abstract**

The following text discusses and describes the tactics employed by the so-called sacoleiros, Brazilians who go to the border between Brazil and Paraguay, in the cities of Foz do Iguaçu and Ciudad del Este, to buy goods destined for resale in the Brazilian territory. As there is a limit of purchases in quantity of items and maximum possible value for each person per month, this guy, the “sacoleiro”, tries to circumvent the inspection of the “Receita Federal” in its passage through the national customs, having as the only possible route the passage over the Friendship Bridge (Ponte da Amizade). Thus, we use the method of participant observation to be able to pass as “sacoleiro” and to obtain with the minimum interference and suspicion the information necessary for the preparation of this work. We hope, with the presentation of this text, to contribute to characterize the characters that are part of the activity of the mischief, who act on the Friendship Bridge, show their tactics and provide new understanding in a marginalized economic activity, which despite no longer having the strength which it presented in the 1990s until 2010, still persists as a means of obtaining income from various people, both from Foz do Iguaçu and from various municipalities in Brazil.

Keywords: Baggies; Tactics; Embezzlement of Funds; Border.

## **1. Introdução**

Contextualizando a situação em estudo lembramos que a cidade de Foz do Iguaçu passou por vários ciclos econômicos no decorrer de sua história, indo de local de extração de erva mate e madeira, passando por local de passagem de produtos agrícolas provenientes do Paraguai, o que originou, aproveitando-se da posição privilegiada, na implantação da cidade de Puerto Stroessner e na implantação de uma espécie de zona franca, com a concessão da exploração de um microcentro a uma empresa mercantil americana. A cidade foi rebatizada como Ciudad del Este (CDE) e passou a fornecer ao mercado brasileiro produtos industrializados provenientes da Ásia, principalmente da China. Neste cenário surge a figura do sacoleiro, que compra a mercadoria no Paraguai e leva aos centros consumidores Brasil afora, praticando neste percurso o descaminho e/ou o contrabando.

A diferença de preços de produtos industrializados praticados no Paraguai em relação aos praticados no Brasil é a maior fonte de incentivos à atividade de sacoleiros, que fazem do comércio destes a sua fonte de renda numa atividade ilegal e perigosa. Tal diferença de preços reside no fato de o país vizinho praticar uma política de incentivos à reexportação destes produtos, agindo como entreposto comercial, praticando uma política tarifária mais suave em relação à mesma praticada no Brasil. Tal desnível entre os preços acaba incentivando o deslocamento de caravanas de sacoleiros a se arrisquem Brasil afora em busca de lucros mais vantajosos, uma renda que uma carteira assinada no Brasil não os daria, arriscando seus investimentos numa atividade ilegal e até certo ponto perigosa.

A maior barreira enfrentada pelos sacoleiros se encontra na passagem pela aduana da Receita Federal brasileira, que se encontra na cabeceira da Ponte da Amizade, e constitui o risco de perder as mercadorias compradas e/ou de ter de pagar multas sobre o valor total de tais mercadorias, o que leva a estes sacoleiros a desenvolverem táticas para evitarem um prejuízo que inviabilizaria sua atividade por completo. Mostraremos a seguir as dificuldades que tais sacoleiros têm de enfrentar em sua atividade e como estes sujeitos desenvolveram técnicas para fugirem à fiscalização.

Nos misturamos entre os sacoleiros, nos passando por um deles, para podermos ter uma noção da realidade que os cerca, e por conta disso adotamos o método da observação participante, buscando não anotar, não gravar, não chamarmos a atenção para nossa atividade de pesquisa, buscando nos parecer com os demais sacoleiros em sua atividade cotidiana.

O trabalho dá uma breve descrição do histórico de Foz do Iguaçu e como é sua articulação com Ciudad del Este, entendendo a função desta última como polo das atividades sacoleiras na região. Encerraremos listando as táticas que são aplicadas por estes sacoleiros na tentativa de se evadirem de uma punição da parte da Receita Federal na passagem da Ponte da Amizade.

## 2. A fronteira Foz do Iguaçu – Ciudad del Este

Ciudad del Este reinventou-se como polo de comércio de produtos importados, tendo como principais clientes os brasileiros que compravam mais barato tais produtos para revender no Brasil. Estes compradores foram apelidados de muambeiros e/ou de sacoleiros, e sua atividade, quando ilícita, é o descaminho. Cardin (2010, Pág. 23) chama de circuito sacoleiro a esta atividade e a define como: “o conjunto de relações sociais desenvolvidas durante o percurso realizado pelas mercadorias que saem do município paraguaio de Ciudad del Este e entram no Brasil de forma ilegal, via Foz do Iguaçu”.

Rabossi (2004) também acrescenta: “O fenômeno da ida dos sacoleiros ao Paraguai começou a tornar público um fluxo que já sucedia fazia tempo pela mão dos grandes contrabandistas: os produtos importados de todo tipo que ingressava no Brasil.” (p. 250) Esta onda de comércio levou a um maior crescimento das cidades fronteiriças e, aliado ao turismo que vinha sendo incentivado na fronteira, completou o quadro que encontramos hoje.

Assim, para controlar os fluxos de bens e capitais, controlar o acesso ao país e fiscalizar o tráfico de drogas e armas, o contrabando e o descaminho, implementou-se em Foz do Iguaçu a mais bem vigiada fronteira do Brasil. No entanto, sabe-se que este esforço tem sido insuficiente para coibir o tráfico de drogas e armas, o contrabando (principalmente de cigarros) e o descaminho (de bens industrializados importados principalmente da China).

Para fazer frente a estes desafios o Estado brasileiro tem uma estrutura pronta para a fiscalização em suas fronteiras, no entanto elas ainda são muito porosas e a realidade mostra que o maior sucesso desta estrutura está em combater parte do descaminho, principalmente o praticado por pequenos sacoleiros, sem contatos, sem rotas elaboradas, sem dinheiro de

reserva para cobrir as apreensões, sem conhecidos para influenciar nas decisões quando são pegos transportando acima da cota, sem opções viáveis no mercado de trabalho.

Estas pessoas se lançam Brasil adentro correndo o risco de assaltos, cruzam a fronteira, gastam em dólar, correm riscos de terem apreendidos seus produtos, voltam para suas cidades e tentam revender com algum lucro os bens adquiridos. São malvistas pelos demais trabalhadores, como se fossem uma classe à parte, marginalizada, visto como se roubassem algo, pois o Estado os rotula como sonegadores de impostos, e afirma que prejudicam a indústria nacional.

### **3. Da imprevisibilidade do real**

O texto abaixo foi retirado do trabalho feito por nós Costa e Cardin (2019) e traz as informações pertinentes aos fatos que pudemos observar durante nosso trabalho de campo junto aos sacoleiros em sua busca de atravessar a Ponte da Amizade e de passar com suas mercadorias pela Aduana brasileira sem serem parados e fiscalizados.

Chegamos, finalmente, ao assunto principal do texto, a saber, quais são as táticas utilizadas pelos sacoleiros para passarem com suas mercadorias, adquiridas no Paraguai, pela aduana de Foz do Iguaçu, localizada na Cabeceira da Ponte da Amizade. Conforme o título da seção anuncia, as táticas que podem ser aplicadas pelos sacoleiros podem variar muito, e respondem às estratégias empregadas pela Receita Federal e seus apoios.

Pode-se passar pela ponte de algumas formas padrão: a pé; de moto; de ônibus regular; de ônibus de viagem; de ônibus de excursão; de carro particular com placas de outras cidades e estados; de carro particular com placas locais; de vans paraguaias; vans brasileiras de turismo; de taxi. Há ainda vans de estudantes e ônibus de estudantes, que são identificadas, mas estas raramente, ao que sabemos, são associadas ao descaminho.

A travessia a pé é a mais tradicional e econômica, sendo que as imagens mais icônicas da atividade sacoleira se associam ao lançamento de fardos de cigarro e mercadorias variadas por cima da cerca que flanqueava a ponte em décadas passadas. Tal prática está extinta devido ao policiamento no lado brasileiro e às reformas que aumentaram as grades e a cerca próxima da cabeceira.

A tática é disfarçar os produtos: no inverno passa-se dentro de cobertores, vendidos nos mesiteros do Paraguai<sup>13</sup> (cf. RABOSSI, 2004). Se for muita coisa faz-se mais de uma viagem, e opta-se por mudar de forma de levar em cada uma das vezes; se der para passar de uma vez anda-se atrás de um (ou mais) pedestres com muitas bolsas, pois a probabilidade de eles serem parados e de não sobrar fiscal para deter o sacoleiro é maior; espera-se que um ônibus regular passe na aduana, pois os mesmos fiscais fazem as duas funções; geralmente se conta com a conjunção de duas ou mais destas táticas para se ter sucesso na passagem a pé pela ponte.

A travessia de moto é a mais rápida, já que os quinhentos metros de ponte são passados em minutos, evitando-se o trânsito ruim do trecho, mas a exposição do que se comprou no país vizinho é tão grande quanto à dos pedestres. Alguns motoqueiros, todos paraguaios (os mototaxistas brasileiros levam ao Paraguai e os paraguaios fazem o trajeto oposto), escondem pequenos volumes em partes ocultas da moto ou em capacetes. A tática tem a vantagem do número, pois há muitas motos passando e é impossível fiscalizar todas.

A tática de utilizar-se de ônibus regular, que liga a Rodoviária Internacional de Foz do Iguaçu à rodoviária de Ciudad del Este, é uma das preferidas, pois, como já dissemos acima, o fiscal do ônibus é o mesmo dos pedestres, e tal atribuição dupla traz uma chance maior de que haja pouca fiscalização, ou que o ônibus seja liberado sem sequer parar. O sacoleiro pode colocar suas sacolas abaixo dos bancos, das pernas, nas costas, dividir entre outros passageiros (o que é raro, por medo de ter drogas ilegais nos pacotes).

O clima de tensão é perceptível, mesmo nos passageiros sem mercadorias, pois a presença de um funcionário do governo olhando e vasculhando é muito incômoda para todos. Abrir mochilas, bolsas, ter de se levantar dos bancos, ter de descer para ter seu CPF cadastrado no sistema da receita (o motorista dá a estes passageiros um passe para tomar, sem custos extras, outro ônibus após a liberação pela Receita Federal), tudo neste ponto carrega o ar com um clima de tensão, que só se dissipa após o ônibus começar a se mover em direção à rodovia.

Quando os sacoleiros se utilizam dos ônibus de viagem, linhas que cruzam a Ponte da Amizade com destino a outras cidades do Paraguai, principalmente a capital Asunción, eles

---

<sup>13</sup> O equivalente ao camelô, ou marreteiro, no Brasil.

tentam disfarçar suas compras no meio das bagagens dos turistas, tentando se passar como tal. Esta tática não é muito utilizada, pois a revista é a mesma dos demais ônibus e a prática já é bem conhecida pela Receita e pelas polícias de apoio.

Já em termos de táticas bem conhecidas, passar com mercadorias pela ponte utilizando um ônibus de excursão é uma das piores opções, já que os fiscais param os ônibus e fazem os passageiros descerem todas as bolsas, caixas, pacotes e malas, para daí fiscalizar mais detalhadamente. Ao mesmo tempo os sacoleiros pedestres têm neste momento a melhor chance de passar sem serem parados, pois a vistoria é bem demorada, dando muitas chances de escapar à fiscalização.

Muitos sacoleiros tentam dar a impressão de que são turistas e tentam atravessar a aduana utilizando algum carro particular com placas de outras cidades e estados. As chances de passar são boas, mas dependendo do estado de emplacamento o carro tem mais chances de ser parado, não tanto pela suspeita de haver descaminho, mas pela possibilidade de haver drogas no veículo. Muitos veículos destes têm locais secretos, fundos falsos, aberturas nos forros, onde pode-se esconder mercadorias, e/ou drogas.

De todas as formas de se passar pela ponte, e pela fiscalização de forma a não ser revistado, a melhor é tentar passar com carro particular com placas locais, as chamadas placas “A”. Nunca fomos parados passando com carro com placa local, nem vimos algum carro emplacado no município de Foz do Iguaçu sendo parado pelos fiscais na aduana. No entanto conseguir um carro com placas de Foz do Iguaçu apenas para passar mercadoria pode vir a ser um investimento muito alto para a maioria dos sacoleiros. Além disso, as placas estão mudando para o novo modelo “Mercosul” o que mudará a forma de obter vantagens deste expediente.

Em todos os meses de pesquisa em que estivemos observando os sacoleiros em suas práticas o meio de transporte mais utilizado por eles, de longe, foram as vans paraguaias. Elas são facilmente detectáveis na paisagem, pois são modelos que não são encontrados no Brasil, muitas com as portas do lado contrário, como se fossem fabricadas para Hong Kong, ou outro país que utilize a “mão inglesa”. As vans estão para o trânsito de Ciudad del Este como as “kombis” estão para o trânsito da cidade do Rio de Janeiro. E os fiscais têm grande interesse em pará-las, já que sabem que há muito espaço para guardar mercadorias embaixo dos bancos e atrás, no bagageiro.

Há uma organização entre os motoristas das vans, com fila de chegada, pessoas chamando passageiros, policiais fiscalizando do lado paraguaio, tudo para fazer com que o trânsito ande e que nenhum ganhe mais que os outros. Quando um paraguaio consegue convencer a um passageiro entrar numa van fora do ponto de embarque ele recebe do motorista da van por volta de dois mil guaranis, algo em torno de R\$ 1,30.

Durante a pesquisa fomos cadastrados no sistema duas vezes, a primeira vez não há incidência de tarifa, que seria de 50% sobre o valor das mercadorias em posse do sacoleiro, nem multa, que seria de 25% sobre o mesmo valor. O total de 75% inviabiliza totalmente a atividade dos sacoleiros e abre um rombo em suas contas. Há uma tolerância de um cadastramento a cada trinta dias, caso contrário as penalidades são aplicadas.

Quando há a apreensão, devido ao volume elevado dos mesmos itens, o prejuízo é total, e podemos ver os desolados sacoleiros, e alguns turistas desavisados, sentados do lado de fora do prédio da aduana, esperando a confecção do boleto bancário, a ser pago no Banco do Brasil (há um posto no local), para poderem retirar seus onerosos bens.

Outra forma de tentar se evadir da fiscalização é passar pela receita utilizando vans brasileiras de turismo. Estas são fisicamente diferentes das vans do Paraguai, tem uma padronização regular, com logo e placas especiais. São pouco paradas pela fiscalização, mas devido à possibilidade de penalidades, cabíveis aos motoristas destas vans, não há muita utilização por parte de sacoleiros.

Outra forma de se passar por turista é tomar um dos táxis do Paraguai. Eles são padronizados e fazem, como as motos, apenas o trajeto Ciudad del Este-Foz do Iguaçu, cabendo aos táxis brasileiros o trajeto oposto. Este expediente é bastante utilizado por sacoleiros, e do mesmo modo bastante fiscalizado pela Receita Federal, perdendo apenas para as vans paraguayas na quantidade de paradas no posto de fiscalização.

Mas, como informa o título desta seção do texto, a realidade é imprevisível, assim cada uma destas táticas acima está sujeita a um grande número de variáveis possíveis, e que se articulam na obtenção do resultado final dependendo da estratégia aplicada pela Receita Federal e seus agentes. Assim, houve uma variação enorme na fiscalização entre os governos Dilma Rousseff e Michel Temer, como também a cada mudança de chefia, a cada nova operação, como Muralha ou Ágata, e mudanças simplesmente de turno de agentes ou rodízio destes agentes. Já fomos hostilizados por uns, tolerados por outros, revistados, como também

tiramos fotos de agentes (a pedido deles), passamos por mais de dez soldados fazendo revistas rigorosas em todos os pedestres apenas dando bom dia ao nos aproximarmos. Não há padrão, nem há um dia igual ao outro na fronteira.

### **3. Conclusões**

Chegamos ao final de nosso atual trabalho agradecendo sua leitura e desejando que ela tenha sido útil para suas pesquisas, atuais ou futuras, e que ela tenha lhe ajudado a compreender melhor a complexidade de possibilidades que uma simples passagem de ponte, entre dois países, pode acarretar a quem tenta usar a fronteira como fonte de renda par si e para sua família.

Acreditamos que conseguimos dar conta das possibilidades mais comuns na tentativa de burlar a Receita Federal na aduana posicionada à cabeceira da Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu, no Brasil, a Ciudad del Este, no Paraguai, descrevendo as táticas utilizadas pelos sacoleiros, que fazem do contrabando e/ou do descaminho sua fonte de renda e sua ocupação principal.

O fato de descrevermos com maior quantidade de detalhes cada uma das possibilidades de passagem pela fronteira Foz do Iguaçu/CDE correspondeu à nossa tentativa de cercar tais possibilidades e de dar ao leitor um quadro mais geral das táticas de evasão fiscal. Assim, trazemos a complexidade para o texto e tentamos dar maior realismo ao entendimento do cotidiano fronteiriço.

O assunto é tão complexo, mesmo se tratando de um recorte extremamente diminuto, territorial e conceitualmente, que ainda há uma série de ângulos de possíveis pesquisas, seja no ponto de vista dos paraguaios do circuito sacoleiro, seja do ponto de vista da instituição e dos funcionários da Receita Federal do Brasil, tanto quanto o ponto de vista da população de Foz do Iguaçu. No entanto, o espaço aqui é reduzido para tais finalidades.

Apontamos assim, um conjunto de possíveis pesquisas para podermos aprofundar o tema, trazendo mais luz a uma atividade que saiu dos noticiários nacionais, mas que continua vivo e forte até nossos dias, e que impacta toda a população de Foz do Iguaçu e região, tanto quanto toda uma cadeia de fluxos de dinheiro e de mercadorias que liga China, Paraguai e Brasil.

### **Referências**

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Limites e paradoxos da cidadania no território fronteiriço. *Geopolítica(s): revista de estudios sobre espacio y poder*, v. 3, p. 185-205, 2012.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Migração, circulação e cidadania em território fronteiriço: os brasiguaios na fronteira entre o Paraguai e o Brasil. *Revista Tomo*, v. 1, p. 97-122, 2015.

CARDIN, Eric Gustavo. *A Expansão Do Capital E As Dinâmicas Da Fronteira*. Tese (Doutorado em Sociologia). Araraquara: UNESP, 2010.

\_\_\_\_\_. *Sacoleiros e Laranjas na Tríplice Fronteira: uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Araraquara: UNESP, 2006.

CARDIN, Eric Gustavo; CAMAL-CHELUJA, Tania Libertad; ARRIAGA-RODRIGUEZ, Juan Carlos. *Fronteiras e Dinâmicas Fronteiriças em América Latina*. Chetumal/México: UNQroo, 2015.

COSTA, Roberto Rigaud Navega.; CARDIN, Eric G. *Táticas Aplicadas por Sacoleiros na Realização do Descaminho na Ponte da Amizade*. *Revista Alamedas (Unioeste. Toledo)*, v. 7, p. 77-94, 2019.

RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2004.

## Conhecendo Ciudad del Este: O Outro Lado da Fronteira <sup>14</sup>

*Conociendo Ciudad del Este: El Otro Lado de la Frontera*

*Knowing Ciudad del Este: The Other Side of the Border*

Roberto Rigaud Navega Costa <sup>15</sup>

### Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar ao leitor um relato de experiência, a saber, o das percepções obtidas por alguém que passando pela Ponte da Amizade chegou à Ciudad del Este, no Paraguai. A descrição pretende dar uma ideia aproximada da paisagem esculpida pela sociedade local, em sua articulação com os turistas e os sacoleiros, e como este comércio influenciou na formação, arranjo e desenvolvimento da parte comercial da cidade. Como o texto deixa transparecer, fomos inspirados pelos trabalhos de Geografia Regional de Paul Vidal de La Blache, que ao tentar descrever a paisagem de uma determinada região fazia um quadro vívido do que encontraríamos em tal local. Passamos assim, a descrever a topografia, composição da população, táticas de aquisição de clientes/compradores por parte dos comerciantes, a arquitetura local, o arranjo das vias e dos edifícios, visando a estabelecer o quadro geral mais bem explicado, tendo como limitadores o próprio espaço do texto e sua aplicação à comunidade acadêmica.

Palavras-Chave: Ciudad del Este; Descrição; Paisagem; Fronteira.

### Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo presentar al lector un relato de experiencia, a saber, el de las percepciones obtenidas por alguien que pasa por el Puente de la Amistad llegue a la Ciudad del Este, en Paraguay. La descripción pretende dar una idea aproximada del paisaje esculpido por la sociedad local, en su articulación con los turistas y los sacoleros, y cómo este comercio influyó en la formación, arreglo y

---

<sup>14</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>15</sup> Mestrando no PPG em Sociedade, Cultura e Fronteiras, Unioeste; Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil; [ramosnavega@gmail.com](mailto:ramosnavega@gmail.com).

desarrollo de la parte comercial de la ciudad. Como el texto deja trasluzo, fuimos inspirados por los trabajos de Geografía Regional de Paul Vidal de La Blache, que al tratar de describir el paisaje de una determinada región hacía un cuadro vívido de lo que encontraríamos en tal local. Pasamos así a describir la topografía, composición de la población, tácticas de adquisición de clientes/compradores por parte de los comerciantes, la arquitectura local, el arreglo de las vías y de los edificios, con el fin de establecer el marco general más bien explicado, teniendo como limitadores el propio espacio del texto y su aplicación a la comunidad académica.

Palabras claves: Ciudad del Este; Descripción; Paisaje; Frontera.

### **Abstract**

This paper aims to present to the reader an experience report, namely, the perceptions obtained by someone passing through the Friendship Bridge (Ponte da Amizade) arriving in Ciudad del Este, Paraguay. The description intends to give a rough idea of the landscape sculpted by the local society, in its articulation with the tourists and the wagons, and how this commerce influenced in the formation, arrangement and development of the commercial part of the city. As the text makes clear, we were inspired by the works of Paul Vidal de La Blache's Regional Geography, who in trying to describe the landscape of a particular region made a vivid picture of what we would find in such a place. Thus, we describe the topography, population composition, tactics of acquisition of customers / buyers by traders, the local architecture, the arrangement of roads and buildings, aiming to establish the best-explained general framework, having as limitation the own space of the text and its application to the academic community.

Keywords: Ciudad del Este; Description; Landscape; Border.

## **1. Introdução**

Diariamente, de segunda a sábado, milhares de pessoas chegam à Foz do Iguazu com um único intuito: fazer compras no Paraguai. Elas passam pela Ponte da Amizade, e chegam em Ciudad del Este, prontas para adquirir uma grande quantidade de bens para que possam revender em suas cidades de origem. Tal prática já ocorre a décadas, e mesmo com o combate ao descaminho a atividade dos chamados sacoleiros varia, mas nunca se esgota.

O presente trabalho visa dar uma imagem aproximada do arranjo territorial de Ciudad del Este, em sua parte de comércio voltada aos estrangeiros, descrevendo a disposição dos eixos de tráfego viário, das edificações, das lojas, de comerciantes e dos pontos preferidos de

compra de mercadorias por parte dos sacoleiros (importadores informais de produtos industrializados, provenientes em sua maioria da China).

Tal descrição visa informar como está estruturada esta parte da cidade e quais são as impressões que os sacoleiros recebem quando passam de seu território nacional para um outro país, onde a língua, o povo, a cultura, o dinheiro, e principalmente as leis são diferentes. A experiência de cruzar uma fronteira pode ser exótica para uns, mas traumática para outros tantos. Há riscos associados às atividades no circuito sacoleiro (CARDIN, 2006), e parte deles no Paraguai.

## **2. Metodologia**

O presente estudo se utilizará das ferramentas conceituais próprias das pesquisas de campo do tipo qualitativas. Não precisaremos de levantar dados quantitativos, nem sequer tratar dados deste tipo. Caso haja a necessidade de citar números, eles servirão apenas como lastro às explicações gerais, e virão de fontes externas à pesquisa. Assim, concordamos com Minayo (2002, p. 15) que afirma que nas ciências sociais o natural é a pesquisa qualitativa, de acordo com a natureza de seu objeto.

Para tal pesquisa qualitativa nos utilizaremos de procedimentos metodológicos o deslocamento pelas ruas do microcentro de Ciudad del Este, indo de rua em rua, buscando identificar as características locais, anotando cada fato que nos chame a atenção. Assim, as técnicas aplicadas no campo foram bem simples, caneta, papel e bastante disposição para caminhar pela área comercial desta cidade.

Como atividade humana, a pesquisa pode ser entendida como um procedimento sistemático, racional, que visa dar respostas a problemas predefinidos. Tal atividade desenrola-se em várias etapas, que vão da apresentação do problema de pesquisa até a formulação e discussão de resultados alcançados (Gil, 2007, p. 17).

Esta pesquisa também tem como característica o fato de poder ser classificada como sendo descritiva. A pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema proposto, através de levantamento bibliográfico, de entrevistas (se forem necessárias) com pessoas que têm informações relevantes, e apresentação de exemplos que esclareçam o problema em direção à elucidação do mesmo (GIL, 2007).

Já a característica descritiva da pesquisa tenta apresentar fatos e fenômenos relevantes de determinada porção da realidade (TRIVIÑOS, 1987). Esta espécie de pesquisa tem o problema associado de depender do viés do pesquisador, que pode ver e descrever o que lhe interessa e deixar de lado um conjunto considerável de informações, que para os demais observadores poderia ser altamente relevante. Mesmo assim é uma ferramenta a mais.

A pesquisa classificável como sendo explicativa tem como característica principal o fato de se preocupar em identificar fatores que influem na ocorrência do fenômeno apontado pelo problema de pesquisa. A partir dos resultados obtidos pode-se tentar criar uma explicação do porquê o objeto de pesquisa é e se comporta de tal ou tal forma. A descrição apresentada acima serve de fonte para as explicações subsequentes (Gil, 2007).

### **3. Problema de Pesquisa**

Seguimos a pesquisa inspirados no método descritivo de Paul Vidal de La Blache (1913), que em sua Geografia Regional pretendia descrever a paisagem do local estudado, a fim de dar ao leitor uma visão de conjunto, não só a descrição física, humana, econômica, etc. Assim, queremos fazer o mesmo em relação à parte comercial de Ciudad del Este, destinada ao atendimento aos turistas e principalmente aos sacoleiros.

Paul Vidal de La Blache propõe à Geografia um novo método, utilizando-se de um ponto de vista funcional e histórico. Assim, haveria uma relação entre homem e o meio que o circunda que se daria de forma harmônica e recíproca, onde cada um sofreria influência do outro. Mesmo recebendo influências do ambiente ao qual está vinculado, o homem também age como se fosse mais um dos fatores geográficos, onde um e outro se transformariam reciprocamente (FABRÍCIO e VITTE, 2011).

Nossa pretensão é dar este panorama geral da paisagem, e das relações espaciais que são passíveis de obtenção através do olhar do pesquisador, para daí podermos traçar um perfil apropriado do arranjo territorial e de seu uso, tanto por parte dos Paraguaios, quanto da parte dos demais povos, de várias origens, associados ao comércio descrito acima e à movimentação do chamado Circuito Sacoleiro (CARDIN, 2010).

### **4. Uma Cidade Comercial**

Ciudad del Este foi inaugurada com o nome de Puerto Presidente Stroessner em 1957 (TISSIANO, 2018), na margem do Rio Paraná oposta a Foz do Iguaçu. A ideia era de aproveitar-se do ponto de escoamento da produção agrícola do Paraguai e instalar um polo de revenda de produtos industrializados importados (atualmente principalmente da China). O plano deu certo e esta parte da fronteira é a mais movimentada dentre todas as fronteiras do Brasil.

A ligação entre as duas cidades passou a poder ser feita sem a utilização do rio em 1965, com a inauguração da Ponte da Amizade, que facilitou o contato entre os países, e facilitou também a fiscalização alfandegária por parte do fisco dos dois países, o que era muito mais precário quando o Rio Paraná era a única opção de passagem para produtos e pessoas. A ponte aproximou as cidades e dificultou o trabalho dos sacoleiros.

Quando o sacoleiro, ou o turista, chega pela ponte à Ciudad del Este ele encontra a aduana paraguaia, e dependendo do horário ele verá depositadas ao chão, ladeando as pistas de tráfego de automóveis, as apreensões de alimentos feitas pelos fiscais daquele país. Como viver na fronteira pode significar viver da fronteira (COLOGNESE e CARDIN, 2014, p. 72), os moradores daquela cidade fazem compras de alimentos no lado brasileiro, pois há diferenças de cotações e preços.

Os fiscais de coletes padronizados têm o apoio de militares armados com fardas camufladas, que muitas vezes fazem o papel de parar e revistar os veículos que vêm do Brasil. Assim, carros, caminhões, vans e ônibus (de linha normal ou de turismo) passam pela fiscalização, e ao largo passam os pedestres, que em sendo sacoleiros, enxergam em Ciudad del Este seu Eldorado, onde poderão comprar itens comercializáveis no Brasil a preços mais em conta, e poderão auferir lucro com a atividade do descaminho.

Muitos caminhões viram à direita, antes da aduana, para passar numa espécie de porto seco próprio para eles. Os demais acessam a cidade pela aduana mesmo. A esquerda de quem chega foi construído o Shopping del Este para se aproveitar da localização privilegiada. Ele tem certo luxo em relação aos demais, com exceção do Shopping Paris, recém-inaugurado, e da loja Sax. Suas lojas são mais voltadas ao turista-turista (RABOSSO, 2004, p. 54) do que aos sacoleiros, sendo seus preços altos para estes.

Saindo da aduana temos o eixo principal da cidade, que a corta em duas, sendo que as lojas mais atraentes aos sacoleiros se encontram do lado esquerdo, o mesmo que vem passando por uma revitalização considerável, com filiais das lojas mais famosas, como Mega Eletrônicos, Pionner e Cellshop. A loja de eletrônicos mais bem-conceituada do lado direito é a Madrid Center.

A topografia do terreno é bem irregular, pois aparenta que tanto Foz do Iguaçu, quanto Ciudad del Este foram instaladas às margens de um rio encaixado numa falha geológica que escalonou o terreno, criando ondas desde a barranca do rio até os limites das duas cidades. Assim, andar por esta parte da cidade é bem cansativo, e em dias de chuva fica-se vermelho de barro, o solo chamado “terra roxa”, típico de origem de derramamento basáltico.

Cercando os pedestres podemos ver os distribuidores de panfletos, os mesmos que te seguem, e tentam te levar a uma loja específica, caso você pegue um dos panfletos. Estes trabalhadores informais recebem um pagamento por cada pessoa que levam à loja que os interessa. É uma forma de conseguir mais clientes para as lojas menores, pois as grandes lojas de eletrônicos e afins não precisam deste tipo de expediente.

Há no eixo principal uma rotatória (rotunda, como chamam no Paraguai), que distribui o trânsito para um eixo ortogonal, que distribui o trânsito à direita e à esquerda. Parece ter havido uma intenção de fazer uma ordenação em tipo xadrez, mas a topografia acabou deformando o traçado, e nos limites da área comercial já se perdeu o traçado retilíneo e vemos curvas e interrupções de ruas, que sobem e descem sem dar conta do desenho.

Há grandes blocos de construção, que são chamados de Shoppings, sendo estes bem diferentes do modelo tradicional do Brasil, pois parecem mal-acabados e entulhados de lojas mal arrumadas. Este perfil está mudando com a implantação de um novo layout, seguindo o modelo brasileiro, muito bem-acabadas e com um certo luxo. Mas em sua maioria ainda encontramos exemplos como o Lai-Lai e o Jebai, complexos de lojas no estilo de boxes de venda. Para economizar nos custos de aluguel as lojas têm sua área de vendas próximo do térreo, e com sua entrega nos andares acima, assim como sua área de teste, assistência técnica e garantia.

Quanto à composição dos proprietários de comércios em Ciudad del Este, podemos observar uma grande quantidade de imigrantes de origem síria e libanesa, seguidos por chineses, coreanos e muitos brasileiros. Os paraguaios figuram mais como funcionários,

geralmente vendedores e pessoal de apoio, como estoquistas, entregadores, etc. Apenas as lojas menores apresentam donos paraguaios, mas há muitos deles entre os mesiteros (uma espécie de camelôs, cf. RABOSSI, 2004).

O ritmo da cidade nesta área comercial é bem intenso, com o constante vai e vem de compradores, mototaxistas, taxistas, motoristas de vans, carregadores, todos disputando um “patron” para poderem receber reais em troca de seus serviços de transporte. O assédio a sacoleiros e a turistas é intenso nas ruas, e o trânsito fica muito lento em certos momentos, fazendo das vias de tráfego uma fonte grande de estresse, perdendo apenas para a temida passagem pela aduana brasileira, com seus fiscais prontos do outro lado da ponte.

## 5. Conclusões

Apresentamos acima uma visão geral que um sacoleiro, ou turista, teria ao chegar em Ciudad del Este atravessando a Ponte da Amizade. Este foi um relato retirado de nossas experiências em campo, usando um olhar de atenta curiosidade para vermos tanto o comum, que poderíamos encontrar nas cidades brasileiras, quanto para o incomum, o que só encontraríamos nesta cidade paraguaia, o que a tornaria única.

Assinalamos que deixamos de fora um outro conceito de Paul Vidal de La Blache, o de modos de vida, já que gostaríamos de um relato de experiência um pouco mais superficial, sem entrarmos em considerações que deixariam o texto mais longo e pesado neste contexto de pesquisa. No entanto, o campo está aberto para que possamos em breve utilizarmos tal conceito, fazendo com que mais informações possamos ter deste espaço urbano tão rico.

Pudemos concluir que sua existência, como polo de reexportação de produtos industrializados, provenientes majoritariamente do oriente (principalmente China), se deve ao atendimento das carências do mercado brasileiro, que tem seus preços excessivamente altos e abre margem para a ocorrência, na faixa de fronteira, para o surgimento, manutenção e expansão deste tipo de entreposto.

Se formos nos utilizar do conceito de La Blache de gênero de vida e tentássemos aplicar diretamente ao caso de Ciudad del Este teríamos dificuldades, já que esta cidade está mais voltada para atender às necessidades dos consumidores brasileiros do que em se integrar a uma função voltada para as demandas internas do Paraguai. A função de polo re-exportador

de produtos industrializados demonstra que a cidade em questão é mais ligada ao Brasil que a seu próprio Estado regulador. Mas, só o fato de podermos contar com o ponto de vista oriundo dos conceitos deste autor já nos dá mais ferramentas úteis de análise do meio geográfico e demonstra a versatilidade que a ciência ganha ao levar em conta uma contribuição tão distante no tempo, mas tão relevante em nossos dias.

Assim, Ciudad del Este se moldou às necessidades de mercado e virou sua face mais comercial, de concreto armado e vidraças espelhadas, para o Brasil, voltando-se de costas ao Paraguai, constituindo-se como um importante nó (CORRÊA, 1989) de uma rede internacional de comércio, e como passagem de um gigantesco fluxo de pessoas, bens e capitais, legais ou ilegais, por uma ponte que se diz amistosa, mas que abriga tensões variadas. O que pode vir a ser um excelente campo de investigações futuras.

### Referências

CARDIN, Eric Gustavo. A Expansão Do Capital E As Dinâmicas Da Fronteira. Tese (Doutorado em Sociologia). Araraquara: UNESP, 2010.

\_\_\_\_\_. Sacoleiros e Laranjas na Tríplice Fronteira: uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Araraquara: UNESP, 2006.

COLOGNESE, Silvio Antônio; CARDIN, Eric Gustavo. As Ciências Sociais nas Fronteiras: Teorias e Metodologias de Pesquisa. Cascavel: JB, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Rede Urbana. São Paulo: Ática, 1989.

FABRÍCIO, Deyse Cristina Brito; VITTE, Antonio Carlos. Paul Vidal de La Blache e a Geografia Francesa: do Contexto Histórico às Monografias Urbanas. Cordis. História, Arte e Cidades, n. 6, jan./jun. pp. 301-332, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/cordis/article/view/10302/7691>. Acesso em 16 set. 2019.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

\_\_\_\_\_. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

La Blache, Paul Vidal de. Transcrito dos Annales De Géographie, 22 (124): 289-299, 1913.  
Titulo do original: "Descaractères distinctifs de la Géographie". Tradução de Odete Sandrini Mayer.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis. 21ª edição.  
Coleção Pesquisa Social. Ed Vozes. 2002.

RABOSSI, Fernando. Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de  
fronteira. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2004.

TISSIANO, Gabriel Merlini. Início e Dinâmica da Aglomeração Urbana de Fronteira: Foz do  
Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú. I Simpósio Nacional de Geografia e Gestão  
Territorial e XXXIV Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina. 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em  
educação. São Paulo: Atlas, 1987.

**PráxisCWB 2019: live-installation em Curitiba<sup>1</sup>**  
*PráxisCWB 2019: live-installation en Curitiba, Brasil*  
*PráxisCWB 2019: live-installation in Curitiba, Brazil*

**Nadia Saito<sup>2</sup>**

**Resumo**

A performance de modelo vivo foi palco insuficiente de discussão acadêmica. Na relação artística, a perspectiva do modelo vivo foi desconsiderada na história da arte. E, ainda mais, na história da arte brasileira. Embora haja estudos na área das artes cênicas que apresentem algumas pistas, ainda permanecem pontos obscuros essenciais a essa prática. O estudo aqui proposto partiu da experiência artística vivida em treinamentos no Odin Teatret (Antropologia Teatral) para entender e levar às últimas consequências a relação artística estabelecida nas sessões de modelo vivo em espaços comunitários de arte e universidades, em Curitiba/PR. Nesse relato, o caminho trilhado escolhido foi a prática e descoberta de conceitos conforme o desenvolvimento da relação e vivência com artistas desses locais. Assim as formulações até agora exploradas foram: planos (alto a baixo), espaço negativo, oposição, resistência, contexto da paisagem, grotesco, inversão do corpo, (dis/con)torção, tensão/relaxamento muscular, apoio e impulso. Bem como um fundo teórico-metodológico sobre estudos de movimento têm sido apoio para as performances de modelo vivo até agora realizadas. No estágio atual, o gesto e a presença estão sendo o foco gerador para a produção da co-obra de arte, transformando um corpo-objeto em performer (modelo vivo). A live-installation é esse encontro em que os artistas se propõe à imersão num processo artístico que relaciona desde expressão gráfica a corpos performativos.

Palavras-chave: Performance; Curitiba; Modelo vivo

**Resumen**

La presentación del modelo en vivo fue una etapa insuficiente para la discusión académica. En la relación artística, la perspectiva del modelo vivo no se tuvo en cuenta en la historia del arte. Y aún más en la historia del arte brasileño. Aunque hay algunas pistas en el campo de las artes escénicas, todavía hay puntos oscuros que son esenciales para esta práctica. El estudio propuesto aquí partió de la experiencia artística vivida en la capacitación en Odin Teatret (Antropología Teatral) para comprender y llevar a las últimas consecuencias la relación artística establecida en las sesiones de modelos en vivo en espacios de arte comunitarios y universidades, en Curitiba/Brazil. En este informe, el camino elegido fue la práctica y el descubrimiento de conceptos como el desarrollo de la relación y la experiencia con artistas de estos lugares. Así, las formulaciones exploradas hasta ahora fueron: planos (de arriba a abajo), espacio negativo, oposición, resistencia, contexto del paisaje, grotesco, inversión corporal, (dis / con) torsión, tensión / relajación muscular, apoyo e impulso. Además, los antecedentes teóricos y metodológicos sobre los estudios de movimiento han respaldado las actuaciones de modelos en vivo realizadas hasta ahora. En la etapa actual, el gesto y la presencia están siendo el foco generador de la producción de obras de arte, transformando un cuerpo de objeto en un artista intérprete o ejecutante (modelo vivo). La instalación en vivo es esta reunión en la que los artistas proponen sumergirse en un proceso artístico que relaciona todo, desde la expresión gráfica hasta los cuerpos performativos.

Palabras claves: Performance; Curitiba; Modelo vivo.

**Abstract**

The live model performance was an insufficient stage for academic discussion. In the artistic relationship, the perspective of the live model was disregarded in the history of art. And even more so in the history of Brazilian art. Although studies in the performing arts have some clues, there are still obscure points that are essential to this practice. The study proposed here departed from the artistic experience lived in training at Odin Teatret (Theatrical Anthropology) to understand and bring to the last consequences the artistic relationship established in the live drawing sessions in community art spaces and universities art rooms, in Curitiba, Brazil. In this report,

the chosen path followed was the practice and discovery of concepts as the development of the relationship and experience with artists of these places. Thus the formulations so far explored were: planes (top to bottom), negative space, opposition, resistance, landscape context, grotesque, body inversion, (dis / con) torsion, muscle tension / relaxation, support and impulse. As well as a theoretical and methodological background on motion studies and dance have been supportive of the live model performances executed so far. At the present stage, gesture and presence are being the generating focus for the production of co-work of art, transforming an object-body into a living model (performer). Live-installation is this meeting in which artists propose to immerse themselves in an artistic process from graphic expression to performative bodies.

Keywords: Performance; Curitiba; Live model.

Em Curitiba, fins de abril de 2019, estendi minha pesquisa sobre a performance de modelo vivo em curso em Cambridge (Reino Unido) na relação artística formada pelas sessões de desenho do espaço cultural Mimesis Conexões Artísticas<sup>3</sup>. O presente relato de experiência, em formato de ensaio, pretende contribuir com o debate da formação e autonomização estética e artística brasileira.

Colocar-se no limite da criação artística com a generosidade de um corpo nu para que ali seja estabelecido um pacto artístico de elaboração. A nudez é um artifício de estudo, como um figurino potente, que foge da realidade cotidiana e cria uma vantagem para a performance. É nela que vamos nos reconhecer e perceber nossas complexidades físicas. Mais do que isso é nesse artifício que o encontro artístico vai se firmar. A nudez passa a ser o desafio maior da construção de uma história, de uma relação entre artistas. É como uma mediação de humanidade para a criação da obra de arte. Cada sessão estabelece um novo diálogo, cada artista com ferramentas e linguagem artística própria para uma comunicação e criação nova e maior que nós mesmos. Essas dobras humanas guardam uma narrativa poética a ser contada. E para a/o performer pode ou não ser consciente, dependendo de quanto essa história foi trabalhada antes da sessão.

Em meus trabalhos procuro focar em uma narrativa para criar um base de construção performática inicial. A partir desse núcleo desenvolvo as poses, o cenário, adereços e o jogo performático que será estabelecido. As diferentes formas de posar vão progredindo conforme descobrimos com a prática, relação e reflexão sobre o exercício.<sup>4</sup>

Após algumas sessões, senti que o exibicionismo era uma das poses esperadas entre os artistas. Como se a reificação do corpo performático fosse a questão mais comum, aprisionando a potência dos artistas em passividade, invariabilidade e estagnação. Como se cada um estivesse cumprindo uma função solitária e com resultados para seu ego. Nesse ponto, flagrei-me numa escolha, ainda no início da pesquisa em 2017, e optei então por me impor regras narrativas e performar a minha história corporal a partir dessas condições. Minha realidade de militância política formou um corpo específico que tive de me conscientizar para que pudesse elaborar uma narrativa performática. Os temas foram abordados desde histórias pessoais de abuso e questões de corporalidade feminina até o peso de meu próprio percurso acadêmico (nas questões de racionalidade).<sup>5</sup>

O trabalho meticuloso de pausa, presença e atenção necessita de precisão, entrega e apuração. Colocar-se como modelo vivo é levar às últimas consequências a relação artista-artista (a/o desenhista/pintor[a]/escultor[a], de um lado, e, de outro, a/o performer). Em uma instância ideal é onde os artistas se envolvem e se comunicam criando uma arte social, coletiva e viva. As/os modelos-performers precisam ter grande consciência, percepção e conhecimento sobre o que está sendo feito para que a performance seja íntegra e verdadeira. Assim, o compromisso que se estabelece entre quem desenha/pinta/esculpe e quem performa

é tão forte que se uma das partes se deixam ausentar a obra de arte fica incompleta em seu sentido de composição.

Em termos metodológicos, as performances de modelo vivo são estudadas por dias, desde o espaço em que será realizada a sessão ao tipo de público e as questões da atualidade a serem discutidas. Tudo é planejado previamente quanto a luz, horário e sombras projetadas. É preciso pesquisar sobre que tipo de artistas frequentam o local e como isso se encontra ou se confronta com a minha. Esse estudo prévio, tem a ver com os ritmos, desde as condições físicas do espaço e da/o performer até a narrativa, percurso que será abordado. Para isso, quanto mais a/o performer conhecer seu território corporal, sua história, mais poderá trabalhar sobre o caminho que será percorrido em sua narrativa poética. Como uma percepção que vai se refinando a cada nova sessão. Quanto mais acurada for essa pesquisa mais precisão de comunicação poderá estabelecer com os artistas presentes. Essa conexão é sempre dependente de quanto as/os performers e artistas têm consciência do que estão realizando. O resultado das sessões de modelo vivo são sketches, desenhos, esculturas, etc.; mais do que uma obra de arte contemplativa, forma-se ali um registro daquele momento de compartilhamento artístico, de vida, de generosidade, de humanidade. Embora o planejamento seja feito, nunca se sabe o que ocorrerá, tendo visto que a performance de poses é um jogo e tudo depende das reações sutis expressadas nos gestos, olhares e até expressões faciais de quem desenha. Cabe ao performer perceber que tipo de construção artística quer manter, interromper ou alimentar. É nesse momento que performer modelo vivo e artista-observador (desenhista, escultor, etc.) percebem que estão produzindo uma obra de arte juntos. No observar um ao outro e no ouvir para que a obra de arte seja realizada.

Para tanto, o tempo ou a escolha das poses podem ser mediados por um dispositivo comum ou regras pré-estabelecidas antes das sessões entre os artistas. No caso da residência artística realizada no projeto de desenho de figura humana pelo Coletivo Práxis<sup>6</sup> começamos testando algumas regras. Ela foi realizada durante um mês alternando estudos de retratos e figura humana e sessões de modelo vivo. As sessões, com frequência de até duas vezes por semana com duração de três a quatro horas, foram alternadas com minhas performances e de outras artistas.<sup>7</sup> Como forma de aperfeiçoar as poses, procurei logo no início do trabalho me arriscar no desenhar. Colocar-me em outro lugar me fez aprofundar a relação e aprimorar as poses, essencialmente em termos de detalhes/artifícios, luz, contextos e padrões, além de outros que ainda estão sendo formulados. De toda forma, esse outro lugar iluminou outros aspectos do desafio da performance, do domínio da linguagem das artes visuais, enfim, abriu perspectivas conjugadas, novas escolhas e diversos formatos de diálogos.

Na primeira sessão as poses foram cronometradas e cada pose foi elaborada em conjunto um dos artistas (Icaro Yuji)<sup>8</sup> que coordenou a sessão.<sup>9</sup> Ao perceber que ele havia se concentrado mais em medir o tempo e determinar poses do que em realizar o trabalho de observação e execução do desenho, sugeri a temporização por música e a determinação das poses por mim mesma.<sup>10</sup> Compartilhando assim a responsabilidade da execução da obra. O controle do tempo das poses é uma questão contundente para ambos os artistas. Neste caso sensibilidade, colaboração e solidariedade entre os artistas em termos de limites (sejam eles corporais, metodológicos ou estéticos) é essencial como um jogo para que se obtenha a obra de arte comum. Existe um pacto de performance na relação artista-artista. Se por um lado, a performer estabelece suas regras de poses, de tempo, de ritmo. As/os artistas participantes como espectadores ativos, querem desenhar o gesto, a intenção, ao mesmo tempo que estudam os traços, os ritmos, a humanidade da/o modelo. Assim, a performance que se forma

é o meio para que se construa uma relação completa e para que haja uma superação artística e estética em ambos os artistas. Para se mova algo dentro de cada um a ponto de haver uma mudança interna. Como um espelho de reconhecimento mútuo; quase uma celebração da vida entre artistas numa aprendizagem colaborativa, generosa.

Desta forma, na sessão seguinte, preparamos um cenário em que seria possível que eu organizasse o tempo e o tipo de observação para um preparo dos desenhos - como foi feito na oficina de desenho de figura humana no King's College (Universidade de Cambridge, Reino Unido) realizada entre agosto de 2018 e janeiro de 2019.<sup>11</sup>

O resultado foi uma performance comprometida esteticamente com as expressões faciais do Butoh para que pudéssemos explorar mais a arte do retrato. À entrada dos artistas havia um ambiente preparado para que os artistas soubessem que um tratado fosse selado. Um acordo de que uma obra de arte aconteceria ali e que o tempo, a luz e as poses aconteceriam de acordo com o que nós fôssemos construindo apesar do projeto elaborado por mim previamente. Portanto, uma playlist<sup>12</sup> foi elaborada por mim com a entrada deles à meia-luz e uma lanterna apontada para meu rosto para que pudessem captar meu rosto com traços orientais e cabelos muito cacheados, além de um corpo nada aproximado do caucasiano. Em resumo, uma forma estética que desafia só por ousar posar.<sup>13</sup>

Somente o fato de existir como modelo já me penso como um atentado a uma reprodução do *traçado-establishment*, uma resistência ao olhar/percepção *mainstream-ado*. Penso em minhas performances como respostas a realidade em que vivo. Questões, pessoais e sociais, que aparecem diariamente, sejam elas sutis ou grosseiras, vão sendo abordadas em minhas criações performáticas. Acredito que quanto maior exposição à diversidade maiores serão as chances de praticar e de dialogar sobre esse tecido social diferente. Nas linguagens das artes, percebo uma chance de sairmos da língua treinada, das formalizações verbais e das sentenças adestradas. A meu ver, as poses e as obras de arte resultantes desse encontro carregam uma potência para a superação dos cansados fraseados treinados em erudição artística.

Foram elaboradas 7 poses iluminadas por poucos segundos, uma *simulassão-referência* a flashes de fotografias. Em seguida, as mesmas poses tiveram a duração de 2 minutos aproximadamente para que os artistas pudessem retratar o máximo possível daquelas expressões. O figurino foi pensado trazendo a parte superior do busto descoberta para que fosse possível interpretar toda a expressão composta também pelo movimento do corpo.

Outra questão que foi considerada e, ao fim da sessão pudemos compartilhar ideias, foi o espaço da sala. O espaço da sala é o lugar escolhido para performar, um lugar de intimidade e de relação entre os artistas. É o lugar do ritual, do sagrado. O espaço delimita e liberta o corpo para a relação estética-artística. É a condição concreta que nos propomos para obter uma experimentação nova; uma superação no diálogo entre diferentes linguagens. É ali que acontece o encontro apontado para uma autonomia e, também, onde se estabelece o pacto artístico. A sala representa um espaço relacional onde se forma, expressa-se e se modifica. Nesse relato foram desconsideradas as questões sobre situações de constrangimento ou inusitadas ocorridas durante as sessões,<sup>14</sup> visto que o foco ficaria difuso; outra questão que foi pouco trabalhada foram as relações do público externo com o tema da performance de modelo vivo.<sup>15</sup>

Performar posando é uma reunião de todos esses elementos. Acredito que ali exista uma construção artística coletiva, colaborativa e real capaz de transformar profundamente a realidade vivida por meio dessas relações. A experiência com o coletivo artístico Práxis

apontou a possibilidade dessa transformação. Ainda são necessários maiores aprofundamentos em estudo de casos a partir dessa perspectiva de quem posa/performa para que haja uma pesquisa mais intensificada.



## **CONSIDERAÇÕES SOCIO-ECOLÓGICAS ENTRE A ILHA DE PÁScoa E A SOCIEDADE ATUAL: baseado no livro “Colapso” de Jared Diamond.<sup>16</sup>**

*CONSIDERACIONES SOCIO-ECOLÓGICAS ENTRE LA ISLA DE PASCUA Y LA SOCIEDAD ACTUAL: basado en el libro "Colapso" de Jared Diamond.*

*SOCIO-ECOLOGICAL CONSIDERATIONS BETWEEN THE ISLAND OF EASTER AND THE CURRENT SOCIETY: based on the book "Collapse" by Jared Diamond.*

**Yago Teodoro Aiub Calixto<sup>17</sup>**

### **Resumo**

Trata-se de pesquisa objetivando considerações socio-ecológicas entre a Ilha de Páscoa e a sociedade atual, ou seja, visa verificar como o comportamento dos pascoenses influenciou nos desastres ecológico e como a sociedade atual vem perpetuando condutas semelhantes. Em termos introdutórios, o primeiro tópico será sobre a geografia da Ilha de Páscoa. Após, tem-se análises práticas, sendo que a primeira se trata da atividade agrícola e a introdução de ratos, no território pascoense, comparada com a inserção de tilápias na Amazônia. Na segunda análise, será comparado o desmatamento desenfreado da Ilha de Páscoa com a degradação da Mata Atlântica. Também será visto a questão da chegada de uma nova cultura, e seus representante, no bioma local, como foi o caso dos Europeus, trouxeram impactos inacreditáveis a Ilha de Páscoa e aos índios brasileiros. Já em ordem de encerramento da pesquisa, o último caso analisado será como a questão ecológica pode influenciar nas práticas religiosas das sociedades, de modo que serão comparadas as alterações nos ritos funerários tribais e a questão do abate de animais por motivos religiosos, recentemente autorizado pelo Supremo Tribunal Federal. Em termos comparativos, a pesquisa se utilizará da obra “Colapso: como as sociedades escolhem os fracassos ou o sucesso”, de Jared Diamond.

Palavras-Chave: Colapso; ecologia; Ilha de Páscoa; sociedade atual.

### **Resumen**

Se trata de una investigación objetivando consideraciones socio-ecológicas entre la Isla de Pascua y la sociedad actual, o sea, busca verificar cómo el comportamiento de los pascuenses influyó en los desastres ecológicos y cómo la sociedad actual viene perpetuando conductas semejantes. En términos introductorios, el primer tópico

---

<sup>16</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>17</sup> Mestrando em Direito; UNESP - FCHS; Franca, São Paulo, Brasil; [yago1204@gmail.com](mailto:yago1204@gmail.com)

será sobre la geografía de la Isla de Pascua. Después, se tienen análisis prácticos, siendo que la primera se trata de la actividad agrícola y la introducción de ratas, en el territorio pascoal, comparada con la inserción de tilapias en la Amazonia. En el segundo análisis, se compara la deforestación desenfrenada de la Isla de Pascua con la degradación de la Mata Atlántica. También se verá la cuestión de la llegada de una nueva cultura, y su representante, en el bioma local, como fue el caso de los europeos, trajeron impactos increíbles a la Isla de Pascua ya los indios brasileños. En el orden de cierre de la investigación, el último caso analizado será cómo la cuestión ecológica puede influir en las prácticas religiosas de las sociedades, de modo que se compararán las alteraciones en los ritos funerarios tribales y la cuestión del sacrificio de animales por motivos religiosos, recientemente autorizado por el Supremo Tribunal Federal. En términos comparativos, la investigación se utilizará de la obra "Colapso: cómo las sociedades escogen los fracasos o el éxito", de Jared Diamond.

Palabras claves: Colapso; ecología; Isla de Pascua; sociedad actual.

### **Abstract**

It is a research aimed at socio-ecological considerations between Easter Island and the current society, that is, it aims to verify how the behavior of the Pascoans influenced ecological disasters and how the current society has perpetuated similar conduct. In introductory terms, the first topic will be on the geography of Easter Island. Afterwards, there are practical analyzes, the first of which is the agricultural activity and the introduction of rats in Pascoal territory, compared to the insertion of tilapia in the Amazon. In the second analysis, the uncontrolled deforestation of Easter Island will be compared with the degradation of the Atlantic Forest. The question of the arrival of a new culture will also be seen, and its representatives in the local biome, as was the case with the Europeans, brought incredible impacts to Easter Island and the Brazilian Indians. Already in order to close the research, the last case analyzed will be how the ecological issue can influence the religious practices of societies, so that changes in tribal funeral rites and the issue of the slaughter of animals for religious reasons, recently authorized by the Federal Court of Justice. In comparative terms, the research will be based on the work "Colapso: how societies choose failures or success," by Jared Diamond.

Key-words: Actual society; Collapse; ecology; Easter Island.

## **1. Introdução**

O presente artigo visa, a partir da obra "O Colapso" de Jared Diamond, comparar como as atitudes da sociedade pascoense influenciaram no declínio de sua cultura frente as atitudes cotidianas da nossa sociedade.

Estruturalmente, os dois primeiros tópicos são propedêuticos, visto que haverá uma breve introdução à obra paradigma e ressaltar aspectos histórico-geográficos da Ilha de Páscoa, para que as considerações e comparações feitas sejam considerando a realidade dessa sociedade emblemática.

Após feitos os apontamentos propedêuticos, será visto como a sociedade pascoense foi influenciada pela introdução de ratos em seu habitat, pelos navegantes. Tal episódio será comparado com a introdução da subespécie Tilápia nas bacias amazônicas pelos piscicultores.

Nessa mesma linha, a extração predatória de madeira na Ilha será espelhada na questão de desmatamento da Mata Atlântica, visto que em ambas houve a depredação significativa de seus recursos naturais por más políticas de desenvolvimento.

Outro tema comum a sociedade brasileira e a insular pascoense é a dizimação de seus representantes pelas doenças trazidas pelos europeus. Lá foi a varíola, aqui um grande surto de gripe. Nesse momento fica claro que a introdução de uma sociedade em outra é extremamente perigosa, seja por questões culturais seja por questões biológicas.

Por fim, será demonstrado como a questão ecológica/biológica é incisiva na sociedade, podendo inclusive modificar conceitos, aparentemente imutáveis, como mandamentos religiosos. No caso prático ver-se-á a substituição da cremação pascoense pela mumificação e o abate de animais por motivos religiosos, no Brasil atual.

## **2. Da obra paradigma**

O trabalho feito consistiu em analisar, a partir da obra “Colapso: como as sociedades escolhem os fracassos ou o sucesso”, editora Record, bem como outras fontes, a história da Ilha de Páscoa e como as atividades antropocêntricas influenciaram no meio ambiente, para que assim faça-se a devida comparação com nossa sociedade.

O autor, Jared Mason Diamond, é biólogo evolucionário, fisiologista, biogeógrafo e autor de não-ficção norte americano, assim sua obra é composta por uma análise objetiva e extremamente bem construída sobre o desenvolvimento de várias sociedades, que em certo momento atingem seu colapso. Diamond também é ganhador do prêmio Pulitzer, pela obra “Armas, germes e aço”.

Interessante se faz destacar que o autor, define colapso como uma redução drástica no tamanho da população e/ou complexidade política/econômica/social em uma área considerável, por um longo período. Veja-se:

For the purposes of my book, I adopted a common-sense working definition: “A drastic decrease in human population size and/or political/economic/social complexity, over a considerable area, for an extended time.” (DIAMOND, 2005).

Contudo ressalta-se que não será utilizada a obra em sua integralidade, pelo contrário, utilizar-se-á apenas da parte 2 (Sociedades do Passado), capítulo 2 (Crepúsculo em Páscoa).

### 3. Breve introdução à geografia pascoense

A Ilha de Páscoa pertence ao Chile, tendo uma área de 163,60 quilômetros quadrados, localizada no Oceano Pacífico (polinésia oriental). Sua população é de 4.888 pessoas, sendo que a maioria vive em Hanga Roa, que é a capital e a única cidade da Ilha de Páscoa.

A formação da ilha é de origem vulcânica, tendo sido formada, principalmente pelos vulcões *Rano Kau*, *Poike* e *Rano Aroi*.

Devido a sua posição, a Ilha de Páscoa é considerada o canto mais isolado do mundo, conhecida também como *Rapa Nui* (Ilha Grande), *Te Pito O Te Henúa* (Umbigo Mundo) e *Mata Ki Te Rangī* (Olhos fixos no céu). A ilha está a 3700 quilômetros do Chile (direção leste) e 2000 quilômetros das Ilhas Pitcairn (direção oeste).

O idioma nativo é conhecido como *Rapanui*, e o sistema de escrita era o *Rongorongo*, que ainda não foi totalmente decifrado.

A mitologia insular é baseada em três principais crenças. *Hotu Matua* e os sete exploradores, *Tangata Manu* e *Make-Make*. A crença sobre o povo *Hotu Matua* é que seu rei sonhou que seu continente (*Hiva*) seria inundado, assim enviou sete exploradores para encontrarem um novo lar, o que levou ao descobrimento da Ilha de Páscoa. Em *Ahu Akivi* (uma das plataformas insulares) existem sete moais que são os únicos voltados para o mar, representando os descobridores.

A crença *Tangata Manu* significa o direito de ser gravado em pedra, ou seja, o vencedor da competição seria o homem pássaro e teria direito a ter uma estatueta esculpida a sua forma. A competição consistia em um adulto representante de cada tribo, nadar até as ilhas mais próximas e capturar o primeiro ovo botado pela ave *Manutara*. O primeiro que voltasse a ilha era considerado o representante terreno do deus criador *Make-Make*.

*Make-Make* seria o deus criador da ilha de Páscoa e de toda a humanidade, sendo também o responsável pela fertilidade e por toda a reprodução na Terra.

As famosas plataformas (*ahus*) da Ilha de Páscoa são elevações ou crateras no terreno insular, que servem de base para a fixação dos Moais (estátuas insulares). A cratera com mais esculturas é a de *Rano Raraku*, com 550 metros e abrigando 397 estátuas.

Recentemente foi descoberto que os Moais, grandes esculturas de pedra, tem corpos, que estavam enterrados deixando apenas o torço disponível para visualização.

O primeiro contato com a civilização exterior foi em 05 de abril de 1977 (daí o nome Ilha de Páscoa) com o explorador Jacob Roggeveen. Nesse contato a ilha demonstrava-se como um lugar ermo, sem arbustos de maior porte.

#### **4. Atividade agrícola/pecuária - introdução da tilápia na amazônia**

Quanto à atividade agrícola, pode-se dizer que era praticamente definida em plantações de bananas, taro, cana de açúcar e amora, enquanto a domesticação animal se resumia em galinheiros. Os ratos infestaram a ilha, desequilibrando o bioma local, vindos como clandestinos nos navios.

Cinco de suas nove espécies de aves terrestres (incluindo os três grandes pombos), e colônias de cerca de seis de suas espécies de aves marinhas, foram exterminadas. Tais extinções provavelmente são resultado de caçadas, destruição do habitat com a queimada de partes da ilha para abrir campos de cultivo e depredações feitas por ratos que chegaram como clandestinos em canoas polinésias. Hoje, esses ratos continuam a preda filhotes e adultos das espécies de aves marinhas que sobraram, que não podem se defender porque evoluíram na ausência de ratos. (DIAMOND, 2007).

Assim podemos comparar a introdução dos ratos como a inserção da espécie de peixe Tilápia, de origem africana, nos rios do estado amazônico. A inserção aconteceu propositalmente por piscicultores pela facilidade de adaptação ao bioma e a alta reprodução. De acordo com Valmir Pozetti e Mateus Gasparini:

Assim sendo, a inserção da Tilápia nos rios do Estado do Amazonas cria condições adversas às atividades sociais e econômicas, pois já causam o aumento e acúmulo de matéria orgânica, dificultando a navegação dos rios; prejudicam a pesca artesanal, comercial e turística com a extinção ou escassez dos peixes naturais; e enfraquecem o turismo local, com mudança da paisagem amazônica.

Ademais, a qualidade da água é alterada por novos parasitas trazidos pela espécie exótica, interferindo nas condições sanitárias, além de afetar desfavoravelmente a biota dos rios. (POZZETTI & GASPARINI, 2018).

Tanto no caso brasileiro como no pascoense, pode-se definir que a atividade humana, ao introduzir uma nova espécie no ambiente, propositalmente ou não, gerou um desequilíbrio ecológico insustentável.

É claro que a atividade pecuária/agrícola é necessária para a economia brasileira, porém todo rompimento de paradigma ambiental deve ser feito após os devidos estudos ecológicos necessários, visto que ao se visar apenas a atividade econômica, como foi o caso dos piscicultores amazonenses, o prejuízo, inclusive econômico, é maior do que os ganhos financeiros.

## **5.Desmatamento desenfreado – caso da mata atlântica**

O desmatamento na Ilha de Páscoa teve alguns fatores primordiais, como madeira para combustível, transporte para os Moais, desmatamento para criação de hortas, manufatura de cordas e a predação intensa pelos ratos.

Nas palavras de Jared Diamond

A ilha de Páscoa é o exemplo mais extremo de destruição de florestas no Pacífico, e está entre os mais extremos do mundo: toda a floresta desapareceu, todas as suas espécies de árvore se extinguíram. As consequências imediatas para os insulares foram a perda de matérias-primas, perda de fontes de caça e diminuição das colheitas. (DIAMOND, 2007).

O desmatamento era tamanho que em contato com os franceses, em 1838, os insulares pediam incansavelmente por madeira.

As consequências do desmatamento foram drásticas. Houve um surto de fome, um declínio de 70% da população, prática de canibalismo e mumificação e a construção dos Moais *kavakava*, que eram estátuas magras com costelas salientes.

No caso brasileiro, especificamente no sul e sudeste, a Mata Atlântica pode ser considerada como o maior caso de desmatamento proporcional, visto que, segundo a ONG WWF, apenas 7% da área original ainda subsiste.

No caso da Mata Atlântica, a principal causa do desmatamento não foi a utilização da madeira, mas a necessidade de áreas litorâneas e próximas para o cultivo das monoculturas, particularmente café e cana de açúcar.

É de bom grado lembrar que desde a época colonizadora, a Mata Atlântica vem sendo desmatada, no caso para a exploração do Pau-Brasil.

A Mata Atlântica é uma das florestas tropicais mais ameaçadas do mundo. De fato, é o ecossistema brasileiro que mais sofreu os impactos ambientais dos ciclos econômicos da história do país. Para se ter uma idéia da situação de risco em que se encontra, basta saber que à época do descobrimento do Brasil ela tinha uma área equivalente a um terço da Amazônia, ou 12% do território nacional, estendendo-se do Ceará ao Rio Grande do Sul. Hoje, está reduzida a apenas 7% de sua área original. (WWF, 2019).

Assim é plausível concluirmos que os nativos da Ilha de Páscoa foram os causadores de seu maior problema social: falta de alimento e água, convergentemente a exploração humana da Mata Atlântica vem colocado o bioma mais rico do Brasil em sério risco de extinção.

Não se deve olvidar que tal desmatamento é significativo para a dinâmica hídrica das regiões afetadas.

## **6.A chegada de uma nova civilização – como as doenças europeias exterminaram os índios brasileiros**

Com a chegada dos Europeus, muitos insulares foram acometidos pela varíola, doença até então desconhecida pela sociedade nativa. Por ser uma doença “nova” os insulares

contabilizaram muitas mortes até que começaram a saber formas de conter a disseminação dessa e amenizar os doentes.

Quando os europeus desembarcaram no litoral sul americano, episódio erroneamente denominado como a “Descoberta do Brasil”, a dominação foi possível, inclusive, pela disseminação de doenças.

Os indígenas não tinham contato prévio com as doenças europeias, de forma que nunca tiveram a chance de desenvolver seu sistema imunológico, ou mesmo buscar em sua rica cultura vegetal tratamentos eficazes.

Entrementes, acredita-se que as doenças infecciosas impactaram a saúde dos ameríndios porquanto haveria uma ausência de genes relacionados à capacidade de resposta imune, por outro lado, a homogeneidade genética certamente se enquadra mais como resposta sobre os fatores biológicos que facilitaram as infecções. As relações dos ameríndios com os europeus aproximaram grupos geneticamente heterogêneos. O intercâmbio de doenças fragilizou mais os ameríndios que os europeus, as doenças autóctones do continente americano, com exceção da sífilis, não chegaram a se tornar epidemias entre os europeus e seus descendentes nem no Brasil, nem na Europa. (ALMEIDA & NOTZOLD, 2010).

A lição que deve ser desprendida do caso é que o intercâmbio entre culturas de origens diferentes, pode ser um grande risco, visto que as evoluções imunológicas são particulares de cada caso.

Outro caso que pode servir de exemplo, é que em 2018, mais de 500 casos de sarampo foram confirmados nos estados do Amazonas e Roraima, na medida que até esse incidente o governo acreditava que tais doenças estavam erradicadas.

Porém uma das possíveis causas, e talvez a mais lógica, seja a imigração clandestina venezuelana para o Brasil, uma vez que o país vive uma verdadeira crise humanitária. Ora, se os venezuelanos não estão tendo acesso a comida, é óbvio que o governo não praticou as políticas públicas necessárias para a erradicação de doenças.

O objetivo dessa pesquisa não é julgar o mérito da imigração venezuelana no Brasil, mas apenas demonstrar que a inserção de uma sociedade em outra pode causar uma verdadeira ameaça, seja no aspecto social seja no biológico.

## 7.A questão ecológica modificando a religião – abate de animais por motivos religiosos

A questão ecológica é tão incisiva que tem o condão de modificar conceitos dogmáticos aparentemente imutáveis, até mesmo em relação a religião.

A sociedade insular pascoense, em função de suas crenças, cremavam seus mortos em grandes piras funerárias. Porém com o desmatamento desenfreado e a necessidade de racionalizar o uso de madeira, a crença foi deixada de lado e os mortos recebiam um ritual de mumificação.

Outro fator interessante é que com a queda da fauna, a prática do canibalismo foi implantada na sociedade. Nesse ponto a pirâmide de Maslow se justifica.

No Brasil, recentemente, a questão ecológica veio à tona com o julgamento do Recurso Extraordinário 494601, no qual o Supremo Tribunal Federal declarou constitucional o direito ao abate de animais por motivos religiosos.

O embate entre normas fundamentais é claro: liberdade de crença versus direito ao meio ambiente equilibrado. Ademais, apesar de serem “coisas” para o direito civil, já existem correntes defendendo a personalidade dos animais, justificando o direito inegável de vida a esses animais.

Esse trabalho não visa a constitucionalidade ou não desse abate de animais, mas apenas demonstrar que tal prática oferece perigo ao meio ambiente. Ora, o artigo 225 da Constituição Federal declara que todos tem o dever de defender o meio ambiente em prol das presentes e futuras gerações.

Algumas religiões sacrificam, inclusive, animais silvestres, como por exemplo a capivara, não restringindo os abates apenas a animais domésticos.

De qualquer forma, é visto que a escassez de madeira modificou a sociedade insular quanto a sua religião, e o no Brasil não foi diferente, a questão foi tão debatida que chegou ao STF para julgamento.

A título de esclarecimento, acredita-se que o STF foi extremamente infeliz ao declarar a constitucionalidade desse abate, visto que pelo sopesamento de Robert Alexy não há dúvidas que o meio ambiente equilibrado deve prevalecer sobre a religião.

De acordo com Tereza Vieira e Camilo Silva:

O conflito de interesses não pode ser encarado apenas pela visão do interesse humano, antropocêntrico e especista, mas sim, com a ampliação da abrangência moral aos animais não humanos. Aliás, a lei brasileira garante aos animais sua vida contra atos de crueldade, e neste caso, abrange a proibição de sua morte em terreiros e altares espalhados pelo Brasil.

A limitação dos caprichos e desejos do homem frente ao interesse da vida, da liberdade e da dignidade dos animais está fundamentada no direito, na moral e na própria religião. No direito, pela proibição de práticas cruéis. Na moral, pela consideração aos interesses daqueles que sofrem, numa ética da compaixão e respeito. Na religião, pelos princípios da não-violência, da conduta de amor e respeito ao próximo, mesmo sendo esse próximo um animal não humano, diferente do homem na aparência, mas semelhante nos sentimentos, no desejo de viver, de ser livre. Porém, a visão antropocêntrica impede o reconhecimento do não uso de animais nos rituais religiosos ou comemorativos. (VIEIRA & SILVA, 2016).

De qualquer forma vemos que a ecologia deve ser analisada com cuidado, pois tem lastro para inclusive modificar questões aparentemente imutáveis, como a religião para seus fiéis.

## **8. Conclusão**

Conforme visto no presente trabalho, a ecologia de uma sociedade deve ser vista como um tema primordial em seu planejamento, pois cria impactos nas áreas social, econômica e até mesmo religiosa.

A sociedade insular era desenvolvida socialmente, tendo uma estabilidade de recursos para sua subsistência, porém o primeiro grande problema foi quando os navegantes europeus chegaram trazendo, nos porões de seus navios, ratos que depredaram desde madeira até espécies que antes não conheciam predadores em sua cadeia alimentar.

Simetricamente, pode-se ver que os piscicultores amazonenses causaram impactos similares ao introduzir a Tilápia nas bacias amazônicas, trazendo problemas biológicos e econômicos para as sociedades ribeirinhas que vive da pesca.

No mesmo sentido, o extrativismo pascoense demonstra que a utilização sem limites de qualquer recurso natural só tem um caminho: a escassez. No Brasil, o triste exemplo pode ser dado pela destruição de mais de 90% da Mata Atlântica, causando prejuízos irreversíveis para a sociedade, como extinção de espécies e escassez de madeira.

Há também a constatação de que a introdução de um fator alienígena dentro de uma sociedade, ainda que outra sociedade seja, é extremamente perturbador, como foi o caso da Ilha de Páscoa ao ter seus habitantes cometidos pela epidemia de varíola, e no Brasil quando os europeus contaminaram os índios, principalmente com a gripe.

A ecologia é de tamanha importância, que nem conceitos dogmáticos são imunes a sua influência, na medida que os pascoenses tiveram que abrir mão de suas piras funerárias, pela falta de madeira, e adotar a mumificação. Já no Brasil, recentemente o STF constitucionalizou o abate de animais sob motivos religiosos, colocando o direito ao meio ambiente equilibrado, de toda a sociedade, em risco.

Por todo o exposto fica claro que a sociedade atual demonstra muitas semelhanças com a sociedade pascoense insular, principalmente na questão de produzir desequilíbrios ecológicos, em termos gerais para extrativismo ou modificação do *status quo* do bioma.

A sociedade atual traça a receita de declínio escrita pelos povos anteriores, como se as lições de fracasso não fossem suficientes para impulsionar a mudança de comportamento/mentalidade, em função de um desenvolvimento sustentável.

## Referências

CASSANO, Francisco Américo. **PRINCÍPIOS E VALORES RELIGIOSOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: A QUESTÃO DO EMPREGO NA ECONOMIA POLÍTICA**. 2011. Disponível em: [http://www.mackenzie.br/fileadmin/Chancelaria/GT5/Francisco\\_Americo\\_Cassano.pdf](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Chancelaria/GT5/Francisco_Americo_Cassano.pdf). Acesso em: 21 ago. 2016.

DIAMOND, Jared. **Colapso: como as sociedades escolhemos fracassos ou o sucesso**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

DIAMOND, Jared. **COLLAPSE: HOW SOCIETIES CHOOSE TO FAIL OR SUCCEED.** 2005. Disponível em: <[http://www.jareddiamond.org/Jared\\_Diamond/Collapse.html](http://www.jareddiamond.org/Jared_Diamond/Collapse.html)>. Acesso em: 02 maio 2019.

DIAMOND, Jared. **JARED DIAMOND.** Department of Geography University of California, Los Angeles. Disponível em: <[http://www.jareddiamond.org/Jared\\_Diamond/Welcome.html](http://www.jareddiamond.org/Jared_Diamond/Welcome.html)>. Acesso em: 21 ago. 2016.

GHOSE, Tia. **Giant Easter Island 'Hats' Rolled Into Place.** 2015. Disponível em: <<http://www.livescience.com/50617-easter-island-hats-rolled.html>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

IMAGINA ISLA DE PASCUA (Chile). **Mitos y leyendas.** 2014. Disponível em: <<http://imaginaisladepascua.com/la-isla-de-pascua/cultura-rapa-nui/mitos-y-leyendas-de-isla-de-pascua/>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

LABOISSIÈRE, Paula. **Doenças erradicadas voltam a assustar; veja os desafios da vacinação.** EBC - Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-07/doencas-erradicadas-voltam-assustar-veja-os-desafios-da-vacinacao>>. Acesso em: 02 maio 2019.

MAZAREM, Paulo. **UMA BREVE HISTÓRIA DO CULTO AO FALO.** 2014. Disponível em: <<http://profpaulomazarem.blogspot.com.br/2014/04/uma-breve-historia-do-culto-ao-falo.html>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

MISTÉRIOS DO MUNDO. **As estátuas da Ilha de Páscoa possuem corpos?** 2015. Disponível em: <<http://misteriosdomundo.org/as-estatuas-da-ilha-de-pascoa-possuem-corpos/>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

REINACH, Fernando. **A longa marcha dos grilos canibais: e outras crônicas sobre a vida no planeta Terra.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOBRE HOMENS E VELEIROS. **Tangata Manu.** 2012. Disponível em: <<http://www.sobrehomenseveleiros.com.br/uv/tangatamanu/hist.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

TSOUKALOS, Giorgio A.. **Ilha da Páscoa.** 2014. Disponível em: <<http://www.conhecimentohoje.com.br/Recentes827.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

VIAJE Comigo - Ilha de Páscoa. S.i.: Viagem Comigo, 2012. (12 min.), son., color. Série VIAJE COMIGO 60 | ILHA DE PÁSCOA | FAMÍLIA GOLDSCHMIDT. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=W0tLIFekpMM>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

WWF (Brasil). **Mata Atlântica: Curiosidades.** 2019. Disponível em: <[https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/questoes\\_ambientais/biomas/bioma\\_mata\\_atl/bioma\\_mata\\_atl\\_curiosidades/](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/biomas/bioma_mata_atl/bioma_mata_atl_curiosidades/)>. Acesso em: 02 maio 2019.

## Português Língua Estrangeira/Adicional (PLE/PLA) e o Programa Idiomas sem Fronteiras<sup>18</sup>

*Portugués Lengua Extranjera/Adicional (PLE/PLA) y el Programa Idiomas sin Fronteras*

*Portuguese as a Foreign/Additional Language (PFL/PAL) and the Languages Without Borders Program*

Denis Leandro Francisco<sup>19</sup>

### Resumo

Este artigo apresenta algumas das principais ações na área de Português Língua Estrangeira/Adicional (PLE/PLA) desenvolvidas no contexto de estruturação e implementação do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), lançado pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC) por intermédio da Secretaria de Educação Superior (SESu). São focalizadas as seguintes ações do IsF – Português: i. estudo-diagnóstico regionalizado sobre as condições da área de PLE/PLA nas 63 universidades públicas federais brasileiras; ii. avaliação de cursos e materiais didáticos na área de PLE/PLA disponibilizados em ambientes digitais; e iii. realização do Ciclo de Debates IsF – Português, ação de formação inicial na área de PLE/PLA desenvolvida integralmente a distância e direcionada aos representantes do programa nas 63 universidades públicas federais brasileiras.

Palavras-Chave: Português Língua Estrangeira/Adicional; PLE/PLA; Programa Idiomas sem Fronteiras; Políticas Linguísticas; Internacionalização.

### Resumen

Este artículo presenta algunas de las acciones clave en el ámbito del Portugués como Lengua Extranjera/Adicional (PLE/PLA) desarrolladas en el contexto de la estructuración e implementación del Programa Idiomas sin Fronteras (IsF), puesto en marcha por el Ministerio de Educación de Brasil (MEC) a través de la Secretaría de Educación Superior (SESu). Se focalizadas las siguientes acciones del IsF – Português: i. estudio-diagnóstico regionalizado sobre las condiciones del área de PLE/PLA en las 63 universidades públicas federales brasileñas; ii. evaluación de cursos y materiales didáticos en el área de PLE/PLA disponibles en ambientes digitales; y iii. realización de un Ciclo de Debates, acción de formación inicial en el área de PLE/PLA realizada integralmente a distancia y dirigida a los representantes del programa en las 63 universidades públicas federales brasileñas.

Palabras claves: Portugués Lengua Extranjera/Adicional; PLE/PLA; Programa Idiomas sin Fronteras; Políticas lingüísticas; Internacionalización.

### Abstract

---

<sup>18</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>19</sup> Doutor em Letras; Universidade Federal de Lavras - UFLA; Lavras, Minas Gerais, Brasil; [denisleandro@outlook.com](mailto:denisleandro@outlook.com).

This article presents some of the main actions in the area of Portuguese as a Foreign/Additional Language (PFL/PAL) developed in the context of structuring and implementation of the Languages Without Borders Program (IsF), launched by the Ministry of Education of Brazil (MEC) through the Secretariat of Higher Education (SESu). The following IsF – Portuguese actions are focused on: i. regionalized diagnostic study on the conditions of the PFL/PAL area in the 63 Brazilian federal public universities; ii. evaluation of courses and teaching materials in the area of PFL/PAL available in digital environments; and iii. holding the IsF - Portuguese Debate Cycle, an initial training course in the area of PLE/PLA developed entirely online.

Keywords: Portuguese as a Foreign/Additional Language; PFL/PAL; Languages without Borders Program; Language policies; Internationalization.

## **1. Introdução**

Um dos principais desafios da educação superior brasileira é o seu processo de internacionalização, uma vez que tal processo envolve uma complexa definição de objetivos articulados com as demandas educacionais, com as diretrizes curriculares e com a legislação vigente, assim como com o Plano Nacional de Educação (PNE); envolve, ainda, o uso das tecnologias da informação e da comunicação, a formação de pessoal qualificado para a Educação a Distância e a definição de programas de estímulo visando à ampliação de intercâmbios internacionais, aspectos curriculares e organizacionais (ABREU-E-LIMA et al, 2017).

Entretanto, ainda que todas as premissas acima elencadas sejam atendidas, uma internacionalização efetiva não pode ser alcançada sem uma política linguística que possibilite, por um lado, que os estudantes e pesquisadores brasileiros se beneficiem da mobilidade acadêmica em países em que a língua oficial não é o português e, por outro lado, que os estudantes e pesquisadores estrangeiros falantes de outras línguas possam, por sua vez, ser inseridos nas universidades brasileiras.

É nesse panorama que surge o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF). O programa, lançado pelo Ministério da Educação (MEC) e instituído pela portaria n.º 973, de 14 de novembro de 2014<sup>20</sup>, tem como principal objetivo “propiciar a formação e a capacitação em idiomas de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo das Instituições de Educação Superior Públicas e Privadas - IES e de professores de idiomas da rede pública de educação básica, bem como a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa” (Art. 1º). Segundo o inciso VI do artigo 2º dessa portaria, o Programa Idiomas sem Fronteiras

---

<sup>20</sup> Publicação no DOU n.º 222, de 17.11.2014, Seção 1, página 11/12.

tem ainda como objetivos “fortalecer o ensino de idiomas no país, incluindo o da língua portuguesa, e, no exterior, o da língua portuguesa e da cultura brasileira”.

Viabilizado graças ao trabalho desenvolvido em conjunto entre o Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Superior (SESu), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e diversos outros parceiros internos e externos, o IsF apresenta um escopo abrangente, com duas frentes complementares: i. propiciar uma mudança estrutural no ensino de idiomas estrangeiros nas universidades do país, a fim de apoiar a experiência de internacionalização das instituições e dos estudantes brasileiros; e ii. fomentar a área de Português como Língua Estrangeira/Adicional (PLE/PLA), reconhecida como estratégica para o processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, promovendo a difusão da língua portuguesa no cenário internacional através de uma política própria para o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa para falantes de outras línguas.

Como se pode perceber, o programa entende o ensino-aprendizagem de PLE/PLA como estratégico para o processo de internacionalização das universidades brasileiras, assim como para a promoção da imagem do Brasil no exterior. Consequentemente, o Idiomas sem Fronteiras – Português (IsF – Português) assume destacada importância no âmbito do Programa IsF, já que o fortalecimento e a divulgação da língua desempenham papel central no complexo processo de construção de uma política linguística para a internacionalização.

O conhecimento da realidade do ensino de PLE/PLA no âmbito nacional bem como o mapeamento desses cursos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) é, há muito, uma demanda importante da área acadêmica e, ao mesmo tempo, uma necessidade para a implementação de políticas públicas por parte do Governo Federal. Para que as ações do Ministério da Educação sejam eficazes quanto à elaboração de tais políticas visando à internacionalização dos estudantes brasileiros, é fundamental estruturar as universidades e dar condições para que consigam participar de forma ativa e prospectiva das ações de internacionalização propostas. É necessário, portanto, que o Ministério da Educação tenha condições de avaliar as necessidades das IES para direcionar esforços e planejar ações específicas que atendam a essas necessidades.

## **2. Estudo-diagnóstico regionalizado sobre as condições da área de PLE/PLA nas 63 universidades públicas federais brasileiras**

Foi com o objetivo de facultar esse conhecimento da realidade do ensino de PLE/PLA no âmbito nacional que se realizou, entre setembro de 2014 e maio de 2015, período de estruturação do IsF – Português, a primeira ação a ser apresentada neste trabalho: um mapeamento regionalizado acerca das condições da área de PLE/PLA nas IFES brasileiras. Este estudo foi realizado no âmbito da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (FRANCISCO, 2014). Pioneiro no que se refere à amplitude do diagnóstico que fornece da realidade da área de PLE/PLA no âmbito nacional, esse estudo certamente interessará a gestores de políticas linguísticas, mas também a professores e pesquisadores da área, a estudantes de graduação e de pós-graduação e a universidades estrangeiras interessadas em se informar sobre o panorama da área de PLE/PLA nas universidades brasileiras a fim de, por exemplo, estabelecer acordos de cooperação e mobilidade acadêmica com as nossas Instituições de Ensino Superior.

O mapeamento levantou aspectos institucionais e acadêmicos dos cursos de Letras – PLE/PLA que a Educação Superior pode ofertar, como prevê o Art. 44 da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. São eles: cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão. O estudo foi elaborado a partir da análise comparativa dos dados coletados por meio de pesquisa declaratória e de participação voluntária por parte dos representantes do IsF – Português nas IFES ou, no caso de tal representante não ter sido ainda nomeado pelo reitor, pelo responsável na Diretoria de Relações Internacionais ou, ainda, pelo representante do IsF – Inglês. Mediante coleta descentralizada de dados por meio de acesso on-line ao questionário disponibilizado através da ferramenta Survey Monkey, realizou-se um mapeamento detalhado da realidade dos cursos de língua portuguesa para estrangeiros, no âmbito da graduação, pós-graduação e extensão, traçando, assim, um diagnóstico do quadro de dificuldades enfrentadas pelas Instituições Públicas Federais de ensino superior das cinco regiões do Brasil.

O instrumento foi enviado a um conjunto de dez professores especialistas em PLE/PLA para ser submetido à leitura crítica e validação. Uma vez validado, ele foi reformulado para contemplar as sugestões de alteração feitas pela equipe de especialistas. A

seguir, apresentamos um quadro comparativo com os 10 principais indicadores mapeados ao longo do primeiro ano de existência do Programa IsF – Português.

QUADRO-RESUMO PLE/PLA IFES											
REGIÃO	INSTITUIÇÃO	PERGUNTAS									
		1. Respondente possui formação (Graduação, Especialização, Mestrado ou Doutorado) em PLE/PLA?	2. Respondente possui experiência em ensino de PLE/PLA?	3. Há curso de Letras: PLE/PLA na instituição?	4. Há quantos anos existe o curso de Letras: PLE/PLA na instituição?	5. A instituição é Posto Aplicador do Celpe-Bras?	6. Há pós-graduação stricto sensu no curso de Letras da IES?	7. Há linha de pesquisa voltada para PLE/PLA no curso de Letras da IES?	8. Há um centro de idiomas na IES?	9. O centro de idiomas oferta cursos de PLE/PLA?	10. Quantos alunos de PLE/PLA o centro de idiomas atende por semestre?
SUL	1 UFSC		X			X	X	X	X	X	50
	2 UFPEL		X				X		X	X	
	3 UFSC	X	X			X	X				
	4 UFCSA		X			X			X	X	
	5 FURG			X	1				X	X	
	6 UFPR		X			X	X	X	X	X	301-400
	7 UFFS			X	4		X	X			
	8 UNILA	X	X	X	5	X	X				
	9 UTFPR		X						X	X	
	10 UNIPAMPA		X				X	X	X	X	
	11 UFRGS	X	X			X	X	X	X	X	201-300
TOTALS:	SIM	3	9	3		6	8	5	8	8	
	NÃO	8	2	8		5	3	6	3	3	
SUDESTE	12 UNIRIO										
	13 UFU		X				X		X		
	14 UNIFESP						X				
	15 UFRRJ		X								
	16 UFLA		X						X		51-100
	17 UFSCar	X	X			X	X	X			50
	18 UFVJM								X	X	50
	19 UNIFEI		X								50
	20 UFRJ	X	X	X	30	X	X	X	X	X	51-100
	21 UFMG	X	X			X	X	X	X	X	51-100
	22 UFV		X	X	4		X		X	X	51-100
	23 UFF	X	X			X	X	X	X	X	50
	24 UFOP	X	X				X		X	X	50
	25 UFES						X		X	X	50
26 UFJF	X	X				X		X	X	50	
27 UFTM	X	X				X		X			
28 UFSJ		X				X		X	X	50	
29 UNIFAL						X	X				
30 UFABC		X									
TOTALS:	SIM	7	14	2		4	13	5	12	9	
	NÃO	12	5	17		15	6	14	7	10	
CENTRO-OESTE	31 UFMS						X			X	
	32 UFMT		X				X		X	X	51-100
	33 UFGD						X		X		50 (EAI)
	34 UFG	X	X				X		X	X	50
	35 UnB	X	X	X	16	X	X	X	X	X	201-300
TOTALS:	SIM	2	3	1		1	5	1	4	4	
	NÃO	3	2	4		4	0	4	1	1	

Quadro 1 – Diagnóstico comparativo do contexto da área de PLE/PLA nas Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras no ano de implantação do IsF – Português (regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste).

Fonte: FRANCISCO, D. L. *Documento técnico: diagnóstico, avaliação, monitoramento e elaboração de propostas de programas SESu/MEC*. Brasília: UNESCO/MEC/SESu, 2014. Projeto 914BRZ1144.6. Edital 010/2014 UNESCO/SESu.

QUADRO-RESUMO PLE/PLA IFES											
REGIÃO	INSTITUIÇÃO	PERGUNTAS									
		1. Respondente possui formação (Graduação, Especialização, Mestrado ou Doutorado) em PLE/PLA?	2. Respondente possui experiência em ensino de PLE/PLA?	3. Há curso de Letras: PLE/PLA na instituição?	4. Há quantos anos existe o curso de Letras: PLE/PLA na instituição?	5. A instituição é Posto Aplicador do Celpe-Bras?	6. Há pós-graduação stricto sensu no curso de Letras da IES?	7. Há linha de pesquisa voltada para PLE/PLA no curso de Letras da IES?	8. Há um centro de idiomas na IES?	9. O centro de idiomas oferta cursos de PLE/PLA?	10. Quantos alunos de PLE/PLA o centro de idiomas atende por semestre?
NORTE	36 UFOPA						X				
	37 UFT						X				
	38 UNIR	X	X				X	X			
	39 UFAC						X				
	40 UFAM		X			X	X	X	X	X	50
	41 UFPA		X			X	X		X	X	50
	42 UNIFAP		X			X			X	X	50
	43 UFRR		X			X	X		X	X	50
	44 UFRA										
	45 UNIFESSPA						X				
TOTAIS:	SIM	1	5	0		4	8	2	4	4	
	NÃO	9	5	10		6	2	8	6	6	
NORDESTE	46 UFRB	X	X	X	5						
	47 UFCA								X		
	48 UFRN	X	X				X	X	X	X	
	49 UNIVASF								X		
	50 UFRPE								X		
	51 UFS			X	10	X	X	X	X	X	50
	52 UFPI						X		X		
	53 UFAL						X		X		
	54 UNILAB		X	X	2				X	X	51-100
	55 UFCG						X		X		
	56 UFSB	X	X						X		
	57 UFRSA										
	58 UFPB					X	X	X	X		
	59 UFBA		X	X	6	X	X	X	X	X	101-200
60 UFC		X				X		X			
61 UFPE	X	X			X	X		X	X	51-100	
62 UFOB											
63 UFMA						X		X			
TOTAIS:	SIM	4	7	4		4	10	4	15	5	
	NÃO	14	11	14		14	8	14	3	13	
PANORAMA NACIONAL - PLE/PLA											
TOTAIS:	SIM	17	38	10		19	44	17	43	30	
	NÃO	46	25	53		44	19	46	20	33	

Quadro 2 – Diagnóstico comparativo do contexto da área de PLE/PLA nas Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras no ano de implantação do IsF – Português (regiões Norte e Nordeste).

Fonte: FRANCISCO, D. L. *Documento técnico: diagnóstico, avaliação, monitoramento e elaboração de propostas de programas SESu/MEC*. Brasília: UNESCO/MEC/SESu, 2014. Projeto 914BRZ1144.6. Edital 010/2014 UNESCO/SESu.

A partir dos dados fornecidos por esse estudo-diagnóstico, duas outras importantes ações puderam ser desenvolvidas: a avaliação de cursos e materiais didáticos na área de PLE/PLA disponibilizados em ambientes digitais e a realização do Ciclo de Debates IsF – Português, ação de formação continuada realizada integralmente a distância e direcionada aos professores de PLE/PLA das 63 universidades públicas federais brasileiras.

### 3. Avaliação de cursos e materiais didáticos na área de PLE/PLA disponibilizados em ambientes digitais

A segunda ação realizou-se em três etapas: i. levantamento dos cursos on-line e materiais didáticos disponibilizados em ambientes digitais; ii. análise desses materiais com vistas a identificar quais poderiam ser incorporados ao portal do IsF – Português já na primeira etapa de estruturação do programa; e iii. elaboração de orientações sobre como utilizar esses materiais para autoestudo. A seguir, apresentamos uma amostra de materiais levantados, analisados e avaliados pelo Programa IsF – Português, bem como as orientações formuladas para auxiliar no uso autoinstrucional desses materiais.

Como posso aprender português?

#### VOCABULÁRIO

#### NÍVEL DE PROFICIÊNCIA BÁSICO

#### BUSUU

**Habilidade avaliada:** Vocabulário

**Níveis de Proficiência:** Básico, intermediário e avançado.

**Público Alvo:** Adolescentes e adultos nos contextos geral, acadêmico ou profissional.

**Acesso:** Gratuito, é necessário fazer cadastro.

**Oferece *feedback* corretivo?** Sim.

**Pontos de destaque/Observações:** O *site* oferece 5 cursos: Principiante A1, Básico A2 (estes dois foram aqui classificados como Básico), Intermediário B1, Intermediário Avançado B2 (este foi aqui classificado como Avançado) e um Curso para Viagens (aqui classificado como Básico). Esses cursos são divididos em lições a partir de temas de interação que vão da apresentação pessoal (A1) à discussão sobre lei ou religião (B2). O estudante tem a possibilidade de definir seus objetivos, diários, semanais, etc., e verificar sua progressão ao longo do curso. O *site* trabalha com um sistema de pontos (chamados de *busuu-berries*) que podem ser trocados por *feedback* de suas produções orais e escritas. Assim, para obter *feedback* de pessoas que se autodeclararam falantes nativos de português, o aprendiz é estimulado a dar *feedback* para produções de pessoas que estejam aprendendo a língua que o aprendiz declarou (no cadastro no *site*) como materna, formando uma espécie de rede social voltada para o aprendizado de línguas. É o único curso online de Português que oferece a opção de comunicação síncrona, via *chat*, com outros participantes do *site*. O *Busuu* promete ser uma opção alternativa ao método tradicional (gramatical); no entanto, as lições, em grande parte, estão baseadas em conteúdos gramaticais e de fixação de estruturas linguísticas. Os exercícios partem geralmente de uma palavra (ou expressão) que aparece contextualizada em um enunciado. Cabe ao estudante relacionar o texto oral ao escrito e, depois de certa introdução ao tema, resolver questões

estruturais a partir de um diálogo artificialmente criado. Esses exercícios geralmente compreendem preenchimento de lacunas, organização de termos em um enunciado ou ordenação de falas em um diálogo imaginado. Há também exercícios de tradução de pequenos enunciados. Há conteúdos disponíveis somente para pagantes (contas *Premium*), mas não é obrigatório. Boa opção para conhecer pessoas, aprender vocabulário e praticar estruturas linguísticas.

**Link:** <http://www.busuu.com/>

Quadro 3 – Amostra de material didático PLE/PLA em ambiente digital.

Fonte: Relatório Avaliativo de Sites e Materiais on-line do Programa IsF – Português.

**Como posso aprender português?**

### COMPREENSÃO ORAL

#### NÍVEL DE PROFICIÊNCIA INTERMEDIÁRIO

##### LIVEMOCHA

**Habilidade avaliada:** Compreensão oral

**Níveis de Proficiência:** Básico e intermediário.

**Público Alvo:** Adolescentes e adultos.

**Acesso:** Gratuito, é necessário fazer cadastro.

**Oferece *feedback* corretivo?** Sim.

**Pontos de destaque/Observações:**

Logo após o cadastro no *site*, o aprendiz seleciona uma imagem e uma frase que representem o nível de conhecimento do português que acredita ter. Há lições para os níveis: Fundamentos, Introdução, Iniciante (estes três foram aqui classificados como Básico) e Intermediário. Todas as lições seguem a mesma estrutura: Introdução, Vocabulário, Uso, Prática de Uso (com *feedback* automático), Ler-Escrever, Ler-Falar, Ouvir-Escrever e Ouvir-Falar. O *site* trabalha com um sistema de pontos que podem ser trocados por *feedback* de suas produções orais e escritas. Assim, para obter *feedback* de pessoas que se autodeclararam proficientes em português ou falantes nativos de português, o aprendiz é estimulado a dar *feedback* para produções de pessoas que estejam aprendendo uma das línguas que o aprendiz declarou (no cadastro no *site*) como materna ou proficiente, formando uma espécie de rede social voltada para o aprendizado de línguas. O aprendiz pode contar com uma ferramenta de tradução ao longo de todas as lições e tem total liberdade para traçar seu percurso de estudo, escolhendo a ordem das lições, inclusive passando de um nível de conhecimento para outro, sem nenhum tipo de obstáculo ou exigência. A compreensão oral perpassa todas as lições desde a Introdução. Podem ocorrer, na seção Prática de Uso, questões de compreensão oral, com *feedback* automático. As seções Ouvir-Escrever e Ouvir-Falar são voltadas especialmente para o exercício da compreensão oral: o aprendiz ouve a gravação e escreve ou grava sua resposta, obtendo *feedback* de participantes da rede. De modo geral, os diálogos foram construídos especialmente para o contexto de ensino-aprendizagem, não há ruídos, comuns nas interações cotidianas, e as falas são bastante pausadas.

**Link:** <http://livemocha.com/>

Quadro 4 – Amostra de material didático PLE/PLA em ambiente digital.

Fonte: Relatório Avaliativo de Sites e Materiais on-line do Programa IsF – Português.

## 4. Ciclo de Debates IsF – Português

A terceira ação, por sua vez, foi proposta com o objetivo principal de oferecer formação inicial na área de PLE/PLA àqueles representantes do IsF – Português que não tiveram contato prévio significativo com essa especialidade, de forma a: i. criar condições para a efetiva implementação do IsF – Português nas diferentes IFES que aderissem ao programa; ii. contribuir para a institucionalização e o fortalecimento da área de PLE/PLA nas IFES; e iii. estabelecer uma rede entre especialistas na área de PLE/PLA e profissionais que iriam atuar no âmbito do IsF – Português.

O Ciclo de Debates compreendeu uma carga-horária total de 120 horas. 105 dessas horas foram realizadas a distância, por meio de leituras, interações via webconferência e

interações assíncronas via plataforma Moodle. Ao final do Ciclo, foi realizado um encontro presencial, em Brasília, durante 2 dias, reunindo todos os participantes, com carga-horária total de 15 horas. A parte a distância do Ciclo foi organizada em quatro módulos, a saber:

- **Módulo I** – Processos de institucionalização da área de PLE/PLA e políticas linguísticas de promoção internacional do português;
- **Módulo II** – Avaliação em PLE/PLA e o exame Celpe-Bras;
- **Módulo III** – Análise e produção de materiais didáticos de PLE/PLA;
- **Módulo IV** – Ensino-aprendizagem de PLE/PLA para fins, públicos e contextos específicos.

Cada módulo compreendeu Oficinas Temáticas, organizadas em três momentos:

(i) leitura de um ou dois textos previamente indicados aos participantes e disponibilizados no Moodle (2 horas);

(ii) participação em webconferência com um palestrante convidado pelo IsF – Português (1,5 horas). Durante a primeira hora, o palestrante discorreu sobre um dos temas elencados mais adiante; nos trinta minutos seguintes, os participantes fizeram perguntas ao convidado, que as respondeu na sequência;

(iii) participação em um fórum de discussão no Moodle, a partir de questões formuladas pelo palestrante da Oficina Temática (1,5 horas). Ao fim do fórum, o especialista sintetizou os principais pontos levantados, dando aos participantes as orientações que julgou pertinentes.

A equipe do IsF – Português convidou os diferentes palestrantes: docentes, pesquisadores ou pós-graduandos na área de PLE/PLA, preferencialmente com experiência significativa no tema da oficina de que estará encarregado. Coube a cada palestrante indicar um ou dois textos para leitura prévia por parte dos cursistas. Ele/a também se encarregou de abrir e finalizar o fórum de discussão.

Cada Oficina Temática teve, portanto, duração de 5 horas, distribuídas ao longo de duas semanas. Seus temas encontram-se especificados no quadro a seguir.

Módulo	Oficina Temática
--------	------------------

I (15 horas)	Apresentação do Programa Idiomas sem Fronteiras – Português (IsF – Português)
	Panorama contextual do ensino de PLE/PLA na contemporaneidade (no Brasil e no exterior): aspectos contextuais, políticos, econômicos, sociais, metodológicos e operacionais
	Formação de professores de PLE / PLA
II (20 horas)	A Parte Escrita do <i>Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros</i> (Celpe-Bras)
	A Parte Oral do <i>Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros</i> (Celpe-Bras)
	Experiências inovadoras em avaliação de rendimento em PLE/PLA
	Níveis de proficiência em PLE/PLA e provas de nivelamento em PLE/PLA
III (35 horas)	Perspectivas na análise e produção de materiais didáticos de PLE/PLA
	O lugar da cultura no ensino-aprendizagem de PLE/PLA
	Letramento crítico e multiletramentos no ensino-aprendizagem de PLE/PLA
	Compreensão oral e escrita no ensino-aprendizagem de PLE/PLA
	Produção escrita no ensino-aprendizagem de PLE/PLA
	Produção oral no ensino-aprendizagem de PLE/PLA
	A gramática e o vocabulário no ensino-aprendizagem de PLE/PLA
IV (35 horas)	O ensino-aprendizagem de PLE/PLA em contexto de imersão
	O ensino-aprendizagem de PLE/PLA em ambientes digitais
	O ensino-aprendizagem de PLE/PLA via tandem
	O ensino-aprendizagem de PLE/PLA para fins acadêmicos
	O ensino-aprendizagem de PLE/PLA para falantes de espanhol
	O ensino-aprendizagem de PLE/PLA para falantes de línguas distantes
	O ensino-aprendizagem de PLE/PLA como língua de herança e para cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Quadro 5 – Relação das Oficinas Temáticas do Ciclo de Debates IsF – Português.

Fonte: Projeto Ciclo de Debates na área de Português Língua Estrangeira/Adicional para Representantes do Programa IsF – Português.

## 5. Conclusão

Embora o papel estratégico da área de PLE/PLA para o processo de internacionalização das IES brasileiras e para a promoção e a difusão da língua portuguesa no cenário internacional seja reconhecido pelos órgãos de gestão da educação brasileira, conforme atestam documentos dedicados às políticas de internacionalização das nossas universidades públicas federais, uma das conclusões a que os dados obtidos por meio do estudo-diagnóstico realizado como primeira ação de estruturação do IsF – Português permitem chegar é que a área de PLE/PLA ainda carece de incentivos oficiais para a sua adequada institucionalização, principalmente quando se tem sua realidade comparada à de outros idiomas.

Este artigo mostra quão importantes são as ações desenvolvidas no contexto de estruturação do IsF – Português para o fortalecimento da área de PLE/PLA, especialmente aquela voltada para a formação inicial de professores e pesquisadores nessa área específica do ensino de línguas estrangeiras, pois essa iniciativa possibilitará a continuidade das demais ações propostas pelo programa ao longo da sua implementação. A ação Ciclo de Debates IsF

– Português, nesse sentido, apresenta expressivas vantagens para a formação de professores da área, como, por exemplo, a alta capilaridade que uma ação realizada remotamente permite alcançar.

Ações como essa podem ter inúmeras aplicações para a formação docente (inicial ou continuada) na área de PLE/PLA, podendo ser estendidas para outras demandas da área, como a capacitação em serviço de professores que atuam nos Centros Culturais Brasileiros (CCB) e o treinamento de aplicadores do exame para obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), único exame brasileiro oficial para certificar proficiência em português para falantes de outras línguas maternas. O exame é aplicado anualmente em Postos Aplicadores<sup>21</sup> no Brasil e no exterior pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com apoio do Ministério da Educação e em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

## Referências

ABREU-E-LIMA, D. M. et al. Perfil da área de língua inglesa nas universidades federais brasileiras. In: SARMENTO, S.; ABREU-E-LIMA, D. M.; MORAES FILHO, W. B. (Org.). *Do Inglês sem Fronteiras ao Idiomas sem Fronteiras: a construção de uma política linguística para a internacionalização*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

FRANCISCO, D. L. *Documento técnico: diagnóstico, avaliação, monitoramento e elaboração de propostas de programas SESu/MEC*. Brasília: UNESCO/MEC/SESu, 2014. Projeto 914BRZ1144.6. Edital 010/2014 UNESCO/SESu.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Inep aplica exame de proficiência em português em 106 postos no Brasil e exterior. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-aplica-exame-de-proficiencia-em-portugues-em-106-postos-no-brasil-e-exterior/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-aplica-exame-de-proficiencia-em-portugues-em-106-postos-no-brasil-e-exterior/21206). Acesso em: 12 jun. 2019.

---

<sup>21</sup> Na edição de maio de 2019, o Celpe-Bras foi aplicado em 106 postos em quase 40 países.

MEC – Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 22 mai. 2019.

MEC – Ministério da Educação. Portaria nº 973, de 14 de novembro de 2014. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 222, Seção 1, p. 11, 17 nov. 2014. Disponível em: [http://isf.mec.gov.br/images/pdf/novembro/Portaria\\_973\\_Idiomas\\_sem\\_Fronteiras.pdf](http://isf.mec.gov.br/images/pdf/novembro/Portaria_973_Idiomas_sem_Fronteiras.pdf). Acesso em: 22 mai. 2019.

## A literatura em tempos midiáticos– uma análise a partir da obra “O show do eu”<sup>22</sup>

*La literatura en tiempos midiáticos- un análisis a partir de la obra “O  
show do eu”*

*Literature in media times - an analysis from the book “O show do eu”*

**Claudia Regina Camargo<sup>23</sup>**

### Resumo

Este documento faz uma análise crítica à criação da autoimagem no mundo virtual, a partir do livro *O show do Eu – A intimidade como espetáculo*, de Paula Sibília, que vai permeando o assunto através de um paralelo com temas dos textos do filósofo alemão Walter Benjamin, especialmente em *O Narrador* e *A Pobreza de Experiência*, mostrando como as faces do espetáculo enredadas pelo mercado, numa visão da obra *A sociedade do Espetáculo* de Debord, são extremamente atuais. Sibília faz muitas referências a Benjamin em suas análises e trata da atual exposição das pessoas nesses tempos midiáticos, das escritas de si, das autobiografias no universo digital e como o autor ganhou status de celebridade, superior ao da obra. Traçaremos um olhar partindo desta crítica e postulando possibilidades atuais que corroboram ou não com a análise da autora.

Palavras-Chave: Redes Sociais; Escritas de si; Autobiografia; Autor / Leitor; Narrativas.

### Resumen

Este artículo hace un análisis crítico de la creación de la autoimagen en el mundo virtual, a partir del libro *O Show do Eu – A intimidade como espetáculo*, de Paula Sibília, que impregna el tema a través de un paralelo con los temas de los textos del filósofo alemán Walter Benjamin, especialmente en *El narrador* y *La pobreza de experiencia*, que muestran cómo las caras del espectáculo enredadas por el mercado, en opinión de *La sociedad del espectáculo* de Debord, son extremadamente actuales. Sibília hace muchas referencias a Benjamin en sus análisis y trata con la exposición actual de las personas en los tiempos de los medios, los escritos de sí mismo, las autobiografías en el universo digital y cómo el autor ha obtenido el estatus de celebridad, superior al de la obra. Echaremos un vistazo a esta crítica y postularemos las posibilidades actuales que corroboran o no con el análisis del autor.

Palabras clave: Redes sociales; Escritos de ellos mismos; Autobiografía; Autor / lector; Narrativas

---

<sup>22</sup>Artigo apresentado no I Congresso Internacional On-line de Estudos sobre Culturas, na modalidade on-line, 2019.

<sup>23</sup> Mestranda em Teoria Literária pela UNIANDRADE; Curitiba, Paraná, Brasil; [camargo.claudiaregina@gmail.com](mailto:camargo.claudiaregina@gmail.com)

### Abstract

This paper makes a critical analysis of the creation of self-image in the virtual world, from the book *O Show do Eu – A intimidade como espetáculo*, by Paula Sibilia, which permeates the subject through a parallel with themes of the texts of the German philosopher Walter Benjamin, especially in *The Narrator* and *The Poverty of Experience*, showing how the faces of the show entangled by the market, in a view of Debord's *Society of the Spectacle*, are extremely current. Sibilia makes many references to Benjamin in his analyzes and deals with the current exposure of people in media times, the writings of himself, autobiographies in the digital universe, and how the author has gained celebrity status, superior to that of the work. We will draw a look from this critique and postulating current possibilities that corroborate or not with the author's analysis.

Keywords: Social Networks; Writings of themselves; Autobiography; Author / Reader; Narratives

## 1. Introdução

Sibilia inicia sua análise partindo da premissa de que as mudanças socioculturais exercem pressão na subjetividade e alteram os processos de sermos quem somos, já que a conformação elástica das personalidades muda ao ritmo das mudanças das tradições culturais, demonstrando que as pessoas são também o produto de uma tradição cultural, das interações com os outros e com o mundo. Mostra como fomos atropelados no século passado por uma onda alienante através dos meios de comunicação em massa (tipo TV e rádio), e que nosso século trouxe com muito mais velocidade o fenômeno dos computadores interligados pela internet, e junto muitas mudanças ao redor do planeta. Se a TV era unilateral na produção dos seus conteúdos, não podemos dizer o mesmo da rede. A revolução da Web 2.0 transformou os usuários em co-desenvolvedores, compartilhando ideias e informações, criando uma grande demanda de autosserviço.

As comunidades e redes sociais tornaram-se um universo múltiplo, onde qualquer informação ou conteúdo pode transitar, sofrendo mudanças diárias e tomando cada vez mais espaço na vida de praticamente toda a população do planeta.

A autora de *O show do eu* mostra como as novas tecnologias são amarradas ao mercado, numa relação incestuosa, em suas palavras. Ninguém tem dúvidas quanto a esses tentáculos que nos amarram entre nossas preferências na web e o que consumimos em termos de propaganda oferecida pelos diversos aplicativos que utilizamos. Quando fazemos uma busca na web, qualquer que seja, em seguida as redes sociais, email e mecanismos de buscas estarão repletos de propagandas que dizem respeito ao objeto procurado. As tecnologias eletrônicas e digitais, o “novo monstro” designadas ironicamente por Deleuze, como “sociedades de controle” (DELEUZE, 1990, p.220), altamente estimuladas pelo marketing e

publicidade, além do capital, representadas aqui pela web, exercem uma forte influência nos usuários de todas as idades.

Sibilia demonstra também que as escritas, antes íntimas, que buscavam a interiorização, hoje fogem para fora do ser, para a exposição, para o espetáculo. Exposição que não se observa apenas no ambiente virtual (nas diversas redes sociais), mas também nos reality shows, nas biografias e autobiografias de celebridades instantâneas (e que especialmente atualmente, não tem mais de 20 anos), exposição alimentada pela curiosidade alheia, pela nossa curiosidade, que não suporta não conhecer o autor, personagem que passou também a fazer parte do espetáculo (fato explícito quando vemos o sucesso que fazem nas feiras literárias). Como nos diz FOUCAULT (1992, P.70) “o anonimato literário não nos é mais suportável, apenas o aceitamos a título de enigma”.

Contudo, a proposta é que observemos os espaços da web como novos espaços de expressão, de convite a escrita, de vitrine para escritores profissionais e amadores. A velocidade dos novos tempos e a possibilidade que quase todas as pessoas têm de dispor de um dispositivo portátil (tablet e celular) que facilitam a leitura e escrita, mudam o cenário que até pouco tempo era dominado pelo mercado editorial, tornando a possibilidade de escrever e ser lido, uma tarefa mais democrática e participativa. Mas, ao mesmo tempo em que a *web* oferece esse espaço democrático para a escrita, seja de opiniões, narrativas cotidianas e inclusive textos que expressam subjetividade e emoção, servem também para a manifestação da cultura de massa. Uma literatura que longe de ser arte, oferece o que o mercado procura, sendo um produto da indústria cultural, antes presente apenas na mídia de massa, agora também no ambiente virtual.

## **2. O show do eu**

Benjamin (1986) tecia críticas ao romance dizendo ser o indício da evolução que culminaria com a morte da narrativa. Os tempos modernos teriam aniquilado o hábito de contar histórias, além do prazer de escutá-las. Esta morte da narrativa derivava da morte da experiência, das mudanças trazidas com a modernidade, uma enxurrada de informações que não podiam ser captadas pelas memórias, extinguindo as possibilidades de reflexão do mundo, criando um distanciamento com as próprias vivências e impossibilidades de

transformá-las em experiência. A narrativa era uma arte entrelaçada às atividades artesanais do estilo de vida rural, arte que exigia uma entrega total no contar e no ouvir, pois contar histórias significava compartilhar coletivamente as experiências. O modo de vida pós-moderno, que traz consigo o espaço privado e os romances, fazem com que o isolamento e a solidão façam agora parte da vida desse novo ser. Abandonou-se a oralidade pelas histórias impressas. Benjamin (1986, p. 201) diz: “O romancista segrega-se”. “A origem do romance é o indivíduo isolado que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações e que não recebe conselhos e nem sabe dá-los.”

O nascimento das short story anunciada em 1936 pelo filósofo alemão, nos alertava sobre o declínio do artesanato e nascimento das narrativas breves. “Já passou o tempo, em que o tempo não contava”. “O homem moderno não cultiva o que não pode ser abreviado” (ibidem, p. 206). O filósofo se referia aquele trabalho em camadas e que exigia lentidão e donde nasciam as narrativas perfeitas, coroando o dia, após narrações sucessivas. O que ele diria se se deparasse com as nano narrativas, ou nano blogs (ou microblogs), como é o caso do Twitter, onde a mensagem não ultrapassa os 140 caracteres? Com certeza essa nanonização está ligada a agitação dos dias atuais, onde leituras e escritas longas não tem espaço, “os relatos de si tornam-se instantâneos, presentes, breves e explícitos” (SIBILIA, 2008, p. 137). Uma transformação que não está ligada somente ao tempo ou ao tamanho de relatos, mas em uma “informatização da experiência”, onde é possível deletar tudo o que não mereça ficar na memória. As ferramentas digitais possibilitam métodos mais eficazes que o antigo ditado “página virada” (ibidem, p. 139), mas são capazes também de construir ou destruir nações.

Sibilia (2008) fala da função autor e o culto feito a esse que virou uma personalidade. Atualmente esses “personagens” se parecem mais com a figura do autor/artista do que do narrador/artesão. Remontando à Idade Média notamos que muitas obras são anônimas, já que o importante era o objeto criado e não seu autor. O artista daquela época também era um artesão, já que devia ter a capacidade de reproduzir algum objeto e não exprimir alguma subjetividade. Essa imitação não era um defeito, mas uma habilidade na atividade do artista. Para Benjamin, justamente esse “valor ritual” é que transformava essa obra especial e não seu “valor de exposição”. Era mais importante que existissem do que fossem contempladas. Essa transformação da função-autor, termo cunhado por Foucault, trouxe também o valor dado a

uma obra, “o sentido que lhes conferimos, o estatuto ou valor que lhe reconhecemos” dependerá de “onde é que veio, quem o escreveu, em que data, em que circunstância ou a partir de qual projeto” explica Foucault. Essa afirmação continua valendo ainda, nas obras consagradas pela mídia e pelo mercado.

Debord (1992, p.18) nos diz que o espetáculo é o oposto do diálogo. Mas quem ousaria duvidar que nossa vida tornou-se um espetáculo, que transformou a forma com que nos relacionamos e, inclusive, a organização do mundo, que agora é imagética. “É capital em um grau tal de acumulação que se transforma em imagem.” (ibidem, p. 27). Essa imposição de um regime audiovisual tirânico na sua capacidade de silenciar lacunas com possibilidades de sentido, embora de aparência alegre e colorida. Nem Debord nem Benjamin poderiam ter imaginado o que vivemos hoje.

Já as escritas de si, biográficas, aquelas em que autor, narrador e personagem são a mesma pessoa, tem aumentado, não somente nas redes sociais, mas nos mais diversos meios e suportes. A “fome de realidade” tem feito com que esses relatos proliferem, e não somente as vidas heróicas sejam retratadas, mas principalmente as vidas comuns tenham espaço neste gênero de não-ficção, fazendo com que haja um declínio da cultura letrada, dos grandes romances clássicos, ao mesmo tempo que avança a sociedade do espetáculo e da civilização da imagem (SIBILIA, 2008, p. 34).

Considerando este cenário, Sibilia propõe a seguinte questão: Qual seria a viabilidade de um diário íntimo no contexto atual? Ela responde que embora seja tentada a responder que não haja nenhuma chance para o diário íntimo, a explosão de blogs, biografias e autobiografias desmentiria essa rápida conclusão. *Fotologs* e *blogs* confessionais estão aí para funcionar um pouco como aquela antiga ferramenta romântica com o intuito de reter o tempo e preservar a todo custo as memórias valiosas que tendem a escapar no frenesi do dia-a-dia. No entanto, não carregam mais a marca daquela escrita íntima. Não é voltada apenas para o registro. É uma escrita que quer ser vista, lida, exposta. Portanto, ela sugere um novo adjetivo: éxtimo. Sobre esses diários éxtimos, nos diz Sibilia (2008, p. 136):

(...) ocorre como se em cada post fotografassem um momento de suas vidas, para afixá-lo nesta imensa janela virtual de alcance global que é a internet. São produzidas assim, infinitas cápsulas de tempo congelado e parado, faíscas do próprio

presente sempre presentificado, fotografado em palavra e exposto para que todo o mundo possa olhar.

Os autores-narradores dos novos gêneros confessionais da internet criam e recriam incessantemente sua própria personalidade no espaço interativo. Riesman, sociólogo americano que estudou a crescente relevância do consumo e dos meios de comunicação em massa como vetores fundamentais das articulações dos processos de modernização e urbanização no final do século XIX até meados do século XX, fala que esse tipo de personalidade criada é alterdirigida, ou orientada para e pelos outros, diferente daquele dos romances, que era introdirigida para dentro de si mesmo, um tipo de subjetividade diferente de outros contextos históricos. Esse modo de vida privilegiado pelo capitalismo propiciou desenvolvimento de habilidades de autovendação ou autopromoção dos indivíduos. Explica que “os americanos sempre procuraram uma opinião favorável, e sempre tiveram que procurá-la em um mercado instável, no qual as cotações do *eu* poderiam variar, sem a restrição de preços de um sistema de castas ou de uma aristocracia.” (RIESMAN, citado em SIBILIA, 2008, p.234, grifo no original).

Considerando as obras autobiográficas disponíveis na internet, Sibilía conclui que não é a obra em si que legitima sua existência, mas sim os comentários, a participação do leitor, já que os autores precisam desse apoio, e não suas obras (objetos criados), pois a criação é do personagem que precisa de legitimação. Pela definição de Guy Debord, esse gênero autobiográfico seria uma perfeita forma de espetáculo: “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediadas por imagens.” (DEBORD, 1992, p. 14).

### 3. Literatura em tempos midiáticos

Precisamos, a princípio, contextualizar o panorama atual das redes sociais atuais (são muitas, entre as mais renomadas citamos *Instagram, LinkedIn, Pinterest, Youtube, Whatsapp, Reddit, Tumblr, Twitter, Snapchat, Skipe*, sendo o número superior a cinquenta entre as mais populares) que entre todas as suas possibilidades, funcionam também como uma válvula de escape para as pressões diárias. Tornaram-se na atualidade um mecanismo de disseminação de informação muito útil, e perigoso, derrubando ou elegendo governos, disseminando polêmicas

e mentiras (fake news) e transformando a realidade em que vivemos numa literal “guerra de informações”, onde saber buscar a veracidade tornou-se uma habilidade muito importante e necessária.

Nessas redes sociais, as narrativas são cada vez mais audiovisuais — no *Instagram*, *Youtube*, *Facebook*, e em outras existentes ou a existir num futuro breve — sendo esse um caminho sem volta. Basta ver o número de milionários que a rede social *Youtube* tem feito. Jovens, que antes dos 30 anos e com uma legião de seguidores que ultrapassa o número do bilhão, ganham quantias superiores a 30 milhões de reais por ano, numa profissão que se convencionou chamar *youtuber* ou produtor de vídeos do *Youtube*, demonstrando que esse tipo de narrativa tem demanda de público de todas as idades. Retomamos aqui a ideia de Sibilia sobre o autor-artista, ou seja, o autor que é mais importante do que sua criação, já que a figura carismática atrai mais público que a qualidade, muitas vezes questionável, do conteúdo produzido.

Nesta linha, abordamos a questão das biografias e autobiografias que, segundo o site PublishNews<sup>24</sup>, que trás uma lista dos livros mais vendidos em 2018 no Brasil, em nono lugar está uma biografia de um *youtuber* ídolo das crianças e jovens: Felipe Neto. Isso ilustra como essa fome de realidade tem sido alimentada não somente nos adultos, mas em todas as idades. Aliás, os jovens sempre foram alvo da Indústria Cultural, que segundo Morin (1997) tende a homogeneizar tudo, atenuando as barreiras entre as idades, fixando-se justamente no público juvenil, sendo essa temática um elemento fundamental da cultura de massa

Observamos, no entanto, que além desses textos pessoais (e por textos devemos entender também as autoimagens ou vídeos), as escritas de si na internet postadas nos perfis das redes sociais, em tom muito coloquial e por vezes numa linguagem tão peculiar que é preciso um conhecimento prévio de certos vocábulos e abreviações, a *web 2.0* oferece espaços muito interessantes e democráticos para que a literatura possa se expressar, propiciando para qualquer pessoa poder tornar-se virtualmente, produtor de cultura, já que a Internet está repleta de ambientes disponíveis para esses escritores independentes, sejam ou não qualificados, dividindo espaço entre adolescentes pouco letrados, e, inclusive, escritores consagrados pela mídia. Destacamos as plataformas de autopublicação, ambiente virtual que

---

<sup>24</sup> <https://www.publishnews.com.br/ranking/anual/0/2018/0/0>

permite a qualquer pessoa a autopublicação em formato digital dos seus livros e textos originais, e a comercialização nas principais lojas *on-line* de todo o mundo. Alguns exemplos são: *Kindle Direct Publishing* (da Amazon), *Bokess*, *Escrytos*, Clube de Autores, *Livrorama*, *Perse*, *e-Galaxia*, *Publique-se* (da Saraiva), entre outros.

Outros exemplos são os aplicativos que podem ser acessados via desktop ou dispositivos móveis: *Sweek*, *Inkspired*, *Xinxii*, *KoboWriting Life* e *Wattpad*, entre outros. Destaque aqui para a *Wattpad*, que é a plataforma mais conhecida deste gênero de compartilhamento, e a partir da qual vários autores já conseguiram espaço no mercado editorial, nacional e mundial.

Há ainda *sites* dedicados exclusivamente a textos no estilo *fanfiction*: *Spirit Fanfics*, *Niah Fanfics*, *Fanfic Obsession*, *ArchiveofOwn* (Arquivo Próprio) AO3, *Commaful*, *Fanfiction.net*, *Quotev.com*, *DevianArt* (este com ilustrações de fã belíssimas), *Univision*, *McFly Fanfics ArmyBr*, *Fanfic'sUniversity*, entre outros. As *fanfictions* são histórias criadas a partir das paixões dos fãs:

O termo *fanfiction* (por vezes, estilizado como *fanfic* ou apenas *fic*) vem do inglês e é traduzido literalmente como “ficção de fã”. Esses fãs, denominados de *ficwriters* (escritores de *fic*), escrevem histórias sem caráter comercial ou lucrativo, geralmente a partir de tramas ou situações preexistentes, e as publicam em plataformas *on-line* de leitura ou mesmo em suas próprias redes sociais. Para Rodrigo Lessa, pesquisador de narrativas transmídias e Doutor e Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), o que leva alguém a ler e/ou escrever uma *fanfiction* é o prazer da leitura e a satisfação em ver seus personagens queridos em novas aventuras, diferentes daquelas vistas nos produtos midiáticos. (BALDESSAR, 2018, não paginado, ênfases no original)

Não poderíamos deixar de fora alguns *sites* dedicados à postagem de textos. O Recanto das Letras<sup>25</sup> tem números que impressionam. Mais de 2 milhões de poemas, em torno de 200 mil contos, 3 mil novelas (dados retirados do próprio site), só para citar alguns

---

<sup>25</sup><https://www.recantodasletras.com.br/>

dos diversos itens lá encontrados. Há ainda outros textos, como ensaios, cartas, áudios, músicas, etc. Outros *sites* desse tipo são: Autores.com.br<sup>26</sup>, Mesa do editor<sup>27</sup>, entre outros.

O que se pretende destacar neste estudo é que, embora as redes sociais sirvam muito ao propósito de auto-exposição, ou objetivos outros, como os mercantis (propagandas direcionadas) como bem demonstrados pela autora Paula Sibilia, ou ainda, disseminação de polêmicas ou fake news, sua popularidade e alcance serve também a propósitos muito interessantes para expressão da subjetividade de seus usuários. Mesmo os perfis pessoais podem ser considerados *fotologs* (narrativas em forma de imagens) e *blog* confessional, aonde o usuário vai relatando sua vida cotidiana, como um diário.

Abordando agora especificamente o *Facebook*, não os perfis pessoais, mas as páginas dedicadas à escrita livre, uma pesquisa foi realizada nesta plataforma sobre páginas dedicadas a esses escritos (contos, poemas, pensamentos, crônicas, etc.). Os resultados apresentaram números muito expressivos, conforme está demonstrado no quadro 1.

Quadro 1 — Páginas dedicadas à postagem de textos autorais.

Páginas	Curtidas
A soma de todos os afetos <sup>28</sup>	2.500.000
Precisava escrever	635.000
Prosa, verso e arte	532.000
Filosofia e Literatura	353.000
Passarinhos no telhado	326.000
Escrevendo Poesias	236.000
Escrevendo e semeando	140.000
Escrivinhadeira	127.000
Pensamentos soltos	113.000
Meus rabiscos	110.000
Pra você	60.000
Escritores Poetas	37.000
Crônicas de um ano inteiro	26.000
Luz das palavras	25.000
Reticências Poéticas	22.000
Caderno de Poesia	21.000
Ressaca de palavras	18.000

<sup>26</sup> <https://www.autores.com.br/>

<sup>27</sup> <http://www.mesadoeditor.com/>

<sup>28</sup> No *Facebook*, a página “A soma de todos os afetos” é da escritora Fabíola Simões, que possui um blog homônimo, para postar seus próprios textos, e de outros escritores convidados.

Fanfics	140.000
Fanfictions	140.000

---

Fonte: Pesquisa realizada no *Facebook*, em maio de 2019, pela autora deste artigo.

Dentre as comunidades de compartilhamento de textos, a mais conhecida e usada no mundo é a *Wattpad*, que foi criada visando primeiramente um programa de leitura móvel (telefones celulares). Depois foi desenvolvido um *website*, no qual os usuários podiam compartilhar conteúdos (ARRUDA; SILVA; ANDRADE, 2014). É uma grande vitrine para novos escritores, sendo hoje a comunidade *on-line* de escritores e leitores mais popular do mundo, com mais de 70 milhões de usuários e em torno de 600 milhões de histórias, segundo o *site* espanhol *PublishNews* (HERRERO, 2019). Segundo o próprio aplicativo, 70% de seus usuários são mulheres e 80% são da geração *millenials* ou Z (nativos digitais – extremamente conectados).

Quando Paula Sibilia fala das nanonarrativas e cita a rede social Twitter com seus 140 caracteres, a reflexão que se deve fazer é se isto pode ser considerado uma nanonarrativa. Fabiana Bazilio Farias (2017), fazendo uma análise sobre microficção e microcontos, nos diz que:

A narrativa do século XXI evidencia uma inclinação para este formato breve como maneira de criar similaridade com a velocidade da informação. Atualmente, essa inclinação apresenta afinidade com as novas formas de interação promovidas pela internet e ela aparece como um dos formatos usuais de relato das “escritas de si” na rede. (FARIAS, 2017, p. 1303)

Portanto, é o tempo moderno, a velocidade do cotidiano, que tem sugerido, especialmente às novas gerações — dos nativos digitais — este novo estilo de escrita. Abreviam-se os pensamentos, abreviam-se as palavras, quase numa nova linguagem, onde os que não são letrados nela podem sentir-se verdadeiros analfabetos — analfabetos digitais.

Neste universo da literatura digital, seja nas plataformas de autopublicação, seja nas páginas ou perfis do *Facebook*, vídeos do *Youtube* ou outros tipos de narrativas disponíveis na *Web 2.0*, o leitor toma a forma de legitimador dessas narrativas, a partir do que curtem ou de seus comentários que muitas vezes influenciam o processo criativo desse novo autor.

### 3. Conclusões

Percebemos pela análise de Paula Sibilia que é necessário uma reflexão sobre essa super exposição, especialmente nos ambientes da *web 2.0*. Essa reflexão passa não somente por aquele que se expõe, mas também pelos que apreciam o espetáculo, cuja curiosidade pelo fútil e medíocre é tamanha que faz com que detalhes da vida do autor majorem o valor da obra. Uma citação de Debord pode ilustrar de forma interessante essa ideia: "À medida que a necessidade se encontra socialmente sonhada, o sonho torna-se necessário. O espetáculo é o mau sonho da sociedade acorrentada, que finalmente não exprime senão o seu desejo de dormir. O espetáculo é o guardião deste sono" (DEBORD, 1992, p. 20).

Importante acrescentar como Sibilia, embora citando redes sociais bem temporais, inclusive algumas já inexistentes, usa termos que são atemporais para descrever essa exposição: instantaneidade, morte, solidão, silêncio, memória, espetáculo, aparência, etc. Notamos ainda que essa apreciação pelo espetáculo já foi tratada há décadas atrás por Guy Debord (1992) cuja análise demonstra que o espetáculo se sobrepõe à vida real.

No entanto, precisamos estar atentos para não fazer um julgamento discriminatório do ambiente *web*. Quando analisamos as redes sociais, elas podem propiciar interessantes espaços de compartilhamento, de subjetividade, de escrita íntima, de bons textos. Se até pouco tempo atrás se discutia se esses textos poderiam ser considerados uma nova literatura, hoje já se questiona o que define um gênero literário ou uma obra canônica. Citando Todorov (1988): "Quem ousaria hoje decidir entre o que é literatura e o que não o é, diante da irredutível variedade dos escritos que se lhe costuma incorporar, sob perspectivas infinitamente diferentes?"

Não podemos olhar com os olhos preconceituosos de que nada vale, mas com a garra de um garimpeiro que busca um tesouro, e pode ou não o encontrar. É certo que o garimpeiro não encontra tesouros todos os dias. E assim também nós encontraremos muita coisa sem valor antes de encontrar uma boa narrativa por esses caminhos da *web*. Mas elas existem. E estão ao alcance de todos que se furtem de apenas adentrar na intimidade alheia. É necessário que mais pesquisas e estudos se voltem a esse universo digital, de forma a romper com as

amarras de alguns conceitos de literariedade e avançar em novas perspectivas e anseios de novos leitores e autores.

## Referências

ARRUDA, A. M. A.; SILVA, C. de O.; ANDRADE, R. de L. de V. Referência de fonte eletrônica. Aplicativo de autopublicação: O Wattpad. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1596>. Acesso em: 25 mai. 2019.

BALDESSAR, A. Fanfiction, a ferramenta de leitura e escrita do futuro. Disponível em: <http://portaldonic.com.br/jornalismo/2018/05/14/fanfiction-a-ferramenta-de-leitura-e-escrita-do-futuro/>. Acesso em 14 maio 2019.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. v.1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. *Experiência e pobreza*. In: op. cit., p.114-9.

\_\_\_\_\_. *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica*. In: op. cit., p. 184.

\_\_\_\_\_. *O narrador*. In: op. cit., p. 206.

DEBORD, G. *Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1992

DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. In: Conversações. São Paulo: Ed. 34, 1990, p. 220

FARIAS, Fabiana Bazilio. *Forma e brevidade: reflexões sobre a microficcão na Literatura Brasileira*. In: XV Congresso Internacional da ABRALIC, 2017, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos do XV Congresso Internacional da ABRALIC - 07 a 11 de agosto de 2017, 2017. v. 1. p. 1296-1306.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega-Passa-gens, 1992, p. 70

HERRERO, L. Referência de fonte eletrônica. Más de 500 millones de historias en manos de la nueva editorial Wattpad Books. Publishnews, Madrid, seção Mercado. Disponível em: <https://www.publishnews.es/materias/2019/01/29/mas-de-500-millones-de-historias-en-manos-de-la-nueva-editorial-wattpad-books>. Acesso em: 27 mai. 2019.

MORIN, E. *Cultura de massas no século XX: neurose*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1997.

SIBILIA, Paula. *O Show do Eu – A intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

TODOROV, T. *Os gêneros do discurso*. Trad. de Elisa Angoti Kossovitch. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

## **Ixpiaí nossa dgente sacudida no cinema<sup>29</sup>**

*Échate un vistazo a nuestra gente exuberante en el cine*

*Take a look at our lush people in the cinema*

**Andréa Ferraz Fernandez<sup>30</sup>**

### **Resumo**

Ao assistir um filme sobre a cidade -ainda que fictício- as pessoas querem sentir-se representadas pelas imagens que veem, gostam de reconhecer os lugares e tem prazer na sensação de familiaridade com a história, algum traço de um personagem ou da trama. Parece interessante perguntar que tipo de imagem é capaz de simbolizar, representar ou caracterizar uma determinada cultura regional sem reduzi-la a suas formas folclóricas ou pitorescas? E o que é que representa uma cidade, sua cultura, o instante atual de complexidade social, cultural e suas interações e pluralidades? Olhar o cinema como locus de debate social é preocupar-se com as relações entre a indústria cultural e questões de ordem social, política, econômica e ideológica, pelas relações entre indivíduos e sociedade e entre a produção e o consumo, assim também com a perpetuação de valores culturais alheios a nossa própria cultura, inoculados por variadas formas de comunicação massiva. Observando o caso das produções audiovisuais recentes de MT, especificamente os curta-metragens produzidos a partir do Edital lançado em 2016, pela Secretaria do Estado da Cultura de MT, é inquietante descobrir como a cidade de Cuiabá e seu entorno, sua gente e sua cultura, estão retratadas em tais produções, identificando visibilidade e ausências e analisando-as relativamente ao paradigma euro-centrado. Esta investigação em andamento, que corre a partir das proposições teóricas de Enrique Dussel, Boaventura de Sousa Santos e Ramón Grosfoguel, propõe identificar se há ou não elementos pertencentes às proposta do Decolonialismo Cultural e a Filosofia da Libertação, nas produções audiovisuais recentes de Mato Grosso, sendo uma das preocupações centrais a discussão da representatividade e identidade em contextos local e regional.

Palavras-Chave: Cinema; Identidade Cultural; Decolonialismo Cultural; Filosofia da Libertação; Região Centro-Oeste do Brasil

### **Resumen**

Al ver una película sobre su ciudad, aunque sabiéndola ficticia, quienes la miran quieren sentirse representadas por las imágenes que ven; les gusta a la gente reconocer lugares y disfrutar de la sensación de familiaridad con la historia, algún rastro de un personaje o trama. Parece interesante preguntar ¿qué tipo de imagen puede simbolizar, representar o caracterizar una cultura regional particular, sin reducirla a sus formas folklóricas o

---

<sup>29</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Pessoal de Nível Superior do Brasil (CAPES)

<sup>30</sup> Dra em Ergonomia da Informação; Universidade Federal de Mato Grosso - PPG ECCO Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea / UFMT; Cuiabá, Mato Grosso, Brasil; [ferrazfernandez@gmail.com](mailto:ferrazfernandez@gmail.com) Mestre em Estudos Culturais; Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura - CLAEC; Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

pintorescas?; y ¿ qué representa una ciudad, su cultura, el momento presente de complejidad social y cultural y sus interacciones y pluralidades? Ver el cine como un locus de debate social es preocuparse por las relaciones entre la industria cultural y los problemas sociales, políticos, económicos e ideológicos, las relaciones entre los individuos y la sociedad y entre la producción y el consumo, así como a la perpetuación de valores culturales ajenos a nuestra propia cultura, inoculados por diversas formas de comunicación de masas. Al mirar el caso de las recientes producciones audiovisuales de MT, específicamente los cortometrajes producidos a partir del Edital, lanzados en 2016 por la Secretaría de Estado de Cultura de MT, resulta inquietante descubrir cómo la ciudad de Cuiabá y sus alrededores, su gente y su cultura son retratados en tales producciones, identificando visibilidad y ausencias y analizándolas en relación al paradigma euro-centrado. Esta investigación en curso, que parte de las proposiciones teóricas de Enrique Dussel, Boaventura de Sousa Santos y Ramón Grosfoguel, propone identificar si existen, o no, elementos de la propuesta del Decolonialismo Cultural y de Filosofía de la Liberación, en las recientes producciones audiovisuales de Mato Grosso, siendo una de las preocupaciones centrales la discusión de la representatividad e identidad en contextos locales y regionales.

Palabras claves: Cine; Identidad Cultural; Decolonialismo Cultural; Filosofía de la Liberación; Región del Medio Oeste de Brasil

#### **Abstract**

When watching a film about our city, although knowing it fictional, those who watch it want to feel represented by the images they see; people like to recognize places and enjoy the feeling of familiarity with the story, some trace of a character or plot. It seems interesting to ask what kind of image can symbolize, represent or characterize a particular regional culture, without reducing it to its folkloric or picturesque forms ?; And what does a city, its culture, the present moment of social and cultural complexity and its interactions and pluralities represent? To see cinema as a locus of social debate is to worry about the relations between the cultural industry and social, political, economic and ideological problems, the relationships between individuals and society and between production and consumption, as well as perpetuation. of cultural values outside our own culture, inoculated by various forms of mass communication. When looking at the case of recent MT audiovisual productions, specifically the short films produced from the Edital, released in 2016 by the MT Ministry of Culture, it's provocative to discover how the city of Cuiabá and its surroundings, its people and its Culture are portrayed in such productions, identifying visibility and absences and analyzing them in relation to the Euro-centered paradigm. This investigation, which starts from the theoretical propositions of Enrique Dussel, Boaventura de Sousa Santos and Ramón Grosfoguel, proposes to identify whether or not there are elements of the proposal of Cultural Decolonialism and Liberation Philosophy, in recent audiovisual productions by Mato Grosso, one of the central concerns being the discussion of representativeness and identity in local and regional contexts.

Keywords: Movie theater; Cultural identity; Cultural Decolonialism; Philosophy of Liberation; Brazil's Midwest Region

### **1. Introducción y Contextualización**

Mirar el cinema como debate social es preocuparse con la relaciones entre la indústria cultural y cuestiones de orden social, política, económica e ideológica; por las relaciones entre individuos y sociedad y entre producción y consumo, así como la perpetuación de valores culturales ajenos a nuestra propia cultura que nos son inculcados por variadas formas de comunicación masiva, tal cual el cinema.

Estudios referentes a la industria cultural demostraron cómo se da la construcción social de las preferencias y homogeneización de los patrones de consumo a nivel mundial, mismo en frente a un mercado diversificado. Las maneras como son exhibidas en una película las personas, narrativas, estéticas y éticas, en imágenes o sus contenidos, denotan informaciones sobre la sociedad en la cual aquel producto cultural fue producido, así como también establece elementos sobre nuestro pasado colonizado o, incluso, presente aún colonizado culturalmente.

Observando el caso de las películas contemporáneas de producción local en Mato Grosso, Brasil, parece inquietante descubrir de qué manera las mismas presentan la ciudad de Cuiabá y su entorno, su gente y su cultura: si esta se presenta de una manera que valorizar su propia cultura o no; y qué dicen estas visibilidades y ausencias respecto al paradigma eurocentrado.

En Mato Grosso la escena audiovisual y cinematográfica vive ahora un momento de crecimiento tras la publicación en 2016 de una convocatoria<sup>31</sup> del gobierno para la selección y el financiamiento de proyectos de corto y mediometrage. En total 13 obras fueron contempladas en el concurso realizado por la Secretaría de Estado de Cultura, ANCINE – Agencia Nacional de Cine de Brasil - y el Fundo Setorial do Audiovisual.

Se destaca que una parte de las producciones emprendieron un modelo diferenciado de negocio para la gestión de los recursos. Para esta parte de la producción, al cual se ha llamado como *Box de Curtas* (Caja de Cortometrajes), se propuso una secretaria y dirección ejecutiva única actuando en todos los proyectos, lo que produjo un nuevo tipo de plan de trabajo colaborativo para el área del audiovisual y cine.

Con un aporte de €225.000,00<sup>32</sup>, *Box de Curtas* concluyó cinco producciones audiovisuales en el plazo de diez meses, siendo tres meses para la fase de preproducción, cinco semanas destinadas para las grabaciones en las cuales fueron captados todo el material para los cuatro mediometrajes y un piloto de serie televisiva, y tres meses para las etapas de montaje y post-

---

<sup>31</sup> Información completa sobre este certamen está disponible en la web de la Secretaría de Estado de Cultura de Mato Grosso <<http://www.cultura.mt.gov.br/documents/362998/2966954/Edital+-+Audiovisual+-+Versão+Final+29-11-2017.pdf/e09313f3-389b-3673-2264-4f3c1fe2c370>>

<sup>32</sup> En moneda nacional brasileña fueron disponibilizados R\$ 650.000,00, valor correspondiente, aproximadamente a €225.000,00 considerando el cambio de moneda de abril de 2017.

producción. La sesión premier de las cinco producciones ocurrió el 27 de enero del mismo año, acompañada de gran expectativa de la sociedad y de los medios.

Obras audiovisuales producidas en *Box de Curtas*:

Título: A gente nasce só de mãe. 2017. Duración: 18'17"

Título: Aquele disco da Gal. 2017. Duración: 24'59"

Título: Juba. 2017. Duración: 18'50"

Título: Teodora quer Dançar. 2017. Duración: 23'

Título: Ciranda. 2017. Duración: 26'41"

La experiencia con *Box de Curtas* generó doscientos y cincuenta empleos directos, sesenta indirectos y un estímulo intensivo a los sectores de la cadena productiva del audiovisual, como también al sector hotelero, restaurantes y transporte para productores, actores y personal técnico: cerca de ciento y ochenta figurantes y treinta actores, además de cuarenta técnicos en cine para cada set de grabación. Se destaca que el cuerpo técnico y profesional fue constituido en más de un 80% por profesionales de Mato Grosso.

En estos momentos se está produciendo la 2a. edición del *Box de Curtas*, con previsión de finalización de nuevas obras audiovisuales para finales de este año. Tal iniciativa se concretó con la publicación de una nueva convocatoria con idéntico objetivo a la del 2016, con recursos de la Secretaría de Cultura del Estado de Mato Grosso y del Fundo Setorial para o Audiovisual (FSA)<sup>33</sup> Para participar de la convocatoria, las propuestas tuvieron que cumplir condiciones bastante específicas, respecto a las circunstancias y capacidades de desempeño de los proponentes, como forma de filtrar y incentivar la calidad en los productos audiovisual finalizados.

### **1.1. Ubicación geográfica y cultural de Mato Grosso**

El estado brasileño de Mato Grosso posee vasta diversidad cultural y enseña, orgulloso, las huellas que le han dejado los diferentes pueblos tras su paso. Dotado de gran extensión geográfica (903.329.700 kilómetros cuadrados) el estado se compone de 141 municipios,

---

<sup>33</sup> Más información sobre la convocatoria n. 001/2017/ SEC-MT esta disponible en <http://www.cultura.mt.gov.br/-/8565260-edital-de-producao-de-obra-audiovisual-ancine-fsa-2017>>

siendo el tercero más grande de Brasil, con una área equivalente a la de Venezuela. Su población está hoy estimada en cerca 3.035.122 habitantes, residiendo mayoritariamente en áreas urbanas (IBGE, 2010)

El tamaño de extensión refleja una larga composición cultural, con la inclusión de regiones muy distintas tales como el Vale do Araguaia y Parque Indígena do Xingú, y nada menos que tres biomas distintos: el Pantanal, la Amazonia y el Cerrado. Proporcional a la extensión del estado de Mato Grosso está su complejidad cultural que incorpora, aún, las influencias de seis estados vecinos que son Amazonas, Pará, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul y Rondonia; además de Bolivia, país con el cual hace frontera.

El estado de Mato Grosso tiene cantidad de tradiciones populares y gastronomía propia. Existe en él una producción autoral de artistas locales y tradición auténtica en las artes, pintura, escultura, literatura y música. La gente de la región posee preferencias estéticas que se reflejan, además de las artes, en la arquitectura, en su manera de vivir, sus religiosidades y festividades, fruto de una rica herencia cultural proveniente de los pueblos amerindios, africanos y europeos presentes en la región desde tiempos antiguos hasta ahora.

Tanta heterogeneidad se revela en múltiples formas de representación de la cultura, de los lugares y de la gente. El cine, tal cual las otras formas de expresión, enseña los signos – en este caso con paisajes sonoros e imágenes, construcciones de tramas y personajes – representativos de esta cultura de mil caras y, a la vez, única.

## **1.2. Recurridos Metodológicos**

Sabiéndose que este es un proyecto volcado para el campo de interés de la identidad cultural transmitida por intermedio de escenas en las películas contemporáneas matogrossenses, y comprendiendo que hay espacio para un sinfín de interpretaciones, siendo tantos los archivos personales de quienes las observan, es importante ponderar la relativización de las interpretaciones resultantes. Sin embargo esto no exime la proposición de una formulación científica para colecta y análisis de datos, así como la indicación de las áreas de conocimiento donde se ubican esta investigación.

Objetivo General:

El objetivo general de esta investigación es examinar cómo los jóvenes directores de cine representan la ciudad de Cuiabá y su entorno, su gente y su cultura en películas recientes, confrontando estas imágenes con los ítems presentes en el Inventario Documental del Patrimonio Material e Inmaterial de Mato Grosso, compuesto por los libros de las celebraciones, edificaciones, formas de expresión, lugares y saberes. Sabiendo que dichas categorías del Inventario se componen de bienes apenas descritos y no existiendo la presentación de cualquier imagen oficial que los revelen, la investigación busca identificar de qué forma la cultura inmaterial de la región y de su pueblo es presentada en el cine contemporáneo de producción local, observandolos desde la perspectiva del decolonialismo cultural.

Objetivos específicos:

1 Justificar la elección de las películas que compondrán el recorte del estudio, debiendo las mismas haber sido producidas localmente y en la contemporaneidad, y que traigan como telón de fondo la ciudad de Cuiabá o inmediaciones y su gente.

2 Catalogar las informaciones sobre cada película elegida.

3 Relatar las escenas representativas de la ciudad de Cuiabá y su entorno, su gente y su cultura, en en cada una de las películas seleccionadas.

4 Verificar si hay coincidencia de sentido entre imágenes presentes en las películas seleccionadas y la descripción de elementos relacionados con la cultura de la ciudad y de su gente.

5 Analizar las acepciones de cada escena o secuencia conectada a la ciudad de Cuiabá, o inmediaciones y su gente.

6 Evaluar, con base en los datos compilados y apoyo en la literatura de referencia, si las películas contemporáneas producidas localmente retratan a la ciudad de Cuiabá y su entorno, su gente y su cultura desde una perspectiva de colonialismo o de decolonialismo cultural

Interrogante de la investigación:

¿Las películas contemporáneas de producción local incluyen imágenes representativas de la ciudad de Cuiabá y su entorno, su gente y su cultura?

¿En caso afirmativo, las imágenes representativas de la ciudad de Cuiabá y su entorno, su gente y su cultura aparecen en las películas elegidas con un ropaje tradicional o contemporáneo?

¿En las películas contemporáneas de producción local, la ciudad de Cuiabá y su entorno, su gente y su cultura es presentada desde una perspectiva de colonialismo o de decolonialismo cultural?

Formulación de hipótesis:

Los productos audiovisuales contemporáneos, de producción local, retratan a Cuiabá y sus alrededores, su gente y sus costumbres tanto en imágenes como en temáticas y en el argumentos, presentando los elementos culturales de la región en sus acepciones tanto tradicionales como actualizadas, mayoritariamente desde la perspectiva decolonialista, aunque la perspectiva colonialista aparezca en otras estructuras presentes en las películas.

Instrumentalización Metodológica:

Averiguar si las películas producidas por Box de Curtas se encuadran en el recorte pretendido por esta investigación de películas producidas localmente y en la contemporaneidad, y que traigan como telón de fondo la ciudad de Cuiabá o inmediaciones y su gente. Esta acción desea atender al objetivo específico 1.

Producir un cuadro identificador de cada película, sistematizando informaciones con datos referentes a (1) Identificación de la película: título, año, director, guionista, director de fotografía, productora, entidades asociadas, premios recibidos y otros datos de circulación y distribución; (2) Identificación del género de la película; (3) Sinopsis de la película; (4) Elementos del guión: identificación del planteamiento-desarrollo-desenlace, elementos de prólogo y epílogo, a partir de una metodología adaptada de Blanco (2017). Esta acción desea atender al objetivo específico 2.

Elaborar, para cada una de las películas, una tabla con informaciones de las escenas

representativas de la ciudad de Cuiabá y su entorno, su gente y su cultura, a través de la técnica de decoupage filmica. Esta tabla debe informar un nombre para cada secuencia, su minutaje y la caracterización que relaciona la secuencia a la cultura de la ciudad y de su gente. Esta acción desea atender al objetivo específico 3.

Confrontar las imágenes relacionadas en la tabla obtenida con la consecución del objetivo 3 con las descripciones de los ítems presentes en el Inventario Documental del Patrimonio Material e Inmaterial de Mato Grosso. Esta acción desea atender al objetivo específico 4.

Construir una tabla, a partir de las informaciones logradas en el objetivo específico anterior, relacionando la situación de surgimiento de la escena o secuencia relacionada al ítem de cultura identificado por el Inventario Documental del Patrimonio Material e Inmaterial de Mato Grosso. Esta acción desea atender al objetivo específico 5.

Analizar si las escenas y secuencias relacionadas a la ciudad de Cuiabá y alrededores, su gente y la cultura de la región, son presentadas en las películas contemporáneas de producción local a partir de una perspectiva de colonialismo o de decolonialismo cultural. Esta acción desea atender al objetivo específico 6.

## **2. Fundamentación Teórica: Colonialismo, Decolonialismo e Identidad Cultural**

Para Walter Mignolo el pensamiento eurocéntrico es un mal hábito epistémico, solamente posible de ser deconstruido por intermedio de la desnaturalización de estereótipos insertados en narrativas e imágenes (MIGNOLO, 2010) y cuya subversión se da por la desvinculación epistémica, un rompimiento con los saberes occidentales en pro de la construcción de una forma propia de raciocinio.

No se trata del abandono de todo lo que fue descubierto o desarrollado sino la incorporación a ellos de los saberes y subjetividades plurales silenciadas históricamente. La desobediencia epistémica piensa el escenario político a partir de la coexistencia armónica entre varias perspectivas de mundo, en que no hay sujeción entre las categorías de pensamiento y en dirección a un movimiento en lo cual las lenguas, religiones y saberes marginalizados se convierten en protagonistas de sus propias imágenes y narrativas.

La desobediencia epistémica es un ejercicio de desaprender lo que esta puesto

incuestionablemente y de construir un conjunto propio de saberes basados en la ancestralidad, y saberes latinos, también para la referenciación de la identidad cultural de un pueblo y de una región.

El sentido de identidad cultural es esa especie de sentimiento de enternecimiento provocado por evocaciones a elementos conocidos y familiares. Parece ser que todo gira en torno a lo que le representa con fiabilidad ya que la identidad cultural es la fuente de significado y experiencia de un pueblo (Castells, 2001, p. 22) Y aunque las identidades culturales no están impresas con señales biológicas en las personas, ellas son parte de una naturaleza esencial de los individuos.

Tenemos, así, la cultura como algo capaz de producir sentidos, caracterizándose como un sistema de representación cultural de manera que las personas no son solamente miembros de una localidad: sus hábitos y maneras de vivir representan una unidad, simbolizan una manera distinta de ser, concordando con Hall (2011), cuando dice que una nación es una comunidad simbólica, ya que es exactamente esto lo que explica su poder de generar un sentimiento de identidad.

No importa que tan distintos puedan ser los sujetos de una región en términos de clase social o económica, género, procedencia o raza: habrá siempre la búsqueda de los trazos comunes que representen a todos como perteneciendo a una misma casa, donde aunque hayan ambientes distintos, aún así todos habitan el mismo hogar.

En resumen, para lograr la construcción y perpetuación de esta identidad cultural original, es importante una observación consciente sobre las reproducciones de los modelos que están ocurriendo en los medios masivos de comunicación, inclusive los de producciones locales.

### **2.1. El Inventário Documental do Patrimônio Material e Imaterial de Mato Grosso**

El documento Inventário Documental do Patrimônio Material e Imaterial de Mato Grosso fue elaborado en 2008 por la Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) en cooperación con el Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do Brasil, con el objetivo de ampliar las formas de preservación del patrimonio cultural material e inmaterial. Los historiadores encontraron cuatrocientos cuatro documentos y quinientos treinta y seis

referencias culturales de Mato Grosso, y organizaron las informaciones en categorías: Celebraciones, Edificaciones, Modos de Expresión, Lugares y Saberes.

El libro de las Celebraciones reconoce rituales y fiestas que enseñan la religiosidad, entretenimiento y otras prácticas cotidianas de la comunidad, como funerales o fiestas de santos.

El libro de las Edificaciones identificar las edificaciones, paisajes, inmuebles y casas urbanas de importancia histórica.

El libro de los Modos de Expresión registra las manifestaciones literarias, musicales, plásticas, escénicas y lúdicas, así como las artesanías y danzas regionales.

El libro de los Lugares inscribe espacios como ríos, calles, mercadillos, ferias, santuarios y otros, donde se concentra la gente para la reproducción de prácticas culturales colectivas.

El libro de los Saberes recoge los conocimientos y modos de hacer enraizados en la vida social, como las comidas típicas o procedimientos específicos de sabiduría popular.

Este inventario consiste en un catálogo de referencias culturales, parte de ellas aún en uso y de conocimiento popular, y parte de ellas pertenecientes a la memoria. Para este análisis serán consideradas las ideas enseñadas tanto en los libros del Inventario Documental do Patrimônio Material e Imaterial de Mato Grosso como en las secuencias seleccionadas en las películas, y una vez que una idea y/o imagen representa algo, sea un objeto, un ser, algo pasible a la visión, y aunque innegablemente hubo un objeto original a ser representado, esta no es objeto ni realidad representada, proponiéndose como una de las muchas vertientes simbólicas posibles.

### **3. Desdoblamientos posibles o Conclusiones provisionales**

El desarrollo de esta investigación evidencia la necesidad de que las cuestiones culturales vuelvan a ser consideradas centrales respecto al desarrollo de un país y de sus gentes en todos los aspectos. La valoración de la cultura local, regional o nacional, frente a la cultura exógena, es reflejo de un proceso complejo y de largo plazo, que puede ser incentivado y nutrido como

parte de un proyecto nacional, pero también como un proyecto personal llevado a cabo diariamente, por todos los ciudadanos, a partir de la tomada de consciencia.

El término Cultura tal cual cuñado hoy no prevé una equivalencia para los conocimiento de la humanidad, equivalencia esta inminente, improrrogable e indispensable. Como explica Rodrigues (20019, p.15), vivimos en una época de heterodoxias, de consciencia aguda sobre la multiplicidad de puntos de vista posibles para comprender y explicar fenómenos, lo que exige nuevos caminos para el diálogo interdisciplinario o transdisciplinario y para la ruptura de barreras temáticas, políticas y cronológico.

Específicamente sobre el análisis de las películas matogrossenses, etapa aún en proceso, ya se ha podido observar que el cinema/audiovisual, además de su vertiente de entretenimiento social, actúa como mídia que construye los parámetros sociales sobre los cuales la gente cree que es su cultura. Todavía hay que seguir profundizando para buscar las soluciones aplicables para solventar dificultades en la producción y en la distribución, las dos vertientes más problemáticas del cine matogrossense actual.

Asimismo, como ya indican los análisis parciales, también es necesario comprender porque las películas de producción local y regional incorporan pocos elementos de representación de la cultura material e inmaterial endógena y por qué, cuando los incorporan, los hacen apresetándoles de manera desvalorada.

A partir de una mirada crítica sobre las 5 producciones analizadas, es posible inferir que existe una parcial colonización cultural de los productores y realizadores de cinema y audiovisual de Mato Grosso y/o desconocimiento de las referencias culturales de la región; pareciendo que los producciones audiovisuales no incluyen más referencias de la cultura material e inmaterial local y regional y de forma más bien valoradas porque (a) los s las desconocen y (b) porque están parcialmente colonizados culturalmente. Tales afirmaciones deben ser mejor valoradas a partir de la aplicación de un cuestionario en los productores del cine y audiovisual de MT.

De esta manera, dando igual espacio a todos los pueblos y reconociendo equinanimemente todos los conocimiento, pasemos al término Culturas, concepto a ser utilizado en todas las

manifestaciones artísticas, así como en los vehículos de reproducción de información, educación y cultura desde y cuando los artistas, productores y distribuidores estén conscientes del valor de la própria cultura autóctona así como de su propia importancia como agente de cambio social, económico y político.

Como afirma Dussel (2016), la estrategia pasa por la afirmación de los propios valores, retornando a nuestros textos y símbolos, mitos y elementos constitutivos de la propia cultura, que se inicia con la tomada de la conciencia crítica y poco a poco se extiende para toda la comunidad. Este es un mensaje directo para todos los trabajadores que, de alguna manera participan de los espacios de cultura de nuestra América Latina.

### Referências

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. Soc. estado., Brasília, v. 31, n. 1, p. 51-73, Apr. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922016000100051&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100051&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 de julho de 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100004>.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

IBGE. Cidades e Estados Mato Grosso. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/.html?>>. Acesso em 01/04/2019

INVENTÁRIO DOCUMENTAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL DE MATO GROSSO: Breve Discussão dos resultados. Disponível nos Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, julho 2011.

MIGNOLO, Walter. Desobediencia epistémica: retórica de la modernidade, lógica de la colonialidade y gramática de la decolonialidade. Buenos Aires: Del Signo, 2010

RODRIGUES, M. F. (2018). Cultura material e reflexão epistemológica para renovação da História da Educação. Revista Brasileira de História da Educação, 18. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbhe/v18/2238-0094-rbhe-18-e044.pdf>>. Último acesso em 10/09/2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e044>

TAMASO, Izabela. Relatório Final do Inventário Documental do Patrimônio Imaterial de Imaterial do Mato Grosso. Cuiabá, 2010.

## O governador mata-mendigos: o periódico *Ultima Hora* contra Carlos Lacerda em 1963<sup>34</sup>

*El gobernador mata-mendigos: el periódico Ultima Hora contra Carlos Lacerda en 1963*

*The governor killer of beggars: the newspaper Ultima Hora against Carlos Lacerda in 1963*

Mariana Dias Antonio<sup>35</sup>

### Resumo

Uma matéria publicada pelo jornal carioca *Ultima Hora* em janeiro de 1963 denunciou o extermínio de moradores de rua por policiais do estado da Guanabara, Brasil, gerando grande comoção pública. A condição particular de Carlos Lacerda, simultaneamente adversário político do jornal e governador do estado, resultaria em diversas tentativas de vinculá-lo aos crimes perante o público leitor e eleitor. Apresentamos algumas tentativas de construir tal vínculo nas páginas do *Ultima Hora*, através de casos pontuais e com destaque para o uso de imagens. A politização do conteúdo se evidencia no confronto das edições do jornal com a progressão e conclusões das diversas investigações sobre o caso, podendo resultar tanto de ações explicitamente orquestradas quanto das disposições e categorias de percepção duráveis de agentes específicos. Em vista do histórico de conflitos precedente entre o periódico e Carlos Lacerda, propomos uma leitura que priorize tais disposições duráveis, apoiando-nos em contribuições de Roland Barthes, Luc Boltanski e Patrick Champagne.

Palavras-Chave: Operação mata-mendigos; mata-mendigos; *Ultima Hora*; Carlos Lacerda.

### Resumen

Un reportaje publicado por el periodico carioca *Ultima Hora* en enero de 1963 denunció el exterminio de indigentes por policías del estado de Guanabara, Brasil, generando gran conmoción pública. La condición particular de Carlos Lacerda, adversario político del periódico y al mismo tiempo gobernador del estado, resultaría en varios intentos de vincularlo a los crímenes ante el público de lectores y electores. Presentamos algunos intentos de construir tal vínculo en las páginas de *Ultima Hora*, a través de casos puntuales y con destaque para el uso de imágenes. La politización del contenido se evidencia en la confrontación de las ediciones del periódico con la progresión y conclusiones de las diversas investigaciones sobre el caso, pudiendo ser resultado tanto de acciones explicitamente orquestradas como de las disposiciones y categorías de percepción perdurables de agentes específicos. En vista del histórico de conflictos precedente entre el periódico y Carlos Lacerda, proponemos una lectura que priorice tales disposiciones perdurables, apoyándonos en contribuciones de Roland Barthes, Luc Boltanski y Patrick Champagne.

---

<sup>34</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>35</sup> Mestra e doutoranda em História; Universidade Federal do Paraná (UFPR); Curitiba, Paraná, Brasil; [mariana.diasant@gmail.com](mailto:mariana.diasant@gmail.com).

Palabras claves: Operación mata-mendigos; mata-mendigos; *Ultima Hora*; Carlos Lacerda.

### Abstract

An article published by the Rio de Janeiro's newspaper *Ultima Hora* on January 1963 denounced the killing of homeless people by police officers from the state of Guanabara, Brazil, causing great public commotion. Carlos Lacerda's particular condition, simultaneously the newspaper's political adversary and state governor, would result in several attempts to link him to the crimes before the reading and voting public. We present some attempts to build such a link on the pages of *Ultima Hora* through specific cases, highlighting the use of images. The politicization of the content is evident when confronting the newspaper editions to the progression and conclusions of the various investigations into the case, something that can result from explicitly orchestrated actions as well as from the durable dispositions and categories of perception of specific agents. Aware of the preceding history of conflict between the newspaper and Carlos Lacerda, we propose an interpretation that prioritizes such durable dispositions, drawing on contributions from Roland Barthes, Luc Boltanski and Patrick Champagne.

Keywords: Operation killer of beggars; killer of beggars; *Ultima Hora*; Carlos Lacerda.

## 1. Introdução e contextualização

O jornal *Ultima Hora* circulou pela primeira vez em 12 de junho de 1951, trazendo um jornalismo que visava atender às camadas populares. Sediado na cidade do Rio de Janeiro (posteriormente fundando diversas sucursais pelo país) e com circulação diária (exceto aos domingos), o jornal contava com um conteúdo amplo e diversificado, marcado por seu apelo popular e uso massivo de imagens. Derivado do apoio político de Getúlio Vargas, presidente recém-empossado em 1951, bem como do financiamento de empresários e banqueiros, o jornal viria a ser uma espécie de plataforma de apoio a Getúlio Vargas e seu partido, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) (LAURENZA, 1998; WAINER, 1988).

Entre os opositores comuns ao jornal e a Getúlio, já no momento de sua criação, encontramos o jornalista e político Carlos Lacerda. As desavenças pessoais e políticas entre Lacerda e Samuel Wainer, fundador do *Ultima Hora*, se intensificam com a circulação do novo periódico, tomando forma em editoriais denunciativos publicados ora no jornal *Tribuna da Imprensa*, fundado em 1949 por Carlos Lacerda, ora no *Ultima Hora*. Persistindo o conflito, em 1953 Lacerda acusa Wainer de utilizar empréstimos ilícitos para fundar seu jornal e no mesmo ano uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi criada, funcionando entre junho e novembro e resultando em grande desgaste político e financeiro para Wainer (GUIMARÃES, 2011; LAURENZA, 1998; MENDONÇA 2002).

Finda a CPI, outro evento marca as desavenças entre Lacerda e Wainer, quando em 22 de maio de 1954 o repórter Nestor Moreira, do jornal *A Noite*, foi espancado e morto durante uma discussão com um policial em Copacabana. A fatalidade rendeu a Lacerda uma alcunha que ele carregaria até os últimos momentos de sua vida. Ao observar a suposta morbidez de Lacerda durante o velório de Nestor Moreira, Wainer teria solicitado a Lanfranco Vaselli, cartunista do *Ultima Hora*, que desenhasse uma charge de Lacerda. O resultado foi uma das charges mais famosas do periódico, ilustrando Lacerda como um corvo (ROSE, 2001; 2010; WAINER, 1988) e abrindo espaço para uma série de ataques através de imagens.

Ainda que a cronologia nos apresente outros embates próximos, como o atentado da rua Tonelero e o suicídio de Vargas, nossa atenção se volta a um momento posterior. Lacerda seria empossado governador do recém-criado estado da Guanabara em 5 de dezembro de 1960. Durante seu mandato, uma crise política desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros em 1961 resultaria em diversas atividades de repressão e censura no estado (DULLES, 2000; LABAKI, 1986; MENDONÇA, 2002), ampliando o denunciamento da imprensa contra Lacerda e contra as forças policiais guanabarinas. Também no início de 1963 o *Ultima Hora* denuncia o extermínio de moradores de rua nos rios Guandu e da Guarda por policiais do Serviço de Repressão à Mendicância (SRM) (ANTONIO, 2019; DULLES, 2000; LACERDA, 1978; MENDONÇA, 2002; MOTTA, 2001; PEREZ, 2007; ROSE, 2010; WAINER, 1988). Mantendo-se o assunto em pauta, o periódico tentaria vincular Lacerda ao extermínio fazendo amplo uso de imagens.

## 2. Objetivos e metodologia

Através de casos pontuais, buscamos apresentar como o *Ultima Hora* tentou vincular Carlos Lacerda ao extermínio de moradores de rua perante o público leitor e eleitor da Guanabara, sobretudo através de imagens ou do conjunto imagem-legenda-manchete-texto. Nossa atenção se volta aos primeiros meses de 1963, quando tais tentativas são mais frequentes e calcadas na vaguidade de informações, tendo em vista as várias investigações correntes e ainda em vias de conclusão.

Cientes do histórico de conflitos entre o *Ultima Hora* e Carlos Lacerda, propomos uma leitura que priorize as disposições e categorias de percepção duráveis dos agentes sociais dentro da redação do periódico. Apoiamo-nos no modelo de análise imanente da mensagem

proposto por Roland Barthes (1961) e nas suas complementações sociológicas para análise da emissão e da recepção, desenvolvidas por Boltanski (1965) e Champagne (2000). Evitamos assim uma visão hiperconsequente da campanha movida pelo *Ultima Hora*, uma vez que mesmo a criação intencional de significações específicas se dá a partir de um conjunto durável de disposições e categorias de percepção.

### 3. Apresentação e análises

Parte da bibliografia que comenta a “chacina do rio da Guarda” ou “Operação mata-mendigos” traz como seu momento fundador a reportagem publicada pelo *Ultima Hora* em 29 de agosto de 1962 (MOTTA, 2001; ROSE, 2010), onde Amado Ribeiro e Paulo Aghiarian denunciam a deportação de moradores de rua para fora do estado da Guanabara (ULTIMA HORA, 29/08/1962). Ainda que possamos traçar certo nexos entre estes eventos e investigações com aquilo que se tornaria efetivamente uma chacina, as primeiras denúncias de execução surgem apenas em janeiro do ano seguinte.

O primeiro depoimento acerca da “chacina do rio da Guarda” foi publicado pelo *Ultima Hora* em 23 de janeiro de 1963. Neste, a sobrevivente Olindina Alves Jupiaçu afirmou que se encontrava nas proximidades do SRM na noite de 17 de janeiro de 1963, quando foi capturada e colocada numa viatura onde já estavam os moradores de rua Nilton Rodrigues dos Santos e Zuleika de tal. A viatura rumaria à divisa de Itaguaí, nas proximidades do rio da Guarda, onde os policiais teriam descido do veículo, violentado os moradores de rua e os arremessado da ponte (ANTONIO, 2019; ULTIMA HORA, 23/01/1963a; 23/01/1963b).

Posteriormente surgem as primeiras tentativas de vincular o então governador ao episódio. Em 26 de janeiro o *Ultima Hora* traz a chamada de capa “Clamor Nacional Contra a Fúria Nazista na GB; CÂMARA: –LACERDA COMANDA O TERROR” (Figura 1). A lateral esquerda da folha traz uma fotografia recortada do rosto de Lacerda acompanhada do texto “O Mandante”. Pela primeira vez se constrói a suposta culpa do governador pela chacina através de um texto que equipara as práticas do governo Lacerda ao nazismo.

Cadáveres não emocionam ao velho Corvo. Êle tem um plano em mente e persegue-o com obstinação, insensível aos apelos, mesmo dos que lhe são mais ligados. Enquanto não possui câmaras de gás, manda matar por afogamento. Enquanto não tem o seu Auschwitz tropical, cultiva a Invernada da Olaria. Não tendo Himmler e Eichmann, caça com Gustavo Borges e Borer. Hitler tratava de eliminar todos os “não-arianos”; êle põe em ação os seus pelotões de extermínio para massacrar

mendigos, enquanto não mata presos políticos (por ora, limita-se a torturar os que lhe caem nas garras) (ULTIMA HORA, 26/01/1963).

**Diretor da CNC: Classes Conservadoras Apóiam Política Financeira de San Tiago** (Lata 100 "ACONTECIMENTOS DE 1963", pag. 2)

★ **COFAP INTERVÉM NAS PADARIAS EM "LOCKOUT" (P. 2)**

# Clamor Nacional Contra a Fúria Nazista na GB CÂMARA: - LACERDA COMANDA O TERROR

**Testemunha do Massacre no Rio: "Única Sobrevivente Ficou Louca!"**



- 1 NA CÂMARA FEDERAL, O DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA ACUSA: "INSTALOU-SE NA GUANABARA UM REGIME POLICIAL ESCO ANIMADO POR UM "FUHRER" LOUCO". NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, SALDANHA CONVOCA O CORONEL BORGES PARA PRESTAR CONTAS DA CHACINA DE MENDIGOS NO RIO DA GUARDA.
- 2 O homem da foto à esquerda, um alemão, ouviu os gritos de terror dos condenados. Com a autoridade de testemunha, conta lances dramáticos do assassinato em massa de miseráveis, pela polícia: "Retirei três cadáveres. Ao me aproximar a mulher que sobreviveu, ela quis me morder. Depois me pediu que não a matasse".
- 3 NÚM LEVANTAMENTO QUE SURPREENDE PELA SELVAGIARIA SEM LIMITES A QUE CHEGOU A POLÍCIA NAZISTA DA GUANABARA, O DELEGADO DE ITAGUAI, DEPOIS DE RELACIONAR DEZENAS DE CADÁVERES NÃO IDENTIFICADOS RETIRADOS DO "RIO DA MORTE", CONCLUI SER ELEVADO O NÚMERO DE VÍTIMAS. (NA PÁGINA 7)

ANO XII — Rio de Janeiro, Sábado 26 de Janeiro de 1963 — N.º 3.857

Ultima Hora

PREÇO DO EXEMPLAR: CR\$ 15,00



O Mandante

**T**ODA A IMPRENSA, inclusive os órgãos mais conservadores, está noticiando os ferozes crimes cometidos pela polícia da Guanabara. O Governador Lacerda, entretanto, permanece em silêncio. O aludido de lesa-humanidade que é o assassinato de dezenas de mendigos alojados nos rios Guandu e da Guarda repercutiu na Assembleia Estadual, na Câmara Federal, em todo o País e no exterior. Lacerda, porém, continua mudo. Cadáveres não emocionam ao velho Corvo. Ele tem um plano em mente e persegue-o com obstinação, insensível aos apelos, mesmo dos que lhe são mais ligados. Enquanto não possui câmaras de gás, manda matar por afogamento. Enquanto não tem o seu Auschwitz tropical, cultiva a Invernada de Orlândia. Não tendo Himmler e Eichmann, caca com Gustavo Borges e Gorer. Hitler tratava de eliminar todos os "não-arianos"; ele põe em acas os seus pelotões de extermínio para massacrar mendigos, enquanto não mata presos políticos (por ora, limita-se a torturar os que lhe caem nas garras).

Todo o País sabe, evidentemente, que Lacerda é o mandante dos terríveis crimes que se cometem na Guanabara. Em vão se esconde e se omite o sangüinário Tertulio de Brocchio, sempre tão pronto a cantar louvores à liberdade e à dignidade humana. A reação contra os seus barbáries já vai tomando corpo. A Guanabara, felizmente, não é um pequeno feudo entregue, sem remédio, aos caprichos de um tiranete louco, mas um Estado-membro da Federação brasileira. Confiamos em que a opinião democrática brasileira saberá mobilizar-se com o necessário vigor contra os atos desse Governador que, já agora, e em um caso típico de Manicômio Judiciário. Que os votos dos deputados e dos jornalistas vintem-se outras, em clamor mais forte ainda, que falem os advogados, os magistrados, os sacerdotes, os intelectuais, e, sobretudo, todos os que prezam a vida humana. O mandante dos crimes, o responsável máximo ai está aos olhos de todos. Ou a sociedade civil se defende contra ele, ou ele acabará por fazê-la explodir.

**Leia NESTA EDIÇÃO**

**Lua Tapou Sol Ontem em Eclipse Parcial**



O astrônomo observa o momento em que a lua, interceptando-se entre o sol e o disco solar, a última parte para a cavidade "tranquila", enquanto a morte ao céu de para quatro horas, na altura dos mil metros. (Página 11)

**"Tranquilo" Venceu o "Derby" Agitado**

Na terceira intrajulgada de ontem, em Cl. das Juntas, a vitória pertenceu ao cavalete "Tranquilo", enquanto a morte ao céu de para quatro horas, na altura dos mil metros. (Página 11)

**BADGER DENUNCIA ORGIA NO "INGÁ" DESDE 1961**

O Estado do Rio de Janeiro, em um momento de crise financeira, tem o dever de garantir a ordem pública e a segurança dos cidadãos. O governador Lacerda, em um momento de crise financeira, tem o dever de garantir a ordem pública e a segurança dos cidadãos. O governador Lacerda, em um momento de crise financeira, tem o dever de garantir a ordem pública e a segurança dos cidadãos.

## ASSUMEM OS MINISTROS DA 6ª. REPÚBLICA ALMINO: "EMPREGADOS E PATRÕES EM HARMONIA, EIS A NOSSA META"



Os ministros da 6ª. República assumiram o cargo de seus cargos. O ministro Almino, em um momento de crise financeira, tem o dever de garantir a ordem pública e a segurança dos cidadãos. O governador Lacerda, em um momento de crise financeira, tem o dever de garantir a ordem pública e a segurança dos cidadãos.

**BELEZA DE LOLÔ FOI VER GRAÇA DE GRACE**



**STANISLAW EM "UH"**



**ESCRETE—RIO NA 1ª. FINAL AMANHÃ**



Virgílio Távora: — A Petrobrás é Base da Economia do Brasil

SEGUIRÁ EM TRAJES CIVIS E ARMADA A FORÇA POLICIAL DO BRASIL PARA HAVANA

Figura 1 - *ULTIMA HORA*, 26/01/1963, ed. única, p. 1.

Fonte: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional

Pode-se argumentar que a primeira tentativa de vincular Lacerda aos crimes surge já em 23 de janeiro, uma vez que a legenda da fotografia de Olindina na primeira página do jornal diz que a moradora de rua “[...] escapou do massacre da polícia nazista de CL [...]” (*ULTIMA HORA*, 23/01/1963a). Mas pensando-se na saliência e pregnância da informação perante o público, uma simples legenda é negligenciável se comparada à centralidade que o assunto ganha em 26 de janeiro através do conjunto imagem-manchete-texto e de elementos específicos de diagramação e compaginação.

As edições de 29 de janeiro trazem as primeiras charges do governador com referência à chacina. A edição matutina traz apenas o rosto de Lacerda transfigurado em corvo, enquanto a edição vespertina apresenta o corvo em corpo inteiro, posicionado em perfil. Junto às charges, situadas em quadros na lateral esquerda da primeira página, um texto de igual teor entre as edições critica Lacerda e acusa-o como mandante do crime, implicando também os “agentes fascistas” Gustavo Borges (secretário de Segurança Pública do estado da Guanabara) e Cecil Borer (diretor do Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara). Lacerda é apresentado como “Fuehrer” do extermínio, num texto que apresenta o caso como “massacre” de uma polícia que “[...] chegou a extremos de ferocidade só atingidos pelo nazismo”. As estratégias de compaginação também merecem destaque em ambas as edições, que trazem grandes fotografias de uma reconstituição dos crimes, executada durante o inquérito criminal, criando a aparência de um instante fotográfico das arbitrariedades em curso. Acima das fotografias consta a chamada “LACERDA NO BANCO DOS RÉUS”. Somente as legendas, elementos que pouco capturam a atenção oblíqua de alguns leitores, quebram a aparência de um flagrante (Figura 2) (*ULTIMA HORA*, 29/01/1963a; 29/01/1963b).

No dia seguinte surgem as primeiras imagens de restos mortais. A capa da edição matutina (Figura 3) traz uma pilha de ossos humanos dividindo legenda com o rosto do guarda noturno Pedro Saturnino dos Santos, um dos implicados na chacina. A legenda apresenta os ossos como prova autêntica dos crimes e Pedro Saturnino como um sujeito “[...] capaz de matar a própria mãe”. O julgamento moral do guarda se generaliza a toda uma categoria que o jornal chama de “polícia lacerdista”.

**VIOLENTA REAÇÃO DO PSD CONTRA MANOBRAS DE HERBERT LEVY E FALCÃO (P. 4)**

**★ JUSTIÇA DECRETA PRISÃO PREVENTIVA DOS CARRASCOS DO RIO**

**LACERDA NO BANCO DOS RÉUS**

**O "Fuehrer" Dos Pelotões de Extermínio**

A MENOS que no último momento arrepie a carreira, como é possível, teremos hoje na TV o sanguinário "clown" que os azares do destino levaram ao Governo da Guanabara. Ao que está informado este jornal, o Vice-Governador Eloy Dória tentou ontem inutilmente conseguir, mesmo pagando, um horário na televisão carioca. Lacerda ergueu na TV o seu muro da vergonha e do silêncio. Quer falar sozinho, como é próprio dos totalitários. Mas em vão tenta deter a onda do opróbrio e de condenação que sobre ele se abate, nascida das raízes mais profundas da consciência nacional. A sentença contra Lacerda já aparece escrita na parede, como no episódio bíblico. Ninguém mais ignora, nem os seus próprios fanáticos, ninguém mais ousa negar, nem o seu desmantelado tribo de malandras, que foi a polícia do Estado da Guanabara — que Lacerda orientou como "líder" amador que sempre foi — quem executou o terrível massacre de mendigos no Rio da Glória. É ele o mandante do crime, o que aliás se enquadra perfeitamente na sua filosofia de governo, se é que se pode chamar filosofia a esse conglomerado de horrores e farsas de cuja execução estão incumbidos os agentes fascistas Gustavo Borges e Cecil Borer. É tanto assim que nem sequer a imprensa mais ligada ao Governador pôde ocultar a realidade dos fatos; e os juristas mais insuspetados, como o advogado José Nabuco, vem a público para reclamar do Governo do Estado as providências a ele agora não adotadas diante desses atrocidades horripilantes.

**CERTAMENTE** o velho manipulador e manipulador de mentiras que é o Sr. Carlos Lacerda tentará escamotear a evidência, com os seus demoralizadíssimos truques. Houve um tempo em que ele lograva fazer-se ouvir; quando, por exemplo, ainda delirante do Corvo, cretava em torno do cadáver de Nestor Moreira. Hoje, porém, a situação é outra. Ele está no banco dos réus, de cabeça à mostra. Vira, possivelmente, com histórias de ligas camponesas e de conspirações cubanas. Pode cantar neutra freguesia. O que o povo quer saber é por que a polícia da Guanabara, sob o comando de Lacerda, Borges e Borer, chegou a extremos de ferocidade se atirou aos nazistas. O que o povo quer saber é por que essa inelutável "gang" chefiada por Lacerda se dedica a freinar carrascos e a preparar campos de concentração, como os da Ilvernada do Olmito. O que o povo quer saber é por que coube a forma da Guanabara esse triste fado de aparecer perante o País e o mundo como cenário de terror e barbaridades inomináveis. Não há manipulação nem "maquiagem" de TV que distorcem, sob a máscara do Governador, os traços cruéis de "Obersturmfuehrer" de Polícias de Extermínio em que se acha transformado o Sr. Carlos Lacerda.



ANO XII — Rio de Janeiro, Terço-Feira, 29 de Janeiro de 1963 — N.º 1.034

**Última Hora**  
 PREÇO DO EXEMPLAR: CR\$ 15,00

**Denúncia do Vice Vai ao Congresso**

**ELOY: "UM LOUCO IMITA HITLER E MUSSOLINI NO PALÁCIO GUANABARA!"**

**Leia NESTA EDIÇÃO**

**Saldanha Volta: "Contra-Alaque"**

**CIENCIA CONFIRMOU: -Há Vida, Sim, em Outros Planetas**

**★ STANISLAW HOJE EM "UH"**

**Atrocidades de Estarrecer o Mundo Inteiro!**

**1: Hora**

**FUTILEZAS PPA CUBA** — No momento em que celebramos a vitória da FAB, como a Cuba dos sergentes dos Fulvino Naves, sob o comando de Capitão Alberto Estevan D'Orsi, com o intuito de utilizar internamente a Bombarda de Brasília em Havana e manter a ordem entre os 70 estados que ali se encontram.

**CONSPIRAÇÃO** — Foi descoberta uma conspiração no Nordeste que tinha por fim desenvolver uma onda de terrorismo em vários pontos cardeais, como a Bahia, para dilatar o sistema de segurança do Nordeste e que se trata de uma tentativa de organização de um movimento revolucionário.

**MOTOCICLISTA** — Um investigador do Departamento de Polícia de Pernambuco, com um aparelho de escuta, descobriu que trabalhava dentro de uma escola para ensinar a quem quiser a fazer uma viagem que acaba a 20 milhas de SP.

**VALDEMAR VENCEU** — Valdemar Santana venceu por pontos a Juarez Ferreira em um emocionante combate de "Luta Livre Americana", de três castles de dez minutos, na noite de ontem, no Maracanhão. Juarez Ferreira, jogador de uma grande resistência a Valdemar, terminou o segundo "round" desmaiado em consequência de um notável estrangulamento. Apesar disso, foi salvo pelo golpe. Antes de lutar, ele se cumprimentou com Juarez quando Valdemar Santana. O combate esteve marcado de não ter realidade e aconteceu em um ambiente de provencialização de líderes políticos presentes.

**Carvalho Pinto: Petrobrás Ajudou São Paulo a Multiplicar Estradas**

**NORUEGA REVELA PLANO DE GAULLE: — DESARMAR EUROPA COM RETIRADA DOS EUA**

Figura 2 - ULTIMA HORA, 29/01/1963, ed. matutina, p. 1.

Fonte: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional



Fonte: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional

Na mesma edição constam duas fotografias de moradores de rua idosos sem relação direta à chacina, e a legenda destaca o sorriso da “boa velhinha” e a tranquilidade do “velhinho” que não caíram nas “garras das feras nazistas”, “caçadores de fracos e oprimidos” (ULTIMA HORA, 30/01/1963). Embora as imagens não tragam Lacerda, o jornal utiliza elementos textuais que remetem a um conjunto de ideias previamente comunicado, de uma polícia “nazista” que elimina indigentes sob o comando do governador. As fotografias são apresentadas como uma prova inequívoca dos crimes dessa polícia, de seu mandante e da fragilidade de suas vítimas.

A vizinhança de imagens por vezes leva a efeitos nem sempre intentados pelos diagramadores, mas dignos de capturar a atenção do leitor. Susan Sontag (2003) nota tal efeito com a fotografia do soldado republicano, de Robert Capa, publicada na revista *Life* ao lado de um anúncio publicitário de pomada para cabelo. A primeira página do *Ultima Hora* de 30 de janeiro de 1963 também apresenta uma concorrência peculiar de imagens, com uma ilustração que mostra pessoas aparentemente se afogando, mas sem qualquer referência direta à chacina, versando apenas sobre a massa de ar quente e problemas comuns do verão carioca.

Em fins de janeiro os discursos já se proliferam ostensivamente, entre charges, colunas e reportagens. Em 31 de janeiro uma nova charge em primeira página traz Lacerda como “Fuehrer”, ordenando a execução de moradores de rua (Figura 4), acompanhada de uma breve nota que comenta a repercussão negativa do caso no exterior e responsabiliza a estrutura administrativa e policial do estado, da qual os policiais implicados seriam “[...] apenas autômatos acionados por uma vontade superior” (ULTIMA HORA, 31/01/1963).

No dia seguinte, na primeira página de ambas as edições, o editorial “A NOVA TÁTICA” critica um pronunciamento televisionado de Lacerda por dar o caso como encerrado ao ordenar a prisão dos acusados e a demissão de Alcino Pinto Nunes, chefe do SRM. O texto aponta um suposto sacrifício dos “carrascos” para poupar os “mandantes”. Junto ao editorial, uma charge traz Lacerda como um abutre e vincula a chacina à sua gestão (Figura 5) (ULTIMA HORA, 01/02/1963a; 01/02/1963b).



Figura 4 - Charge de Otávio sobre a Chacina do Rio da Guarda.  
*ULTIMA HORA*, 30/01/1963, ed. matutina e vespertina, p. 1.  
Fonte: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional



Figura 5 - Charge de Fritz sobre a Chacina do Rio da Guarda.  
*ULTIMA HORA*, 01/02/1963, ed. matutina e vespertina, p. 1.  
Fonte: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional

Entrementes, as investigações progrediriam na esfera criminal sob um inquérito conduzido pelo delegado Ariosto Fontana, ainda sem muito a esclarecer sobre o caso. Dada a condição de pouco esclarecimento, os ataques se amparam na vaguidade de informações e na tentativa de conquista do público leitor e eleitor. O estabelecimento de um “assunto em comum” já marcado por charges, colunas de opinião, editoriais e pronunciamentos de autoridades políticas e religiosas atinge a Assembleia Legislativa da Guanabara e resulta na instauração de um inquérito parlamentar. As capas de 6 de fevereiro noticiam a criação da CPI e um trote universitário na cidade de Recife, em Pernambuco, onde manifestantes desfilaram com cartazes “[...] condenando a ação criminoso do Govêrno Carlos Lacerda [...]” (ULTIMA HORA, 06/02/1963a). As fotografias publicadas na capa de cada edição enquadram cartazes distintos, respectivamente com os dizeres “MENDICÂNCIA É UM FENÔMENO SOCIAL E NÃO CASO DE POLÍCIA” (ULTIMA HORA, 06/02/1963a) e “Prato preferido de Carlos Lacerda e Eichmann: PANQUECA DE MENDIGOS” (ULTIMA HORA, 06/02/1963b). A frase do cartaz não enquadrado é apresentada na legenda da mesma edição, reduzindo perdas de informação ao leitor por trazer simultaneamente os dizeres de ambos os cartazes.

Luc Boltanski (1965) apresenta duas formas de exclusão do assunto indesejado nas fotografias de imprensa: exclusão física pelo enquadramento e exclusão de menção na massa textual complementar (títulos e legendas). O que se nota nas capas de 6 de fevereiro de 1963 é a operação inversa: a inclusão na massa textual complementar (legenda) de um objeto não apresentado através de imagens, de modo a enfatizar o evento noticiado e auxiliar na construção do significado desejado. Ao alternar a imagem publicada entre as edições vespertina e matutina, o *Ultima Hora* fornece ambas as fotografias como evidência do evento narrado e otimiza o aproveitamento de espaço na mancha gráfica de cada edição.

A edição de 18 de fevereiro de 1963 traz em primeira página (Figura 6) um documento de controle de tráfego assinado em 23 de setembro de 1961 por José Mota, um dos implicados na chacina. O documento discrimina o número de moradores de rua transportados, locais onde foram abandonados, além da quantidade e valor do combustível gasto. Novamente o *Ultima Hora* emprega imagens como evidências dos crimes, e a relação com Carlos Lacerda se constrói de maneira indireta, como em 30 de janeiro. O texto que acompanha a imagem

sinaliza que a CPI ouviria naquele dia o depoimento do “Secretário de Segurança do Sr. Carlos Lacerda, Coronel Gustavo Borges”, e que “[o] coronel nazi-lacerdista terá que se haver com os fatos que não admitem tergiversação” (ULTIMA HORA, 18/02/1963). Outra fotografia na mesma página traz dois foliões fantasiados de “mendigos”, segurando cartazes com os dizeres “ESCAPEI DO TRANCA RUA” e “ESCAPEI DO LA-CERDA”, e sua legenda comenta que o tema “mata-mendigos” seria amplamente utilizado durante o carnaval (ULTIMA HORA, 18/02/1963). A grafia “LA-CERDA” em um dos cartazes aparentemente é proposital, como observa Carlos Fico (2008) acerca do trocadilho em espanhol (*la cerda* significa “a porca”), também utilizado em outros contextos para atacar Carlos Lacerda.

A previsão sobre o carnaval se concretiza, e todas as referências à “Operação mata-mendigos” em 27 de fevereiro tratam de apropriações do tema por foliões nos carnavais carioca e paulistano. A edição única traz fotografias de foliões fantasiados de “mendigos”, segurando cartazes com alusão aos crimes (ULTIMA HORA, 27/02/1963a; 27/02/1963b; 27/02/1963c). No Rio de Janeiro a Polícia Política teria prendido alguns “foliões-mendigos” sob ordens de Gustavo Borges (ULTIMA HORA, 27/02/1963b). No dia seguinte o jornal retoma as apropriações do assunto e traz fotografias de foliões e cartazes com dizeres como “MENDIGO PEDINDO ESMOLA uma ‘boia’ pelo amor de DEUS”, “LACERDA O MATADOR TICHAU [sic] MENDIGOS [...]”, “SEPULTURA DE MENDIGOS É O RIO DA GUARDA” (ULTIMA HORA, 28/02/1963a; 28/02/1963b). As legendas surgem como a tentativa mais explícita de vincular Carlos Lacerda aos crimes nessa edição: “Rio da Guarda, de triste memória, passou a ser o Rio dos Guardas. É para lembrar que quem mata mendigo é a Polícia e quem manda na Polícia é o CL”; “Os rapazes do ‘Chave de Ouro’, ante os olhares furiosos da Polícia do Lacerda, lançaram a base para uma escola de natação para mendigos”; “Lacerda, apelidado no Rio de ‘mata-mendigo’ e em São Paulo apenas ‘o matador’” (ULTIMA HORA, 28/02/1963a; 28/02/1963b).

Em 7 de março, a primeira página da edição vespertina dedica grande espaço para vincular Lacerda à chacina em matérias que não tratam do caso. A manchete “MÉDICOS A LACERDA: NÃO ADMITIMOS COMPARAÇÃO COM MATA-MENDIGOS” (ULTIMA HORA, 07/03/1963) diz respeito à mobilização da classe frente à demissão arbitrária do médico César Chiafitelli, e a fotografia apresentando uma faixa com os dizeres “GO HOME

LACERDA ASSASSINO DE MENDIGOS!" (ULTIMA HORA, 07/03/1963) trata de manifestações contra o governador na cidade de Santos, no litoral paulista.

## ★ Navios da Marinha Dos EUA Navegam Para Amapá: Vão Abordar o Anzoategui ★

LEIA NAS PÁGINAS 2 E 6

# JANGO DECLARA GUERRA À ALTA NOS PREÇOS DE ARTIGOS DE USO DIÁRIO DO POVO



Sapateiros, tecelões, liquidificadores, geladeiras, rádios, bicicletas, automóveis e outros produtos industriais de consumo direto, cujo preço se está afastando dos níveis de acesso do consumidor nacional, serão objeto de uma pesquisa determinada pelo presidente da República ao Ministro da Indústria e Comércio.

## ALMINO: GOVERNO NUNCA PENSOU EM CONGELAR SALÁRIO

LEIA NA PAGINA 4

ANO XII — Rio de Janeiro, 2.º Feir., 18 de Fevereiro de 1963 — N.º 3.876

## Última Hora

### Zero Hora

#### ★ LAMARTINE GRAVE

É grave ainda o estado de saúde de Lamartine, todavia, após intervir com todos os meios recursos para desenvolver a saúde...  
Estas declarações foram feitas este mês pelo médico que vem assistindo e acompanhando o compositor brasileiro, cujo estado melhora paulatinamente. Conforme foi amplamente noticiado, Lamartine, vítima de um enfarte, encontra-se internado em uma Casa de Saúde de cidade. Lamartine, que vinha sofrendo desde alguns meses, teve o seu estado agravado de ontem para hoje, obrigando o Dr. Rosenbery a redobrar os atendimentos.

★ DISCOS VOADORES — Moscou — O jornal "Estrêla Vermelha", órgão oficial do Exército, afirma que engenheiros soviéticos realizaram experiências satisfatórias com novos aviões do tipo "Disco Voador". A nave pode subir verticalmente e aterrar em uma velocidade de 30. São empregados em experiências e para treinamento de pilotos. (L.P.)

★ ANTI-GUERRILHEIROS — Saigon — Milícias da Marinha dos EUA continuam a transportar tropas do Vietnã do Sul aos extremos setentrionais do país, com o propósito de assegurar a segurança do Viet Cong e destruir suas bases. Quatro helicópteros estão sendo utilizados para transportar um batalhão para o província de Thu Thien. (L.P.)

★ EDER JOFEE — México — Atendimentos a um sugestivo do Presidente do México, o boxeador brasileiro Eder Jofee, campeão mundial do peso-médio, viveu, em um momento de admiração em um combate. A informação foi dada pelo empresário de Eder, Abramo Katzstein. (FP)

★ NOVA ARMA — Washington — A Marinha dos EUA publicou, pela primeira vez, fotografias de uma nova arma anti-submarina, chamada "Subroc". É uma combinação de torpedo e foguete destinado a ser lançado de um submarino submerso para alcançar outro submarino submerso de águas profundas, depois de fazer uma trajetória pelo ar. (FP)

LEIA NESTA EDIÇÃO

#### ★ CADERNO FEMININO

Com esta edição de 111, circula o novo 14.º caderno feminino em cores, dirigido por Leon Eliazer e Glória Müller, contendo variadas matérias, de qual destacamos as sugestões de fantasias para o carnaval.

#### ★ O VELHO E A BOLA

No capítulo de hoje de "Linha e Bola", Jacinto de Ilhures continua, através da narrativa dos jogadores da vida de Nilson Santos, fazendo uma verdadeira história de futebol brasileiro. (Leia na última página do segundo caderno.)

## MOMO ASSUMIU SÁBADO: COMEÇOU A SEMANA DA MAIOR FESTA DO MUNDO



## Dida 2 Flu 0



O tema "melo-mendigos" será fortemente usado neste Carnaval, embora a Chiefa de Polícia tenha proibido "fantasias que atentem contra as autoridades". Em Santos, sendo a Polícia do Governador Carlos Lacerda. No Rio, quando a Carnaval já está a pleno vapor. Sábado, no Hotel Glória, Homo detetiva aceu retratado. (Leia nas páginas 2 e 11)

A Dida, treinada pelo Flamengo no Estádio do Maracanã, Rio de Janeiro, participou em 2.º de 200, na 1.ª edição "melo-mendigos" das Casas de São Paulo, populares se retiraram do Flamengo Flamengo brasileiro a 1.ª edição e o Carnaval já está a pleno vapor. Sábado, no Hotel Glória, Homo detetiva aceu retratado. (Leia nas páginas 2 e 11)

## EIS UM DOCUMENTO QUE JUSTIFICA A REPULSA DA IGREJA CATOLICA AO "CRIME HEDIONDO" DA POLICIA

ESTADO DE GUANABARA  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DELEGACIA DE VIGILANCIA  
SECCAO DE REPRESSAO A MENDICANCIA  
VIAGEM Nº 24  
Retorno feito no Km. 333 da Rodovia Presidente Dutra, entrando para a cidade de PARAIPIUNA.  
Mendigos soltos entre as cidades de PARAIPIUNA, CARATINGUÍLIA e SÃO SEBASTIÃO, na distância de 166 Km. da Rodovia Presidente Dutra a a 496 Km do Estado da Guanabara, ficando separados uns dos outros cada 10 Km.  
Total de mendigos..... 9  
OBSERVAÇÕES  
Gasolina gasta ida e volta..... 115 litros  
Importância em Cr\$..... Cr\$ 2.563,00  
Gasolina no tanque quando saiu..... 65 litros  
Total de Km. rodados ida e volta... 933  
Rio, 23 de setembro de 1961  
José Mota  
Encarregado do Serviço

A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre hoje e depoimento do Secretário de Segurança do Sr. Carlos Lacerda, e foi depois alçado no Rio Guanabara. A descoberta dessa escrutinada do "deporte", com os nomes dos condenados, a gasolina gasta e o número de quilômetros percorridos, prova que tudo era do conhecimento dos superiores; tudo o que a Polícia tem feito no sentido de apurar o crime do Mala-Mendigo.  
O Coronel Nazi-facéria teria que se haver com fatos que não admitem tergiversação. Vamos a ver o que dirá ele, por exemplo, do documento cujo "fac-símile" reproduzimos. É um memorando do serviço do assessor José Mota, em papel timbrado do Departamento Estadual de Segurança Pública da Guanabara, dando conta da "viagem número 24" de deportação de mendigos. A existência de numerosos memorandos, como este, revela, sem sombra de dúvida, uma trágica rotina de serviço para o propósito de "limpar a cidade do lixo humano".  
Os infelizes mendigos eram soltos a centenas de quilômetros de distância, nas estradas lúmenenses, nus e miseráveis. Durante a noite, muitas vezes sob o frio e a chuva, largavam-nos — delatado horrível — de 10 em 10 quilômetros de distância, para que um não pudesse ajudar o outro a sobreviver. Tratando-se de homens e mulheres geralmente de idade avançada, coxas, lamintos, essa deportação equivalia a uma sentença de morte, ou pelo menos à era a intenção da polícia de Lacerda, abandonar nas estradas, o seguinte passo natural dos carcerais foi o alojamento nas águas dos rios mais próximos, e que além do mais, representava economia de gasolina — parte, naturalmente, do plano de contenção de despesas na execução das grandes obras do Governo Carlos Lacerda. Assim também os nazifascistas passaram a morte lenta nos campos de concentração aos fuzilamentos, às câmaras de gás e aos fornos crematórios. José Mota e "Tranca-Rua", portanto, não leriam fora para uma operação tão sistemática, continuada, escrutinada e faturada. Por isso José Mota disse que havia muita "genle boa" no caso.  
Eis a tremenda realidade que choca a fundo a sensibilidade do povo. Eis o que levou sucessivos setores da opinião pública a se manifestarem, como ainda há pouco o fez, em nome da Igreja Católica, o Cardeal D. Jaime Câmara, que condenou o "crime hediondo", frisando que não existem palavras bastante fortes para qualificá-lo e, mais, que ele dificilmente se apagará da memória das carcerais!

## Missa de 30º Dia

O Vice-Governador do Estado da Guanabara, Deputado Ely Dutra, exprimindo o sentimento de pesar de toda a população do Rio de Janeiro, convida os delegados das entidades de classe, Associações Religiosas, humanitárias, culturais e desportivas, representantes das famílias das bairras da cidade, seus amigos e parentes, a comparecerem à missa de 30.º dia, que será celebrada na próxima terça-feira, dia 19, às onze horas, no Altar "Mor da Igreja da Santa Cruz dos Militares, à Rua 1.ª de Março, pelo eterno descanso das almas de nossas patriotas e irmãs  
OLGA PEREIRA DOS SANTOS e irmãs  
ZULEIKA SILVA  
e dos nossos patriotas e irmãs  
ELIAS MACHADO EXPEDITO DE JESUS VIEIRA, JOSE DOS SANTOS, JOSE VITAL DA SILVA, ANTONIO MOURA DA CONCEIÇÃO, SEBASTIAO RIBEIRO AMERSON, ANI DE LOUIJA BARATA e GERALDO PEREIRA,  
sacristados nos Rios da Guarda e Guanabara.  
O Vice-Governador do Estado da Guanabara agradece a todos os convidados e convida que se associarem a esse ato de piedade cristã e humana.

## BATALHA DO CAFÉ: GOVERNO FIRME NA RESISTÊNCIA AOS ESPECULADORES

LEIA NA PAGINA 11

Figura 6 - *ULTIMA HORA*, 18/02/1963, ed. vespertina, p. 1.

Fonte: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional

A manutenção da chacina no discurso público também ampara a publicidade do longa-metragem *Os Mendigos* (*ULTIMA HORA*, 20/03/1963; 27/03/1963), e em 21 de março a chamada de capa “MENDIGOS”, O FILME QUE O RIO AGUARDA” (Figura 7) acompanha uma fotografia de Lacerda passando em frente a um anúncio do filme. O instante fotográfico vincula dois eventos não relacionados para retomar elementos de um imaginário popular já estabelecido, e a chamada se apoia na multiplicidade de referentes possíveis para criar um trocadilho sobre a chacina. O jornal também ironiza a viagem de Lacerda a Minas Gerais, “[c]ontrariado pelos cartazes sobre o ‘Morcêgo Negro no Império do Crime’ e sobre o filme ‘Os Mendigos’, que o Rio aguarda com ansiedade [...]” (*ULTIMA HORA*, 21/03/1963).



Figura 7 - *ULTIMA HORA*, 21/03/1963, ed. vespertina, p. 1.

Fonte: Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional

Em meados de fevereiro o inquérito criminal conduzido por Ariosto Fontana já se encontrava concluído, responsabilizando o guarda José Mota, o inspetor Alcino Pinto Nunes, o guarda noturno Pedro Saturnino dos Santos, o policial Nilton Gonçalves da Silva, e os motoristas Mário Teixeira, Martinho José Graciano e Anísio Magalhães da Costa pela chacina. Em julho a CPI responsabilizaria o secretário de Segurança Pública, Gustavo Borges, por atrapalhar as investigações parlamentares junto ao Regimento de Cavalaria Caetano de Faria em fevereiro. Apesar de reconhecer erros administrativos relacionados ao caso, Lacerda não seria responsabilizado em nenhuma esfera (ANTONIO, 2019; LACERDA, 1978), o que seria uma espécie de comprovação da impunidade no Brasil conforme algumas narrativas (MORTON, 2015; ROSE, 2010). Entretanto, atentamos que mesmo uma CPI majoritariamente composta pela oposição e um jornal abertamente contrário a Carlos Lacerda não conseguiram produzir provas contra o governador. Também nos parece implausível qualquer protecionismo por parte dos governos militares posteriores, uma vez que todos os julgamentos de implicados ocorreram após Lacerda migrar para a oposição, sobretudo com a formação da chamada Frente Ampla junto a seus antigos adversários políticos João Goulart e Juscelino Kubitschek. Não obstante, alguns julgamentos se deram no momento mais rígido do regime militar brasileiro, quando Lacerda inclusive foi preso e teve seus direitos políticos cassados (Cf. ANTONIO, 2019; DULLES, 2000; LACERDA, 1978; MENDONÇA, 2002, ROSE, 2010). Ainda assim, as tentativas de construir um envolvimento direto de Lacerda com a chacina seriam duráveis e frequentes, através de textos e imagens, e os casos pontuais aqui trazidos nos permitem ilustrar a diversidade de estratégias possíveis por parte do *Ultima Hora*.

#### **4. Leitura proposta e conclusão**

Roland Barthes (1961) propõe três possibilidades de análise para a fotografia de imprensa: análise sociológica da emissão, análise imanente da estrutura da mensagem e análise sociológica da recepção. Entretanto, o autor deixa as análises sociológicas em segundo plano, resgatando-as apenas quando necessárias para melhor apresentar a análise imanente da estrutura dupla texto-imagem. Luc Boltanski (1965) se apoiaria no texto de Barthes,

complementando-o, com maior destaque para a análise sociológica da emissão – ou sistema de normas da elaboração. Nos casos apresentados um jornal abertamente contrário a Lacerda busca construir determinado sistema simbólico na memória de seu público, permitindo assim que as próximas mensagens refiram-se a esse sistema em meio ao contexto cambiante dos acontecimentos. Enquanto Barthes (1961) atenta para certas contingências culturais capazes de conotar a mensagem fotográfica, no caso apresentado ficam claros diversos movimentos do periódico na construção de um código cultural de conotação, aplicável a texto e imagem e devidamente operacionalizado na medida em que o assunto conquista diversos públicos.

Boltanski (1965) atenta que os conteúdos de imprensa não derivam de uma ou poucas pessoas, mas de uma série de intervenções de agentes que conhecem, na prática, os princípios e proibições de seus veículos de imprensa; e que a distribuição desigual desse conhecimento deriva da posição social do veículo perante outros veículos e de cada jornalista no interior da empresa jornalística, garantindo a conformidade do produto final com um estilo específico de jornalismo. A frequente vinculação de Carlos Lacerda à chacina nas capas de diversas edições, independentemente do resultado das investigações, demonstra a posição social dominante dos responsáveis por tais ideias na equipe do *Ultima Hora*; e a dispersão de um assunto fundado nas páginas desse jornal para outros estados – visível em manifestações, trotes universitários e blocos de carnaval – demonstra a posição privilegiada do periódico no campo jornalístico, reforçada pela posição privilegiada de sua sede e do assunto em pauta, numa cidade que se apresentava como vitrine e caixa de ressonância das questões nacionais (MOTTA, 2001). Uma breve análise sociológica da recepção também pode ser depreendida da mensagem. Patrick Champagne (2000) salienta a incompletude das análises de acontecimentos jornalísticos puramente a partir dos agentes percebidos e produtores. O papel da audiência deve ser considerado. Novamente a permanência do assunto nas primeiras páginas demonstra a reciprocidade entre o público leitor e o conteúdo produzido, tendo em vista que métricas específicas de audiência garantem a sobrevivência financeira da empresa jornalística direta e indiretamente.

Apesar dos textos de Barthes (1961) e Boltanski (1965) referirem-se apenas às fotografias de imprensa, e não à totalidade das imagens, os aspectos supracitados apresentam-se generalizáveis e sem prejuízo para as considerações tecidas. O estatuto particular (e ilusório) da fotografia enquanto testemunho autêntico foi devidamente sinalizado ao longo

das fotografias publicadas com tal intuito. Quanto às construções particulares (atos encenados, recortes ou instantes fotográficos), a predominância do estatuto conotativo sobre a ilusão de uma mensagem puramente denotada garante sua proximidade com as charges, intencionalmente criadas para significações específicas. Mas mesmo a criação intencional de significações específicas se dá a partir de um conjunto durável de disposições e categorias de percepção, e seria negligente pensarmos unicamente numa suposta estratégia explicitamente orquestrada e executada por fotógrafos, cartunistas, jornalistas e diagramadores.

Nossa ênfase nos princípios de visão e divisão do mundo social, bem como nas disposições duráveis de indivíduos que produzem determinados bens culturais, buscou evitar uma leitura hiperconsequente do material analisado. Atentamos para determinadas visões de mundo que excedem contextos particulares de polarização política e se perenizam em registros diversos, podendo condicionar nossa visão do passado. De qualquer forma, o histórico de conflitos entre Lacerda e o *Ultima Hora* em momentos anteriores nos permite compreender tal empresa jornalística como ambiente propício ao desenvolvimento e difusão de disposições e categorias de percepção que resultariam no material apresentado – um ambiente cuja cultura organizacional contribuiu para a produção desses bens culturais politicamente combativos ao governo estadual vigente e, conseqüentemente, para o estabelecimento de determinada leitura da história do Brasil contemporâneo.

### Referências

ANTONIO, Mariana Dias. A “Operação mata-mendigos” e o jornal *Ultima Hora* (Rio de Janeiro, 1961-1969). *Vozes, Pretérito & Devir*. v. 9, n. 1, p. 85-105, 2019. Disponível em: [revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/view/203](http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/view/203). Acesso em: 23 jul. 2019.

BARTHES, Roland. Le message photographique. *Communications*, n. 1, p. 127-138, 1961.

BOLTANSKI, Luc. La rhétorique de la figure. In: BOURDIEU, Pierre. et al. *Un art moyen: essay sur les usages sociaux de la photographie*. 2. ed. Paris: Les Éditions de Minuit, 1965. p. 171-198.

CHAMPAGNE, Patrick. L'événement comme enjeu. *Réseaux*, Paris, v. 18, n. 100, p. 403-426, 2000.

DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda*. A vida de um lutador. trad. Daphne F. Rodger. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. v. 2.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUIMARÃES, Maikio. *Caso Última Hora: a crise que mudou o curso da história*. Porto Alegre: BesouroBox, 2011.

LABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

LACERDA, Carlos. *Depoimento - Carlos Lacerda*. (org.) Cláudio Lacerda Paiva. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer: O Corvo e o Bessarabiano*. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 1998.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes*. 2. ed. Códex: São Paulo, 2002.

MOTTA, Marly Silva da. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MORTON, Orde. *Rio: The Story of the Marvelous City*. Victoria: FriesenPress, 2015.

PEREZ, Maurício Dominguez. *Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960*. Rio de Janeiro: Odisséia Editorial, 2007.

ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil - 1930-1954*. trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROSE, R. S. *The Unpast: a violência das elites e controle social no Brasil de 1954-2000*. trad. Richard Boike. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editoria Massangana, 2010.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ULTIMA HORA. (Matutino), Rio de Janeiro, 29/08/1962a. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/86567>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Matutino), Rio de Janeiro, 29/08/1962b. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/86575>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Vespertino), Rio de Janeiro, 23/01/1963. p. 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/86589>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Ed. Única), Rio de Janeiro, 26/01/1963. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/86651>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Matutino), Rio de Janeiro, 29/01/1963a. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/86719>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Vespertino), Rio de Janeiro, 29/01/1963b. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/86735>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Matutino), Rio de Janeiro, 30/01/1963. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/86751>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Matutino), Rio de Janeiro, 31/01/1963, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/86779>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Matutino), Rio de Janeiro, 01/02/1963a. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/86811>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Vespertino), Rio de Janeiro, 01/02/1963b. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/86825>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Matutino), Rio de Janeiro, 06/02/1963a. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/86947>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Vespertino), Rio de Janeiro, 06/02/1963b. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/86959>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Vespertino), Rio de Janeiro, 14/02/1963. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/87133>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Vespertino), Rio de Janeiro, 18/02/1963. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/87207>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Ed. Única), Rio de Janeiro, 27/02/1963a. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/87363>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Ed. Única), Rio de Janeiro, 27/02/1963b. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/87365>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Ed. Única), Rio de Janeiro 27/02/1963c. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/87366>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Matutino), Rio de Janeiro, 28/02/1963a. p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/87390>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Vespertino), Rio de Janeiro, 28/02/1963b. p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/87401>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Vespertino), Rio de Janeiro, 07/03/1963. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/87476>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Vespertino), Rio de Janeiro, 20/03/1963. p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/87667>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Vespertino), Rio de Janeiro, 21/03/1963. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/87670>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ULTIMA HORA. (Vespertino), Rio de Janeiro, 27/03/1963. p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/386030/87769>. Acesso em: 18 fev. 2019.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.

## **Afiação geográfica como possível preditor de comportamentos de multitarefa<sup>36</sup>**

*La afiliación geográfica como posible predictor del comportamiento multitarefa*

*Geographical affiliation as possible predictor of multitasking behaviours*

**Cláudia Marina Mónica de Oliveira Barbosa<sup>37</sup>**

**Luís Francisco Mendes Gabriel Pedro<sup>38</sup>**

### **Resumo**

A multitarefa, especialmente combinada com o uso de diferentes tipos de meios de comunicação, tornou-se um comportamento comum na nossa vida quotidiana, sendo promovida por constantes desenvolvimentos tecnológicos em equipamentos de uso pessoal. Os comportamentos de multitarefa têm sido frequentemente estudados a partir de perspectivas individuais como a idade e o género. Há, contudo, menos estudos sobre como a origem, a afiação cultural ou geográfica pode influenciar ou potenciar comportamentos de multitarefa. Este artigo tem como objectivo analisar uma possível ligação entre afiação geográfica, uso de meios de comunicação e tendência para comportamentos multitarefa de um grupo de dez investigadores, todos do sexo masculino, todos com a mesma profissão e com o mesmo ambiente de trabalho, com diferentes afiações geográficas, agrupados em diferentes grupos regionais (Europa, Norte de África, Ásia Meridional/Ocidental). Foram registadas diferenças no consumo de meios de comunicação, sendo os valores de consumo semanais do cluster europeu (76.3 horas) bastante abaixo da média, os do cluster norte-africano (104.83 horas) bastante acima da média e os do cluster asiático (83.17 horas) aproximados à média (86.92 horas/semana). Uma tendência semelhante verifica-se nos valores de multitarefa com vários meios de comunicação, apresentando o cluster europeu os valores mais baixos de comportamento multitarefa globalmente, mas também os valores mais baixos em relação a dez dos meios de comunicação. O cluster do Norte de África regista não só o maior índice de comportamento multitarefa dos três clusters, como valores parcelares de multitarefa mais elevados para oito dos meios de comunicação.

Palavras-Chave: afiação geográfica; média tradicionais; multitarefa; novos média; consumo

### **Resumen**

La multitarea, especialmente aplicada el uso de diferentes tipos de medios de comunicación, se ha convertido en un comportamiento común en nuestra vida cotidiana, siendo promovida por constantes desarrollos tecnológicos. Los comportamientos multitarea se han estudiado a menudo desde perspectivas individuales como la edad y el

---

<sup>36</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>37</sup> Licenciada; Universidade de Aveiro, DIGIMEDIA, Dep. Comunicação e Arte; Aveiro, Portugal; [cmmob@ua.pt](mailto:cmmob@ua.pt)

<sup>38</sup> Doutor; Universidade de Aveiro, DIGIMEDIA, Dep. Comunicação e Arte; Aveiro, Portugal; [lpedro@ua.pt](mailto:lpedro@ua.pt)

género. Sin embargo, hay menos estudios sobre cómo el origen geográfico, o la afiliación étnica y cultural pueden influenciar comportamientos de multitarea. Este artículo tiene como objetivo examinar una posible relación entre la afiliación geográfica, el uso de los medios de comunicación y la tendencia a realizar tareas múltiples de un grupo de 10 investigadores en una institución de investigación en Portugal, todos hombres, todos con la misma profesión y ambiente laboral, con diferentes afiliaciones geográficas y agrupados en diferentes grupos regionales (Europa, Norte de África, Asia Meridional/Occidental). Se registraron diferencias en el consumo de varios medios de comunicación y en los valores de consumo totales, con los valores de consumo semanal del grupo europeo (76.3 horas) muy por debajo del promedio, los del grupo del norte de África (104.83 horas) muy por encima del promedio y los del grupo asiático (83.17 horas) aproximado al promedio (86.92 horas / semana). Una tendencia similar se registró para los valores de multitarea, con el clúster europeo con los valores más bajos para el comportamiento de multitarea a nivel global, pero también los valores más bajos para diez de los medios. El clúster del norte de África no solo tiene el índice de comportamiento multitarea más alto de los tres clústeres, sino que también tiene los valores de multitarea más altos para ocho de los medios.

Palabras claves: afiliación geográfica; medios tradicionales; multitarea; nuevos medios; consumo

#### Abstract

Multitasking, especially combined with the use of different types of media, has become a common behavior in our daily lives, promoted by constant technological developments in personal use equipment. Multitasking behaviors have frequently been studied from individual perspectives such as age and gender. There are, however, fewer studies on how the origin, cultural or geographical affiliation can influence or enhance multitasking behaviors. This article aims to analyze a possible link between geographical affiliation, media use and the tendency to multitask of a group of ten researchers, all male, all with the same profession and work environment, but with different geographical affiliations, grouped into different regional groups (Europe, North Africa, South / West Asia). Differences in media consumption were recorded, with the weekly consumption values of the European cluster (76.3 hours) well below average, those of the North African cluster (104.83 hours) well above average and those of the Asian cluster (83.17 hours) close to the average (86.92 hours/week). A similar trend is recorded for multimedia multitasking values, with the European cluster having the lowest values for multitasking behavior globally, but also the lowest values for ten of the media. The North African cluster not only has the highest multitasking behavior index of the three clusters, but also has the highest multitasking split values for eight of the media.

Keywords: geographical affiliation; traditional media; multitasking; new media; media use

## 1. Introdução

O conceito de “multitarefa” foi inicialmente investigado no âmbito da Psicologia Cognitiva, tendo a maior parte da investigação inicial tido como objetivo promover a eficiência nas organizações, dispondo os trabalhadores da melhor forma para atender às tarefas. A perspectiva de multitarefa como alternância de tarefas mentais foi introduzida por volta de 1920, tendo o desenvolvimento de meios de comunicação como rádio, televisão e mais tarde computador, originado o nascimento real da multitarefa segundo Hassoun (2012).

A *American Psychology Association* (APA) caracterizou a ocorrência de multitarefa nas situações em que alguém tenta realizar duas tarefas simultaneamente, alternar entre tarefas ou executar duas ou mais tarefas em rápida sucessão. Embora esta definição não especifique o

tipo de tarefas executadas ou os meios usados para as realizar, é comum associar o conceito de multitarefa ao uso de um ou vários meios de comunicação, dando assim origem ao termo “media multitasking”, ou seja, comportamentos de multitarefa com meios de comunicação.

A “afiliação geográfica” - geralmente pensada em termos de etnia, origem ou nacionalidade - é de difícil definição, sendo percebida e registada de forma diferente em diferentes países (Simon, 2011). Ao definir “identidade”, Hogan (2009) refere-se à nacionalidade e afiliação geográfica (uma das inúmeras camadas da identidade de um indivíduo) como lealdade específica a países ou áreas geográficas, afirmando que a localização geográfica não se limita ao seu local de nascimento ou localização atual e em vez disso pode ser determinado pela sua mentalidade ou sistema de crenças. Para o seu estudo, Hogan (2009) seleciona “nacionalidade” quando se refere ao país geográfico em relação ao qual se sente a mais forte aliança ou lealdade. Acreditamos, porém, que esse termo possa causar confusão desnecessária neste estudo, já que metade dos participantes adquiriu a nacionalidade portuguesa. Optamos, portanto, por “afiliação geográfica”, usada com significado semelhante também em Peters et al. (2014). Como todos os participantes têm afiliações diferentes, e para melhor comparar diferentes grupos regionais, optamos por agregá-los em clusters regionais baseados em proximidade geográfica, seguindo a hipótese postulada por Latané (1995) apud Harton & Bourgeois (2004) de que ao longo do tempo, atitudes dentro de um grupo devem mostrar agrupamento regional; isto é, as pessoas estarão cada vez mais propensas a compartilhar atitudes semelhantes com as que vivem perto delas.

Vários aspectos têm sido avaliados como possíveis preditores de comportamentos de multitarefa com meios de comunicação, sendo os mais destacados o género e a idade. A afiliação geográfica como preditor de multitarefa tem recebido, até ao momento, pouca atenção na literatura, sendo os estudos mais relevantes os de Kononova et al. (2013, 2014, 2015), Voorveld et al. (2014) e Bowman et al. (2014).

A maioria destes estudos relaciona a dimensão geográfica com os conceitos de “monocronicidade” e “policronicidade”, definidos pela primeira vez pelo antropólogo americano Edward T. Hall (1959) que definiu monocronicidade como a preferência por fazer uma atividade de cada vez. Hall argumentou que as culturas eram predominantemente monocrónicas ou policrónicas no que diz respeito à sua relação com o tempo. Com base no estudo de Hall, Morden (1999) propôs a seguinte uma escala demográfica que considera os

seguintes grupos por ordem de progressão num *continuum* entre Monocronicidade e Policronicidade: Alemães; Suíços e Austríacos; Americanos; Escandinavos e Finlandeses; Britânicos, Canadianos e Neozelandeses; Australianos e Sul-Africanos; Japoneses; Holandeses e Belgas-Flamengos; Outras culturas americanas; Franceses e Belgas/Valões; Coreanos e Taiwaneses; Singaporenses; Checos, Eslovacos, Croatas e Húngaros; Chineses; Italianos do Norte; Chilenos; Outros Eslavos; Portugueses; Espanhóis, Italianos do Sul e povos mediterrânicos; Indianos e outros do sub continente indiano; Polinésios; Latino Americanos, Árabes e Africanos.

Embora os conceitos de multitarefa e policronicidade sejam constructos teóricos distintos, eles são conceptualmente relacionáveis (Voorveld et al., 2014), sendo o primeiro o comportamento de realizar tarefas de forma simultânea e o segundo a preferência por esse tipo de comportamento. A maioria dos estudos mencionados questiona os respondentes em diferentes países e destaca diferenças económicas, políticas, culturais, e diferentes ecossistemas de comunicação. Este estudo difere dos referidos ao selecionar uma amostra semelhante a nível de: i) sexo, ii) idade, iii) qualificações, iv) ambiente de trabalho, v) área de residência; experienciando assim as mesmas características estruturais. Considerando que o principal fator diferenciador será a origem geográfica, tentaremos avaliar se é possível identificar tendências comuns à multitarefa entre indivíduos com afiliações geográficas semelhantes.

## 2. Método

Neste estudo foi utilizado o Media Use Questionnaire (MUQ) proposto por Ophir, Nass e Wagner (2009), que compreende questões sobre doze meios de comunicação: 1) mídia impressos, 2) televisão, 3) Youtube/TV online, 4) música, 5) áudio não musical, 6) jogos de computador, 7) chamadas de voz, 8) mensagens instantâneas, 9) SMS, 10) e-mail, 11) navegação Web e 12) outros aplicativos de computador. Os entrevistados devem indicar a) o total de horas semanais gastas com cada meio e b) com que frequência usam diferentes meios concorrentes para cada meio primário; as respostas a estas perguntas permitem aferir o *Media Multitasking Index* (MMI) de cada participante, calculando uma soma entre o uso do meio primário ponderado pela percentagem de tempo gasto com cada secundário.

O questionário foi administrado em inglês, em formato papel e lápis e foi apresentado a 10 participantes de 10 países diferentes: Reino Unido [UK], Espanha [SP], Grécia [GR], Portugal [PT], Egito [EG], Sudão [SD], Líbia [LY], Irão [IR], Iraque [IQ], e Paquistão [PK]). Todos os participantes são do sexo masculino, doutorados em Engenharia, a trabalhar no mesmo instituto, com um perfil educacional e profissional comum. A idade média do grupo é de 39,6 anos [M=39.6; SD=5.94], tendo o respondente mais jovem 32 e o mais velho 50 anos. Dada a sua referência geográfica, os participantes foram agrupados em três clusters regionais: C1/Europa [UK, SP, GR, PT], C2/Norte de África [EG, LY, SD] e C3/Ásia Meridional/Ocidental [IQ, IR, PK], sendo os clusters regionais e as afiliações geográficas apresentados na figura 1.

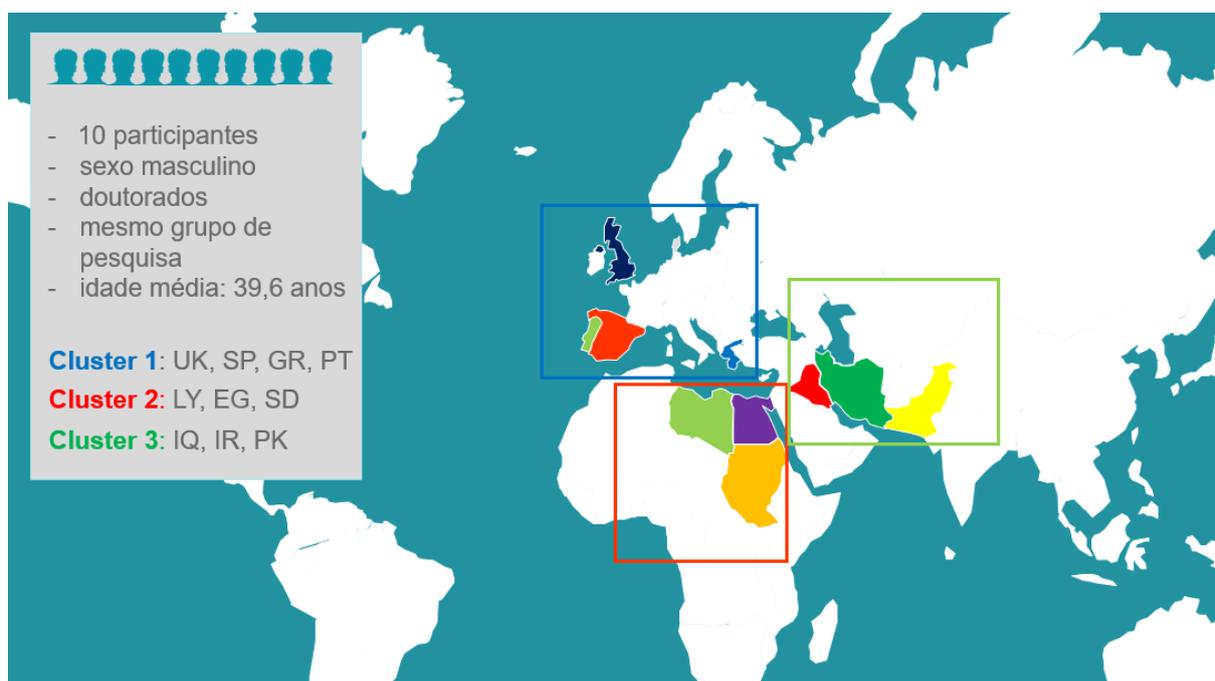


Figura 1 – Participantes no estudo

Fonte: autoria própria

### 3. Resultados

O questionário permite-nos obter os seguintes resultados: o número de horas que cada participante dedica ao uso de diferentes meios de comunicação e as utilizações de meios de comunicação em simultâneo com o uso de cada meio primário (expresso através do *Media Multitasking Index*).

A tabela 1 apresenta as horas semanais de uso indicadas pelos participantes em relação a cada um dos doze meios de comunicação analisados, apresentados individualmente, assim como a média global de uso de cada meio de comunicação por semana.

Tabela 1 – Uso de meios de comunicação: número de horas reportados por semana, por meio

Horas de uso de meios de comunicação como meio de comunicação primário	1 UK	2 SP	3 GR	4 PT	5 EG	6 LY	7 SD	8 PK	9 IR	10 IQ	Média
Média impressos	1	10	18	0,1	10	5	16	0	10	1	7,11
Televisão	7	1	1	6	24	21	2,5	2	10	14	8,85
Youtube / TV online	1	8	15	1	10	7	2	14	7	3	6,8
Música	0	1	4	3	28	4	2	0	2	14	5,8
Áudio não-musical	0	4	0	0,5	0	1	2	0	1	2	1,05
Jogos de computador	0	10	0	0	0	1	4	0	0	0	1,5
Chamadas de voz	3	0,5	1	0,5	1	5	2	3	1	1	1,8
Mensagens instantâneas	1	3	0,5	0,5	20	1	1	0	0,5	1	2,85
SMS	0,5	0	0,1	0,5	1	1	1	1	0,5	0,5	0,61
Email	14	5	70	0,5	15	24	15	20	8	14	18,55
Navegação web	17	5	10	3	14	8	15	20	16	14	12,2
Outros aplicativos de computador	7	35	30	6	14	12	25	25	24	20	19,8
Totais	51,5	82,5	149,6	21,6	137	90	87,5	85	80	84,5	86,92

Fonte: autoria própria

Verifica-se uma grande variação de número de horas semanais reportadas em relação ao uso de meios de comunicação, sendo o participante que declara menos horas de uso, o português, e o que declara o maior número de horas de uso, o participante de origem grega. Em relação aos meios de comunicação em si, os meios menos utilizados por todos os participantes são o SMS e o áudio não musical, sendo os meios mais utilizados o email e outros aplicativos de computador.

A figura 2 apresenta o número de horas semanais de uso de meios de comunicação por clusters regionais e por elementos individuais de cada cluster regional.

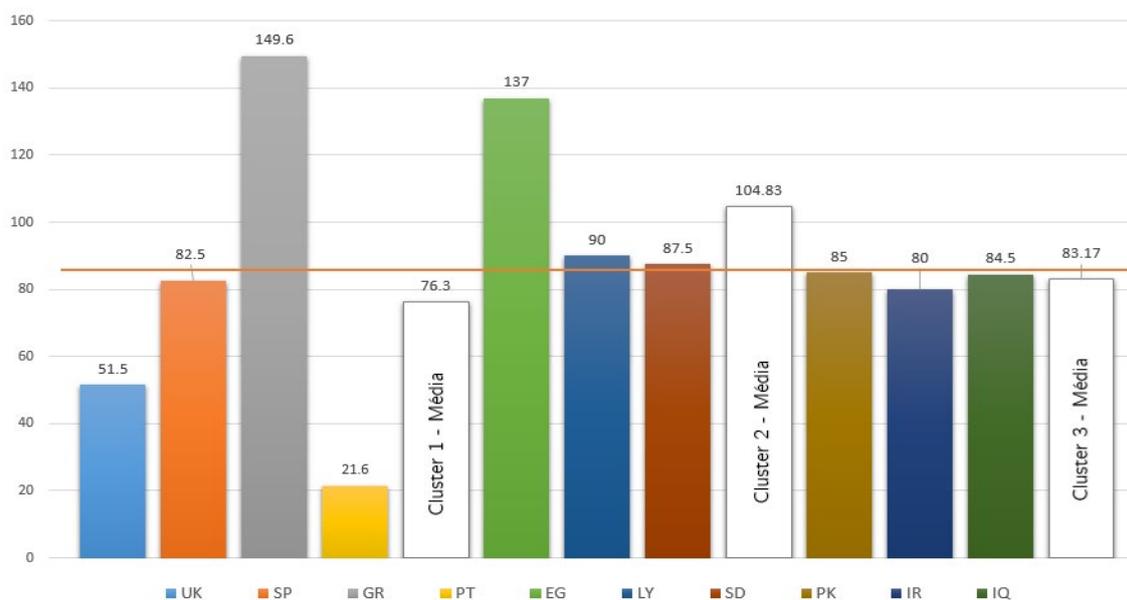


Figura 2 – Uso de meios de comunicação por participante e por cluster geográfico (horas/semana).

Fonte: autoria própria

Verifica-se que o valor do cluster 1/Europa se situa bastante abaixo da média (76.3 horas), o valor do cluster 2/Norte de África bastante acima da média (104.83 horas) sendo o valor do cluster 3/Ásia (83.17 horas) o mais aproximado da média global (86.92 horas/semana, ou seja sensivelmente metade das horas existentes numa semana).

Tabela 2 – *Media Multitasking Index* (índice de comportamentos de multitarefa), por participante, por meio primário

Meios de comunicação primários	1 UK	2 SP	3 GR	4 PT	C1	5 EG	6 LY	7 SD	C2	8 PK	9 IR	10 IQ	C3	Méd.
Média impressos	0,006	0,081	0,360	0,003	0,113	0,171	0,296	1,280	0,582	0,000	0,374	0,035	0,136	0,261
Televisão	0,090	0,000	0,018	0,917	0,256	0,699	0,777	0,076	0,517	0,055	0,541	0,717	0,438	0,389
Youtube / TV online	0,000	0,000	0,267	0,122	0,097	0,243	0,180	0,076	0,166	0,441	0,438	0,178	0,352	0,194
Música	0,000	0,008	0,098	0,413	0,130	0,887	0,132	0,076	0,365	0,000	0,108	0,717	0,275	0,244
Áudio não-musical	0,000	0,000	0,000	0,008	0,002	0,000	0,026	0,060	0,029	0,000	0,054	0,103	0,052	0,025

Jogos de computador	0,000	0,161	0,000	0,000	0,040	0,000	0,018	0,122	0,047	0,000	0,000	0,000	0,000	0,030
Chamadas de voz	0,039	0,004	0,020	0,023	0,021	0,022	0,092	0,107	0,073	0,095	0,017	0,016	0,042	0,043
Mensagens instantâneas	0,013	0,036	0,014	0,023	0,022	0,435	0,022	0,015	0,157	0,000	0,031	0,059	0,030	0,065
SMS	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Email	0,000	0,041	1,549	0,023	0,403	0,511	1,149	0,398	0,686	0,473	0,398	0,659	0,510	0,520
Navegação web	0,221	0,061	0,154	0,367	0,201	0,442	0,294	0,283	0,340	0,473	1,000	0,828	0,767	0,412
Outros aplicativos de computador	0,045	0,708	0,529	0,458	0,435	0,546	0,443	0,471	0,487	0,591	0,999	0,788	0,793	0,558
	0,414	1,100	3,009	2,356	1,720	3,956	3,430	2,963	3,450	2,128	3,960	4,101	3,396	2,742

Fonte: autoria própria

A figura 3 mostra o *Media Multitasking Index* (MMI) total para cada um dos participantes, bem como o MMI médio para cada um dos clusters geográficos.

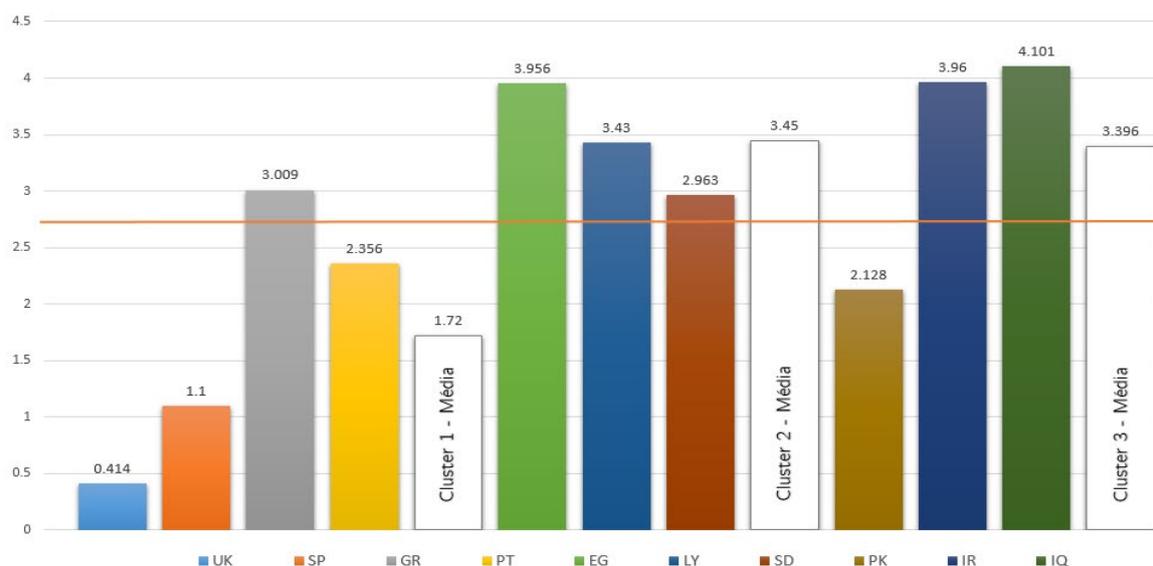


Figura 3 – Comportamentos multitarefa por participante e por cluster geográfico.

Fonte: autoria própria

Os MMIs dos 10 participantes variam de 0,414 (hábitos de multitarefa muito baixos) a 4,101 (hábitos de multitarefa muito altos), sendo a média de todos os participantes 2,742.

#### 4. Discussão

No que diz respeito às horas de uso de meios de comunicação, o cluster 2/Norte de África regista valores bastante acima da média, sendo que todos os seus participantes reportam valores altos. No entanto o valor mais elevado registado é o do participante 3 [GR] que se destaca dos restantes participantes do Cluster 1/Europa, todos com valores relativamente baixos. O grupo mais homogéneo é o Cluster 3/Ásia, com valores de uso bastante similares. Os meios mais usados por cluster são: Cluster 1 (email; aplicações de computador e meios impressos); Cluster 2 (email; aplicações de computador e televisão); Cluster 3 (aplicações de computador; navegação na internet e email); sendo os menos usados: Cluster 1 (SMS); Cluster 2 (áudio não musical e SMS); Cluster 3 (jogos de computador).

Uma breve análise dos resultados dos três clusters revela que o MMI calculado para o Cluster 1/Europa (MMI=1.7) está abaixo da média global registada (MMI=2.7). Este cluster regista novamente uma grande discrepância nas respostas individuais, embora seja de referir não só que 3 dos 4 participantes do cluster 1 estão abaixo da média global, mas que estes representam também 3 dos 4 resultados mais baixos, suportando o argumento de que a maioria dos membros do Cluster 1 não só passa menos horas a interagir com diferentes meios como também tende a usá-los menos simultaneamente. O resultado geral do Cluster 2/Norte de África está, novamente, acima da média, devido ao fato de todos os membros do Cluster 2 fazerem parte dos participantes com os mais altos índices multitarefa. Será interessante referir que os resultados do cluster 2 representam o dobro do índice global do cluster 1. O cluster 3 regista o valor mais próximo da média, e um índice geral que é apenas 0,05 pontos inferior ao do Cluster 2, para um total de 20 horas de uso a menos. Embora não tão ativos em multitarefa como os membros do Cluster 2, os participantes do Cluster 3 estão definitivamente num patamar de comportamentos multitarefa acima dos membros do Cluster 1.

Comparações entre indivíduos de países tradicionalmente caracterizados como monocrónicos e indivíduos de áreas definidas como policrónicas não foram possíveis, uma vez que, seguindo a Escala Demográfica de Morden, apenas um dos entrevistados [UK, que

curiosamente apresenta – de forma bastante clara - o valor de MMI mais baixo] foi considerado como pertencente a uma cultura tradicionalmente monocronica.

## 5. Conclusões

Um dos grandes constrangimentos deste estudo foi a amostra limitada: uma vez que todos os participantes são originários de diferentes países, para tentar avaliar de que forma a distribuição geográfica afecta a tendência para a multitarefa, foram agrupados em clusters regionais, que podem incluir países que, embora geograficamente próximos possam exibir diferenças culturais significativas. A participação de mais respondentes com a mesma afiliação geográfica seria necessária para validar completamente algumas das suposições. Acreditamos, no entanto, que há dados suficientes neste estudo para lançar a possibilidade da existência de uma tendência para grupos geograficamente similares usarem meios de comunicação – de forma individual ou simultânea – de um modo semelhante.

## Referências

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Multitasking: Switching costs. Disponível em: <http://www.apa.org/research/action/multitask.aspx> (Link em Site).

HALL. T. *The silent language*. N.Y: Doubleday, 1959 (Obra Completa).

HASSOUN, D. Costly attentions: Governing the media multitasker. *Continuum*. [s.l], v.26, p. 653-664, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10304312.2012.698041>. Acesso em 02 dez. 2016. (Artigo em Periódico Digital)

HARTON, H. C.; BOURGEOIS, M.J. *Cultural Elements Emerge From Dynamic Social Impact*. In: SCHALLER, M.; CRANDALL, C.S. (Org.). *The psychological foundations of culture*. Mahwah, NJ, US: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2004. p. 41-75. (Capítulo de Livro)

HOGAN, S. Globalization's Impact on Identity Through Billboard Advertisements: Independent Study Project (ISP) Collection, 654. 2009. Disponível em: [http://digitalcollections.sit.edu/isp\\_collection/654](http://digitalcollections.sit.edu/isp_collection/654) . (Relatório de trabalho).

KONONOVA, A. Multitasking Across Borders: A Cross-National Study of Media Multitasking Behaviors, Its Antecedents, and Outcomes. *International Journal of Communication*, 7(23): 1-20. (Artigo em Periódico Digital)

KONONOVA, A.; ZASORINA, T.; DIVEEVA, N.; KOKOEVA, A.; CHELOKYAN, A. Multitasking Goes Global: Multitasking With Traditional And New Electronic Media And Attention To Media Messages. *International Communication Gazette*, [s.l], v.76, n. 8,

p.617-640, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1748048514548533>. Acesso em 20 dez. 2017. (Artigo em Periódico Digital)

KONONOVA, A.; CHIANG, Y.-H. Why Do We Multitask With Media? Predictors of Media Multitasking Among Internet Users In The United States And Taiwan. *Computers In Human Behavior*, [s.l], v.50, p.31-41. 2015 Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chb.2015.03.052>. Acesso em 20 dez. 2017. (Artigo em Periódico Digital)

MORDEN, T. Models Of National Culture – A Management Review. *Cross Cultural Managemen*. [s.l], v.1, p.19-44, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/13527609910796915>. Acesso em 02 fev. 2018. (Artigo em Periódico Digital)

OPHIR E.; NASS, C.; WAGNER, A. D., Cognitive Control In Media Multitaskers. *Proceedings of National Academy Of Sciences*. [s.l], v.37, p.15583-15587, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.0903620106>. Acesso em 02 dez. 2016. (Artigo em Periódico Digital)

PETERS, K.; DANIELS, K.; HODGKINSON, G.P.; HASLAM, S.A., Experts' judgments of management journal quality: an identity concerns model. *Journal of Management*, 40 (7). pp. 1785-1812, 1999. Disponível em doi: <https://doi.org/10.1177/0149206311434532> Acesso em 02 jun. 2019 (Artigo em Periódico Digital)

SIMON, P. Collecting ethnic statistics in Europe: a review. *Ethnic and Racial Studies*, 35, 8, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01419870.2011.607507> (Artigo em Periódico Digital)

VOORVELD, H.; SEGJIN, C.; KETELAAR, P.; SMIT, E. Investigating the Prevalence and Predictors of Media Multitasking across Countries. *International Journal Of Communication*, 8, 23, 2014. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/2556> (Artigo em Periódico Digital)

## A identidade da mulher no RAP “Padrão” (2018) de Pig: contribuições para uma cultura feminina emancipadora<sup>39</sup>

*La identidad de la mujer en el RAP “Padrão” (2018) de Pig: contribuciones para una cultura femenina emancipadora*

*The identity of woman in the RAP “Padrão” (2018) by Pig: contributions to an emancipatory women’s culture*

Érica Alessandra Paiva Rosa<sup>40</sup>

### Resumo

Este trabalho discute a construção identitária da mulher por meio de sua produção artística a partir da análise do RAP “Padrão”, lançado em 2018 pela artista Pig. A leitura do RAP atenta-se às linguagens verbal, musical e imagética, apresentadas pelo videoclipe, dialogando com um arcabouço teórico relacionado à literatura, à música, à imagem, aos estudos culturais e de identidade. Tal RAP questiona o “perfil” físico e psicológico atribuído à mulher na cultura brasileira, nessa conjuntura, versa sobre a revolta feminina frente ao comportamento machista e violento, naturalizado socialmente, e demonstra que o RAP é utilizado pelas mulheres como um instrumento de expressão, denúncia e conscientização. A proposta de análise aponta para um percurso de construção identitária que, ao contestar a identidade “legitimadora” defendida pelos grupos dominantes da sociedade, inicia como “resistência” e resulta em “projeto” de acordo com a dinâmica das identidades discutidas por Castells (1999). Desse modo, “Padrão” colabora para uma cultura emancipadora das mulheres, visto que busca a transformação da estrutura social na qual elas se encontram.

Palavras-Chave: Cultura; Identidade; Mulher; Produção artística; RAP.

### Resumen

El presente estudio discute la construcción identitaria de la mujer por medio de su producción artística a partir del análisis del RAP “Padrão”, lanzado en el año 2018, por la artista Pig. La lectura del RAP es atenta a las lenguajes verbal, musical y imagética, presentadas por el videoclip, dialogando con una base teórica relacionada a la literatura, la música, la imagen, los estudios culturales y de identidad. Tal RAP cuestiona el “perfil” físico y psicológico asignado a la mujer en la cultura brasileña, en esta coyuntura, versa sobre la revuelta femenina frente al comportamiento sexista y violento, naturalizado socialmente, y demostrar que el RAP es utilizado por las mujeres como un instrumento de expresión, denuncia y concientización. La propuesta de análisis apunta para un camino de construcción identitaria que, cuando cuestiona la identidad “legitimadora” defendida por los grupos dominantes de la sociedad, comienza como “resistencia” y resulta en “proyecto” de acuerdo con la dinámica de las identidades discutidas por Castells (1999). Así, “Padrão” contribuye para una cultura emancipadora de las mujeres, una vez que busca la transformación de la estructura social en la cual ellas encuentrense.

Palabras claves: Cultura; Identidad; Mujer; Producción artística; RAP.

---

<sup>39</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>40</sup> Mestranda em Letras; Universidade Estadual de Maringá - UEM; Maringá, Paraná, Brasil; [erica.paivarosa@gmail.com](mailto:erica.paivarosa@gmail.com).

### Abstract

This work discusses the identity construction of the woman by the means of its artistic production through the analysis of the RAP “Padrão”, released in 2018 by the artist Pig. The reading of this RAP is focused on the verbal, musical and imagetic languages featured by the videoclip, promoting a dialogue with a theoretical framework related to the literature, the music, the imagery, the studies of culture and identity. This RAP questions the physical and psychological “profile” assigned to the woman in the Brazilian culture, in this scenario, addresses the women’s revolt in the face of the sexist and violent behavior, socially naturalized, and manifests that the RAP is used by women as an instrument of self-expression, denunciation and conscientization. The analysis’ proposal points out to a path of identity construction that, when contesting the “legitimizing” identity upheld by the dominant groups of society, begins as “resistance” and develops into a “project” according to the dynamics of the identities as discussed by Castells (1999). Thereby, “Padrão” contributes to the development of an emancipatory women’s culture, since it seeks the transformation of the social structures over which it is set.

Keywords: Culture; Identity; Woman; Artistic production; RAP.

## 1. Introdução

A arte sempre atuou como um meio de representação dos sujeitos, abrangendo a expressão de sentimentos, a tematização de urgências e, muitas vezes, o enfrentamento a padrões estabelecidos socialmente. A produção artística colabora, assim, para a mobilização social em um contexto em que as pessoas (re)agem, (des)constróem sentidos e se (re)definem por meio dela, o que a torna um interessante meio de investigação sobre a construção de identidades. Nessa conjuntura, o Hip Hop se destaca como um forte movimento estético, político e cultural de enfrentamento às exclusões por meio da produção artística. Conforme indicado por Hall (2003), no momento pós-colonial, os movimentos transversais e transculturais surgem de diferentes formas e perturbam as relações estabelecidas de dominação e resistência, eles reposicionam e deslocam a diferença.

Em um cenário em que o Hip Hop toma a identidade cultural como um instrumento de luta para mostrar de que formas seus membros querem ser representados, o RAP e as outras manifestações artísticas do movimento são ferramentas no processo de contestação do poder instituído e do projeto identitário hegemônico por ele proposto. Ao criarem suas letras poéticas, os/as rappers “atribuem a si próprios o papel de transmitirem carências, denúncias, necessidades, revoltas e informações [buscando] fazer um discurso dentro de um vocabulário acessível com o intuito de informar e ampliar a consciência da sociedade” (SOUZA; FIALHO; ARALDI, 2005, p. 21).

Considerando que ao longo de muito tempo a mulher foi representada discursivamente pelo outro, ou seja, pelo homem, a apropriação da linguagem expressa uma atitude de resistência a fim de questionar os sentidos produzidos e divulgados pelo outro, realizar releituras dos textos, assim como ressignificar suas próprias histórias. Para Ashcroft (2001, p. 15, tradução da autora), a linguagem “é a chave para a interpolação, a chave para o potencial transformador [...]”, por isso, a resistência discursiva operada por meio dela apresenta um contradiscurso produzido pela mulher, sujeito oprimido, contra a representação feita sobre ela pelo poder dominante. Nesse sentido, a literatura e a música do RAP o configuram como um campo profundamente rico para a expressão desse contradiscurso.

O objetivo deste trabalho é, portanto, discutir como o RAP “Padrão” (2018), composto e gravado por Pig, materializa o contradiscurso feminino e se configura enquanto um gênero artístico de resistência.

## **2. A construção identitária enquanto processo contínuo**

A pós-modernidade com seu contexto de mudanças e globalização mostrou que a identidade não poderia mais ser algo permanente, já que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2006, p. 7). Assim, a construção identitária mostra-se um processo contínuo que acompanha o ser humano ao longo de toda a sua vida, portanto, a identidade não é algo pré-estabelecido ou consolidado, mas (re)definido dia após dia de acordo com as experiências vividas por cada pessoa, justamente por isso ela é fluída e dinâmica.

Nesse percurso, a identidade é formada pelas referências que possibilitam ao sujeito se situar em determinadas comunidades e se sentir pertencer ou não às mesmas, algo que pode criar a sensação de conforto ou de exclusão, isso porque “identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência. [...] Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido” (SILVA, 2000, p. 51). Compreende-se desse modo que a construção identitária se dá em contextos marcados por relações de poder visto que: “Toda identidade é fundada sobre uma exclusão e, nesse sentido, é ‘um efeito do poder’” (HALL, 2003, p. 85).

Os conceitos de identidade e de diferença são impostos e disputados em um contexto no qual a “afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais” (SILVA, 2000, p. 56). Nessa perspectiva, a identidade e a diferença são produzidas por meio da diferenciação e se relacionam a uma gama de outros diversos processos que envolvem o poder, como incluir, excluir, demarcar fronteiras, classificar e normalizar. Sobre tal conjuntura, a teórica Woodward expõe:

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios (WOODWARD, 2000, p. 40).

Assim como Woodward, Castells (1999) também considera que a identidade é um processo construído a partir do conteúdo simbólico e como tal assume diferentes significados para as pessoas que se identificam com ela ou se sentem excluídos. Por isso importa compreender como os sujeitos interpretam e ressignificam as múltiplas influências a que estão expostos, logo, como (re)agem às situações de exclusão. De acordo com o autor:

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seus significados em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço (CASTELLS, 1999, p. 23).

O autor considera que as mudanças provocadas pela globalização têm influenciado fortemente na busca e construção de novas identidades culturais, isso porque a nova forma de organização social, que ele denomina como “sociedade em rede” (CASTELLS, 1999), vem desconstruindo a ideia de Estado-nação, colocando em xeque a noção de democracia política e, portanto, abalando instituições até então sólidas. A sociedade em rede, caracterizada por conectar uma grande massa de informações via novas tecnologias, produz redes globais de riqueza e poder das quais estão excluídos todos aqueles desconectados do sistema global de informações. Como formas de resistência, esses últimos buscam criar identidades coletivas

por meio de suas próprias redes de contatos e comunicação ou, até mesmo, utilizando os recursos criados pelo processo de globalização, como a Internet, por exemplo. Nesse contexto, alguns grupos acabam refugiando-se em identidades primárias – religiosas, étnicas, regionais –, enquanto outros elaboram formas mais abertas de relação identitária na sociedade globalizada, como o movimento feminino, o movimento gay e o movimento pelos direitos civis (CASTELLS, 1999).

É nessa conjuntura que se encontra o movimento Hip Hop o qual tem se adaptado às mudanças inseridas pela sociedade globalizada a fim de criar meios para a afirmação de identidades excluídas. Percebe-se que os sujeitos do Hip Hop elaboram uma identidade cultural das comunidades periféricas para mostrar como seus membros querem ser representados e, sobretudo, para utilizá-la enquanto instrumento de luta em uma perspectiva de transformação social. Assim, enquanto produção artística de resistência aos processos de dominação, o RAP manifesta “as tensões que surgem das relações, nem sempre amistosas, entre as elites detentoras e produtoras de um discurso quase sempre excludente para com as camadas sociais excluídas” (OLIVEIRA; PEREIRA, 2014, p. 51-52).

Considerando a interferência das relações de poder no processo de construção social da identidade, Castells (1999) propõe três formas e origens para a construção de identidades na sociedade globalizada que expõem a dinâmica dos sujeitos em meio aos processos de dominação e resistência na contemporaneidade:

*Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais [...].

*Identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos [...].

*Identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social [...] (CASTELLS, 1999, p. 24).

Conforme o autor, cada um desses processos de construção identitária resulta em uma forma particular de constituição da sociedade. A identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil, isto é, um conjunto composto por organizações, instituições e atores sociais organizados que reproduzem – nem sempre de modo harmônico – a identificação que racionaliza as fontes de dominação estrutural. A identidade de resistência dá origem à

formação de comunidades que resistem “diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável, em geral, com base em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a ‘essencialização’ dos limites da resistência” (CASTELLS, 1999, p. 25). E a identidade de projeto dá origem a sujeitos, atores sociais coletivos que se significam como tal a partir de suas experiências. Para o teórico, neste caso:

[...] a construção da identidade consiste em um projeto de vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade, como no exemplo [...] de sociedade pós-patriarcal, resultando na liberação das mulheres, dos homens e das crianças por meio da realização da identidade das mulheres (CASTELLS, 1999, p. 26).

Também é preciso considerar que tais conceitos compõem um contexto dinâmico no qual as identidades que iniciam como resistência podem, porventura, resultar em projetos ou mesmo tornarem-se dominantes, isso porque “nenhuma identidade pode constituir uma essência, e nenhuma delas encerra, *per se*, valor progressista ou retrógrado se estiver fora de seu contexto histórico” (CASTELLS, 1999, p. 24). Esses três conceitos serão utilizados para a análise do RAP “Padrão”, a fim de identificar como ele materializa o processo de construção identitária da mulher rapper na contemporaneidade.

### **3. A desconstrução do “padrão” para a reconstrução de uma identidade feminina**

Com mais de 20 anos de existência em Maringá (PR), o Hip Hop apresenta uma pluralidade de produções artísticas dentre as quais notou-se pouca participação feminina na cena do RAP nos anos iniciais desse movimento local (ROSA; ANSELMO, 2018). Entretanto, a atuação das mulheres vem crescendo acentuadamente nesta década, tanto com trabalhos solo quanto integrando grupos musicais. A existência de agrupamentos femininos, como o coletivo ELAHS (Encontro Livre das Amantes do Hip Hop & Skateboard) de Maringá, tem colaborado para essa mudança de cenário ao proporcionarem espaços de ocupação feminina em setores considerados predominantemente masculinos através da realização de eventos, shows, competições e outras atividades. Nesses agrupamentos, as mulheres se articulam para fomentar o trabalho umas das outras e a divulgação deles.

“Padrão” é um RAP composto por Pig e lançado em 2018 na plataforma Youtube. A artista tem 21 anos de idade e mora em Sarandí (PR). Seu contato com o RAP ocorreu ainda criança e ela destaca o grupo Atitude Feminina como uma das primeiras influências das quais se lembra: “As primeiras mulheres que eu tive, assim, que eu escutei no RAP foi... eu não lembro o nome delas, mas era um grupo que é o Atitude Feminina, tipo, mano, foi muito pesado” (PIG, 2019). De acordo com a artista, o RAP “Rosas” do grupo Atitude Feminina a marcou muito, pois ele apresenta uma mulher como eu-lírico a qual, depois de morta pelo companheiro, expõe as lembranças de sua trajetória em meio ao contexto de múltiplas violências físicas e simbólicas:

Aquele monstro que um dia prometeu me amar  
Parecia incontrolável, eu não pude evitar  
Talvez se eu tivesse o denunciado  
Talvez se eu tivesse o deixado de lado  
Agora é tarde, na cama do hospital  
Hemorragia interna, o meu estado era mau  
O sonho havia acabado e os batimentos também  
A esperança se foi *pra* todo sempre, amém!  
Hoje meu amor implora *pra* eu voltar  
Ajoelhado, chorando, infelizmente não dá  
Agora estou feliz, ele veio me visitar  
É dia de finados, muito tarde *pra* chorar (ATITUDE FEMININA, 2006).

Nota-se, assim, o uso da arte como um instrumento de denúncia das mulheres rappers e, concomitantemente, de conscientização do público ouvinte, tanto que o videoclipe de “Rosas” foi utilizado em palestras por diversas ONGS de proteção às vítimas de violência doméstica após seu lançamento.

Segundo Pig (2019), a abordagem de temas relacionados à violência, aos abusos e assédios contra a mulher é uma constante em suas produções, isso porque tais situações fazem parte de seu cotidiano, seja experienciado ou observado. Por outro lado, a artista também escreve sobre temas relacionados à área do autoconhecimento, nesse sentido, diz realizar um longo intervalo entre o momento da escrita do RAP e da gravação e lançamento dele, isso porque em seu processo de escrita ela relata parar diversas vezes para reler e reescrever à medida em que aprende outras coisas sobre o assunto e se sente evoluir. De acordo com Pig (2019): “Todas as minhas letras por mais que, às vezes, possa parecer viajada, parecer coisa

de outras pessoas, tipo, velho, é a minha vida, não tem uma letra minha que você vai escutar e eu só escrevi por escrever, nada, nada, nada”.

Sobre sua trajetória no cenário do RAP, Pig iniciou a escrita de letras por volta dos 17 anos de idade. Em 2018, ela começou a fazer vídeos caseiros cantando e a publicá-los no Youtube até o momento em que sua colega Ana Rodes adquiriu uma câmera e passou a filmá-la. Os dois videoclipes que Pig tem lançados foram filmados e dirigidos por Ana Rodes que também faz parte do Coletivo E.L.A.H.S. e cobre eventos femininos de Hip Hop realizados na cidade<sup>41</sup>. Em 2017, Pig gravou em estúdio pela primeira vez o RAP “Padrão” que segundo ela: “[...] foi bem foda, demorou um tempo pra ser solto, mas foi bem intenso” (PIG, 2019).

Já em 2019, a rapper participou do Festival de Música Garagem da Juventude<sup>42</sup>, realizado anualmente pela Prefeitura de Maringá (PR), e foi premiada na categoria letra com o RAP “Essa é a questão”, lançado em 2018. Apesar de a premiação ser simbólica (um troféu), tal conquista foi importante para a rapper que sentiu seu trabalho sendo reconhecido (PIG, 2019). Por outro lado, a artista expõe não receber apoio familiar em seu trabalho artístico, pois ser rapper não é algo relevante para a sua família, assim ela não divulga seu trabalho nesse núcleo a fim de evitar repreensões.

Ainda falando sobre sua apresentação no festival Garagem da Juventude, Pig reflete sobre como é invisibilizada enquanto artista apenas pelo fato de ser mulher:

[...] eu acho muito engraçado que eu, por ter esse *tamanhozinho*, essa cara, na hora que eu subo no palco e vou me apresentar em qualquer lugar as pessoas *tão tipo*: “Ah tá, legal, mais uma menina que vai cantar ali *de boa*”. E na hora que, *tipo...* *mano*, eu solto a primeira, a primeira rima, a galera já espanta assim *óh*, já abre o olho e no Garagem o *bagulho* foi bem foda, cada rima era, *tipo*, uma vibração, a galera aplaudiu de pé e, *tipo*, isso acho muito massa porque as pessoas me julgam muito quando me vê: “Ai, toda pequenininha, delicadinha” sabe? Acha que é só mais uma pessoa que vai ali cantar, é só mais uma menina querendo fazer um *bagulho* e, *tipo*, na hora que escuta pela primeira vez a letra fica bem abismado, *tipo*, dá aquela olhada assim: “*Eita porra!*”. E é isso que, *tipo*, eu falo: *mano*, é para isso que eu *tô* no *bagulho*, *tá ligado?* (PIG, 2019).

<sup>41</sup> O nome artístico utilizado pela fotógrafa é Brisadiana.

<sup>42</sup> O festival é voltado a jovens com idade entre 15 e 29 anos que se inscrevem com produções autorais. Depois de realizada uma curadoria, as músicas selecionadas são apresentadas publicamente durante o festival e avaliadas por um júri técnico que premia os primeiros colocados das seguintes categorias: originalidade, execução, arranjo, letra e melodia.

Em sua fala, a artista ressalta que a aparência física contribui para um pré-julgamento sobre o que ela poderia cantar, o que demonstra como a cultura sexista constrói diferentes simbologias para os gêneros artísticos, assim, não se espera que uma mulher cante RAP, muito menos tendo aparência delicada.



Imagem 1: Pig no videoclipe de “Padrão”

Por outro lado, a primeira impressão que os espectadores demonstram ter quando veem Pig é quebrada frente a potencialidade de seu canto, visto que: “A voz é presença. A performance não pode ser outra coisa senão presente” (ZUMTHOR, 2005, p. 33). Sobre essa questão, o autor ainda expõe:

Quanto à presença, não somente a voz, mas o corpo inteiro está lá, na performance, de forma fundamental. Aliás, a voz exerce no grupo uma função, e esta não é estritamente interpessoal, como pode ser na conversação. O desejo profundo da voz viva que está na origem da poesia se direciona para a coletividade que preenche o espaço onde ressoa a voz (ZUMTHOR, 2005, p. 80).

É nesse sentido que o público espectador preenche o espaço da apresentação com suas reações, olhares, vibrações e palmas, conforme expôs Pig. Segundo Zumthor (1997, p. 241): “O ouvinte ‘faz parte’ da performance”.

Ao trabalhar com o RAP a partir de um viés literário de análise, é preciso considerar que esse gênero é muito mais que um poema a ser cantado. No RAP, as preocupações do(a) autor(a) com relação à linguagem, à estrutura e ao ritmo já estão intrínsecas na composição da letra que, por sua vez, faz parte de um conjunto maior o qual envolve o andamento do canto, a musicalidade e os efeitos sonoros, o estilo da artista e sua performance durante a apresentação, além de toda uma linguagem imagética que integra o videoclipe. O conjunto

visual composto pelas vestimentas e cabelo, o modo de andar, os gestos e performance expressos pelo(as) rappers durante a apresentação artística, além de todo o aparato cênico elaborado para a gravação de videoclipes são materialidades de análise da linguagem visual desse gênero. De acordo com Soares (2013, p. 145), os clipes “performatizam as canções que os originam, propondo uma forma de ‘fazer ver’ a canção a partir de códigos inscritos nas próprias canções populares massivas, mas também diante da problemática dos gêneros musicais e das estratégias de endereçamento dos produtos”. Desse modo, o videoclipe produz sentidos sobre ao RAP de acordo com a cultura e o contexto em que ele está inserido.

O RAP “Padrão” foi lançado em 2018 de forma independente com produção musical de Cleiton MC, realizada no estúdio Elefante Records, e videoclipe produzido por Ana Rodes. Esse RAP questiona o “padrão” físico e comportamental atribuído às mulheres na contemporaneidade pelas instituições de poder e, concomitantemente, denuncia diferentes violências as quais as mulheres estão submetidas em uma sociedade sexista como a brasileira:

1. Cansei de “mimimi”, de *aturá* esses machistas
2. Abaixo sua crista, sou mais uma feminista
3. Que *pra dialogá* garanto a ideia
4. Ao contrário de alguns que *precisa* de plateia
5. Mina de shortinho, os *mano si* ilude
6. O nome é mulher, não é lanchinho *fast food*
7. Vem com desrespeito, iremos na conduta
8. Não vamos *abaixá pra* nenhum filha da puta
  
9. Começa no *fiu fiu*, a segunda é a cantada
10. Eu te afronto no terceiro e mostro o dedo e fecho a cara
11. Mantenha o respeito e fica tudo certo
12. Mas vou te demonstrar o verdadeiro dialeto
  
13. Quebrando o padrão da beleza industrial
14. Somos o padrão da igualdade social
15. Se a mina se orgulha em *usá* um GG
16. Ninguém tem o direito de *criticá* nem *ofendê*
  
17. Os que reclamam das negras na TV
18. São fãs encubados querendo *aparecê*
19. Fácil é *criticá*, suave é *falá* mal
20. Mas a intenção é ser melhor, talvez igual
21. Acha que é machão encurralando no beco
22. Encontra uma vitória sem o mínimo direito
23. Se falta informação, eu cumpro o dever
24. Ensino o que já sei e continuo a aprender
  
25. As *mina* junto aqui vieram *arrasá*
26. Estamos na área e sem medo de *falá*
27. Vendo os machinhos tudo se *abalá*

28. Temos o direito e aqui vamos *ficá*
29. Se tu não entendeu, de novo eu vou *dizê*
30. Se ainda não sabe, *cê* vai *tê* que *aprendê*
31. Preste atenção, travesti não é bagunça
32. Não é obrigado a *ficá* com jagunço
  
33. Quebrando o padrão da beleza industrial
34. Somos o padrão da igualdade social
35. Se a mina se orgulha em *usá* um GG
36. Ninguém tem o direito de *criticá* nem *ofendê*
  
37. O mundo *tá* dividido, então só venha *pra somá*
38. Sempre tem os “*cú*” querendo *atrasá*
39. Chega de *dizê* que caiu da escada,
40. *Tropeçô* no tapete, ah que não foi nada
41. Enquanto viver, jamais será sozinha
42. Siga colocando os babacas na linha
43. Meu corpo, minha regra, tu não vai *comprá*
44. *Abaixa* o beíço e *começa* a *respeitá*<sup>43</sup> (PIG, 2018).

“Padrão” apresenta um discurso em prol das mulheres, sejam elas negras, gordas, que sofrem violência (verbal, simbólica ou física) ou que podem ajudar as anteriores. Salles (2007, p. 49-50) destaca que “[...] para o rap a coletividade é um dos quesitos mais importantes de seu impulso criador e militante. Tudo o que fala ou faz tem como objetivo o bem geral da comunidade da qual faz parte”.

Com relação à forma, o poema não apresenta estrutura rígida em termos de métrica ou estrofes, em um contexto no qual: “[...] a liberdade rítmica criou uma nova música do verso, tornando o metro mais livre, o poema menos regular do que os tradicionais, o ritmo mais seco e contundente. Em outras palavras, um ritmo inesperado, irregular, dinâmico como o da vida do homem contemporâneo” (GOLDSTEIN, 2008, p. 50).

As rimas de “Padrão” são emparelhadas e alternam-se a cada dois versos de modo que dão fluidez ao poema. Em sua maioria, as rimas são consoantes, ou seja, apresentam semelhança de consoantes e vogais como nestes exemplos da primeira estrofe: *idEIA/ platEIA*; *condUTA/ pUTA*. Porém, o poema também é composto por rimas toantes, que apresentam semelhanças na vogal tônica sem que as consoantes e outras vogais coincidam

---

<sup>43</sup> A transcrição do RAP procurou manter um registro próximo do padrão com concessões a gírias e outros aspectos vocabulares a fim de manter algumas marcas da oralidade. Assim, as acentuações dos verbos visam demarcar os tempos e modos verbais no plano da oralidade. Já as estrofes foram organizadas de acordo com o ritmo de canto de Pig.

(GOLDSTEIN, 2008), como em: GG/ *ofendê*; TV/ *aparecê*. O processo de escolha do vocabulário para a composição das rimas e suas respectivas sonoridades demonstra a potencialidade da composição e da voz feminina, como também o caráter de oralidade da poesia que é intrínseco ao RAP.

O *beat* de “Padrão” apresenta uma sonoridade produzida eletronicamente que lembra um longo assovio cantarolado. A sonoridade inicia sozinha e passa a ser acompanhada por algumas batidas, tal plano musical compõe os primeiros dez segundos do RAP transmitindo uma sensação de calma que é reforçada pelas cenas iniciais do videoclipe com mulheres em meio à natureza, se maquiando e sorrindo em um estado de tranquilidade. Entretanto, a sensação de calma é quebrada com a entrada da voz de Pig que canta em ritmo acelerado. Percebe-se, assim, que a letra do RAP, carregada de denúncias e críticas, nega os sentidos inicialmente transmitidos pelos conteúdos musical e imagético.

“Padrão” versa sobre a revolta feminina frente ao comportamento machista e violento que é naturalizado socialmente, como na primeira estrofe: “Cansei de ‘mimimi’, de *aturá* esses machistas/ Abaixei sua crista, sou mais uma feminista” (PIG, 2018). Nesse excerto, Pig demonstra o percurso das mulheres que, por muito tempo, aguentaram conviver com atitudes machistas, mas que não suportam mais isso, desse modo, buscam conhecimento e força no movimento feminista para mudar tal conjuntura. Ademais, é interessante observar que o homem machista é comparado ao animal galo neste RAP, em um contexto no qual a mulher, enquanto sujeito consciente de seus direitos e dos abusos que sofre, impõe ao machista que ele se coloque em seu real lugar – deixando de utilizar os benefícios que a cultura sexista lhe proporciona – por meio do imperativo utilizado na metáfora “abaixe sua crista” (PIG, 2018). A rapper realiza, assim, uma provocação aos homens que não conseguem dialogar, ouvir e argumentar sobre suas opiniões: “Que *pra dialogá* garanto a ideia/ Ao contrário de alguns que *precisa* de plateia” (PIG, 2018). Em tal trecho, o poema transmite uma imagem de insegurança do próprio homem que, ao contrário da mulher rapper, não está certo de suas ideias e, por vezes, apela para a violência verbal. O homem está tão inseguro que precisa de plateia para apoiá-lo e dizer que ele está certo ou mesmo para defendê-lo.

O RAP expõe uma crítica ao pensamento sexista que atribui à vestimenta utilizada pela mulher o significado de que ela quer (ou não) ter um relacionamento sexual, como se usar roupas curtas se limitasse à intenção de provocar os homens: “Mina de shortinho, os

*mano* se ilude/ O nome é mulher, não é lanchinho *fast food*” (PIG, 2018). Nesse sentido, a imagem da mulher construída e difundida pela sociedade sexista como bem de consumo, produto a pronta entrega para ser “comido” é fortemente criticada em “Padrão”.

Sobre o processo de construção identitária da mulher com a permanente desconstrução de estereótipos criados pela cultura da dominação masculina, Alain Touraine expõe:

Estas mulheres são um sentido muito preciso aos objetivos que procuram alcançar: a construção de si mesmas. Isso acontece em se afirmar como mulheres e não somente em libertar de uma feminilidade imposta pelos homens, ainda que rejeitem toda forma de dependência e a condenem quando a percebem ao redor ou dentro delas. [...] As mulheres querem agir como sujeito, se consideram como tal e de uma forma tão nítida que, em nossa sociedade, elas são a categoria que mais explicitamente carrega a idéia de sujeito e a mudança de orientação na condução das ciências sociais que esta idéia provoca (TOURAINÉ, 2007, p. 44).

O discurso que a artista manifesta é, justamente, o de afirmação de que ela é um sujeito e como tal deve ser respeitada. É a partir deste momento que “Padrão” apresenta uma voz feminina coletiva expressa pelo uso dos verbos no plural, “Vem com desrespeito, iremos na conduta/ Não vamos *abaixá pra* nenhum filha da puta” (PIG, 2018), que demonstra o enfrentamento das mulheres diante do sexismo. Sobre isso, a rapper expõe que:

[...] eu não sei escrever um RAP e não ter ali falando dos abusos que a gente sofre, porque não tem como, não tem como fazer e não pôr isso, porque se eu não tô colocando, eu não tô mostrando o que acontece e, tipo, se eu não mostro o que acontece, as pessoas simplesmente analisam, acham que *tá* suave, não acontece tanto quanto parece ou quanto as pessoas falam [...] (PIG, 2019).

O uso constante de verbos no tempo presente do modo indicativo transmite a sensação de que o conteúdo exposto no poema é algo real, atual e frequente, assim como expõe a artista. Neste primeiro momento do RAP, Pig fala sobre o assédio aleatório a todas as mulheres, trazendo o problema da objetificação sexual a qual elas estão submetidas na sociedade sexista.

A revolta expressa nos versos 7 e 8 promove reações por parte da mulher que não mais encara quieta as violências, assim, Pig apresenta um contradiscurso acerca do “padrão” de comportamento feminino construído culturalmente de que a mulher não confronta os abusos sofridos em virtude do medo: “Começa no *fiu fiu*, a segunda é a cantada/ Eu te afronto no terceiro e mostro o dedo e fecho a cara/ Mantenha o respeito e fica tudo certo/ Mas vou te

*demonstrá* o verdadeiro dialeto” (PIG, 2018). Dessa forma, o contradiscurso do RAP desconstrói a imagem depreciativa e de submissão pacífica (OLIVEIRA; PEREIRA, 2014) da mulher. Essa, por sua vez, assume uma identidade de resistência (CASTELLS, 1999) buscando garantir sua sobrevivência em uma sociedade violenta moldada por princípios sexistas. Nessa perspectiva, Salles ressalta que o RAP é uma produção estritamente ligada a questões políticas “tanto por sua constante enunciação de uma identidade disruptiva quanto pelo caráter combativo das falas e das atitudes dos rappers, voltados contra uma ordem social que consideram racista e opressiva” (SALLES, 2007, p. 47). Tal caráter combativo do RAP está presente em “Padrão” tanto na linguagem verbal quanto em sua tradução para a linguagem visual, pois a narrativa semiótica do videoclipe apresenta diversas mulheres dançando em ambientes incomuns – dentre eles uma construção, uma rua e uma mata – o que transmite a ideia de liberdade feminina, conforme as imagens 2, 3 e 4 a seguir:



Imagem 2 – Ambiente: Construção



Imagem 3 – Ambiente: Rua



Imagem 4 – Ambiente: Mata

Ao total, 15 mulheres participaram como modelos do videoclipe que não contou com um roteiro ou planejamento de filmagem, isso porque Pig estava casada e morando em um sítio na época de gravação. Assim, a rapper criou um grupo no *Whatsapp* e convidou algumas amigas de Sarandi, Maringá e região para gravarem as imagens do clipe filmadas por Ana Rodes. Segundo Pig, cada mulher escolheu um local de sua preferência e as gravações ocorreram de modo bastante confortável para cada uma das modelos (PIG, 2019).

A pluralidade de mulheres com diferentes corpos, cabelos e roupas no videoclipe traduz no plano imagético a ideia exposta no primeiro verso do refrão: “Quebrando o padrão da beleza industrial/ Somos o padrão da igualdade social/ Se a mina se orgulha em *usá* um GG/ Ninguém tem o direito de *criticá* nem *ofendê*” (PIG, 2018). No momento em que a rapper canta esses dois últimos versos pela primeira vez, o videoclipe apresenta a imagem 3 que reforça a ideia de orgulho da mulher em vestir o tamanho de roupa que ela quer. Desse modo, a estrofe refrão reflete a ideia geral defendida pelo RAP de crítica aos padrões socialmente impostos às mulheres, por isso o questionamento do perfil físico feminino “ideal” em uma conjuntura na qual impor um padrão faz parte das ações promovidas pelas instituições dominantes para expandir e racionalizar sua dominação (CASTELLS, 1999). Assim é sustentada a identidade legitimadora da mulher, estipulada pelas mídias e indústrias da beleza: ela deve ser bela, magra, alta etc. para fazer parte do “padrão” e ser aceita socialmente. Frente a essa situação, a rapper denuncia a violência simbólica a que as mulheres estão expostas na ditadura da beleza sentindo-se obrigadas a fazerem plásticas, a emagrecerem e a buscarem uma eterna juventude que não existe.

De acordo com Soares (2013, p. 103), o refrão corresponde a “um modelo melódico de fácil assimilação que tem como objetivos principais sua memorização por parte do ouvinte e a

participação ('cantar junto') do receptor no ato de audição". Assim, o refrão é um elemento estratégico que, justamente, promove uma aproximação entre música e ouvinte, convidando-o ao canto (SOARES, 2013). Além disso, segundo Vernallis (2004), a canção possui um "verso gancho" que corresponde ao "trecho que mais evidentemente se projeta como imagem ou que cristaliza um ponto de vista sobre a letra, que, na maioria das vezes, está relacionada ao título do canção" (VERNALLIS, 2004, p. 145). O "verso gancho" também se caracteriza por ser repetido ao longo da música, por isso ele geralmente compõe o refrão. Em "Padrão", o verso gancho do refrão é "Quebrando o padrão da beleza industrial", visto que ele sintetiza a mensagem geral, está relacionado ao seu título e ocorre duas vezes, (na metade e ao fim do RAP). A violência também está nos processos de exclusão daquelas que não se enquadram a esse "padrão" físico, o que leva Pig a contestar a "identidade legitimadora" através do verso gancho que constrói a imagem de rompimento de algo preestabelecido, ou seja, do "padrão de mulher". Sobre o processo literário de construção de imagens, Júdice considera que:

O poema produz imagens. Esta característica deve entender-se à letra: há uma intenção concreta, visual na construção do poema que faz com que ele se distinga do texto abstrato como, por exemplo, o filosófico. As imagens do poema são de dois tipos: retrospectivas e prospectivas, isto é: as que se ligam à memória e que, por isso, encontram na coincidência vivencial poeta-leitor a sua motivação; e as que são criativas, obrigando o leitor a entrar no imaginário do poema para descobrir o que dá consistência à imagem, assim encontrando uma nova experiência (JÚDICE, 1998, p. 24).

A leitura das imagens e a atribuição de sentido às mesmas são processos particulares aos ouvintes do RAP e às suas experiências. Assim, o público-alvo de Pig pode compreender que, através das imagens, ela constrói um discurso de resistência, enfrentamento e contestação ao discurso hegemônico introduzido pelas instituições de poder que mantêm uma sociedade excludente (OLIVEIRA; PEREIRA, 2014).

A discussão dessa temática proposta pelo RAP demonstra que: "O corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade [...]" (WOODWARD, 2000, p. 15). Assim, diferenciar quem não se enquadra no estereótipo de beleza legitimado é uma forma de marginalizar determinados corpos, sentidos e identidades. Segundo Silva (2000, p. 81), a identidade e a diferença estão estritamente ligadas à questão do poder, logo "[...] definir a identidade e

marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes”.

Ao abordar a questão da beleza, a rapper fala de uma situação que pode ser comum a diversas outras mulheres, desse modo, Pig reivindica por parte delas uma postura de valorização de si mesmas. Ademais, a rapper atua enquanto feminista ao defender o padrão da igualdade social e demonstrar, por meio do verbo no presente do indicativo “somos”, que essa conjuntura já é buscada por algumas mulheres: “Somos o padrão da igualdade social” (PIG, 2018). Na segunda metade do RAP, a estrofe refrão é apresentada por meio de um efeito sonoro na voz de Pig que remete a um eco, o que transmite a sensação de que esse discurso está se espalhando e alcançando outros lugares e pessoas.

A postura de resistência da mulher é expressa no RAP tanto na atitude de afrontamento perante a situação desagradável da cantada, quanto na imposição de limites ao indivíduo abusador em prol do respeito. Ademais, a ironia é outro elemento bastante utilizado por Pig em “Padrão” para construir a postura de resistência. Como exemplo, o racismo expresso por meio de críticas às mulheres negras que ocupam lugares na mídia televisiva é ironizado através da gíria “fãs encubados” a qual expressa o sentido de pessoas que criticam famosos por inveja: “Os que reclamam das negras na TV/ São fãs encubados querendo *aparecê!* Fácil é *criticá*, suave é *falá* mal/ Mas a intenção é ser melhor, talvez igual” (PIG, 2018). Isso demonstra como a apropriação da linguagem na intenção de apresentar um contradiscurso é uma forma de resistência (ASHCROFT, 2001). Outro exemplo nessa mesma perspectiva é a desconstrução da imagem de vitória e superioridade do homem, fragilmente sustentada pela sociedade patriarcal com base em atitudes violentas cometidas contra as mulheres, nesse sentido, a conscientização a respeito dos direitos e deveres de cada cidadão é uma pauta constante no RAP de Pig: “Acha que é machão encurralando no beco/ Encontra uma vitória sem o mínimo direito” (PIG, 2018). Esse trecho também expõe uma outra situação de violência contra a mulher muito comum, a abordagem verbal e física no âmbito público da rua que, por vezes, pode chegar ao estupro e à morte, conjuntura de violência que leva muitas mulheres a se privarem de sair de casa, sobretudo, à noite e sozinhas.

Um elemento importante no processo de conscientização feminina é o empoderamento que a rapper Pig expõe em seu trabalho, tanto a partir da linguagem visual das mulheres com diferentes corpos dançando em vários lugares – logo, fazendo o que querem e onde querem –,

quanto da linguagem verbal que compõe o poema, como nos versos 25 a 30: “As *mina* junto aqui vieram *arrasá*/ Estamos na área e sem medo de *falá*/ Vendo os machinhos tudo se *abalá*/ Temos o direito e aqui vamos *ficá*/ Se tu não entendeu, de novo eu vou *dizê*/ Se ainda não sabe, *cê* vai *tê* que *aprendê*” (PIG, 2018). A partir desse trecho, observa-se outra reivindicação da rapper: que as mulheres tenham uma visão politizada sobre seus direitos, os lugares que ocupam na sociedade e a necessidade de mudança dessa estrutura social.

Outro aspecto interessante é o fato de Pig utilizar termos populares para construir a figura masculina, neste acaso, a partir do vocábulo “macho”. Na quarta estrofe Pig utiliza o termo “machão” a fim de criticar essa expressão enquanto símbolo de poder masculino constituído pelas ações violentas dos homens. E agora, a autora usa o termo “machinhos” em uma clara ironia em que o diminutivo desconstrói a ideia de grandeza e poder do “macho” que, diante do enfrentamento da mulher, sente seu poder se “abalar”. A respeito do sentido transmitido pelo vocabulário na atividade poética, Júdice explicita que ele:

[...] não decorre de um significante arbitrário, como no código da língua, sendo que pode haver uma relação determinante entre ambos situada na esfera do que se designa como efeitos de sentido. A sugestão que o leitor retira da leitura decorre de operações inconscientes assentes na construção material do texto. Esse tipo de operações, no caso da poesia, procede de um modo particular. Sendo a linguagem poética expressa através de palavras e de imagens individualizadas, em que cada um desses elementos vale por si [...], a significação vai ser o resultado de uma soma, ou reunião de significados parcelares (JÚDICE, 1998, p. 30).

É nessa conjuntura que os termos “machão” e “machinhos” são utilizados por Pig para questionar as expressões discursivas que colaboram na manutenção das relações de domínio.

Ainda na quinta estrofe, a artista amplia a questão de gênero e chama a atenção para a violência contra as travestis, sujeitos extremamente marginalizados em função do pensamento sexista e de setores como a bancada religiosa no Brasil: “Preste atenção, travesti não é bagunça/ Não é obrigado a *ficá* com jagunço” (PIG, 2018). Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e o Instituto Brasileiros Trans de Educação (IBTE):

No ano de 2018, lembrando incansavelmente do aumento da subnotificação desses dados, ocorreram 163 assassinatos de pessoas Trans, sendo 158 Travestis e Mulheres Transexuais, 4 Homens Trans e 1 pessoa Não-Binária. Destes,

encontramos notícias de que apenas 15 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 9% dos casos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019, p. 15).

Desses 163 casos, 8 foram no Paraná e mais da metade das mortes ocorreram por arma de fogo (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019). Nessa perspectiva, ao trazer tais temas para sua produção artística, Pig a utiliza na tentativa de conscientizar as pessoas (versos 29 e 30) por meio do diálogo, como já exposto no início do RAP, visto que essa ação é fundamental para a construção de um movimento feminista revolucionário segundo Hooks (2018). Sobre o consumo de sua produção, Pig (2019) expõe: “[...] a minha necessidade é expressar o que eu sinto *pras* pessoas que eu sinto que *precisa* ouvir e *pra* todo mundo, não é só mulher, todo mundo tem que ouvir *pra* ter uma consciência”. Por isso, a rapper realiza um convite para que os ouvintes adotem um posicionamento antissexista: “O mundo *tá* dividido, então só venha *pra* somar” (PIG, 2018). Percebe-se nesse momento do poema que a violência tematizada pela autora é muito mais direta do que as anteriores, agora é uma violência física. Nesse sentido, o RAP aborda diferentes tipos de violência que, por vezes, se intercalam acontecendo ao mesmo tempo: a violência verbal (versos 3, 4, 9, 16, 17 e 19), a violência simbólica (versos 5, 7, 13, 14, 15, 31 e 32) e a violência física (versos 21, 22, 39, 40, 43).

Pig demonstra que, enquanto artista, utiliza sua produção para expor as situações de violência contra as mulheres, discutir essa problemática e suas possíveis soluções: “Chega de *dizê* que caiu da escada,/ Tropeçou no tapete, ah que não foi nada” (PIG, 2018). Nesse trecho, a rapper mostra se preocupar com as mulheres, a sua comunidade, por isso expõe um discurso coletivo que as incentiva a saírem dos contextos de violência em que estão inseridas, assim, demonstra “ênfase num desejo de libertação tanto individual como coletiva (OLIVEIRA; PEREIRA, 2014, p. 15). Ressalte-se que o uso do modo imperativo, no âmbito da oralidade, nos verbos “chega” e “siga”<sup>44</sup> endereça o discurso a um ouvinte específico: a mulher a quem se destina o conselho a fim de promover uma mudança de conjuntura maior através de sua conscientização. Tal processo não é fácil e exige diferentes ações em meio a uma sociedade comprometida em manter os sistemas de dominação. De acordo com Hooks (2013, p. 43): “Nos ensinam a crer que a dominação é ‘natural’, que os fortes e poderosos têm o direito de

---

<sup>44</sup> Apesar de o verbo “chegar” não se apresentar conjugado na terceira pessoa correspondente ao pronome “você”, assim como o verbo “seguir” está, o tom e a velocidade de voz da artista demonstram que ambos os verbos são utilizados no modo imperativo a fim de aconselhar a interlocutora.

governar os fracos e impotentes”. A teórica ressalta que, apesar de muitas pessoas negarem, esse pensamento continua a ser perpetuado nas relações cotidianas, inclusive por novas políticas que, com a justificativa de promover ordem ao caos, defendem um retorno ao nacionalismo, ao isolacionismo e, conseqüentemente, à xenofobia. Para a autora:

Na noção de família citada nessas discussões, os papéis sexistas são proclamados como tradições estabilizadoras. Não surpreende que essa visão da vida familiar seja associada a uma noção de segurança que implica que estamos sempre mais seguros junto a gente do nosso próprio grupo, raça, classe, religião e assim por diante. Por mais que as estatísticas de violência doméstica, homicídio, estupro e maus-tratos a crianças indiquem que a família patriarcal idealizada está longe de ser um espaço “seguro”, que as vítimas de violência têm maior probabilidade de ser atacadas por pessoas semelhantes a elas que por estranhos misteriosos e diferentes, esses mitos conservadores se perpetuam. Está claro que uma das principais razões por que não sofremos uma revolução de valores é que a cultura da dominação necessariamente promove os vícios da mentira e da negação (HOOKS, 2013, p. 43-44).

Justamente por isso o RAP oferece um discurso de suporte e encorajamento à mulher, “Enquanto viver, jamais será sozinha/ Siga colocando os babacas na linha” (PIG, 2018), expondo também a necessidade de criação de redes de proteção e cuidado entre as mulheres. Segundo Salles (2007, p. 69), “[...] o ideal para o rap é um público que recupere, senão invente, uma comunidade organizada com base em uma identidade comum e preocupada em garantir sua sobrevivência num mundo que a ameaça” e é com esse objetivo que a artista demonstra trabalhar. Assim, o RAP de Pig questiona não só o padrão físico, como também o padrão comportamental atribuído às mulheres, no sentido de que elas comumente experienciam caladas os mais diversos abusos, desde a cantada até a violência patriarcal. O RAP encerra de modo muito parecido com seu início, a voz volta para a primeira pessoa e assume um tom de ordem que, apesar de individual, representa um desejo coletivo. O eu-lírico impõe limites e exige respeito por parte do outro, situação comum a muitas mulheres que podem se identificar à rapper: “Meu corpo, minha regra, tu não vai *comprá/ Abaixa* o beijo e começa a *respeitá*” (PIG, 2018). Ao término do canto de Pig, o RAP apresenta o som de um disparo de tiro e da arma desengatilhando, concomitantemente, o plano imagético realiza os movimentos de *zoom in* e *zoom out*<sup>45</sup> da câmera, ou seja, a câmera dá um zoom no corpo de Pig e retorna para o plano anterior ao *zoom* em uma sequência muito rápida que

---

<sup>45</sup> O efeito ocorre em apenas um segundo, no momento 2:19 do videoclipe, por isso não houve como expor em imagens.

acompanha o som do tiro. Esses efeitos transmitem a sensação de que o tiro foi dado na rapper e podem significar a potencialidade feminina nessa luta contra a violência através do RAP, a arma da mulher que pode ir longe como um tiro e alcançar mais pessoas.

O fato de Pig utilizar o RAP como instrumento para materializar seu posicionamento faz com que o processo de construção identitária da mulher expresso em “Padrão”, vá da identidade de resistência para a identidade de projeto, já que por meio de sua própria produção cultural a rapper constrói uma nova identidade que redefine sua posição e, com isso, visa transformar toda a conjuntura social (CASTELLS, 1999). Pig atua, dessa forma, em prol da conscientização das mulheres e da sociedade como um todo compartilhando seus conhecimentos: “Se falta informação, eu cumpro o dever/ Ensino o que já sei e continuo a aprender” (PIG, 2018). Isso a fim de que os preconceitos e estereótipos, proliferados pelo machismo, sejam desconstruídos e as posições sociais das mulheres sejam redefinidas.

#### 4. Considerações finais

“Padrão” é uma produção artística que contesta o “perfil” de mulher legitimado e valorizado pela sociedade patriarcal, denuncia as violências verbais, físicas e simbólicas provocadas pela sociedade machista e projeta um percurso de construção identitária da mulher que inicia com a identidade de resistência e resulta na identidade de projeto (CASTELLS, 1999). Desse modo, o RAP funciona como um instrumento de resistência e projeção feminina que colabora para uma cultura emancipadora das mulheres, principalmente das jovens que consomem mais facilmente tal gênero.

#### Referências

ASHCROFT, B. *Post-Colonial Transformation*. London: Routledge, 2001.

ATITUDE FEMININA. *Rosas*. In: Rosas. Brasília: VGC Produções, 2006.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (orgs.). *Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018*. Brasil: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), Instituto Brasileiros Trans de Educação, 2019.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GOLDSTEIN, N. *Versos, sons, ritmos*. 14 ed. São Paulo: Ática, 2008.

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Unesco, 2003.

\_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JÚDICE, N. *As máscaras do poema*. Lisboa: Aríon, 1998.

OLIVEIRA, C. J. de; PEREIRA, R. S. *Marginalidade contemporânea brasileira: uma análise do deslocamento discursivo e suas tensões*. 1. ed. Málaga: EUMED, 2014.

FIG. *Padrão*. Sarandi: Elefante Records, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pD0AeFbWcrM>. Acesso em: 25 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. *Suelen Oliveira: entrevista* [set. 2019]. Entrevistadora: Érica Alessandra Paiva Rosa. Maringá, 2019. 1 arquivo mp3 (56 min.)

ROSA, É. A. P.; ANSELMO, B. M. A cena do Hip Hop em Maringá e região metropolitana: A construção identitária da mulher rapper em “Voz de Mina”. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS, 5., 2018, Maringá. *Anais... Políticas públicas, ética, internacionalização e pesquisa: discursos, práticas e desafios*, Maringá, 2018. p. 383-395.

SALLES, É. *Poesia revoltada*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007. (Coleção Tramas urbanas, 3).

SILVA, T. T. da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, J.; FIALHO, V.; ARALDI, J. *Hip hop: da rua para a escola*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

TOURAINÉ, Alain. *O mundo das mulheres*. Trad. Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2007.

WOODWARD, K. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, T. T. da (org.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 7-68.

ZUMTHOR, P. *Escritura e nomadismo*. Trad. de Jerusa Pires Ferreira e Sonia Queiroz. São Paulo: Ateliê, 2005.

\_\_\_\_\_. *Introdução à poesia oral*. São Paulo: Hucitec, 1997.

## Invenção da América e colonialidade do poder: a conformação de um primitivo Novo Mundo<sup>46</sup>

*La invención de América y la colonialidad del poder: la conformación de un primitivo Nuevo Mundo*

*America's Invention and Coloniality of Power: The Conformation of a Primitive New World*

Rodrigo de Moraes Guerra<sup>47</sup>

### Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir a noção de *invenção* do continente americano (América Latina, mais precisamente) a partir de uma perspectiva eurocentrista do conhecimento. Investigamos, pois, como ocorreu o surgimento da América e o que implicou ela ter sido conceituada tal qual como América. Para tanto, dispomos da noção de *colonialidade do poder* para compreendermos a amplitude do colonialismo que afligiu o continente americano, como tal poder despojou os povos originários de suas respectivas culturas; como se estruturou, a partir da América, uma noção de mundo no qual o europeu passou a ser referência; e como, a partir do advento da colonização, os povos latino-americanos (e demais povos não-europeus, em escala global) passaram a representar o *passado*, ou seja, o *primitivo*. Nossos objetivos, desta maneira, consistem em evidenciar como o poder colonial subjugou os povos da América não só nos sentidos mais recorrentemente tratados, como na exploração do trabalho e das riquezas materiais, mas, também, subjugou os povos da América de suas formulações teórico-epistemológicas, culturais e identitárias, apontando, assim, para a construção de uma concepção global de mundo na qual a modernidade é sinônimo de Europa – e, mesmo o que foi colocado como “Novo Mundo”, ainda traduz-se como arcaico – e propondo uma mais ampla assimilação das identidades, culturas e epistemologias latino-americanas e das estruturas que compõem o sistema capitalista moderno.

Palavras-Chave: Colonialismo; História da América; Pós-colonialismo; História do Tempo Presente.

### Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo discutir la noción de *invención* del continente americano (América Latina, más precisamente) desde una perspectiva eurocéntrica del conocimiento. Por lo tanto, investigamos cómo se produjo la aparición de América y lo que implicaba que se había conceptualizado como América. Para hacerlo, tenemos la noción de *colonialidad de poder* para comprender el alcance del colonialismo que afligió al continente americano, ya que tal poder despojó a los pueblos originarios de sus respectivas culturas; cómo, desde

---

<sup>46</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>47</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História; Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Natal, Rio Grande do Norte, Brasil; [rodrigo.morais.guerra@gmail.com](mailto:rodrigo.morais.guerra@gmail.com).

América, se estruturou uma noção de mundo em la que el europeo se convirtió en una referencia; y cómo, desde el advenimiento de la colonización, los pueblos latinoamericanos (y otros pueblos no europeos a escala global) llegaron a representar el pasado, es decir, lo primitivo. Nuestros objetivos de esta manera son mostrar cómo el poder colonial subyugó a los pueblos de América no solo en los sentidos más recurrentemente tratados, sino también en la explotación de la riqueza laboral y material, sino que más bien subyugó a los pueblos de América de su teoría. epistemológicos, culturales e identitarios, señalando así la construcción de una concepción global del mundo en la que la modernidad es sinónimo de Europa, e incluso lo que se ha llamado “Nuevo Mundo” todavía se traduce como arcaico, y propone una asimilación más amplia de las identidades, culturas y epistemologías latinoamericanas, y de las estructuras que conforman el sistema capitalista moderno.

Palabras claves: Colonialismo; Historia de América; Poscolonialismo; Historia del Tiempo Presente.

### Abstract

This paper aims to discuss the notion of invention of the American continent (Latin America, more precisely) from a Eurocentric perspective of knowledge. Let us therefore investigate how the emergence of America occurred and what it implied to have been conceptualized as America. To this end, we have the notion of coloniality of power to understand the breadth of colonialism that has afflicted the American continent, how such power has stripped the original peoples of their respective cultures; how was a notion of the world structured from America on which the European became a reference; and how, from the advent of colonization, Latin American peoples (and other non-European peoples on a global scale) came to represent the past, that is, the primitive. Our goals, therefore, are to show how colonial power has subjugated the peoples of America not only in the most recurrently treated senses, but also in the exploitation of labor and material wealth, but also subjugated the peoples of America from their theoretical formulations. epistemological, cultural and identity identities, thus pointing to the construction of a global conception of the world in which modernity is synonymous with Europe - and even what has been placed as a “New World” still translates as archaic - and proposing a broader assimilation of Latin American identities, cultures and epistemologies and the structures that make up the modern capitalist system.

Keywords: Colonialism; History of America; Postcolonialism; History of the Present Time.

## 1. A Invenção da América

“Real, verdadeira e literalmente a América, como tal, não existe, apesar da existência da massa de terras não submersas que, no decorrer do tempo, acabará por lhe atribuir esse sentido, esse significado” (O’GORMAN, 1992, p. 99). Ao fazer tal afirmação, Edmundo O’Gorman suscitou um profícuo debate que é tão profundo quanto fascinante: o descobrimento da América... como *invenção*<sup>48</sup>. A partir da obra de O’Gorman “A Invenção da

---

<sup>48</sup> Sobre o termo *invenção* na História, Durval Muniz mostra que: “No campo da historiografia, este termo [invenção] ganha destaque com o progressivo afastamento dos historiadores em relação às explicações que remetiam para o emprego de categorias trans-históricas, das abordagens metafísicas ou estruturais, que tendiam a enfatizar a permanência, a continuidade e pressupunham a existência de uma essência, de um núcleo significativo da História, de determinadas relações ou processos como sendo determinantes de toda a variedade do acontecer histórico. [...] o uso do termo invenção remete para uma abordagem do evento histórico que enfatiza a descontinuidade, a ruptura, a diferença, a singularidade, além de que afirma o caráter subjetivo da produção histórica”. ALBUQUER JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história: Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 20.

América”, podemos, pois, ir além das interpretações históricas cristalizadas que tratam o continente americano como uma descoberta europeia, logo, sujeito a dominação dos espanhóis e portugueses – o que engloba terras, povos, identidades, epistemologias e aspectos outros. Diferentemente do cômodo e simplista prisma da tradicional historiografia positivista, O’Gorman lança luz sobre uma possibilidade, até então, encoberta nos debates da história do continente: a América não poderia ter sido descoberta, pois não existia; a América, isto posto, foi inventada; a América só passa a existir quando conceituada tal qual América; a América, portanto, não à toa, é uma *invenção* europeia e, sendo assim, é despojada de toda a sua “americanidade original”<sup>49</sup> – e conceituada de acordo com os interesses europeus para com aquela porção de terras, aquele novo continente.

Dirimida a pretensa ideia da centralidade do continente europeu no mapa terrestre, a América surge como um novo continente que reclama seu reconhecimento, sua identidade e que é elaborada por meio “de um complexo processo ideológico que acabou, através de uma série de tentativas e hipóteses, por atribuir-lhes um sentido peculiar e próprio: o sentido do ser da ‘quarta parte’ do mundo” (O’GORMAN, 1992, p. 178). Desta forma, dialogando com Edmundo O’Gorman, no sentido de que a concepção de América foi fruto de uma invenção, de uma conceitualização, a partir de um viés de mundo eurocêntrico, Aníbal Quijano (2005) argumenta que foi a partir de tal conceitualização e, conseqüentemente, emergência da América, que um novo padrão de poder passou a exercer e balizar as relações sociais mundo afora, o que o mesmo traduz como *colonialidade do poder*<sup>50</sup>: a partir da ideia de raça, a qual o autor trata como “uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo” (QUIJANO, 2005, p. 117) o modelo

---

<sup>49</sup> Ressaltamos às aspas em função de reconhecermos que a própria noção de “americanidade” parte de uma perspectiva colonial, todavia, utilizamos o termo para destacar o despojo dos povos originários da “América” de todos os aspectos e complexidades de suas culturas e identidades próprias.

<sup>50</sup> Dialogando com Aníbal Quijano, Walter Mignolo aponta a distinção entre o colonialismo e a colonialidade, o primeiro sendo a tomada empírica propriamente dita dos territórios e o segundo a colonização do imaginário e do saber, o que fomentou a colonialismo interno nos países latino-americanos, mesmo pós-independência. MACHADO, João Victor Sanches da Matta. Para (re) pensar a América Latina: a vertente descolonial de Walter D. Mignolo. *Espaço e Economia: Revista brasileira de geografia econômica* [Online], v. 5, n. 3, 05 dez. 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacoconomia/899>>. Acesso em 28 de nov. 2019.

de mundo – e de homem – europeu passou a ser a medida da modernidade, implicando, por conseguinte, em um padrão de poder, hoje, hegemônico<sup>51</sup>. Destarte, a invenção da América constitui um marco paradigmático para o exercício de um novo padrão de poder mundial, incidindo, diretamente, nas mais diversas esferas das relações sociais históricas.

## 2. O Poder Colonial

Tomando como fundamento primeiro a ideia de *raça*, a colonização seguiu um caminho que não apenas distinguiu os sujeitos históricos enquanto colonizados ou colonizadores, mas, de mesmo modo, *naturalizou* esta distinção numa condição de *superiores e inferiores*. Apoiando-se nesta distinção, o capitalismo surgiu como uma nova estrutura de controle do trabalho, de modo que, todas as formas de controle e de exploração do trabalho também estavam associadas à *condição naturalizada colonial* dos sujeitos envolvidos. Ou seja, as novas identidades históricas produzidas sob a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho, fomentando uma relação estruturalmente associada entre raça e divisão do trabalho, culminando com a imposição de uma sistemática divisão racial do trabalho, bem como, das relações sociais no mundo moderno ocidental (QUIJANO, 2005). Isto posto, o dito “Novo Mundo”, “descoberto” pelos europeus, já nasce enquanto um mundo primitivo, pois colonizado.

A partir da compreensão da América enquanto este "novo mundo" conceituado a partir de uma visão hegemônica eurocêntrica, fundamentada na ideia de raça e estruturada nas relações de trabalho capitalista – o que relegou os povos nativos à condição de povos primitivos –, toda a modernidade dos países de passado colonial passa a ser balizada por esses termos. Com a consolidação da estrutura econômica capitalista, a conceituação de raça que determinava os povos nativos como povos atrasados, passa a ser aplicada, de mesmo modo, aos países colonizados. Com isso, percebemos uma configuração do sistema mundial

---

<sup>51</sup> A partir do século XX, os Estados Unidos também assumem essa imagem atrelada ao desenvolvimento/modernidade, reproduzindo, destarte, os padrões econômicos e ideológicos neoliberais no globo.

capitalista a partir do que Immanuel Wallerstein (1974) trabalhou como o *sistema-mundo*, ou seja, define-se uma estrutura hierárquica que engloba os estados-nações numa condição de centro, semiperiferia e periferia, de modo que, os países têm seus papéis econômicos diretamente vinculados a essa categorização de suas condições geográficas, atendendo às necessidades e ordenamentos da economia capitalista, construída sobre a divisão mundial do trabalho – que também atendem essa hierarquização dos países dentro do sistema-mundo. Com isso,

a Europa não somente tinha o controle do mercado mundial, mas pôde impor seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, incorporando-as ao “sistema-mundo” que assim se constituía, e a seu padrão específico de poder. Para tais regiões e populações, isso implicou um processo de re-identificação histórica, pois da Europa foram-lhes atribuídas novas identidades geoculturais. [...] Na produção dessas novas identidades, a colonialidade do novo padrão de poder foi, sem dúvida, uma das mais ativas determinações (QUIJANO, 2005, p. 121).

De modo que, o *sistema-mundo* capitalista moderno, não pode ser entendido sem a *invenção* da América, sem a reciprocidade da relação entre *colonialismo* e *modernidade*, onde um alavanca o outro.

Para além da dominação e colonização no plano econômico, os efeitos do colonialismo foram muito mais amplos. Ao se estabelecer o *européu* como modelo de *modernidade*, todas as manifestações que remetesse aos povos colonizados estiveram, diretamente, associadas ao *passado*. Portanto, para que a humanidade ocidental pudesse alcançar a *modernidade*, a *civilização*, a *iluminação*, todos os elementos que remetesse à cultura, à produção científica, às interações entre homem e natureza, às relações de sociabilidades, em suma, às formas de viver o mundo, deveriam estar de acordo com as perspectivas de civilização europeia. Com isso, todas as formas de controle da subjetividade foram submetidas ao *poder hegemônico eurocêntrico colonial*, corroborando o colonialismo como, também, uma dominação epistemológica, como afirmou Boaventura de Sousa Santos: “o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizadas” (SANTOS, 2009, p. 13).

Isto posto, com o estabelecimento do domínio nas relações econômicas, bem como na conformação de uma tradição colonial, a partir da qual a medida de desenvolvimento passou a ser a medida europeia, os Estados latino-americanos, ainda que independentes, perpetuaram o colonialismo em seus projetos e práticas políticas, através de um *colonialismo interno*, ou seja, na medida em que há, em uma mesma nação, uma heterogeneidade étnica, a partir da qual se associam determinadas etnias com os grupos e classes dominantes, e outras com os dominados (GONZÁLEZ CASANOVA, 1969, p. 89 apud FUENTEZ SÁNCHEZ, 2019, p. 27). Sendo assim, por si só, a independência dos países latino-americanos não significou em plena independência do colonialismo imperante em suas relações e projetos de *modernidade*, de modo que

o processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não pôde ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais (QUIJANO, 2005, p. 135).

Acarretando, desta forma, em demandas e embates históricos, que permanecem como uma continuidade do *colonialismo*, até o tempo presente, tais como a luta camponesa pelo acesso à terra; a luta indígena pela autonomia e autodeterminação; a luta dos negros que carregam uma pesada bagagem histórica dos seus povos escravizados; a luta das mulheres; a luta, em suma, das minorias que levantam distintas bandeiras, mas que, em suas raízes, traduzem suas lutas no combate às formas coloniais de dominação.

### 3. O Despertar Pós-Colonial

Fundada sobre o eixo principal da categoria de *raça*, a compreensão e retomada do processo histórico que surge com a América e se estabelece como um novo padrão de poder hegemônico se faz mister para assimilarmos as identidades, culturas e resistências latino-americanas, bem como as estruturas que compõem o sistema capitalista moderno. Em suma, investigar tais facetas do processo histórico, compreendendo a América enquanto invenção eurocêntrica e, logo, dotada de um sentido que satisfizesse seus interesses, bem como da nova ordem de poder estabelecida, promovendo uma continuidade de *longa duração* histórica de um poder colonial, é indispensável para novas abordagens e interpretações históricas acerca

desse passado que configurou o “Novo Mundo”, já em sua gênese, como algo primitivo, ultrapassado, desprovido de valores que caminhassem em direção à modernidade.

Em resposta aos mais distintos despojos efetuados pela colonização, percebemos, hoje, a insurgência de novas práticas e discursos que buscam superar a imposição colonial incrustada nas estruturas e mentalidades do mundo ocidental moderno. Como exemplo deste movimento, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos aponta para as *Epistemologias do Sul* como “um convite a um amplo reconhecimento das experiências de conhecimentos do mundo” (2009, p. 18), de modo que as *Epistemologias do Sul* consistem em:

novos processos e novas relações que se organizam a partir das práticas das classes e dos grupos sociais que sofreram de maneira sistemática a destruição, a opressão e a discriminação causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e por todas as naturalizações da desigualdade em que se tenha desdobrado, sejam elas o valor de troca, a propriedade individual da terra, o sacrifício da Mãe Terra reduzida à natureza inerte, o racismo, o sexismo, o individualismo, o material como superior ao espiritual e todos os demais fundamentalismos econômicos, políticos e culturais que tentam bloquear a imaginação emancipatória e desacreditar a luta pelas alternativas (LEYVA, 2015, p. 12-13. Tradução do Autor)

As *Epistemologias do Sul*, portanto, surgem no horizonte do mundo moderno ocidental como um verdadeiro “já basta!”<sup>52</sup> ao colonialismo que perpassou as épocas históricas e permanece regendo as relações de poder não apenas no seio dos países colonizados, mas na organização mundial do mercado capitalista e na manutenção dos países de passado colonial na condição de países “subdesenvolvidos” – numa relação que não seria demasiado absurdo recordar as relações metrópole-colônia.

No plano teórico, de mesmo modo, percebemos uma resposta ao *colonialismo* a partir das perspectivas *pós-coloniais* como uma opção frente à monocultura imposta das práticas e do saber. Ainda mais profundos, do ponto de vista epistemológico, a vertente pós-colonial busca descolonizar a ciência e o pensamento, ao passo que, tanto o vocábulo “América”

---

<sup>52</sup> Referência ao levante zapatista quando, no dia 1 de janeiro de 1994 – data que marcava a adesão oficial do México ao NAFTA (North American Free Trade Agreement), bloco econômico dos países do Norte, formado por México, Estados Unidos e Canadá –, guerrilheiros indígenas surgiram das montanhas da Selva Lacandona e tomaram em armas alguns municípios do estado mexicano de Chiapas. Em sua declaração de guerra ao Estado, anunciaram serem produto de mais de 500 anos de lutas, aludindo ao colonialismo de longa duração histórica, e que “já basta!”.

quanto o vocábulo "Latina" sequer deveriam ser admitidos, pois consistem em vocábulos, fundamentalmente, coloniais, trazendo consigo as marcas da Europa, às quais os povos originários jamais se reconheceram. Sendo assim, Mignolo enfatiza que deverá existir num horizonte pós-colonial um "após-América" e um "após-América Latina" (MIGNOLO, 2007 [2005] apud MACHADO, 2014, p. 2). Portanto, a ascensão das manifestações pós-coloniais – ou *decoloniais* – suscitam uma revolução das mais radicais e, porquê não, das mais prementes, para o combate aos colonialismos históricos que é a da revolução epistemológica, de repensar não apenas as estruturas de poder dominantes, mas, de mesmo modo, repensar a linguagem e todo o *campo simbólico* (BOURDIEU, 1989) que foi tomado pelos colonizadores.

Em suma, através da relação recíproca entre o etnocentrismo colonial e a classificação racial, os europeus impregnaram de sentido e valores uma lógica modernista na qual passaram a ser vistos (e a se sentirem) naturalmente enquanto superiores. Com isso, a América não apenas já nasceu sob uma condição de primitiva, como toda a “americanidade” pertinente a este continente, permaneceu associada à condição de atraso, de passado, de barbárie. Como Aníbal Quijano (2005) nos mostra, “os europeus geraram uma nova perspectiva temporal da história e re-situaram os povos colonizados, bem como a suas respectivas histórias e culturas, no passado de uma trajetória histórica cuja culminação era a Europa” (p. 121), fazendo com que as raízes culturais e identitárias da América fosse negada e renegada não apenas pelos colonizadores, mas, de mesmo modo, pelos povos dominados por esta *monocultura da mente* (ALMEIDA, 2010).

Assumindo, portanto, este *complexo de vira-latas*, o qual nos concede ao sul<sup>53</sup> a desejada imagem caricatural do europeu, como acusou Eduardo Galeano<sup>54</sup>, devemos resgatar

---

<sup>53</sup> Seguindo as linhas de Boaventura de Sousa Santos, interpretamos o "sul" não como, necessariamente, uma determinação geográfica, mas, sim, enquanto uma representação do mundo colonizado e, de mesmo modo, das resistências. Sendo assim, para além de uma condição estritamente geográfica, o "sul" pode se encontrar no Norte Global, nas manifestações de populações excluídas, silenciadas, marginalizadas, contrárias ao colonialismo. O "sul", portanto, assume aqui a forma de uma expressão anticolonial. LEYVA, Xochitl et al. *Prácticas otras de conocimiento(s): Entre crisis, entre guerras* (Tomo I). San Cristóbal de Las Casas: Cooperativa Editorial Retos, 2015.

as raízes mais profundas que foram destituídas de valor pelo projeto colonial e, como arrematou Aníbal Quijano (2005), “nos libertarmos do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos” (2005, p. 139). É tempo, em suma, do despertar pós-colonial.

### Referências

- ALMEIDA, Maria da Conceição de. *Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição*. São Paulo: Livraria da Física, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
- FUENTES SÁNCHEZ, Waldo Lao. *Autonomías indígenas: resistencias y luchas por el reconocimiento en Nicaragua y México*. Buenos Aires: El Colectivo, 2019. 204 p.
- LEYVA, Xochitl et al. *Prácticas otras de conocimiento(s): Entre crisis, entre guerras (Tomo I)*. San Cristóbal de Las Casas: Cooperaiva Editorial Retos, 2015. 487 p.
- MACHADO, João Victor Sanches da Matta. Para (re) pensar a América Latina: a vertente descolonial de Walter D. Mignolo. *Espaço e Economia: Revista brasileira de geografia econômica* [Online], v. 5, n. 3, 05 dez. 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/899>>. Acesso em 28 de nov. 2019.
- NOSSA AMÉRICA. São Paulo: Revista do Memorial da América Latina, v. 52, 2015.
- O’GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: Unesp, 1992
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In.: LANDER, Edgardo (org.). *A Colonialidade do Saber - Eurocentrismo e Ciências Sociais - Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2009.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System*. New York: Academic Press, 1974.

---

<sup>54</sup> NOSSA AMÉRICA. São Paulo: Revista do Memorial da América Latina, v. 52, 2015.

**“E então só ficam as histórias...”**

**Relato de Experiência das Rodas de Conversa\Leitura na  
comunidade quilombola de Chumbo no município de Poconé em  
Mato Grosso/BR <sup>55</sup>**

*“Y entonces solo quedan las historias...”*

*Informe de experiencia de Ruedas de Conversación\ Lectura en la  
comunidad quilombola de Chumbo en el municipio de Poconé en  
Mato\Grosso*

*“And then only the stories remain...”*

Experience Reports of Conversation\Reading circles in the Quilombola  
community of Chumbo in the municipality of Poconé in Mato Grosso

**Cleonice Terezinha Fernandes<sup>56</sup>**

**Iane Thé Pontes<sup>57</sup>**

**Edenar Souza Monteiro<sup>58</sup>**

**Maria das Graças Campos<sup>59</sup>**

**Resumo**

O presente relato trata do processo vivenciado nas Rodas de Leitura/conversa, quinzenalmente, junto às lideranças dos quilombos do município de Poconé, Mato Grosso. As Rodas aconteceram de maneira centralizada na comunidade quilombola de Chumbo e faziam parte de um projeto maior do SEBRAE/MT para identificação dos sistemas produtivos das comunidades quilombolas tradicionais de Mato Grosso, cujo objetivo era propor metodologias de promoção da melhoria da qualidade de vida. Dentre os cento e quarenta e três (143) municípios de MT, dez (10) possuíam comunidades quilombolas, perfazendo 69 quilombos na época com processos formalizados pelo INCRA. Dentre estes o município de Poconé possuía 27 deles, motivo para ser eleito para o

---

<sup>55</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>56</sup> Doutora em Ciências da Motricidade; Universidade de Cuiabá-UNIC; Cuiabá, Mato Grosso\Brasil; [cleo\\_terezinha@hotmail.com](mailto:cleo_terezinha@hotmail.com)

<sup>57</sup> Engenheira civil e analista do SEBRAE\MT; Cuiabá, Mato Grosso\Brasil; [iane.pontes@mt.sebrae.com.br](mailto:iane.pontes@mt.sebrae.com.br)

<sup>58</sup> Doutora em Educação; Universidade de Cuiabá-UNIC; Cuiabá, Mato Grosso\Brasil; [edenar.m@gmail.com](mailto:edenar.m@gmail.com)

<sup>59</sup> Doutora em Educação; Universidade de Cuiabá-UNIC; Cuiabá, Mato Grosso\Brasil; [mdgcampos@uol.com.br](mailto:mdgcampos@uol.com.br)

trabalho em tela. Na Roda agregaram-se oficinas de capoeira, amarração em tecido, maquiagem, culinária/dança e penteados afro-brasileiros, percussão, teatro, arte-educação, Dança Circular. Este texto expressa a visão da autora, sobre os desdobramentos em ações/produções de autoria do grupo, propiciadas a partir das rodas de leituras/diálogos e da intertextualidade possibilitada pelo documento de apoio: o livro “História e Cultura Negra – Quilombos em Mato Grosso” (SEDUC/MT, 2008) - ferramenta didática para os professores das escolas estaduais e municipais em cumprimento a Lei Nº 10.639 de 2003 que altera a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), ao incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e desvelar a história de nossa mãe África. Desenvolvida na perspectiva do movimento internacional Educação para a Paz, o processo da Roda possibilitou uma revisão crítica sobre a história nacional e local, suas imbricações com a história concreta vivida durante a colonização da região, passando a se constituir como um bom referencial para a continuidade da proposta de revitalização das comunidades tradicionais de Mato Grosso na perspectiva do seu protagonismo histórico, necessário e cada dia mais emergente.

Palavras-Chave: Quilombos; histórias orais; afrodescendência; racismo; ensino informal.

### **Resumen**

El presente informe de experiencia aborda el proceso experimentado en las Ruedas de Lectura/Conversación, quincenalmente, junto con los líderes de los quilombos del municipio de Poconé, Mato Grosso. Las Ruedas tuvieron lugar en la comunidad quilombola de Chumbo y formaron parte de un proyecto más grande de SEBRAE/MT para identificar los sistemas productivos de las comunidades quilombolas tradicionales de Mato Grosso, cuyo propósito era proponer metodologías para promover el mejoramiento de la calidad de vida. Entre los 143 municipios de MT, diez (10) tenían comunidades quilombolas, haciendo 69 quilombos en ese momento con procesos formalizados por el INCRA. Entre ellos, el municipio de Poconé tenía 27 de ellos, razón para ser elegido para trabajar en lienzo. En las Ruedas se agregaron talleres de capoeira, amarre de telas, maquillaje, estilos de cocina/danza y afro-brasileños, percusión, teatro, educación artística, danza circular. Este texto expresa la opinión del autora sobre las acciones/producciones de la autoría del grupo, propiciadas por las ruedas de las lecturas/diálogos y la intertextualidad posible gracias al documento de apoyo: el libro "Historia y cultura negra - Quilombos en Mato Grosso" (SEDUC/MT, 2008) - una herramienta de enseñanza para maestros de escuelas estatales y municipales en cumplimiento de la Ley No. 10,639 de 2003 que modifica la Ley de Directrices y Bases de La Educación Nacional (9394/96) para incluir en el currículo oficial de la red docente la obligación del tema "Historia y Cultura Afrobrasileña" y desvelar la historia de nuestra madre África. Desarrollado desde la perspectiva del movimiento internacional para la Educación para la Paz, el proceso de Ruedas permitió una revisión crítica de la historia nacional y local, su superposición con la historia concreta vivida durante la colonización de la región, convirtiéndose en una buena referencia para la continuidad. De la propuesta de revitalización de las comunidades tradicionales de Mato Grosso en la perspectiva de su protagonismo histórico, necesario y cada día más emergente.

Palabras llaves: Quilombos; historias orales; afrodescendencia; racismo; enseñanza informal.

### **Abstract**

This report deals with the process experienced in the Reading/Conversation Circles, fortnightly, with the leaders of the quilombos of Poconé, Mato Grosso. The Wheels took place centrally in the quilombo community of Chumbo and were part of a larger SEBRAE/MT project to identify the productive systems of the traditional quilombola communities of Mato Grosso, whose objective was to propose methodologies to promote the improvement of quality of life. Of the one hundred and forty-three (143) municipalities of MT, ten (10) had quilombola communities, totaling 69 quilombos at the time with processes formalized by INCRA. Among these the municipality of Poconé had 27 of them, reason to be elected for the work on screen. In circles were added: capoeira, fabric lashing, makeup, cooking/dance and Afro-Brazilian hairstyles, percussion, theater, art education,

Circular Dance workshops. This text expresses the author's view on the developments in actions/productions authored by the group, provided by the readings/dialogues and intertextuality enabled by the supporting document: the book "History and Black Culture - Quilombos in Mato Grosso" (SEDUC/MT, 2008) - teaching tool for teachers of state and municipal schools in compliance with Law 10.639 of 2003 amending the LDB - Law of Directives and Basis of National Education (9394/96), by including in the curriculum official of the school system the obligation of the theme "Afro-Brazilian History and Culture" and unveil the history of our mother Africa. Developed from the perspective of the International Education for Peace movement, the circles process made it possible to critically review national and local history, its implications for the concrete history lived during the colonization of the region, and became a good reference for continuity of the proposal of revitalization of the traditional communities of Mato Grosso in the perspective of its historical, necessary and increasingly emerging protagonism.

Keywords: Quilombos; oral histories; African descent; racism, informal education.

## **1. Introdução**

O SEBRAE<sup>60</sup> tem como meta apoiar o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais, além da sua já consagrada missão junto ao micro e pequeno empresário (a).

Uma das metas do SEBRAE/MT é fazer a identificação dos sistemas produtivos das comunidades quilombolas tradicionais de Mato Grosso, com o objetivo de propor metodologias que promovam a melhoria da qualidade de vida. Foram identificados dentre os cento e quarenta e três (143) municípios de MT, dez (10) que possuíam comunidades quilombolas; estes somam setenta e três (73 – dados de 2018) delas, com processos de reconhecimento como quilombos formalizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA<sup>61</sup>. Dentre os 10 municípios, Poconé destaca-se com o maior número de comunidades quilombolas oficialmente reconhecidas, somando vinte e sete (27) no total do município; e portanto foi escolhido como local sede da ação que culminou neste relato de experiência das rodas de conversa.

Rodas de Conversa - uma metodologia que ajuda as pessoas envolvidas a terem percepções diferentes de um mesmo conteúdo enriquecendo o seu próprio conhecimento,

---

<sup>60</sup> O SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - integra o Sistema S (SENAI, SEST, SENAR, SESI, SESC e SENAC) desde 1990 (pós CF/88 quando passa a ter características de serviço social autônomo) criado pela Lei 8.029/90 e passa a se constituir como entidade civil sem fins lucrativos; [http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/quem\\_somos?codUf=12](http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/quem_somos?codUf=12)

<sup>61</sup> A regularização fundiária ainda está em tramitação nas 73 comunidades quilombolas em Mato Grosso, cujos processos estão abertos. A comunidade de Mata Cavalo (Nossa Senhora do Livramento) cujo processo está mais avançado, encontra-se na fase de ajuizamento de ações para desapropriação. Segundo o INCRA, a titulação definitiva virá apenas quando todos os imóveis que compõem estes territórios forem desapropriados.

facilitando o enxergar de outros pontos de vista; tem sido cada vez mais adotada em ambientes educativos, que inclui escolas e congêneres. As nossas Rodas aconteciam quinzenalmente durante todo o um ano e meio da experiência e contaram com a participação de 15 (quinze) líderes dos quilombos de Poconé, representantes de suas principais comunidades. Fomos mais de 50 (cinquenta) pessoas que ao longo de pouco mais de um ano imbricaram-se na questão da negritude na região, aceitando o desafio do SEBRAE/MT de desvelar esta identidade que está tanto oculta, quanto à flor da pele, num delicado paradoxo.

Neste relato apresentaremos reflexões históricas e teóricas e alguns depoimentos que nasceram espontaneamente no decorrer da experiência com as Rodas. Foram muitos outros causos, histórias, contos, humanidades, cuja dimensão afetiva não cabe neste manuscrito.

Usamos como base para as leituras/aprofundamentos da Roda o livro “História e Cultura Negra – Quilombos em Mato Grosso – Ensino Fundamental” (SEDUC/MT, 2008). Elaborado com o objetivo de proporcionar ferramentas aos professores das escolas estaduais e municipais em cumprimento da Lei Nº 10.639/03 (BRASIL, 2003).

## **2. Somos descendentes de seres humanos que foram escravizados**

“O que separa as mulheres negras de qualquer pessoa é a oportunidade”  
(Viola Davis, 2015)<sup>62</sup>

São mais de duas mil comunidades quilombolas certificadas no território brasileiro (CPISP, 2015). Entretanto opta-se por iniciar-se pela história dos quilombos a partir da história da escravidão no Brasil que perdurou por 358 anos de política escravista oficial (1530-1888), excetuando-se os anos subsequentes nos quais a exclusão social continuou, devido ausência de políticas públicas de reconhecimento da mesma, até final do século XX.

Pessoas negras aportaram no litoral brasileiro como escravizados para servir aos senhores dos engenhos de cana-de-açúcar, sendo estes também habitantes ilegítimos do país que fora recentemente invadido/ocupado, cujos habitantes originais, os indígenas, não se

---

<sup>62</sup> Trecho do discurso proferido por Viola Davis, atriz negra americana, ao ganhar o prêmio de melhor atriz protagonista – o EMMY – dado as séries de televisão pelo seriado “*How to get away with Murder*”; Marco histórico por tratar-se da primeira vez que se dá um 1º. lugar a uma atriz negra naquele país.

adequavam aos propósitos da escravidão, segundo estes mesmos exploradores; vale ressaltar que nem tampouco os recém-chegados africanos aceitaram a escravização passivamente; haja vista a formação dos quilombos, símbolo de resistência e resiliência, objeto tangencial do presente estudo.

Segundo Costa (2011) historiadores discordam acerca da quantidade de escravizados que chegaram ao Brasil, estimando-se uma média de 10 a 13,5 milhões, até a sua proibição oficial em 1855, pela Lei Eusébio de Queirós; todavia é consenso que o último desembarque só ocorreu em 1855 em Serinhaém em Pernambuco (COSTA, 2011). O Brasil é a primeira ou a segunda maior sociedade escravista da história moderna, só equiparando-se aos Estados Unidos que contava com quatro milhões de escravizados em 1863; nascendo daí uma sociedade repleta de dores, racismo e contradições e números que demonstram a desigualdade por ser um país com a segunda maior população negra do mundo (BAHIA - DO, 2005).

Ainda que tardia e recentemente, surgem as políticas de cotas raciais para criar oportunidades aos descendentes dos escravizados. A política de cotas, ainda tema de discordância e desentendimento por parte de uma parcela da população, tem sua implantação apoiada por intelectuais, teóricos e líderes formadores de opinião que vivenciam o tema, haja vista sua ainda necessidade, na atual conjuntura marcada pela exclusão social, bem como o seu caráter indenizatório, e de cuja vigência será provavelmente temporária.

O sistema social e econômico imediato de uma pessoa e a maneira como este ambiente interatua, com seus recursos psicológicos e atitudes de adaptação, são muitas vezes dominantes na sua condição/situação de saúde, seja física e/ou mental. Silva (2004)<sup>63</sup> afirma que, no Brasil, a maioria dos brasileiros “em que se inclui um enorme contingente de negros, vive em constante sofrimento mental, devido às precárias condições de subsistência e à falta de perspectivas futuras”.

---

<sup>63</sup> Maria Lúcia da Silva é psicóloga, psicoterapeuta e ativista do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras. Foi presidente do Instituto AMMA Psique e Negritude (2004); organização criada em 1995, que desenvolve suas atividades privilegiando uma abordagem psicossocial no tratamento da exclusão, particularmente da discriminação racial.

Segundo Miranda<sup>64</sup>:

O racismo é provavelmente o maior acidente histórico sofrido pelos africanos e seus descendentes, podendo ser descrito como a negação pura e a desvalorização sistemática dos atributos humanos dos afrodescendentes, que são impedidos de exercitar plenamente a sua cidadania. (MIRANDA, apud Silva, 2004, p. 129)

Ambas as pesquisadoras supra citadas, referem-se ao racismo institucionalizado como uma força oculta/invisível determinante no acesso diferenciado dos afrodescendentes aos aparatos sociais o que gera conflitos nas relações inter-étnicas. Tudo isto provoca desigualdades na maneira como os grupos racialmente oprimidos, vão inserir-se nesta sociedade/sistema, gerando impactos danosos em sua dinâmica psíquica.

A autora vai falar do inconsciente individual e coletivo marcados pelo racismo e sexismo, manifestos por meio dos preconceitos, estereótipos<sup>65</sup> e discriminação, como causa primeira de situações de violência física, verbal ou não-verbal, simbólica, as quais por sua vez, produzem marcas psíquicas, resultam em dificuldades e confundem sentimentos e senso de auto-eficácia, autoestima, ou seja, a auto-percepção tanto da imagem corporal (beleza<sup>66</sup>) quanto do seu *self*<sup>67</sup>, tudo isto forma o autoconceito “maneira pela qual a pessoa organiza as percepções sobre si mesma, é um processo que começa no nascimento,

---

<sup>64</sup> Doutora e pesquisadora, coordenadora da Área de Saúde Mental, Programa de Atenção à Saúde da População Negra da UFBA - Universidade Federal da Bahia.

<sup>65</sup> Em Gonçalves, Leitão e Santos (2009) se encontra uma definição de **estereótipo** como sendo estruturas cognitivas formadas pelos conhecimentos e expectativas acerca de outras pessoas, compartilhadas por indivíduos pertencentes a determinado grupo, sobretudo em função da categoria social a que tais pessoas pertencem. Para os referidos autores, os estereótipos apresentam custos cognitivos e sociais tanto para o percepcionador social quanto para quem é o alvo da percepção. Acabam por influenciar os comportamentos de quem vê mediante quem é visto, sem que tal situação corresponda necessariamente, e muitas vezes não corresponde, à realidade.

<sup>66</sup> Imagem Corporal é a figuração do próprio corpo formada na mente da pessoa, ou seja, a maneira pela qual o corpo se apresenta para si próprio, não necessariamente em correspondência com a realidade, e carregado de conteúdos culturais, publicitários, midiáticos e psicológico/emocionais.

<sup>67</sup> SELF - é o "si mesmo", o conhecimento que o indivíduo tem sobre si próprio; arquétipo *junguiano* principal trata-se do centro de toda personalidade; dele emana todo o potencial energético de que a psiquê dispõe. (consciência reflexiva, interpessoalidade e capacidade de ação). Self por Jung; “*O Si mesmo representa o objetivo do homem inteiro, a saber, a realização de sua totalidade e de sua individualidade, com ou contra sua vontade. A dinâmica desse processo é o instinto, que vigia para que tudo o que pertence a uma vida individual figure ali, exatamente, com ou sem a concordância do sujeito, quer tenha consciência do que acontece, quer não*”.

desenvolve-se ao longo da vida, de acordo com as experiências vivenciadas do dia-a-dia” (SILVA, 2004).

Este conjunto de auto-percepções, que podem ser duradouras ou temporárias, é que formará o autoconceito e é claro marcará notadamente a maneira daquele sujeito de estar, ver o mundo e se ver/estar nele, seu comportamento, autovalorizando-se positiva ou negativamente. Constantes exposições a situações de humilhação e constrangimento sem dúvida provocarão rebaixamento da auto-estima e conseqüente construção de uma autoimagem distorcida.

### 3. Humanos Direitos

"O ato de universalizar direitos, mormente na educação, implica identificar e nominar, em situações concretas do cotidiano da existência humana, as singularidades, especialmente em formações sociais que, tradicionalmente as desconhecem, seja por via da omissão, seja por via da generalização que não lhe dá cobertura."  
(CNE, 2015)

São inúmeros os autores que trabalham com direitos humanos com enfoque nos excluídos, que afirmam que o efeito do racismo/exclusão vai recair diretamente na formação de um conceito pejorativo sobre si mesmo, num autoconceito negativo e depreciativo, haja vista que “ele ataca o sujeito naquilo que lhe dá consciência de identidade: seu corpo”, além de que estereótipos não são necessariamente mentiras, mas são incompletos e privilegiam uma história única, sob apenas um ponto de vista (SILVA, 2004; SANTOS, 1999; ADICHIE, 2012).

É sabido que:

O racismo atua negativamente na esfera intrapsíquica, afetando o eu e comprometendo sua identidade. Essa ocorrência se deve às repetidas experiências de desvalorização da autoimagem, difundidas tanto pelas instituições como pelas relações interpessoais, e à interiorização do eu ideal europeu, branco (SILVA, 2004, p.131).

O ataque ao corpo do negro é constante; é sabido que o corpo está demarcado pelos valores sociais, nele a sociedade fixa seus sentidos e valores. Portanto essas situações podem provocar processos de desorganização psíquica e emocional. (..) O Estado Brasileiro, produtor das desigualdades, através dos instrumentos de segregação que inviabilizam a mobilidade da população negra, é o grande responsável por este estado de coisas, cabendo-lhe mudanças na sua estrutura, de forma a contemplar ações específicas de combate, assim como garantia de acesso a serviços humanizados. (SILVA, 2004, p. 132).

#### 4. Barreiras atitudinais

“O universalismo que queremos hoje é aquele que tenha como ponto em comum a dignidade humana. A partir daí surgem muitas diferenças que devem ser respeitadas. Temos direitos de ser iguais quando a diferença nos inferioriza. É direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”.  
(Boaventura de Souza Santos, 1997).

Uma emergente autora, Grada Kilomba, cujo livro em português foi recentemente publicado - *Plantation Memories*, 10 anos depois da primeira edição em alemão, e trata-se da sua tese de doutoramento numa universidade alemã, defendida com a mais alta e rara distinção acadêmica naquele país- *summa cum laude* - traz considerações importantes sobre racismo, assunto ainda deficitário no meio acadêmico, conforme define a própria autora. (KILOMBA, 2019).

Ela traz o racismo como um propósito europeu de colonização e que compõem a atual fortaleza europeia; entretanto a autora aponta que a referida violenta realidade é vista, infelizmente, como um fenômeno periférico e ainda pior, visto pelas próprias vítimas também como um fenômeno não central. O racismo é tratado como algo localizado na superfície das coisas, conforme diz a referida pesquisadora. Há uma fantasia predominante de que o racismo seria algo que apenas há nas estruturas das relações sociais, e a autora ao contrário, crê que o racismo é um determinante dessas relações. (KILOMBA, 2019).

Kilomba (2019) fala de um sentimento de comemoração e glorificação da história da colonização, por parte dos colonizadores e a partir disso define racismo em três características: a construção da diferença - não seria o sujeito branco diferente do negro? - valores hierárquicos que mostram que há inferioridade, desonra e estigma em ser negro. E a supremacia branca dada pelo poder político, social, histórico e econômico.

Munanga (2012), professor Doutor da USP, afirma que ao chegar no Brasil em 1975, direto para o doutoramento na USP, começou a perceber que que era um dos poucos negros com esta possibilidade no país, e que portanto era o único negro em muitos espaços, e que era olhado como alguém que não é daqui, não é como “nossos negros”; o Munanga diz que este

estranhamento não era costumeiramente por ele ser estrangeiro, congolês, mas havia uma implícita comparação com os negros brasileiros, que não entram em certos lugares ou não entram de cabeça erguida.

## 5. Quilombos de Mato Grosso – história de espaços de resistência e sua multiplicidade

Segundo o INCRA, órgão responsável pelo reconhecimento dos quilombos, a definição de comunidades quilombolas é:

Grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas (INCRA, 2015).

Até 2003 o Ministério da Cultura detinha a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações, porém a partir do Decreto 4883/03 passa finalmente para o INCRA cuja regulamentação se deu por meio do Decreto nº 4.887 de 2003.

As novidades são que este texto legal prevê o autoreconhecimento como critério de condição para certificação da área, bem como a possibilidade de legalização de quilombos urbanos; vale ressaltar que a autodefinição é uma prerrogativa legal sustentada antes pela OIT<sup>68</sup> em sua Convenção 169 e só depois incorporada à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto Nº 5.051/2004. Assim é a própria comunidade que se autoreconhece “remanescente de quilombo”.

### 5. 1. Relato de Experiência – A roda de leitura/conversa “conhecendo a Mãe África” – inspiração para resgate da identidade negra

(...) no fundo, há duas histórias da verdade. A primeira é uma espécie de história interna da verdade (...): é a história da verdade tal como se faz na ou a partir da história das ciências. (..) parece-me que existem (..) em nossas sociedades, vários outros lugares onde a verdade se forma, (...) regras de jogo a partir das quais vemos nascer certas formas de subjetividade, certos domínios (...) de saber – e por conseguinte podemos, a partir daí, fazer uma história externa, exterior da verdade.

*(Michel Foucault)*

---

<sup>68</sup> Organização Internacional do trabalho – IOL, organismo ligado a ONU que traça paradigmas que devem ser obedecidos por seus países membros.

As Rodas de leitura\conversa começaram informalmente, quando já havia uma intenção prévia por parte da representante do SEBRAE/MT, a educadora Iane The<sup>69</sup>, e organizadora da Roda; entretanto mesmo ela sabia que tal intento não poderia ser imposto; havia uma necessidade real de iniciar o trabalho na comunidade pelos estudos da história da África, mas também de sensibilizá-la de algum modo, para fazer o registro das próprias histórias cotidianas dos assentamentos das pessoas da região.

Os encontros quinzenais iniciaram com aproximadamente duas dezenas de líderes dos quilombos da região de Poconé, centralizados no quilombo do Chumbo e mantiveram-se por pouco mais de um ano. Fomos tecendo a teia do ontem com os fios do hoje: o grupo se surpreendia com as histórias do livro, por exemplo, de que a África tinha reinos extremamente organizados com reis, rainhas, e também escravizados, muito antes das invasões europeias e do tráfico negreiro para o continente “novo”. Na África havia, constataram surpresos, pessoas que jamais poderiam ser confundidos com povos sem cultura ou sem alma, como se difundiu por muitos anos, devido, sobretudo, a história oficial contada pelo colonizador português pautado em sua respectiva religiosidade. Estamos falando, entre outros, do Egito antigo, berço do atual conhecimento matemático de medições, frações, engenharias, arquitetura, etc.

Por questões éticas, conforme acordado com o SEBRAE, devido intenção de publicação na íntegra, não iremos partilhar na totalidade as produções escritas do grupo de autores das Rodas de Conversa no artigo completo deste relato, apenas alguns depoimentos recontados, mantida obviamente a autoria. Também há poemas; destacaremos um que conta que dantes Chumbo vivia em sistema de comuna – o faxinal: onde tudo, sobretudo a terra, era compartilhada, respeitando o direito comum de todos a ela. Eram na época cerca de cento e setenta e cinco hectares (175) de terra comunitária, que hoje se reduziu a doze (12), segundo “Seu Resiliência- neste âmbito serão colocados pseudônimos criados pela primeira autora para preservar o anonimato dos participantes.

---

<sup>69</sup> Co-autora deste estudo, Iane Thé na época integrava a Unidade de Agronegócios; atualmente está na área de obras e serviços de engenharia da Unidade de Logística.

As histórias nascidas a partir da Roda registram a vida sob a impressão dos moradores das comunidades que representam os Quilombos de Poconé. Em sua maioria foram mantidas na íntegra, num esforço de salvaguardar a sua pureza, todavia mantendo os quesitos da norma culta\padrão do registro formal da língua portuguesa e pretende-se ainda, publicá-las integral e oficialmente pelo SEBRAE/MT.

*Quando passou o tempo meu pai já velho, né, já tava o que... já tinha perdido as vistas. Apareceu um cara lá, Seu Sebastião e disse: “eu tô sabendo que o senhor tem umas terra ai, o senhor poderia vender para gente?” Ai eu falei não! Nós não temos terra para vender! Nós somos bastante... somos 9 filhos... tem filho que já morreu... mas tem os netos que tá tudo ai. (...) Aqui ninguém tinha cerca ..Aqui era tudo comum.. (...) Daqui até para Campina de Pedra era a mesma coisa... era tudo em comum... tudo união... depois foi mudando. (Seu Resiliência, julho de 2010)*

Sobre o nascimento do quilombo Laranjal, ao mencionar o Senhor Antônio Dias, nascido em 1844 e falecido em 1959, com 115 anos, uma descendente do mesmo, atuante no movimento quilombola, diz:

*Ele tinha os terreno e foi acolhendo os novos vindores. Com isso a comunidade foi crescendo, sendo também comum as plantações de arroz, feijão, milho, abóbora, mandioca, banana, etc. Seu Antônio Dias sabia fazer carro de boi, que era o meio de transporte para ir a cidade trocar os mantimentos. A base da economia era a troca e não a venda. Além disso ele era benzedor de cobreiro, peito aberto, sapinho, bicho do chão, dor de cabeça, dor de dente, etc. Também benzia nas comunidades vizinhas. Ele passou para o seu neto, Manoel Bonifácio, a sua função de benzer e acolher os amigos e parentes em seu terreno... Só que os fazendeiros da região começaram a cercar a terra, e pouco a pouco os moradores foram se espremendo e com isso moram na beira da estrada. (Flor da Resistência, líder comunitária).*

Senhor Coragem, contava uma história da Usina Santa Fé, no município de Poconé sobre como eram tratados os trabalhadores na área da alimentação. Em suas palavras:

*Cozinhava-se em um tacho de feijão embichado, ia no tendau e cortava aquela carne e sentia a parte que estava mal cheirosa. Justamente essa era jogada no feijão. Assim era feita a alimentação para o trabalhador naquela época. Na hora de comer, o peão que não quisesse comer essa comida ia para o tronco... que eram dois: tinha o tronco de cintura e o tronco de saco<sup>70</sup>. Esse era o que ele contava do passado...*

---

<sup>70</sup> Como o próprio nome diz: puxava os homens pela região genital; A Usina de açúcar de Poconé hoje em ruínas, tem apenas parte de suas paredes ainda em pé. Dizem os habitantes que há mais de 100 anos está desativada. Hoje outra usina em Chumbo, desta feita de álcool, é fator econômico importante; empregadora de muitos habitantes da região, sobretudo dos pais de família, em 2009 ficou desativada por problemas financeiros. Em 2012 houve notícias de flagrante de trabalho escravo pelo Ministério Público: <http://g1.globo.com/mato-grosso/videos/v/flagrante-de-trabalho-escravo-em-usina-de-alcool-em-pocone/2061694/>

Senhor Artista, um atual líder comunitário, contou, que um dia foi chamado para puxar uma reza cantada em Poconé. É sempre assim, diz ele. Entendemos que justamente foi chamado para ir ao lugar onde, diz a lenda poconeana, não entravam pretos. Ele foi, rezou devotamente, mas observou que as bebidas e comidas não lhes eram servidas igualmente, como para todos os presentes que eram pessoas brancas. A reza devota abre caminhos onde a cor da pele por si só, conforme “reza a lenda” entre os negros poconeanos, ainda é motivo de exclusão.

*Senhor São Francisco,  
Por vossos cordões  
Pedimos senhor  
Que molhe este chão  
Pedimos senhor que molhe este chão  
Senhor São Francisco  
Estrela mais bela  
Pedimos senhor  
Que molhes esta terra*

#### 4. Conclusões

Aprendemos nas rodas de conversa\leitura sobre reinos africanos: Congo, Iorubá, Hauçás e Benim. Reconhecemos heróis e heroínas negros e negras do Brasil: Pixinguinha; cantando uma de suas obras de arte: “Carinhoso”, acompanhada pelo olhar atento e o cantarolar discreto das mulheres da Roda.

Nos surpreendemos como sabíamos da história de alguns desses heróis e desconhecíamos que eram negros, como por exemplo a criadora do consagrado ritmo chorinho, a compositora Chiquinha Gonzaga. Alguns eu nunca tinha ouvido falar, como Antonieta de Barros, Lélia Gonzalez e Auta de Souza... talvez por serem mulheres? Assim como há poucos registros formais de mulheres na matemática, na química, na ciência, muito embora elas tenham existido e contribuído muito para as respectivas áreas.

Fizemos um verdadeiro desfile de imortais: Machado de Assis, Lima Barreto, José do Patrocínio, Aleijadinho, Carolina Maria de Jesus, do famoso “Quarto de Despejo”, João Cândido, este último com direito a música/homenagem: “*Salve o navegante negro, que tem por monumento, as pedras pisadas do cais...mas faz muito tempo*”.

O desfilhar do rosário sagrado daquelas pessoas qual contas preciosas, cuja memória e obra foi homenageada por nós, fez-me aprender e me emocionar. A emoção esta sim, permanece secreta, mas igualmente importante para o resgate da estima de um povo que talvez ainda não compreenda seu real legado; perspectiva com a qual me irmano, também pela cor da minha pele.

### Referências

ADICHIE, C. N. *O perigo da História única* (Conferência). TED. 2012, Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc> Acesso em: out. 2019

BAHIA. DO (Diário Oficial). Boletim *online* da Companhia de Processamento de Dados da Bahia (PRODEB) em 26 de maio de 2005. Disponível em: <http://www.prodeb.ba.gov.br/modules/news/article.php?storyid=386> > Acesso em: 25 out. 2019.

BRASIL. *Lei Nº 10.639 de 2003*. Altera a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (Lei 9394/96) e inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm) Acesso em: jun. 2019.

CPISP – *Comissão Pró-índio de São Paulo*. 2015. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br> Acesso em: out 2019.

COSTA, L. *Escravidão Negra no Brasil*. 2011. Disponível em: <http://stravaganzastravaganza.blogspot.com.br/2011/02/escravidao-negra.html> Acesso em: jun. 2019.

CNE – Conselho Nacional de Educação. *Nota pública do CNE* dirigida às assembleias legislativas, câmara legislativa do DF e vereadores, aos Conselhos estaduais, distritais e municipais de Educação e a sociedade brasileira. Setembro 2015. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/index.php/comunicacao/noticias/15472-nota-publica-as-assembleias-legislativas-a-camara-legislativa-do-df-as-camaras-de-vereadores-aos-conselhos-estaduais-distrital-e-municipais-de-educacao-e-a-sociedade-brasileira.html> Acesso em: nov 2015.

GONÇALVES, G; LEITÃO, J. C.; SANTOS, J. *Gerir estereótipos: ao longo da vida: uma convivência difícil*. In: MOREIRA, M. H.; GABRIEL, R. C. Menopausa em Forma: Promoção do Exercício e da Saúde em Mulheres Pós-menopáusicas. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Menopausa, 2009.

KILOMBA, G. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

SANTOS, B. de S. *Pela Mão de Alice: o social e político na pós-modernidade*. 7.ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SEDUC/MT. *História e Cultura Negra – Quilombos em Mato Grosso*, 2008.

SILVA, M. L. *Racismo e os efeitos na saúde mental*. In: I Seminário Saúde da População Negra. FUNASA, 2004. Anais ... Disponível em: <http://www.mulheresnegras.org/doc/livro%20ledu/129-132MariaLucia.pdf> Acesso em: out. 2019

SILVA, M. L.; MIRANDA, D. *Saúde mental e racismo*. In: III Conferência Nacional de Saúde Mental, Brasília/DF. Anais ... Brasília, dez. 2001.

MUNANGA, K. *Nosso racismo é um crime perfeito* (entrevista à revista Fórum). Revista Fórum, 09\02\2012. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/revista/77/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/> Acesso em: 29 nov.2019.

## **Miss Gay – Construindo imaginários sobre a cidade de Juiz de Fora - MG <sup>71</sup>**

*Miss Gay - Construyendo imágenes sobre la ciudad del Juiz de Fora- MG*

*Miss Gay - Building imaginary about the city of Juiz de Fora - MG*

**Ms. Muryllo Rhafael Lorensoni<sup>72</sup>**

**Dr. José Serafim Bertoloto<sup>73</sup>**

**Ms. Maria Regiane S. L. Barroso<sup>74</sup>**

**Ms. Silvia Mara Davies<sup>75</sup>**

**Da. Ana Graciela Mendes Fernandes da Fonseca Voltolini<sup>76</sup>**

### **Resumo**

---

<sup>71</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>72</sup> Mestre e Doutorando em Estudos de Cultura Contemporânea; PPG em Estudos de Cultura Contemporânea – (ECCO) - UFMT; Cuiabá, Mato Grosso, Brasil; [mlorensoni@hotmail.com](mailto:mlorensoni@hotmail.com)”.

<sup>73</sup> Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade de Cuiabá – (UNIC). Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea na Universidade Federal de Mato Grosso – (UFMT) E-mail: [serafim.bertoloto@gmail.com](mailto:serafim.bertoloto@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4937833975814371>

<sup>74</sup> Mestre em Música e Doutoranda em Estudos de Cultura Contemporânea; PPG em Estudos de Cultura Contemporânea – (ECCO) - UFMT; Cuiabá, Mato Grosso, Brasil; [regianemusique@gmail.com](mailto:regianemusique@gmail.com)

<sup>75</sup> Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea; PPG em Estudos de Cultura Contemporânea – (ECCO) - UFMT; Cuiabá, Mato Grosso, Brasil; [silvia.davies@srs.ifmt.edu.br](mailto:silvia.davies@srs.ifmt.edu.br)

<sup>76</sup> Doutora em Comunicação Social – UMESP Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade de Cuiabá – (UNIC); [fonsecaanagraciela@gmail.com](mailto:fonsecaanagraciela@gmail.com)

O presente texto observa por meio de uma pesquisa documental, um fenômeno da cultura urbana e da arte transformista, o concurso Miss Brasil Gay exerce o papel de atrativo para o desenvolvimento do turismo cultural e turismo de eventos além de trazer reconhecimento e olhares da mídia. Este estudo visa apresentar o evento, realizado na cidade mineira de Juiz de Fora há mais de 38 anos o que permeia imaginários como um local do protagonismo gay. O certame se destaca por ser a celebração de uma tradição urbana que movimenta o comércio local e população entorno de sua realização, o que instituiu o evento como o quarto Registro Imaterial do município, criando um imaginário sobre a cidade.

Palavras-Chave: Miss Brasil Gay; Imaginário; Cidade; Turismo Cultural.

### **Resumen**

El presente texto observa por medio de la pesquisa documental, un fenómeno de la cultura urbana y el arte en transformación, el concurso Miss Brasil Gay desempeña el papel de atracción para el desarrollo del turismo cultural y el turismo de eventos, así como el reconocimiento y la atención de los medios. Este estudio pretende presentar el evento, realizado en la ciudad de Juiz de Fora por más de 38 años, que permea lo imaginario como un lugar de protagonismo gay. El evento se destaca como la celebración de una tradición urbana que mueve el comercio local y la población que rodea su logro, que instituyó el evento como el cuarto Registro Intangible del municipio, creando un imaginario sobre la ciudad.

Palabras claves: Miss Brasil Gay; Imaginario; Ciudad; Turismo cultural.

### **Abstract**

The present text observes through a documentary research, a phenomenon of urban culture and transformist art, the Miss Brasil Gay contest plays the attractive role for the development of cultural tourism and event tourism, besides bringing recognition and media glances. This study aims to present the event, held in the city of Juiz de Fora for over 38 years, which permeates the imagination as a place of gay protagonism. The event stands out for being the celebration of an urban tradition that moves the local commerce and population around its holding, which established the event as the fourth Intangible Registry of the municipality, creating an imaginary about the city.

Keywords: Miss Brasil Gay; Imaginary; City; Cultural tourism.

## **1. Introdução**

A partir de leituras e vivências sobre o Miss Brasil Gay, percebemos o quanto esse objeto é campo fértil para discutir as identidades das minorias sociais no Brasil, a arte, os eventos culturais e a noção de cidade por um caminho transversal: a realização de um concurso de beleza que elege o mais belo transformista do Brasil e se torna referência nacional, permeando o imaginário da uma cidade.

A cidade foi, desde o princípio, espaço de uma nova sensibilidade. Portar um ethos urbano, habitar a cidade implicou maneiras de representa-la, modificadas ao longo do tempo.

...fosse pela palavra, escrita ou falada, fosse pela música, em melodias e canções que a celebravam, fosse pelas imagens, desenhadas, pintadas ou projetadas, que a representavam, no todo ou em parte, fosse ainda pelas práticas cotidianas, pelos rituais e pelos códigos de civilidade presentes naqueles que a habitavam. Às cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia-a-dia, corresponderam outras tantas cidades imaginárias, a mostrar que o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos.(PESAVENTO 2007, p.6)

Para Canclini (2008), até meados do século XX o pensamento urbano definia a cidade de forma raza, ligada ao espaço físico: cidade é o oposto do campo, ou um tipo de agrupamento extenso e denso de indivíduos socialmente heterogêneos. Nas últimas décadas, tenta-se caracterizar o urbano levando em conta também os processos culturais e os imaginários dos que o habitam.

As cidades além de territórios, construções e interações materiais entre aqueles que a habitam, também se formam a partir dos campos imaginativo, das informações e dos modos de experimentar as interações sociais. Ao compreender a cidade desta forma, às explicações demográficas e socioeconômicas, assim como às representações culturais nas quais se manifestam a heterogeneidade e a complexidade do social descrevem a cidade de forma mais densa.

A representação, elemento fundamental do imaginário social, que o transporta do universo simbólico para o mundo social, é analisada por Chartier (2002), como um conjunto de classificações, divisões e hierarquizações que definem a compreensão do mundo social a partir de orientações dos grupos ou classes sociais, ou suas frações, variáveis de acordo com a posição de cada um em determinados espaços da sociedade.

Nenhuma análise abarca a totalidade dos processos urbanos e dos imaginários que ela engendra. Os próprios espaços urbanos, proporcionam experiências de desconhecimento, assim, a comunicação passa a exercer poder sobre as diversas esferas, muitas vezes definindo ou redefinindo o contorno das diversas identidades, a construção do pensamento na contemporaneidade permeia os processos de comunicação: ao mesmo tempo que apresentam fatos, promovem ações que valorizam a cultura, criam imaginários locais. As identidades não são mais ser percebidas apenas pelas fronteiras geográficas, entretanto, no que tange ao

concurso, o local 'Juiz de Fora-MG' é emblemático, no sentido de que é este o lugar, simbolicamente, que atua quase como um altar para eleger a Miss Brasil Gay, um evento que se consolida como tradição no município, que movimentava a economia local como nenhum outro e que ganhou o carisma da população.

Bourdieu (2011) propõe perceber ao mesmo tempo a realidade da representação como elemento concreto e a representação da realidade, como disputas materiais e simbólicas moldam a percepção da realidade. Como espaço dinâmico o campo do concurso de Miss Brasil Gay, integra disputas sociais simbólicas, por estratégias discursivas e pelas representações sociais, produtos históricos formulados a partir das disputas por hierarquização e dominação.

Mas para se analisar a relação entre campo e imaginário social, torna-se fundamental verificar o que se compreende como imaginário (em sentido amplo) e imaginário social.

O conjunto das imagens não gratuitas e das relações de imagens que constituem o capital inconsciente e pensado do ser humano. Este capital é formado pelo domínio do arquetípico - ou das invariâncias e universais do comportamento do gênero humano - e pelo domínio do idiográfico, ou das variações e modulações do comportamento do homem localizado em contextos culturais específicos e no interior de unidades grupais. (COELHO 1997, p.78)

Como metodologia, foi utilizada a revisão bibliográfica, pautada em textos e artigos que versam sobre os temas: Miss Brasil Gay Juiz de Fora, Cidades, Turismo e Patrimônio. A fim de compreender e levantar informações sobre o evento, utilizamos Rodrigues (2008) e Pereira & Anjos (2011), para falar de cidades recorremos a Canclini (2008), sobre o imaginário, Bourdieu (2011) e Chartier (2002).

## **2. Miss Brasil Gay Juiz de Fora**

A preservação do patrimônio enquanto atrativo turístico, como o patrimônio cultural, sobretudo daqueles tombados ou registrados, as manifestações culturais, como a arte, as tradições e as festividades, seriam recursos concernentes à cultura, no intuito de servir como matriz da atividade turística, sobretudo pelo interesse que esses bens despertam nos potenciais visitantes, além do significado para dada população, capazes, em alguns casos, de atrair

milhares de turistas, como é o caso do Miss Brasil Gay, realizado anualmente em Juiz de Fora, Minas Gerais.

Para Pesavento (2007), os eventos e acontecimentos da cidade corroboram na construção do seu imaginário construído pelo pensamento e que identifica, percebe e qualifica a forma, o volume, as práticas e os atores desse espaço urbano vivido e visível, permitindo que enxerguemos, vivamos e apreciemos desta ou daquela forma a realidade tangível. A cidade é responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que se realizam na e por causa da cidade.

Os concursos de miss, sejam tradicionais normativos ou em versões subalternas como o Miss Gay, geraram ao longo da história uma série de discussões, principalmente em relação ao gênero, tais concursos acompanharam transformações sociais e perduram até hoje, é inegável que no Brasil o auge dos concursos de beleza foram as décadas 70 e 80, fato que neste período os certames tinham mais espaço na mídia, principalmente televisiva. Momento de relevância também para a cena gay que começa a ganhar espaços perante o urbano.

A conquista dos espaços gays na sociedade passou pelo mercado, sendo o setor de viagens e turismo para o público gay precedido pela expansão de entretenimento segmentado. Na década de 1980, começaram a surgir, nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, bares, boates e espaços destinados ao público gay (TRIGO, 2009, p. 149).

Idealizador do concurso, o cabeleireiro mineiro Francisco Motta, participava dos concursos de Miss Brasil no maracanãzinho (Rio de Janeiro), resolveu em 1979, no intuito de angariar fundos para uma escola de samba de Juiz de Fora, realizar o que viria a ser o primeiro concurso de transformistas do Brasil. As primeiras candidatas foram os apaixonados por concursos de beleza e misses, pelas cantoras, pelas estrelas do cinema um grupo de amigos praticava o transformismo em Juiz de Fora dos anos 70.

Quase quatro décadas depois, o Miss Brasil Gay é considerado hoje o mais importante concurso de beleza transformista do país, uma competição que envolve todos os estados brasileiros e o distrito federal. A mecânica do concurso é a mesma utilizada em concursos normativos. As candidatas são eleitas em concursos realizados em diferentes cidades que acontecem sob a responsabilidade dos “coordenadores de estado”, o concurso trabalha a ideia de patriotismo e representatividade de origens, ao passo que cada candidata atua como

representante de sua cidade/estado de origem. A disputa se divide em duas etapas: traje típico e traje de gala. Há ainda a eleição da Miss Simpatia. A avaliação se dá por um corpo de jurados, sob a presidência do coordenador geral do evento.

O concurso, em todas as suas edições, sempre aconteceu na cidade, geralmente em um grande ginásio esportivo, exceto por algumas tentativas frustradas de realizar algumas edições no teatro da cidade. Fato curioso é que com o passar dos anos e com o surgimento de outros concursos do mesmo segmento, foi necessário utilizar um artifício para diferenciar este concurso dos demais, assim, a consolidação do concurso em Juiz de Fora se tornou sinônimo de tradição e credibilidade sendo nomeada a miss eleita como Miss Brasil Gay versão Juiz de Fora, fato que contribui para a criação do imaginário da cidade.

Para Canclini (2008), as cidades vão se transformando mediante o conhecimento e a cultura, aos poucos convertemos as cidades em espetáculo cultural e em um momento de industrialização da cultura corremos o risco de ocultarmos necessidades sociais no âmbito urbano ao reduzirmos a cidade a espetáculo, assim, estaríamos associando este espetáculo ao predomínio do marketing e à captação de investimentos sobre os bens materiais e simbólicos.

Estamos transformando as cidades mediante o conhecimento e a cultura ou convertemos as cidades em espetáculo cultural sem modificar as desordens estruturais? A espetacularização do social existe desde há séculos (missas, desfiles, e outros ritos massivos), mas sua hipertrofia numa época de industrialização da cultura aumenta o risco de nos desviarmos da satisfação de necessidades sociais: no âmbito urbano, a redução da cidade a espetáculo se associa ao predomínio do marketing e à captação de investimentos sobre o sentido social dos bens materiais e simbólicos. (CANCLINI 2008 p.19)

Uma das maiores festas nacionais direcionadas para o público Gay e celebração tradicional da cultura, fatos que possibilitaram o Registro da festividade como o Quarto Bem Imaterial do Município, sendo os demais: o apito do meio dia, Banda Daki e o Batuque Afrobrasileiro de Nelson Silva, processo realizado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural – COMPPAC e ratificado pelo prefeito Alberto Bejani. A partir do exposto é possível levantarmos algumas questões já debatidas por outros pesquisadores Graziela Dias Pereira e Edwaldo Sérgio dos Anjos Junior, em seu texto *Vínculos entre*

*Turismo, Eventos e o Patrimônio Imaterial em Juiz de Fora, Minas Gerais: uma reflexão sobre processo de registro do “Miss Brasil Gay”* publicado em 2011, onde os autores debatem os benefícios simbólicos e econômicos trazidos pelo registro, se eles existiram efetivamente ou não.

Mas a cidade, na sua compreensão, é também sociabilidade: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de domínio e transformação de um espaço natural no tempo. (PESAVENTO 2007, p.9)

Aqueles que participam do evento, seja *in loco*, no caso dos turistas ou acompanhando a repercussão midiática, desconhecem os problemas estruturais da cidade, o imaginário se constrói a partir daquilo que é apresentado e evidenciado pelo concurso, a espetacularização social, evidencia aquilo de bom e de atrativo que aquele espaço tem a oferecer.

As mídias apresentam perspectivas por vezes totalizantes, disparam olhares que apresentam fatos que não podem representar aquele lugar de forma abrangente. A cidade é múltipla, diversa, complexa, são vários os dizeres e as trocas, reduzir a cidade ao evento seria compreendê-la de forma superficial.

A fragmentação das experiências registrada nos estudos sobre diversidade cultural urbana torna evidente que não há saberes totalizadores. Nem o prefeito da cidade, nem o melhor especialista em planejamento urbano têm uma visão em profundidade do conjunto; mas chama a atenção, de vez em quando, que no desenvolvimento comunicacional apareçam simulacros de totalização. (CANCLINI 2008 p. 21)

Os meios de comunicação atuam sobre os imaginários e se constituem em reconfigurador de uma totalidade que ninguém percebe. Uma variante possível dessa rearticulação comunicacional é oferecida pelos smartphones conectados a internet que permitem interagir à distância, embora não detenham o mesmo aparato dos meios profissionais de comunicação colaboram com o imaginário abarcador multilocal ao exibirem ações que acontecem na cidade.

Ao estarmos dependentes do que nos dizem no rádio ou na televisão sobre o que aconteceu na cidade, manifestamos, por um lado, um desejo de conhecimento e, por outro, uma carência que se torna difícil de suportar. Esses dois impulsos estão na base dos imaginários. O imaginário não é apenas a representação simbólica do que ocorre, mas também um lugar de elaboração de insatisfações, desejos e busca de comunicação com os outros. Os desequilíbrios e incertezas engendrados pela urbanização que desurbaniza por sua expansão irracional e especulativa parecem compensados pela eficácia tecnológica das redes comunicacionais. (CANCLINI 2008 p. 22)

### 3. Conclusões

Não nos restam dúvidas da importância do concurso Miss Brasil Gay para a cidade de Juiz de Fora – MG, seja na esfera política, turística, econômica e social, o concurso se apresenta como referência nacional no segmento. Dada relevância fez como que o evento fosse instituído como o quarto Bem Imaterial Registrado pelo município sede, para isso também foram levados em considerações os fatos do concurso ser um dos mais grandiosos eventos gay do país e a tradição que ele representa em seus 39 anos de existência. Mesmo sendo um evento que envolve todo o país, uma vez que acolhe candidatas e caravanas de todos os estados brasileiros, não é despendida muita importância para o registro deste bem nesta esfera. O evento é um bem significativo para a população que acolheu o concurso como peça de sua cultura local, ao mesmo tempo que cria um imaginário em relação a cidade como uma cidade *gay friendly*, que respeita a diversidade e é contra preconceitos.

O fato do concurso ser reconhecido como Bem Imaterial Cultural de Juiz de Fora, não trouxe modificações diretas na dinâmica do evento/concurso, entretanto mudou a forma de recepção do concurso perante o seu público e principalmente perante a população juizforense, segundo Pereira (2011), o concurso ganhou o carisma dos habitantes de Juiz de Fora e após o registro o evento se consagrou como cultura local.

Concluimos que conseguir uma maior visibilidade para o evento foi importante para o movimento LGBT, pois contribuiu para o reconhecimento das causas, a história do concurso está intimamente relacionada a história da cidade.

### Referências

- AZE ABRAMO, M. C. Turismo GLBT: a importância do Miss Brasil Gay e sua contribuição para a cidade de Juiz de Fora, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. 2 Ed. Porto Alegre: Zook, 2011.
- CANCLINI, N.G. in A cultura pela cidade / Teixeira Coelho (org.). - São Paulo : Iluminuras : Itaú Cultural, 2008.il.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. In: \_\_\_\_\_. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-80.
- COELHO, T. Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- MOESCH, M. Por uma epistemologia do Turismo. In: MOESCH, M. A produção do saber Turístico. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- PEREIRA, G.D; ANJOS, E.S. - Vínculos entre Turismo, Eventos e o Patrimônio Imaterial em Juiz de Fora, Minas Gerais: uma reflexão sobre processo de registro do “Miss Brasil Gay”. Juiz de Fora – ABET, 2011.
- PERALTA, E. O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. Horizonte antropológico. Porto Alegre, v. 9, n. 20. 2003.
- PESAVENTO, S. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Rev. Bras. Hist. vol.27 no.53 São Paulo, 2007.
- RODRIGUES, M. C. Miss Brasil Gay, polêmica na passarela -Eventos como instrumento de comunicação alternativa. Juiz de Fora - UFJF, 2008.

## #Culturas – #Fronteiras – #Imigrações – #Arte: ações, reações e atravessamentos da contemporaneidade<sup>7778</sup>

*#Culturas – #Fronteras – # Inmigraciones – #Arte: acciones, reacciones y atravesamientos de la contemporaneidad*

*#Cultures – #Broads – # Immigrations – #Art: contemporary actions, reactions and crossings*

Marcos Antônio Bessa-Oliveira<sup>79</sup>

### Resumo

Gloria Anzaldúa defendeu a epistemologia *fronteriza* entendendo que esta permite ao crítico periférico pensar sua #cultura a partir da fronteira por saberes/fazeres não-contemplados pelo discurso moderno da *sapientia*. Logo, a proposta principal deste artigo recai em discutir as produções culturais de uma visada epistemológica dos locais geostóricos, no tocante aos *lóci* das produções e do *locus* de onde o intelectual erige seu discurso crítico e, mais ainda, do corpo biográfico do sujeito que estuda. Descrevo: uma discussão epistêmica *biogeográfica* fronteiriça como “método da razão” antimoderna que barra a emergência de epistemologias migradas/migrantes para os territórios fronteiriços, esses vistos da exterioridade; tomando da presença de uma “epistemologia *fronteriza*” como modos de *ser* teórico, crítico, artístico, discursivo e culturalmente as *histórias locais* como seu lugar do conhecimento por fora dos *projetos globais*. Objetiva-se inquirir a epistemologia moderna como única que encamparia as relações diferenciais das #Culturas, #Fronteiras, #Imigrações, da #Arte e dos #Conhecimentos culturais e #Sujeitos brasileiros e latinos para, em fim, propor um espaço transcultural de *desobediência epistêmica* que a situação desses impõe.

Palavras-Chave: #Arte; #Cultura; #Migrações; #Fronteiras; #Biogeografias.

### Resumen

Gloria Anzaldúa defendió la epistemología *fronteriza* entendiendo que ésta permite al crítico periférico pensar su #cultura a partir de la frontera por saberes/haceres no contemplados por el discurso moderno de la *sapientia*. La propuesta principal de este artículo recae en discutir las producciones culturales de una visada epistemológica de los lugares geostóricos, en lo tocante a los *lóci* de las producciones y del *locus* de donde el intelectual erige su

<sup>77</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>78</sup> Este texto está vinculado a um Projeto de Pesquisa Maior em desenvolvimento como Pesquisa de Pós-Doutoramento na FAALC-UFMS que investiga uma perspectiva *outra* da História da Arte Latino-Americana. Aquele Projeto está vinculado à pesquisa maior em desenvolvimento desde 2006 intitulada “Arte e Cultura na *Frontera*: “Paisagens” Artísticas em Cena nas “Práticas Culturais” Sul-Mato-Grossenses” cadastrada na PROPP/UMES.

<sup>79</sup> Doutor em Artes Visuais (Fundamentos Teóricos); NAV(r)E/UEMS – Curso de Artes Cênicas-Licenciatura e PROFEDUC; Campo Grande, Mato Grosso do Sul - Brasil; [marcosbessa2001@gmail.com](mailto:marcosbessa2001@gmail.com).

discurso crítico y, más aún, del cuerpo biográfico del sujeto que estudia. Describo: una discusión epistémica *biogeográfica* fronteriza como “método de la razón” antimoderna que barra la emergencia de epistemologías migrado/migrantes hacia los territorios fronterizos, esos vistos de la exterioridad; tomando la presencia de una “epistemología fronteriza” como modos de *ser* teórico, crítico, artístico, discursivo y culturalmente las *historias locales* como su lugar del conocimiento por fuera de los *proyectos globales*. Se pretende investigar la epistemología moderna como única que encaminaría las relaciones diferenciales de las #Culturas, #Fronteras, #Inmigraciones, de la #Arte y de los #Conocimientos culturales y #Sujeitos brasileños y latinos para, en fin, proponer un espacio transcultural de *desobediencia epistémica* que la situación de estos impone.

Palabras claves: #Cultura; #Frontera; #Inmigración; #Arte; #Biogeografía.

#### Abstract

Gloria Anzaldúa defended the *frontier* epistemology, understanding that it allows the peripheral critic to think about his #culture from the frontier for knowledge/doings not contemplated by the modern discourse of *wisdom*. Thus, the main purpose of this paper is to discuss the cultural productions of an epistemological view of geohistory sites, regarding the *loci* of productions and the locus from which the intellectual erects his critical discourse and, moreover, the biographical body of the subject he studies. I describe: a border *biogeographic* epistemic discussion as an anti-modern “method of reason” that bars the emergence of migrated/migrants epistemologies to the border territories, these visas from abroad; taking the presence of a “frontier epistemology” as a way of *being* theoretical, critical, artistic, discursive and culturally *local histories* as their place of knowledge outside of *global projects*. The objective is to inquire about modern epistemology as the only one that would guide the differential relations of #Cultures, #Frontiers, #Immigrations, #Art and #Cultural knowledge and #Brazilian and Latin subjects to, finally, propose a transcultural space of *epistemic disobedience* that their situation imposes.

Keywords: #Culture; #Frontera; #Immigration; #Art; #Biogeography.

## 1. Introdução – fronteira como lugar de aproximação e de separação

Considerando que o ponto de origem da descolonialidade foi o Terceiro Mundo com sua diversidade de histórias e de tempos locais, e sendo diferentes países imperiais do Ocidente os que interferiram pela primeira vez nessas histórias locais – já fosse no Tawantnsuyu no século XVI, China no século XIX ou Iraque desde os princípios do século XIX (França e Grã-Bretanha) até os princípios do século XXI (Estados Unidos) –, o pensamento fronteiriço é a singularidade epistêmica de qualquer projeto descolonial. Por quê? Porque a epistemologia fronteiriça é a epistemologia do *anthropos* que não quer se submeter à *humanitas*, ainda que ao mesmo tempo não possa evitá-la. A descolonialidade e o pensamento/sensibilidade/fazer fronteiriços estão, por conseguinte, estritamente interconectados, ainda que a descolonialidade não possa ser nem cartesiana nem marxista; a descolonialidade emerge da experiência da colonialidade, alheia a Descartes e invisível para Marx. Na Europa, vivia-se no relato da modernidade com seus esplendores e misérias. Em outras palavras, a origem terceiro-mundista da descolonialidade se conecta com a “consciência migrante” de hoje na Europa ocidental e nos Estados Unidos. A “consciência migrante” está localizada nas rotas de dispersão do pensamento descolonial e fronteiriço (MIGNOLO, 2017, p. 15-16). (Grifos meus)

Na contemporaneidade os atravessamentos culturais estão ocorrendo no contexto global *desgrassados* pelas demandas mais diferentes: política, religiosa, econômica ou cultural. Igualmente as migrações culturais de indivíduos dos mais diferentes pontos de partida, para os vários lugares de “chegada”, estão ocorrendo por desventuras não diferentes daqueles atravessamentos. Político, religiosa, econômico ou cultural, os povos estão em trânsitos em todos os Continentes, de diferentes lados para outros e em situações das mais diversas. Da mesma forma, no caso do Brasil, até em alguns contextos acadêmicos mesmo latino-americanos, os conhecimentos também migraram e continuam migrando para cá desde a emergência do “[...] *padrão colonial do poder* no alvorecer do século XVI com a conquista das Américas.” (MIGNOLO, 2015, p. 11)

Logo, é possível dizer que em contextos latinos raras foram ou são as vezes que tivemos/temos a emergência de epistemologias que considerem as diferenças coloniais – os contextos *fronterizos* – de arte, cultura e conhecimentos periféricos para compreensão da fronteira como espaço de aproximação e de separação, ao mesmo tempo, das diferenças. “Há alguns anos, o fim das fronteiras foi profetizado. Houve aqueles que celebraram seu inexorável “apagamento” com a chegada da globalização. No entanto, as fronteiras estão de volta e trazem consigo a diferença colonial.” (MIGNOLO, 2015, p. 12) Do mesmo modo, por conseguinte, as migrações teóricas, culturais, de sujeitos ou de culturas, ocorrem dentro dessas fronteiras instaladas, portanto, a partir das mesmas demandas já apontadas: político, religiosa, econômico ou cultural que sustentam a atuação colonial.

Quer dizer, instalou-se nas culturas de exterioridade, também desde a colonização brasileira, por exemplo, a manutenção da colonialidade do poder que reforça a manutenção da colonialidade inaugurada no século XVI ainda que supostamente desvinculados da situação de colonização. Faz-se a manutenção na contemporaneidade de um imaginário colonial moderno europeu, reforçado por uma globalização/desenvolvimento estadunidense, através da colonialidade do poder instaurada em contextos geográficos – territoriais – latino-americanos que *re*-forçam os limites da manutenção de um padrão de arte, cultura e conhecimentos. Mas as “fronteiras interrogam limites. Aberturas borram limites que se transformam em territórios de contato.” (HISSA, 2007, p. 4) Portanto, fronteira, neste contexto de discussão, torna-se

espaço de aproximação e de separação = fronteira ao mesmo tempo porque é também no território que as memórias transitam.

Entendida dessa lógica, a fronteira é tanto espaço que distancia como o é ambiente de aproximação das diferenças (culturais e coloniais) que entram em contato. Sejam essas diferenças emergentes dos lugares em situação *entre*-fronteiras, sejam dos sujeitos e/ou teorias que migram dos diferentes lugares (territórios) para espaços *outros* se pondo em circulação. Desta ótica, igualmente, os trânsitos dessas culturas e sujeitos não são de toda má sorte! Lógico, se consideramos as fronteiras como lugar de (des)encontros onde se estabelece o contato entre as diferenças desses sujeitos que transitam. Entretanto, abordada apenas da incoerência da separação, as migrações estabelecem ainda mais hierarquias para os que chegam aos espaços “estranhos”: internos ou externos à modernidade das diferenças. Pois, “em todos esses casos, a “cultura secundária” é aquela fabricada como “diferença colonial”, na medida em que o conhecimento imperial é o que estabelece as regras do jogo e das hierarquias.” (MIGNOLO, 2015, p. 313) Portanto, é a colonialidade que persiste fronteira entre as diferenças que se esbarram na zona de contato: entre uma cultura que (não) recebe e uma diferença colonial que chega.

Assim, a fim de debater a constituição de “paisagens” *biogeográficas* descoloniais, em relação aos sujeitos que migram para/nos lugares exteriores às suas interioridades – geoistórico-culturais –, para evidenciar em que medida esses indivíduos que migram estão se constituindo como sujeitos nos lugares que chegam, os debates neste trabalho estarão circunstanciados na necessidade de tratar criticamente das produções culturais que tratam desses que transitam entre essas fronteiras igualmente migrantes. Já que essas últimas se estabelecem onde o um chega e depara-se com o Outro. As discussões estarão para uma visada epistemológica específica a partir dos locais geoistóricos de exterioridade. Esta, posta, tanto no tocante aos *loci* das próprias produções culturais que transladam, quanto do *locus* de onde o intelectual erige seu discurso crítico e, do mesmo modo, tomando da inscrição desse sujeito enquanto corpo que tem transitadas todas essas questões, posto sempre em circulação, por isso em fronteira.

Pois, em toda a sua crítica pós-ocidental, o intelectual argentino Walter Mignolo conclama a presença de uma “epistemologia fronteriza” para mostrar que, somente por meio

dela, pode-se propor uma reorganização da produção do conhecimento e, por conseguinte, dos modos de ler teórico, crítico, artístico, discursivo e culturalmente toda essa; uma vez que qualquer reflexão assentada numa “epistemologia fronteriza” encampa as histórias locais (subalternas), encontrando, assim, seu lugar no conhecimento por fora dos projetos globais hegemônicos. “Em outros momentos elaborei as noções de “pensamento fronteiriço” e “gnose fronteiriça” para descrever a epistemologia que emerge da apropriação subalterna da epistemologia hegemônica ocidental.” (MIGNOLO, 2015, p. 356) Por estar ancorada em uma consciência subalterna e no *bios* (corpo) e locais dos sujeitos, uma epistemologia *fronteriza* arquiteta-se para além dos binarismos que imperaram nos discursos hegemônicos que, quase sempre, tomaram as produções culturais humanas (arte, literatura, discurso e a própria cultura periférica) como objetivações (corpo = coisa) passíveis de análises, puro e simplesmente, como se todas elas não produzissem seu próprio saber.

Desse prisma, a epistemologia *fronteriza* defendida por Mignolo, possibilita, por exemplo, perceber como as culturas das diferenças coloniais estão recebendo, melhor ou pior, os indivíduos que migram e as teorias itinerantes (MIGNOLO) em contextos de exterioridade. Pois, também Gloria Anzaldúa já defendeu tal noção de uma epistemologia fronteriza, sobretudo por entender que somente ela permite ao crítico periférico pensar e construir pensamentos a partir dos interstícios dos discursos dos sujeitos e das produções não contemplados pelo discurso moderno da *sapientia*. Agora, nesta abordagem, dos sujeitos em situação de migração para o *entre-fronteiras*<sup>80</sup> nos espaços de exterioridades ao pensamento hegemônico moderno e pós-moderno. Nesse sentido, o livro *Bordelands\la frontera: the new mestiza* (2007) representa mais do que a produção de um contradiscurso e o começo laborioso da construção “de um nuevo léxico y unas nuevas gramáticas”; significa a proposição de um argumento discursivo *outro* que, ao seu modo, barra a razão do discurso imperial moderno e

---

<sup>80</sup> Quer-se entendido dessa ideia de *entre-fronteiras* um lugar outro. Um lugar que está posto pelo imaginário moderno europeu que consagrou todos os outros lugares diferentes da Europa como lugar em estado de fronteira. Assim, a migração de sujeitos da diferença colonial de lugares de fronteiras para determinados lugares outros, caso ilustrativo dos Venezuelanos para o Brasil, por exemplo, é se colocar em estado-de-fronteira igualmente, já que este ou aquele lugares são marginalizados em relação ao contexto do global de referência. Não diferente, a ideia de migrar para os centros do pensamento hegemônico – europeu ou estadunidense – persiste também a emergência de fronteiras daqueles que migram das fronteiras colonizadas em relação aos que (não) recebem para fazer erigir fronteiras outras dentro dos contextos desses últimos.

sua visada estética *monotópica* (MIGNOLO). Por conseguinte, é um contradiscurso que emerge da situação (trânsito) da fronteira.

Então, já que tomo da emergência de fronteiras entre as relações culturais e das diferenças coloniais, acercado dos conceitos mencionados — periferia, epistemologia fronteriza, migração, espaços, territórios, *biogeografias* e outros advindos da discussão crítica contemporânea sobre a América do Sul como “opção descolonial” e “identidade em política” — o trabalho visa a discussão proposta de pensar a arte erigida nos lugares de exterioridades, das transculturações entre os sujeitos e teorias que migram, como espaço de Fronteiração, para pensá-la como aproximação e separação dos múltiplos atravessamentos na contemporaneidade. Portanto, além da preocupação maior de inquirir a respeito de uma epistemologia única que encampe as relações diferenciais específicas das produções culturais brasileiras e latinas. Preocupo-me, ainda, com os trânsitos culturais e as relações entre as diferenças coloniais pensadas *a partir de*.

A partir dessa tensão na fronteira, surge a epistemologia das fronteiras e a opção descolonial, que é a ideia com base na qual eu organizo o que penso e como penso a respeito. Agora, o que eu faço, eu não faço à maneira de um cientista que estuda o pensamento descolonial, mas que não pensa descolonialmente, mas sociologicamente, historicamente ou filosoficamente (isto é, ele “analisa” o pensamento descolonial dentro da estrutura da disciplina filosófica). (MIGNOLO, 2015, p. 82)

Ou seja, a tentação estratégica para o trabalho de natureza descolonial *biogeográfica* fronteiriça que estou empreendendo está na “desobediência epistêmica” ao sistema de categorização moderno das diferenças: não é deslegitimar as ideias críticas europeias, e nem muito menos se ofender quando deixa de venerar os autores canônicos eurocêntricos, assim “como os religiosos o fazem com os textos sagrados” (MIGNOLO, 2007, p. 289); igualmente não está em fechar-se para os trânsitos biográficos que ocorrem na contemporaneidade. Logo, a saída da “opção descolonial” está exatamente quando *ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento* dos próprios conceitos que se colocarão aqui em discussão. Aliás, é precisamente aí que ela é epistêmica. Parece restar, então, aos trabalhos críticos que não têm medo do perigo e abominam a repetição pela repetição conceitual nos trópicos latinos, *aprender a desaprender* para *re-aprender* de outra forma. (PALERMO, 2014) Comumente, estou propondo um espaço saudável de articulação da arte, cultura e conhecimentos que transculturam/transitam para a desobediência

epistêmico-conceitual que o presente crítico e artístico-cultural das diferenças coloniais demandam.

Essas argumentações, por uma questão óbvia, estarão assentadas em uma discussão epistêmica *biogeográfica* fronteiriça que se consolida como um “método” — ou talvez fosse melhor dizer como um *contramétodo* — que trabalha para barrar a emergência de epistemologias migradas/migrantes para os territórios em situação *entre*-(espaços)fronteiriços, esses vistos como lugares da exterioridade. Logo, “[...] a epistemologia fronteiriça, antes de ser tomada como um campo de estudo, deve ser compreendida como um *lócus* de enunciação fronteiriço crítico por excelência.” (NOLASCO, 2017, p. 70) Pois, a exterioridade está contemplando os muitos espaços geográficos que não são considerados como lugares que fazem emergir arte, cultura e conhecimentos a partir dos corpos dos próprios sujeitos situados em seus *lóci* de enunciação. Do mesmo jeito, serão tomadas as relações identitárias que se constituem para os sujeitos que migram para esses lugares e, por último, das paisagens que se consolidam nesses lugares desses sujeitos.

### **A construção de espaços e fronteiras através/de/em migrações**

torna-se tarefa impossível conservar, na atualidade, posições radicais contra os desmandos da teoria e o descontrole dos paradigmas de referência. O mundo mudou, nos últimos dez anos, de forma assustadora (para o bem ou para o mal), e por que motivo as concepções artísticas, teóricas e políticas não deveriam também trocar o caminho tranquilizador do reconhecimento pelo do saber sempre em processo? (SOUZA, 2002, p. 78)

Na página da internet da ONU Brasil – Organização das Nações Unidas Brasil<sup>81</sup> –, em matéria veiculada no dia 04 de abril do corrente ano, contam uma séria de informações acerca do tema “Migrações”. Naquele contexto da página estão mais em evidência, claro, as relações de migrações entre lugares latino-americanos, com destaque para os venezuelanos em relação ao Brasil. As várias matérias veiculadas sobre a temática apresentam desde a situação de saída daqueles cidadãos em busca de melhores lugares, até os exemplos das alternativas já realizadas para melhor recebê-los em contexto brasileiro. Além de apresentar, em algumas delas, as ações governamentais que estão sendo desenvolvidas e lançadas para a acolhida

---

<sup>81</sup> Cf. [https://nacoesunidas.org/?post\\_type=post&s=Migra%C3%A7%C3%B5es](https://nacoesunidas.org/?post_type=post&s=Migra%C3%A7%C3%B5es) – acesso em: 24 de abril de 2019.

daqueles migrantes venezuelanos. Mas a questão que mais vai me interessar nesta página, é, por ora, observar em que medida as migrações estão sendo tratadas para (re)tomada do controle global da Venezuela, ou para de fato amparo daqueles indivíduos que, na pior das hipóteses, buscam por um lugar melhor graças à vitimização que lhes é causada pela necessidade de manutenção de poderes: para o bem ou para o mal. Logo, a questão nesta seara está em discutir a migração pela ótica da colonização: histórica, em virtude dos processos coloniais dos séculos XVI e XX, europeu e estadunidense, respectivamente, e, contemporânea, por prisma da colonialidade do poder que é a manutenção daqueles processos que buscam a ocidentalização do planeta ao invés da especificidade *biogeográfica* das culturas.

Ainda que Walter D. Mignolo ou Gloria Anzaldúa já tenham ambos argumentado que *epistemologias fronterizas* devem ser a melhor alternativa para tratarmos de produções diversas dos lugares periféricos (teórica, crítica, artística, discursiva e cultural), proponho pensar a produção em Artes Visuais de lugares com essa natureza histórica, tomando possivelmente uma ideia de atual contexto de “tempos de crises” diversas, a partir de paisagens *biogeográficas* como *outra* proposta epistemológica que leva em conta, por exemplo, o *bios* do sujeito e o *locus* geográfico de enunciação (crítico, teórico, artístico, dos *discursus*, das produções do conhecimento e cultural), bem como as múltiplas possibilidades de grafias, como narrativas, que erigem dessas situações em trânsitos. Ainda que pese que nunca tivemos produções artísticas, neste primeiro momento, fora de contextos de crises ou mesmo que qualquer ideia de crise já me parece soar um pensamento epistemológico de características eminentemente modernas; Pois crise, para existir, demanda a existência de poderes soberanos – coloniais/imperiais sobre as diferenças –, penso que noções de rupturas, com qualquer ideia de tradição (ainda sim que nos valhamos dos atuais cenários econômicos, sociais, políticos, migratórios e culturais ao redor do mundo), para justificar qualquer noção de crise na contemporaneidade, especialmente artística, apenas corroboram para a *emergência* de uma, ou talvez *outras*, epistemologia de paisagens crítico-*biogeográficas*. Pois,

A retórica da modernidade (da missão cristã desde o século XVI, à missão secular de Civilização, para desenvolvimento e modernização após a 2ª Guerra Mundial) obstruiu — sob sua retórica triunfante de salvação e boa vida para todos — a perpetuação da lógica da colonialidade, ou seja, da apropriação massiva da terra (e hoje dos recursos naturais), a massiva exploração do trabalho (da escravidão aberta

do século dezesseis até o século dezoito, para a escravidão disfarçada até o século vinte e um) e a dispensabilidade de vidas humanas desde a matança massiva de pessoas nos domínios Inca e Asteca até as mais de vinte milhões de pessoas de São Petersburgo à Ucrânia durante a 2ª Guerra Mundial, mortos na chamada Fronteira do Leste. (MIGNOLO, 2008, p. 293-294)

De tal modo, portanto, temos instaurada na contemporaneidade a colonialidade do poder que ampara a insistência dos poderes hegemônicos – colonial e imperial – pela manutenção dos disfarces, na atualidade, da escola que se volta para o trabalho, das terras que são concentradas em poucas mãos, e do trabalho com fim de possuir: formar nas escolas cada vez mais mão de obra para o mercado das grandes corporações migrantes ou para fins do Estado-Nação; da expansão dos grandes latifúndios em prol da exportação de grãos e carnes para o mundo internacional, enquanto dentro das fronteiras desses lugares milhares passam fome; e, por conseguinte, da implementação, cada vez maior, da ideia de formar o indivíduo sempre querendo cotidianamente mais *querer/ter* que *querer/ser*.

Portanto, nossa crise de migração mundial está revirando a lógica colonial e imperial e os lugares em situação de colonialidade do poder de ponta cabeça – aqueles nos centros da Europa e/ou dos Estados Unidos, nós nas exterioridades daqueles sistemas. Pois, pensar na migração, nas fronteiras e nos espaços sem levar em consideração a manutenção/constituição de poderes é incorrer na lógica de que a crise se estabelece, na arte, por exemplo, em continuar significando-se apenas, única e exclusivamente, pela lógica ainda de um suposto Outro. Quero dizer: tratar a ideia de rupturas, crises, falta de linearidades, desenvolvimentismos e histórias universais em detrimento de histórias locais, é continuar insistindo que os centros estão de braços abertos aos que chegam a fim de auxiliá-los sem nada em troca. Deste prisma, a migração, a fronteira e os espaços estão se re-situando no mundo apenas para manterem-se organizados, da lógica colonial, de mão de obra barata para suprimento ao trabalho escravo *disfarçado*, no domínio das riquezas naturais (petróleo, água, matas, etc) que se encontram em mãos latinas<sup>82</sup>, para consolidação das grandes corporações alimentícias e, não diferentemente, na empregabilidade do *querer/ter* para manter a circulação da produção dos grandes centros em atividade que desconsidera o *querer/ser*.

---

<sup>82</sup> A latinidade, neste sentido, está posta para toda a ordem de exclusão *dos* centros no mundo. Quer seja na ideia de América Latina, quer sejam os vários lugares outros que abrigam esses sujeitos das diferenças não-hegemônicas.

Já de um prisma descolonial, tomo como ponto de partida para toda a reflexão que se estabelece, meu *lócus biogeográfico* de enunciação recai no Brasil, mais precisamente no estado de Mato Grosso do Sul que está situado na linha de fronteira geográfica ao sul com o Paraguai e a Bolívia: países de língua espanhola, portanto, ex-colônias espanholas. Já na costa oposta faz divisa nacional com outros cinco estados brasileiros. Lugar que, segundo aquele site da ONU Brasil, tem “boas práticas em políticas migratórias” em desenvolvimento em relação aos venezuelanos. Assim, meu *lócus biogeográfico* enunciativo (crítico, teórico, artístico, dos *discursus*, das produções do conhecimento e cultural) está numa zona fronteiriça epistêmica de ex-colônias espanhola e uma ex-colônia portuguesa: Mato Grosso do Sul (Brasil), Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Puerto Suárez (Bolívia). Considerando primeiramente essa posição geográfica “natural” do Estado já se esboça uma questão bastante pertinente a ser debatida, já que levo em conta a ideia de *epistemologias fronterizas* (ANZALDÚA e MIGNOLO): como pensar a produção cultural – na forma mais ampla do conceito de produções culturais – de um lugar nessas condições geográficas? Do mesmo jeito, num pensamento rápido, é impossível concordarmos que essa produção cultural que emerge desse *lócus* pode ser pensada a partir de uma noção *monotópica* Moderna de produção de arte, cultura e conhecimentos.

Assim, do ponto de vista que toma a natureza histórica da região em questão, a América Latina como um todo está inserida na condição de lugar geoistórico ex-colonial – de exterioridade ao pensamento moderno –, e é possível dizer que nunca tivemos uma produção cultural – inclui-se aí a produção artística – fora de contextos de crises. Ou seja, a produção da América Latina, se não lida pela ótica europeia e mais recentemente norte-americana, tomada por um discurso crítico que emerge desse *lócus* periférico somente pode ser pensada como uma produção que se deu, dá e se dará, não em contexto de crise, mas em contexto contra-moderno como produção de arte, cultura e conhecimentos. Melhor dizendo: a produção artístico-cultural latino-americana não pode ser pensada agora como produção artística que se dá em tempo de crise apenas na contemporaneidade, vou privilegiar essa noção de produção artística, em detrimento de produção cultural (mas sem abrir mão dessa segunda ideia), para atender de maneira mais clara ao que se pensa de “La Investigación Artística en un Contexto de Crisis” e sobre as migrações, fronteiras e espaços desta ótica artística. Do mesmo jeito não

é possível pensar em crise também para outros lugares geoistóricos em condições de ex-colônias ou ainda de colônias, pois, se existe uma crise atual (penso sem tomar como referência apenas ideias de crise em “los niveles, económico, político, educativo, cultural y en definitiva de nuestro modelo social”) esta não é apenas cultural, mas o é uma crise de manutenção e soberania dos poderes hegemônicos instituídos historicamente pelos discursos modernos em contextos contemporâneos.

Mais tarde, especialmente a partir de meados do século XIX e apesar da continuada evolução da mundialização do capitalismo, foi saindo da perspectiva hegemônica da percepção da totalidade mundial do poder capitalista e do seu longo tempo de reprodução, mudança e crise. O lugar do capitalismo mundial foi ocupado pelo Estado-nação e pelas relações entre Estados-nação, não só como unidade de análise mas como único enfoque válido do conhecimento sobre o capitalismo. Não só no liberalismo, mas também no chamado materialismo histórico, a mais difundida e a mais eurocêntrica das vertentes derivadas da heterogênea herança de Marx.

A revolta intelectual contra essa perspectiva e contra esse modo eurocentrista de produzir conhecimento nunca esteve exactamente ausente, particularmente na América Latina. (QUIJANO, 2009, p. 75)

Não existe crise na produção artística latino-americana. Essa sempre se deu em zona de conflitos fronteiriços, geográficos e do poder, ai sim encampam as produções artísticas e teóricas no contexto latino. A atual situação em que se coloca a produção artística dos lugares periféricos como a América Latina é a de reposicionamentos históricos, discursivos, artísticos, teóricos e críticos. Para o bem ou para o mal, o discurso hegemônico europeu ou norte-americano, que por muito tempo imperou para e sobre as produções da América Latina (ainda é possível dizer que impera em locais dentro dessas próprias ex-colônias, mas sobre isso tomo para refletir mais a frente), vem sofrendo com a crise da perda de poder de “centro do mundo” ou o de única estética (Moderna) a ser seguida. Os países que sempre foram reconhecidos como terceiro-mundistas (latinos ou de exterioridade) agora estão colocando em cheque os poderes homogeneizantes, através da adoção de epistemológicas *outras* periféricas (fronterizas), para recontar suas histórias locais como contranarrativas globais, valendo-se, portando, da condição de sujeitos com consciências subalternas e descoloniais: da situação histórica de submissão aos discursos, especialmente crítico e artístico, europeus e norte-americanos, para instauração no globo terrestre de outros *loci* geográficos enunciativos de produção do conhecimento e artístico *outras* e, logicamente a partir de um corpo *outro*.

Torna-se óbvio, portanto, que também a crise de migração, igualmente a emergência de fronteiras em espaços diversos – geográficos e epistemológicos – é uma crescente da ótica dos lugares que sempre dominaram o poder colonial e/ou imperial. O que não passa despercebido também pela vista do oprimido. Quer seja pela manutenção desses nos lugares excluídos do/pelo sistema universal de mundo, quer seja pela noção de que nenhum governo ditatorial também impede a saída em debandada dos indivíduos em busca de melhores condições de vida para os restos de suas vidas. Assim, falar de migração, fronteiras e espaços, bem como de produção artística em contexto latino-americano, o que não deve ser pensado para outros contextos globais da mesma forma, mas serve como alerta, é levar em consideração diferentes vertentes pelas quais buscam ou são impostos os sujeitos das diferenças coloniais em trânsito pelo planeta. Não estou amenizando as várias manchetes catárticas que circulam cotidianamente sobre o tema da migração, mas estou ampliando a interpretação dessa imposição posta, mais uma vez, aos sujeitos da colonialidade, agora dos poderes, de condição de exterioridade.

Talvez o que tenho tentado argumentar aqui é que as migrações agora estão favorecendo a emergência de fronteiras *outras* nos espaços que estão se reconstituindo pela lógica da exterioridade. Por força maior, estaria emergindo as *identidades em políticas* (Mignolo) que reforçam as contranoções de que o mundo é habitado por uma raça, gênero e classe, do lado de cima – ao Norte – e por outras que não são consideradas das melhores raças, gêneros e classes ao Sul, por conseguinte no lado de baixo, sob as ordens de cima. Ou seja, é possível dizer que os migrantes podem oferecer uma reconfiguração aos lugares, dos centros e das margens, que a colonialidade ou o imperialismo barraram e que a colonialidade do poder insiste em barrar. Uma vez que

No decurso da evolução dessas características do poder actual foram-se configurando novas identidades societais da colonialidade – *índios, negros, azeitonados, amarelos, brancos, mestiços* – e as geoculturais do colonialismo, como *América, África, Extremo Oriente, Próximo Oriente* (as suas últimas, mais tarde, *Ásia*), *Ocidente* ou *Europa* (Europa Ocidental, depois). (QUIJANO, 2009, p. 74)

Que agora, por debandadas em conjunto, estão em revanche migrando dos espaços da exclusão para os territórios que os excluíram. Ainda que correndo sérios riscos de continuarem às margens dentro desses espaços que edificam fronteiras às diferenças. Ou mesmo sabendo que é chegada a hora e a vez do que também é da ordem do exterior, pois a

colonialidade do poder insiste em manter a noção de que viver para ter é muito melhor que viver em busca de ser.

Nesse novo contexto, estão hoje activos outros componentes do debate latino-americano que apontam para uma nova ideia da totalidade histórico-social, núcleo de uma racionalidade não-eurocêntrica. Principalmente, as propostas sobre a colonialidade do poder e sobre a heterogeneidade histórico-estrutural de todos os mundos de existência social. (QUIJANO, 2009, p. 76)

Nesta emergência de novos *loci* enunciativos de produção do conhecimento e artístico insiro Mato Grosso do Sul que tem, a contragosto do poder do Estado e do poder da crítica moderna ainda por aqui arraigada, grupos de intelectuais que estão repaginando a história “natural” do lugar. Neste último caso aí sim podemos falar em crise da produção artística e do conhecimento em Mato Grosso do Sul. Igualmente poderíamos falar de uma crise identitária entre os sujeitos que migram para lugares que não recebem. Mas uma crise que tem um poder homogeneizante de características eminentemente modernas que tem raízes profundas na produção artística e crítica do Estado (desde a sua criação (1977)) que tenta a todo custo impedir a proliferação de um discurso crítico e artístico antimoderno. Estabelecendo sempre os mesmos grupos (artísticos e críticos – se é que podemos atribuí-los essas alcunhas) como detentores do poder de produtores artístico e do conhecimento – patrocinados pelo Estado –, poder homogeneizante dessa crítica e artistas que se estabelece com muita força e os discursos contramodernos precisam abrir *fissuras* para se colocarem enquanto tais. Dessa ótica é a única que podemos pensar em tempos de crises na produção artística local: uma crise que se constitui no embate entre a continuidade insistente da modernidade e a descontinuidade contramoderna (discurso colonial X *discursos descoloniais*) para pensar as produções artísticas dos lugares periféricos.

A teoria do pensamento da borda [fronteira] surgiu como uma resposta à violência (fronteiras), da epistemologia imperial/territorial e da retórica da modernidade (e da globalização) da salvação, que continua a ser implementado hoje porque se presume a inferioridade do Outro ou suas más intenções e, portanto, continua a justificar a opressão, a exploração e a destruição da diferença. O pensamento da borda é a epistemologia de exterioridade, ou seja, do lado de fora criada a partir de dentro, e como tal, é sempre um projeto descolonial. As imigrações recentes para lugares do império na Europa e Estados Unidos – cruzando as diferenças entre o colonial e imperial – contribuem para manter as condições de pensamento das bordas que

emergiram desde o início da expansão da pureza imperial moderna. (MIGNOLO; TLOSTANOVA, 2009, p. 2).<sup>83</sup> (Tradução livre minha)

Quer dizer, os que migram, se não são recusados pelos Estados-Nações onde chegam, como bem quer dizer a ONU, acabam por serem absorvidos e enredados em narrativas de continuidades da construção de uma identidade plena que, no caso de MS, vão corroborar a ideia de estado estável ou a noção de políticas identitárias. Quando na verdade e na maioria das vezes, sabemos e vemos isso diuturnamente, esses migrantes estão sendo devolvidos como mercadorias estragadas aos seus pontos de origens ao chegarem a alguns lugares que se constituíram como colonizadores históricos e contemporâneos – Europa e Estados Unidos – e, logo, em lugares das margens, caso do Brasil, são tratados por uma outra lógica de poder em estabelecimento. O poder da colonialidade do poder e da ocidentalização das exterioridades a fim de ampliação de sua opressão (ainda que como oprimido) sobre o mais ainda oprimido que está em estado de transladação.

E a identidade em política é relevante não somente porque a política de identidade permeia, como acabei de sugerir, todo o espectro das identidades sociais, mas porque o controle da política de identidade reside, principalmente, na construção de uma identidade que não se parece como tal, mas como a aparência “natural” do mundo. (MIGNOLO, 2008, p. 289)

O tempo crítico do presente, melhor dizendo, cultural, não comporta noções binárias para satisfação de leitor ou da leitura das produções culturais do mundo todo. Apenas a “teoria do pensamento das bordas”<sup>84</sup>, para fazer uma alusão ao texto de Mignolo, pode

---

<sup>83</sup> “La teoría del pensamiento desde el borde emergió desde y como una respuesta a la violencia (fronteras) de la epistemología imperial/territorial y de la retórica de la modernidad (y globalización) de salvación que continúa siendo implementada hoy porque se asume la inferioridad del Otro o sus maléficas intenciones y, por tanto, se continua justificando la opresión, la explotación y la destrucción de la diferencia. El pensamiento desde el borde es la epistemología de la exterioridad, esto es, del afuera creado desde adentro y como tal es siempre un proyecto des colonial. Las inmigraciones recientes a lugares del imperio de Europa y Estados Unidos- cruzando las diferencias coloniales e imperiales- contribuyen a mantener las condiciones del pensamiento desde borde que emergió desde el puro comienzo de la expansión imperial moderna”. (MIGNOLO, 2009, p. 2).

<sup>84</sup> Fiz a opção agora de manter o termo “borda” utilizado por Walter D. Mignolo em seu texto, mesmo na tradução livre que faço, pois, assim, parece ficar mais fácil a compreensão para o leitor de línguas não brasileiras. Mas cabe dizer que a ideia é totalmente voltada para pensar a fronteira, tanto geográfica quanto epistêmico-cultural que delinea o estado de Mato Grosso do Sul e suas produções artísticas e culturais em relação ao Brasil e os países internacionais. Num contexto histórico atual em que a modernidade “é” passado, já que persiste através da colonialidade do poder, mas num contemporâneo em que as colonizações dão-se claramente por meio das migrações.

constituir alterações no pensamento europeu hegemônico que institui crises para justificar as suas atuais perdas do poder. O estabelecimento de epistemologias que emergem das margens/*margenes* (fronteiras, bordas, limites, lugares periféricos, latinos, do Sul etc) constitui outra visada teórico-crítica como produção de um conhecimento capaz de compreender muito melhor as produções e práticas artísticas desses lugares que sempre foram relegados pelos discursos hegemônicos históricos aos *confins do mundo*. Como também diria Walter D. Mignolo, não é *outra* com sentido de depois ou como continuidade de ideias anteriores, mas epistemologia *outra* que apresenta forma *outra*, contrária se necessário for, de contar epistemologicamente as histórias locais livres dos enredos sempre predominantes dos discursos e narrativas globais. Assim, considerando vez outra a *identidade em política*, também é a vez de ver as migrações como opção descolonial *biogeográfica* – *bio-sujeito*, *geo-espaço*, *gráfica-narrativas* – sendo reconstruídas pelos próprios *corpo-políticas* em situação de transculturação. Pois, desse ponto, vislumbro os muitos deslocamentos também como a luta de retomada dos espaços e fronteiras dos quais muitos desses migrantes foram/são banidos pelas histórias de colonização. Logo,

[...] a identidade **em** política é crucial para a opção descolonial, uma vez que, sem a construção de teorias políticas e a organização de ações políticas fundamentadas em identidades que foram alocadas (por exemplo, não havia índios nos continentes americanos até a chegada dos espanhóis; e não havia negros até o começo do comércio massivo de escravos no Atlântico) por discursos imperiais (nas seis línguas da modernidade europeia – inglês, francês e alemão após o Iluminismo; e italiano, espanhol e português durante o Renascimento), pode não ser possível desnaturalizar a construção racial e imperial da identidade no mundo moderno em uma economia capitalista. (MIGNOLO, 2008, p. 289) (Grifo do autor)

As histórias do meu próprio *bios* e do meu *lócus* geográfico de enunciação e das narrativas artísticas desse espaço *entre-fronteiras*, Mato Grosso do Sul, por exemplo, passam por “crises” atuais que discursos modernos não compreenderiam. Na atualidade cultural do lugar ao Centro-Oeste do Brasil o cenário é de guerras entre indígenas e brancos em defesa de posses de terras. E as produções culturais estão como entendo que sempre estiveram, inseridas nessa disputa. No entanto, como disse antes, um discurso crítico e artístico modernos que ainda imperam nesse arrabalde do mundo prefere fazer vistas grossas para o que acontece no contexto brasileiro. Como contradiscurso do poder, indígenas impõem mudanças na repartida de direitos sobre as terras (nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, particularmente falo do estado de Mato Grosso do Sul onde as migrações do campo para as

áreas urbanas dão-se cada vez mais para lutar pela manutenção do espaço da/na terra, e a divisão de terra é injusta. Muita terra na mão de poucos e muitos famigerados sem nenhum pedaço para plantar o que comer), que surgiu de dentro do poder que mal e falsamente os ampararam de maneira insuficiente na sociedade preconceituosa branca, machista, elitista, de senhores e moderna – com falsas práticas de políticas de identidade –, como impõem também, outros lugares, ainda que como discurso subalterno, nessa sociedade do pré-concebido pelos discursos históricos e da história: “As identidades construídas pelos discursos europeus modernos eram raciais (isto é, a matriz racial colonial) e patriarcais.” (MIGNOLO, 2008, p. 289-290).

Neste entreposto dos discursos – colônia e império – as fronteiras que delimitam as bordas entre o que está de fora e o que deve manter-se dentro, movem-se em direções que provocam a instauração das crises que, para os discursos hegemônicos europeus ou estadunidenses, estão provocando crises econômicas, políticas, sociais, migratórias e culturais. Mas, na ótica dos ex-colonos, subalternos e periféricos, que sempre tiveram relegados as sobras, trata-se de reposicionamento das culturas e, por conseguinte, das produções culturais. O discurso artístico europeu, por exemplo, já não nos serve como escolas ou estilos a serem seguidos. A grande narrativa não está ou nunca esteve em crise pela ótica subalterna pós-colonial. O fato é que ela não existe se pensadas as histórias locais como únicas narrativas que engendram e são engendradas as/pelas produções culturais locais. Pois é o *bios* de cada sujeito que corrobora compreensão e “conhecimento” da produção artística com sua condição cultural ou social. Como bem salientou Mignolo na passagem aposta, são os próprios imigrantes, ou a migração dos que foram alojados às zonas fronteiriças dos *loci* geográficos e históricos instituídos pelo poder hegemônico e historicamente continuam consagrados que agora provocam rupturas, mas não crise, no mesmo discurso homogeneizante dos impérios históricos. Assim, na esteira de Mignolo,

Pretendo substituir a geo- e a política de Estado de conhecimento de seu fundamento na história imperial do Ocidente dos últimos cinco séculos, pela geo-política e a política de Estado de pessoas, línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos, subjetividades, etc., que foram racializadas (ou seja, sua óbvia humanidade foi negada). Dessa maneira, por “Ocidente” eu não quero me referir à geografia por si só, mas à geopolítica do conhecimento. Conseqüentemente, a opção descolonial significa, entre outras coisas, *aprender a desaprender* (como tem sido claramente articulado no projeto de aprendizagem Amawtay Wasi, voltarei a isso), já que

nossos (um vasto número de pessoas ao redor do planeta) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/colonial. (MIGNOLO, 2008, p. 290)

Por exemplo, a produção artística de Mato Grosso do Sul que se dá nesse entreposto *fronterizo*, no limiar das cidades que têm *bordas* divisionistas geográficas com os países internacionais que mencionei, no caso da pintura que tenho trabalhado mais de perto (mas penso nas produções de Artes Visuais quase que de modo geral), estão tendo como pano de fundo paisagens biográficas e geoculturais extradiscursos hegemônicos estatais. Já que pensados pelas bordas essas produções têm visibilidades outras, e se por um lado o poder público apoia sua promoção em favor de uma identidade forjada na política, por outro, os discursos críticos, que poderiam evidenciá-las enquanto contradiscursos do poder, também tendo o Estado-nação como único promotor, silenciam o grito subalterno dessas produções em favor de seus pares políticos. Dessa ótica do poder, é a natureza geográfica exuberante, as relações exóticas com essa natureza e os sujeitos que a habitam como diferentes/divergentes, que são exaltados nas produções artísticas locais pela crítica letrada formada, quase sempre, pelos discursos e produção do conhecimento europeus. “Natureza, a tela e a paisagem” com um olhar romântico, moderno e binário é a única conjuntura analítico-estética que move esse discurso pré-conceituoso e arcaico da crítica de arte sul-mato-grossense.

Do mesmo jeito, haitianos e venezuelanos que estão migrando agora e até indígenas e alguns paraguaios e bolivianos que já viviam, no caso desses últimos, entre as fronteiras erguidas nos espaços locais do Estado-Nação e crítico-cultural, são *ex-postos* nas “beiras” da cidade grande em situações de aglomeração dos diferentes como divergências aos sistemas de colonialidade do poder. Esses estão, na grande maioria dos casos, sendo tomados como mão de obra para trabalhos braçais dispensados pelos brasileiros que não se veem em situação de colonização; ou estão sendo tratados à ponta pés por um sistema político atual da repulsa ao estrangeiro de gênero, raça e classe não dominantes: da diferença. Ao contrário do que ocorre, por exemplo, na abertura turística sem nenhum preceito da dúvida, em relação aos cidadãos do bem – branco, hétero-fálicos, europeus e/ou estadunidenses – na ótica de ocidentalização/globalização/mundialização econômico-político-artístico-teórico-crítico-e-cultural das políticas vigentes. “Concordo que hoje não há algo fora do sistema; mas há muitas *exterioridades, quer dizer, o exterior construído a partir do interior para limpar e manter seu espaço imperial.*” (MIGNOLO, 2008, p. 291)

Mas já por outro ponto de vista percebe-se a instauração de crises que o discurso moderno não consegue contemplar, nessa mesma direção as fronteiras são diluídas e os pensamentos crítico, teórico, artístico e cultural são postos como propostas epistemológicas *outras* para essa produção e discursos. O discurso da margem é tomado para pensá-la enquanto produtora do conhecimento, mas sem relações dicotômicas ou binárias e mesmo de assistencialismos entre centros ou periferias, sem romantismo ou em busca de estilos estéticos continuístas. Esse contradiscurso moderno mostra as margens no centro dos debates. Esse mesmo ponto de vista epistêmico evidencia ainda, na produção artística de lócus ou *entre-lugar* (SANTIAGO, 2000) de discurso *descolonial* (MIGNOLO, 2003) um pensamento artístico como também crítico que barra o discurso do poder local ou também a narrativa hegemônica do poder global. Se a globalização/desenvolvimento é sinônimo de horizontalidade das diferenças para o capital, nas periferias *fronterizas* (ANZALDÚA, 2007) essa ainda se dá numa verticalidade laboral e homogeneizante do pelo poder Global. Se as formas estão na Natureza como prefiro pensar, não é possível conceber que apenas a História de uma arte global seja digna de poder de estabelecimento de formas e parâmetros – sejam elas artísticas ou não – para os/as diferenças locais do planeta.

É chegada a hora de “identidades em política”, por certo, não mais e basta por ora de políticas de identidades que nunca contemplaram de fato as diferenças culturais; essas apenas e só fizeram ressaltar os sujeitos diferentes das culturas do poder. Essa última, quase sempre europeia (francesa, inglesa, português, espanhola, italiana) quando pensamos no discurso colono, ou mais recentemente americana ao norte quando tomamos como discurso do poder o capitalismo desenvolvimentista. As políticas de diferenças identitárias nunca observaram as diferenças em políticas entre os sujeitos que são diferentes.

Também o artista subalterno não foge à regra: produz a partir da condição na qual se encontra, quer tenha consciência disso ou não. A *consciência subalterna* fala por sua obra. [...]. [...]. Logo, neste caso em particular, compete à teorização pós-subalterna reinserir a “produção bugresca” na história local (e mundial) e, por conseguinte, desreprimir (Mignolo), tirar a tarja imposta pela estética da razão moderna, com seu desejo arcaico de civilizar o outro, de pensar teoricamente pelo bárbaro. A teorização pós-subalterna, por pensar da fronteira e sob a perspectiva da subalternidade (Mignolo), radicaliza com o conceito moderno de teoria e suas formas abstratas e universalizantes. A estética moderna é a abstração por excelência. (NOLASCO, 2013, p. 12-13).

Agora não tomo a produção bugresca local como estética para a América Latina como tomo para a produção sul-mato-grossense (BESSA-OLIVEIRA, 2016), mas como uma das condições pós-subalternas (NOLASCO) para compreensão das produções locais; tanto do conhecimento quanto artísticas. Uma noção epistêmica que emerge da fronteira não só geográfica para a fronteira, mas *biogeográfica* epistêmica fronteira e cultural, ou seja, biocrítico-cultural que tem, por condição das imposições histórico-culturais dos discursos consagrados, a atenção do sujeito local e a condição do lócus geográfico de enunciação e pós-colonizado. Tomadas dessa condição de epistemologia de *fronteras subalternas* (NOLASCO), não fronteiras geográficas histórico-naturais, os sujeitos e lugares já fixados ou em trânsitos podem narrar suas histórias locais que nunca foram privilegiadas pelos discursos dos lugares que ocupam os “centros do mundo”; tanto na esfera global, quanto na nacional. Logo, Mato Grosso do Sul apenas tem lugar no mapa cartográfico da América Latina, para uma crítica ainda assentada na teorização moderna, assim como toda a América Latina tem para a Europa e os Estados Unidos, numa condição de objeto passível de análise e sempre baseadas naquelas produções do conhecimento que partem de lá para cá: talvez mantendo ou tentando manter a lógica dos mesmos percursos feitos pelas caravelas e ideias das supostas e grandes “descobertas” mundiais de que o bem sempre vem do além mar, assim como as teorias, os conhecimentos e os salvadores vieram.

Os critérios não mencionados para o valor das vidas humanas são um óbvio sinal (de uma interpretação descolonial) de política escondida de identidade imperial: quer dizer, o valor de vidas humanas a qual pertence a vida do enunciador, se torna uma vara de medida para avaliar outras vidas humanas que não têm opção intelectual e poder institucional para contar a história e classificar os eventos de acordo com uma classificação de vidas humanas: ou seja, de acordo com uma classificação racista. (MIGNOLO, 2008, p. 294)

Essa “crise” que se constitui na imposição de epistemologia *outra* em relação aos poderes hegemônicos coloca toda uma suposta história mundial em cheque; mais precisamente, põe em evidência o que os discursos imperantes sempre preferiram escamotear: pretos, pobres, indígenas, diferenças, mulheres, marginais, homossexuais e é contra as atitudes de concepções modernas que são aclaradas à luz de novas fórmulas de pensamentos emergidos de dentro desses grupos epistêmicos *fronterizos*. Portanto, do ponto de vista fronteira subalterno não há crise que não seja a descontinuidade do pensamento hegemônico. Mas instauração de uma nova ordem mundial que pretende alterar a ideia de que

o centro é o norte; o sul é a periferia ou o extracentro e de que para pensar o sul ou temos sempre que mirar o norte ou atravessar o Atlântico. Do mesmo modo, a migração em grandes massas em diferentes contextos globais está reordenando a lógica, para o bem ou para o mal de alguns ocidentalistas, do mundo binário de fronteiras que separam nos espaços em situação evidente até “ontem”. Já dессera em outro momento, mas cabe repetir: ao olhar para dentro em Mato Grosso do Sul vê-se ainda melhor o que está para o lado de fora. Fronteiras geográficas e as culturais, igualmente as fronteiras biográficas estão ali cercando a costa norte-sul do Estado – paraguaios, bolivianos e brasileiros (brasiguaios, brasilianos) dos interstícios e intersecções culturais que mapeiam os dois lados das fronteiras epistemológicas dessa cartografia marginal. Uma crítica dos centros (moderna por natureza histórica e hegemônica por natureza discursiva), jamais encamparia esses sujeitos, espaços, fronteiras e as produções culturais que emanam daquele lócus geográfico enunciativo.

“Opções descoloniais estão mostrando que o caminho para o futuro não pode ser construído das ruínas e memórias da civilização ocidental e de seus aliados internos.” (MIGNOLO, 2008, p. 295) Mais uma vez é possível dizer que essa produção em Artes Visuais de Mato Grosso do Sul no Brasil (teoria, crítica, artística, discursiva e cultural, bem como também pedagógica), que esboça seu grito de dor dos limiares *fronterizos* do Brasil/Paraguai/Bolívia, não está em “tempos de crises”, mas, podemos dizer de maneira mais abrangente, essa produção cultural das *bordas* está emergindo discursos outros (também nas categorias elencadas antes) que interseccionam, das relações de poder e submissão históricas, para a constituição de vozes do *fin do mundo* que descolonizam os saberes, sentires e ser. São entrecruzamentos – dos que chegam com os que já aqui se encontram – de sujeitos, fronteiras e espaços, igualmente de produções com proposições nada binárias, muito pelo contrário, como diria Walter D. Mignolo, são produções com duplo sentido consciente que emergem das *fronteras*: por um lado é consciente da existência do poder colonial/imperial e globalizante/desenvolvimentista, mas, de outra oposição, busca ressaltar as histórias locais e as paisagens *biogeográficas* dessa cisão entre os dois lados da linha imaginária das divisas culturais: uma consciência subalterna de produção que está livre de qualquer relação de subordinação com aquele primeiro discurso – europeu e norte-americano – que pregou a

exclusão dos que “[...] cuja dignidade foi humilhada, cujos corpos foram usados como força de trabalho.” (MIGNOLO, 2008, p. 296)

[A] dupla consciência e o pensamento da borda e o pensamento a partir das bordas é de dupla consciência. Não pode haver pensamento a partir da borda sem essa dupla consciência. A consciência do império sempre é territorial e monotípica, e o pensamento das bordas são sempre plurotópico e engendrado pela violência e pelas diferenças coloniais e imperiais. (MIGNOLO; TLOSTANOVA, 2009, p. 9).<sup>85</sup>  
(Tradução livre minha)

A perspectiva de uma *dupla consciência* que emerge das fronteiras sul-mato-grossenses desconstrói as paisagens naturais e históricas que alimentam as produções dos discursos modernizantes de paisagem como natureza e constituem paisagens *biogeográficas* que “retratam” o lócus geográfico enunciativo com suas especificidades locais percebidas por cada *bios* dos sujeitos; portanto, variadas possibilidades de interpretações que se ancoram nas (*bio/geo*)grafias dos transeuntes das duas margens fronteiriças são percebidas, divulgadas, recebidas e devolvidas como discursos contranarrativos modernos que (trans)formam paisagens *biogeográficas outras*. As teorias migram, os sujeitos migram, as paisagens são alteradas e as fronteiras, nesse espaço enunciativo que parte da *ferida aberta* (ANZALDÚA, 2007) pelos discursos modernos, que nunca se fecharam, não tomam das teorias migrantes e das paisagens naturais como possibilidades únicas para compreender a produção e o lugar. Igualmente não ancoram suas percepções na migração e na transculturação das diferenças com maus olhos sempre, pois essas estão borrando a limpidez deixada pelo pensamento moderno quando exclui os diferentes. Essa intersecção entre paisagem e teoria, *biogeográficas* e descoloniais, para a produção cultural local, especialmente as das Artes Visuais como tenho proposto, é a epistemologia *outra e fronteriza* instaurada como melhor alternativa (crítica, teórica e cultural) por Walter D. Mignolo e Gloria Anzaldúa. “*Es decir, hablar desde los bordes significa re-escribir las fronteras geográficas, las subjetividades imperiales/coloniales y las epistemologías territoriales*”. (MIGNOLO; TLOSTANOVA, 2009, p. 12-13).

---

<sup>85</sup> Doble conciencia es pensamiento desde el borde y pensamiento desde el borde es doble conciencia. No puede haber pensamiento desde el borde sin esa doble conciencia. La conciencia del Imperio siempre es territorial y monotípica, el pensamiento desde el borde es siempre plurotópico y engendrado por la violencia de las diferencias coloniales e imperiales. (Mignolo, 2009, p. 9).

### 3. Considerações – migrações como reconstrução de espaços *entre-fronteir*Ação

Por fim, a crise está no ato *biogeográfico* de desaprender o aprendido ao longo de mais de quinhentos anos de história que as periferias ou zonas de fronteiras têm exercitado como *desobediência epistêmica*. Um exercício de reinventar-se ainda que de dentro da lógica moderna ou pós-moderna persistentes na contemporaneidade. São crises que podem ser enumeradas nos tempos atuais para a produção artística, mas sem privilegiar uma ideia de crise baseada em tensão na política, na economia, no social ou nas culturas de forma indissociáveis, mas de ruptura com conhecimentos acumulados e grassados na ideia de que são melhores porque estão impostos ao longo da história contada pelo ocidente colonial/imperial para o ocidente ainda colonizado. Como se ambos – latinos e não-latinos – não pertencessem ao mesmo tempo histórico.

É a re-articulação das nações indígenas e a recessão dos mono-tópicos (ou seja, classificação étnica mono-lingüística e religiosa da elite crioula-mestiça da América do Sul, equivalente à elite nacional branca da Europa ocidental e dos EUA) forçando uma transformação radical da equação de uma Nação - um Estado. (MIGNOLO, 2008, p. 297)

Imediatamente, é o exercício de desobedecer aos sempre aprendido e apreendido: que devemos continuar nos *espaços* em que fomos impostos e expostos enquanto sujeitos da exterioridades; de termos uma identidade estável ou instável que merecem, respectivamente, ser isolados ou excomungados e jamais movimentarem-se pelo mundo de outrem; ou que, na lógica da obediência, permanecer trancafiados dentro dos limites ou fronteiras erigidas pela noção de raça, gênero e classe edificados na modernidade colonial europeia ou no imperialismo estadunidense de desenvolvimento do mundo igualmente para todos.

*Desvinculada* dos fundamentos genuínos/genocidas, a desobediência epistemológica que se propõe é de precisar que a história não deve continuar ser contada mais na ótica colonial. A *epistemologia fronteriza* que propõe, ainda que nem sempre de maneira tranquila, mas saudável, uma desobediência epistêmico-conceitual para pensar as produções e práticas desses lugares com natureza histórica imposta de *bordas*, deve ser tomada como a alternativa de retirar do limbo os sujeitos, lugares e narrativas – as *biogeografias* – da lógica de que “Brancura e teoria política, em outras palavras, são transparentes, neutras e objetivas, enquanto que Cores e teoria política são essencialistas e fundamentalistas.” (MIGNOLO,

2008, p. 297) Pois, com essa (re)Verificação Epistemológica<sup>86</sup> dos pré-conceitos ocidentais históricos, seja para os transeuntes do mundo todo que chegam, seja para os sujeitos que habitam as exterioridades do pensamento moderno e pós-moderno, sejam ainda das práticas culturais que emergem dessa transculturação (im)posta, a *acumulação de conhecimento* é interrompida e o presente cenário de “crises” pode ser pensado por epistemes de (re)verificações dos conhecimentos produzidos no passado histórico para articular os conhecimentos que são demandados pelo atual presente produtivo-cultural. E, apenas assim, poderemos ter relações diferenciais estabelecidas para pensar o futuro tendo sempre em mente uma consciência subalterna, nada inconsciente, de que a colonização é passado, todavia a colonialidade do poder é presente ainda certo. Mas uma consciência do *bios* subalterno dos sujeitos latinos, do geo enquanto espaços que transladam, e das fronteiras emergentes que promovem separação, mas também aproximação, que sempre tiveram relegados, pelo discurso histórico, aos *não-lugares* geográficos, geoistóricos e geoculturais ao sul, vão perceber-se em situação de fronteiração. Isso, tendo em vista que:

De fato, o que está em recessão é a classificação étnica sobre a qual os estados-nação foram imaginados, desde o início do século XIX até recentemente. O que está em recessão é a *etnia latina* e o que está acelerando e aumentando é o espectro variado dos projetos indígenas e afros, em suas dimensões políticas e epistêmicas. (MIGNOLO, 2008, p. 299)

O que pode ser dito, portanto, que o que coloca em crise a situação na qual nos encontramos é, de fato, a lógica da migração entre as fronteiras para os espaços divergentes dos quais fomos encurralados: do Oriente à América Latina, passando pelo Brasil-São Paulo ao Brasil-Sul-mato-grossense, tendo em vista aquela inicial observação baseada no site da ONU-Brasil – de que os migrantes estão “até” recebendo assistência de “boas práticas em políticas migratórias” – já que a recessão dá-se pela transladação incontrolada pelas forças dominantes nos atuais contextos *biogeográficos*. Portanto, a opção *descolonial desqualifica* a lógica das políticas identitárias estabelecidas pelas grandes instituições – Estado-Nação e Corporações – que sustentam a manutenção dos poderes coloniais/imperiais.

---

<sup>86</sup> Essa ideia de (re)Verificação Epistemológica é baseada nas ações e pesquisas críticas que venho desenvolvendo no meu núcleo de pesquisa – NAV(r)E – Núcleo de Artes Visuais em (re)Verificação Epistemológica – que propõe (re)Verificar as epistemologias críticas utilizadas para pensar as produções artísticas brasileiras e latino-americanas. Especialmente as ancoradas e em ancoragens em sul-mato-grossense.

## Referências

ANZALDÚA, Gloria. *Bordelands/La frontera: the new mestiza*. São Francisco: Aunt Lute Books, 2007.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. “Estética (ou não) bugresca – arte descolonial fronteiriça – paisagens biogeográficas: o que vemos do outro lado da linha que se insinua entre o real e o imaginário”. In: *Cadernos de Estudos Culturais: Estéticas Periféricas*. Volume 8. Número 16. Jul./Dez.. Editora UFMS, 2016, p. 209-222. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/cadec/article/view/4242/0> – acessado em: 10 de abril de 2019.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. “Fronteiras entre ciência e saberes locais: arquiteturas do pensamento utópico”. In: *IX Coloquio Internacional de Geocrítica: LOS PROBLEMAS DEL MUNDO ACTUAL. SOLUCIONES Y ALTERNATIVAS DESDE LA GEOGRAFÍA Y LAS CIENCIAS SOCIALES*. Porto Alegre, 28 de mayo 1 de junio de 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 1-13.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. Trad. de Marcos de Jesus Oliveira. *Epistemologias do Sul: Pensamento Social e Político em/desde/para América Latina, Caribe, África e Ásia*, v.1, n. 1, Foz do Iguazu/PR: Universidade Federal da Integração Latino-Americana, p. 12-32. 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772/645>. Acesso em: 27 mar. 2018.

MIGNOLO, Walter D.. *Habitar La frontera: sentir y pensar la descolonialidad* (Antología, 1999-2014). Francisco Carballo y Luis Alfonso Herrera Robles (Prólogo y selección). Barcelona, ES: CIDOB y UACJ, 2015.

MIGNOLO, Walter D.; TLOSTANOVA, Madina. “Habitar los dos lados de la frontera/teorizar en el cuerpo de esa experiencia”. In: *Revista IXCHEL*. Volúmen I, San José, Costa Rica, 2009, p. 1-22. Disponível em: [http://www.revistaixchel.org/attachments/047\\_Habitar%20los%20dos%20lados%20art\\_%20Walter%20Mignolo.doc%29.pdf](http://www.revistaixchel.org/attachments/047_Habitar%20los%20dos%20lados%20art_%20Walter%20Mignolo.doc%29.pdf) – acessado em: 30 de maio de 2013.

MIGNOLO, Walter D.. “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política”. Tradução: Ângela Lopes Norte. In: *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, no 34, 2008, p. 287-324. Disponível em: <http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf> - acessado em: 16 de novembro de 2012.

MIGNOLO, Walter D.. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. (Humanitas).

MIGNOLO, Walter D.. “Prefacio a la edición castellana – “Un paradigma otro”: colonialidad global, pensamiento fronterizo y cosmopolitismo crítico”. In: \_\_\_\_\_. *Historias*

*locales/ diseños globales*: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Traducción de Juanmari Madariaga, Cristina Veja Solís. 1ª reimpressão, 2011. Madrid – España: Ediciones Akal, S. A., 2003a (p. 19-60).

NOLASCO, Edgar César. “A (des)ordem epistemológica do discurso fronteiriço”. In: BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio; NOLASCO, Edgar César; GUERRA, Vânia Maria Lescano; FREIRE, Zélia R. Nolasco dos S.. (Orgs.). *Fronteiras Platinas em Mato Grosso do Sul (Brasil/Paraguai/Bolívia): biogeografias na arte, crítica biográfica fronteiriça, discurso indígena e literatura de fronteira*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 65-93.

NOLASCO, Edgar César. “Razão pós-subalterna da crítica latina”. In: *Cadernos de Estudos Culturais: Pós-colonialidade*. Volume 5. Número 9. Jan./Jun.. Editora UFMS, 2013, p. 9-22. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/cadec/article/view/3494/2761> – acessado em: 15 de março de 2019.

PALERMO, Zulma. *Para una pedagogia decolonial*. 1ª ed.. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014, p. 7-13. (El desprendimiento / Walter Mignolo).

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do Poder e Classificação Social”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, PT: Edições Almedina SA, 2009, p. 73-117.

SANTIAGO, Silviano. “O entre-lugar do discurso latino-americano”. In: \_\_\_\_\_. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SOUZA, Eneida Maria de. *Crítica cult*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

## Globalização, Mobilidade e Trabalho na Rota do Turismo Popular<sup>87</sup>

Dra. Rosana Eduardo da Silva Leal<sup>88</sup>

### Resumo

O presente artigo buscará discutir as novas configurações do mundo do trabalho no âmbito da globalização, tendo como campo empírico o turismo popular proveniente das periferias do Recife. O objetivo é trazer à tona como os serviços turísticos populares inserem-se nos fluxos globais não-hegemônicos, promovendo o deslocamento e a sobrevivência de trabalhadores informais numa economia popular transnacional. Para a construção do trabalho, foram utilizados como ferramentas metodológicas os conteúdos teóricos, jornalísticos e empíricos, tendo como base a pesquisa etnográfica. A intenção é discutir antropologicamente como o turismo popular está contido na globalização não-hegemônica, na medida em que se apresenta como mercado de trabalho e ferramenta de mobilidade dos fatores de produção transnacionais, no âmbito da informalidade.

**Palavras-chave:** Globalização não-hegemônica, mobilidade, turismo popular, trabalho.

### *Globalización, Movilidad y Trabajo en la Ruta del Turismo Popular*

### Resumen

El presente artículo buscará discutir las nuevas configuraciones del mundo del trabajo en el ámbito de la globalización, teniendo como campo empírico el turismo popular proveniente de las periferias del Recife. El

---

<sup>87</sup>Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>88</sup> Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Sergipe; Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Antropologia e Turismo – ANTUR/UFS/CNPQ; Docente do Departamento de Turismo e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares da Universidade Federal de Sergipe; Brasil; e-mail: rosanaeduardo@yahoo.com.br.

objetivo es traer a la superficie como los servicios turísticos populares se inserta en los flujos globales no hegemónicos, promoviendo el desplazamiento y la supervivencia de trabajadores informales en una economía popular transnacional. Para la construcción del trabajo, se utilizaron como herramientas metodológicas los contenidos teóricos, periodísticos y empíricos, teniendo como base la investigación etnográfica sobre el tema. La intención es discutir antropológicamente cómo el turismo popular está contenido en la globalización no hegemónica, en la medida en que se presenta como mercado de trabajo y herramienta de movilidad de los factores de producción transnacionales, en el ámbito de la informalidad.

**Palabras-clave:** Globalización no hegemónica, movilidad, turismo popular, trabajo.

## *Globalization, Mobility and Work on the Popular Tourism*

### **Abstract**

The present article will seek to discuss the new configurations of the world of work in the ambit of globalization, having as an empirical field the popular tourism coming from the peripheries of Recife. The goal is to bring to light how popular tourist services are embedded in non-hegemonic global flows, promoting the displacement and survival of informal workers in a transnational popular economy. For the construction of the work, the theoretical, journalistic and empirical contents, based on ethnographic research, were used as methodological tools. The intention is to discuss anthropologically how popular tourism is contained in non-hegemonic globalization, insofar as it presents itself as a labor market and a tool for the mobility of transnational factors of production, in the sphere of informality.

**Keywords:** Non-hegemonic globalization, mobility, popular tourism, work.

### **1. Introdução**

Os estudos sobre a globalização têm mostrado que tal processo está longe de ser concebido como linear e consensual. As concepções unilaterais que a concebem como fonte de padronização, apresentam-se improdutivas, sobretudo porque não dão conta das distintas dimensões políticas, socioculturais e econômicas que estão em jogo. Isso se deve ao fato de que a globalização é um fenômeno contraditório, diverso e conflituoso, produto de negociações e embates entre esferas

globais e locais, que tem em sua composição rupturas e continuidades (GIDDENS, 1991). É composto por um processo dialético de duas forças e dois sentidos, em que a primeira é a força que a promove, constituída pelas empresas e instituições financeiras internacionais, e a segunda é formada pelas forças que resistem a essa hegemonia.

Nesse contexto, é possível identificar macroações que acontecem localmente, caracterizadora da globalização hegemônica, como também microações em âmbito global, desenvolvidas por indivíduos e grupos que promovem outras globalizações. O que se percebe é que os impactos locais da globalização não são uniformes, pois geram distintas dinâmicas dentro e entre os diferentes campos de mudanças. Por isso, torna-se fundamental ir de encontro às interpretações reificadas de modelos centralizadores de análise (LONG, 1996, p.37).

No estudo do contexto mundial, a Antropologia tem buscado dar conta das múltiplas globalizações que são instauradas, considerando suas relações de força e de poder. Assim, um dos âmbitos da disciplina passa a ser o de analisar como os pressupostos gerais lançados pela globalização hegemônica ganham novos contornos quando postos em prática no cotidiano local e regional (CAVALCANTI, 2004). Por isso, as trajetórias individuais vêm ganhando espaço no olhar antropológico, apresentando-se como estratégia de compreensão das totalidades sociais mais amplas. Dessa forma, o enfoque não está no sujeito, mas nas ações e microhistórias que se apresentam como unidade de observação sobre a sociedade contemporânea (AUGÉ, 1994; DE CERTEAU, 1998; SAHLINS, 2004).

Nesse sentido, o principal objetivo do artigo é discutir questões como globalização, mobilidade e mundo do trabalho, tendo como base empírica o turismo popular, denominação dada às práticas turísticas vivenciadas a custos reduzidos, que são elaboradas e desenvolvidas pela população de baixa renda que vive nas periferias do país. Hoje, essas práticas apresentam-se não só como uma atividade de lazer, mas também como um mercado de trabalho em constante crescimento, que se configura como complementação de renda para uns e principal fonte de rendimentos para outros. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, utilizados como ferramentas metodológicas os conteúdos teóricos, jornalísticos e empíricos, seguindo uma abordagem etnográfica. Trata-se de parte das investigações e reflexões realizadas pela autora durante o

doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco.

## **2. Mobilidades Turísticas Não-Hegemônicas**

A mobilidade contemporânea é um amplo espaço para a discussão da globalização não-hegemônica, já que os fluxos culturais globais – de pessoas, tecnologias, finanças, informações e ideologias (APPADURAI, 1998) – têm ocorrido dentro, fora ou nos interstícios da estrutura oficial. Neste sentido, os movimentos, os contatos e as viagens passam a ser cruciais para pensar o contemporâneo, visto que,

[...] a aceleração e intensificação do fluxo de pessoas em escala global não envolvem apenas atores grandiosos e com uma inclinação consciente para o transnacionalismo. Elas também criam um mundo onde uma quantidade maior de alteridades pode ser experimentada por atores sociais que não são necessariamente membros de elites econômicas e políticas. Entre estes destacam-se os turistas internacionais, os migrantes internacionais e os transmigrantes (RIBEIRO, 1997, p.20)

Por isso, uma das formas de compreensão dos deslocamentos humanos é o turismo, prática social encontrada em grande parte das sociedades e culturas, que tem estado cada vez mais presente na agenda de indivíduos das diversas classes sociais, adquirindo características e significados distintos. Milton Santos, em seu artigo intitulado “Lazer popular e geração de empregos” discute as possibilidades de geração de trabalho que constituem as formas populares de lazer. Conforme salienta o autor, o emprego em atividades vinculadas ao lazer não é exclusiva dos extratos sociais dominantes da sociedade, sendo produzidas também de baixo para cima, de forma permanente, criativa e gerando renda.

Ao mesmo tempo em que, com a globalização da economia se modifica a organização da produção e mudam as condições do emprego e as condições do desemprego, criam-se novas atividades, inclusive essas ligadas ao tempo livre e ao lazer, que passam a constituir um fenômeno misto, porque participando como um setor importante da economia e porque vigorosa manifestação da cultura, opondo e reunindo cultura de massa e cultura popular, o mundo e o lugar, o mercado e a vida (SANTOS, 2000, p. 35).

A atividade apresenta-se também como um diversificado campo para pensar o plano simbólico da mobilidade, pela sua capacidade em evidenciar constituições de gosto, estilos de vida e disposições estéticas. Neste âmbito, o turismo pode ser visto tanto como *prática*, do qual os indivíduos e grupos sociais buscam se distinguir na hierarquia social, quanto como *espaço*, onde são constituídas e manejadas as fronteiras culturais e simbólicas entre as classes (BOURDIEU, 1983). Mas, o que se tem visto é que há uma desatenção sobre o papel das viagens turísticas nos arranjos econômicos, sociais e simbólicos das populações pobres, pelo fato dos segmentos de baixa renda raramente serem concebidos na categoria “turista”. A presença desses estratos sociais no estudo sobre o tema no Brasil, normalmente é encontrada em pesquisas sobre os impactos da atividade em localidades receptoras ou sobre a classe trabalhadora do turismo convencional. Mas dificilmente são vistos como classe social capaz de planejar, produzir e consumir viagens turísticas.

O turismo popular é uma forma de mobilidade que se constitui como ferramenta para a movimentação de pessoas e mercadorias entre centros comerciais populares no Brasil e fora dele, produzindo trocas interculturais e fluxos transnacionais periféricos. Esse universo permite identificar questões ligadas à globalização, ao mundo do trabalho e a mobilidade, na medida em que absorve em seu interior experiências culturais territorializadas e desterritorializadas, constituídas por influências mundiais e produções locais, que dinamizam fluxos financeiros, humanos e de mercadorias.

Seus promotores e consumidores são constituídos por grupos de donas de casa e de igrejas, estudantes de escolas públicas, trabalhadores, membros de associações de bairro e sindicatos, grupos de amigos ou parentes. Nesse ambiente, há empresas, empreendedores, cooperativas, além de iniciativas individuais ou coletivas que garantem os deslocamentos para os mais diversos espaços, levando grupos para ambientes naturais e históricos, eventos culturais e religiosos, bem como centro de compras e diversão. Como é possível observar na entrevista com um empreendedor turístico a seguir:

Eu vim da Bahia ao Recife, passar uma temporada de quinze dias. Aí me acostumei aqui. Cheguei aqui, enfrentei a vida de cobrador, passei três anos na Vera Cruz, trabalhei na Borborema. E saí e comecei negociando. E no mesmo instante, depois, comecei a fazer piquenique. Ia levar grupo para Natal, ia pra Maceió, ia para Aracaju. E depois comecei as excursões para Salvador, Fortaleza, Maceió, Paulo Afonso. E em seguida comecei fazendo também a sulanca. Como realmente

emprego tá difícil, (...) fiz um jeito assim de manter minha vida nas viagens, como eu faço piquinique, faço as excursões, faço compras, que é a sulanca (Caruaru, Toritama, Santa Cruz) (...). Eu trabalho não só a sulanca, eu trabalho também muito na área pedagógica. Porque eu presto muito serviço aos colégios. Assim, tanto alugo ônibus, como eu faço também a organização. Assim, vou no colégio e fecho o pacote (LAÍLSON BAIANO).

A forma de organização das viagens não é exógena aos participantes, pois está entrelaçada ao estilo de vida de quem o vivencia. Trata-se de um turismo produzido artesanalmente, tecido pelas mãos não só do organizador, mas também dos participantes, que interferem no planejamento e na execução dos deslocamentos. Os espaços utilizados para a organização e captação dos viajantes ocorrem normalmente no próprio ambiente doméstico, nas ruas de bairros e municípios. A forma de divulgação ocorre através de classificados de jornal, panfletos espalhados em espaços públicos de intensa movimentação, pela comunicação boca a boca ou através de visitas domiciliares.



Panfletos e cartões de organizadores de viagens

Fonte: Acervo pessoal

Muitos deles possuem um nome fantasia para intitular sua empresa e apresentá-la aos clientes, utilizando-se do próprio ambiente doméstico para empreender suas viagens. “A minha agência é a

sua casa! Apenas utilizo-me de uma agenda de contatos e bato de porta em porta na casa das pessoas”. Foi o que disse uma organizadora de viagem ao explicar como funciona a sua empresa, constituída não em espaço físico comercial, mas na interação, no contato entre as pessoas.

O ônibus é utilizado como importante meio de transporte dessa modalidade turística, podendo ser proveniente tanto da frota de transportadoras oficiais como das cooperativas de trabalhadores autônomos. Os ônibus particulares são envolvidos por elementos simbólicos, que muitas vezes são evidenciados por características encontradas na estrutura física, tais como: frases de efeitos colocadas nos vidros, forma de pintura e cores utilizadas, decoração interna, conservação, limpeza e nome-fantasia escolhido.



Ônibus particulares de turismo  
Fonte: Acervo pessoal

Tais transportes apresentam-se como uma peculiaridade dessa forma de experiência turística, já que são conduzidos pelos próprios donos, o que permite uma relação mais próxima com os grupos transportados. Muitas vezes são eles que além de transportar, planejam, divulgam e executam os deslocamentos, não havendo nesse caso mediadores. Seus proprietários são normalmente ligados a cooperativas que servem para despachar a documentação exigida oficialmente. Mas, como explica o proprietário do ônibus Venezatur: “Cada dono tem que correr para conseguir seu cliente. A gente mesmo cria a viagem e vende a passagem”.

Urry (2001) descreve que na experiência turística há a troca do ordinário pelo extraordinário, na medida em que há um afastamento das práticas, redes e espaços sociais cotidianos em que o anonimato e a liberdade são experimentados. Mas o ambiente empírico do turismo popular sugere a

relativização e problematização de tal pensamento, pois muitas vezes suas práticas vão de encontro à compreensão de distanciamento social e cultural vivido, contradizendo a busca do individualismo no ato de viajar.

Um bom exemplo disso foi o que pude observar quando acompanhava uma excursão ao espetáculo da Paixão de Cristo em Nova Jerusalém. O grupo em que eu estava foi até o teatro ao ar livre mas não assistiu o espetáculo, preferindo fazer um churrasco atrás do ônibus. Quando circulei no estacionamento percebi que existiam outros grupos fazendo o mesmo, inclusive composto por pessoas idosas, que explicaram não ter a menor condição de correr entre os palcos para assistir ao espetáculo. Ao conversar com um organizador de viagem que empreende deslocamentos para Fazenda Nova, ouvi a seguinte explicação: “A maioria não vem para o espetáculo, vem só para o passeio”.

É como se o turismo popular estivesse ligado ao sentido de *pedaço*, termo cunhado por Magnani (1984), utilizado como categoria abstrata e simbólica, que serve para designar os vínculos estabelecidos entre as pessoas participantes de redes de sociabilidade. O autor identifica o pedaço como uma terceira dimensão<sup>89</sup>, intermediário da casa e da rua (DAMATTA, 2000). A categoria *pedaço* tem estado constantemente presente na fala dos interlocutores, como segue abaixo:

Eu moro no Ibura, no Ibura de Baixo. Mas eu tenho gente em Muribeca, em Prazeres, como na outra área do Ibura que é muito grande, Ipsep e até na Cidade Universitária. (...) comecei em Muribeca. Eu cheguei no conjunto Muribeca, o quê, em 1984, quer dizer, estava recém inaugurado. Até o presente momento eu efetuo viagens ali dentro. Tem meninas ali que viaja comigo que às vezes eu nem sei quem é a menina, e, quando chegam, dizem: tu não me conhece mais não é? Devido ao conhecimento. Porque às vezes eram solteiras, já casaram, hoje já são mães, as filhas já estão viajando comigo (LAÍLSON BAIANO).

---

<sup>89</sup> “O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mas ampla que é fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade” (MAGNANI, 1984, p. 138).

O *pedaço* não depende diretamente do território, pois pode mover-se de acordo com os interesses do grupo – que também negocia continuamente as fronteiras de quem é e de quem não é do pedaço. Mas Magnani (1984) explica que não basta morar perto ou frequentar assiduamente certos lugares para ser considerado do “pedaço”, é necessário estar situado numa rede particular de relações sociais dos quais estão inscritos elementos como parentesco, vizinhança e procedência.

### 3. Quando a cultura viaja

A mobilidade humana ganha novos contornos na contemporaneidade, sobretudo pela influência da globalização, da transnacionalização e do cosmopolitismo vivenciado tanto por fluxos transnacionais dominantes quanto pelos “supostos” dominados. Estes deslocamentos podem ser influenciados por fatores como classe, gênero, etnia e religião, bem como pelos distintos graus de liberdade. Trata-se de uma nova ordem mundial, que desestabiliza noções de identidade, pertencimento e autenticidade, produzindo complexas experiências de trabalho, moradia, comércio e lazer.

Os fluxos humanos globais, livres e forçados estão pluralizando o fazer antropológico, na medida em que passam a exigir novos debates epistemológicos e investigativos, que deem conta das rotas e experiências culturais vivenciadas nestes deslocamentos. Nesse sentido, como defende Clifford (1999), a cultura além de estar circunscrita no território, passa a ser compreendida no sentido de trânsito e movimento.

Assim, pensar a cultura em termos globais é considerá-la como processo, buscando dar conta das produções culturais que não estão circunscritas no espaço. Um bom exemplo disso são os fluxos de pessoas, mercadorias, informações e imagens que promovem o que Featherstone (1990, p.07) denominou de “terceiras culturas”, culturas transnacionais ou mesmo as chamadas comunidades “imaginadas” resultantes das interações sociais mediatizadas.

Em seu livro “Itinerarios Transculturales”, Clifford (1999) defende que os sentidos de “morar” e de “estar em trânsito” precisam ser revisitados pela Antropologia, para que se possa entender o universo cultural dos deslocamentos contemporâneos. O autor problematiza a delimitação do campo enquanto tempo e espaço, visualizado em termos de fluxo e não de lugar fixo.

Para Clifford (1999), esses movimentos possibilitam vir à tona lugares de trânsito como supermercados, aeroportos e estacionamentos, bem como atores sociais envolvidos, tais como os peregrinos, turistas e migrantes, que muitas vezes são marginalizados nas concepções mais fechadas de cultura. Isso permite identificar historicidades, disputas e interações que vêm ocorrendo cotidianamente no mundo atual, quando o nativo se apresenta como um viajante no mundo globalizado.

O referido autor critica a etnografia tradicional por ter privilegiado as relações de residência em detrimento das relações de deslocamento. Para ele é necessário fazer estudos comparativos de dinâmicas de residência e de viagem, para que a cultura possa ser compreendida tanto em espaços fixos como de trânsito. É o que Sahlins (1997) chama de *Cultura Translocal* e Hall (2006) chama de *Cultura Diaspórica*, consideradas como culturas transculturais dispersas e unidas por uma contínua circulação de pessoas, ideias, objetos e dinheiro.

Nessa realidade de mobilidade cultural, a relação espaço-tempo é reconfigurada e impulsionada pelas tecnologias, afrouxando a relação entre a cultura e o lugar. Em todo o mundo, os fluxos migratórios, forçados e livres, estão pluralizando e construindo identidades culturais híbridas e múltiplas, desestabilizando os antigos Estados-nação. Por isso é que aspectos como mobilidade, movimento e fluxos são importantes ferramentas analíticas para a compreensão da vida social contemporânea.

Esses temas, sobretudo quando relacionados aos deslocamentos de pessoas em busca de melhores condições de vida e de trabalho, diariamente ganham novos debates, mecanismos de vigilância e ações criativas que resistem ao controle. Nesse cenário “móvel”, há a proliferação das culturas cosmopolitas voltadas para a experiência, interação e sociabilidade em contextos culturais divergentes (FEATHERSTONE, 2000; HANNERZ, 1999), que envolve também o mundo do trabalho, como podemos observar a seguir:

Dilson saiu de Salvador há 12 anos. Decidiu tentar a sorte de um emprego na cidade paraguaia conhecida pelos brasileiros como o paraíso das compras de importados. Hoje está casado e ganha US\$ 3 mil por mês em uma loja de eletrônicos. Dilson mora em Foz do Iguaçu (PR), do outro lado da Ponte da Amizade, e faz parte de um grupo de nordestinos que trabalha de forma regular nas lojas da região. O baiano tem toda a documentação paraguaia. O contrato foi assinado em dólar. Férias só uma semana por ano. O trabalho, por outro lado, vai de domingo a domingo. O comércio abre bem cedo e fecha às 17hs (Diário de Pernambuco, 03.06.2007).

Hannerz (1999), em seu artigo “Cosmopolitas e Locais na Cultura Global”, traz a discussão sobre o cosmopolitismo e as formas de mobilidade humana na contemporaneidade. Para o autor, o cosmopolitismo está relacionado à habilidade individual em interagir e apreender os sistemas de significados da cultura divergente. Conforme indica em seu texto, os fluxos humanos, tecnológicos e comunicacionais têm gerado novas formas de interações, capazes de produzir diversas culturas transnacionais, que muitas vezes transcendem as identidades nacionais. Mas adverte que a mobilidade humana tanto é capaz de potencializar as experiências cosmopolitas, como também minimizar tal envolvimento.

O turismo foi citado por Hannerz (1999) como experiência pouco estimuladora de experiências cosmopolitas. Os fluxos turísticos, segundo ele, muitas vezes são planejados justamente para distanciar-se dos “perigos” da imprevisibilidade do ambiente cultural visitado, sendo vivenciadas muitas vezes como “mobilidades controladas e previsíveis”. Tal crítica também pode ser visualizada em teóricos como Maccannell (2003) e Bauman (1998).

Na opinião de Maccannell (2003, p.15), a crítica diante dos turistas não está relacionada ao deslocamento em si. O que tem sido amplamente questionado são as formas de interação que são realizadas nestas formas de viagens, resultantes de experiências superficiais diante das culturas e territórios do Outro. Conforme o mesmo autor, o que incomoda os intelectuais é a apreciação pouco profunda do olhar do turista em relação aos espaços e pessoas visitadas e as consequências que esse comportamento gera nas localidades anfitriãs.

Mas a globalização tem distintos efeitos diante da liberdade dos fluxos de comércio, de pessoas e de negócios financeiros, gerando um importante fator de estratificação na sociedade de consumo, conforme salienta Bauman (1999). Ele esclarece que a efetiva liberdade para tais movimentos está “estruturalmente” destinada às elites, não ocorrendo o mesmo com grande parte da população. “[...] os que vivem no ‘alto’ estão satisfeitos de viajar pela vida segundo os desejos do seu coração, podendo escolher os seus destinos de acordo com as alegrias que oferecem. Os de ‘baixo’ volta e meia são expulsos do lugar em que gostariam de ficar” (BAUMAN, 1999, p.95).

Essa premissa pode ser ampliada na observação sobre as formas de circulação dos indivíduos entre países e continentes. Se por um lado as nações mais ricas possibilitam aos seus cidadãos a livre circulação e o exercício do cosmopolitismo e da extraterritorialidade no interior de seus territórios,

como ocorre com a União Europeia, por outro lado intensificam o controle diante dos fluxos de pessoas provenientes dos países mais pobres, cuja migração é movida em grande parte pelas relações de trabalho e busca de melhoria de vida.

Diante do fluxo migratório, os Estados-nação dos países ricos têm imposto severas restrições sobre tal movimento, utilizando-se da criminalização como alternativa para conter, controlar e punir os “fluxos indesejados”. Um bom exemplo disso é a lei de imigração que foi aprovada pela União Europeia em 18 de junho de 2008. Seu principal objetivo é a intensificação das punições aos imigrantes ilegais, prevendo a detenção dos mesmos por um período de até 18 meses, além da expulsão e a respectiva proibição de retorno à Europa nos cinco anos seguintes<sup>90</sup>.

A mobilidade é vista por Bauman (1999) como um *valor*, uma experiência cobiçada e requerida por grande parte da população, mas não alcançada por todos. Fato que provoca um grande abismo na escala da liberdade entre os que são estimulados a mover-se e os que estão “fadados” a não circulação, alvo dos controles. O que causa a emergência de uma *hierarquia da mobilidade*, que absorve em seu interior privilégios e privações no deslocamento humano.

Para discutir essa hierarquia, Bauman (1998) lança mão de duas metáforas de viajantes constituídas nas figuras do *turista* e do *vagabundo*. O paradigma do turista representa a ideologia hegemônica da globalização, posição em que estão os países ricos e as organizações transnacionais, que encontram poucas barreiras na circulação pelo mundo afora. Tal paradigma representa os fluxos humanos, de mercadorias, financeiros e tecnológicos, que possuem plena liberdade no ato de mover-se, representando as formas de deslocamentos aceitáveis e autorizadas dos sistemas mundiais e nacionais de controle.

Os vagabundos representam os fluxos “inconvenientes” e marginais perante a estrutura dominante. Posição em que são encontradas grande parte da população mundial, composto por àqueles que estruturalmente não foram dados o direito de serem turistas, constituídos pelas margens e os fluxos periféricos. São as mobilidades precárias vivenciadas por trabalhadores, migrantes e toda a sorte de

---

<sup>90</sup> “Governo brasileiro ‘lamenta’ nova lei europeia para imigração. Reportagem publicada em 18.jun.2008 pela Folha de São Paulo online. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/mundo/ult94u413765.shtml?>>. Acesso em 07.07.2008.

peessoas que se movem inclusive na informalidade e na ilegalidade que, diferentemente dos turistas, nem sempre estão em movimento por escolha própria. Muitas vezes o desenraizamento ocorre por necessidade de mover-se para sobreviver, como muitos trabalhadores que circulam cotidianamente entre fronteiras interestaduais, internacionais e intercontinentais, atuando no mercado de trabalho informal.

Os passeios e viagens turísticas populares muitas vezes apresentam-se na posição de *alter ego* do paradigma do turista, sendo banidos pelos vários segmentos turísticos convencionais, compostos pelas empresas turísticas oficiais, prefeituras municipais, moradores de segunda residência e comerciantes locais. É como se o Turismo Popular estivesse situado numa posição liminar (TURNER, 1974), estigmatizado como turismo de “pobre”, de “farofeiro”, constituídos por aqueles que ocupam os degraus mais baixos da estrutura social.

Por consumirem pouco nos locais visitados são conhecidos pejorativamente como “farofeiros”, denominação dada no Brasil aos que se alimentam fora do lar com alimentos provenientes de casa. Por isso, são frequentemente alvos de políticas públicas cujo principal objetivo é restringir o acesso aos principais espaços naturais “turísticos”, através de cobranças monetárias que envolvem inclusive propinas.

Em novembro de 2006, o Jornal do Commercio publicou uma reportagem intitulada “*Cobrança de taxa em praias causa tumulto*”, que descrevia a aplicação de uma taxa ambiental cobrada aos visitantes das praias de Suape. O curioso é que tal cobrança foi utilizada principalmente para inibir as populações pobres que ali se dirigiam, visto que apenas os ônibus populares de turismo foram obrigados a pagá-la. Enquanto isso, outros visitantes estavam isentos, como as pessoas que utilizavam carros de passeio ou ônibus de operadoras turísticas oficiais. Essa situação atingiu diretamente a população de baixa renda, como observamos no trecho da reportagem a seguir:

(a) O carteiro Gildo Queiroz estava na excursão que saiu de Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata, às 6h30, com destino à Praia de Enseada dos Corais. Havia 48 pessoas no coletivo. ‘Pagamos R\$ 15 pelo passeio. Não temos dinheiro para a taxa de R\$ 151. É abusivo’, comentou Gildo.

(b) ‘Queremos apenas nos divertir. Cada pessoa gastou R\$ 10 para vir até Suape. Se iriam cobrar a taxa, que avisassem antes’, afirmou a doméstica

Ivanilde Silva, que estava com o marido e os dois filhos e fazia parte de um grupo do Iburá, na Zona Sul da capital.

Mas no ambiente empírico, as metáforas do *turista* e do *vagabundo* não são distantes uma da outra, mesclando-se de acordo com a manipulação de seus agentes. Há uma variedade de experiências de mobilidade que possuem características dos dois paradigmas, não sendo concebidos, portanto, como propostas estanques de se pensar o deslocamento humano.

#### 4. Deslocando-se para sobreviver

Nas duas últimas décadas, o mundo do trabalho absorveu um conjunto de mudanças estruturais, tecnológicas, produtivas e organizacionais desencadeadas pela emergência de uma nova divisão internacional do trabalho. Tal realidade surge como resultado de um conjunto de estratégias produtivas e empresariais, que alteraram objetivamente e subjetivamente a relação entre trabalhadores, empregadores, Estados, capitais financeiros e meios de produção.

A globalização trouxe em seu cerne o que chamou Harvey (1989) de *acumulação flexível*, caracterizada pelo surgimento de novas maneiras de produção e distribuição no âmbito mundial, como resultado das inovações tecnológicas, organizacionais e comerciais. Nas localidades, ocasionou uma redefinição da noção de trabalho, devido à proliferação de opções temporárias e terceirizadas de contratação, bem como a ampliação da informalidade e da fragmentação da vida econômica (LONG, 1996, p.38).

A ampliação de opções parciais, temporárias, terceirizadas e informais de contratação causou perdas significativas para a classe trabalhadora, favorecendo o aumento de formas alternativas de geração de emprego e renda, como possibilidade de redução dos altos índices de desemprego e da consequente exclusão social (RAMALHO & SANTANA, 2003). Com a crise do mercado formal de trabalho e de serviços sociais e culturais regulares, o que se tem hoje é um espaço de criativas possibilidades de sobrevivência.

Trata-se de uma pluralidade de intervenções que emergem no interior de uma economia popular, que vem dando respostas à realidade de diversas periferias do Brasil, melhorando e transformando a

realidade social local. Tais intervenções chegam como possibilidade de preenchimento das lacunas deixadas pelo Estado e a impossibilidade de inserção dos membros da comunidade no sistema mercantil mais amplo. Essa realidade tem sido constantemente observada no ambiente empírico do turismo popular, como é possível verificar no trecho da entrevista de um organizador de viagem:

A gente entra hoje, pega um tempo, daqui a pouco tá na rua. [...] Como eu fiquei desempregado, comecei a vender jóia, depois de algum tempo a vender roupa e a fazer uns piqueniques, aí me adaptei a essa parte. Me manter, por minha conta mesmo. Eu faço minha renda. Anoto todas às vezes se eu tenho prejuízo ou tenho lucro. Eu vou anotando. No final do mês eu faço minha conta de quanto eu ganhei e quanto eu paguei. Eu faço o grosso e faço o líquido, né. Pra saber se eu realmente tô tendo lucro ou tô tendo prejuízo. Mas graças a Deus tá sendo melhor pra mim, trabalhar pra mim do que de empregado (LAILSON BAIANO).

A socióloga do trabalho Helena Hirata (MARIUZZO, 2006) explica que a peculiaridade do Brasil em enfrentar o desemprego está no papel desempenhado pelas redes de solidariedade formadas pela família, igrejas e vizinhos. Esse universo de produção, troca e consumo tem gerado uma economia dos setores populares, que mesmo dispersa e fragmentada, passou a constituir-se como um espaço de produções individuais, familiares e associativas, de circulação de produtos, serviços, pessoas e recursos, orientada por redes locais, de reciprocidade e vizinhança. São práticas econômicas complexas e diversas, elaboradas como busca de soluções cotidianas de sobrevivência e redução da exclusão social.

No Brasil, essa economia periférica absorve grande parte da população pobre, desempenhando importante papel de melhoria da qualidade de vida de seus produtores e usuários. Isso se deve pela intensa ligação estabelecida com o cotidiano e a real necessidade dos seus atores sociais, apresentando-se como ferramenta viabilizadora de acesso em termos de moradia, alimentação, saúde, educação, transporte, vestuário, microcrédito e lazer (MOTTA & SCOTT, 1983). Trata-se de

[...] um sistema estruturado de empregos, altamente hierarquizado e especializado que, embora reflita as relações de trabalho capitalistas, também possui sua lógica própria. Afinal, no momento em que esta cadeia encontra-se um tanto descolada dos contratos formais e da regulamentação do Estado, acaba desenvolvendo suas próprias leis e regras (MACHADO, 2004, p.115).

É uma economia com identidade própria, germinada de dentro para fora e de baixo para cima, reflexo do ambiente ao qual é brotada (ARROYO, 2003, p.56). Constitui-se como um enfrentamento de uma maioria diante da macroeconomia vigente, sendo constituída por arranjos sociais e estruturas de emprego, renda e consumo.

Nesse ambiente econômico, popular e informal, o olhar antropológico traz importante contribuição. Isso porque, o próprio sentido de maximização e lucro é relativizado, pois tais fatores são observados não só por questões mercadológicas, monetárias ou de utilização dos bens, mas também pela busca da maximização de relacionamentos, de dádivas e de ampliação de redes de reciprocidade.

A Antropologia Econômica concebe as operações econômicas como um conjunto de processos socioculturais realizados nas distintas sociedades, problematizando as concepções deterministas da Economia e possibilitando outros olhares sobre o tema. A disciplina se interessa em compreender não apenas a economia da sociedade capitalista Ocidental mas também a de outros povos, considerando que as práticas econômicas não acontecem apenas na esfera do mercado mas também em outros contextos, como os domésticos e informais, por exemplo (DOUGLAS & ISHERWOOD, 2004).

Para a Antropologia, “as relações de trabalho capitalistas, para além de suas acepções economicistas, são, fundamentalmente, relações culturais inscritas no cotidiano das pessoas”, capazes de evidenciar princípios e valores (MACHADO, 2004, p.112). Trata-se de um elemento estruturador de relações sociais capaz de desempenhar papel ideológico, simbólico e prático com capacidade de construir identidades, redes de sociabilidades e mecanismos de distinção.

No estudo sobre o mundo do trabalho na população de baixa renda, a análise antropológica permite ampliar as concepções de trabalho e trabalhador, na medida em que possibilita investigar as estratégias de sobrevivência acionadas pelos indivíduos que envolvem informalidade, arranjos familiares, microempreendimentos de unidades domésticas e toda a sorte de possibilidades. Os estudos etnográficos sobre o assunto têm possibilitado observar a diversidade cultural no interior do universo do trabalho em que o indivíduo se apresenta não apenas como mão-de-obra, mas também como agente social, cultural, político e econômico.

No contexto do turismo popular, como campo do trabalho, é necessário lançar mão das linhas teóricas que consideram as globalizações que são produzidas dentro do sistema hegemônico, constituídas por mercados e fluxos de pessoas provenientes do povo e não das elites. Trata-se de uma ferramenta que permite dar visibilidade as práticas cotidianas dos agentes periféricos populares que “subvertem” a estrutura como forma de sobrevivência. Por isso, utilizamos as perspectivas teóricas tratadas por Gustavo Lins Ribeiro sobre a globalização popular, considerada como

[...] sistema mundial no-hegemónico: una composición de varias unidades ubicadas en distintos lugares, conectadas por agentes activos en la globalización popular. La globalización popular está formada por redes que operan de manera articulada y que en general se encuentran en distintos mercados que forman los nudos del sistema mundial no-hegemónico. Esta articulación crea interconexiones que dan un carácter sistémico a este tipo de globalización y hace que sus redes tengan alcance a larga distancia. El sistema-mundial no hegemónico conecta distintas unidades en el mundo a través de flujos de información, personas, mercancías y capital (RIBEIRO, 2007, p. 15)

Mas de que forma o turismo popular insere-se nas redes de mercados e fluxos populares transnacionais? Para responder tal questionamento, teremos como base empírica o polo de confecção e moda popular localizado no agreste pernambucano<sup>91</sup>. Atualmente, a região é responsável por considerável dinamização da economia e do mercado de trabalho popular, tendo como principais polos os municípios de Toritama, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe. Diariamente as respectivas localidades recebem pessoas de várias partes do Nordeste, do Brasil e até de outras nações como Cabo Verde e Senegal.

A rota da moda popular pernambucana tem potencializado também o comércio informal, favorecendo inúmeros microempreendedores que frequentemente deslocam-se para tais localidades, como podemos observar a seguir:

---

<sup>91</sup> “Desde a década de 70, novas atividades vêm assumindo um papel econômico importante na região, que envolve não só a produção – de roupa (sulanca), de bordados e renda, de artesanato de barro – como também, especialmente, a comercialização dessa produção, através da criação e do incremento de feiras livres – a Feira da Sulanca, em vários locais do Estado, e a Feira de Caruaru. Os eventos turísticos, incentivados pelo poder público em associação a promotores privados, que, em geral, envolvem vários municípios, extrapolando, em alguns casos, a Região de Desenvolvimento onde eles se localizam, também contribuem para a criação de novas oportunidades de trabalho na região” (LYRA, 2005, p.147).

Há dez anos, a sulanqueira Veronice Souza, 47, deixa, uma vez por mês, a cidade de Remando, na Bahia, em direção a Caruaru. A exaustiva jornada começa às 10h da segunda-feira e só termina às 2h da quarta-feira. As noites mal dormidas na poltrona do ônibus e a dureza da viagem parecem indiferentes diante da necessidade de alimentar a família. 'É muito sofrimento, mas é a vida', conforma-se<sup>92</sup>.

As mercadorias são adquiridas para serem vendidas em bairros, ruas dos centros de capitais e cidades interioranas, bem como lojas do comércio formal. Mas além desses fluxos que chegam ao local há também os que se deslocam para outros centros comerciais, como forma de distribuição das confecções pernambucanas e compra de novas mercadorias para revenda no estado, interligando-se aos mercados populares nacionais e internacionais. As mercadorias produzidas para serem vendidas neste circuito são produzidas com baixo custo e pouca vida útil, com reduzida qualidade e durabilidade, que conduz a uma aceleração na produção, circulação e consumo.

Para viabilizar os fluxos de pessoas e mercadorias há uma ampla infraestrutura de serviços turísticos populares, em forma de transportes, agências de viagens, guias de turismo e meios de hospedagem, que tem possibilitado a viagem de diversos microempreendedores. É uma ferramenta que promove o fluxo cotidiano de sacoleiros, vendedores ambulantes e toda sorte de atividades informais no âmbito da compra, venda e consumo de produtos, serviços e tecnologias multiculturais e transnacionais (MEDEIROS & LEAL, 2007).

Ao acompanhar um grupo em direção a Toritama e Santa Cruz do Capibaribe em julho/2008 pude observar um pouco da dinâmica do fluxo de pessoas e do comércio de confecções do agreste pernambucano. Mesmo tendo visitado o local no final do mês, período de pouco movimento segundo os interlocutores, foi possível perceber a intensa presença de pequenos comerciantes que chegavam para percorrer lojas, *stands* e barracas em busca de preços baixos e boas mercadorias. Alguns vinham de longe, como os provenientes de municípios da Bahia e Espírito Santo, enfrentando longas jornadas de viagens para adquirir mercadorias e vender nos lugares de origem.

Saímos às 03h50 da manhã de uma segunda-feira para chegar cedo a Toritama e depois seguirmos para Santa Cruz do Capibaribe. No retorno, que ocorreu por volta às 13h do mesmo dia ainda

---

<sup>92</sup> "Sulanqueiros na Rota do Medo". *Jornal do Commercio*, Caderno Cidades, 25.03.2007.

paramos em fábricas de confecção localizadas na beira da estrada, onde as passageiras complementaram as respectivas compras.

Para fazer tal deslocamento contratei o serviço de um “fretante”, como assim se intitula Laílson Baiano, morador de Ibura de Baixo, que sobrevive de organizar viagens há 23 anos. Localizei-o através de anúncio em classificados do jornal. Suas viagens envolvem centros de compras, visitas pedagógicas e práticas de lazer (piqueniques, shows, festas e excursões).

O grupo que acompanhei era formado por sete mulheres<sup>93</sup>, todas pequenas comerciantes provenientes de bairros como UR-10, Ibura de Baixo, Muribeca e Moreno. Segundo elas, a ida a rota da moda acontece semanalmente ou quinzenalmente para dar suporte à comercialização de confecções – cujas vendas ocorrem em domicílio, no próprio bairro e fora dele ou através de lojas no ambiente doméstico ou em centros comerciais.

O deslocamento para comprar roupas é desgastante por vários fatores. O horário de saída de casa; à distância a ser percorrida; o perigo de roubo nas estradas; as inúmeras lojas e barracas a serem visitadas; e as idas e vindas ao ônibus para deixar as mercadorias, que são carregadas em sacolas e/ou carrinhos.

As rotas comerciais do turismo popular agregam em seu interior formas lícitas e ilícitas de deslocar pessoas, mercadorias e recursos financeiros entre fronteiras, inserindo-se no interior de uma globalização popular (RIBEIRO, 2007). Isso é possível ser visto entre os municípios do polo pernambucano de confecções, formados pelos municípios de Toritama, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe e outros centros de comércio popular como o Brás (SP), a 25 de março (SP) e Ciudad Del

---

<sup>93</sup> A intensa presença feminina foi observada não só no grupo que acompanhei, mas também nos ônibus e vans que chegavam continuamente nos espaços pesquisados. Conforme Laílson Baiano, “[...] hoje a mulher sempre negocia mais que o homem”, sendo 99% do seu público nas viagens para os polos de confecção. “Eu venho aqui nessa van com quinze pessoas. Às vezes não vem nenhum homem, só vem mulher. A frequência mais é mulher”, conforme o interlocutor. Segundo o grupo que viajou comigo, homem não entende de moda, por isso, confecção é negócio de mulher! De acordo com uma das interlocutoras, “a gente vê na televisão, aí sai uma moda, sai uma blusa, sai um short, e homem não entende. Se você manda comprar, ele vai perguntar que short é. Pra quê que serve.

Este (Paraguai), que juntos permitem a compra, a venda e a distribuição de produtos pernambucanos, chineses e paraguaios, pelas mãos de diversos trabalhadores do mercado informal.

Todas as sextas-feiras, um posto de gasolina de Caruaru, localizado às margens da BR-104, transforma-se numa verdadeira rodoviária pirata com dezenas de ônibus clandestinos partindo para o Sul e Sudeste do país, sobretudo São Paulo. Pelo menos três desses ônibus fazem viagens regulares para Foz do Iguaçu, no Paraná, viabilizando a atividade de um novo tipo de mascate cada dia mais comum em Caruaru: o sulanqueiro-muambeiro. São dezenas de homens e mulheres que duas vezes por mês enfrentam três dias de viagem para vender as roupas produzidas em Santa Cruz do Capibaribe e comprar brinquedos, fitas cassete e toda a sorte de bugigangas em Ciudad del Este, paraíso da muamba, vizinho a Foz do Iguaçu (LYRA, 2005, p.144).

Nesse contexto, surge a categoria “sulanqueiro-muambeiro”, que é um misto de viajante, trabalhador e agente transnacional. Esses trabalhadores informais atuam como agentes não-hegemônicos, que através de suas atividades e ações cotidianas, desafiam a economia global, apresentando-se como “conectores de espaços globais fragmentados” (RIBEIRO, 2006, p.14).

O sulanqueiro-muambeiro é um agente econômico emblemático no uso da infraestrutura turística popular, composto muitas vezes de trabalhadores egressos de empresas formais, desempregados, comerciantes ou microempreendedores que possuem lojas no setor formal (RODRIGUES, 2007, p.132).

Para a atividade de compra, distribuição e consumo das mercadorias outros trabalhadores e atividades entram em cena, podendo variar de acordo com o cenário pesquisado. Nas viagens destinadas aos polos comerciais podemos destacar categorias de viajantes mais frequentes, que são os turistas de compras e os diversos trabalhadores (sacoleiros, camelôs, vendedores ambulantes, entre outros).

O turista de compras é aquele que mescla motivações turísticas com as de aquisição de bens. Estes últimos normalmente são adquiridos para consumo doméstico e não comerciais. O sacoleiro pode ser “supostamente um turista de compras” quando se utiliza astuciosamente dessa categoria como estratégia de entrada, circulação e saída dos centros de compras. Mas ele é, antes de tudo, um empreendedor que viaja com objetivo de adquirir mercadorias para revendê-la no local de origem. É um comerciante que se utiliza de infraestrutura turística para

desenvolver seu trabalho, cujo principal meio é a viagem, o deslocamento. A motivação dos vários outros trabalhadores que participam desses trajetos, como sulanqueiros, camelôs e laranjas têm como motivação o comércio informal, o que difere do viajante turista.

Nesse cenário é possível averiguar como o processo de precarização do trabalho abre espaço para soluções que possam substituir os postos de trabalhos que se reduzem a cada dia. Por isso, é necessário dar visibilidade às ações e os atores que se instauram na informalidade. Já que, como pontua Machado (2004, p.111), “a globalização só existe no conjunto das práticas de homens e mulheres que a criam, a vivem e a reinventam”.

Essa rota periférica transnacional de pessoas, dinheiro e mercadorias entre Pernambuco e Paraguai permite que as roupas confeccionadas no agreste nordestino possam ser facilmente encontradas nas ruas de Ciudad Del Este, correspondendo a 30% dos vestuários vendidos no local. Quando chegam ao Paraguai são adquiridas por microempreendedores de lojas, bancas e bazares situados no interior do país, que compram em grande quantidade para vender a varejo (JC, 2000).

Quando chegam em Pernambuco, as mercadorias seguem para serem distribuídas na Feira do Paraguai, em Caruaru, onde existe muitos trabalhadores que ganham a vida comercializando tais produtos. Grande parte dos produtos importados é falsificada e de origem paraguaia ou chinesa, abarcando desde brinquedos, eletrônicos, eletrodomésticos, miudezas e objetos de decoração até remédios. Um exemplo disto é o medicamento Pramil, um modelo similar ao Viagra fabricado no Paraguai, que teve sua comercialização proibida no território brasileiro desde 2002, mas que é transportado clandestinamente para Pernambuco na rota sulanca-muamba, para ser vendido no agreste e sertão do estado<sup>94</sup>.

---

<sup>94</sup> Reportagem: “Viagra paraguaio invade interior”. In: <<http://acertodecontas.blog.br/atualidades/viagra-paraguaio-invade-interior/>>. Acesso em: 07.08.2008



Exemplos de mercadorias transportadas entre Pernambuco e Paraguai

Fonte: Acervo pessoal

As mercadorias são compradas tanto por comerciantes e consumidores do interior pernambucano quanto por pessoas de estados vizinhos (JC, 2000). Além disso, tais mercadorias também abastecem camelôs e vendedores ambulantes de todo o estado. Trata-se de uma mobilidade astuciosa, dispersa e silenciosa, estando continuamente se apropriando do que lhe é imposto e fazendo bricolagens com e na economia cultural dominante. Esses fluxos populares produzem uma estética errante, temporária e fragmentada com oscilações de formas e conteúdos (FEATHERSTONE, 1990) com ações, procedimentos e operações multiformes que compõem uma antidisciplina no ato de mover-se.

## 5. Considerações Finais

Como foi discutido anteriormente, a infraestrutura turística popular cada vez mais tem sido utilizada para possibilitar o deslocamento de migrantes, trabalhadores e desempregados em busca de fonte de renda, sendo muitas vezes utilizada clandestinamente. A mobilidade turística das classes populares pode absorver lógicas de consumo constituídos por escolhas e usos de bens materiais e simbólicos provenientes da junção de capital cultural e social, posição dos indivíduos na estrutura social e disposição estética. Tal prática é capaz de revelar muito das condições materiais de existência, dos sistemas éticos e estéticos, bem como das lógicas e preferências dos seus usuários.

A singularidade dessa modalidade turística reside na capacidade de ora se moldar, ora subverter e ora estabelecer vínculos com outras formas do Turismo do mundo capitalista. Por isso, acreditamos que esse conjunto de práticas produz uma cultura de deslocamento com distintas formas de produção, circulação e apropriação, que conduz a outras formas de socialização e uso do espaço. São nessas fronteiras que emergem novos sujeitos, tradições e identidades, bem como comunidades e consumidores estigmatizados, que criativamente arranjam formas de participar desse fenômeno global. O cotidiano é o ambiente cultural propício para a sobrevivência desses arranjos populares alternativos diante da precarização do sistema de empregabilidade formal, onde são inventadas as mil maneiras de “caça” não autorizada (DE CERTEAU, 1998).

A importância do olhar antropológico sobre a trilogia globalização, mobilidade e mundo do trabalho está em observar como tais categorias são absorvidas, vivenciadas e manipuladas no cotidiano dos trabalhadores-viajantes. E o universo dos motoristas, sacoleiros, comerciantes, laranjas, fretantes e guias de turismo, que se encontram envolvidos na rota de comércio popular transnacional entre Pernambuco, São Paulo, Paraná e Paraguai ajudam a pensar isso. Essas práticas comerciais e seus circuitos subterrâneos de circulação embaralham fronteiras regionais e nacionais, desafiam o controle dos Estados-nação e aproximam territórios supostamente distantes, como Toritama e Ciudad Del Este.

Consideramos que esta forma de turismo se insere no universo do consumo precário, caracterizado menos pela restrição de bens do que pela forma como ocorre à sua viabilização nos ambientes pobres. São dispositivos informais que permitem levantar recursos e baratear os produtos, aparecendo facilmente nas escolhas materiais circunscritas no vestir, nas habitações e nas opções de lazer. Neste âmbito, apresenta-se como uma tentativa viável de inclusão social, que assume “[...] um valor de resistência à degradação e ao esgarçamento dos vínculos sociais que rondam a vida dos pobres no cotidiano” (CASTILHO, 2006, p.144).

## **Referências Bibliográficas**

APPADURAI, Arjun. “Disjunção e diferença na economia cultural global” In: Featherstone, Mike (coord.). *Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998, p.311-327.

ARROYO, João. “Economia Popular e Solidária”. In: MEDEIROS, Alzira; MARTINS, Paulo Henrique (orgs.). *Economia Popular e Solidária: desafios teóricos e práticos*, 2003, pp.51-58.

AUGÉ, Marc. *Hacia una Antropologia de los mundos contemporaneos*. Barcelona: Gedisa, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. *Globalização: consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BOURDIEU, Pierre. “Esboço de uma Teoria da Prática”. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

CASTILHO, Sérgio. “Memória, experiência urbana e consumo entre famílias populares no bairro do Jacintinho, Maceió, Nordeste do Brasil”. In: LEITÃO, Débora K.; OLIVEIRA LIMA, Diana Nogueira de.; MACHADO, Rosana Pinheiro. *Antropologia do consumo: diálogos entre Brasil e Argentina*. Porto Alegre: AGE, 2006, pp.141-157.

CAVALCANTI, Josefa Salete B. “Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do vale do São Francisco”. In: CAVALCANTI, Josefa Salete B.(org.) *Globalização, Trabalho, Meio Ambiente: Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. INPSO, Instituto de Pesquisas Sociais, FUNDAJ, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Pernambuco, Brasil, 2004. Disponível em: <<http://sala.clacso.org.ar>>. Acesso em: 25.05.08.

CLIFFORD, James. *Itinerarios transculturales: el viaje y la traducción a fines del siglo XIX*. Barcelona: Gedisa, 1999.

DA MATTA, Roberto. *A Casa & a Rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DE CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

FEATHERSTONE, Mike. “A Globalização da Mobilidade: experiências, sociabilidade e velocidade nas culturas tecnológicas”. In: *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC /WRLA, 2000, p.47-111.

\_\_\_\_\_. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernidade e identidade*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1990.

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Ed Unesp, 1991.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e medições culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HANNERZ, Ulf. "Cosmopolitas e Locais na Cultura Global". In: FEATHERSTONE, Mike. (Org.). *Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 14ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1989.

JORNAL DO COMMERCIO. "Cobrança de taxa em praias causa tumulto". In: *Caderno Cidades*. Reportagem publicada em 16.nov.2006.

LONG, Norman. "Globalization and localization: new challenges to rural research". In: MOORE, Henrietta (ed.). *The future of anthropological knowledge perspectives*. London: Routledge, 1996, pp. 37-59.

LYRA, Maria Rejane Souza de Britto. "Sulanca X Muamba: rede social que alimenta a migração de retorno". In: *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, out./dez. 2005, pp. 144-154.

MACCANNELL, Dean. *El turista: una nueva teoría de la clase ociosa*. Barcelona: Melusina, 2003 [1976].

MACHADO, Rosana Pinheiro. "*A garantia soy yo*": etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad Del Este (Paraguai). Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004, 143 p.

MAGNANI, José Guilherme. *Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

MARIUZZO, Patrícia. Socióloga discute o desemprego e a questão de gênero no mundo do trabalho. *Inovação Uniemp*, Campinas, v. 2, n. 5, 2006.

MEDEIROS, Bartolomeu F.; LEAL, Rosana E.S. "Patrimônio Cultural, Identidades e Globalização Popular; um estudo de caso desde o Nordeste do Brasil". In: *VI Congresso Chileno de Antropologia*, 2007.

MOTTA, Roberto; SCOTT, Parry. *Sobrevivência e fontes de renda: estratégias das famílias de baixa renda no Recife*. Recife: Ed. Massangana, 1983.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Aurélio. Trabalhadores, sindicatos, e a nova questão social. In: RAMALHO, J. R.; SANTANA, A. *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003, p.11-43.

RIBEIRO, Gustavo Lins. "A condição da transnacionalidade". In: *Série Antropologia*. ISSN 1980-9867. Vol. 223, Brasília: DAN/UnB, 1997.

\_\_\_\_\_. "Economic globalization from below". *Etnográfica*, Vol X (2), nov., 2006, pp.233-249.

\_\_\_\_\_. "El sistema mundial no-hegemónico y la globalización popular". In: *Série Antropologia*. ISSN 1980-9867. Vol. 410, Brasília: DAN/UnB, 2007.

RODRIGUES, Ivanildo Dias. "Os camelôs e as atividades conexas que compõem o circuito de circulação das mercadorias". In: *Revista Pegada*. Vol.08. N.01. Junho de 2007. pp.129-152.

SAHLINS, Marshall. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

\_\_\_\_\_. O "pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extensão" (Parte I). In: *Mana*. Rio de Janeiro, v.03, n.01, 1997.

SANTOS, Milton. "Lazer popular e geração de empregos". In: *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC /WRLA, 2000, p. 31-37.

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1974.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. 3ª ed. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

## Direito e desobediência em Clarice Lispector: novos olhares ao direito brasileiro<sup>95</sup>

*Derecho y desobediencia em Clarice Lispector: nuevas miradas a lo derecho brasileño*

*Rights and disobedience on Clarice Lispector work: new perspectives to the Brazilian right*

Bárbara Artuzo Simabuco<sup>96</sup>

Edgar César Nolasco<sup>97</sup>

### Resumo

O presente trabalho tem como objetivo relacionar o trabalho de Clarice Lispector enquanto intelectual *desobediente*, cujo direito faz parte do *bios*, com discussões relacionadas à subalternização do direito brasileiro. O *corpus* selecionado consiste na crônica “As caridades odiosas” (1969), no qual questões relativas à pobreza, e aos sentimentos controversos por ela despertados, permeiam a narrativa. A crítica biográfica fronteiriça oferece suporte para a discussão proposta, uma vez que o direito brasileiro, assim como outros saberes, não atende as especificidades do Brasil, tendo em vista os saberes outros, por vezes, serem adotados como tábua de salvação (NOLASCO, 2015), privilegiando uma pequena parcela da população. Evidencia-se, portanto, a necessidade de um olhar fronteiriço e voltado para a *diferença* direcionado ao direito. A sustentação teórica será efetuada por meio de teóricos e biógrafos como Edgar César Nolasco (2015), Eneida Maria de Souza (2002), Walter Mignolo (2015), Jacques Derrida (2010), Nádia Batella Gotlib (1995) e Clair Varin (2002). Alguns dos livros utilizados, dentre outros mais que dialogam com a epistemologia adotada, são: *CADERNOS DE ESTUDOS CULTURAIS, Crítica Cult* (2002), *Habitar la frontera* (2015), *Força de Lei* (2010), *Fronteiras Culturais em Contextos Epistêmicos Descoloniais* (2018) e *Literatura e Direitos Humanos* (2018).

Palavras-chave: Clarice Lispector; Direito; As caridades odiosas; Crítica Biográfica Fronteiriça.

### Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo relacionar el trabajo de Clarice Lispector como intelectual desobediente, cuyo derecho es parte de su *bios*, con discusiones relacionadas con la subalternización de lo derecho brasileño. El *corpus* seleccionado consiste en la crónica “As caridades odiosas” (1969), en la que los temas relacionados

---

<sup>95</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>96</sup> (Graduada em Direito pelo Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio - CEUNSP; Graduanda do quinto semestre do curso de Letras-Inglês da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS; Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil; [basacademica@gmail.com](mailto:basacademica@gmail.com)).

<sup>97</sup> (Doutorado em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS; Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil; [ecnolasco@gmail.com](mailto:ecnolasco@gmail.com)).

con la pobreza y los controvertidos sentimientos que surgen de ella se extienden a la narrativa. La crítica biográfica fronteriza apoya la discusión propuesta, ya que la ley brasileña, así como otros conocimientos, no cumplen con las especificidades de Brasil, ya que otros conocimientos a veces se adoptan como un salvavidas (NOLASCO, 2015), favoreciendo a una pequeña porción de la población. Por lo tanto, se evidencia la necesidad de una mirada *fronteriza* y de cara a la *diferencia* dirigida a lo derecho. El apoyo teórico se realizará a través de teóricos y biógrafos como Edgar Cézar Nolasco (2015), Eneida Maria de Souza (2002), Walter Mignolo (2015), Jacques Derrida (2010), Nádia Batella Gotlib (1995) y Clair Varin. Algunos de los libros utilizados, entre otros más que dialogan con la epistemología adoptada, son: *CADERNOS DE ESTUDOS CULTURAI*S, *Crítica Cult* (2002), *Habitar la frontera* (2015), *Força de Lei* (2010), *Fronteiras Culturais em Contextos Epistêmicos Descoloniais* (2018) e *Literatura e Direitos Humanos* (2018).

Palabras claves: Clarice Lispector; Derecho; As caridades odiosas; Crítica Biográfica Fronteiraça.

#### Abstract

The porpoise of this job is relating Clarice Lispector's work, as a disobedient intellectual, which work is part of her bios, with discussions that involve the Brazilian rights subalternization. As a *corpus* we choose the chronic "*As caridades odiosas*" (1969), in which text questions related to poverty and controversial feelings about it can be constructed. The *crítica biográfica fronteiriça* can offer suport to the discussion since the Brazilian right and another knowledge areas don't afford the Brazil specificities, moreover, the knowledge came of the other, sometimes, are used as a kind of salvation board (NOLASCO, 2015), highlighting a small part of the population. In this way, is clear the necessity of a *fronteiriço* way to looking to these questions. The theoretical discussion is based on the work of theorists and biographers as Edgar Cézar Nolasco (2015), Eneida Maria de Souza (2002), Walter Mignolo (2015), Jacques Derrida (2010), Nádia Batella Gotlib (1995) and Clair Varin (2002). Some books used into this work are: *CADERNOS DE ESTUDOS CULTURAI*S, *Crítica Cult* (2002), *Habitar la frontera* (2015), *Força de Lei* (2010), *Fronteiras Culturais em Contextos Epistêmicos Descoloniais* (2018) e *Literatura e Direitos Humanos* (2018).

Keywords: Clarice Lispector; Rights; *As caridades odiosas*; *Crítica Biográfica Fronteiraça*.

## 1. Introdução: por uma epistemologia biográfico-fronteiraça

A denominação CRÍTICA BIOGRÁFICA FRONTEIRIÇA merece uma nota explicativa. Em meu livro *Perto do coração selvaje da crítica fronteriza* (2013) [...] já me detinha acerca de uma crítica fronteiriça. Todavia, ali eu ainda me valia mais da rubrica pós-colonial ou pós-ocidental [...] Não abri mão de tais teorias [...] mas entendo, agora, que elas se voltavam muito mais para uma América Latina como um todo e que, a seu modo, continuava a excluir Brasil. [...] Na tentativa de resolver em parte isso que me incomodava, fechei um pouco mais o recorte epistemológico e, em contrapartida, [...] aproximei-me mais de meu *bios* e de meu lócus, posto que a fronteira-sul daqui de onde penso é tão real quanto epistemológica.

NOLASCO, 2015, p. 55-56.

Em "As caridades odiosas" o cotidiano é interrompido por um fato que cede lugar a uma epifania em relação aos sentimentos de vergonha e raiva vivenciados por Clarice

Lispector durante dois atos de caridade. A crônica revela a sensibilidade clariciana, ou talvez a suscetibilidade, possibilidades aventadas no relato de uma tarde, a princípio, corriqueira. A partir da mencionada crônica, o presente trabalho tem como objetivo relacionar o trabalho de Clarice Lispector enquanto intelectual *desobediente*, cujo direito faz parte do *bios*, com discussões relacionadas à subalternização do direito brasileiro.

Quando adotamos o termo desobediente, referimo-nos a desobediência epistêmica, de Walter Mignolo (2008), nesse sentido, pensar descolonialmente, de modo contrário a um pensamento hegemônico, excludente e eurocêntrico, envolve *aprender a desaprender* lições arraigadas e que, muitas vezes, não condizem com o nosso *bios* e nosso *lócus*, seja ele físico ou epistemológico, conforme se depreende do trecho em epígrafe.

Nessa esteira, ao adotarmos uma epistemologia de caráter biográfico fronteira (2018) abandonamos o pensamento moderno, dicotomizador e excludente, abrindo-nos para um pensamento pautado em uma razão de base subalterna, fronteira, a qual o *corpus* da pesquisa está “[...] a serviço de uma teorização fronteira que, em quaisquer circunstâncias, está atravessada pelo *biolócus* do sujeito pesquisador” (NOLASCO, 2018, p. 12).

Nolasco (2018), nos ensina, ainda, que o emprego de conceitos de ordem fronteira não basta, a inscrição do corpo, o compromisso político/teórico e a inscrição do *bios*, constituem elementos fundamentais. Assim, optamos por (re)ler Clarice Lispector a partir de nossas vivências e de nosso *lócus*, não apenas físico, mas sobretudo epistemológico, sem excluir o direito como parte da vida de Lispector, como têm feito a crítica tradicional.

Igualmente relevante mencionar ser o direito brasileiro, assim como outros saberes, alheio as especificidades do Brasil, tendo em vista os saberes outros, por vezes, serem adotados como tábua de salvação (NOLASCO, 2015), privilegiando uma pequena parcela da população. Lispector desobedece a política da invisibilidade presente em seu tempo, critica o direito/poder de punir em seu “Observações sobre o Direito de Punir” (1941), artigo escrito durante a graduação em direito. Além disso, vendo aqueles que muitos recusam a ver, como os presos, um menino que pede um doce ou pior: a vergonha de encontrar com um conhecido ao comprar, para o menino, aquilo que lhe foi negado.

Evidencia-se, portanto, a relevância da discussão, sendo a sustentação teórica efetuada por meio de teóricos e biógrafos como Edgar César Nolasco (2015), Eneida Maria de Souza (2002), Walter Mignolo (2015), Jacques Derrida (2010), Nádia Batella Gotlib (1995) e Clair Varin (2002). Alguns dos livros utilizados, dentre outros mais que dialogam com a epistemologia adotada, são: *CADERNOS DE ESTUDOS CULTURAIS, Crítica Cult* (2002), *Habitar la frontera* (2015), *Força de Lei* (2010), *Fronteiras Culturais em Contextos Epistêmicos Descoloniais* (2018) e *Literatura e Direitos Humanos* (2018).

## 2. Da necessidade de um direito fronteiriço

[...] Acordei finalmente. [...] Sem olhar para os lados, por pudor talvez, sem querer espiar as mesas da confeitaria onde possivelmente algum conhecido tomava sorvete, entrei, fui ao balcão e disse com uma dureza que só Deus sabe explicar: um doce para o menino. De que tinha medo? (LISPECTOR, 1999, p. 249)

As questões sociais perpassam vida e obra de Lispector desde seu nascimento, na Ucrânia, uma vez que, nascida em trânsito devido a fuga empreendida por sua família durante a primeira guerra mundial, teve seu nome (Haia) alterado para Clarice ao chegar no Brasil. Ainda na infância, vivida em sua maior parte no Recife, a escritora conviveu com a pobreza e a doença da mãe. Desde essa época a menina era conhecida por ser defensora dos direitos dos outros e por esse motivo, optou por estudar direito. (GOTLIB, 1995)

Lispector ingressou na graduação em 1939, na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo concluído o curso em 1942. Assim, o direito constitui parte do *bios* clariciano, constituindo uma necessidade (re)ler sua produção considerando-o como tal, ao contrário do efetuado pela crítica tradicional. Nesse sentido, a crítica biográfica dá guarida a união entre vida e obra, ficcional e factual:

A crítica biográfica, por sua natureza compósita, englobando a relação complexa entre obra e autor, possibilita a interpretação da literatura além de seus limites intrínsecos e exclusivos, por meio da construção de pontes metafóricas entre fato e ficção. (SOUZA, 2002, p. 111)

Por meio dela, é possível estabelecer relações que aproximam os autores do presente texto com a escritora ora estudada (SOUZA, 2011), ampliando o alcance da leitura pretendida

e, com o intuito de trazer a discussão para nosso *biolócus*, a crítica biográfica fronteira nos dá guarida para agir e pensar Lispector sob um olhar outro:

Trata-se do que passo a denominar de (bios=vida + lócus=lugar) *biolócus*. Por essa conceituação compreendo, então, a importância de se levar em conta numa reflexão crítica de base fronteira tanto o que é da ordem do bios (quer seja do “objeto” em estudo, quanto do sujeito crítico envolvido na ação), quanto da ordem do lócus (o lugar a partir de onde tal reflexão é proposta). Nessa direção, pensar a partir da fronteira-Sul faz, sim, toda a diferença colonial. (NOLASCO, 2015, p. 59)

A partir de nosso *bios* e de nosso lócus (Sul da fronteira-sul), a estudante de direito desobediente é (re)lida, efetuamos uma *opção descolonial*, a qual, nas palavras de Walter Mignolo, “[...] ajuda-nos na dupla tarefa de nos separarmos (negando, por exemplo, as afirmações da matriz colonial e da narrativa da modernidade) para afirmar o que a modernidade nega através da violência da colonialidade.”<sup>98</sup> (MIGNOLO, 2015, p. 47), no sentido de uma *desobediência epistêmica* capaz de romper com o projeto moderno.

A violência parece ser parte inerente ao direito. De acordo com o filósofo Jacques Derrida, “[...] As leis não são justas como leis. Não obedecemos a ela porque são justas, mas porque têm autoridade”. (DERRIDA, 2010, p. 21). As leis, por si só, não se fazem cumprir, pois há aqueles que as questionam e as desobedecem e uma das formas mais contundentes de desobedece-las ocorre por meio da arte:

A relação entre a arte e o delito é fundamental [...] Para descobrir os valores simbólicos de uma sociedade [...] é necessário [...] mapear também os seus delitos e suas transgressões. A desobediência às leis a partir desse ponto de vista, é um aspecto constitutivo do desenvolvimento da literatura e das artes, para não falar da própria cultura. (JEHA; JUÁREZ, NASCIMENTO, 2015, p. 7)

Lispector, escritora, estudante, mulher, mãe, cronista, jornalista, pintora é, sobretudo uma artista. Fugindo de jargões jurídicos, comuns no meio jurídico, e da escrita hermética, cuja crítica tradicional associa como característica da escritora, a estudante de direito, escreveu textos jurídicos nos quais aborda questões como a ineficácia do sistema penal brasileiro, cuja proposta é ressocializar, mas que, na prática, é um sistema de exclusão de seres humanos – “Observações sobre o direito de punir” (1941), – e o papel da mulher em relação à sociedade e ao mercado de trabalho – “Deve a mulher trabalhar?” (1941).

---

<sup>98</sup> [...] La opción descolonial nos ayuda en la doble tarea de desprendernos (p.ej. con la negación de las afirmaciones de la matriz colonial y del relato de la modernidad) para afirmar lo que la modernidad niega a través de la violencia de la colonialidad. (tradução nossa)

A relação com o direito não desaparece após o término da graduação, podendo ser observada em produções posteriores como “Mineirinho” (1964), no qual a escritora, atingida pelos tiros causadores da morte do “bandido”, relata sensações controversas, por lamentar a morte de um homem considerado como facínora, mas que, em verdade, é um filho, amigo irmão e vítima de nós. Em *A maçã no escuro* (1961), por sua vez, a narrativa é permeada pela fuga de Martim, homem que acreditava ter matado a própria esposa, sob o pretexto desta estar tendo um caso. No livro, ainda que Martim viesse a pagar pela tentativa de crime perante o Estado, detentor do direito/poder de punir, seu arrependimento, ressocialização e mudança de visão em torno da figura da mulher não seriam garantidos.

### 3. Sensibilidade ou suscetibilidade em as caridades odiosas

[...] Foi uma tarde de sensibilidade ou suscetibilidade?

LISPECTOR, *As caridades odiosas*, p. 248.

O vislumbre das questões sociais por Lispector está marcado no decorrer de sua trajetória intelectual, tomemos como exemplo a leitura efetuada por Joice Alves, adotando uma perspectiva descolonial, sobre o livro *A descoberta do mundo*, o qual possui diversas crônicas cuja temática é a fome: “[...] seja a fome de comida ou a fome de respostas para as perguntas da cronista” (ALVES, 2008, p. 94).

De acordo com a pesquisadora, Clarice não tratou a população desprivilegiada como invisíveis, abordando a doença social em seus escritos, posicionando-se na contramão da cultura da invisibilidade existente em sua época, como ocorre em “As caridades odiosas”, na qual, após uma hora de espera, o menino ganha o esperado doce, dado pela envergonhada cronista. A importância da sensibilidade/suscetibilidade de Lispector é notável, pois é por meio dela que obriga o leitor a olhar para além de si e perceber o mundo à sua volta:

[...] Um povo faminto não tem forças para reivindicar direitos morais e intelectuais.  
[...] A subalternização de saberes impulsionada pelo projeto cultural moderno limitou a capacidade das pessoas no que se refere à compreensão de que o pouco que se tinha não era suficiente. Por isso, a cronista engajada provoca a consciência do leitor de modo tímido, mas ousado, no sentido de fazê-lo reconhecer-se como parte deste constructo. (ALVES, 2002, p. 96-97)

Na esteira de Mignolo (2015)<sup>99</sup>, o projeto moderno e a colonialidade são responsáveis por classificar seres humanos. O próprio conceito de “humano” advém do humanismo europeu, assim os habitantes da exterioridade não podem ser considerados como tais, uma vez que não se encaixam no padrão branco, europeu, cristão e heterossexual da nomenclatura. Nós, habitantes da exterioridade, estamos envoltos nesse constructo, sendo necessário encarar aqueles ainda mais marginalizados, invisíveis, agindo de modo tão desobediente quanto Lispector, olhando para além dos próprios (pré)conceitos.

O caráter preceptor da cronista consiste exatamente no vínculo estabelecido entre sua própria percepção e a percepção do leitor à realidade que os circunda. O que vincula humaniza, e o que humaniza sugere a ruptura com a subalternização de conhecimento e reconhece a diferença [...]. (ALVES, 2002, p. 96-97)

A escritora padeceu de sentimentos conflitantes uma vez que, ao deixar a doceria e o menino, estava repleta de “[...] um sentimento de amor, gratidão, revolta e vergonha”. (LISPECTOR, 1999, p. 249). A vergonha, inicialmente derivada pelo fato de preocupar-se com a possibilidade de pessoas conhecidas estarem ali, tomando sorvete, torna-se mais profunda: “[...] temera que os outros me vissem ou que os outros não me vissem”? (LISPECTOR, 1999, p. 250)

A revolta transforma-se em raiva, quando, ao encontrar uma mãe de quatro filhos e um menino vestido de menina, Lispector entrega Cr\$ 2.000 para a mulher. A raiva parece nascer no momento no qual a mulher “[...] pegou-os [os dois mil cruzeiros], meteu-o num bolso invisível [...] quase derrubando o menino-menina”. (LISPECTOR, 1999, p. 250).

Por outro lado, o motivo fica no plano da imaginação do leitor: Seria a situação de pobreza vivida pela mulher e sua família? Ou talvez o fato de a mãe quase derrubar a criança ao guardar o dinheiro? Entre a sensibilidade e a suscetibilidade, o primeiro sentimento nos parece mais próximo de Lispector, uma vez que, conforme explorado no decorrer do trabalho, ela tende para si mesma ao mesmo tempo em que tende para o mundo, sendo dona de um olhar apurado, sensível, à pessoas invisibilizadas pelo projeto moderno.

---

<sup>99</sup> La cara de la modernidad se dejó ver en los argumentos y supuestos epistémicos de la teología jurídica para decidir y determinar quién era qué. Simultáneamente, la otra cara, la de la colonialidad, se ocultaba bajo el estatus inferior del inferior inventado. Aquí tenemos un caso claro de colonialidad como cara oculta necesaria y constitutiva de la modernidad. La modernidad/colonialidad se articula aquí basándose en diferencias ontológicas y epistémicas: los indios son, ontológicamente, seres humanos inferiores y, en consecuencia, no son plenamente racionales (Maldonado-Torres, 2007). (Tradução nossa).

Nesse sentido, Santiago (2014) relata ter Lispector confessado a sua amiga e confidente Olga Borelli que os problemas sociais enfrentados pelo Brasil eram tão claros que não era necessário falar sobre eles, mas apenas agir. E nessa tarde cujas epifanias tão comuns na escrita clariciana lhe ocorreram, ela age duas vezes, no sentido de atenuar o sofrimento de duas crianças e uma mãe cuja lei e o Estado moderno não ampararam.

Ainda nesse sentido, ao falar sobre a relação entre quadrinhos e direitos humanos, Karen de Melo<sup>100</sup> (2018) rememora o papel do romance “como o principal canal de disseminação do discurso de direitos humanos” (MELO, 2018, p. 113), por serem capazes de reincorporar pessoas marginalizadas como sujeitos cidadãos. Clarice Lispector extrapola o âmbito dos romances e faz de uma crônica um lembrete para a existência de seres invisíveis.

Não fosse pela sensibilidade de Lispector não conheceríamos a espera do menino para ganhar um doce e nem o menino vestido de menina, ser radiante que encheu a tarde vivida pela escritora. Lispector desobedece a cultura da invisibilidade de seu tempo e dá espaço para um direito – que sequer é previsto em lei – surgir: o direito à existência. Tal direito é necessário, pois seres inexistentes ou invisíveis não usufruem dos demais direitos, inclusive ao direito de serem “humanos”, uma vez que tal classificação passa longe das pessoas em situação de vulnerabilidade, como as retratadas na crônica.

### Referências

ALVES, Joyce. A descoberta do mundo: a proposta de uma cronista preceptora em Clarice Lispector. In: BESSA-OLIVEIRA, Marcos; NOLASCO, Edgar César (org). *Fronteiras culturais em contextos epistêmicos descoloniais*. Campo Grande, MS: Life Editora, 2018. p. 89-102.

DERRIDA, J. *Força de Lei*. Trad. Leila Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GOTLIB, N. *Clarice: Uma vida que se conta*. São Paulo: Ática, 1995.

JEHA, J.; JUÁREZ, L.; NASCIMENTO, L. *Crime e transgressão na literatura e nas artes*. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

---

<sup>100</sup> Mestranda na universidade do Novo México (Estados Unidos).

LISPECTOR, C. As caridades odiosas. In: LISPECTOR; Clarice. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MELO, K. de. Redesenhando o Brasil: raça nos quadrinhos brasileiros. DELCASTAGNÈ, R.; DUTRA, P. Q.; FREDERICO, G. (ORG). *Literatura e Direitos Humanos*. Porto Alegre: ZOUC, 2018.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica. a opção descolonial e o significado de identidade política. In: *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 2008, p. 287-324.

MIGNOLO, W. *Habitar la frontera: sentir y pensar la descolonialidad* (antologia, 1999-2014). Barcelona: Edicions Bellaterra, S.L., 2015.

NOLASCO, E. C. A razão pós-subalterna da crítica latina. In: *CADERNOS DE ESTUDOS CULTURAIIS: pós-colonialidade*. v. 5, n. 9. Campo Grande: Ed. UFMS, jan/jun. de 2013, p. 9-27.

NOLASCO, E. C. Crítica biográfica fronteiriça (BRASIL\PARAGUAI\BOLÍVIA) In: *CADERNOS DE ESTUDOS CULTURAIIS*, Campo Grande, MS: Ed. UFMS, ago./dez. de 2015, p. 55-76.

NOLASCO, E.C. Descolonizando a pesquisa acadêmica: uma teorização sem Disciplinas. In: *Cadernos de estudos culturais*, Campo Grande, MS: Ed. UFMS, p. 9-21, jan./jun. de 2018, p. 55-76.

SANTIAGO, S. A política em Clarice Lispector. Disponível em: <https://www.rocco.com.br/blog/a-politica-em-clarice-lispector/>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SOUZA, E. M. de. *Crítica Cult*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. `

## A Pintura de João Sebastião da Costa: a iconografia no espaço sagrado e profano<sup>101</sup>

*La pintura de João Sebastião da Costa: iconografía en el espacio sagrado y profano*

*João Sebastião da Costa's Painting: the iconography in the sacred and profane space*

**Ms. Valéria Pereira Moreira**<sup>102</sup>

**Dr. José Serafim Bertoloto**<sup>103</sup>

**Dr. Juliano Batista dos Santos**<sup>104</sup>

**Dra. Ana Graciela Mendes Fernandes da Fonseca Voltolini**<sup>105</sup>

### Resumo

João Sebastião da Costa é um artista mato-grossense com uma criatividade ímpar, construiu seu legado e marcou a sua existência no cenário brasileiro, das artes visuais. Suas onças antropomórficas romperam os parâmetros das artes, ao se destacar nos inúmeros Salões de Arte Brasileira. A onça não era apenas o animal, ela precisava ter algo mais que isso, então ele elaborou aquilo, que o marcou, que o consagrou: a figura antropomórfica, mítica, encantada, provocativa, curiosa, que observa na espreita, um ser descrito pela crítica de arte, Aline Figueiredo “homem-bicho-santo”, cujos cenários transcendem os limites do real, os seres encantados, a celebração da natureza, a ambiência composta pela fauna, flora, a religiosidade, a devoção, a magia, na imensidão da espacialidade do cerrado, fez um artista peculiar. Na pintura em estudo o artista nos apresenta a figura do São Sebastião, repousando no interior da barriga da serpente, que nos remete à lenda do Minhocão do Pará, que habita o universo mítico dos ribeirinhos do Rio Cuiabá. O santo posicionado na parte inferior do quadro, devorado pela serpente, cria uma atmosfera singular, nos remetendo ao processo colonial na América Latina,

---

<sup>101</sup>Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>102</sup>Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – (PUC-SP); doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea na Universidade Federal de Mato Grosso (ECCO-UFMT); Cuiabá; Mato Grosso; Brasil. E-mail: [amoravaleria@gmail.com](mailto:amoravaleria@gmail.com)

<sup>103</sup>Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – (PUC-SP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade de Cuiabá – (UNIC) e Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea na Universidade Federal de Mato Grosso – (ECCO-UFMT). Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. E-mail: [serafim.bertoloto@gmail.com](mailto:serafim.bertoloto@gmail.com)

<sup>104</sup>Doutor e Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso – (ECCO-UFMT). Docente de Filosofia do Instituto Federal de Mato Grosso – (IFMT). Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. E-mail: [julianojbs@gmail.com](mailto:julianojbs@gmail.com)

<sup>105</sup>Doutora em Comunicação Social – UMESP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade de Cuiabá – (UNIC); [fonsecaanagraciela@gmail.com](mailto:fonsecaanagraciela@gmail.com)

uma vez que, o artista cria um cenário mítico, jocoso, cercado de religiosidade, onde seu lugar de fala sobrepõe aos ditames judaico-cristãos. Os fluxos de informações, que transitaram na América Latina, numa circulação e encontro de objetos e pessoas com suas práticas culturais distintas, que se cruzam e produzem outras práticas culturais inusitadas, como vemos na pintura de João Sebastião da Costa, a representação decolonial dos seus santos.

**Palavras-Chave:** João Sebastião da Costa; artista mato-grossense; iconografia; sagrado e profano; decolonial; América Latina.

### **Resumen**

El artista João Sebastião da Costa es un artista Mato-Grossense con una creatividad única, construyó su legado y marcó su existencia en la escena brasileña de las artes visuales. Sus jaguares antropomorfos rompieron los parámetros de las artes, cuando destacó en los numerosos Salones de Arte Brasileño. El jaguar no solo era el animal, ella necesitaba tener algo más que eso, así que elaboró lo que lo marcó y lo consagró: la figura antropomórfica, mítica, encantada, provocativa, curiosa, acechando, un ser descrito por la crítica de arte, Aline Figueiredo "hombre-bestia-santo", cuyos escenarios trascienden los límites de lo real, los seres encantados, la celebración de la naturaleza, el entorno compuesto de fauna, flora, religiosidad, devoción, magia, inmensidad. Del espacio del cerrado, lo convirtió en un artista peculiar. En la pintura en estudio, el artista nos presenta la figura de San Sebastián, que descansa dentro del vientre de la serpiente, que nos remite a la leyenda del Minhocão do Pará, que habita el universo mítico de la ribera de Cuiabá. El santo ubicado en el fondo de la pintura, devorado por la serpiente, crea un ambiente único, refiriéndose al proceso colonial en América Latina, ya que el artista crea una escena mítica y jocular rodeada de religiosidad, donde su lugar de expresión supera a la los dictados judíos. El flujo de información que ha transpirado en América Latina, en un movimiento y encuentro de objetos y personas con sus prácticas culturales distintas, que se intersecan y producen otras prácticas culturales inusuales, como vemos en la pintura de João Sebastião da Costa, la representación descolonial de sus santos.

**Palabras clave:** João Sebastião da Costa; el artista mato-grossense; iconografía; sagrado y profano; decolonial; América Latina.

### **Abstract**

João Sebastião da Costa is a Mato Grosso with a unmatched criavitvit, built has legacy and marcked its existence in the Brazilian scenery of the visual arts. Your anthropomorphic ounces broken the parameters of the arts, by standyn out in the numerous Brazilian Art Halls. The jaguar wasn't just the animal, she needed to have something more than that. So he elaborated that marked him that consecrated him: the anthropomorphic figure, mythical, enchanted, provocative curious, who watches on the prowl a being described by art critic, Aline Figueiredo "man-animal-saint", whose scenarios transcend the bondaries of the real the enchanted beings, the celebration of nature the ambience composed by the fauna, flora the religiosity devotion, magic, in the vastness of the cerrado's spatiality made a peculiar artist. In the painting under study the artist presents the figure of São Sebastião, resting inside the snake's belly, wich refers to the Minhocão do Pará, that inhabits the mythical universe of the riverside of the Cuiabá River. The saint positioned at the bottom of the frame, devoured by the snake, creates a unique atmosphere, reffering us to the colonial process in Latin America, since the artist creates a mythical playful scenario, surrounded by religiosity, where his place of speech overlaps with Judeo-Christian dictates. Information flows that transited in Latin America in a circulation, and meeting objects and people with their distinct cultural practices that intersect and produce other unusual cultural practices, as we see in João Sebastião da Costa's painting, the decolonial representation of his saints.

**Keywords:** João Sebastião da Costa; Mato Grosso Artist; iconography; sacred and profane; decolonial; America Latina.

## 1. Introdução

João Sebastião Francisco Costa nasceu em Cuiabá-MT no dia 23 de junho de 1949, faleceu num domingo, 28 de fevereiro de 2016, deixou a cidade órfã de uma criatividade ímpar, construiu seu legado e marcou sua existência no cenário brasileiro, das artes visuais. Filho de mãe ceramista, Dona Alexandra, aprendeu desde pequeno, o ofício da argila, ajudando a mãe a pintar as peças do presépio, a convivência com o universo das cores, das tintas, despertou no futuro artista, a habilidade que o fez único. Suas onças antropomórficas romperam os parâmetros das artes, ao se destacar nos inúmeros Salões de Arte Brasileira, realizados por prefeituras (de São Caetano/SP), museus e outras instituições conceituadas nos anos 1970 a 1980, quando o país estava mergulhado na ditadura civil militar.

Aos 16 anos, em 1966 João Sebastião iniciaria os estudos do ensino médio, necessitando sair de Cuiabá em busca de mais conhecimentos nas artes, se mudou para Niterói – RJ para a casa de familiares maternos. No percurso da viagem, fez uma pausa na cidade de Campo Grande, tempos do Estado Único, quando conheceu a jovem Aline Figueiredo, hoje exímia crítica de arte e o consagrado artista Humberto Espíndola.



João Sebastião, Ateliê Humberto Espíndola, Cuiabá-MT, 1986

Naquela época, o governo federal voltou os olhos para a região central do país, se deslocou do litoral, para Brasília, enquanto isso, em Campo Grande acontecia um intenso movimento de artes visuais, liderado por Aline. Desse encontro, resultou uma amizade e muitos anos de trabalho, em todas as férias escolares, João Sebastião passava, no mínimo 30 dias, na casa da família do Espíndola, participando, ativamente, das ações artísticas em Campo Grande. Enquanto João morava na casa dos seus familiares, em Niterói, conciliava as atividades das artes com as escolares, visitando diversas exposições, conheceu muitos artistas plásticos, frequentou seus ateliês, teve uma vida muito rica em todos os aspectos.

A experiência de vida na escola no Rio de Janeiro, cujos colegas questionavam o tempo todo, sobre a existência de onças e outros animais perigosos, circulando no meio da cidade de Cuiabá, provocou no jovem João Sebastião, uma inquietação, que aflorou ao retornar para a região de origem, quando ele procurava um elemento que representasse sua região, foi assim,

que nasceu a ONÇA, mas não era apenas o animal, ela precisava ter algo mais que isso, então ele elaborou aquilo, que o marcou, que o consagrou: a figura antropomórfica, mítica, encantada, provocativa, curiosa, que observa na espreita. Um ser descrito por Aline Figueiredo (2010:117) ““homem-bicho-santo””, os cenários criados por João Sebastião transcendem os limites do real, os seres encantados, a celebração da natureza, a ambiência composta pela fauna, flora, a religiosidade, a devoção, a magia, na imensidão da espacialidade do cerrado, fez de João Sebastião da Costa um artista singular.

Este texto apresenta um breve estudo sobre uma pintura de João Sebastião, intitulada *São João Sebastião na Barriga do Minhocão*, de 1977, em pleno período da ditadura civil militar. O artista desafia os conceitos, os preconceitos, os valores religiosos, éticos, morais, altamente patrulhados. Para entender essa pintura, é necessário relatar sobre o São Sebastião, e a lenda do Minhocão do Pará. Segundo Bertoloto (1992, p. 49) ““Trata-se de uma cobra de tamanho descomunal que, nas épocas de cheia, aparece no Rio Cuiabá. Sua estória afirma que a mesma tem sua cabeça presa ao altar da igreja de São Gonçalo, enquanto seu corpo e sua calda ficam soltos a flutuar pelo rio””. Desta forma, se as pessoas religiosas não mantiverem suas rezas, ou seja, as novenas aos santos. ““... o Minhocão desprende-se do altar e passa a deslocar-se pelo rio, provocando grandes enchentes. Nessas ocasiões, ele aparece colocando em risco a vida das pessoas, assustando os pescadores, virando embarcações na zona montante do rio””. (BERTOLOTO, 1992, p. 49).

São Sebastião é um mártir da igreja católica, o defensor da igreja, teve seu corpo imolado por duas vezes, pois ele foi chefe da guarda do Imperador Romano Diocleciano. Denunciado por ser cristão, uma vez que, ele nascera em lar cristão na cidade de Narbona, França. Do ano 300 a 303 (d.C.) houve muita perseguição, aos cristãos, um período da decadência do império romano, durante esses três anos houve muitas mortes. Enquanto o soldado Sebastião chefiava a guarda do imperador, não abandonou as práticas religiosas, não deixou de visitar os cristãos prisioneiros, mantendo o fervor nos quais, tinham a morte cruel, como o fim das suas vidas. Até que um dia, o soldado foi denunciado ao imperador, que, surpreso com tal revelação, mandou chamar os exímios arqueiros da Numídia, uma região desértica da África, onde a prática da caça só era possível, usando arco e flechas. Diocleciano ordenou que o soldado fosse amarrado numa árvore seminu, e que ele fosse cravado de

flechas, mas que elas não atingissem suas vísceras, para que sua morte fosse lenta e dolorida. Assim, os arqueiros executaram a ordem do imperador, e acreditando que o soldado estivesse morto, foram embora, e o deixaram amarrado na árvore. Vários amigos cristãos se prepararam para fazer o enterro do soldado, quando retiraram o corpo da árvore, constataram que Sebastião, ainda estava vivo, ele foi levado para casa, as feridas tratadas, o soldado decidiu enfrentar o imperador, mesmo contra a vontade dos seus amigos.

Era o dia 20 de janeiro, o imperador Diocleciano estava no templo do deus Hércules acompanhado de sacerdotes pagãos, entre tantos homens nobres, foi concedida uma audiência pública àqueles que desejassem apresentar alguma queixa. Sebastião se apresentou e reclamou das atitudes do imperador, diante de tanta perseguição e crueldade aos cristãos. Naquele momento, Diocleciano ficou surpreso na presença daquele soldado, que até em tão, havia sido dado como morto. Imediatamente, ordenou aos guardas, que o executasse na frente de todos e dele mesmo, para se ter a certeza da sua morte. Os soldados moeram o corpo de Sebastião de pauladas e lanças. O imperador ordenou, que o corpo fosse jogado no esgoto da cidade. Mais uma vez, Sebastião foi socorrido pelos cristãos, que resgataram seu corpo e o sepultaram na Via Ápia. Após, a morte de Sebastião os cristãos, que admiravam seu trabalho junto àqueles presos condenados à morte pela prática religiosa, começaram a rezar por ele, essa prática se intensificou durante a epidemia da peste, quando, no ano de 680 a Itália foi acometida por uma grande peste, que matou muita gente. Nesse período muitos cristãos rogaram cura, e foram atendidos, e prometiam construir uma igreja em homenagem ao Sebastião. Assim sendo, São Sebastião é o protetor contra as pestes, a fome, e a guerra, ele é o defensor da Igreja, por ter desafiado as leis romanas em nome dela.

Na pintura em estudo, o artista apresenta a figura do São Sebastião, repousando no interior da barriga da serpente, que nos remete à lenda do Minhocão do Pará, que habita o universo mítico dos ribeirinhos do Rio Cuiabá. O santo posicionado na parte inferior do quadro, devorado pela serpente numa atmosfera singular, sobrepõe aos ditames judaico-cristãos, uma vez que, o artista cria um cenário mítico, jocoso, cercado de religiosidade, confirmando seu lugar de fala, que remete ao processo colonial na América Latina. Os fluxos de informações que transitaram na América Latina, numa circulação e encontro de objetos e pessoas, com suas práticas culturais distintas, que se cruzam e produzem outras práticas

culturais singulares, como se vê na pintura de João Sebastião da Costa, a representação decolonial dos seus santos.



Figura 2 - São João Sebastião na Barriga do Minhocão, pintura, 87x110 cm, 1977, foto de Aline Figueiredo

## 2. Descrição e Análise da Iconografia

A pintura de João Sebastião, intitulada *São João Sebastião na Barriga do Minhocão*, de 1977 em pleno período da ditadura civil militar. O artista desafia os conceitos, os preconceitos, os valores religiosos, éticos, morais, altamente patrulhados.

Ao fundo, ocupando toda a extensão da tela há uma enorme pata com unhas afiadas da onça pintada; no meio dela aparece um rosto efeminado em forma de caju com asas azuladas; logo abaixo vê-se o Morro de Santo Antônio de Leverger e no centro deste, uma representação de um coração vermelho em forma de caju, complementando a parte inferior da imagem, vê-se delgadamente a serpente que habita os rios – O Minhocão – em um verde

mesclado de amarelo e com unhas afiadas, tal qual às da onça, confundindo-se minhocão-onça- minhocão. Dentro da barriga da serpente – que imersa na água – repousa São Sebastião, belo e formoso sem o menor constrangimento.

A serpente que habita as águas do rio Cuiabá devora o mártir, sobrepondo-se à santidade purificada ao ser mais elevado espiritualmente. O santo repousa dentro da barriga da serpente, mergulhada na água. A água, seu ambiente, é cosmogônica, mágica e medicinal. Seu poder vem, principalmente, do fato de que nada lhe resiste: penetra em todos os lugares, devagar e profundamente, rasgando o seio da terra, mãe-irmã-mulher, e simboliza a eternidade do ciclo de construção e destruição. A água fertiliza a terra, sem ela não há vida. Porém, quando em desequilíbrio, leva tudo aquilo que está ao seu redor. Depois, devolve e faz tudo nascer novo, de novo. ““Essa força de renovação que é evocada no batismo, quando a água representa o principal instrumento de regeneração espiritual”” (MOREIRA, 2003, p. 95). Enquanto a onça/jaguar ““gera inúmeras narrativas que carregam em si, uma gama de simbologia colocada pelo homem e sua civilização, incluindo povos de diferentes nações, como os índios de Mato Grosso e o Brasil como um todo””. (MOREIRA, 2003, p. 70).

Entre os índios da América Central, quatro jaguares velam sobre as quatro vias de acesso ao centro da aldeia. O costume provém da antiga crença maia segundo a qual quatro jaguares míticos seriam, desde as origens, os guardiães dos campos de milho.

Na terceira idade Maia-Quiché, que corresponde à agricultura, e, portanto, à preminência dos cultos lunares, o jaguar representa a deusa lua-terra. ... para os maias, o jaguar é, sobretudo, uma divindade ctoniana, expressão suprema das forças internas da terra. Ele é o deus do número Nove, expressão das regiões de *baixo*. Senhor do mundo subterrâneo ... deus do interior da terra, ele leva nas costas uma concha marinha, símbolo da grande-mãe Lua, e, por extensão, símbolo do nascimento. Divindade ctoniana, o jaguar é, igualmente, senhor das montanhas, do eco, dos animais selvagens e dos tambores de chamada. Dão-lhe o nome de *coração da montanha*.

Para os tupinambás, o jaguar é uma divindade uraniana, celeste, semelhante a um cão e azul como o lápis-lazúli. Sua morada fica no alto dos céus. Ele tem duas cabeças, para devorar o Sol e a Lua (explicação dos eclipses). No fim do mundo ele descerá à terra e se lançará sobre os homens para fazer deles sua presa.

Num mito dos índios iurucarés do Brasil ... o último dos jaguares, depois de ver dizimada sua família por um herói humano que vinga os seus, sobe numa árvore e pede socorro ao Sol e à Lua. O Sol não lhe dá ouvidos mas a Lua o recolhe e esconde. Ele vive desde então com ela e é desde esse tempo que os jaguares são noturnos.

A mesma crença se encontra entre as numerosas tribos indígenas da América do Sul, Peru, na Bolívia, no Equador, nas Guianas, principalmente chanés, uitotos (Colômbia), bacairis do Xingu (Brasil), tupis-guaranis (Brasil), caraíbas, makusis, warais da Guiana venezuelana...

Em numerosos mitos dos índios da América do Sul, intervém um jaguar de quatro olhos, o que simboliza o Dom de clarividência dos espíritos noturnos e ctonianos. Nos mitos brasileiros referentes à origem do fogo ... ele aparece como o herói civilizador que dá o fogo aos homens ao mesmo tempo que as primeiras indústrias, sobretudo a tecelagem do algodão. E, todavia, ele aparece também não como o inventor do fogo mas como o seu guardião, depositário e primeiro usuário. Ele não explica a técnica de acender fogo, o que confirma sua função ctoniana. O jaguar não é um demiurgo mas, talvez, um antepassado.” (CHEVALIER, 1996, p. 510-511)



Figura – 3 João Sebastião da Costa, cerâmica, 17 cm, vertical, 1985, Foto: José Maurício de Melo

Ao compor a pintura *São João Sebastião na Barriga do Minhocão*, João apresenta uma justaposição de imagens, bastante utilizada no período arcaico do grotesco.

Nos períodos iniciais arcaicos do grotesco, o tempo aparece como uma simples justaposição (praticamente simultânea das duas fases do desenvolvimento: começo e fim: inverno-primavera, morte-nascimento. Essas imagens ainda primitivas movem-se no círculo biocósmico do ciclo vital produtor da natureza e o homem. A sucessão das estações, a semeadura, a concepção, a morte e o crescimento são os

componentes dessa vida produtora. A noção *implícita* do tempo contida nessas antiquíssimas imagens é a noção do tempo cíclico da vida natural e biológica. Mas, evidentemente, as imagens grotescas não permanecem nesse estágio primitivo. O sentimento do tempo e da sucessão das estações que lhes é próprio, amplia-se, aprofunda-se e abarca os fenômenos sociais e históricas; seu caráter cíclico é superado e eleva-se à concepção histórica do tempo. E então as imagens grotescas, com sua atitude fundamental diante da sucessão das estações, com sua ambivalência, convertem-se no principal meio de expressão artística. (BAKHTIN, 1987, p. 22)

Se para BAKHTIN a justaposição nos tempos arcaicos aparece como fases de desenvolvimento, compreendendo começo e fim, morte e nascimento, podemos inferir que João Sebastião provoca o espectador, diante de um santo devorado por uma serpente, repousando em sua barriga mergulhada na água, matando o santo (a serpente o engole), mata o santo de novo, ao colocá-lo dentro da barriga (mergulhada na água) que também é um símbolo de morte e vida em muitos mitos da criação do mundo. Depois de tudo isso, o santo renasce em nossa história de vida, lembrando que na cultura cristã o santo é colocado sempre num lugar acima da cabeça do devoto. O santo se destaca no altar. Os opostos se entrelaçam na produção de João Sebastião, rompendo com o tradicional e com todas as regras. Podemos inferir que o minhocão sebastiano é um elemento de dispersão, pelo fato de estar no imaginário popular, que por sua vez, também pode estar na tela do artista, tomando o elemento do contexto original e dando a ele uma outra conotação, colocando-o em outro lugar. Assim, o Minhocão que habita o rio está na tela de João tendo na sua barriga um santo, isto provoca uma mudança radical – rompem-se as regras – causando a carnavalização, ou seja, ao integrar os elementos jocosos com os elementos da cultura dominante, a irreverência ridiculariza aquilo que é oficial.

Na pintura de João Sebastião, também, aparecem os elementos do Brasil Colônia: os dogmas da igreja (o santo); a punição da serpente (se o cristão não cumprir suas obrigações religiosas); as línguas imperiais (castellano, português, italiano), mas também, um lugar: o lugar da memória colonial, onde são armazenadas as feridas da colônia, ““a los lugares de la memoria colonial: a las huellas de la herida colonial desde donde se teje el pensamiento de-colonial”””. (MIGNOLO 2008, p. 252). Essas feridas que funcionam como um bumerangue, que vão e voltam com uma força descomunal, neste caso, os elementos da cultura cuiabana em comunhão com elementos da cultura universal, ou seja: Cuiabá e a devoção pelo São

Sebastião, essa memória colonial, repousando em nossos bens de cultura, retorna com vigor, reafirmando o giro decolonial, no santo deitado, languidamente, no interior da barriga da serpente. O santo não aparece na parte superior da tela, em destaque, conforme as práticas religiosas, onde os santos são venerados, e colocados em altares, acima dos devotos, para confirmar a supremacia do colonizador, que apresentou aos habitantes da nova colônia um outro modo de viver, reviver na fé da sua religião.

Assim como também, a destruição do corpo do mártir da igreja católica, faz um contraponto com as práticas dos povos originais, os verdadeiros donos das terras da América Latina, quando a pintura corporal é realizada em diversas situações, confirmando uma identidade étnica, mesmo nos dias atuais, constituindo narrativas míticas, os saberes gráficos dos povos primevos, remetem à uma memória antiga e cíclica.

a pintura corporal é um elemento da constituição da alteridade cultural. Porque, tanto no passado, quanto na atualidade, continua sendo importante para os povos indígenas. Não é exagero afirmar que se deve a ela o “retorno da ‘memória cíclica’ das etnias, responsável pela atualização das mitologias dos grafismos, (Taukane et ali, 2018, p. 02)

O Minhocão do Pará tem sua cabeça presa no altar da Igreja de São Gonçalo, enquanto o restante do corpo flutua no Rio Cuiabá. Novamente, aparece o encantamento dos seres da pintura de João Sebastião, enquanto o Minhocão da Baía de Chacororé, também encantado, assusta os moradores do Pantanal, constituindo um encantamento pela cultura e pela natureza.

Como o artista foi criado às margens do Rio Coxipó, numa região afastada do centro da cidade de Cuiabá, o menino desfrutou de todos os encantos que o cerrado ofereceu, banhado pelo rio caudaloso, em direção ao Cuiabá, que por sua vez, desagua no Pantanal. Comungou com os elementos vitais cuja água era mágica para ele, nos longos banhos de rio, as crianças envoltas aos animais de estimação, os vizinhos, as benzedeiras, as festas de santos, os ritos de passagens, os mitos, o folclore.

Na pintura em estudo, a água é mítica, comunga com seres encantados numa ambiência local-regional, onde a serpente que habita os rios, reina no Pantanal, devora o São

Sebastião, provocando a antropofagia, na presença do caju com asas e fisionomia de gente (antropomórfica), une a todos com sua presença magnífica, criando um mundo mágico, da fantasia. Nas palavras do artista, “o caju é a fruta da amizade”. Segundo Leite (2003, p. 121) ““Os aspectos antropomórficos imputados aos elementos naturais engendram paisagens muito diversas, mas, ao mesmo tempo, provocam o distanciamento delas com o que seria considerado natural ou humano””. Nas águas encantadas cria-se seres híbridos na imaginação da população. ““Na paisagem encantada esta humanização rompe com o natural e, de certa forma, remete os elementos naturais para um outro universo, uma outra esfera, que é a do sobrenatural, sem perder, no entanto, seu lugar””. (LEITE, 2003, p. 121).



Figura 4 – João Sebastião da Costa, Revista Camalote, Cuiabá-MT, acesso em: 20.11.2019

### 3. Conclusão

A natureza rica, inspira o artista no seu processo de criação, reafirmando sua origem, seu passado, sua ancestralidade, que registram os mais de quinhentos anos de domínio dos países europeus, que massacraram os povos originais na América Latina. No caso brasileiro, a formação do povo que se deu com o cruzamento das raças dos colonizadores com os índios e negros, em que, cada um, trazendo consigo sua cultura, construiu um país múltiplo étnico, que infelizmente, o que prevaleceu foi a cultura dominante do colonizador.

Assim sendo, essa memória ancestral aparece nos registros da pintura de João Sebastião, ao compor imagens sagradas judaico-cristãs com elementos do seu lugar de origem, dialogando num espaço atemporal, único, singular, carregado de significados que afirmam seu compromisso de vida, ao firmar o pacto com o animal. A iconografia da onça se tornou um símbolo na presença da ferocidade das matas, que o artista personificou. Seu processo de criação consistia em elaborar vários croquis das figuras, idealizadas, depois reproduzidas nas telas.

Suas obras de arte foram criadas a partir dos seus conhecimentos eruditos justapondo aos populares, a mítica de Mato Grosso configura aos do Brasil e da América Latina. O movimento decolonial desses grupos confirmam a força da ancestralidade, que movem uma energia contra qualquer tipo de governo, no formato de um boomerang. A força do povo que se move contra o monopólio das oligarquias, promovendo ações de cidadania singular, respeitando os laços ancestrais. A liberdade de criação em todas as esferas, promove uma reviravolta, contra as regras do jogo, por aqueles que se desprendem dos conhecimentos seguidos por um grupo de gente, que aceita jogar esse jogo. Isto implica na desobediência das normas impostas por grupos controladores do dinheiro no mundo, concentrado em poucas famílias milionárias.

João Sebastião da Costa não se rendeu aos ditames impostos, criou sua obra livre, construiu seu legado, que o consagrou no mundo das artes, no cenário brasileiro. Artista comprometido com as causas sociais e políticas, no ano de 2006 ele iniciou um estudo sobre o vermelho para chegar na cor do fogo, para construir uma série de objetos em protesto contra as queimadas. Ele pintou diversas paisagens cuiabanas, envoltas no vermelho, que representava o fogo das queimadas, nos tubos de PVC de diversos tamanhos. Preocupado com

o acúmulo do lixo e com a poluição, elaborou pinturas em vários suportes, como as sacolas plásticas, o acetato, as PET foram arduamente usadas em formato de borboletas, máscaras de carnaval. O carnaval, que ele tanto amava. João Sebastião foi um artista engajado, atuante e destemido.

#### 4. Referências Bibliográficas

BERTOLOTO, José Serafim. *Gosto pelo natural ou luta ecológico? Um estudo sobre os aspectos contemporâneos das artes plásticas em Mato Grosso*. São Paulo. 1992. 160 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

BIEDERMANN, Hans. *Dicionário Ilustrado de Símbolos*, Trad. Glória Paschoal de Camargo, São Paulo – SP, Melhoramentos, 1993.

CIPOLINI, Pedro Carlos. *Sebastião: um cristão para hoje*. São Paulo, Edições Paulinas, 1981.

CHEVALIER. J.; GHEERBRANT. A. *Dicionário de Símbolos*. Trad. Vera da Costa e Silva. Rio de Janeiro, José Olympio, 1996.

FIGUEIREDO, Aline. ESPÍNDOLA, Humberto. *Animação Cultural e Inventário do Acervo do Museu de Arte e de Cultura Popular*, Cuiabá – MT, Entrelinhas, 2010.

LEITE, Mário Cezar Silva. *Águas Encantadas de Chacororé: natureza, cultura, paisagens e mitos do Pantanal*. Cuiabá – MT, Cathedral Unicen Publicações, 2003, (Coleção Tibanaré de Estudos Mato-Grossenses, v. 4).

MIGNOLO, Walter. *A Opção De-Colonial: desprendimento e abertura*. Um manifesto e um caso. *Tabula Rasa*, Colombia, nº 8, p. 243-281, 2008.

MOREIRA, Valéria Pereira. *Comunicação das Imagens Religiosas e Representações de São Sebastião na Obra de João Sebastião na Obra de João Sebastião Francisco da Costa*. 2003. 187 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2003.

TAUKANE, Isabel Teresa Cristina; BRANDÃO, Ludmila de Lima; SIQUEIRA, Aline Wendpap Nunes de. Etnosaberes e Pintura Corporal no Ciberespaço. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR SOCIAIS E HUMANIDADES, 7, 2018, Rio de Janeiro – RJ, Anais, 2018.

Figura – 3 <http://www.revistacamalote.com.br/noticias/arte/2017/exposicao-presta-homenagem-ao-artista-plastico-joao-sebastiao-862> João Sebastião da Costa, *Revista Camalote*, Cuiabá-MT, acesso em: 20.11.2019

**Memórias e documentos do povo Guarani Paranaense na construção da Itaipu<sup>106</sup>**

***Memorias y documentos de los paranaenses guaraníes en la construcción de Itaipú***

Memories and documents of the Guarani Paranaense people in the construction of Itaipu

**Acadêmico: Rafael Fonseca Gomes Dantas de melo<sup>107</sup>**

**Prof. Dr: Clovis Antonio Brighenti<sup>108</sup>**

**Resumo**

O povo Guarani Paranaense (ocupantes das duas margens do rio Paraná entre o estado do Paraná (BR) e Alto Paraná/Canindeyu – PY) ao longo da década de 1970, no ápice da construção da Usina hidrelétrica Itaipu Binacional localizada em foz do Iguaçu no Paraná e Hernandarias Paraguai, passou a produzir uma série de documentos endereçados a Itaipu, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e órgãos internacionais exigindo os direitos territoriais. Os documentos dos Guarani na margem direita do referido rio foram produzidos quase duas décadas após o fechamento das comportas, também endereçados a Itaipu e ao Instituto Nacional del Indio (INDI). Através da análise dos referidos documentos e dos registros da memória do povo Guarani desejamos estabelecer uma conexão entre as demandas apresentadas e o cumprimento das mesmas, saber em que medida essa memória está atualizada e como os direitos territoriais foram garantidos ao longo dessas quase quatro décadas.

Palavras-Chave: Território, Memórias, Documentos, Itaipu

**Resumen**

El pueblo guaraní Paranaense (ocupantes de las dos orillas del río Paraná entre el estado de Paraná (BR) y Alto Paraná / Canindeyu - PY) durante la década de 1970, en el punto culminante de la construcción de la central hidroelectrica binacional Itaipu ubicada en la Foz del Iguazu. Paraná y Hernandarias Paraguay, comenzaron a producir una serie de documentos dirigidos a Itaipu, la Fundación Nacional de Indios (Funai) y organismos internacionales que reclaman derechos territoriales. Los documentos de los guaraníes en la margen derecha del río se produjeron casi dos décadas después del cierre de las compuertas, también dirigidas a Itaipu y al Instituto Nacional Indio (INDI). A través del análisis de estos documentos y los registros de la memoria del pueblo guaraní, deseamos establecer una conexión entre las demandas presentadas y su cumplimiento, para saber en qué

---

<sup>106</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>107</sup> Rafael Fonseca Gomes Dantas de melo, graduando História América Latina/Unila, foz do iguaçu, Paraná, Brasil e-mail: [rafael.melo@aluno.unila.edu.br](mailto:rafael.melo@aluno.unila.edu.br)

<sup>108</sup> Clovis Antonio Brighenti, Professor Dr de História na Unila, foz do iguaçu, Paraná Brasil e-mail: [clovis.brighenti@unila.edu.br](mailto:clovis.brighenti@unila.edu.br)

medida esta memoria está actualizada y cómo se garantizaron los derechos territoriales a lo largo de casi cuatro décadas.

Palabras claves: Territorio, Memoria, Documentos, Itaipu

### **Abstract**

The Guarani Paranaense people (occupants of the two banks of the Paraná River between the state of Paraná (BR) and Alto Paraná / Canindeyu - PY) during the 1970s, at the height of the construction of the Itaipu Binacional hydroelectric power plant located at the mouth of Iguazu in the Paraná and Hernandarias Paraguay, began to produce a series of documents addressed to Itaipu, the National Indian Foundation (Funai) and international bodies demanding territorial rights. Guarani documents on the right bank of the river were produced almost two decades after the floodgates closed, also addressed to Itaipu and the Instituto Nacional del Indio (INDI). Through the analysis of these documents and the records of the memory of the Guarani people we want to establish a connection between the demands presented and their fulfillment, to know to what extent this memory is up to date and how territorial rights were guaranteed over these almost four decades.

Keyword: Territory, Memories, Documents, Itaipu

## **1. Introdução**

O processo de construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu Binacional, resultado de um acordo celebrado entre o Brasil e Paraguai, em 1973, no rio Paraná entre os municípios de Hernandarias (PY) e Foz do Iguazu (BR), foi gestado e realizado durante as ditaduras militares, tanto pelo Brasil como no Paraguai.

No Intuito de levar o “progresso” para o interior do Brasil, como a Marcha Para o Oeste no governo de Getúlio Vargas na década de 1940, foram atraídas famílias de colonos, fazendeiros, madeireiros e outros aventureiros para a região Oeste do Paraná. A Itaipu agregou um elemento a novo nessa relação, o conceito de modernidade e progresso.

(...) o estado novo de Getúlio Vargas (1937-1945), criou um projeto político e um discurso cultural para dominar os grupos indígenas e seus territórios, os governantes do Brasil, durante muito tempo, enfrentaram o desafio de governar um país de dimensões continentais e populações diversas e multiétnicas. O estado novo – marcado por centralização política, acentuada intervenção na sociedade civil, crescimento econômico industrial e tendências nacionalistas – foi um importante divisor de águas nas relações entre o estado e os povos indígenas, entre o centro político e a periferia. O regime Vargas implantou uma política de acumulação de capital, povoamento e integração nacional da região Centro – oeste, que transformaria a vida dos xavantes no interior do mato grosso. (GARFIELD, 2011, p.11)

A Marcha Para o Oeste foi um movimento que ocorreu em diferentes regiões, como no Oeste do estado do Paraná, como na região Centro-Oeste brasileiro, nos estados de Goiás, Mato Grosso (e o atual Mato Grosso do Sul). Com a vinda das primeiras gerações de colonos surge uma série de problemas que iriam colocar em choque os colonos e as populações Guarani. Essa série de questões de problemas estão relacionadas com as questões territoriais, pois os Guarani não tinham “escrituras” sobre a terra que eles estavam localizados, ou seja, eram terras indígenas pela força da Lei 601/1850 e a Lei 6001/1973, mas para o estado eram consideradas devolutas. O governo vendo a preços irrisórios a empresas colonizadoras que as revendam e famílias de agricultores. Outras parcelas das terras do Oeste do Paraná foram objeto de grilagem.

A fim de justificar o esbulho territorial o Estado brasileiro criou o conceito de vazio demográfico, desde antes mesmo da marcha para o oeste, ou seja, para o estado os indígenas não existiam, ou a forma de ocupação da terra pelos povos indígenas não interessava ao Estado. Esse processo também ocorreu com o povo Xetá, que foram expropriados e sofreram um processo de genocídio.

Outra dimensão das tentativas de invisibilizar e justificar a desterritorialização dos Guarani foi considerá-los estrangeiros. Os Guarani foram considerados estrangeiros em sua própria terra, ou seja, os colonos que chegaram a região fizeram uso do conceito de estrangeirismo para explorar a mão de obra Guarani sem pagar os direitos trabalhistas. A nacionalidades dos Guarani foi posta em questão. Passaram a ser denominados de paraguaios.

Na etnografia é muito comum ouvir ou ver as seguintes expressões “são índios paraguaios”, “são estrangeiros” “vieram da Argentina” “vieram do Paraguai” (...) Percebem-se discursos equivocados e observações simplistas, pela ausência de uma análise mais apurada. Há, no entanto, uma análise de cunho político/ideológico, especialmente por parte do Estado, que destaca esta questão para negar-lhes ou reduzir-lhes os direitos, argumentando que, sendo estrangeiros, os direitos não serão os mesmos que dos brasileiros, especialmente quanto ao reconhecimento e à demarcação das terras que tradicionalmente ocupam. (BRIGHENTI, 2009, pp.163-164)

Os Guarani ficaram confinados a pequenos locais de menos interesse da agropecuária, no geral nas margens dos rios e riachos. Porém a década de 1970 se instala um novo projeto na região, a Itaipu Binacional. A nova empresa vai destruir justamente os últimos “redutos” ocupados pelos Guarani.

Se até a década de 1970 os povos indígenas não conseguiam ser ouvidos ou manifestarem-se pelo controle exercido pelo Estado embasado no regime tutelar, o cenário se modifica radicalmente a partir do final dos anos 1970. As assembleias indígenas iniciadas em 1974 e a participação ativa de setores da sociedade civil e intelectuais irão alterar profundamente esse contexto. Os Guarani, empoderados, passam a exigir seus direitos e irão produzir documentos endereçados a diferentes instituições a fim falar de seus contextos e cobrar soluções.

## 2. Memória Guarani sobre o processo de esbulho territorial

E pela própria memória oral que os Guarani mantiveram vivo o processo de resistência as violações de seus direitos. Essa memória foi sendo repassa as gerações, levando a criação de uma memória coletiva e afastamento das propostas importas pelo Estado da integração e das benesses do progresso. Se Itaipu representava progresso para alguns, para os Guarani ela simplesmente representou a última etapa da desterritorialização

Se a Itaipu representou um grande feito para uma parcela da população não se pode dizer o mesmo para as comunidades indígenas Guarani, cujos tekoha kueri<sup>109</sup> ficaram submersas devido ao fechamento das comportas de Itaipu Binacional, e inúmeras percas territoriais em ambas as margens do rio e consequentemente o desalojamento da Nação Guarani de seus territórios tradicionais Guarani do oeste Paranaense e alto Paraná.

Los indígenas Ava Paranaenses sufrieron en forma directa el impacto producido por la construcción de la Represa de Itaipu Binacional. Fueron desplazados de su territorio tradicional, y reasentados en cuatro pequeñas áreas, de las cuales, la de mayor extensión, todavía no les fue adjudicada legalmente. Además, las condiciones ecológicas de los nuevos lugares son muy diferentes a su hábitat tradicional. (BARON, 2006, p.1).

Um conjunto de medidas adotas pelo Estado justificavam a não existência dessa população na região. Quando os Guarani, com apoio de setores da sociedade começam a reivindicar direitos, a Fundação Nacional do Índio (Funai) intervêm para justificar que não se tratava de população Guarani, mas de indígenas integrados ou paraguaios.

---

<sup>109</sup> Tekoha é o lugar físico – incluindo terra, floresta, campos, cursos de água, plantas e remédios – onde o modo de vida dos povos indígenas Guarani se desenvolve. A terra é uma extensão dos povos indígenas e da sua fonte de vida. Citando as suas palavras: a terra são eles e elas, e eles e elas são a terra.

Na tentativa de ratificar os procedimentos feitos pela articulação Funai-Itaipu, em meados de 1981, por indicação da presidência da Funai, a Assessoria Geral de estudos e Pesquisas (Agesp-Funai) enviou Horst à região. 1981 Em um único dia de visita à área Horst produziu um laudo concluindo que, das onze famílias Guarani que ainda viviam ali, somente cinco seriam indígenas e recomenda que sejam instalados em lotes individuais como “colonos”. Isto é, os índios seriam instalados como colonos e, posteriormente, o presidente da Funai Otávio Ferreira Lima sugere ainda à Itaipu que os indenizassem dessa forma e os transferissem para Rio das Cobras. A estratégia do Estado era explícita: não era suficiente expulsar os Guarani de suas terras, era essencial negar sua identidade indígena para coroar o processo e impedir, inclusive, reivindicações futuras. Salientamos que, devido à articulação entre os Guarani e entidades de indigenistas que os apoiavam (Cimi Sul e Anai), produziu-se outro laudo contestando Horst – produzido pelo antropólogo designado pela Associação Brasileira de Antropologia, Edgard de Assis Carvalho, existindo ainda, um laudo posterior, da própria Funai, elaborado por Rosane Cossich Furtado, que também contestou Horst. Ambos foram sumariamente ignorados (RCEV, 2017, p.244)

Os mecanismos adotados por Itaipu, em negar a existência do povo Guarani encontraram respaldo nos documentos produzidos pela Funai. O fato de que diversas famílias tivessem fugido para outras regiões, dentre elas o Paraguai, a fim de se refugiar da opressão do governo Brasileiro, justificava a teoria de que não havia Guarani na região. Porém, algumas famílias permaneceram nas margens do rio Paraná e reivindicavam o direito coletivo as terras.

Após longas manifestações e disputas os Guarani conseguem finalmente ser reconhecidos, porém, não a partir dos direitos coletivos, e sim com camponeses. Mesmo assim, com os recursos provenientes da indenização conseguiram comprar uma terra ofertada pela própria empresa. Em 1982, pouco tempo antes do fechamento da comportas da represa, os Guarani são reassentados na nova terra. Para os Guarani era uma terra provisória até que fosse definida uma terra maior. O local reserva era uma Área de Preservação Permanente da binacional.

A nova terra era pequena, e com os passar dos anos a população fora aumentando, tanto pelo crescimento vegetativo, como pelo regresso de famílias que haviam fugido da região.

Com tudo, muitos problemas foram encontrados nessa nova localidade principalmente como o inchamento populacional, as doenças que foram sendo vistas dentro da própria tekoha Ocoy e os efeitos do uso intensivo de veneno pelo Agronegócio. É importante considerar que poucos centímetros separam a lavoura do agronegócio do tekoha, com isso as doenças vindas

pela utilização de agentes químicos ou agrotóxicos eram de certa forma vista com bastante frequência e infectavam tanto os lençóis freáticos como mesmo o ar que era respirável.



figura 1 – Território do ocoy .

Fonte: Base de dados a partir do Google Maps

como podemos ver na imagem acima o território do Ocoy e uma pequena faixa de terra nas extremidades do lago de Itaipu, que nas fronteiras dos dois lados da margem tem o

agronegócio que infecta tanto a água como própria terra e o ar, muitas das vezes desde aquelas épocas vimos em suas histórias orais que as mulheres Gravidas são o que mais sofrem devido a pulverização do agrotóxico nas colheitas.

### **3. Documentos do povo Guarani as autoridades**

Os Guarani não sofreram calados. No momento que conseguem compreender o que de fato estava ocorrendo iniciam um processo de resistência que em última instância demandava o ressarcimento pelas terras que ficariam submersas. A nação Guarani fez uso da escrita para enviar inúmeras cartas para os órgãos públicos nacionais como internacionais, dentre eles o Papa, o Banco Mundial como a Funai e apoiadores em geral. As cartas tinham dois propósitos, um, relatar o que estava acontecendo sobre seu território e com as famílias que estavam sendo expulsas para dar lugar a formação do lago, e outro, para cobrar posicionamento dos órgãos responsáveis e buscar apoio da sociedade. No caso do Banco Mundial, trata-se do órgão financiador do empreendimento.

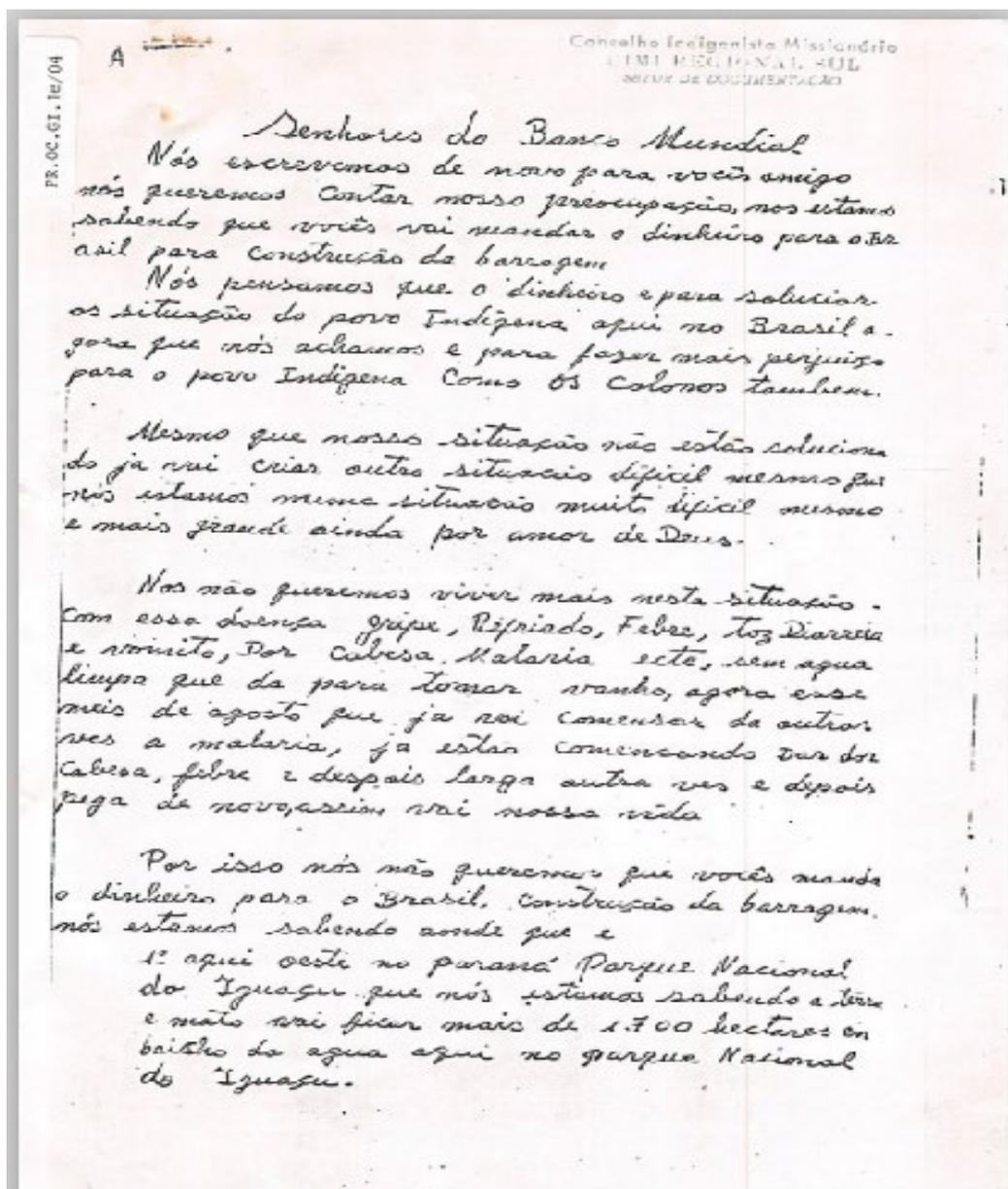


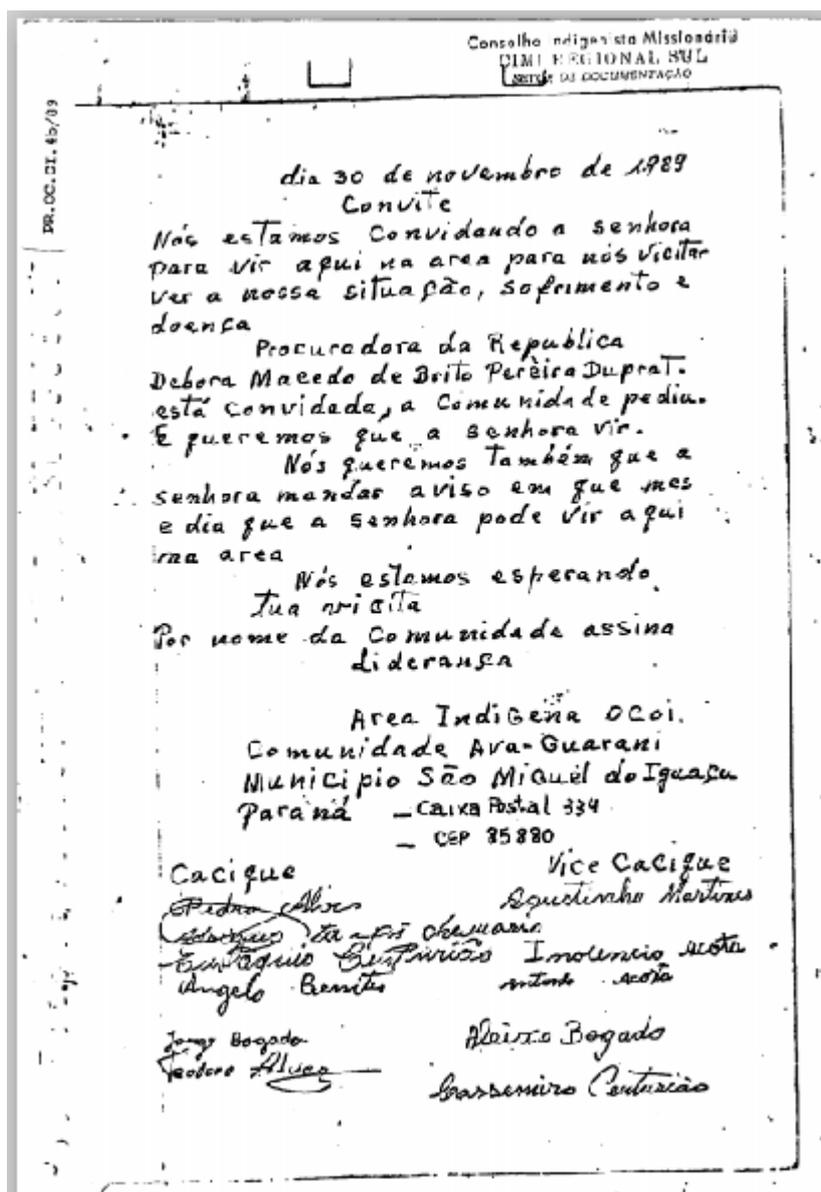
Figura 2 – Fragmento do documento ao Banco Mundial

Fonte: Acervo do laboratório de História Indígena

Os Relatos eram as vivências e conseqüentemente as experiências vividas pelos mesmos sobre os fatos que aconteceram sobre as questões da perda territorial e seus *Tekoha Kuera* devido a construção da represa a Itaipu Binacional.

Com isso toma-se consciência tanto do Banco Mundial como outros órgãos mundiais o que estavam acontecendo com a população Guarani pelo oeste do Paraná sobre as violências e as memórias que estão sendo relatadas dentro dessas cartas e documentos que foram entregues para esses órgãos.

Dentro até do povo Guarani existe uma historial oral que na qual os representantes do Banco Mundial vem para o Ocoy e vem como era de fato o que estava acontecendo com a população Guarani, e muitos deles ficam sem palavras, contudo o banco mundial visitou e viu a grande realidade que estava sendo feito com os povos indígenas Guarani da região.



**Figura 3** – Convite para procuradora geral da republica Debora de Brito

**Fonte:** Acervo do laboratório de História Indígena

E diversos outros relatos que são escritos pelos Guarani em conjunto com os colaboradores juntos escrevem e relatam o que realmente aconteceram com os povos Indígenas daquela região, como por exemplos convites feitos para a procuradoria geral da união em 1989 para conhecer realmente o que estava ocorrendo dentro do Ocoy.

Contudo esses documentos foram chegando a diversos outros lugares, e escritas dos colaboradores dos Guarani, relatando os fatos que aconteceram e contrastando esses fatos juntamente com a história oficial que a própria Itaipu Binacional e o estado nação brasileiro conta. Esses contrastes vemos com a história oral dos povos Guarani que ali vivem presenciam as violências e suas percas territoriais que foram ocorrendo ao longo do sec. XX e a construção da binacional.

E esses relatos chegaram a inúmeros lugares. As cartas e as memórias do povo Guarani sobre os eventos ocorridos desde a construção de Itaipu e conseqüentemente as percas territoriais, que são inimagináveis até os dias de hoje, e sempre serão lembrados pela memória dos Guarani tanto pelas falas que fazem nas reuniões dentro da casa de reza, passando as suas vivências e também suas memórias para as novas gerações e conseqüente para preservar sua história oral e suas vivencias.

### Referências

BARÓN, Beatris Irene. *Impacto de la Itaipu binacional sobre la etnia ava guarani paranaenses*. 2006. 1 v. Tese (mestrado) -curso de ciencias ambientales y desarrollo sustentable, Ciencias Ambientales, Universidad técnica de comercialización y Desarrollo, Ciudad del Est, 2006.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. *Estrangeiros na própria terra: Presença Guarani e Estados Nacionais*. Chapecó/Florianópolis: Argos; Editora da Ufsc, 2010. 284p

CEV. COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE. *Relatório / Comissão Estadual da Verdade*. - Curitiba: CEV, 2017.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Mares de (Org.). *Os avá-Guarani no oeste do Paraná: (re)existência em tekoha guasu guavira*. Curitiba: Letra da Lei, 2016. 432 p.

TOMAZI, Nelson Dacio. "*Norte do Paraná*" *História e Fantasmagorias*. 1997. 342 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Setor de Ciências Humanas, letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31883/T%20-%20NELSON%20DACIO%20TOMAZI.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. A história do Oeste Paranaense. pp. 75-89. ISBN 978-85-7628-587-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil: Política indigenista, a marcha para o oeste e os índios xavante (1937-1988)*. São Paulo: Editoria Unesp, 2011. 416 p.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, Mensus e Colonos*. 2. ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1987. 218 p.

## Mulheres em vulnerabilidade social e a construção de novos saberes<sup>110</sup>

*La mujer en la vulnerabilidad social y conocimiento de nueva construcción*

*Women social vulnerability and a construction of new knowledge*

Silvia Mara Davies<sup>111</sup>

José Serafim Bertoloto<sup>112</sup>

Ana Graciela M. F. da Fonseca<sup>4</sup>

Ms. Maria Regiane S. L. Barroso<sup>5</sup>

Ms. Muryllo Rhafael Lorensoni<sup>6</sup>

### Resumo

Percebe-se que o cenário atual em relação aos direitos das mulheres está se delineando, por meio de diversas iniciativas, reivindicações, conquistas políticas e Leis que buscam garantir uma sociedade igualitária. Embora ocorreram muitos avanços, muitas mulheres encontram-se às margens de uma sociedade desigual, presas as amarras invisíveis que as estagnam. Nesta perspectiva, foi desenvolvido um projeto de extensão aprovado e financiado pelo Instituto Federal de Educação e Tecnologia de Mato Grosso-IFMT, que visava o ensino de um ofício, primando a qualificação profissional, voltado às mulheres em situação de vulnerabilidade social frequentadoras do Centro de Referência de Assistência Social São Domingos (CRAS), em Sorriso-MT. O artigo versa as etapas do desenvolvimento metodológico do projeto e os resultados alcançados. Para ser executado foi preciso passar por várias etapas: A primeira correspondeu a estudos bibliográficos de autores que embasaram a parte metodológica e pesquisa de materiais. O segundo momento, correspondeu a aula inaugural e o ensino de técnicas de pintura, colagem, recortes e aplicações texturais em peças de MDF. A terceira etapa consistiu na aplicação da metodologia Mapa da Vida, possibilitando o conhecer melhor as mulheres e suas histórias de vida. Os resultados finais do projeto foram verificados por meio da aplicação de um questionário de pesquisa, entrevistas gravadas e filmadas, observações dos relatos ocorridos durante o decorrer das aulas. Por meio dessas estratégias e métodos de pesquisa qualitativa, percebe-se que todas tinham seus saberes que foram construídos durante as experiências vivenciadas. Por meio da riqueza de vivências e experiências ocorreram trocas e aprendizados. As alunas concluíram o curso sem ocorrer evasão, aprenderam um novo ofício que auxiliaram na geração de renda familiar.

---

<sup>110</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>111</sup> Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea; Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso; Cuiabá, Mato Grosso, Brasil; [silvia.davies@srs.ifmt.edu.br](mailto:silvia.davies@srs.ifmt.edu.br).

<sup>112</sup> Maior Titulação; Afiliação; cidade, estado e país; e e-mail de contato. Exemplo: “Mestre em Estudos Culturais; Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura - CLAEC; Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil; [teste@claec.org](mailto:teste@claec.org)”

**Palavras-chave:** Arte-educação; Qualificação profissional; Empoderamento feminino.

### **Resumen**

Se observa que la situación actual con respecto a los derechos de la mujer está tomando forma a través de iniciativas varias, reclamaciones, políticas y logros leyes que tratan de garantizar una sociedad igualitaria. Aunque hubo muchos avances, muchas mujeres se encuentran en los márgenes de una sociedad desigual, atrapados los lazos invisibles que se estancan. Con esto en mente, hemos desarrollado un proyecto de extensión aprobado y financiado por el Instituto Federal de Educación y Mato Tecnología Thick-IFMT, el cual fue dirigido a una escuela de oficios, sobresaliendo las cualificaciones profesionales, orientados a las mujeres en los que frecuenten la vulnerabilidad social del Centro de referencia de la asistencia social Santo Domingo (CRAS) en Sorriso-MT. El artículo trata de las etapas del desarrollo metodológico del proyecto y los resultados obtenidos. Para ejecutar tenido que pasar por varias etapas: La primera correspondió a autores del estudio bibliográfico que apoyaron la investigación metodológica parte y materiales. La segunda vez, coincide con las técnicas de clase inaugural y la pintura enseñanza, collage, recortes y aplicaciones de textura en piezas de MDF. El tercer paso fue la aplicación de la Hoja de Vida de la metodología, lo que permite entender mejor las mujeres y sus historias de vida. Los resultados finales del proyecto se han verificado a través de la aplicación de una encuesta por cuestionario, grabado y entrevistas filmadas, las observaciones de los informes ocurrido durante el transcurso de las clases. A través de estas estrategias y métodos de investigación cualitativa, es evidente que todos tenían su conocimiento que se construyeron durante las experiencias. A través de la riqueza de las experiencias y las experiencias producido intercambios y el aprendizaje. Los estudiantes completaron el curso sin producirse la evasión, aprendieron un nuevo oficio que ayudó en la generación de ingresos familiares.

**Palabras clave:** la educación artística; Calificación profesional; potenciación de la mujer.

### **Abstract**

It is perceived that the current scenario regarding the rights of women is being delineated, through various initiatives, demands, political achievements and laws that seek to guarantee an egalitarian society. Although many advances have occurred, many women found on the margins of an unequal society, trapped by the invisible chains that stagnate them. In this perspective, an extension project was developed and financed by the Federal Institute of Education and Technology of Mato Grosso-IFMT, which aimed at teaching a trade, prioritizing professional qualification, aimed at women in situation of social vulnerability attendees the Center of Reference of Social Assistance São Domingos (CRAS), in Sorriso-MT. The article is about the steps of the methodological development of the project and the results achieved. In order to be executed it was necessary to go through several estagies: The first corresponded to bibliographic studies of authors that based the methodological part and research of materials. The second moment corresponded to the inaugural class and the teaching of techniques of painting, collage, cutouts and texture applications in MDF pieces. The third step consisted in the application of the Map of Life methodology, enabling better knowledge of women and their life histories. The final results of the project were verified through the application of a research questionnaire, recorded and filmed interviews, observations of the reports that occurred during the course of the classes. Through these strategies and methods of qualitative research, one realizes that all had their knowledge that were built during the experiences. Through the richness of experiences, there were exchanges and learnings. The students concluded the course without evasion, they learned a new craft that helped in the generation of family income.

**Keywords:** Art-education; Professional qualification; Female empowerment.

## 1. Introdução

O percurso das mulheres na história é marcado por várias lutas que visam garantir os seus direitos. No Brasil, a partir da década de 1950, começaram a ganhar força os movimentos sociais, compostos por grupos organizados que empenhavam ações coletivas em prol de mudanças sociais na política vigente de cunho democrático. Graciela Hayée destaca que “os principais movimentos sociais no Brasil são o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o dos Trabalhadores Sem Teto e os em defesa dos índios, dos negros, das mulheres e da população LGBTT”. (BARBERO, 2014, p. 48). A autora destaca também que, estes movimentos elencados, não são organizações esporádicas, são formados por pessoas engajadas, que se organizam, atuando de forma permanente, objetivando mudanças no cenário hostil em que estes grupos se encontram imersos. Neste sentido Barbero assinala,

Um movimento social requer uma organização bem desenvolvida e a mobilização de recursos e pessoas muito engajadas, não se limita a manifestações públicas esporádicas, mas são organizações que atuam sistematicamente para alcançar seus objetivos. Os movimentos sociais possuem uma ação organizada de caráter permanente, relacionada sempre a um determinado objetivo. (BARBERO, 2014, p. 49)

Maria Berenice Dias, que atua como advogada especializada em Direito Homoafetivo, Direito de família, Vice-Presidente Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família, entre outras funções ligadas ao direito das mulheres, em um de seus inúmeros artigos, decorre acerca das mudanças que norteiam a história das mulheres em relação aos seus direitos adquiridos por leis. Dias (2010, p.1) destaca que em 1975, há mais de vinte anos, na cidade do México ocorreu a 1ª Conferência da Mulher, sendo norteadas pelo lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. Segundo a autora, em 1980, ocorreu em Copenhague, na Dinamarca o segundo encontro da ONU, onde foram abordadas questões como “Educação, Emprego e Saúde”, também enfatiza que em Nairóbi, 1985, ocorreu a terceira conferência, onde foram discutidos os temas intitulados “Estratégias Orientadas ao Futuro, para o desenvolvimento da Mulher até os anos de 2000”. (DIAS, 2010, p.1).

No dia 8 de março de 1910, em Copenhague, foi declarado “Dia Internacional da Mulher”, ocorrido durante a II Conferência Internacional das Mulheres. Acerca desta ocorrência, Barbero destaca que,

Não se tem certeza se esta data, que foi aprovada por mulheres de 70 países, comemora o início de uma jornada pelo voto feminino ou se é uma homenagem às 129 tecelãs de Nova Iorque que organizaram a primeira greve dirigida totalmente por mulheres reivindicando melhoras trabalhistas, e que foram queimadas vivas dentro da fábrica por ordem de seus patrões. De qualquer forma, a data foi comemorada por milhões de mulheres que se manifestaram a favor das reivindicações femininas, em muitos países. Trata-se de uma data que comemora a participação política das mulheres, que em vários lugares do mundo começaram a lutar pelos direitos dos excluídos e pela paz mundial, ameaçada naquele momento. Com a ascensão do feminismo dos anos 60-70 do século passado, esse dia é praticamente festejado em todo lugar pelos grupos organizados de mulheres, e nas últimas décadas, pela sociedade em geral. (BARBERO, 2014, p. 50)

Observa-se que todos esses fatores apresentados, vieram a colaborar para a participação e o reconhecimento das mulheres na construção política, econômica e cultural da sociedade que por muitos séculos foram ocultados pela história. Atualmente a saga da mulher, mesmo com todos os direitos garantidos por leis, ainda não foi possível mudar a realidade de muitas que se encontram em situações de vulnerabilidade e discriminação social.

Indo de encontro a estas questões elencadas, o edital do IFMT/PROEX, intitulado “Teresa de Benguela”, a cerca deste artigo que versa sobre o projeto de extensão desenvolvido, remete ao retrato da mulher negra, escravizada, trazida à força para longe de sua terra e de suas origens, que em meio a adversidades resiste, cria formas de liderança, tomando o próprio curso de sua vida. Sua história, embora tenha ocorrido no século XVIII, está fortemente enraizada nos dias atuais, tornando-se símbolo de resistência e empoderamento feminino. A importância de Teresa Benguela, como símbolo de resistência, luta, empoderamento feminino, sempre será lembrada no dia 25 de julho, por meio do decreto de Lei Federal 12.987/2014 que institui o Dia Nacional de Teresa de Benguela e da Mulher Negra. Segundo *Manuela Arruda dos Santos Nunes da Silva (2017)* a data foi inspirada no Dia da Mulher Afro-Latina-Americana e Caribenha, criada em julho de 1992 como um marco internacional da luta e resistência da mulher negra no mundo.

Indo de encontro a estas questões apresentadas, o presente artigo versa sobre questões que surgiram com a realização do projeto de extensão que visou qualificação de mulheres em

situação de vulnerabilidade social atendidas no Centro de Referência de Assistência Social São Domingos (CRAS), em Sorriso, Mato Grosso. Nesta perspectiva, a proposta do curso foi além do ensino de técnicas de pintura sobre madeira, buscou proporcionar experiências terapêuticas e reflexivas obtidas por meio da arte.

## **2. Construção dos saberes por meio da arte**

Atualmente percebe-se que um novo cenário está se delineando, por meio de reivindicações, conquistas, políticas e leis voltadas aos direitos humanos. Embora neste cenário de mudanças significativas, muitas mulheres encontram-se às margens de uma sociedade que deveria ser igualitária, buscando uma melhoria de condições de vida. Embora haja progressos, há uma parcela considerável de mulheres são vítimas de violência, da desigualdade social e da pobreza. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a cada ano, mais de um milhão de mulheres são vítimas de violência doméstica no País, que estão sendo combatidas com a defesa do direito das mulheres. A Lei do Feminicídio, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 2015, colocou a morte de mulheres no rol de crimes hediondos e diminuiu a tolerância nesses casos.

A Lei mais conhecida de proteção às mulheres vítimas de violência, é a Lei nº 11.340/2006, sancionada em 7 de agosto de 2006, chamada “Lei Maria da Penha”, que define e criminaliza abusos inaceitáveis e brutalidades desumanas praticadas no ambiente familiar e doméstico contra mulheres. O nome deve-se a história real de uma mulher que não se calou diante da violência. A cearense e farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes que foi vítima de violência doméstica durante 23 anos. Segundo dados de 2015 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Lei Maria da Penha contribuiu para uma diminuição de cerca de 10% na taxa de homicídios contra mulheres praticados dentro das residências das vítimas. É reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres. Segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres / Presidência da República (SPM/PR- p. 10):

A Lei Maria da Penha prevê como uma das estratégias de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, que “a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes

previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente 11 quando for o caso”. (Art. 9º). Além disso, a Lei estabelece a criação de serviços especializados no atendimento dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, tais como: centros de referência de atendimento à mulher; casas-abrigo/serviços de abrigamento; núcleos de defensoria pública; serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados; centros de educação e reabilitação dos agressores centros de responsabilização e educação dos agressores (todos previstos no art. 35) e juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher. (art. 29).

Por meio desses referenciais apresentados, percebe-se a necessidade de ações voltadas às pessoas vítimas de violência, assim o projeto de extensão “Oficina de arte: reconhecendo saberes e construindo caminhos”, propôs ações que buscavam ensinar um ofício por meio do ensino de técnicas de pintura em madeira, cujo aprendizado possibilitasse auxiliar na renda familiar. Além desses apontamentos o projeto almejou promover momentos de reflexão visando a elevação da autoestima das mulheres atendidas no CRAS. Segundo a professora do IFMT-Campus Sorriso, Terezinha Ferreira de Almeida, em sua Dissertação de Mestrado intitulada “A BR 163 no município de Sorriso: Apartheid do corpo social urbano, na cidade de Sorriso”, pode-se perceber importantes aspectos acerca da divisão social na cidade de Sorriso (local onde ocorreu o projeto de extensão), que demonstram a relevância da aplicação do projeto às mulheres que moram “no lado de lá”.

O agronegócio ganhou proporções gigantescas no município, como sinalizam os seguintes indicadores: melhor PIB agropecuário do país em 2011; status de Capital Nacional do Agronegócio em 2012; 1º lugar na exportação de commodities no país em 2013. Apesar de todo esse desenvolvimento econômico, Sorriso abriga os mesmos problemas sociais de outros tantos municípios do país, apresentando divisões sociais bem definidas, que revelam uma distribuição bastante desigual da riqueza, refletida na repartição do espaço urbano pela BR 163. Essa rodovia divide a cidade de Sorriso em duas regiões com características socioeconômicas, culturais, urbanas e demográficas bem distintas, o que faz dela uma espécie de símbolo do apartheid e da segregação reinante naquela formação social. De um lado da BR 163, habitam os “gaúchos”, como são chamados metonimicamente todos os migrantes vindos da região sul, referenciados como senhores da terra, visto que são donos de quase toda área rural do município. Como se trata de uma cidade cuja economia é movida pela agricultura, são eles tidos como responsáveis pelo desenvolvimento e pujança da cidade. Do outro lado da BR, estão os nordestinos, metonimicamente designados como „maranhenses“, que começaram a chegar ao município, na década de 1990, para empregarem-se como mão de obra não especializada no cultivo da

terra, no trabalho doméstico, no comércio, no setor de serviços em geral, certamente não motivados pela perspectiva de enriquecimento futuro, mas desejando apenas assegurar a própria sobrevivência e a da família no presente. (ALMEIDA, 2016, p.11)

CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. O órgão municipal também participa do enfrentamento à violência contra mulheres em Sorriso, tem por objetivos efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres “combate, prevenção, assistência e garantia de direitos e dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres”. (MDS, 2009, p.9).

A escolha da proposta do presente projeto de extensão envolvendo o ensino de técnicas de pintura em madeira, é devido às propriedades terapêuticas que a vivência da arte promove, a importância do ensino de técnicas de arte como meio de qualificação profissional e as estatísticas que apontam que o artesanato no Brasil está crescendo mais de 50% ao ano. Cabe destacar também que segundo pesquisas, de cada 10 mulheres que produzem artesanato, 2 sustentam a família com seu ofício. Outro fator que influenciou na escolha da proposta é a minha experiência com arte-educadora e como Gestora Local do Curso Mulheres Mil/PRONATEC, intitulado “Confeitando sabores e construindo a cidadania” realizado nos anos de 2013 e 2014 no IFMT *Campus* Sorriso. Pretendeu-se com a execução desse projeto, dar continuidade as ações que envolvem o atendimento específico às mulheres em vulnerabilidade social, tornando o Instituto Federal de Mato Grosso um diferencial em suas vidas.

### **3. Construindo modos de fazer (metodologia)**

A metodologia de desenvolvimento do projeto de extensão foi construída por meio de um estudo do perfil das mulheres participantes. Para ser desenvolvido foi preciso passar por várias etapas descritas a seguir. Em primeiro momento foi feita uma pesquisa *in loco*, por meio de visitas e conversas com a equipe diretiva do CRAS, que forneceram importantes

informações acerca das características sociais, psicológicas, culturais, econômicas e educacionais das mulheres participantes do curso ofertado. Neste encontro, foi apresentada a proposta do projeto de extensão, ocorrendo a parceria firmada por meio de um termo de parceria. A segunda etapa envolveu estudos e pesquisas bibliográficas de autores que pudessem contribuir no embasamento teórico e prático do projeto de extensão. Entre os estudos bibliográficos, cabe destacar a relevância acerca da metodologia aplicada no Projeto Mulheres Mil, sendo muito importante para o planejamento das etapas de execução. De acordo com o Ministério da Educação: Pronatec Brasil sem Miséria/Mulheres Mil:

Essa metodologia prevê o reconhecimento de saberes, considerando que as mulheres são sujeitos de direitos e que todas as aprendizagens formais ou não formais que elas venham a ter proporcionarão a qualificação nas áreas necessárias à complementação dos seus saberes e conhecimentos já adquiridos. Portanto, é de extrema importância que os cursos, antes de serem negociados entre ofertantes e demandantes, estejam alinhados às demandas das realidades dessas mulheres e de seus saberes. (PRONATEC BRASIL SEM MISÉRIA/MULHERES MIL, 2014, p.10)

No início das aulas do curso, foi aplicado o “Mapa da Vida”, que é uma ferramenta no processo de construção do Programa Mulheres Mil, que visava promover a integração do grupo, identificando os conhecimentos, as habilidades e saberes das mulheres.

O método potencializa o sujeito como autor da sua vida, de seu grupo, instituição ou comunidade, ou seja, as experiências podem ser narradas e registradas por seus protagonistas. A construção do mapa da vida estimula pessoas a organizar sua própria história numa cronologia que possibilite que cada um visualize e apresente sua história global. Por outro lado, coloca o sujeito diante da perspectiva de fazer escolhas e selecionar o que quer contar e registrar, revelando os fatos marcantes, as rupturas e as pessoas significativas. (MULHERES MIL, 2014, p.10)

De acordo com o Programa Mulheres Mil a aplicação da metodologia Mapa da Vida “objetiva criar oportunidade e ambiente para a troca de experiências de vida das mulheres, para que elas possam ser compartilhadas e então devidamente registradas, validadas e valorizadas.” (MULHERES MIL, 2014, p.16). A aplicação dessa metodologia objetivou conhecer melhor as participantes do curso, suas histórias de vida, seus sonhos e perspectivas em relação ao presente e futuro. Deste modo, pode-se criar estratégias de atendimento que oportunizasse o aprendizado, buscando estratégias de permanência no curso. Assim, a metodologia de avaliação e reconhecimento de aprendizagem prévia, foi feita considerando a

realidade das mulheres participantes do projeto. Por meio da aplicação do mapa da vida, foram observados os conhecimentos prévios e as possibilidades de trazer os conhecimentos adquiridos durante o curso para sua vida delas. A aplicação da metodologia “Mapa da Vida”, seguiu em consonância com as recomendações do Mulheres Mil (2014, p.16), as etapas são descritas a seguir: Em primeiro momento foi feita uma reunião e explicação da atividade com o grupo de mulheres. Depois foram distribuídos diversos materiais como: cartolina branca, papéis coloridos, cola, tesoura, canetas hidro cor, lápis de cor, giz de cera, imagens ilustrativas, revistas, jornais. Foi solicitado no ato da matrícula no CRAS, que as participantes trouxessem fotos de família, para serem xerocadas e utilizadas na atividade. A segunda etapa correspondeu a organização de grupos de quatro pessoas, para confeccionar o portfólio. Essa atividade correspondeu a um breve relato de vida de cada uma, construído e representado por meio de fotos, desenhos, frases, colagens, entre outras técnicas artísticas. Cabe destacar que foram feitas perguntas para orientar a construção do “Mapa da Vida” destacadas a seguir:

Qual seu nome e idade?  
Quais os principais fatos importantes em sua vida?  
Quais as pessoas significativas?  
Quais as rupturas e por que aconteceram?  
Destaque suas experiências na escola.  
Destaque suas experiências no mundo do trabalho.  
Qual o seu sonho?  
Quais valores norteiam sua vida?

Na terceira etapa ocorreu o compartilhamento das histórias individuais representadas no “Mapa da Vida” confeccionado. Por meio da troca de experiências, pode-se observar que muitas mulheres sofreram abusos psicológicos, morais, patrimoniais, entre outros. O momento de troca de experiências e relatos de vida apresentado na fotografia 1 a seguir.



Fotografia 1 – Roda de conversa, dialogando sobre o “Mapa da Vida”. CRAS, Sorriso, MT, 2018. Foto: Silvia Mara Davies

As informações contidas no “Mapa da Vida” representam e constituem o documento das alunas, por meio dos registros a equipe multidisciplinar pode analisar e traçar estratégias apropriadas para o desenvolvimento do curso. Na quarta etapa ocorreu as aulas práticas de pintura sobre peças de madeira com encontro semanais. Nestas aulas foram ensinadas diversas técnicas de pintura e colagem conforme apresentado nas fotografias 2 e 3 a seguir.



Fotografia 2 – Aula de pintura sobre madeira. CRAS, Sorriso, MT, 2018. Foto: Silvia Mara Davies



Fotografia 3 – Peças confeccionadas pelas alunas. CRAS, Sorriso, MT, 2018. Foto: Silvia Mara Davies

Ao final do curso foi realizada uma formatura com confraternização, onde foram expostas as peças confeccionadas pelas alunas e entregues os certificados de participação com carga horária de 160 horas.

Por meio do método de pesquisa somativo, das observações *in loco* e da análise dos relatos apresentados, pode-se verificar a relevância do projeto em relação à aquisição de novos conhecimentos e o impacto de perspectivas futuras.

### 3. Conclusões

O projeto objetivou oferecer um curso de pintura sobre MDF às 20 mulheres com idades variadas, vítimas de violência doméstica, em situação de vulnerabilidade social cadastradas no Centro de Referência de Assistência Social São Domingos (CRAS) na cidade de Sorriso Mato Grosso. O local escolhido para a realização do projeto de extensão que faz parte do Programa Teresa de Benguela/IFMT, foi o bairro São Domingos, local especificado no decorrer do artigo por possuir uma discriminação social.

A construção da proposta do projeto, utilizou a pesquisa de campo, onde foram analisados os aspectos que norteiam o contexto social, cultural, educativo e os saberes das mulheres (público alvo). O curso foi desenvolvido por meio de dois encontros semanais (10h), durante quatro meses, com a carga horária total de 160 horas. Para a realização das aulas do curso de pintura, foi preciso a construção de um plano de ensino, contendo os conteúdos a serem ministrados, os recursos, a metodologia e o método de avaliação.

Durante o desenvolvimento das etapas do curso foram pesquisados os relatos, as percepções, a aquisição de saberes, verificando a relevância do projeto. Pretendeu-se por meio do desenvolvimento do projeto de extensão, conferir se a ação foi relevante e agregou conhecimentos importantes, que poderão contribuir para a melhoria da qualidade de vida das mulheres participantes.

Por meio da realização do projeto de extensão, em que ofertou um curso de pintura sobre madeira voltado às mulheres, foi possível desenvolver estratégias que utilizou a arte como percurso construtor de vidas. Entre as etapas que constituíram os processos metodológicos, os momentos mais significativos foram os encontros nas aulas de pintura. No início do curso as alunas ficavam tímidas e não conversavam muito. Com o decorrer das atividades fomos adquirindo confiança e criando laços fortes de amizade. Ocorreram muitos relatos que nos surpreenderam, nestes momentos que aconteceram uma mistura de pintura, música, recortes, colagens, percebi que embora eu fosse uma aluna do doutorado e professora de artes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de MT, também era uma vítima de violência no ambiente doméstico. Neste sentido, percebe-se que a violência contra a mulher atinge todas as classes sociais e independe do nível de instrução acadêmica. Por meio dos relatos das alunas pode-se perceber a importância das atividades artísticas nos processos de construção de identidades. Muitas começaram a confeccionar delicadas peças artesanais para melhorar a renda da família. O curso foi além do ensino de técnicas, foi um laboratório de histórias de vida, troca de experiências e saberes.

## Referências

ALMEIDA, Terezinha Ferreira de. **A BR 163 no município de Sorriso: *apartheid* do corpo social urbano**, 2016, 149p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem). Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2016.

BRASIL. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_Cras.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf). Acesso em 19 de julho de 2017.

BRASIL. Pronatec Brasil Sem Miséria-Mulheres Mil. Brasília, 2014. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=32231-setec-pmm-cartilha-pronatec-mulheres-mil-pdf&category\\_slug=janeiro-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32231-setec-pmm-cartilha-pronatec-mulheres-mil-pdf&category_slug=janeiro-2016-pdf&Itemid=30192). Acesso em 9 de julho de 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República Brasília, 2011, p.74. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em 10 de julho de 2017.

BRASIL. Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal. *Lei Maria da Penha*. Brasília, novembro de 2013.

PHILIPPINI, Angela. Arte terapia em revista. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2008. 168 p.

SALGADO, Raquel G.; MARIANO, Carmen Steffens.; SOUZA, Leonardo L. de. *Gênero e Diversidade na Escola*. Rondonópolis: EdUFMT, 2014.

DIAS, Maria Berenice. Artigos. Disponível em:

[http://www.mariaberenice.com.br/artigos.php?cat=773&subcat=&termobusca=&ordem=mais\\_antigos](http://www.mariaberenice.com.br/artigos.php?cat=773&subcat=&termobusca=&ordem=mais_antigos). Acesso em 12 de julho de 2017.

## **Cultura afetiva: a construção do ser brincante no contexto urbano externo<sup>113</sup>**

*Cultura afectiva: la construcción del ser bromeante en el contexto urbano externo*

Affective culture: the construction of being playful in the external urban context

**Nadja Maria Mourão<sup>114</sup>**

**Ana Célia Carneiro Oliveira<sup>115</sup>**

### **Resumo**

A transformação dos espaços em lugares de afeto é uma possibilidade que advém das relações em divertimento e brincadeiras. Essa relação pode proporcionar uma reflexão sobre o comportamento humano e gerar novos caminhos para a participação social. São utilizados os estudos que buscam apreciar as crianças a partir da sua realidade social, da cultura afetiva que estão inseridas e que, também, são capazes de construir. Busca-se analisar a realidade afetiva vivenciada por crianças, no ambiente sociocultural. Como objeto de estudo foi utilizado os registros em eventos de brincadeiras infantis em parques e ambientes públicos, na capital mineira. O Programa “Escola Livre de Artes Arena da Cultura em Belo Horizonte” executa o projeto “Brinquedos e Brincadeiras”. Este projeto está contribuindo no fortalecimento de relações sociais com o ambiente em diversos espaços públicos, na cidade de Belo Horizonte. De forma gradual, o Programa “BH é da Gente” executa atividades de recreação infantil para a comunidade, valorizando a cultura local. A diversidade geográfica e cultural são instrumentos para a construção novas formas do brincar. Em considerações, pode-se dizer que, a brincadeira um produto coletivo e inovador, uma vez que, a pessoa que brinca é um agente ativo deste processo, contribuindo para a produção de culturas particulares entre os brincantes.

Palavras-chave: Cultura afetiva; lugares de afeto; ser brincante; urbano; externo.

### **Resumen**

La transformación de los espacios en lugares de afecto es una posibilidad que surge de las relaciones en la diversión y el juego. Esta relación puede proporcionar una reflexión sobre el comportamiento humano y generar nuevas vías para la participación social. Se utilizan estudios que buscan apreciar a los niños desde su realidad social, la cultura afectiva en la que se insertan y que también pueden construir. Buscamos analizar la realidad

---

<sup>113</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>114</sup> Doutora em Design; Universidade do Estado de Minas Gerais; Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; [nadjamourao@gmail.com](mailto:nadjamourao@gmail.com).

<sup>115</sup> Mestra em Design; Universidade do Estado de Minas Gerais; Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; [anaceliadesign@gmail.com](mailto:anaceliadesign@gmail.com).

afectiva que experimentan los niños en el entorno sociocultural. Como objeto de estudio se utilizaron los registros en eventos de juegos infantiles en parques y ambientes públicos en la capital de Minas Gerais. El programa "Escuela Libre de Artes de la Arena de la Cultura en Belo Horizonte" ejecuta el proyecto "Juguetes y juegos". Este proyecto está contribuyendo al fortalecimiento de las relaciones sociales con el medio ambiente en diversos espacios públicos de la ciudad de Belo Horizonte. Poco a poco, el programa "BH é da Gente" realiza actividades de recreación infantil para la comunidad, valorando la cultura local. La diversidad geográfica y cultural son instrumentos para la construcción de nuevas formas de juego. En consideraciones, se puede decir que el juego es un producto colectivo e innovador, ya que la persona que juega es un agente activo de este proceso, contribuyendo a la producción de culturas particulares entre el juego.

Palabras clave: Cultura afectiva; lugares de afecto; ser brincante; ciudad; externo.

#### **Abstract**

The transformation of spaces into places of affection is a possibility that comes from relationships in fun and play. This relationship can provide a reflection on human behavior and generate new avenues for social participation. Studies are used that seek to appreciate children from their social reality, the affective culture they are inserted and that are also able to build. We seek to analyze the affective reality experienced by children in the socio-cultural environment. As object of study was used the records in events of children's play in parks and public environments in the capital of Minas Gerais. The Program "Free School of Arts Arena of Culture in Belo Horizonte" executes the project "Toys and Play". This project is contributing to the strengthening of social relations with the environment in various public spaces in the city of Belo Horizonte. Gradually, the "BH é da Gente" Program performs activities for children recreation for the community, valuing the local culture. Geographic and cultural diversity are instruments for the construction of new forms of play. In considerations, it can be said that play is a collective and innovative product, since the person who plays is an active agent of this process, contributing to the production of particular cultures among the play.

Keywords: Affective culture; places of affection; be joking; urban; external.

## **1. Introdução**

Por meio das brincadeiras infantis, reflete-se a possibilidade de transformar espaços em lugares de afeto. Esta relação entre o ambiente e as brincadeiras de crianças pode gerar novas percepções e condições para a participação social. Conforme Benjamim (1984), o conhecimento de algumas atividades sociais e desenvolvimento da capacidade de formação do caráter, também podem ser adquiridos por meio do brincar. A transmissão de saberes populares em grupos sociais ocorre em experiências vivenciadas e dificilmente serão repassadas através de métodos didáticos.

A essência do brincar não é um "fazer como se", mas um "fazer sempre de novo", a transformação da experiência mais comovente em hábito. Pois é o jogo, e nada mais, que dá à luz a todo o hábito. Comer, dormir, vestir-se, lavar-se deve ser inculcado no pequeno irrequieto por meio da brincadeira, que são acompanhadas pelo ritmo dos versinhos. Formas petrificadas e irreconhecíveis de nossa primeira felicidade, de nosso primeiro terror, eis os hábitos (BENJAMIN, 1984, p. 75).

Neste trabalho, busca-se analisar os estudos que apreciam a realidade vivenciada por crianças, a partir do ambiente social e da cultura afetiva onde estão inseridas. A pesquisa apresenta recortes de estudos sobre o “design para a felicidade” em espaços urbanos externos, ou seja, em paisagem urbana, ideais para atividades recreativas. Trata-se de contextos de atuação do design, com foco na felicidade das pessoas. Como objeto de estudo, foram utilizados registros de brincadeiras infantis em eventos, nos parques e ambientes públicos, realizados na cidade de Belo Horizonte/MG.

O estudo do ambiente público urbano, está inserido nas análises sobre os ambientes onde as crianças vivenciam momentos lúdicos no cotidiano das cidades. Trata fundamentalmente, da compreensão do brincar e das brincadeiras infantis, já que as suas peculiaridades e métodos de organização podem impactar a conduta de uso destes espaços pelas crianças. Deste modo, é preciso averiguar se estes ambientes e proporcionam alguma relação com os usuários.

As características próprias do meio em que as brincadeiras acontecem refletem na sua forma simbólica de expressão, isto é, cada cultura possui diferenciações no brincar, embora esta seja uma atividade universal (MORAES; OTTA, 2003). A brincadeira é uma atividade coletiva e inovadora, uma vez que, a pessoa que brinca é um agente ativo deste processo, que estimula a formação de culturas particulares e únicas, entre os brincantes (CORSARO, 1985).

Dessa forma, as brincadeiras nos parques públicos e nos centros culturais de bairros de periferia, tornaram-se parte do Programa “Escola Livre de Artes Arena da Cultura em Belo Horizonte”, em eventos atuais. Conforme informações da Prefeitura de Belo Horizonte, o projeto denominado “Brinquedos e Brincadeiras” têm como objetivo promover encontros permanentes que possibilitam aos participantes momentos lúdicos de interação social e contato com a cultura da infância, a partir do ato de brincar.

Na figura 1, apresenta-se uma imagem de crianças brincando de cabo-de-guerra. Trata-se de uma das atividades da programação do projeto “Brinquedos e Brincadeiras”, em espaços públicos de Belo Horizonte.



Figura 1 – Crianças brincando de cabo-de-guerra.

Fonte: <https://prefeitura.pbh.gov.br/index.php/noticias/pbh-prepara-programacao-especial-de-ferias-nos-centros-culturais-e-bibliocas>.

A brincadeira “cabo de guerra” se faz pela divisão dos participantes em número equivalente, em dois lados opostos. Sendo que, em cada lado, as pessoas deverão puxar uma única corda entre eles. Existe um limite de território da brincadeira, que é um marco mediano, onde se estabelece até onde cada equipe pode chegar. Geralmente, esta marca é feita por giz escolar no chão ou um cabo de vassoura. Cada equipe deverá puxar uma das pontas da corda sem ultrapassar este limite. A Equipe que conseguir puxar a corda com os membros da outra equipe, além da marca estabelecida como limite, é considerada a vencedora.

Durante a programação do evento desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura e da Fundação Municipal de Cultura, as crianças e suas famílias são estimuladas a vivência de brincadeiras populares, valorizando a participação infantil na cultura local. O programa ainda prevê o reconhecimento das artes e dos elementos da cultura brasileira, presente nas brincadeiras.

## 2. Cultura afetiva

O homem é um indivíduo social que utiliza de relações sociais no seu processo evolutivo. As relações sociais são elementos fundamentais, de forma que a sua investigação é básica para a área da psicologia positiva do desenvolvimento (BUSSAB, 2003). A Psicologia Positiva utiliza-se tanto de métodos tradicionais da verificação psicológica quanto do que há de mais avançado no campo das neurociências para o estudo das emoções e do

comportamento humano. É dessa forma que a Psicologia Positiva opta pelo caminho da investigação baseada na experiência, respeitando os rigores da metodologia científica e baseando suas análises em dados palpáveis, segundo estudos de Martin Seligman (2009), psicólogo americano.

Pensando na felicidade das crianças e na construção de sua cultura afetiva, os trabalhos de Huebner e Gilman (2002) sobre a satisfação de vida infantil têm mostrado cinco domínios específicos nessa abordagem: família, amizade, escola, ambiente e *self*. Avaliar como a criança constrói a ideia de ser feliz e de como é uma pessoa feliz está conexo à maneira como a criança entende a si e a outrem. Suas amizades são envolvidas da emoção de alegria, segundo Garcia e Pereira (2008) as qualidades dos seus amigos incluem ter brincadeiras legais.

As emoções podem gerar as escolhas do ser humano, pois elas fazem parte do campo das opções. Norman (2008), diz que as emoções servem, inclusive, de direção para o comportamento humano. Segundo ele, quem entra em ação nessa hora é o sistema afetivo – o responsável, em nosso organismo, por julgar o que é bom ou ruim, seguro ou perigoso. Nada a ver com a razão ou com a lógica. Para o autor a explicação para esse fenômeno é simples: quando o ser humano se depara com algo que julga atraente, isso motiva uma sensação de bem-estar.

Dessa forma, trata-se de um lugar passível de ser sentido, pensado, acomodado e vivido por meio do corpo, capaz de trazer emoções positivas, bem-estar e felicidade. Entende-se que um espaço vivido, mesmo se o lugar possa ser considerado socialmente degradado, na perspectiva das crianças, que ao se apropriarem dos espaços livres, articulam situações reveladoras da identidade do lugar.

Segundo estudos de Piaget & Inhelder (1993) em relação a lugares com crianças; essas já nascem envolvidas em uma rede de significados com o mundo; e à medida que crescem e desenvolvem seus sentidos, tomam cada vez mais consciência de si e de tudo que a rodeiam; assim constroem noções de espaço-tempo.

Conforme o pesquisador Lopes (2013), primeiramente, a criança apenas entende o espaço com seu corpo interagindo com objetos usando seus sentidos. Neste momento, o seu espaço de vivência são

os lugares onde brinca, passeia, e com os objetos presentes neles. As relações espaciais das crianças crescem e se tornam mais envolventes à medida que ela amplia seu campo de ação.

Neste sentido, Piaget (1993), relata uma série de etapas sucessivas pelas quais o ser humano passa na sua construção da noção espacial. Primeiramente, as relações de perto e longe, estas são relações de vizinhança, em seguida relações de separação, onde identificam que os objetos ocupam lugares marcados no espaço, depois a ordem e o fechamento, onde tem a noção de interior e exterior. O autor completa ainda que estas são as relações topológicas que antecedem as relações projetivas onde se destacam direitas, esquerda, eixos e coordenadas do observador.

O ser humano ao longo de sua permanência em uma configuração urbana, gradativamente vai reconhecendo as vias, os caminhos para se deslocar, os limites, contornos, bairros, pontos nodais e seus lugares de encontro como, praças, marcos, todos identificados por detalhes memoráveis. Neste envolvimento, evidencia-se que as pessoas desenvolvem mapas mentais, construídos por seus ensaios e histórias de vida, conforme Lynch (1960).

Mapas mentais ajudam a criar conexões no pensamento humano, assim podendo familiarizar-se com espacialidades, gerando lugares de afeto, lugares seguros e com identidade. Segundo o psicólogo e escritor Buzan (2009) são registros mentais ligados a imagens e cores, o que ajudam a memorizar.

### **3. Lugares de afeto**

Os lugares, percebidos como as relações afetivas que as pessoas estabelecem com o espaço, passam a ter um valor central nos estudos da cultura afetiva, e a noção de Topofilia, desenvolvida por Tuan (1980), ganha força não só na área da geografia, mas também no campo da afetividade que o design pode estudar.

O termo topofilia, ao ser abrangido como o “[...] elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980, p. 5), diz a existência de uma contestação entre espaço e lugar, ambos às vezes se misturam, porém “[...] ‘espaço’ é mais abstrato que ‘lugar’. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e dotamos de valor”.

Nas últimas décadas, o tempo e o espaço destinados às crianças foram essencialmente modificados em função de graves fenômenos bastante conhecidos, quais sejam: a violência, a presença de estranhos, drogas, atividades ilícitas, tráfego de veículos, entre outros fatores que parecem ser ameaças universais no mundo moderno (COTRIM; BICHARA, p. 389, 2013).

Como consequência dessas modificações, o brincar foi desviado de fora para dentro. As crianças deixaram o espaço externo, o uso do espaço público urbano se tornou distante do cotidiano, conforme Karsten & Vliet (2006). Para distanciar as crianças dos problemas urbanos foram colocadas dentro de espaços distantes da vida social da comunidade.

No Brasil existem lugares onde “um jogo de forças sociais” que dita suas próprias leis e códigos culturais (PERLMAN, 1977, p.40). Ou seja, expressa pela necessidade de habitar a “custo zero” e que consolida territórios diferenciados, por estarem à margem da cidade instituída pelas leis e normas urbanísticas. Lugares aglomerados (favelas) e periferias caracterizam-se como espaços marginalizados, com sua coerência de ocupação diferenciada da cidade instituída, conforme Duarte et al. (1996).

Desse modo, as crianças que vivem nas favelas e periferias humanizam os lugares públicos por meio das brincadeiras e contribuem para a formação da identidade cultural, interagindo com a imagem apreendida de sua ambiência. Assim, é possível dizer que a diferença entre os tipos de brincadeiras em lugares públicos pode estar associada aos espaços físicos que sugerem brincadeiras distintas. O espaço é um fator importante na escolha das brincadeiras coletivas, a partir das tradições e da cultura dos brincantes no desenvolvimento das atividades lúdicas (COTRIM et al., 2009).

Diferentemente das crianças que possuem uma experiência mais restrita aos espaços privados, as crianças que vivem em aglomerados e periferias circulam e brincam fora de casa, com seus pares, em espaços comuns (Pérez; Jardim, 2015). As crianças que brincam nas proximidades de suas casas desenvolvem uma relação de pertencimento com lugar onde moram. Elas podem se adaptar com as incoerências por serem parte do cotidiano, assim como as questões locais. Através da ação e brincadeira, elas alteraram os espaços em lugares de afeto, o que harmoniza um olhar intrincado para a sua realidade e constrói novas portas para a participação social.

Matthews (2003) também concorda com essa análise, ao dizer que na rua as crianças cultivam tempo ao entendimento dos seus pares permitindo usos diferenciados de ocupação do espaço urbano, com possíveis encontros com crianças de idades diferenciadas, de ambos os gêneros, levando a entender a perspectiva social das relações e das posições. A rua é vista como uma passagem para a fase adulta, pois vivenciar a rua, é a essência da transposição da infância para a vida adulta. A rua permite que a criança desenvolva competências sociais.

Segundo Castro (2001), a criança contribui no processo de produção e reprodução da cultura pelo seu atuar, sua maneira de interferir no mundo, assim como os adultos. A subjetividade da criança se edifica, aos poucos, a partir de suas ações, que reconstruem e

recriam o que está ao seu redor. Assim, também as suas parcerias de brincadeiras, são análogas à maneira de interação dos adultos. Normalmente, a criança busca extrair a relação pelo desempenho do parceiro e combina-se com o outro às suas ações. Desse modo, a criança ergue, ativa e conjuntamente, atividades, circunstâncias e conhecimento compartilhados nas brincadeiras (CARVALHO, 1994).

O cotidiano das crianças em aglomerados e periferias é transcorrido pelas redes de relações construídas na vizinhança, na escola, na família, entre outros.

[...] nessa favela elas se sentem seguras para perambular, explorar e conviver, nos diferentes espaços. Enquanto a casa remete ao polo dos adultos, em que as crianças se encontram submetidas às normas e regras familiares, os becos, praças e vielas remetem ao polo de convivência com os pares, onde elas podem construir suas próprias regras, mediante os jogos e as brincadeiras. As crianças ocupam a favela, marcando o seu território de domínio e transformando-o em um lugar. (PÉREZ; JARDIM, 2015, p. 495).

Essas crianças, possuem uma rede de amizades, uma rede afetiva e familiar no lugar favela, onde se sentem seguras livres e podem se aventurar, o que contribui para a construção de raízes. Ela “busca experimentar todo o espaço que está ao seu alcance e se identifica nele mediante suas conquistas, descobertas e diferentes ações” (COELHO, 2007, p. 178).

Ao interagirem com os espaços de aglomerados e periferias, as crianças também influenciam na história coletiva, com o sistema de ideias, e edificam um conhecimento fortemente cultural.

O Programa BH é da Gente leva o contexto das brincadeiras antigas, cantadas em rodas, jogos de tabuleiro, pula-corda, bambolê, amarelinha, entre outras. Também há apresentações musicais e outras atividades, para manter o vínculo da comunidade local. Trata-se de um programa recreativo em espaço urbano que acontece aos domingos, com o objetivo de requerer a prática de atividades físicas, esportivas e de lazer ao ar livre, bem como a convivência e a cidadania em vias e locais públicos, construindo espaço para a ocupação urbana pela população e promovendo o pertencimento do espaço público. Por meio de uma política pública a prefeitura municipal promove ocupação de espaços urbanos para promover proteção social. Na figura 2, um registro das atividades nas ruas próximas da Pedreira Prado Lopes - aglomerado próximo ao Bairro Lagoinha/Belo Horizonte (figura 2).



Figura 2 – Crianças brincando no Programa BH é da Gente – Pedreira Padre Lopes.

Fonte: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-e-da-gente-cumpre-funcao-de-protecao-social-na-pedreira-prado-lopes>

É possível destacar que o lugar onde os seus humanos entrelaçam suas relações, mesmo sendo criticado por pessoas externas, harmoniza o aparecimento e a sustentação de laços afetivos entre as pessoas e o lugar, justificando a ideia do sentimento de bairrismo que se observa nos moradores de um centro urbano.

Esse aspecto aproxima-se do pensamento de Tuan (1980) sobre a topofilia, no qual as pessoas são capazes de construir afinidades afetuosas com o lugar onde vivem. Assim, os moradores não se preocupam com as qualidades físicas do espaço, e sim, as relações que revolvem seu lugar familiar. O autor ainda completa que, o lugar é pausa, segurança quando as pessoas se identificam e criam laços afetivos. Essa pausa identitária ocorreu porque as relações com o lugar possibilitou a segurança que, possivelmente, não seria encontrada onde não há relação com o ambiente.

Constata-se que, “quando o espaço nos torna inteiramente familiar torna-se lugar”. Corrobora-se a ideia que as pessoas são livres para circular entre espaços e à medida que percebem determinados espaços a sua maneira, aos seus valores e à sua identidade, esse espaço, a elas, se oferece como um lugar (TUAN, 1983,p. 83)

Nos aglomerados e periferias as características do espaço são peculiares. Observa-se que a utilização de seus espaços livres pelas crianças se destina a várias finalidades no momento da brincadeira, transformando-os em lugares ideais ao brincar na criatividade infantil.

Os programas que levam as brincadeiras para os ambientes de vivência das comunidades proporcionam apropriação destes espaços. Ao mesmo tempo em que o ambiente se caracteriza pelos processos de apropriação dos eventos infantis. Assim, são lugares de afeto, que se preservam na memória das crianças e dos membros da comunidade local.

#### 4. Ser brincante urbano – a geografia da infância

A brincadeira e os possíveis objetos que fazem parte dela estão marcados pela identidade cultural e por características sociais específicas de uma comunidade urbana. Da Matta (1985) descreve a rua, como lugares que possam ser simbólicos para uma sociedade urbana. Ou seja, o urbano externo torna-se o lugar que resgata a experiência da diversidade e possibilita a presença do estranho, o encontro entre desconhecidos, a permuta entre diferentes, a identificação dos iguais, a variedade de usos e olhares.

Na área do conhecimento da geografia, o contexto urbano externo tem sido bastante lembrado por diversos pesquisadores ao redor do mundo, como fonte para o comportamento infantil (Ellis, 2004; Karsten, 2003; Rasmussen, 2004). Colonna e Brás (2011) historicam o nascimento de uma área especial de investigação, a geografia da infância, que parte do princípio de que as “espacialidades” têm grande valor no cotidiano das crianças em sociedade.

Em espaços urbanos externos podem-se encontrar sinais da natureza, bem como seus ciclos e elementos, capazes em criar relações essenciais e simbólicas com o crescimento das crianças, segundo Mendonça (2019). Assim, surge uma relação direta com o crescimento e a formação do corpo das crianças. São também recursos de aprendizado oriundo da experiência. “A criança busca por autonomia desde que nasce, e é no brincar livre na natureza que ela encontra o cenário ideal para exercer essa pulsão de vida. Assumir riscos é inerente ao brincar ao ar livre, e uma condição para o desenvolvimento sadio das crianças”. São ações de ir além dos limites conquistados, em terrenos acidentados e em constante movimento, na velocidade que a idade trás; fortalecendo assim, suas destrezas físicas e emocionais (MENDONÇA, 2019, p.12).

A sociedade contemporânea é predominantemente urbana. As crianças, em sua maioria, nascem e crescem em contextos urbanos. No Brasil, 84% da população vivem em cidades (IBGE, 2010) e 47% das pessoas não se sentem seguras na cidade em que moram (IBGE, 2010). Desta forma, na atualidade, existe uma mudança na relação das crianças com o espaço público e natural, segundo o pesquisador e jornalista Richard Louv (2005), cofundador da *Children & Nature Network*. Ele criou o termo “Transtorno do Déficit de Natureza” para delinear o fato do não envolvimento entre a criança e a natureza e os consequentes conflitos negativos na saúde e bem-estar das crianças e também da terra.

Segundo Lopes (2013), pode-se situar a década de 1970 como um momento em que se começam os acúmulos de trabalhos (atividades) que envolvem as crianças e suas espacialidades. Produções desenvolvidas em diferentes contextos geográficos e intensamente influenciadas pelos requeridos na geografia humanista, provocaram uma série de ações e apontamentos que condicionam o

bem-estar das crianças no espaço. No final da década de 1980 e os anos 1990 ocorreram mudanças legais que incluíram as crianças como sujeitos de direitos.

Exemplificando, destaca Lopes (2013),

a Convenção sobre o Direito das Crianças e muitos outros documentos (por exemplo, o ECA no Brasil) possibilitam outros estatutos para a infância e estendem a ideia do direito da criança ao espaço e, assim, um outro foco ganha força nos estudos da Geografia da Infância, a noção de território, de espaço como direito politicamente definido (LOPES, 2013, p. 290).

Em Belo Horizonte, como exemplo de projeto de ação, existe um movimento social chamado “BH pela infância”, que incentiva a reflexão sobre a cidade e a criança, integrando o debate sobre educação, cultura, alimentação, saúde e sustentabilidade. Discutem como a cidade dialoga com a infância, entendendo suas necessidades, para a construção de espaços públicos que sejam interessantes, acessíveis e seguros para elas. Acreditam em uma construção coletiva de uma cidade que verdadeiramente veja as crianças como habitantes.

Entre as questões que o movimento social “BH pela Infância<sup>116</sup>” busca solucionar, podem ser citadas: apoiar a promoção de políticas públicas relacionadas à infância e à construção de uma cidade mais verde, mais segura, mais acessível e mais humana; incentivar o brincar na cidade; debater sobre a importância do cuidado com os espaços públicos para adultos e crianças; contribuir para a ampliação de ações sustentáveis pela cidade; incentivar a participação das pessoas na construção de uma cidade melhor para todos; estimular uma cidade que respeite a infância de forma integral.

As ruas de lazer (figura 3) são exemplos de como as crianças podem ter uma relação de vivência com o ambiente, convivendo melhor com o espaço para brincar.

---

116 Site do Programa: <https://bhpelainfancia.com.br/o-que-queremos/>



Figura 3 – Crianças brincando no evento Brincado BH, Rua José Candido da Silveira, bairro União/BH.

Fonte: <https://bhpelainfancia.com.br/cidade/brincaco-em-bh-reivindica-mais-espaco-para-a-infancia/>

A Geografia Humanista busca abarcar a percepção e representação do espaço por indivíduos, percebendo seu caráter único, singular, ao mesmo tempo em que distingue o seu pertencimento e compartilhamento a um apurado grupo cultural. Tuan (1982) manifesta essas condições ao definir o caráter desse movimento:

*A Geografia Humanística reflete sobre os fenômenos geográficos com o propósito de alcançar melhor entendimento do homem e de sua condição. [...] procura um entendimento do mundo humano através das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar. (TUAN, 1982, p. 143).*

**Dessa forma, brincar é um ato que relaciona o ser humano com sua realidade e com outras pessoas. Está inserida na vivência com o espaço físico, lugares imaginários em condições afetivas. O brincar também proporciona sentimentos diversos, na maioria por diversão e alegria.**

**Segundo Tuan (1980), um fator muito interessante e único na construção do imaginário humano, todos os seres humanos compartilham percepções comuns em virtude de possuírem estrutura biológica similar. Mas, algumas características**

**psicológicas diferenciam a percepção humana: “[...] os objetos que percebemos são proporcionais ao tamanho do nosso corpo, à acuidade e amplitude do nosso aparelho perceptivo e ao propósito” (TUAN, 1980, p. 16-17).**

## **5. Considerações finais**

Considera-se a brincadeira um produto coletivo e inovador, uma vez que quem brinca é um agente ativo desse processo e contribui para a produção de culturas particulares entre os brincantes. As crianças se apropriam dos ambientes urbanos externos, públicos por meio das brincadeiras e estes ambientes também se modificam pela ação de brincar das crianças.

A infância nos aglomerados (favelas) e periferias é caracterizada pela brincadeira fora de casa concretizada coletivamente com os pares e pelo convívio com a natureza. Por meio das brincadeiras, as crianças se ocupam do espaço da favela e geram modificações no comportamento das pessoas envolvidas nestes ambientes, como também proporcionam relações de afetos e identidade com o ambiente. Assim, brincar livremente é importante para que as crianças possam vivenciar diversas situações, conhecendo o espaço e as pessoas do lugar.

Em metrópoles como Belo Horizonte, percebe-se modos distintos de ocupação do espaço urbano por crianças. Os programas desenvolvidos com apoio da prefeitura contribuem para desenvolver uma nova relação da comunidade com o espaço público. O Programa “Escola Livre de Artes Arena da Cultura em Belo Horizonte”, executa o projeto “Brinquedos e Brincadeiras” que está contribuindo com as relações sociais com o ambiente em diversos espaços públicos em Belo Horizonte. O Programa BH é da Gente de forma gradual, leva atividades de recreação (infantil) de valorização da região e da cidade. A diversidade geográfica e cultural é palco de diversas formas e conteúdo de brincadeiras.

## **Referências**

- BENJAMIM, Walter, *Reflexões: A Criança o Brinquedo e a Educação*. São Paulo, Summus Editorial, 1984.
- BH PELA INFÂNCIA. *O que queremos?* Disponível em: <https://bhpelainfancia.com.br/>. Acesso em 22 de novembro 2019.
- BUSSAB, V. S. R. *Afetividade e interação social em crianças: perspectiva psicoetológica*. 2003. Tese (Livre-docência em Psicologia) Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- BUZAN, Tony. *Mapas Mentais*. Rio de Janeiro, Sextante, 2009.
- CARVALHO, A. M. A. *O que é “social” para a psicologia?* Revista Temas em Psicologia, v. 3, 1994.
- CASTRO, L. R. *Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura*. In L. R. Castro (Org.), *Crianças e jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: Nau, 2001.

- COELHO, G. N. *Brincadeiras na favela: a constituição da infância nas interações com o ambiente*. In V. M. R Vasconcellos & M. J. Sarmiento (Orgs.), *Infância (in)visível*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.
- COLONNA, E., & BRÁS, E. J. *Crianças e espaço urbano em Maputo*. In V. R. Müller (Ed.), *Crianças dos países de língua portuguesa: Histórias, cultura e direitos*. Maringá, PR: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2011.
- CORSARO, W. *Friendship end peer in the early years*. Norwood: Ablex, 1985.
- COTRIM, G. S. et al. *Espaços urbanos para (e das) brincadeiras: um estudo exploratório na cidade de Salvador (BA)*. *Psicologia: teoria e prática*, São Paulo, v. 11, 2009.
- COTRIM, G. S.; BICHARA, I. D. *O brincar no ambiente urbano: limites e possibilidades em ruas e parquinhos de uma metrópole*. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2013, vol.26, n.2, pp.388-395. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722013000200019>.
- DA MATTA, R. *A casa e a rua*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DUARTE, C. R. et al. *Favela, um bairro*. São Paulo: Proeditores, 1996.
- DUARTE, C. R. Favelas. In: TEIXEIRA, F. C. et al. (Org.) *Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX*. v.1. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- ELLIS, J. *Researching children's place and space*. *Journal of Curriculum Theorizing*, nº 20, vol.1, 2004.
- GARCIA, A., & PEREIRA, P. *Amizade na infância: um estudo empírico*. *Psic. Revista de Psicologia*. Vetor Editora, nº. 9, vol. 1, 2008.
- HUEBNER, E. S. & GILMAN, R. An introduction to the multidimensional student's life satisfaction scale. *Social Indicators Research*, nº 60, 2002.
- KARSTEN, L. *Children's use of public space: The gendered world of the playground*. *Childhood (London)*, nº10, vol.4, 2003.
- KARSTEN, L., & VLIET, W. *Children in the city: Reclaiming the street*. *Children, Youth and Environments*, nº16, vol.1, 2006.
- LOPES, Jader Janer Moreira. *Geografia da Infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias*. In: *R. Educ. Públ.* Cuiabá v. 22 n. 49/1, 2013.
- LOUV, Richard. *A Última Criança na Natureza*. São Paulo: Aquariana, 2005.
- LYNCH, Kevin. *The Image of the City*. Cambridge: M. I. T. Press, 1960.
- MATTHEWS, H. *The street as a liminal space: The barbed spaces of childhood*. In P. Christensen & M. O'Brien (Eds.), *Children in the city: Home, neighborhood and community*. New York: Routledge, 2003.

MENDONÇA, P. *A Natureza que ensina*. Disponível em: <<http://conexaoplaneta.com.br/blog/a-natureza-que-ensina/>>. Acesso em: 24 nov.2019.

MORAES, M. S.; OTTA, E. Entre a serra e o mar. In: CARVALHO, A. M. A.; MAGALHÃES, C. M. C.; PONTES, F. A. R.; BICHARA; I. D (Org.). *Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

NORMAN, A. Donald. *Design emocional*. Por que adoramos (ou detestamos) os objetos do dia-a-dia. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

PEREZ, Beatriz Corsino; JARDIM, Marina Dantas. Os lugares da infância na favela: da brincadeira à participação. *Psicol. Soc.* [online]. vol.27, n.3, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p494>.

PERLMAN, J. E. *O mito da marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. *A representação do espaço na criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

RASMUSSEN, K. *Places for children – Children’s places*. *Childhood*, nº11, vol.2, 2004.

SELIGMAN, E. P. M. *Authentic Happiness: Using Positive Psychology to Realization Permanent*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar – a perspectiva da experiência*. Trad. Livia de Oliveira. Rio Claro: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. *Geografia Humanística*. IN: Christofolletti, Antônio. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

## **Território extinto: análise dos discursos e práticas Guarani sobre as terras tragadas por Itaipu Binacional<sup>117</sup>**

*Territorio extinto: análisis de discursos y prácticas guaraníes en tierras alagadas por Itaipu Binacional*

*Extinct Territory: Analysis of Guarani Discourses and Practices on Wetlands by Itaipu Binacional*

**Clovis Antonio Brighenti<sup>118</sup>**

**Osmarina de Oliveira<sup>119</sup>**

### **Resumo**

No dia 13 de outubro de 1982 as comportas da hidrelétrica de Itaipu Binacional foram fechadas. Esse ato não acabou apenas com o maior salto por volume d'água no mundo, conhecido como Sete Quedas, mas também com o território Guarani nas margens do Rio Paraná ou o *Paraná Rembe*, cujas terras eram as que restavam aos Guarani após o processo violento de colonização e, segundo Bonomo, esse seria o território de origem dessa população. Concomitante a construção e instalação da referida obra identificamos dois momentos distintos: o *sarambi* ou esparramo, durante a construção do lago; posteriormente iniciam processo de reagrupamento e reorganização das relações sociopolíticas. Analisaremos esse conflito e os mecanismos de resistência na perspectiva da histórica do povo Guarani seus processos de lutas históricas e contemporâneos no campo político e jurídico. Tendo figurado como protagonista em diferentes contextos e conflitos, como a aliança Guarânico-jesuíta e a consequente guerra travada pelos impérios ibéricos, a Guerra da Tríplice Aliança, a criação do reservatório de Itaipu etc., este povo viu seu território ser transformar em mercadoria. Na contemporaneidade, os Guarani têm construído diferentes mecanismos de enfrentamento às adversidades, como a ressignificação de sua cosmologia e reorganização sociocultural para assumir uma nova postura diante das adversidades, além da reinterpretção e ressignificação das relações com a terra e o território. Nos contínuos processos de construção e transformação de suas concepções territoriais surge um novo elemento, a retomada de terras enquanto instrumento de resistência. Os processos de retomadas incidem nos territórios alagados por Itaipu Binacional, não em sua composição física, mas na dimensão simbólica, já que essas terras não mais existem. Reformulam seu discurso a fim de reafirmar o direito à terra e para isso mobilizam diferentes mecanismos, como a produção de documentos e a elaboração de novos discursos.

Palavras-Chave: Conflitos; Território; Guarani; Itaipu; Resistências.

---

<sup>117</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>118</sup> Doutor em História; Professor do Instituto Latino Americano de Arte Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA); Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil; [clovisbrighenti@hotmail.com](mailto:clovisbrighenti@hotmail.com).

<sup>119</sup> Graduação em Geografia; Mestranda pelo PPG/IELA/Unila. Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. [osmarina66@gmail.com](mailto:osmarina66@gmail.com);

### Resumen

Nel día 13 de octubre de 1982, se cerraron las compuertas de la represa hidroeléctrica Itaipu Binacional. Este acto no solo puso fin al mayor salto por volumen de agua en el mundo, conocido como *Sete Quedas*, sino también con el territorio guaraní a orillas del río Paraná o el Paraná Rembe, cuyas tierras fueron las que quedaron a los guaraníes después del violento proceso. Según Bonomo, este sería el territorio original de esta población. Concomitante con la construcción e instalación de este trabajo, identificamos dos momentos distintos: el *sarambi* o propagación durante la construcción del lago; posteriormente comienzan el proceso de reagrupación y reorganización de las relaciones sociopolíticas. Analizaremos este conflicto y los mecanismos de resistencia en la perspectiva histórica del pueblo guaraní, sus procesos de luchas históricas y contemporáneas en el ámbito político y jurídico. Habiendo figurado como protagonista en diferentes contextos y conflictos, como la alianza guaraní-jesuita y la consiguiente guerra librada por los imperios ibéricos, la Guerra de la Triple Alianza, la creación del embalse de Itaipú, etc., estas personas vieron su territorio convertirse en una mercancía. En los tiempos contemporáneos, los guaraníes han construido diferentes mecanismos para hacer frente a la adversidad, como la resignificación de su cosmología y la reorganización sociocultural para asumir una nueva postura frente a la adversidad, además de la reinterpretación y resignificación de las relaciones con la tierra y el territorio. En los procesos continuos de construcción y transformación de sus concepciones territoriales, surge un nuevo elemento, la recuperación de las tierras como instrumento de resistencia. Los procesos de retoma se centran en los territorios inundados por Itaipu Binacional, no en su composición física, sino en la dimensión simbólica, ya que estas tierras ya no existen. Reformulan su discurso para reafirmar el derecho a la tierra y para ello movilizan diferentes mecanismos, como la producción de documentos y la elaboración de nuevos discursos.

Palabras claves: Conflictos; Territorio; Guaraní, Itaipu; Resistencias.

### Abstract

On October 13, 1982, the floodgates of the Itaipu Binacional hydroelectric dam were closed. This act not only ended the biggest jump by volume of water in the world, known as Seven Falls, but also with the Guarani territory on the banks of the Paraná River or the Paraná Rembe, whose lands were the Guarani that remained after the violent process. According to Bonomo, this would be the original territory of this population. Concomitant with the construction and installation of this work, we identified two distinct moments: the *sarambi* or spread during the construction of the lake; subsequently they begin the process of regrouping and reorganizing sociopolitical relations. We will analyze this conflict and the mechanisms of resistance in the historical perspective of the Guarani people, their processes of historical and contemporary struggles in the political and legal field. Having figured as a protagonist in different contexts and conflicts, such as the Guarani-Jesuit alliance and the consequent war waged by the Iberian empires, the Triple Alliance War, the creation of the Itaipu reservoir, etc., these people saw their territory become a commodity. In contemporary times, the Guarani have built different mechanisms to cope with adversity, such as the resignification of their cosmology and sociocultural reorganization to assume a new posture in the face of adversity, in addition to the reinterpretation and resignification of relations with land and territory. In the continuous processes of construction and transformation of their territorial conceptions, a new element emerges, the retaking of lands as an instrument of resistance. The retaking processes focus on the territories flooded by Itaipu Binacional, not in their physical composition, but in the symbolic dimension, since these lands no longer exist. They reformulate their discourse in order to reaffirm the right to land and for that they mobilize different mechanisms, such as the production of documents and the elaboration of new discourses.

Keywords: Conflicts; Territory; Guarani; Itaipu; Resistors.

## 1. Introdução

O período em análise coincide com o regime militar, cujo golpe ocorreu em 1964 e seu término, com a posse do governo civil se deu em 1985. Tanto a Itaipu Binacional como a Funai eram presididos por generais. Nos anos de maior incidência e relações com os Guarani a Funai era presidida pelo General Ismarth Araújo de Oliveira<sup>120</sup>, e, em 1979, já com a Usina praticamente concluída e em meios a dois mandatos tampão, assume a presidência da Funai outro General, Carlos Nobre da Veiga<sup>121</sup>. Nobre da Veiga ocupara um posto vinculado a grandes projetos de desenvolvimento e, atuava diretamente vinculado ao Serviço Nacional de Informação (SNI). A Itaipu Binacional estava sendo presidida por outro general José Costa Cavalcanti, notoriamente ligado a criação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968 e a Guarda Indígena (GRIN)<sup>122</sup>, pertencente a chamada “linha dura” da Ditadura Civil-Militar. O Incra, como demonstram vários estudos, também seguia uma linha tutelada pela ideologia da segurança nacional. Os três órgãos citados tinham sua Assessoria de Segurança e Informação (ASI) vinculadas diretamente ao SNI. Soma-se a isto o regime tenso na região da “tríplice fronteira” em meio a um projeto de “segurança nacional”, a Operação Condor, dentre outros fatores. (MAZZAROLLO, 2003).

As margens do rio Paraná foram os últimos *Tekoha kuéra* (aldeias) que restaram aos Guarani. Ali era o lugar do refúgio depois de toda terra arrasada no oeste paranaense pela colonização com sua prática de agricultura intensiva a partir dos anos de 1950. As margens do rio ainda havia mata, local de refúgio dos Guarani. Os dados arqueológicos pesquisados por

---

<sup>120</sup> “General da Reserva, antes de ser nomeado presidente havia sido superintendente da FUNAI. Na sua posse, o Ministro do Interior, Rangel Reis, anunciou “a política de integração em ritmo acelerado”, o que viria a desembocar no projeto de emancipação dos índios, contra o qual ele se opôs publicamente. Mas incrementa os chamados “projetos de desenvolvimento comunitário”, dentro de uma política de “espíritos desarmados” com antropólogos, indigenistas e missionários. Na sua gestão, aumentam substancialmente as demarcações de Terras Indígenas”. (Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/galeria-dos-presidentes-da-funai>. Acesso em: 16/10/2015).

<sup>121</sup> João Carlos Nobre da Veiga (presidente da Funai entre nov. 1979 a out. 1981. “Assume o cargo falando em “disciplina” e demitindo 39 indigenistas e antropólogos, porque haviam encaminhado carta ao Ministro do Interior com críticas a política da FUNAI. Incrementa o projeto de emancipação compulsória, criando os famosos “critérios de indianidade” e declarando que ‘o índio estará emancipado em cinco gerações’; mas recua [devido a pressão do movimento indígena] e não encaminha o processo ao Ministério do Interior (MINTER). Reestrutura a FUNAI para fortalecer as unidades regionais. Numa reunião da SUDAM, afirma que ‘há reservas demais’. A 15/12/1980, sai uma Portaria Interministerial (MINTER/ Min. das Minas e Energia) facilitando a exploração mineral em terras indígenas por empresas estatais. Com base no parecer do Conselho Indigenista da FUNAI, o Ministro do Interior, Mario Andreazza, proíbe Mario Juruna, liderança indígena do povo Xavante, de participar do Tribunal Russel, na Holanda.” (Idem).

<sup>122</sup> Folha de São Paulo, Laura Capriglione disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2012/11/1182605-como-a-ditadura-ensinou-tecnicas-de-tortura-aguarda-rural-indigena.shtml>. Acesso em julho de 2014.

Igor Chmyz na década de 1970 e as pesquisas históricas comprovam a presença dessa população na região. Em nossas pesquisas de campo identificamos ao menos 19 *Tekoha Kuéra* que ficaram total ou parcialmente submersos pelo Lago. Dos 19, apenas o Tekoha Ocoy Jacutinga foi admitido pelos órgãos públicos, por ser o local onde os Guarani conseguiram resistir por mais tempo, por ser também o local que “perturbou” a Itaipu até o fechamento das comportas. Ela nunca foi demarcada oficialmente, porém, de acordo com o Art. 25 da Lei 6001/73 a terra indígena precede e independe da demarcação. O caso Ocoy Jacutinga é também um importante elemento que nos permite compreender o todo, ou seja, como os Guarani foram informados, como Itaipu os considerou, qual a atitude da Funai e do Inera e as “soluções” encontradas. Os demais Tekoha não aparecem nos registros do órgão indigenista e sequer foram considerados.

## 2. Para uma história Guarani

Pesquisas científicas com a população Guarani demandam um conhecimento prévio da cultural, história, cosmologia e das dinâmicas atuais e históricas (tradicional) de mobilidade. Há uma dinâmica específica sobre as fronteiras que, ligadas a mobilidade territorial, são singulares por estarem em contexto bastante específico. É no contexto da fronteira que se evidencia com maior nitidez o significado das mesmas para esse conjunto de comunidades que se articulam por redes linguísticas e territoriais desafiando o universo colonial.

Os registros da memória Guarani através das pesquisas participativas são fundamentais para trazer a luz novas versões da história a partir dos sujeitos envolvidos no processo.

Partiremos dos pressupostos básicos da teoria e metodologia da história indígena, na perspectiva de iniciativas plurais entre diferentes áreas do conhecimento, especialmente na relação entre antropologia e história, relação que nos últimos anos tem fundamentado inúmeras pesquisas empíricas em diferentes tempos e espaços na América Latina nos quais os indígenas são enfocados com sujeitos do processo (ALMEIDA, 2012, p.151). O diálogo entre história e antropologia implica ir além do domínio metodológico, “os etno-historiadores devem dominar ainda a arte de usar essas duas abordagens de maneira integrada” (TRIGGER,

apud ALMEIDA, 2012, p.158). Cardoso e Vaifas (2012) também concordam que a “nova história cultural” está com um pé em cada mundo e tem na antropologia a “interlocutora privilegiada”.

A abordagem que propomos dialoga com as ciências ambientais e sociais, mais especificamente com a história ambiental e a geografia. O diálogo entre as várias áreas do conhecimento não se resume a uma necessidade “legal”, mas, constitui-se como um dos pressupostos teóricos metodológicos da história indígena, que em seu percurso está se consolidando como um método que congrega, além da antropologia e geografia, áreas como arqueologia e linguística (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003).

A pesquisa em história indígena caminha para a construção de novos marcos referenciais em sua abordagem. Apesar de incipiente, os pressupostos teóricos devem partir de outras temporalidades, diferentemente da abordagem clássica da história. Afinal os indígenas não ingressaram na história apenas no século XV durante o período colonial, a arqueologia é um importante instrumento para demonstrar a longevidade da presença dessas populações no continente (CARNEIRO DA CUNHA, 1992), nesse sentido ampliam-se os universos de fontes para além da produção escrita, sejam de indígenas ou não indígena, deslocando-se para a cultura material e imaterial, dos conhecimentos e saberes transmitidos na oralidade. As relações estabelecidas com indígenas na atualidade não podem ser pautadas pelos conceitos de transitórios ou mesclados sugerindo que esses seriam menos indígenas que as gerações passadas, mas na relação de sujeitos históricos de seu tempo, agindo a partir das condicionantes temporais e tradicionais.

Ao trabalhar com a história indígena no tempo presente é importante considerar a dimensão da memória. Maurice Halbwachs (2006, p.86) nos ensina que “ao lado de uma história escrita há uma história viva que se perpetua ou se renova através dos tempos”. Halbwachs discorre sobre a memória coletiva, apontando para a dimensão social da mesma, contextualizada nas vivências particulares. Alessandro Portelli também traz significativa contribuição a compreensão dos processos de registro da memória, porém na dimensão individual: “A memória é um processo individual que ocorre no meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados” (PORTELLI, 1997, p.116).

O registro da memória passa necessariamente pela oralidade. Para o registro da oralidade trabalharemos a partir das orientações de Meihy, que nos adverte que “não é apenas quando não existem documentos que a História Oral acontece. Ela é vital também para produzir outras versões das histórias elaboradas com documentos cartoriais, consagrados e oficiais”.

### 3. Do *sarambi* a reorganização

Na memória Guarani, o Tekoha Ocoy Jacutinga teria sido reservado pelos militares: "Os militares falaram: ‘aqui é de vocês, ninguém entra’" (BRANT DE CARVALHO, 2005, p.03). Essa atitude do exército foi resultado da participação Guarani como mão de obra na abertura da estrada de Guarapuava a Foz (ROCHA, 1991, p.25). Claramente está demonstrada a exploração da mão de obra Guarani, porque de acordo com a Lei de Terras de 1850, os indígenas tinham direito sobre as terras que ocupavam, ou seja, o Exército teria pago com a terra que já era Guarani.

Sobre a terra ocupada pelos Guarani no Ocoy Jacutinga, o Incri criou um projeto de assentamento de camponeses, desapropriando toda a terra, através do Decreto Federal Nº 69.412/1971 e o denominou de PIC Ocoy, com 12.500 ha e iniciou a expulsão dos Guarani do local. Joao Centurião, líder Guarani, observa que a ação do Incri foi extremamente violenta. “Apareceu assim, bota fogo na casa. (...) E ai não se não quis sair, ai vinha e tem que botar fogo (...) Não dizia porque tinha que sair, não falou nada não. Era só Incri, não tinha polícia” (CENTURION, 1990).

A prática do Incri era atear fogo nas casas para expulsar as famílias Guarani do local. Posteriormente com a Itaipu em construção a queima das casas era para evitar que outras pessoas se apropriassem do imóvel ou no caso dos Guarani para evitar seu retorno. Jussara Rezende, que acompanhou parte do processo por uma organização indigenista, testemunhou esse a queima das casas pelo Incri, afirmando que “no caso dos colonos, eles já não estavam mais nas suas casas. Suas casas eram incendiadas pelo Incri inclusive para evitar que fossem ocupadas novamente” (REZENDE, 2015).

Narcisa Tacua Catu de Almeida confirma as informações de Centurião:

Em 1972 o Incri chega aqui, expulsando a gente da terra, eles assustavam a gente, ameaçava, mandava embora, botando fogo nas casas, queimando nossa plantação,

atirava nossas coisas na estrada, expulsando a gente daqui... ameaçava dar tiro na perna, quem não queria subir no caminhão. (CATU DE ALMEIDA, 2005).

Com a criação da Itaipu Binacional, pelo Art. III do Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, em 26 de abril de 1973, o projeto do Inkra sofre mudanças. Dos 12,5 mil hectares inicialmente tomados dos Guarani e reservados para assentamento dos camponeses, 8.322 ha ficariam submersos restando apenas 4.168 ha. O Ocoy Jacutinga estava localizado justamente na parte que ficaria submersa. Brant de Carvalho (2004), em seu laudo antropológico demonstra que toda área utilizada pelo Inkra para o assentamento de agricultores era de ocupação Guarani – devendo, por exigência legal da época, ter sido demarcada pela Funai em favor destes.

Nesse novo contexto, com alagamento das terras por Itaipu Binacional, provocou desdobramentos e conluios entre os órgãos federais (Inkra e Funai) com a Itaipu a fim de justificar a expulsão dos indígenas da margem do rio. A notícia gerou esparramo geral dos Guarani.

A partir de entrevistas concedidas pelos Guarani em diferentes contextos e de diferentes gerações é possível reconstituir a violência com que foram tratados: “Então ele [pai do entrevistado, Severo Bogado] falou que na época de 1960 quando entrou lá, ele entrou tinha vida boa, tinha peixe, tinha água, tinha tudo, que ele não tinha problema nenhum antes que a Inkra entrou lá”. (BOGADO,1990).

Pedro Alves diz que a comunidade Guarani não foi informada da obra, sabiam pelas conversas com vizinhos: “A gente sabia quando o vizinho não-índio falava! [...] Então nós que estamos na beira do rio Paraná tem que sair, na beira do rio [...]. Foi assim que a gente ficou sabendo?!” (ALVES,2013).

A notícia de Itaipu gerou dispersão dos Guarani, denominado por eles como Sarambi. Faustino Centurião, residente na época na tekoha Passo Kue, relata a mudança deste local para o Paraguai:

(...) porque não tinha jeito para cá. Mesmo que Jacutinga, quando vem também, tá no perigo. Então cada aldeia encheu de perigo. Então teve que passar pro Paraguai. **Por isso que Itaipu escreveu que era paraguaio. Mas de nação, natural mesmo é daqui. Tudo que veio de lá era tudo nascido no Paraná mesmo, no Brasil.** (Grifos nossos). (CENTURIÃO, 1990).

Semelhante depoimento foi prestado por Damásio Martinez demonstrando como os Guarani fugiram da violência do Inkra e da Itaipu:

Logo quando começou a represa da Itaipu que nossos parentes passaram pro Paraguai. [...] os brancos ainda corriam atrás deles. [...] Eles mandavam embora e se não queria ir eles mandavam na marra mesmo, espancavam...eles nem colocavam caminhão pros índios ir, tinha que ir de a pé mesmo...a minha sorte é que eu não estava ali quando começou isso... (MARTINEZ, 2014).

João Centurião, vivenciou todo esse processo de expropriação territorial, desde Colônia Guarani ao Ocoy Jacutinga, recorda da existência de várias aldeias, inclusive de uma denominada Takua Pinda'i e do estupro e assassinato de uma menina Guarani: “Um branco entrou e pegou a menina do homem e levou pro mato assim e depois o pai dela levou pra ver o mundéu. E daí que matou no mato também” (CENTURIÃO, 2013). Este depoimento pode ser somado ao coletado por Albernaz (2009, p. 123-125) na qual aparece o relato de assassinato de uma liderança indígena da Aldeia Tekoha Guasu de Jacutinga identificada como Maximino.

Honório Benites, recorda de uma aldeia, denominada São João, que havia na região de Sete Quedas, município de Guaíra, da qual os Guarani foram expulsos pela Itaipu:

E naquela volta, nas Sete Quedas, aquela volta ficou embaixo d'água (...) cobriu aquele pedaço ali, metade pegou água e metade ficou pra fora. Depois os índios saíram tudo, **uns foram pro Mato Grosso, outros não sei pra onde, se extraviaram.** O pessoal de lá de Jacutinga, **um foi pro Paraguai, um foi pro centro, tem alguns que foi pra São Paulo...** (Grifo nosso). (BENITEZ, 2013).

Nabor Martines e sua esposa Marta Martins também fugiram para o oeste, especificamente para o Mato Grosso do Sul pelo medo de Itaipu (MARTINES, 2013).

Nos documentos oficiais localizamos denúncias O presidente do Diretório Municipal do MDB de Foz do Iguaçu, Antônio Vanderlei Moreira em 1975 e 1976, denunciando a queima das casas Guarani pelo Incra. Os documentos foram encaminhados ao Deputado Estadual e correligionário Fidelcino Tolentino, ao Ministro da Justiça Armando Falcão e ao Delegado regional da Funai respectivamente.

O Incra se defendeu acusando Nicolas Fernandes de vender lotes e pequenos roçados dentro da área do projeto sem o consentimento do órgão fundiário, e que já teria “fixado muitos aventureiros”, também desqualifica os Guarani (chamando-os de “mestiços”) que estariam atuando em contrariedade este órgão (INCRA, 1976).

Apenas em 1976 a Funai inicia tratativa relativa a averiguar a presença de indígenas que sofreriam impactos com o alagamento de suas terras. O Ofício (nº 045/76-Gab/4ª DR) do delegado regional ao presidente da Funai. No mês de maio desse mesmo ano o Delegado

Regional da Funai repassou informação ao presidente do órgão dada pelo Inca segundo a qual “as terras ocupadas por famílias indígenas na região do Ocoí serão totalmente inundadas por efeito da instalação da hidrelétrica de Itaipu”, pede que as famílias sejam remanescentes do PIC-OCOÍ, em local próximo a represa a ser construída; No mês seguinte o presidente da Funai Ismarth de Araújo envia novo ofício ao presidente do Inca dizendo que os Guarani que habitam Ocoy estão sendo ameaçadas de despejo sumário por técnicos do Inca. Pede ao órgão manifestar-se com relação a uma solução para os Guarani da região (tanto Ocoy como de Colônia Guarani) em face a discordância do IBDF assentá-los no PNI. No início do ano seguinte o presidente da Funai Ismarth de Araújo baixou a Portaria nº 162 (relativo ao Processo FUNAI/BSB/0.053/76) criando o Grupo de Trabalho – composto por Saul Carvalho Lopes (Funai), Waldir de Oliveiras Medeiros (Inca) substituído por Wilson Luiz Kaniak (Inca)<sup>123</sup> – para averiguar a situação dos Guarani em Três Lagoas e Projeto Ocoí. Ao analisar os relatórios deste GT, constata-se que: 1) A exiguidade de prazo para conclusão do trabalho: 20 dias; 2) Não ter contado com nenhum antropólogo ou profissional da área de ciências humanas; 3) o trabalho de campo teria durado apenas dois dias; 4) os Guarani não foram ouvidos – as informações colhidas foram diretamente repassadas pelos técnicos do Inca ao GT. Ao analisar a documentação produzida por este GT, o laudo de Brant de Carvalho demonstra que a Funai agiu a reboque do Inca, pois na “prática o GT recebe de antemão a definição de quem seria índio ou não, dos próprios técnicos do INCRA, órgão que, como vimos, estava implicado contra interesses indígenas na região” (BRANT DE CARVALHO, 2005, p.56). O GT identifica 5 (cinco) medidas a serem adotadas, dentre elas destinação de lotes individuais para as 11 famílias, num total de 330 ha, cabendo 30 ha por famílias.

A partir da leitura da atuação dos órgãos estatais envolvidos neste GT (Inca e Funai) pode-se concluir que havia uma estratégia claramente articulada para expropriar os indígenas de suas terras tendo em vista que uma área já reconhecidamente indígena teve instalado um projeto de colonização pelo Inca que, para tal contou com apoio da Funai – PIC-OCOÍ I e PIC-OCOÍ II onde a Funai corroborou a versão de que, no primeiro “qualquer resquício de

---

<sup>123</sup> Saul Carvalho Lopes (Coordenador de área do Departamento Geral de Operações da Funai), Waldir de Oliveiras Medeiros (engenheiro agrônomo Inca) posteriormente substituído por Wilson Luiz Kaniak (advogado do Projeto Fundiário do Paraná).

elementos indígenas” e no segundo existiam apenas 11 famílias guarani “em processo de aculturação”.

Esse documento agrava o crime praticado pelos membros do GT. Porque busca a solução camponesa para os indígenas, retira deles a condição de coletividade e, portanto, de grupo étnico e emprega a propriedade privada como solução. A partir dessa determinação toda a solução proposta decorrente da mesma torna-se agravamento de violação de direitos. Ismarth de Araújo, presidente da Funai, formaliza a proposta à Itaipu no sentido de assentar as 11 famílias indígenas, num total de 27 pessoas os Guarani na margem do lago, tal qual sugeriu o GT Inca-Funai (BRASIL/FUNAI, OFICIO Nº 285/PRES DE 01.06.1977)

O que os órgãos não esperavam era a reação dos Guarani questionando tal decisão. Para isso contaram com apoio decisivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Comissão Justiça e Paz (CJP) e Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai) – as duas últimas de Curitiba. Estas entidades: 1) Demonstraram as irregularidades e ilegalidades cometidas pelo GT Inca-Funai; 2) colaboraram para a compreensão dos Guarani sobre seus direitos que passaram a discutir o direito a 1.500 ha. – Não 100 ha. como intencionava a Funai<sup>124</sup>; 3) Também insistiam que a Funai, Inca e Itaipu deveriam buscar áreas maiores no Paraná para assentar a população; 4) associado a esses aspectos buscaram localizar os Guarani que haviam cruzado o rio Paraná fugindo da violência. Os órgãos públicos temeram esse novo contexto, porque poderia simplesmente complicar os acertos em andamento. Notícias dos Guarani começaram a circular nos principais jornais de circulação nacional.

A partir desse momento os Guarani já contam com aliados de setores da sociedade civil e igreja Católica. Como a obra estava quase pronta não restava muito tempo para encontrar uma solução. Fazem uso dos meios de comunicação para denunciar a Itaipu e Funai, produzem documentos, as lideranças se deslocam para a capital do estado e capital federal para fazer tratativas diretamente com as chefias da Funai e Itaipu. A Funai se sentida acuada, buscou respaldo antropológico para justificar sua atitude. Em meados de 1981 a Assessoria Geral de estudos e Pesquisas (AGESP) da Funai “enviou o funcionário Célio Horst, de péssima fama entre os povos indígenas do Brasil” (BOLETIM LUTA INDÍGENA, 1981,

---

<sup>124</sup> O tamanho de 1500 ha proposta pelas entidades da sociedade civil com respaldo dos Guarani foi a partir do último local ocupado pelos Guarani, a área compreendida entre os rios Ocoy e Jacutinga, a estrada de Santa Helena e o Rio Paraná.

p.6). De acordo com o relatório do CTI este funcionário aplicou os “critérios de indianidade”<sup>125</sup> (CTI, 2013).

Em um dia de visita à área Horst produziu um laudo concluindo que, das onze famílias Guarani que ainda viviam ali somente cinco seriam indígenas e sugere que para estas sejam destinados camponeses, sendo posteriormente sejam desapropriados e transferidos para a T. I. Rio das Cobras (a prática de transferência era comum na Funai, apesar de sua ilegalidade). A estratégia do Estado era explícita, não era suficiente expulsar os Guarani de suas terras, era essencial negar que sua identidade indígena para coroar o processo impedir, inclusive, reivindicações futuras. Respalado por esse relatório Horst o Inca expediu cinco títulos de propriedade privada (22ha) para as famílias Guarani declaradas como “indígenas” (BRASIL/FUNAI, Of. Nº 260/81). O presidente da Funai (em exercício) Octavio Ferreira Lima enviou ofício ao gen. Cosa Cavalcanti (pres. da Itaipu) informando-lhe da conclusão dos “estudos antropológicos de identificação e caracterização dos índios” com a recusa da oferta de área dentro do rio Paraná para seu assentamento por um suposto desejo destes Guarani “de serem transferidas para área sob jurisdição” da Funai na T.I. Rio das Cobras (BRASIL/Funai, OFÍCIO Nº 357/PRES BSB 10/09/1981). Em março de 1981, líderes Guarani foram até a 4ª DR da Funai em Curitiba, “exigir do Delegado que a lei se cumpra e dizer que os Guarani querem uma terra de mato, onde sua comunidade possa viver no seu sistema. Rejeitaram a proposta do delegado Harry Telles de ir para uma reserva” (LUTA INDÍGENA, nº 16, 1982, p.6); rejeitavam qualquer tentativa da Funai transferi-los para a terra do povo Kaingang a 300km a leste. Sem uma resposta afirmativa por parte da Funai e Itaipu, os Guarani se deslocam à capital Federal em dezembro de 1981 entregaram um documento ao presidente da Funai exigindo uma área de no mínimo 1.500 ha na região oeste do Paraná e “com mata”. Indicaram como uma das possibilidades o Parque Nacional do Iguaçu, uma reserva federal criada em 1939 com 180 mil ha localizado na mesma região.

As organizações indigenistas (Cimi e Comissão Justiça e Paz) solicitam a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) um contra laudo, a fim de contestar os critérios de indianidade utilizados pelo laudo da Funai. A peça técnica é produzida pelo antropológico de

---

<sup>125</sup> O laudo de Horst foi contestado à época por outro laudo produzido pela antropóloga da própria FUNAI, Rosane Cossich Furtado, e por outro produzido pelo antropólogo designado pela Associação Brasileira de Antropologia a pedido do Cimi Sul e da ANAI (PR), Edgard de Assis Carvalho, mas foram sumariamente ignorados, prevalecendo o de Horst.

Edgar de Assis Carvalho em 1982. O Laudo produziu efetivos positivos, porém a obra do barramento da represa andava a passos largos, em pouco tempo o rio seria fechado. Pressionados pelo fechamento das comportas os Guarani aceitam a oferta da Itaipu, e o acordo foi celebrado em 12 de maio de 1985. O Incra expediu títulos individuais a 19 famílias Guarani, como se camponeses fossem, mediante a Itaipu os desapropriou e com os recursos foi adquirida uma nova terra. Em agosto de 1982 a terra foi registrada no cartório com 231,88 há, na seguinte composição: (177,5601 ha. “cedidas” pelo Incra e 54,3199 ha. pela Itaipu). Como demonstram os estudos feitos por Brant de Carvalho, o conjunto de terras está “superposto (...) à APP de Itaipu. Assim, desde o início, a área adquirida, aparentemente para os indígenas, já tinha a dupla finalidade, superposta, de APP e TI.”, isto é, a Itaipu não destinou terras aos Guarani, pelo contrário, ao instalá-los em área sujeita à inundação colocou-os, com omissão comissiva da Funai, em situação de risco ambiental e sanitário como demonstraram epidemias causadas por mosquitos da malária e inundações nos anos seguintes levando a doenças e inclusive provocando óbitos nos anos seguintes.

Antes de fechar o acordo que cederia terras da APP do lago Itaipu aos Guarani o advogado indigenista Carlos Frederico Marés de Souza Filho, finalizou o laudo jurídico “Sobre a forma de transmissão da propriedade e posse aos índios Ava-Guarani do rio Ocoí na nova área a lhes ser destinada” demonstrando que toda a ação foi ilegal e que a nova área também seria ilegal.

Em outubro de 1982 a Itaipu fechou as comportas e inundou o *Paraná rembe*.

#### 4. Considerações Finais

Os guarani conseguiram desconstruir o discurso oficial da sua não existência na região e do direito que tinham sobre as terras que ocupavam. Apesar da terra conquistada (Ocoy) ser pequena e imprópria, ela serviu para que as famílias dispersas pelo *sarambi*, pudessem se reencontrar novamente na região. Entendiam os Guarani que esse local seria provisório. Se organizaram coletivamente, e iniciaram um processo de cobrança da dívida da Itaipu, Funai e Incra. Os Guarani pediam ao menos 1500 ha, tamanho do local onde haviam se estabelecido no Tekoha Ocoy Jacutinga nas margens do rio Paraná.

A Funai se manifestou contestando a afirmação de que os Guarani ocupavam área equivalente a 1500 ha:

Repete-se que a assertiva induz, de soslaio, ao entendimento de que os índios Ava-Guarani foram deslocados de uma área de 1500 hectares para uma bem menos, de pouco mais de 250 hectares (...). Ao contrário, as provas existem que os índios Ava-Guarani (...) em verdade viviam em uma pequena porção de 100 hectares e não contavam mais que 70 indivíduos.” (BRASIL/FUNAI, Processo nº1573, 1990).

No contexto da reorganização interna e na ação da comunidade pela garantia do direito efetivo à terra, alguns fatos demonstram que o sistema de repressão do período da Ditadura Militar continuaram sendo praticados, como a perseguição a indígena e seus aliados. Além da espionagem da ASI/Funai, tanto os Guarani sofreram ameaças como seus apoiadores. Em de 20/11/86 foi lavrado em cartório denuncia de ameaças sofridas pelos Guarani por recusar a instalação do Posto Indígena da Funai no interior da nova terra. A Funai fez uso do Líder Kaingang de Guarapuava Pedro Cornélio Seg Seg, que dias antes esteve na região e tentou convencer os Guarani de desistir de reivindicar mais terras e de aceitar o Posto Indígenas. Para o Cimi Sul a ação era organizada pelo Administrador da Funai em Curitiba Edívio Battistelli.

No dia 02-07-1990 a Polícia Federal inquiriu o bispo da diocese de Foz do Iguaçu Dom Olívio Aurélio Fazza querendo informações do mesmo sobre o trabalho do Cimi junto aos Guarani no Ocoy, especialmente relacionado ao aspecto fundiário. No dia 10 do mesmo mês dois agentes da PF dirigem-se a casa da equipe do Cimi em São Miguel do Iguaçu e interrogam a membro da equipe. Ocorre que não apresentaram nenhum mandato ou mencionaram a abertura de Inquérito, demonstrando que tratava-se de ação semelhante as que ocorriam no período militar.

Outro documento que desejamos incluir pela gravidade das ameaças sofridas é a certidão de queixa crime registrada na Delegacia de Polícia Civil de São Miguel do Iguaçu no dia 25 de abril de 1990, por Maria Inês Minatel, membro do Cimi que atua com os Guarani do Ocoy, contra o Engenheiro Agrônomo da Itaipu Binacional, Klauss Grainer exigindo que o Cimi parasse de apoiar a reivindicação de terras pelos Guarani.

Apesar da convicção pessoal do Diretor Jurídico da Itaipu Engenheiro Agrônomo Klaus Greiner, em 09.12.1988, a Binacional não reconheceu que os Guarani tinham direito a mais terras, conforme destaca Bandt de Carvalho:

Sínteses dos procedimentos da Itaipu Binacional na questão dos Índios Ava-Guarani período de: 1975 à 1988”, através do qual nega as ilegalidades, não reconhece o pleito dos Guarani sobre os 1500 ha, positiva a nova área adquirida e externa uma série de elementos preconceituosos sobre o “estrangeirismo” dos mesmos além de desvirtuar os elementos históricos da presença Guarani na região. Esse documento teve como objetivo “condensar e agrupar cronologicamente as diretrizes e procedimentos adotados por ITAIPU BINACIONAL na relocação na área do reservatório, de um **pequenos grupo de índios, semi aculturados**, descendentes dos ava-guarani” (Grifo nosso). (BRANT DE CARVALHO, 2005).

Os Guarani continuam insistindo na devolução das terras. Em 1995, cansados de esperar uma posição de Itaipu, decidem ocupar o refúgio Biológico Bela Vista, terra pertencente a Binacional, que o denominam de Paraná Porã. A ocupação agiliza o processo de aquisição de 1.700 hectares de terra no município de Diamante D'Oeste, constituído o atual Tekoha Anhetete. Porém, novos estudos documentais e a memória Guarani registrada por diversos pesquisadores, demonstraram que os Guarani não ocupavam apenas os 1500 ha no ocoy/Jacutinga, mas pelo menos 19 outras terras que ficaram submersas. Essa constatação aliada ao aumento populacional gestou um novo cenário regional, ou seja, os Guarani retomaram pelo menos vinte e uma novas terras. No momento atual 14 Tekoha estão com os estudos de identificação e delimitação concluídos e outros 07 estão em processo de estudos.

### Referências

- ALMEIDA, M. R. C. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. (Obra Completa)
- ALVES, P. *Depoimento ao Centro de Trabalho Indigenista*. Tekoha Ocoy, 2013. (Entrevista).
- BOGADO, A. Depoimento a Eleine Pereira Rocha. Tekoha Ocoy, 1990. (Entrevista).
- BENITEZ, H. Depoimento ao Centro de Trabalho Indigenista. Santa Helena, 2013. (Entrevista).
- BRANT DE CARVALHO, M. L. “O processo de desterramento da população indígena Avá-Guarani da imemorial terra de ocupação tradicional denominada Ocoy-Jacutinga e o reassentamento na atual Terra Indígena Avá-Guarani do Oco’y/ São Miguel do Iguaçu/Pr: Aspectos antropológicos e jurídicos. *Pericia Antropológica*, 2004. (Laudo técnico antropológico).
- BRANT DE CARVALHO, M L. O processo de desterramento da população indígena Avá-Guarani da imemorial terra de ocupação tradicional denominada Oco'y-Jacutinga e o reassentamento na atual Terra Indígena Avá-Guarani do Oco’y/ São Miguel do Iguaçu/Pr:

Aspectos antropológicos e jurídicos. *Perícia Antropológica*, (2 parte) 2005. (Laudo técnico antropológico).

BRANT DE CARVALHO, M. L. *Das terras dos índios aos índios sem terras o Estado e os Guarani do Oco'y, silêncio e luta*. Tese. DPG em Geografia Humana. FFLCH/USP 2013. (Tese).

BRASIL/FUNAI, *Ofício nº 285/PRES de 01.06.1977* do presidente da FUNAI General Ismarth de Araújo ao General José Costa Cavalcanti, diretor da Itaipu Binacional. Brasília, DF, 1977. (Documento).

BRASIL/FUNAI, *Of. Nº 260/81/4 DR de 19 de junho de 1981*, do Delegado regional da FUNAI Harry Luiz Ávila Teles ao coordenador regional do INCRA José Guilherme Lobo Cavagnari. Brasília, DF, 1977. (Documento).

BRASIL/FUNAI, *Ofício Nº 357/PRES BSB 10/09/1981 do Presidente da FUNAI Octavio Ferreira Lima ao Diretor Geral de Itaipu Binacional Gen. José Costa Cavalcanti*. Brasília, DF, 1981. (Documento).

BRASIL/FUNAI. *Ofício nº 129/76-Gab/4ªDR 26.05.76*. Brasília, 1976. (Documento).

BRASIL, Justiça Federal. *Processo nº1573, livro 01, folha 88*. Em 22.10-1990. Folhas 258 e 259. Nesse documento aparece um registro da documentação: Proc. FUNAI/BSB/1053/76. (Documento).

BOLETIM LUTA INDÍGENA. *Conselho Indigenista Missionário*. Xanxerê, 198. (Periódico).

CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia da Letra e Secretaria. Municipal da cultura, Fapespe, 1992. (Obra completa).

CATU DE ALMEIDA, N. *Entrevista Concedida Maria Lucia Brant De Carvalho*. Tekoha Ocoy, 2005. (Entrevista).

CENTURIÃO, J. *Depoimento ao Centro de Trabalho Indigenista*. Tekoha Ocoy. 2013. (Entrevista).

CENTURIÃO, J. *Depoimento a Eleine Pereira Rocha*. Tekoha Ocoy 1990. (Entrevista).

CTI. *Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988)*: Subsídios para a Comissão Nacional da Verdade. São Paulo, 2013. (Laudo técnico histórico).

EREMITES, G. *Sobre os conceitos de Etnoistória e História Indígena: uma discussão ainda necessária*. *XXII Simpósio Nacional de História* - João Pessoa, 2003. (Anais de evento científico).

INCRA/OF/INCRA. *Ofício 4 (09) Nº 1729/76. 24.05.76* de Aroldo José Moletta, Coordenador Regional do Incra, ao Francisco Neves Brasileiro, Delegado Regional da Funai). Brasília, 1976. (Documento).

MARTINES, N. *Depoimento ao Centro de Trabalho Indigenista*. Tekoha Ocoy. 2013. (Entrevista).

MARTINEZ, D. *Depoimento ao Centro de Trabalho Indigenista*. Tekoha Ocoy. 2014. (Entrevista).

MAZZAROLLO, J. *A taipa da Injustiça: Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. São Paulo: Loyola, 2003. (Obra completa).

PORTELLI, A. O que faz a História Oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n.14, fev 1997, p.25-39. (Artigo de revista científica)

REZENDE, J. *Entrevista Concedida a Clovis Antonio Brighenti*. Brasília, 2015. (Entrevista).

ROCHA, E. P. *Ava Guarani: Presente*. Laudo histórico sobre os Guarani no Ocoy. Xanxerê, 1991. (Laudo técnico histórico).

VAINFAS, R. *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Obra completa).

WACHOWICZ, R. C. *Obrageros, Mensus e Colonos*. 2. ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1987. 218 p. (Obra completa).

## **Introdução à cultura surda e a importância da aprendizagem de Libras**

*Introducción a la cultura sorda y la importancia del aprendizaje de Libras*

*Introduction to Deaf Culture and the Importance of Libras Learning*

**Flávia Neves de Oliveira Castro<sup>126</sup>**

### **Resumo**

Os brasileiros surdos são pessoas que por não escutarem, se comunicam de forma diferente dos brasileiros ouvintes. Eles utilizam da língua Libras para se comunicarem e principalmente por usarem uma língua diferente da vocal auditiva (Português), é chamada de cultura surda. O objetivo deste estudo é reconhecer as especificidades da cultura surda e apresentar a Libras como forma de expressão e comunicação, em diferentes instâncias e analisar a importância e a história dessa língua nestes contextos. A metodologia utilizada é de pesquisa bibliográfica e pesquisa qualitativa voltada para a observação dos integrantes da comunidade surda. Entre os resultados, percebeu-se que é necessário propostas de divulgação dessa cultura e apresentação da Libras, para que o máximo de pessoas a conheçam, seja ouvinte ou surdo, e se comuniquem por ela, para que ocorra efetivamente a inclusão e a formação humana de todos, com equidade e respeito.

Palavras-Chave: cultura surda, libras, curiosidades, história

### **Resumen**

Os brasileiros surdos son personas que, debido a que no escuchan, se comunican de manera diferente a escuchar a los brasileños. Usan el idioma de Libras para comunicarse y principalmente porque usan un idioma que no es la voz auditiva (portugués), se llama cultura sorda. El objetivo de este estudio es reconocer las especificidades de la cultura sorda y presentar a Libras como una forma de expresión y comunicación, en diferentes casos, y analizar la importancia y la historia de este idioma en estos contextos. La metodología utilizada es la investigación bibliográfica y la investigación cualitativa centrada en la observación de miembros de la comunidad surdos. Entre los resultados, se dio cuenta de que son propuestas necesarias para la difusión de esta cultura y presentación de Libras, para que el número máximo de personas lo conozca, ya sea oyente o sordo, y se comunique a través de él, para que la inclusión y la formación humana puedan ocurrir de manera efectiva. de todo, con equidad y respeto.

Palabras claves: Cultura sorda, libras, curiosidades, historia.

### **Abstract**

Deaf Brazilians are people who, because they do not listen, communicate differently from hearing Brazilians. They use the Libras language to communicate and mainly because they use a language other than auditory vocal (Portuguese), is called deaf culture. The aim of this study is to recognize the specificities of deaf culture and to present Libras as a form of expression and communication in different instances and to analyze the importance and history of this language in these contexts. The methodology used is bibliographic research and qualitative research focused on the observation of deaf community members. Among the results, it was realized that it is necessary proposals for the dissemination of this culture and presentation of Libras, so that the maximum number of people know it, whether listener or deaf, and communicate through it, so that inclusion and human formation can occur effectively. of all, with fairness and respect.

---

<sup>126</sup> Mestre em Design; Universidade do Estado de Minas Gerais; Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; [euflavia@hotmail.com](mailto:euflavia@hotmail.com).

Keywords: deaf culture, pounds, curiosities, history

## 1. Introdução

Poucos já pararam para pensar, mas existe uma cultura surda em um país de ouvinte como o nosso. A cultura surda possui características diferenciadas da cultura dos ouvintes, por meio de valores, estilos, atitudes, práticas e principalmente uma língua diferente.

Os brasileiros surdos são pessoas que por não escutarem, se comunicam de forma diferente dos brasileiros ouvintes. Eles utilizam da língua Libras para se comunicarem e principalmente por usarem uma língua diferente da vocal auditiva (Português), é chamada de cultura surda. Apoiados no conceito de multiculturalismo, que entende a cultura não apenas relacionada com a etnia, à nação ou à nacionalidade, mas como um lugar de direitos coletivos para a determinação própria de grupos. Por esse prisma, Moura (2000) vem defendendo a existência de uma cultura surda.

A forma especial de o surdo ver, perceber, estabelecer relações e valores deve ser usada na educação dos surdos, integrada na sua educação em conjunto com os valores culturais da sociedade ouvinte, que em seu todo vão formar sua sociedade. Para os surdos, ter uma cultura é sempre procurar viver em igualdade, é ter um estilo de vida diferente em alguns aspectos, compartilhando do mesmo território da cultura ouvinte.

A cultura surda refere-se ao contexto de um grupo que se expressa por meio de uma língua diferente da língua portuguesa. Esse grupo passa a ser considerado como um grupo linguístico distinto. Nesse sentido, a pesquisa sobre a cultura surda é um tipo de pesquisa etnográfica.

Para entender a cultura surda no período contemporâneo, inicia-se pela discussão sobre terminologia relativa ao surdo. O termo “surdo” é utilizado como referencial do sujeito de estudo dessa pesquisa, foco das práticas do Librário. Optou-se por “surdo” e não “deficiente auditivo” porque segundo a Lei Brasileira de inclusão (2016), tal terminologia refere-se a alguém que ouve pouco, mal ou parcialmente. “Surdo” é específico e apropriado para referir-se à surdez total e às pessoas que se comunicam pela Libras.

O termo “deficiência auditiva” se refere à categoria dentro da qual existem os tipos de surdez e os diversos tipos de baixa audição, em diferentes graus. Assim, denominações que envolvam deficiência se tornam eufemismos desnecessários. Apesar do termo “deficiente” ser comumente usado, a comunidade surda não se sente deficiente e não gosta de ser referida como tal. Para os surdos, a surdez é apenas uma diferença linguística, perante a diversidade da população brasileira (CASTRO, 2019).

A metodologia utilizada será de pesquisa bibliográfica (SILVA; MENEZES, 2000) e pesquisa qualitativa voltada para a observação dos integrantes da comunidade surda. Curiosidades acerca da surdez e da Libras. Entende-se por pesquisa etnográfica da cultura surda o estudo da cultura dos surdos, da sua língua e das suas manifestações.

Reconhecer as diferenças e receber a todos sem distinção, este é o princípio de toda sociedade inclusiva. Respeitando as diferenças e especificidades de cada indivíduo, a sociedade inclusiva valoriza e incentiva a participação de todos.

Lei Brasileira da Inclusão - LBI - lei 13146, entrou em vigor em 2016. Ela trata do acesso a garantias e direitos para as pessoas com deficiências em qualquer área. Pode ser dividida em três grandes partes, que tratam de garantir que a pessoa com deficiência tenha acesso à informação e à comunicação, tenham acesso a direitos fundamentais como educação, transporte e saúde, e acesso à justiça. Essa lei trouxe consigo uma mudança de perspectiva sobre a palavra “deficiência”, que deixou de ser vista como uma condição das pessoas e passou a ser entendida como uma situação dos espaços físicos, que não estão prontos para recebê-las.

É necessário que a sociedade e o governo escolar reconheça a dimensão e relevância da diversidade. Para o desenvolvimento social de todos, a utilização da Libras nas instituições, em todos os setores, é de imensurável importância (GESSER, 2009).

## **2. Especificidades da Libras**

A Libras é a língua de comunicação e expressão do cidadão surdo, e foi oficializada, através da Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002. E é através dela que se estabelece condições para que os surdos possam se desenvolver com autonomia e independência. O

objetivo deste estudo é reconhecer as especificidades da cultura surda e apresentar a Libras como forma de expressão e comunicação, em diferentes instâncias e analisando a importância e a história dessa língua nestes contextos.

A Libras não é uma linguagem e sim uma língua, a Libras não é uma língua universal, ela é a Língua Brasileira de Sinais, portanto, cada país tem uma. Assim como temos o “sotaque” na língua portuguesa oral, a Libras também possui regionalismos, sinais de uma mesma palavra podem ser diferentes, quando mudamos as regiões do Brasil. A língua de sinais é diferente da língua oral do ponto de vista lingüístico, em todos os níveis: lexical, sintático e semântico (CASTRO, 2019).

Existem cursos de introdução à língua Libras em todo país. Para a introdução às práticas de compreensão da Libras, do uso de estruturas e funções comunicativas elementares e concepções sobre a Língua de Sinais é necessário tempo e dedicação. A compreensão do espaço do surdo na sociedade e história dessa integração se faz fundamental. Os objetivos comuns dos cursos de Libras que os cursos de Libras em faculdade e universidades é de fornecer conhecimentos básicos sobre a Língua de Sinais Brasileira e desenvolver habilidades básicas de comunicação com pessoas surdas. Conforme Castro (2019), pode se observar que a disciplina de Libras, em diversos cursos, buscam principalmente:

- ✓ Conhecer aspectos lingüísticos de Libras;
- ✓ Desconstruir mitos acerca da Língua de Sinais;
- ✓ Conhecer aspectos culturais e identitários dos surdos;
- ✓ Analisar a surdez sobre a perspectiva clínica e cultural;
- ✓ Aprender a datilologia e sinais e sua aplicação em diálogos em Libras;
- ✓ Desenvolver o conhecimento básico necessário para a compreensão e expressão em Libras

A Lei da Libras (lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002) foi regulamentada pelo decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005, e esclarece sobre a necessidade de formação em Libras para o corpo docente de todas as instituições de educação.

Para a educação destes, a Libras se tornou disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura e pedagogia no intuito de proporcionar ao aluno acadêmico o contato com a língua de sinais, entender os seus parâmetros, legislações e importância. [...] É direito deles a tradução e interpretação de libras e língua portuguesa, é dever do governo e educadores desenvolver e adotar mecanismos alternativos para avaliação de conhecimentos expressos em Libras (BRASIL, 2005, p...).

Essas medidas garantem na teoria uma compreensão maior da cultura ouvinte acerca da cultura surda, mas na prática, infelizmente, esses direitos não são totalmente executados.

### **3. Curiosidades da história da cultura surda**

Segundo Goldfeld (2002), guarda-se uma ideia muito negativa da surdez na história da humanidade e se enfatiza sempre os aspectos pejorativos, conta a história da inclusão do surdo que, durante muitos séculos, os surdos sofreram vários tipos de preconceitos, sendo considerados incapazes cognitivamente de aprender e de se desenvolver socialmente e até loucos. Só a partir do século XVI iniciaram estudos que, de alguma forma, entre divergências entre oralismo e as línguas de sinais, integraram o surdo na sociedade, como sujeito socio cultural ativo cognitivamente.

Só no final do século XX e no início do século XXI houve a aceitação das línguas de sinais, a partir de estudos que apresentaram a língua de sinais, como uma língua legítima, com estrutura própria, criando assim novas oportunidades para a reconstrução da história cultural dos surdos.

Conforme Castro (2019), a inclusão sempre foi uma ação política. Por exemplo, o Imperador D. Pedro II, que tinha um neto surdo e foi o primeiro no Brasil que tomou atitudes para promover a inclusão das pessoas surdas. D. Pedro trouxe Eduardo Huet para o Brasil, professor surdo com experiência de mestrado e cursos em Paris, em 1857. Assim, foi fundada a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro – Brasil, o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, hoje, “Instituto Nacional de Educação de Surdos” – INES, foi nesta escola que surgiu, da mistura da língua de sinais francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil, a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

Por volta do século XII, havia uma alta incidência natal de portadores de deficiência auditiva em decorrência do hábito de casamentos consanguíneos. Uma questão consequente

da tentativa dos nobres em manter as posses dentro de seu ciclo familiar. Para minimizar a exclusão de seus filhos surdos, os senhores feudais, convocavam padres, monges e frades, que devido aos períodos de voto de silêncio, utilizavam uma linguagem de sinais rudimentar. Aparentemente, este é o primeiro momento na história, para a educação dos portadores de deficiência auditiva. Entretanto, considera-se o seu avanço formalmente estabelecido apenas na idade moderna, a partir da ‘Escola de Surdos’ no ‘Monastério de San Salvador’, pelo clérigo Pedro Ponce de León, (Leone, 2014).

#### 4. Figuras reconhecidas da cultura surda

- ✧ Tribo Kaapor são índios brasileiros que vivem no sul do estado do Maranhão. A tribo Kaapor possui uma relação de um surdo para cada grupo de 75 ouvintes. Esta alta percentagem de surdez fez com que tanto os surdos quanto os ouvintes da tribo aprendam a língua de sinais no seu cotidiano, a Língua de Sinais Kaapor Brasileira (CASTRO, 2019).
- ✧ Ludwig van Beethoven, um dos mais famosos compositores, começou a documentar evidências de que estaria ficando surdo aos 30 anos, ao escrever para seu médico. Em uma carta, ele diz que sua audição estava ficando cada vez pior. O compositor já estava em um nível em que precisava ficar muito próximo a uma orquestra para entender as suas próprias, lindas e complexas composições. Beethoven já não ouvia as pessoas falando normalmente – ele dizia que ouvia um som, mas não as palavras claramente (CASTRO, 2019).
- ✧ Francisco Goya, famoso pintor e gravurista espanhol, adquiriu uma doença misteriosa e aos 46 anos ficou surdo completamente. Com a surdez total, fez várias obras de arte que expressam muito mais suas angústias e questionamentos. Devido à doença, Goya passou a não ter mais muito respeito pela aristocracia, expondo nas suas pinturas as verdadeiras identidades e as fraquezas dos modelos (CASTRO, 2019). Abaixo a arte que Goya elaborou, da língua espanhola de sinais.



Figura 1 - “Las cifras de la mano”, de Francisco de Goya  
Fonte: <<https://cultura-sorda.org/el-grabado-de-goya/>>, 2004.

- ❖ O Librário é um jogo que tem o propósito de ensinar Libras brincando. É um jogo de pares de cartas que possibilita dinâmicas lúdicas de trocas de experiências inclusivas. É um convite para você praticar a empatia, sair da zona de conforto e descobrir uma outra maneira de comunicar, ouvir com os olhos e falar com as mãos (*slogan* da proposta). Uma ferramenta social para inclusão, com a possibilidade de gerar novos jogos, com novos grupos de palavras. São feitas oficinas em escolas, universidades, museus, toda instituição que tem o interesse em divulgar, aprender Libras e formar multiplicadores. No Youtube existem vídeos<sup>127</sup> que explicam a proposta e segue imagem do produto na sua versão digital e física na figura 2:



<sup>127</sup> Apresentação do Jogo Librário como tecnologia social, reconhecido pela Fundação Banco do Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ktGvCF0sOK0&t=5s>. Acesso em: 20 nov. 2019.

**Figura 2:** Alicativo e baralho do Librário

**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2019.

O Librário é o jogo de baralho e aplicativo (gratuito) para celulares e computadores que ensina e divulga a Libras com dinâmicas de pareamento de cartas, tipo jogo da memória, pescaria, saci. O kit Librário vem com o Librário geral (jogo que tem as palavras e sinais do campo semântico do dia a dia - casa, árvore, café, entre outras), o Librário da arte (jogo que tem as palavras e sinais do universo da arte - pintura, cor, foto e outras) e o manual do jogo, que é um livreto que conta a história do projeto e curiosidades sobre a Libras. Cada baralho contém 26 palavras e sinais, formando os pares de cartas.

As problematizações fomentadas pelas oficinas do Librário são:

1. Você conhece algum surdo?
2. Já aprendeu algum sinal da Libras?
3. Você sabia que a Libras é uma língua brasileira regulamentada por lei?
4. Você sabia que cada país tem a sua língua de sinais?
5. Já parou pra pensar nas dificuldades que os surdos enfrentam? Por exemplo, aprender Português como segunda língua, pedir ajuda no supermercado, conversar com pessoas nos espaços de saúde, segurança e educação e mais um mundo de outras situações que fazemos até sem pensar, mas que contribuem para nossa formação como pessoa.

Dessa forma, o Librário torna-se um recurso de incentivo para o aprendizado da Libras para qualquer pessoa, principalmente para as crianças e jovens. Os participantes do jogo, na compreensão da língua de sinais, podem visualizar o que seria a cultura surda e a importância dos ouvintes exercerem a empatia.

Num mundo pleno de diversidades na comunicação, observa-se, com entusiasmo na atualidade, o crescimento da preocupação em relação à inclusão de pessoas com deficiência ou necessidades especiais. Práticas sociais buscam superar a exclusão e movimentam pessoas e instituições, de forma a favorecer a vida e o aprendizado para as pessoas com deficiência. Percebe-se um comprometimento que passa pela sensibilização e pela organização de medidas para o diálogo e atendimento aos deficientes, proporcionando melhor entendimento entre todos (CASTRO, 2018, p.2).

A comunicação por meio de recursos, como o Librário, tem a característica de ser democrático, podendo ser usado tanto com surdos quanto ouvintes, em qualquer ambiente, podendo ser replicado facilmente. Dessa forma, o jogo é acessível e de grande ajuda no ensino interdisciplinar.

## 5. Considerações finais

É considerável o recente progresso das conquistas que favorecem a participação dos surdos em diversas atividades sociais. Por meio da cultura surda, as pessoas surdas podem entender melhor o seu mundo e, dessa forma, se for preciso propor melhorias e se adequar, tornar acessível. A aprendizagem da Libras pelos ouvintes é de imensurável importância para que ocorra a integração e a inclusão, a comunicação com o surdo podem facilitar o conhecimento de outra língua, a troca de experiências e imersão em uma cultura diferente.

A cultura favorece a definição da identidade. Por meio da valorização da língua de sinais, surge a possibilidade de construção da identidade surda e um maior respeito às diferenças. É grande a diversidade no Brasil e no mundo, são muitas as diferenças. No entanto, a necessidade de comunicar está em todo ser humano, em todo tempo e lugar, igualmente, seja por meio da fala ou dos sinais. Entre os resultados, percebeu-se que apesar de ter leis que assegurem os direitos das pessoas surdas, precisa-se de propostas de melhoria na educação. É necessário a divulgação dessa cultura surda e a apresentação da Libras para que o máximo de pessoas, para que a sociedade a conheça, seja ouvinte ou surdo, e se comuniquem por ela. Percebe-se com as atividades do Librário, que acontece a aproximação entre comunidade surda e ouvinte, diminuindo preconceitos e ampliando a possibilidade de comunicação.

Problemas sociais existem por todo o Brasil e mundo. Isso é fato. São tantos problemas que, infelizmente, muita gente já criou uma camada de insensibilidade a boa parte deles. É aquela estória, muitos parecem tão distantes de você, que é como se nem existissem. Mas eles existem. Façam parte da sua realidade ou não. E mais do que isso, precisam de solução. Faz-se necessário reconhecer as especificidades da cultura surda e apresentar a Libras como forma de expressão e comunicação brasileira, em diferentes instâncias. A inclusão é fundamental para formação humana de todos, é fundamental valorizar o diálogo, a equidade e o respeito entre todos.

## 6. Referências

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, p. 01, 24 abr. 2002. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 22 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

CASTRO, F.N.O. **Librário: Formas de Multiplicação - Mobilização e divulgação de uma tecnologia social para fomentar Políticas Públicas.** Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

CASTRO, F.N.O.; MOURÃO, N.M. Comunicação e a inclusão de surdos: uma proposta do jogo Librário em aplicativo para o ensino. Anais do Simpósio de Tecnologia e Educação a Distância no Ensino Superior. Belo Horizonte: UFMG, Março/2018.

GESSER, A. **Do patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica dos paradigmas.** In: QUADROS, R.M de; STUMPF, Marianne R. Estudos Surdos IV. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** 2.ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

Leone, A. F. 2014. **Design para Inclusão: Proposta de ferramenta em design digital para a inclusão do Surdo\* na educação básica do ensino brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Design) Programa de pós-graduação em Design - Escola de Design, Universidade do Estado de Minas Gerais/UEMG. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://anapaulanasta.com/wp-content/uploads/2015/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Antonione.pdf>. Acesso em 28 de jun, de 2019.

MOURA, M.C. **O surdo: caminhos para uma nova identidade.** Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2000

Brincadeira cama-de-gato: lembranças afetivas enlaçadas da cultura brasileira indígena<sup>128</sup>

*Brincadeira cama-de-gato: recuerdos afectivos enlazados de la cultura  
brasileña indígena*

*Brincadeira cama-de-gato: affective memories linked to indigenous  
Brazilian culture*

Ana Célia Carneiro Oliveira<sup>129</sup>

Nadja Maria Mourão<sup>130</sup>

#### Resumo

É comum das sociedades humanas sentirem prazer em brincar. Pesquisas atuais mostram a importância da lembrança dos jogos tradicionais na socialização da infância. As brincadeiras ajudam a desenvolver habilidades que serão importantes para a vida. Das tradições indígenas brasileiras subtraem-se as brincadeiras com barbantes (fibras), conhecidas como cama-de-gato e o prazer pelos jogos e brinquedos que imitam animais. O objetivo desse trabalho é identificar na cultura brasileira, se as pessoas percebem a existência de artefatos de memória, tendo como objeto de estudo a prática da brincadeira com barbante, a cama-de-gato. A metodologia de análise se estabelece em pesquisa qualitativa e observação participativa. A cama-de-gato é uma brincadeira com barbante, que consiste em trançar um cordão entre os dedos das duas mãos e ir alternando as figuras formadas. Os vestígios históricos apontam sua origem provável para as regiões asiáticas, africanas ou ainda para os povos pré-colombianos das Américas. A brincadeira é praticada em diversas partes do mundo, inserida na cultura lúdica brasileira, transmitida por gerações. As relações entre os seres humanos, de diversas idades, com a brincadeira cama-de-gato, podem promover o compartilhamento de técnicas. Privilegiam-se as lembranças para a transmissão e construção de uma memória cultural da brincadeira.

Palavras-chave: Cama-de-gato; cultura brasileira indígena; lembranças afetivas; memória.

#### Resumen

Es común que las sociedades humanas disfruten jugando. La investigación actual muestra la importancia de recordar los juegos tradicionales en la socialización de la infancia. El juego ayuda a desarrollar habilidades que serán importantes para la vida. De las tradiciones indígenas brasileñas son el juego con cuerdas (fibras), conocido como arena para gatos y el placer de los juegos y juguetes que imitan a los animales. El objetivo de

---

<sup>128</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>129</sup> Mestra em Design; Universidade do Estado de Minas Gerais; Belo Horizonte, Minas Geria, Brasil; [anaceliadesign@gmail.com](mailto:anaceliadesign@gmail.com).

<sup>130</sup> Doutora em Design; Universidade do Estado de Minas Gerais; Belo Horizonte, Minas Geria, Brasil; [nadjamourao@gmai.com](mailto:nadjamourao@gmai.com).

este trabalho es identificar en la cultura brasileña si las personas perciben la existencia de artefactos de memoria, teniendo como objeto de estudio la práctica del juego de cuerdas, la cama del gato. La metodología de análisis se establece en la investigación cualitativa y la observación participativa. La cama del gato es un juego de cuerdas, que consiste en trenzar un cordón entre los dedos de ambas manos y alternar las figuras formadas. Los restos históricos indican su probable origen para los pueblos asiáticos, africanos o precolombinos de las Américas. El juego se practica en varias partes del mundo, inserto en la cultura lúdica brasileña, transmitido por generaciones. Las relaciones entre humanos, de varias edades, con el juego de arena para gatos pueden promover el intercambio de técnicas. Los recuerdos son privilegiados por la transmisión y construcción de una memoria cultural de juego.

Palabras clave: arena para gatos; cultura indígena brasileña; recuerdos afectivos; memória.

### **Abstract**

It is common for human societies to enjoy playing. Current research shows the importance of remembering traditional games in the socialization of childhood. Play helps develop skills that will be important to life. From the Brazilian indigenous traditions are the play with strings (fibers), known as cat litter and the pleasure of games and toys that imitate animals. The objective of this work is to identify in Brazilian culture, if people perceive the existence of memory artifacts, having as object of study the practice of string playing, the cat's bed. The analysis methodology is established in qualitative research and participatory observation. The cat's bed is a string game, which consists of braiding a cord between the fingers of both hands and alternating the figures formed. The historical remains indicate their probable origin for the Asian, African or pre-Columbian peoples of the Americas. The game is practiced in various parts of the world, inserted in the Brazilian playful culture, transmitted for generations. Relationships between humans, of various ages, with cat litter play can promote the sharing of techniques. The memories are privileged for the transmission and construction of a cultural memory of the game.

Keywords: Cat litter; indigenous Brazilian culture; affective memories; memory.

## **1. Introdução**

Pesquisas atuais mostram a importância de lembrar os jogos tradicionais na socialização da infância. Na experiência lúdica, a criança, assim como o adulto, cultiva a fantasia, vivencia a amizade e a solidariedade, traços fundamentais para se desenvolver uma “cultura afetiva” na sociedade brasileira atual. Além disso, as brincadeiras ajudam a desenvolver habilidades que serão importantes ao longo da vida, brincar é também uma maneira de aprender e de construir a felicidade.

O objetivo desse trabalho é identificar na cultura brasileira, se as pessoas percebem a existência de artefatos de memória, tendo como objeto de estudo a prática da brincadeira com barbante, a cama-de-gato. A metodologia de análise se estabelece em pesquisa qualitativa e observação participativa.

Dessa forma, observa-se a função social da cama-de-gato, que perpassa pela formação da identidade das crianças, bem como seu papel de mediação nas relações entre pais e filhos e

nas relações entre jovens de diferentes idades. Ao rememorar a cama-de-gato, não se pode deixar de mencionar a preservação de um saber transmitido aos filhos bem como a permanência da sensação de alegria e felicidade na manipulação do artefato. Segundo DAVIS (1990) observar e participar dessa atividade oferece a possibilidade de se conhecer a historicidade desta produção essencialmente infanto-juvenil.

## 2. Artefatos memoráveis na cultura brasileira

A memória parece uma coisa inerte, presa ao passado - a lembrança de algo que aconteceu e ficou parado no tempo. Mas um olhar mais cuidadoso revela que a memória é dinâmica e conecta as três dimensões temporais: ao ser evocado no presente, remete ao passado, mas sempre tendo em vista o futuro. Segundo Assmann (2008), memória é a capacidade que nos habilita a formar um acórdar da identidade, tanto no nível pessoal como no coletivo. A identidade, por sua vez, é relacionada ao tempo. A memória nos habilita a viver em grupos e comunidades e viver em grupos e comunidades nos habilita a construir uma memória.

Com respeito a coisas, ou artefatos, brinquedos, aniversários, festas, ícones, símbolos ou paisagens, Assmann relata que:

[...] o termo “memória” é baseado no contato material entre uma mente que lembra e um objeto que faz lembrar. Coisas não “têm” uma memória própria, mas podem nos lembrar, podem desencadear nossa memória a, porque carregam as memórias de que as investimos, coisas tais como louças, festas, ritos, imagens, histórias e outros textos, paisagens e outros “lieux de mémoire” (ASSMANN, 2008 p. 119).

Destacam-se os objetos de memória que são aqueles que constituem a vida do ser humano. São esses que se cristalizam pela memória cultural de uma sociedade e que permanecem vivos e dinâmicos em múltiplos lugares através de diversos contextos sociais. Os velhos objetos estão afinal vivos, apresentando outras expressões e utilizando outros cenários e outros contextos. “O memorialismo é, sobretudo, experiência vivida e revivida no território da temporalidade, onde se apresenta principalmente como discurso de retrospectão” (RODRIGUES, 2012, p. 839).

Halbwachs (1990) reforça que a valor da construção das memórias de indivíduos e de grupos e nações, cujas ideias precursoras foram formadas na primeira metade do século XX. As memórias são sempre construídas nos diversos grupos dos quais o ser humano faz parte e

com base em suas convenções sociais, valores e meio físico. Elas são o resultado da ação de rever e decifrar o passado no tempo presente e reproduzem as tensões, normas, interesses e valores do tempo presente. A autora Bosi (1994), também coloca, que dependendo do contexto da vivência contemporânea, como os fatos aconteceram e os valores criados, tudo vai continuar na memória. Assim, conjectura Bosi:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim for, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. [...] Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor (BOSI, 1994, p.55).

Destacam-se os objetos de memória que são aqueles que constituem a vida do ser humano. São esses que se cristalizam pela memória cultural de uma sociedade e que permanecem vivos e dinâmicos em múltiplos lugares através de diversos contextos sociais. Os velhos objetos estão afinal vivos, apresentando outras expressões e utilizando outros cenários e outros contextos.

Halbwachs (1990) reforça que a valor da construção das memórias de indivíduos e de grupos e nações, cujas ideias precursoras foram formadas na primeira metade do século XX. As memórias são sempre construídas nos diversos grupos dos quais o ser humano faz parte e com base em suas convenções sociais, valores e meio físico. Elas são o resultado da ação de rever e decifrar o passado no tempo presente e reproduzem as tensões, normas, interesses e valores do tempo presente. A autora Bosi (1994), também coloca, que dependendo do contexto da vivência contemporânea, como os fatos aconteceram e os valores criados, tudo vai continuar na memória. Assim, conjectura Bosi:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim for, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. [...] Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor (BOSI, 1994, p.55).

### **3. Lembranças afetivas - brincadeiras infantis brasileiras**

A cultura material é o que torna os homens distintivos de sua própria sociedade. Segundo (MILLER, 2013, p. 82), “a criança aprende a interagir com uma multiplicidade de culturas materiais, não por meio de classes passivas, mas de rotinas cotidianas que levam a interações sólidas com os artefatos”. De modo que esta teoria confirma que os objetos fazem as pessoas. Os estudos mostram que as pessoas que dispunham de boas relações sociais eram as que também tinham relações efetivas e satisfatórias com o mundo material. Assim, Borba (2005, p. 38), destaca valores das brincadeiras no plano informal, “(...) possibilita a construção e a ampliação de competências e conhecimentos nos planos da cognição e das interações sociais, o que certamente tem consequências na aquisição de conhecimentos no plano da aprendizagem formal”. Esses conhecimentos se entrelaçam nas histórias do dia-a-dia das crianças, alicerce para muitas aprendizagens em situações distantes da rotina, vivenciando o mundo de novas maneiras.

**Brincar para quem já passou do período da infância, são memórias retratadas como essenciais e intrínsecas ao ser humano. O ser humano que discorre sobre jogos e brincadeiras relembra suas vivências e evidencia que eles foram importantes em seu caminho. Na vida social, o jogo, além ludicidade (Vygotsky, 2009), desloca a criança da sua rotina e a torna feliz no presente, absorvendo aspectos morais e a ajuda a sua ampliação de conhecimentos.**

Um universo de brincadeiras, cujos esquemas básicos ou rotinas são divididos pelas crianças, compõe a cultura lúdica infantil, ou seja, o contíguo de experiências que consente às crianças brincar juntas, ver figura 1.



Figura 1 – Crianças suruí, de Cacoal (RO), brincando de arranca mandioca.

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/folhinha/2010/05/742570-renata-meirelles-faz-oficina-com-magicas-de-barbantes-e-jogos-de-petecas.shtml>

[...] é preciso deixar que as crianças e os adolescentes brinquem, é preciso aprender com eles a rir, a inverter a ordem, a representar, a imitar, a sonhar e a imaginar.[...] E no encontro com eles, incorporando a dimensão humana do brincar, da poesia e da arte, construir o percurso da ampliação e da afirmação de conhecimentos sobre o mundo. Dessa forma, abriremos o caminho para que nós, adultos e crianças, possamos no reconhecer como sujeitos e atores sociais plenos, fazedores da nossa história e do mundo que nos cerca (BORBA, 2005, p. 44).

**Em questão adversa (Vygotsky, 2007) destaca também que no brincar, por vezes, a o surgimento do não prazer, devido ao surgimento de resultados desinteressantes, porque surgem regras morais e culturais da sociedade.**

Segundo Cascudo (2001) e Kishimoto (1999), as brincadeiras tradicionais infantis fazem parte da cultura popular, expressam a produção espiritual de um povo em uma determinada época histórica, são transmitidos pela oralidade e sempre estão em transformação, incorporando as criações anônimas de geração para geração. Ligados ao folclore, possuem as características de anonimato, tradicionalidade, transmissão oral, conservação e mudança.

**As brincadeiras tradicionais possuem, enquanto manifestações da cultura popular, a função de perpetuar a cultura infantil e desenvolver a convivência social. Segundo Kishimoto (1999), sabe-se que a genealogia de**

várias brincadeiras infantis se repousa na origem do povo brasileiro, isto é, na miscigenação de três etnias: indígena, branca e negra. A autora ainda pauta como sendo parte da cultura popular, já que muitas delas cultivam o teor de um povo de certo período e não se conhece sua origem primorosa, por serem transmitidas pela oralidade, de geração em geração.

As brincadeiras tradicionais infantis são respeitadas patrimônio cultural da humanidade. A influência da miscigenação das três etnias gerou novas brincadeiras que em diversos espaços vão se decompondo nas várias culturas. Assim, também, concorda Kishimoto (2008, p.17) em dizer que “dessa forma, enquanto fato social, o jogo assume a imagem, o sentido que cada sociedade lhe atribui. É este aspecto que nos mostra por que, dependendo do lugar e da época, os jogos assumem significações distintas”.

Segundo Kishimoto (1993), a etnia branca, historicamente o povo colonizador, constituiu ações de superioridade com os outros povos. Estimulando as crianças ao medo, por exemplo, bruxas, bicho-papão, etc. Diferentemente a Indígena, com foco em preparar para as agilidades da vida adulta, perto da natureza e afeiçoando a ela, as brincadeiras cogitam alegria e felicidade, estimulando a cooperação para a vida, habilidades e aptidões físicas. Como exemplo as brincadeiras de caça, brincadeiras no rio, cama de gato, entre outros. E na etnia negra, apontando ações de maus tratos referentes à escravidão, perseguições e injustiças, tais como beliscar, pega-pega, tentar destruir a pipa do outro, etc.

Da tradição indígena brasileira ficaram as brincadeiras de barbantes, atualmente conhecidas como cama-de-gato e o gosto pelos jogos e brinquedos imitando animais. Ao pesquisar a influência indígena na lúdica infantil brasileira, Cascudo (2001) constata que,

entre os séculos XVI e XVII, os meninos indígenas, desde cedo, brincavam de arcos, flechas, tacapes, propulsores que compunham o arsenal guerreiro dos adultos. O divertimento natural era imitar os gestos e atitudes dos pais, caçando animais, abatendo aves pequenas e pescando de todas as maneiras, inclusive apanhando com as mãos os peixes à vista.

Os jogos indígenas, segundo a apresentação do livro, *Jogos e Culturas Indígenas: Possibilidades para a educação Intercultural na escola*, (Cuyabano, 2010, p.13), “(...) simbolizam o corpo em movimento. Um corpo que ri, que festeja, dança a dança do corpo, fazendo fluir a energia, a alegria, a ciência, enfim, a vida que pede passagem e lugar para todos em sociedade”. A criança indígena brinca livremente, seja no mundo das águas, com gravetos, cipós, sementes e rabiscos no chão, erguendo sua história e construindo sua identidade.

Com fios emaranhados nos dedos das mãos, segundo Bernardes (2006) os curumins constroem imagens que imaginam situações de seu cotidiano: peixes, tamanduá-bandeira, arria, a lua; podendo ser concretizada individualmente ou no máximo com duas crianças. Como exemplo cita-se a tribo dos kamaiurá, no Alto Xingu, os Bororo da aldeia Meruri, no Mato Grosso; estes que conhecem os jogos de estratégias e as crianças brincam com o jogo cama-de-gato, com desenhos inspirados na cultura deste povo.

Neste jogo, chamado de Mojarutap Myrytsiowit, os índios Kamaiurá inventam diferentes figuras, evidenciando destreza manual e personalidade. Eles usam fio de tecido de buriti. As figuras são unidas à cultura indígena, como morcegos, gaivotas, peixinhos, tucunaré e cobra.

Na aldeia Canauanim, em Roraima, onde vivem cerca de 600 índios Wapixana, e um pouco mais de 100 famílias. Além das muitas histórias que conhecem, ensinam os mais novos da aldeia a fiar o algodão com uma ferramenta feita de casco de jabuti. Quando juntam vários novelos bem branquinhos, eles gostam de brincar de fazer figuras e mágicas nos dedos. Dá um nó na ponta e começam a mostrar suas habilidades com os fios.

Assim, de mão em mão, e ao que parece dos avós para netos, figuras feitas com fios barbantes passeiam por diferentes culturas, disseminam-se entre os povos e inventam imagens inexplicáveis.

Segundo Herrero e Fernandes (2010) no livro *Jogos e Brincadeiras na Cultura kalapalo*, onde se registra 25 jogos e brincadeiras (algumas delas em vias de esquecimento) da

aldeia Kalapalo, em Mato Grosso, onde vivem cerca de 400 indígenas. Traz imagens dos índios brincando ou participando de ritos.

Os Kalapalo, que vivem no Parque Indígena do Xingu, no Mato Grosso, também conhecem a brincadeira cama-de-gato (figura 2) que é chamada de Ketinho Mitselü. Utilizam um fio comprido feito da palha de buriti trançado e amarrado nas pontas. Entrelaçam rapidamente o fio com os dedos e formam diversas figuras. Aparecem animais, figuras da mitologia e referências bem-humoradas às suas atividades.



Figura 2 – Índio Kalapalo brincando de cama-de-gato.  
Fonte: Herrero e Fernandes, 2010.

Os adultos, homens e mulheres, fazem trançados complexos e as crianças figuras mais simples, numa velocidade incrível. As crianças realizam estes trançados e depois os passam para as mãos de outras, que vão transformando os desenhos até voltar novamente à forma original. Além de divertido, esse jogo desenvolve a criatividade, a memória e a precisão.

Essas brincadeiras não eram simples passatempo, mas atividades educativas que os preparavam para a vida adulta, formando o futuro caçador e pescador. As meninas, desde pequenas, acompanhavam e auxiliavam suas mães nas tarefas domésticas, tais como: cozer a mandioca, o aipim, o cará, fazer a farinha, trazer e colher os legumes das roças, cuidar dos irmãos menores a quem carregam às costas numa tipoia. Elas não tinham muito tempo livre para o lúdico.

Também Ramos & Morais (2010) citam a brincadeira cama-de-gato como uma diversão muito corriqueira entre os curumins de diversos povos indígenas do Brasil. Segundo

eles, essa brincadeira fazia menção de objetos do dia a dia dessas tribos e, além disso, era um motivo para se começar conversas e ouvir histórias contadas pelos índios mais velhos, como seus pais e avós.

Para desenvolver a brincadeira são imprescindíveis um pedaço de barbante e 2 pessoas (brincantes). Corta-se um pedaço de barbante (aproximadamente 1,80m) e ligam-se as duas pontas. Para as crianças é ideal que o barbante seja menor. Colocam-se as duas mãos dentro do círculo e estende-se o barbante deixando os cotovelos dobrados e os braços paralelos, originando um retângulo. Sem soltar o barbante, devem ser encaixados os polegares e indicadores por baixo da cama de gato e extraia-se das mãos do colega sem desfazer os laços. Depois é a vez do primeiro jogador.

A brincadeira cama-de-gato tem uma variação. Da maneira tradicional da brincadeira, passa a ser diferente, nesta mudança, conhecida hoje como "pular elástico", é preciso ter um grande pedaço de elástico, atado às pontas para que forme um só, assim como o barbante na cama-de-gato. São preciso três crianças, duas para segurar o elástico na parte inferior do corpo, geralmente no joelho ou canelas, e uma para pular o elástico. Juntas, as duas crianças responsáveis por segurar o elástico, criam imagens iguais à brincadeira cama-de-gato em tamanhos maiores, e a terceira criança deve pular entre as formas e decifrar o enigma que as mesmas exibem. Uma outra variação da brincadeira é jogada por apenas um brincante e são criadas várias figuras com o barbante.

Brincar é uma experiência de cultura importante não apenas nos primeiros anos da infância, mas durante todo o percurso de vida de qualquer ser humano. Mesmo vivendo imersos em novas tecnologias e tendo dificuldades de encontrar um espaço para brincar, é necessário reconhecer que as brincadeiras em coletivo, como brincadeiras com barbante, que o corpo se faz presente em um grupo são consideradas por Paternost (2005), de grande valor para o desenvolvimento da interação social da criança.

#### **4. Função social da brincadeira infantil cama-de-gato**

Crianças são sujeitos sociais e históricos, por isso não formam uma comunidade isolada, mas, fazem parte de um grupo e suas brincadeiras expressam esse pertencimento (KRAMER, 2007). E por posicionar nesse todo histórico e social, as crianças acabam por

agrupar a experiência social e cultural do brincar por meio das relações que formam com os outros – adultos e crianças. Para Borba (2006):

[...] a brincadeira é um fenômeno da cultura, uma vez que se configura como um conjunto de práticas, conhecimentos e artefatos construídos e acumulados pelos sujeitos nos contextos históricos e sociais em que se inserem. Representa, dessa forma, um acervo comum sobre o qual os sujeitos desenvolvem atividades conjuntas. Por outro lado, o brincar é um dos pilares da constituição de culturas. [...] da infância, compreendidas como significações e formas de ação sociais específicas que estruturam as relações das crianças entre si, bem como os modos pelos quais interpretam, representam e agem sobre o mundo (BORBA, 2006, p.39).

Destaca-se um exemplo de produto com foco em sociabilidade um artefato feito de barbante usado em uma brincadeira que perdura, independentemente da idade e da classe social a que pertencem; a cama-de-gato, brincar com os dedos e sua interação com outras pessoas envolvendo-as nos enlaces. É uma brincadeira com barbante, que consiste em trançar um cordão entre os dedos das duas mãos e ir alternando as figuras formadas. A feitura de uma cama-de-gato é acompanhada de versos e canções que contam antigas histórias do grupo e passam de geração para geração. Na maioria das vezes essas histórias são tão complexas quanto as figuras e as tramas criadas com o barbante.

Os vestígios históricos apontam sua origem provável para as regiões asiáticas, africanas ou ainda para os povos pré-colombianos das Américas. Com fios entrelaçados nos dedos das mãos, os curumins constroem imagens que representam situações de seu cotidiano: peixes, tamanduá-bandeira, arria, a lua. Brincadeira só de meninos, podendo ser realizada individualmente ou no máximo com duas crianças.

Sobre ao valor social da brincadeira, Cavalli-Sforza e Feldman (1981) discutem a transmissão cultural em analogia ao processo de transmissão biológica, como uma forma que um grupo encontra de perpetuar uma característica, nas gerações que se seguem, por meio de mecanismos de ensino e aprendizagem. No modelo desses autores, essa transmissão cultural pode ser vertical (quando ocorre dos pais para a criança), horizontal (feita entre membros da mesma geração) e oblíqua (entre não parentes de gerações diferentes). As três modalidades de transmissão acontecem na brincadeira de barbantes.

De acordo com Vygotsky (1987), o brincar é uma atividade humana inventiva, na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação, de expressão e de ação pelas crianças, assim como de novas formas de estabelecer relações sociais com outros sujeitos, crianças e adultos. Tal

concepção se afasta da visão dominante da brincadeira como atividade reservada à compreensão de códigos e papéis sociais e culturais, cuja função principal seria facilitar o processo de socialização da criança e a sua integração à sociedade.

O autor ainda compreende que, se por um lado a criança representa e transmite sua relação com o mundo por meio das brincadeiras, por outro lado, essa reprodução ocorre de forma natural. Ou seja, mediante o processo ativo de reinterpretação do mundo, abre-se um espaço para a invenção e a geração de novos significados, saberes e práticas.

Segundo Huizinga (1996), “(...) é no jogo e pelo jogo que uma civilização se desenvolve”, destacando para a compreensão de que nas linhagens do ser humano está o gosto de relacionar com o repentino, e neste sentido o homem é dado a brincar.

## **5. Considerações finais**

A brincadeira por ser algo com que se interage coletivamente, tem um papel fundamental na formação do ser humano. Aquilo que ele é neste momento e aquilo que fará a seguir depende de uma infinidade de fatos que representam sua história. Sem um passado não há expectativa de presente ou de futuro. De forma paralela, a lembrança de uma sociedade, de um povo ou de uma nação significa sua segurança em relação ao futuro.

Somente serão capazes de realmente apreender, entender e reconhecer como um ser social por meio de uma brincadeira se nesta estiverem presentes elementos remanescentes de outros tempos.

Entende-se a brincadeira com barbantes, como experiência cultural e como um tempo marcada pelas experiências que cruzam diferentes tempos e lugares, passado, presente e futuro. Procura-se explorar a cama-de-gato como objeto gerador de uma prática significativa com o objetivo de construir o cotidiano das crianças e as relações desse brinquedo com outros tempos e espaços. Espera-se obter uma mostra, das relações entre os seres humanos de diversas idades com a brincadeira cama-de-gato em lugares e atividades sociais diversas onde possam existir trocas de técnicas afetivas, privilegiando as lembranças para a transmissão e construção de uma memória cultural da brincadeira.

## **Referências**

ASSMANN, Jan. *Communicative and cultural memory*. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*. Berlin; New York: De Gruyter, 2008. p. 109-118.

BERNARDES, E. L. *Jogos e Brincadeiras Tradicionais: um passeio pela história*. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Anais: Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG. 2006.

BORBA, A. M. *Culturas da infância nos espaços-tempos do brincar: um estudo com crianças de 4-6 anos em instituição pública de educação infantil*. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. 3 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Cama-de-gato. Disponível em: [https://www.wikiwand.com/pt/Cama\\_de\\_gato](https://www.wikiwand.com/pt/Cama_de_gato). Acesso em 25 de novembro de 2019.

CASCUDO, C. *Dicionário do folclore brasileiro*. 11ª ed. São Paulo: Global, 2001.

CASCUDO, C. *Superstição no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Global, 2001.

CAVALLI-SFORZA, L. L., FELDMAN, M.W. *Transmissão Cultural e Evolução: Uma Abordagem Quantitativa*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1981.

DAMAZIO, V. *Artefatos de memória da vida cotidiana: um olhar interdisciplinar sobre as coisas que fazem bem lembrar*. 2005. 285f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

DAVIS, N. Z. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1990.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HERRERO, M.; FERNANDES, U. *Jogos e Brincadeiras na Cultura Kalapalo*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2010.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. 4. Ed. São Paulo: Perspectiva S. A., 1996.

*Jogos e culturas indígenas: possibilidades para a educação intercultural na escola / organização: Beleni Saléte Grando*. – Cuiabá: EDUFMT, 2010.

KISHIMOTO, T. (org.). *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KISHIMOTO, T. M. *Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação*. 6 a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

KISHIMOTO, T. *Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação*. Petrópolis: Vozes, 1993.

KRAMER, S. *A infância e sua singularidade*. In: Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade/ organização Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Rangel, Aricélia Ribeiro do Nascimento – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MILLER, D. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

PATERNOST, V. *O jogo da linguagem*. In: VENÂNCIO, S. e FREIRE, J. B.(orgs.). O jogo dentro e fora da escola. Campinas, São Paulo: Autores Associados, apoio: Faculdade de Educação Física da UNICAMP, p. 27-36, 2005.

RAMOS, F. P. MORAIS, Marcos V. *Eles formaram o Brasil*. Ed. Contexto. São Paulo, 2010.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos superiores*. Michael Cole (org.) (et al). Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, L. *A imaginação e a Arte na infância*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2009.

VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

## **O reconhecimento da terra quilombola e o patrimônio cultural: o caso do Distrito do Maruanum-AP<sup>131</sup>**

*El reconocimiento de la tierra quilombola y el patrimonio cultural: el caso del Distrito do Maruanum-AP*

*The recognition of quilombola land and cultural heritage: the case of Maruanum District-AP*

**Célia Souza da Costa<sup>132</sup>**

### **Resumo**

O Distrito do Maruanum localizado no Estado do Amapá pertencente ao município de Macapá é composto por dezesseis comunidades, dentre elas três comunidades reivindicam o reconhecimento de território quilombola: Santa Luzia do Maruanum, Carmo do Maruanum e São João do Maruanum II. Índícios históricos apontam que a região onde está localizado o Distrito do Maruanum era um grande quilombo composto por negros fugidos da condição de escravos. Nesse território, os negros escravizados conquistaram a liberdade e mais tarde fundaram vilas e um modo de viver diferenciado com a dependência da natureza, especialmente dos recursos naturais. Nesse novo contexto social do quilombo, os negros firmaram alianças com os ameríndios, se miscigenaram e formaram um patrimônio cultural único com o criar-saber-fazer das louças de barro, da cestaria de talas e da gastronomia com a arte da produção da farinha de mandioca. Para a titulação como terra quilombola é necessário que as comunidades reivindiquem esses territórios por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que instaura um processo de regularização de território quilombola passando por seis etapas: autodefinição quilombola; elaboração do

---

<sup>131</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>132</sup> Doutoranda em Educação; PUC/PR; Curitiba, Paraná, Brasil; [celia.amapa@hotmail.com](mailto:celia.amapa@hotmail.com), O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES)- Código de Financiamento 001. Agradecimentos ao Instituto Federal do Amapá (IFAP).

Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) integra o Relatório Antropológico; publicação do RTID; portaria de reconhecimento; decreto de desapropriação e titulação. O objetivo desse trabalho é discutir sobre a importância do Relatório Antropológico para o reconhecimento da terra quilombola, para isso utilizamos o método exploratório de natureza qualitativa por meio da pesquisa bibliográfica e documental. Como o Relatório Antropológico é um documento de cunho científico, ele aponta questões mais profundas com dados sobre o processo histórico da comunidade, como se dá a organização social e os usos produtivos e culturais com a identificação do patrimônio cultural.

Palavras-Chave: Direitos quilombolas; Patrimônio Cultural; Terra quilombola; Relatório Antropológico.

### **Resumen**

El Distrito del Maruanum ubicado en el Estado de Amapá perteneciente al municipio de Macapá está compuesto por dieciséis comunidades, entre ellas tres comunidades reivindican el reconocimiento de territorio quilombola: Santa Luzia do Maruanum, Carmo del Maruanum y San Juan del Maruanum II. Indicios históricos señalan que la región donde se encuentra el Distrito Maruanum era un gran quilombo compuesto por negros huidos de la condición de esclavos. En ese territorio, los ex esclavos conquistaron la libertad y más tarde fundaron villas y un modo de vivir diferenciado con la dependencia de la naturaleza, especialmente de los recursos naturales. En este nuevo contexto social del quilombo, los negros firmaron alianzas con los amerindios, se mezclaron y formaron un patrimonio cultural único con el crear-saber-hacer de los platos de barro, de la cestería de talas y de la gastronomía con el arte de la producción de harina de mandioca. Para la titulación como tierra quilombola es necesario que las comunidades reclamen esos territorios por medio del Instituto Nacional de colonización y Reforma Agraria (INCRA) que instaura un proceso de regularización de territorio quilombola pasando por seis etapas: autodefinition quilombola; elaboración del Informe Técnico de Identificación y Delimitación (RTID) integra el Informe antropológico; publicación del RTID; orden de reconocimiento; decreto de expropiación y titulación. El objetivo de este

trabajo es discutir sobre la importancia del Informe antropológico para el reconocimiento de la tierra quilombola, para ello utilizamos el método exploratorio de naturaleza cualitativa por medio de la investigación bibliográfica y documental. Como el Informe antropológico es un documento de carácter científico, señala cuestiones más profundas con datos sobre el proceso histórico de la comunidad, cómo se da la organización social y los usos productivos y culturales con la identificación del patrimonio cultural.

Palabras claves: Derechos quilombolas; Patrimonio Cultural; Tierra quilombola; Informe antropológico.

#### **Abstract**

The Maruanum District located in the State of Amapá belonging to the municipality of Macapá is composed of sixteen communities, among them three communities claim recognition of quilombola territory: Santa Luzia do Maruanum, Carmo do Maruanum and São João do Maruanum II. Historical evidence indicates that the region where the Maruanum District is located was a large quilombo composed of blacks escaped from the condition of slaves. In this territory, the former slaves gained freedom and later founded villages and a differentiated way of living with their dependence on nature, especially natural resources. In this new social context of the quilombo, the blacks established alliances with the Amerindians, mingled and formed a unique cultural heritage with the create-know-how of earthenware, basket weaving and gastronomy with the art of producing flour. manioc. For titling as quilombola land, communities need to claim these territories through the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), which establishes a process of regularization of quilombola territory through six stages: quilombola self-definition; preparation of the Technical Identification and Delimitation Report (RTID) is part of the Anthropological Report; publication of the RTID; recognition ordinance; expropriation and title decree. The aim of this paper is to discuss about the importance of the Anthropological Report for the recognition of quilombola land, for this we use the exploratory method of qualitative nature through bibliographic and documentary research. As the Anthropological Report is a scientific document, it raises deeper questions with data about the historical

process of the community, how social organization and productive and cultural uses occur with the identification of cultural heritage.

Keywords: Quilombola rights; Cultural heritage; Quilombola land; Anthropological report.

## 1. Introdução

A luta pelo reconhecimento da terra quilombola por diversas comunidades afro no Brasil é uma questão recorrente. Há uma intensa busca pelo reconhecimento de terra quilombola por várias comunidades que se organizam para instaurar junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) um processo que passará por várias etapas. A primeira é a autodefinição quilombola expedida pela Fundação Cultural Palmares que cede a comunidade uma Certidão de Autorreconhecimento (INCRA, 2019).

A segunda é a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) composto por uma série de informações fundiárias, cartográficas, socioeconômicas, históricas, antropológicas e etnográficas que visam verificar os limites do território quilombola. A terceira é a publicação do RTID, na qual no prazo de 90 dias poderá contestado por qualquer cidadão mediante provas que deverão ser apresentadas ao INCRA para o julgamento do caso. Após o julgamento, no prazo de 30 dias caberá recurso ao Conselho Diretor do INCRA (INCRA, 2019).

A quarta etapa é a Portaria de reconhecimento expedida pelo Presidente do INCRA no Diário Oficial da União e dos estados outorgando o reconhecimento dos limites da terra quilombola. A quinta etapa é o Decreto de desapropriação, na qual o Presidente da República concede pagamento de imóveis privados que, por ventura estejam no território quilombola. A sexta e última etapa é a titulação expedida pelo Presidente do INCRA. Esse título é de cunho coletivo, imprescritível e pró-indiviso de toda a comunidade (INCRA, 2019).

Para se chegar à titulação da terra quilombola, as comunidades passam por uma verdadeira via cruzes com muitas idas e vindas, conflitos, morosidade pública no andamento dos processos. Porém, é somente por esse caminho que o governo brasileiro reconhece o território quilombola. Dentre todas as etapas, uma das mais importantes é o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), onde está inserido o Relatório Antropológico. Esse documento é fundamental porque é ele que legitimará a delimitação da terra quilombola.

## **2. A pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**

A pesquisa qualitativa ou interpretativa está associada as Ciências Sociais, nela o pesquisador busca uma “compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação”. Portanto, “na pesquisa qualitativa, o social é visto como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem dos atores sociais e suas práticas as matérias-primas dessa abordagem” (TEIXEIRA, 2014, p.139, 140).

Nesse sentido, “o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante”. Para retratar um conflito, uma comunidade, um acontecimento, o pesquisador precisa da pesquisa qualitativa. “Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, DESLANDES, GOMES, 2016, p. 15).

Então, essa pesquisa é qualitativa, bibliográfica e documental. Pois, ela é bibliográfica porque “é elaborada com base em material já publicado [...] praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica”. Por outro lado, a documental “é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e constituiu um dos delineamentos mais importantes no campo da História e da Economia [...] vale-se de toda sorte de documentos” (GIL,2010, p.29,30).

## **3. O patrimônio cultural como instrumento do Relatório Antropológico para o reconhecimento de território quilombola**

Para o reconhecimento do território quilombola, o Relatório Antropológico se torna uma ferramenta fundamental. Pois, “o território também é um fenômeno imaterial e simbólico, ainda que tramado sobre um suporte e sob constrangimentos materiais. Ele é constituído pelas relações entre agentes, agências, expectativas, memória e natureza” (ARRUTI, 2006, p.323). Mediante o conhecimento científico e de campo, o antropólogo é capaz de traçar esse território mediante pesquisa *in loco*, pessoalmente ele vai averiguar quais as dinâmicas daquele território (Fotografia 1).



Fotografia 1 – Criança pedindo benção à Dona Marciana.

Fonte: Célia Souza da Costa (2012).

Acerca da constituição desse “quebra-cabeça” que é o território, o patrimônio cultural é uma peça chave a ser investigada, os modos de viver, de fazer, de pensar também caracterizam um povo, a exemplo dos ameríndios com hábitos e crenças específicos. Os quilombolas também possuem especificidades, como no quilombo do Maruanum onde se acredita nos encantados que são os donos da floresta, dos rios, dos animais, as práticas sociais são coletivas como na retirada do barro para a tessitura de louças de cerâmica (Fotografia 2), historicamente e arqueologicamente reconhecida como secular, a prática de cestaria de talas e o conhecimento gastronômico do saber-fazer da farinha de mandioca.



Fotografia 2- Louças de barro do Maruanum.

Fonte: Célia Souza da Costa (2012).

“Nesse cenário inserem-se os laudos e relatórios de identificação étnica, elaborados enquanto diagnósticos de situações sociais para que orientem as intervenções na aplicação dos direitos constitucionais”. Portanto, o relatório ou laudo antropológico se constitui como um documento que terá consequências sociais e políticos, que irá permitir o reconhecimento de direitos territoriais do grupo de acordo com o preceito constitucional, e do qual decorrem outros, intrincados, direitos, e por vezes não claramente compreensíveis” (FERREIRA, 2012, p.346).

De fato, o reconhecimento de um território quilombola desencadeia uma série de questões, por vezes conflituosas, como por exemplo, o território passa juridicamente reconhecido como um campo coletivo, pró-indiviso, isso significa que não existe mais “o proprietário”, “o dono” desse e daquele terreno, o território é de todos. As dinâmicas sociais, os usos da terra permanecem, mas o conflito é causado quando um ou outro se “sente” prejudicado por não ter mais o direito de vender a terra. Apesar dos conflitos, o reconhecimento do território é um aspecto importante porque está interligado com a identidade, com afirmação identitária. A afirmação identitária se dá no território via memória coletiva, tradições, história oral, rituais, marcada pela cultura e pelo mundo vivido dos agentes sociais.

Além da afirmação da identidade no território, há outra questão a ser analisada: a etnicidade, “a relevância do movimento analítico que aproxima as ‘comunidades remanescentes de quilombos’ da noção de ‘eticidade’ está, portanto, na problematização do

seu processo de autoconstituição como grupos sociais e culturais diferenciados (ARRUTI,1997, p.24). É por isso que essas comunidades necessitam de programas de políticas públicas específicas que atendam às suas reais questões sociais, educativas, culturais, etc.

Por outro lado, o reconhecimento do território quilombola implica questões ainda mais profundas, uma vez o território reconhecido pelo Estado, os agentes sociais que vivem nessa terra tem mais possibilidades de atuarem em espaços institucionalizados, levando as produções de conhecimento e reconhecimento outrora negados, assim como “suas visões de mundo, seus problemas vividos e as proposições que levantam para enfrentá-los, bem como se apropriam de outras informações e saberes até então não disponíveis” (CHAGAS, 2005,p.72).

Então, com o território quilombola demarcado há um despertar para a participação em esferas institucionais, inclusive durante o processo de luta para o reconhecimento do território, as pessoas que vivem como remanescentes de quilombo debatem sobre isso, dialogam e tentam compreender as consequências, os direitos, as entrelinhas políticas, assim tem acesso ao conhecimento e também falam sobre os conhecimentos tradicionais vivenciados nas comunidades.

### **3. Conclusões**

O patrimônio cultural produzido e reproduzido em um território é a marca das dinâmicas sociais, culturais que se estabelecem ao longo do tempo entre os agentes. Portanto, o patrimônio cultural se dá em um determinado território criado e recriado, transmitido e retransmitido no mundo da vida que registra modos de conceber e compreender o mundo. Por isso, o patrimônio cultural é fundamental para o estudo antropológico, para demarcar os princípios e nuances da visão de mundo, das ações materiais e imateriais estabelecidas no território.

Além disso, o patrimônio cultural exprime a identidade local, por meio dos usos, da memória coletiva, das tradições e da história oral. Neste sentido, os agentes comunitários atuam como os detentores de saberes e tradições culturais que influenciam os modos de vida dessas comunidades tradicionais, ribeirinhas, quilombolas, caiçaras, caboclas, indígenas que

dependem do território para sobreviver. Por isso, uma vez que o profissional da antropologia pesquisa e estuda sobre uma comunidade, ele é capaz de produzir um relatório porque detém técnicas específicas para isso.

Mais que o papel científico, os antropólogos por meio dos relatórios também atuam na esfera política porque atestam o valor histórico, cultural, social das comunidades pesquisadas que uma vez reconhecidas, demarcadas e com os processos finalizados estarão “amparadas juridicamente pelo Estado” como comunidades quilombolas, o que faz *jus* a uma política específica nas mais variadas áreas como educação, saúde e cultura.

Devido a essas consequências políticas e territoriais, o reconhecimento do território quilombola e de outros territórios tradicionais são objetos de correlações de forças, de disputas, o que merece uma atenção por parte dos pesquisadores com objetivo de desvendar, apresentar as motivações que atuam nos bastidores de todo o processo de reconhecimento, ou até mesmo demonstrarem as outras questões submersas atuantes no campo em disputa.

### Referências

BRASIL, INCRA. *Passo a passo da Titulação de Território Quilombola*. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/passos\\_a\\_passo\\_quilombolas](http://www.incra.gov.br/passos_a_passo_quilombolas). Acesso em: 23 jun. 2019.

ARRUTI, J.M.P.A. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.370 p.

ARRUTI, J.M.P.A. A emergência dos “Remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Revista Mana*, v.3, n.2, p.07-38, 1997. ISSN 1678-4944. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131997000200001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200001). Acesso em: 22 set. 2019.

CHAGAS, M.de Fátima. *Estudos antropológicos nas “comunidades remanescentes de quilombos”*: sinais que amplificam a luta por uma vida histórica, vida jurídica. In: LEITE, I.B. (Org.). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: Co-edição NUER/ABA, 2005 p. 71-80.

FERREIRA, R.C. Laudos antropológicos, responsabilidades sociais: dilemas do reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos. *Revista Civitas*, [S.l.], v. 12, n. 02, p. 340-358, maio-ago. 2012. ISSN 1519-6089. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/download/11932/8132> Acesso em: 23 jun. 2019.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa* São Paulo: Atlas, 2010.179 p.

MINAYO, M.C.S. *O desafio da pesquisa social*. In: MINAYO, M.C.S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Vozes, 2016. p. 09-28.

TEIXEIRA, E. *As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2014. 202 p.

## **Cultura e a filosofia ceramista das louceiras do Maruanum- Amapá<sup>133</sup>**

*La cultura y la filosofía cerámica de Maruanum-AP*

*Culture and the pottery philosophy of Maruanum District-AP*

**Célia Souza da Costa<sup>134</sup>**

### **Resumo**

Esse trabalho objetiva refletir a cultura e a prática ceramista do criar-saber-fazer das louceiras do Maruanum como uma perspectiva filosófica. Homogeneamente, a filosofia e a ciência ditaram ao longo do tempo as formas de pensar, de normatizar comportamentos, atitudes e ações dos agentes sociais. Paralelamente, a filosofia assume um papel de ciência que rompe com os paradigmas que outrora foram sustentados por ela. A partir dessa postura de romper com a filosofia clássica e europeia, a filosofia se abre para outras realidades, para outras formas de viver, para modos de se comportar e sentir. Enfim, a filosofia caminha para o “além de construir textos” e se engaja nas tradições orais, na cultura do outro, na diversidade, no contra hegemônico. Assim, a filosofia também se liberta da racionalidade moderna e mergulha na racionalidade do outro, a partir do pensar intercultural, a fim de desconstruir razões universalizantes. Para endossar essa reflexão, esse trabalho traz à tona a filosofia ceramista das louceiras do Maruanum formada a partir de rituais e crenças. Esse estudo se valeu da metodologia antropológica. Para dialogar teoricamente, o texto contempla os escritos de Costa (2014), Costa, Lima e Custódio (2016); e do filósofo Fernet-Betancourt (2011). O campo de pesquisa das comunidades onde vivem as louceiras do Maruanum apontam para uma filosofia ceramista de explicar a tradição repassada de geração para geração.

---

<sup>133</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>134</sup> Doutoranda em Educação; PUC/PR; Curitiba, Paraná, Brasil; [celia.amapa@hotmail.com](mailto:celia.amapa@hotmail.com), O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES)- Código de Financiamento 001. Agradecimentos ao Instituto Federal do Amapá (IFAP).

Palavras-Chave: Filosofia do outro; Diversidade; Racionalidade do outro; Cultura contra hegemônica.

### **Resumen**

Este trabajo tiene como objetivo reflejar la cultura y la práctica ceramista de crear conocimientos de los platos de Maruanum como una perspectiva filosófica. Homogéneamente, la filosofía y la ciencia han dictado con el tiempo las formas de pensar, regulando los comportamientos, actitudes y acciones de los agentes sociales. Al mismo tiempo, la filosofía asume un papel de la ciencia que rompe con los paradigmas que una vez tuvo. Desde esta postura de ruptura con la filosofía clásica y europea, la filosofía se abre a otras realidades, a otras formas de vida, a formas de comportamiento y sentimiento. Finalmente, la filosofía se mueve hacia "más allá de escribir textos" y se involucra en tradiciones orales, la cultura del otro, la diversidad, la contrahegemónica. Así, la filosofía también se libera de la racionalidad moderna y se sumerge en la racionalidad del otro del pensamiento intercultural para deconstruir las razones universalizadoras. Para respaldar esta reflexión, este trabajo saca a la luz la filosofía ceramista de los platos de Maruanum formados a partir de rituales y creencias. Este estudio utilizó la metodología antropológica. Para el diálogo teórico, el texto cubre los escritos de Costa (2014), Costa, Lima y Custódio (2016); y el filósofo Fernet-Betancourt (2011). El campo de investigación de las comunidades donde viven los platos de Maruanum, apunta a una filosofía ceramista de explicar la tradición transmitida de generación en generación.

Palabras clave: Filosofía del otro; Diversidad; Racionalidad del otro; Cultura contra la hegemonía..

### **Abstract**

This work aims to reflect the culture and the ceramist practice of creating-know-how of the Maruanum dishes as a philosophical perspective. Homogeneously, philosophy and science have dictated over time the ways of thinking, regulating behaviors, attitudes and actions of social agents. At the same time, philosophy assumes a role of science that breaks with the

paradigms that were once held by it. From this posture of breaking with classical and European philosophy, philosophy opens itself to other realities, to other ways of living, to ways of behaving and feeling. Finally, philosophy moves to “beyond building texts” and engages in oral traditions, the culture of the other, diversity, the counter-hegemonic. Thus philosophy also frees itself from modern rationality and plunges into the rationality of the other from intercultural thinking in order to deconstruct universalizing reasons. To endorse this reflection, this work brings to light the ceramicist philosophy of Maruanum's dishes formed from rituals and beliefs. This study used the anthropological methodology. To theoretically dialogue, the text covers the writings of Costa (2014), Costa, Lima and Custódio (2016); and the philosopher Fernet-Betancourt (2011). The research field of the communities where the Maruanum dishes live, points to a ceramicist philosophy of explaining the tradition passed down from generation to generation.

Keywords: Philosophy of the other; Diversity; Rationality of the other; Culture against hegemony.

## **1. Introdução**

Refletir sobre a cultura e a filosofia do outro foi um aprendizado que iniciou em 2012 com a minha pesquisa de campo nas comunidades do Maruanum localizadas no Distrito do Maruanum, pertencente ao Município de Macapá, estado do Amapá (Brasil). Essas imersões no campo resultaram na dissertação intitulada: Patrimônio Cultural do Estado do Amapá: o caso das Louceiras do Maruanum em observância ao Princípio da Equidade Intergeracional defendida em 2014.

De lá para cá, diante as inúmeras visitas às comunidades do Maruanum, especialmente Carmo do Maruanum e Santa Luzia do Maruanum, em ocasiões como festas dos padroeiros, festas de Marabaixo e a retirada do barro com as louceiras que acontece duas vezes ao ano durante o verão, mais precisamente em outubro, meu olhar foi se transformando, agregando novas leituras acerca dos movimentos que o campo me possibilitava. Um desses movimentos foi a abertura para olhar a cultura ceramista como uma filosofia local, marcada por rituais e crenças, repassadas pela história oral, ali no cotidiano das comunidades. A partir desse

despertar venho refletindo sobre essa nova filosofia, a Filosofia Intercultural amparada teoricamente pelo filósofo cubano Raúl Fonet-Betancourt.

## **2. Desvendar o campo: metodologia etnográfica**

A metodologia etnográfica faz parte da qualitativa. A pesquisa qualitativa “é realizada por meio de contato intenso dentro de um ‘campo’ ou contexto da vida real; o papel do pesquisador é obter um panorama holístico” e tem como propósito “entender as formas como as pessoas agem e explicar suas ações”. No mais, “os dados qualitativos são abertos a múltiplas interpretações [...] a reflexividade, as reflexões dos próprios pesquisadores sobre suas ações e suas observações no campo e suas percepções, torna-se parte dos dados” (GRAY, 2013, p.137).

“Pela sua importância, o trabalho de campo deve ser realizado a partir de referenciais teóricos e também de aspectos operacionais. Isto é, não se deve pensar num trabalho de campo neutro. A forma de realizá-lo revela as preocupações científicas dos pesquisadores” (MINAYO, 2016, p.58). Dessa feita, a pesquisa antropológica se vale da observação participante “por ser considerada parte essencial do trabalho de campo [...] alguns estudiosos a consideram não apenas uma estratégia no conjunto da investigação de técnicas de pesquisa, mas como um método que, em si mesmo, permite a compreensão da realidade (MINAYO, 2016, p.64).

“As etnografias focam no desenvolvimento de uma descrição complexa e completa da cultura de um grupo, um grupo que compartilha uma cultura. A etnografia pode ser do grupo inteiro ou um subconjunto de um grupo”. Nesse processo de campo de pesquisa “o pesquisador buscar padrões (também descritos como rituais, comportamentos sociais costumeiros ou regularidades) das atividades mentais do grupo, como suas ideias e crenças” (CRESWELL, 2014, p.83).

## **3. A filosofia do outro na perspectiva do filósofo Fonet-Betancourt e a aproximação com as louceiras do Maruanum**

Como exigência ética-antropológica de reconhecer o outro é uma resposta e necessidade fundamentalmente humana. À medida que eu não reconheço o outro, eu nego e ele humanidade e também direitos. Porém, o reconhecimento do outro no mundo ocidental está pautado em duas condições: a normalidade e a normatividade. Se eu não consigo ver a normalidade e normatividade no outro, ele não é humano. Foi assim que se “normalizou teorias e práticas de negação e opressão do outro” que não se encaixava nos padrões sociais. Mas, para se chegar a essa lógica, Fonet-Bentacourt mostra que esse pensamento foi construído a partir de bases que “reduzem a dignidade humana a um privilégio das elites” (FORNET- BETANCOURT, 2011, p.11 e 12).

A primeira base é a Filosofia Aristotélica que aponta para “a divisão da raça humana em seres livres e escravos, isto é, em seres capazes de governar e de participar de ‘assuntos públicos’ e aqueles, que por natureza devem ser confinados a esfera privada”. A segunda está pautada com a expansão na Idade Média de um Cristianismo Imperial que também “reproduz a divisão entre cidadãos e escravos ou bárbaros da antiguidade em termos de cristãos e pagãos, entendendo-se que os pagãos não podem ser reconhecidos como seres humanos” (FORNET-BETANCOURT,2011, p.12 e 13).

A terceira foi o advento e consolidação de “uma modernidade capitalista que em nome do dinheiro e da mercadoria fará ‘relações sociais’ o túmulo das relações humanas, na qual o valor da pessoa foi soterrado por conta do dinheiro”. O resultado é que “a apropriação privada das coisas tornam-se referências fundamental para fundar-se como sujeito”, por isso, “a expansão imperialista do colonialismo europeu em nome da nova civilização do progresso capitalista não só saca as riquezas naturais de outros povos, mas redefine também a contradição civilização-barbárie. O resultado desse processo foi a desqualificação do outro e da cultura dele como subdesenvolvido (FORNET-BETANCOURT,2011, p.12 e 13).

Em contrapartida Fonet- Betancourt acredita na Filosofia Intercultural, tanto que no livro *La Filosofia Intercultural y la dinámica del reconocimiento* (2011) ele expõe toda a retórica entorno do assunto. O pensamento contra hegemônico de Fonet-Betancourt alimenta o reconhecimento da dignidade humana daqueles que não são possuidores de bens materiais, nem seguem com firmeza a lógica normativa da racionalidade ocidental, pra ele “não são os papeis que fazem o ser humano”.

Baseada nessa filosofia intercultural que está a filosofia ceramista das louceiras do Maruanum marcada por rituais e crenças. Um dos rituais é a retirada do barro para a confecção de louças (Fotografia 1). Antes de ir ao barreiro, a mulher não pode estar menstruada, grávida, nem ter mantido relações sexuais na noite anterior, caso contrário as louceiras acreditam que o barro ficaria impuro. Durante a extração da argila é importante manter pensamentos positivos e de vez em quando cantar um ladrão de Marabaixo para animar o serviço.



Fotografia 1 – Louceiras durante a retirada do barro.

Fonte: Célia Souza da Costa (2017).

“A arte cerâmica amapaense aponta para uma hegemonia da presença feminina em sua confecção. Além das simbologias e grafismos que identifica qual louceira produziu a peça que passa por um o ‘ritual’” (COSTA, LIMA, CUSTÓDIO, 2016, p.200). Antes mesmo de tecer a peça de barro, as louceiras fazem no final da retirada da argila uma oferenda à Mãe do Barro, pois ela é a guardiã do barreiro, a dona do barro (Fotografia 2).



Fotografia 2 – Louceiras fazendo artefatos para oferenda à Mãe do Barro.

Fonte: Célia Souza da Costa (2017).

Além da Mãe do Barro ou vovozinha, as louceiras também acreditam nos lugares sagrados onde vivem os encantados como a beira dos lagos, rios e igarapés. Esse conhecimento dos lugares de moradia dos encantados, da Mãe do Barro, dos rituais para a retirada do barro, da queima da louça é repassado de geração para geração pela história oral (Fotografia 3). Assim, essas mulheres ceramistas são filósofas, pensadoras comunitárias, mulheres que criaram as próprias bases epistemológicas ancoradas na intuição, na sabedoria geracional, no cotidiano, no mundo da vida.



Fotografia 3 – Louceiras voltando do barreiro na canoa.

Fonte: Célia Souza da Costa (2017).

Assim, o filósofo Fernet-Betancourt com maestria demonstra como a filosofia ao longo da história foi um dos pilares para a negação da humanidade do outro. Esse teórico foi capaz de demonstrar teoricamente como ocorreu essa construção da negação e que até hoje desencadeia reações desumanas como o racismo, por exemplo. Fernet-Betancourt rompeu com a filosofia da negação do outro e com isso abriu um caminho para que outras filosofias não consolidadas cientificamente possam buscar no campo esse lugar.

Dentre um desses lugares está a filosofia do pensamento feminino, pois o mundo, e inclusive a ciência sempre privilegiou a figura masculina, a imagem do patriarcado, por mais que durante a história tenham se destacado brilhantes pesquisadoras e filósofas. Fernet-Betancourt vem questionar e discutir a importância da mulher na filosofia. Além do mais, ele vem reconhecer as outras filosofias diversas oriundas das comunidades tradicionais.

### Referências

COSTA, C.S. *Patrimônio Cultural do Estado do Amapá: o caso das Louceiras do Maruanum em observância ao Princípio da Equidade Intergeracional*.2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas). Universidade Federal do Amapá.2014.

COSTA, C.S.; LIMA, W. M. S. F.; CUSTÓDIO, E. S. A Arte Cerâmica Do Maruanum: A Encantaria Como Linguagem Artística. *Revista Identidade*, v.21, n.2, 2016, p.199-212. ISSN: 2178-437X. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/2935>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CRESWELL, J.W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Porto Alegre: Penso, 2014. 341p.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. *La Filosofía Intercultural y la dinámica del reconocimiento*. Ediciones UC Temuco, Cátedra Fray Bartolomé de las Casas. Temuco: Universidad Católica de Temuco. 2011. 24p.

GRAY, D.E. *Pesquisa no mundo real*. Porto Alegre: Penso, 2013. 488p.

MINAYO, M.C.S. *O desafio da pesquisa social*. In: MINAYO, M.C.S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Vozes, 2016. p. 56-71.

## **Influências da FUNAI e da ITAIPU nas desapropriações dos Indígenas Avá-Guarani – 1981<sup>1</sup>**

*Influencias de FUNAI y Itaipu en el caso de las desubicaciones de los Indígenas Avá-Guarani - 1981*

*Influences of FUNAI and ITAIPU on the expropriations of the Avá-Guarani indians – 1981*

*Rosângela Daiana dos Santos<sup>2</sup>  
Marcos Rodrigues Barreto<sup>3</sup>*

### **Resumo**

Trabalho realizado a partir de uma análise sobre o laudo antropológico feito por Célio Horst a pedido da Fundação Nacional do Índio para classificar os indígenas que habitavam na margem do Rio Paraná, durante a década de 1980, área que seria inundada pela formação da barragem da Hidrelétrica Binacional de Itaipu. Dessa forma, analisando este Relatório, destacando alguns trechos e também apresentando algumas discussões que vem sendo realizadas em relação a este documento e a outros que nos demonstram as violações de Direitos humanos dos Povos Indígenas, principalmente cometidas contra os Avá Guarani.  
Palavras-chave: FUNAI; Itaipu; Violação de Direitos; Avá Guarani.

### **Resumen**

Trabajo realizado a partir de un análisis del informe hecho por el antropólogo Celio Horst por solicitud de la Fundacion Nacional del Indio (FUNAI/BRASIL) para clasificar a los indígenas que vivían en la orilla del Rio Paraná en la década de 1980, en el sitio que se inundaría por la formación de la presa de Itaipu Binacional. Por lo tanto, analizando este informe, destacando algunos trechos y también presentando algunas discusiones que se han mantenido con respecto a este documento y otros, que nos demuestran las violaciones de los Derechos humanos de los Pueblos Indigenas, principalmente cometidas contra los Avá-Guarani.  
Palabras clave: FUNAI; Itaipu; Violacion de los Derechos; Avá Guarani.

### **Abstract**

This work was based on an anthropological analysis by Célio Horst, at the request of the National Indian Foundation to classify the indigenous inhabitants on the Paraná River bank, during the 1980s, an area that was seriously flooded by the Binational Hydroelectric Dam. Itaipu Thus, analyzing this report, highlighting some excerpts and also showing some discussions that are being carried out in relation to this document and others that demonstrate violations of human rights of indigenous peoples, mainly committed by Avá Guarani.  
Keywords: FUNAI; Itaipu Violation of rights; Avá-Guarani

## **1.Introdução**

Este artigo surge a partir de trabalhos desenvolvidos pelo Projeto: Memória Indígena e reparações pedagógicas na região de fronteira coordenado pelo Professor Dr<sup>o</sup> Clovis

Antonio Brighenti, na Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), onde desenvolvemos pesquisas com documentos oficiais e, também, nas comunidades indígenas da Região Oeste do Paraná. Realizando o manuseio, organização e detalhamento destes documentos, deparamos a necessidade de realizar um estudo aprofundado sobre as violações de direitos que foram cometidas contra os povos indígenas desta região.

Portanto, destacamos a importância que este projeto de extensão tem para a comunidade indígena Avá-Guarani. Partindo do conceito de Justiça de Transição, para indicar a tomada de medidas políticas e judiciais de reparação dos direitos violados, além de trabalhar a memória de acontecimentos que marcaram esses episódios de violências e esbulho de terras, o projeto tem interesse em formar novos pesquisadores, constituir literatura no combate ao discurso do preconceito histórico e subsidiar o ensino de história e cultura indígena.

Dentre os arquivos encontrados e analisados, elencamos um documento<sup>4</sup> específico para aprofundar a investigação. Documento este que estimulou discussões de temas que já orbitavam o seu conteúdo, mas propondo uma outra abordagem devido ao seu contexto histórico e robustez material, embora retrate superficialmente as violações de direitos cometidos contra as comunidades indígenas Avá-Guarani<sup>5</sup> paranaenses<sup>6</sup>, durante a segunda metade do Século XX, o relatório contribui com informações valiosas ao pesquisador, no que diz respeito a participação institucional nas relações com os indígenas e seus respectivos territórios ancestrais.

O relatório produzido por Célio Horst, com o objetivo de caracterizar as famílias de indígenas que habitavam na área que seria inundada pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (1971-1984)<sup>7</sup>, ratifica as migrações forçadas dos povos na região. Dentre as partes das terras que seriam afetadas – a maior parte delas – estariam aquelas que pertenciam às comunidades indígenas, que deveriam ser indenizadas pela ITAIPU - Binacional, sob a responsabilidade da FUNAI.

A Fundação Nacional do Índio foi criada através da Lei nº5.371 de 5 de dezembro de 1967<sup>8</sup> – hoje vinculada ao Ministério da Justiça – herdou as funções do Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). A instituição criada na Ditadura Civil-Militar tem como objetivo a proteção e promoção dos direitos aos Povos Indígenas, no entanto – assim que foi fundada – continuou omitindo a presença de Guaranis no Oeste do Paraná e partindo para uma perspectiva empresarial para atender as demandas do projeto desenvolvimentista incorporada ao aparelho burocrático-autoritário (O'DONNELL, 1990)<sup>9</sup>.

Vale destacar que o período em que a ITAIPU foi planejada e implementada os dois Países passavam por total influência das Ditaduras Militares<sup>10</sup> e, por esse fato, é possível entender o desprezo pela vida das minorias de poder e, assim, as inúmeras violações de direitos humanos que aconteceram neste período. A Ditadura Civil-Militar no Brasil, caracterizado como regime autoritário, que teve início através do estreitamento de relações entre militares e a elite burguesa nos anos 1950.

De fato, a demarcação histórica da estruturação do golpe se dá na fundação da Escola Superior de Guerra (1949), inspirada na *National War College*. A ESG desempenha função importante na formação e consolidação da Doutrina de Segurança Nacional, constituindo uma elite de militares e civis pautados em preceitos de formação de “líderes” perante a nova configuração da economia internacional, tendo com o seu principal expoente o General Golbery do Couto. Culminando entre os anos de 1964-1985, período de repressão que estabeleceu censura a imprensa e restrições de direitos a políticos, com perseguições e

torturas em nome do projeto desenvolvimentista, sob o lema e “*integrar para não entregar*” (OLIVEIRA, 1988)<sup>11</sup>.

Na Ditadura Civil-Militar, o projeto desenvolvimentista – estruturado na doutrina de Segurança Nacional – transcorria a pleno vapor, alcançado regiões cada vez mais distantes do Brasil, sob o discurso de integrar as zonas rurais do país sob o mote de transformar o Brasil em uma grande nação. Partindo deste pressuposto, as ações dos militares pretendiam produzir condições suficientes para expansão agrícola, pecuária e exploração de minerais, contudo havia a presença maciça de povos indígenas. A presença de indígenas e as relações com o estado republicano são de longa data, contudo o governo autoritário não encontrava impeditivos para ações mais violentas de repressão ou de completa omissão perante os endêmicos conflitos, especialmente no Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país, em virtude do domínio da opinião pública e o controle dos meios de comunicação através da censura.

Partindo desta perspectiva, a finalidade desta pesquisa é analisar e contextualizar o Laudo Antropológico de Célio Horst, que tem a intenção de descrever como viviam essas populações, analisando os níveis de “indianidade” de famílias indígenas, tratando-se de um relatório encomendado pela Funai para verificar a população que habitava na região onde seria construída a Itaipu.

Destarte, inicialmente faremos alguns apontamentos em relação a construção do relatório, destacando os pontos históricos dos territórios indígenas, e posteriormente, ampliaremos as discussões que vem sendo realizadas sobre os documentos que foram produzidos durante a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

## 2. O Laudo Antropológico

De forma cronológica, Célio Horst inicia o relatório remontando a história dos indígenas que habitavam ao longo dos anos na região Oeste do Paraná. Horst descreve os fatos da seguinte forma: No período entre os anos 1608 a 1767 a presença de Missões Jesuíticas nas proximidades do Rio Paraná, onde foram registrados cerca de 150 mil Guaranis; Em 1858 – Telêmaco Borba durante sua expedição à região registra alguns pequenos aldeamentos Guarani; Entre 1864 a 1870 – durante a Guerra do Paraguai, Guaranis serviram ao exército; No ano de 1866 – 1º Batalha de Tuiuti, o chefe do aldeamento Paranapanema era o indígena Guarani André Pahy. Nesta região, os Guaranis encontravam-se dispersos em todo o território do vale do Rio Paraná; Já no século XX, mais precisamente durante a década de 1930, registravam-se cerca de quarenta famílias que habitavam na Colônia Guarani em Três Lagoas (Foz do Iguaçu), terras que teriam sido demarcadas pelo Distrito de Terras do Paraná e Santa Catarina pelo INCRA; Nas décadas seguinte (1948-50) - Grande parte do grupo indígena foi dizimado por Malária; 1950-60 – Pressão da sociedade para que os remanescentes indígenas se retirem da área.

Desse modo, demonstra que havia grupos indígenas em diferentes locais de seu território tradicional, apresentando a situação dos indígenas nos dias do desenvolvimento do relatório, destacando que:

Quebra de Página

Hoje eles se encontram dispersos pelas margens do Rio Paraná em fazendas, nas ilhas próximas a Guairá, em alguns Postos Indígenas, e na Área do Projeto Integrado de Colonização Ocoí, cuja área ficara contida na Bacia Hidrográfica da Hidroelétrica ITAIPU – Binacional. (1981, p.04).

Com isso, o antropólogo afirma arbitrariamente que “as famílias identificadas como sendo indígenas são originárias de Três Lagoas ou de Porto Irene”. Além disso, indica a área de atuação do território tradicional Avá Guarani, dizendo que “esta região se estende pelas margens do Rio Paraná, da Foz do Rio Iguazu até a Foz do Paranapanema” (TEM QUE CITAR O DOCUMENTO NA REFERÊNCIA E A PÁGINA).

A função do Laudo Antropológico era o estudo das populações indígenas, dessa forma, se fazia necessária a identificação étnica dos habitantes do PIC-OCOI, quanto aos seus aspectos territoriais e culturais. Assim, Célio Horst segue como roteiro os Indicadores de Indianidade (AGESP), apresentando uma lista por família sobre a classificação entre pessoa indígena e não-indígena.

Apresenta como solução para o reassentamento dos Indígenas, à possibilidade de enviá-los para o Posto Indígena Rio das Cobras, uma forma de mantê-los concentrados em uma pequena região, loteando ou liberando os espaços não ocupados para construção da Usina. Em seu relato, Célio declara que seria ótimo se os mesmos aceitassem o convite, onde teriam terras suficientes para cultivar e desenvolver. Não obstante, apenas as famílias identificadas como Guarani é que seriam transferidas sob uma solicitação feita pela FUNAI.

Dentre os problemas atuais, no ano de 1976 durante o desenvolvimento do Projeto de Integração e Colonização, PIC OCOI, ocorreram atos de violências nas tentativas de “desapropriação” das terras.

Lavouras foram destruídas, casas queimadas e famílias inteiras expulsas da área. Dentre estas famílias expulsas destacamos a de CECILIO VILHALVA GOMES e seus cinco dependentes que passaram a residir no PI Rio das Cobras. Quando o levantamento realizado pelo INCRA para o loteamento da área, Geronimo Vais e seus familiares, como não sabiam falar bem português, foram excluídos e as terras que lhe pertenciam passaram a ter outros donos. (1981, p.07).

Neste momento o Antropólogo cita algumas das violações de direitos que já estavam sendo cometida contra os Avá-Guarani, e finaliza o relatório com algumas sugestões:

- a. Que as famílias identificadas como sendo indígenas possam residir na área Guarani do PINHAL (PI Rio das Cobras), conforme seu próprio desejo.
- b. Que a FUNAI acompanhe o processo de indenizações (Lotes nº574, 575, 576, 590 e 592) e que esta importância seja aplicada em benefícios das famílias a serem removidas (Construção de casas, abertura e preparo de novas roças, etc.). (1981, p.07).

Considerando que o Relatório possui momentos de contradições, sejam intencionais ou não, destacaremos alguns trabalhos que criticam o relatório de Célio Horst e explica o contexto geral das violações dos Direitos dos Povos Avá-Guarani.

### 3. A realidade de como viviam os Avá Guarani

Tendo como base os registros documentados produzidos por Antropólogo Célio Horst, estes que tornam visíveis as violações dos direitos dos povos indígenas na região Oeste do Paraná, elencamos os importantes trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade<sup>12</sup> e pela Comissão Estadual da Verdade – Paraná<sup>13</sup>, que desenvolveram relatórios<sup>14</sup> de grande relevância histórica para as comunidades indígenas. Além da criação do Grupo de

Trabalho Indígena em 2013, que visa estudar e investigar a “sombra extensa do passado” (ASSMANN, 2011)<sup>15</sup> da relação das vítimas diretas e indiretas com as memórias da remoção e do cárcere, da “recuperação da memória” (ANSARA, 2001)<sup>16</sup>, emergindo as “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989)<sup>17</sup> e o “poder simbólico” (BOURDIEU, 1992)<sup>18</sup> que emanam destas memórias reveladas nos Relatório da CNV.

A criação da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) em 2006, órgão que visa a organização dos povos Guarani, representando a luta das lideranças de suas diversas comunidades. Inclusive com a elaboração do “Relatório sobre violações de direitos humanos contra os Avá-Guarani do Oeste do Paraná”<sup>19</sup>. Com a atuação dessa comissão, os Guarani têm a expectativa de que haja um avanço nas questões da demarcação de terras e do reconhecimento dos direitos no seu território tradicional.

O trabalho realizado pelo Ministério Público Federal é de extrema importância para a investigação em relação às violações dos direitos dos povos indígenas, na região Oeste do Paraná, o Relatório: *Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais*<sup>20</sup> publicado no início deste ano, foi elaborado para conferir subsídios à atuação da Procuradoria Geral da República quanto à denúncia de violação dos direitos do povo Avá-Guarani em decorrência da construção de Itaipu. Levando em consideração a relação entre o Estado Brasileiro com os povos indígenas, enfatizando o genocídio, o etnocídio, o apagamento e o silenciamento deste grupo indígena.

O livro *Os Avá Guarani no Oeste do Paraná: (Re)existência em Tekoha Guasu Guavira*<sup>21</sup>, que reúne textos de resultados de um grupo de pesquisa “Meio-ambiente: Sociedades tradicionais e Sociedade Hegemônica”, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Direito Econômico e Socioambiental da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Neste sentido, Liana Amin Lima da Silva escreve sobre a Justiça de Transição aos Ava guarani: a necessária política de reparações e restituição de terras pelas violações cometidas durante a Ditadura Militar, nesse contexto a autora explica a atuação da Comissão Nacional da Verdade e suas ações no território dos Avá Guarani.

A usurpação de território Avá Guarani no oeste do Paraná impetrada pelo Estado brasileiro no período de 1946-1988 é revisitada pela busca da memória e verdade nos relatórios das Comissões da Verdade instauradas nos últimos anos. A Comissão Nacional da Verdade, em capítulo intitulado “Violações de direitos humanos dos povos indígenas” descreve as práticas de expulsão, remoção e intrusão de territórios indígenas, destacando o ocorrido no Mato Grosso do Sul e no oeste do Paraná, com os Guarani Kaiowá e Avá Guarani, respectivamente. Assim como, trata do extermínio ocorrido com a desagregação do povo Xetá, vítimas de remoção forçada e genocídio pelas colonizadoras, pelas próprias ações do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e posteriormente, pela inundação da hidrelétrica de Itaipu, no Estado do Paraná. (SILVA, 2016, p.323).

Assim temos o reconhecimento dos direitos violados e do esbulho de terras durante a Ditadura Militar, neste contexto, a resistência para a demarcação de terras se tornou ainda mais frequentes. Fazendo uma análise entre a relação do reconhecimento dos direitos indígenas e demonstrando a necessidade de se executar uma justiça de transição em prol aos indígenas.

Dessa forma, Silva (2016) explica as atuações da SPI com os indígenas:

As arbitrariedades e violências conflagradas pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado pelo Decreto n. 8.072 de 20 de junho de 1910, órgão antecessor da Fundação Nacional do Índio (Funai), ficaram evidentes no Relatório Figueiredo, documento há mais de 45 anos desaparecido e que vem a tona num momento histórico propício para a busca de se realizar ainda que tardiamente uma justiça de transição para os povos indígenas. (p.324)

No Relatório Figueiredo estão presentes diversos episódios que comprovam a tortura e o genocídio de várias etnias indígenas (Waimiri-Atroari, Krenak, Maxacalis, Guarani etc.), atentados, prisões, torturas e diversas outras formas de violências, ocorridos entre os anos de 1940 a 1960, contendo muitas provas em relação à violência cometidas contra os indígenas, durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Silva (2016) relata como se deu a perda do território tradicional Guarani no Oeste do Paraná, e demonstra que a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu foi um dos processos que mais comprometeu as áreas de habitações indígenas, dessa forma:

A população indígena Avá-Guarani (Guarani Nhandeva) do Oco'y-Jacutinga teve seu território de ocupação tradicional invadido por funcionários do INCRA em 1973. Dessa forma, ela foi compulsoriamente deslocada para pequena parcela do próprio território indígena à margem esquerda do rio Paraná. Em 1982, esta área restante foi inundada pela represa da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Cabe registrar que o INCRA, desde 1971, conhecia o traçado das áreas que seriam inundadas pela hidrelétrica. Dessa forma deu-se a perda total do território Indígena. (CARVALHO, 2013, p.346, apud, SILVA, 2016, p. 329).

Mas para que se chegassem ao processo de remanejamento dos indígenas para outra área, para adiantar o processo a Itaipu queria força-los a sair, com isso cometeram uma série de delitos contra os indígenas.

Em notícia do Jornal Nosso Tempo<sup>22</sup> que atuava principalmente em apoio à luta dos trabalhadores e das minorias e denunciava as injustiças cometidas pela ditadura, é possível denotar os perigos e as ameaças que os indígenas recebiam para saírem das terras que seriam inundadas pela hidrelétrica de Itaipu,

### **Índios ameaçados de expulsão e morte**

O grupo indígena Xaripá que habita uma pequena área dentro do futuro lado de Itaipu, foi alvo de atenções na última semana. Os índios despertaram serias preocupações entre os diversos órgãos de pastoral leiga (Comissão de Justiça e Paz, Comissão Pastoral da Terra, Conselho Indigenista Missionário – CIMI e a Associação Nacional de Apoio ao Índio - ANAI). Como não poderia ser de outra maneira, a questão estourou na Delegacia Regional da FUNAI em Curitiba, enquanto Itaipu manteve-se alheia e distante, embora esteja transparecendo que a Empresa Binacional tem graves responsabilidades no caso. [...]

**Primeiras ameaças** – no dia 21 de junho de 1981, num domingo, aproximadamente as 15 horas, no bar do Nicolau, paraguaio intruso que falsamente se diz cacique de tribo, em Jacutinga (Porto Irene), Município de Foz do Iguaçu, Sampaio, (um posseiro intruso na área indígena), dirigiu-se Cambal (Fernando Martin, cacique da tribo) na presença de Martin Benitez, disse: **“Qualquer dia vou matar bugre”**, mostrando sua faca na cintura. Cambal se retirou sem reagir, e a ameaça foi comunicada pelo agricultor

Odilon ao pastor Fuchs e a Orestes Gasperini, um dos líderes do Movimento Justiça e Terra, dos desapropriados por Itaipu.

**Segunda ameaça** – no dia 17 de julho de 1981, Benigna Martinez foi a casa de Cambai fazer que Clementino disse que não admite moradia de Guaranis naquela localidade, e que “era para Cambai se cuidar porque eles estão armados de revólver para matar Cambai”.

**Terceira ameaça** - Nicolau vem impedindo reiteradamente a pesca, chegando a soltar caíque do índio Balbino Benitez, desaforo que já custou a Balbino seis caíques.

A gravidade da situação era palpável. (JNT, 30º Ed, P.07).

Através desta notícia entendemos que este jornal tomava uma posição crítica em relação às violações de Direitos cometidos durante a Ditadura Civil-militar, pensando em formas para exibir e delatar atrocidades e denunciar as ameaças direcionadas aos indígenas colocando-os em destaque e buscando a proteção dos mesmos.

A negação de existência dos indígenas nessa área também fez parte do discurso da Itaipu, e para justificá-la, destacamos o Laudo antropológico que foi elaborado por Célio Horst, quais foram os métodos utilizados para se chegar a uma classificação dos indígenas, como afirma Silva,

Em 1981, no laudo antropológico realizado por Celio Horst, em apenas um dia em campo, sem ouvir as declarações dos Guaranis, Horst afirmou através dos “critérios de indianidade” que das famílias existentes, espremidas em uma parte mínima de seu território, somente 4 (quatro) são reconhecidas como “verdadeiros indígenas”, os quais poderão receber “Títulos de Propriedade de Terras”, e portanto, serem indenizados como “posseiros”, para em seguida serem evacuados rapidamente da área que a Itaipu pretendia inundar. (SILVA, 2016, p.329).

Se tratando de diferentes episódios que resultaram na espoliação das terras e no genocídio desse povo indígena. Silva nos demonstra a vinculação da FUNAI com Itaipu, e a prioridade que se tinha naquele momento:

A Funai mostrava-se mais preocupada em evitar atritos com a Itaipu do que amparar os índios, ao sugerir que a Itaipu não teria obrigação de indenizar os índios nem de reassentá-los, pois seria atribuição da Funai transferir-lhes a uma área do Posto Indígena do Rio das Cobras, em Laranjeiras do Sul, Paraná, cerca de 200 quilômetros de Foz do Iguaçu. (MAZZAROLLO, op.cit, p.123, apud, SILVA, 2016, p.327.).

De acordo com o documento<sup>23</sup> elaborado pela Itaipu em relação a este momento histórico, antes de ser feita a desapropriação, a Hidrelétrica afirma que não há registros ou documentos que certifiquem a presença de indígenas das áreas da Itaipu, tanto no Brasil quanto no Paraguai, como verificamos neste trecho:

Não há registros ou documentos que façam menção a uma aldeia indígena à margem do Rio Paraná (próximo ao rio Jacutinga). Há sim, referências de algumas famílias nômades, ocupando a referida área, descendentes da tribo AVA-GUARANI que outrora ocupava a região em ambos os lados do Rio Paraná, com sede e origem no Paraguai (ITAIPU, 1988, p.3).

Notamos que a Itaipu relata as aldeias de forma com que pareça que os indígenas não pertencessem a aquele local, identificando como nômades e Paraguaiois. Em nome do “progresso”, as instituições brasileiras procuram invisibilizar os indígenas com a intenção de justificar a remoção de indígenas da região, negando o direito de pertencimento e da prioridade de receber a indenização de forma justa. Prática tão antiga, pode ser encontrar no Relatório Provincial de 9 de outubro de 1863, apresentado por José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, presidente da província à Assembléia Legislativa do Ceará que nega a presença indígena na região, mas tem seu discurso contrariado pelo primeiro recenseamento de 1872, que identifica a presença de 27 mil indígenas (BARRETO, 2014).<sup>24</sup>

Uma forma encontrada para negar a existência dos indígenas na área que seria inundada pela barragem e então diminuir o valor que deveria ser pago de indenização às comunidades indígenas. A estratégia de desconfigurar as comunidades indígenas em “algumas famílias nômades”, “descendentes da tribo Avá-Guarani” era exatamente lhes negar o direito às indenizações.

O que se contradiz com a declaração de Carvalho, quando relata o numero de comunidades indígenas que existiam na região Oeste do Paraná, antes da colonização destas áreas. Assim, fica evidente a população indígena que habitava neste território:

Carvalho (2015) identifica 32 aldeias que desapareceram entre os anos de 1940 e 1980 no Oeste do Paraná. Na mesma área, após 1982, sobreviveram apenas duas aldeias, “quando a duras penas ressurgiram como compensação de Itaipu, compensação essa profundamente questionável, o Oco’y, e, mais tarde o Anetete”: “Foi comprovado que um grande contingente de população indígena Guarani, ocupava imemorialmente pelo menos 32 aldeias em território praticamente continuo do oeste paranaense, denominado pelos Guarani como parte do *Tekoa Guassu*”. (SILVA, 2016, p.327-328).

Dessa forma, verificamos que havia a presença de aldeias em diferentes locais da Região Oeste do Paraná, e que impactadas com as diversas violações de direitos que foram cometidas a essas comunidades, resistiram apenas duas posteriormente a Itaipu.

Destacamos a atuação da FUNAI na região e suas principais influências, causadoras do caos social na vida de muitas famílias indígenas da época. Como verificamos no Relatório do MPF:

A Funai, criada em substituição ao SPI em 1967/1969 – após denúncias sérias de corrupção de servidores e de dilapidação dos patrimônios indígenas –, seguiu na mesma linha de omissões do SPI em relação aos Guarani, [...]. A atuação da Funai colaborou, portanto, para a dispersão e a expulsão deliberada de famílias indígenas dos seus locais de vivência, e isso se deu, como se passa a demonstrar, porque houve a sobreposição e a simultaneidade de áreas dos projetos de desobstrução do PNI e para os lagos de Itaipu, o que fez com que as terras da região oeste do Paraná ficassem escassas e as poucas que estariam disponíveis após a desobstrução do PNI e o enchimento dos reservatórios da usina fossem, na quase totalidade, direcionadas ao reassentamento dos colonos retirados de suas áreas de interesse, ficando os Guarani – as apenas quatro famílias que foram reconhecidas e mais uma, totalizando cinco – com as pontas restantes, em uma das piores áreas, no Município de São Miguel do Iguçu. (MP, 2019, p.53).

Notamos que Itaipu agiu de forma estratégica, direcionando as poucas famílias “classificadas como indígenas” a áreas de difíceis acessos, e com poucas condições de se manterem.

De acordo com os relatórios feitos por Funcionários de órgãos como INCRA, FUNAI e Itaipu, fica evidente a forma de como os indígenas eram tratados, buscando maneiras que comprovasse a inexistência de indígenas nestas áreas, também significava negar os direitos. Assim como se explica no Relatório do MPF:

Argumenta-se, em consonância com outros relatórios já produzidos sobre a situação, que esses erros e falhas de diagnósticos foram propositais e deliberadamente construídos, e que isso se deu porque após a execução dos dois projetos citados (o PIC Ocoy I e o PIC Ocoy II) não havia mais áreas disponíveis na região oeste do Paraná onde os índios pudessem ser reassentados coletivamente. Foi mais conveniente para os envolvidos (Incra/Funai/Itaipu) reconhecer algumas poucas famílias – pois era impossível naquele momento negar a existência concreta de todos – mediante mecanismos fraudulentos de identificação étnica e, com isso, poder ignorar a grande maioria das famílias que no processo, apesar de serem indígenas, foram classificadas como “posseiros” pobres, quando não como estrangeiros ou paraguaios recém-chegados àquelas áreas, e que, portanto, não tinham sobre elas quaisquer direitos possessórios. (2019, p.64)

Em vista disso, entendemos que durante o processo de colonização da região oeste o Paraná, os indígenas que habitavam na região foram considerados paraguaios e não possuíam nenhum documento que provasse a posse de terra. Dessa forma se justifica a apropriação indevida de terras dos indígenas para a venda aos colonos que estavam chegando, acabando por diminuir o espaço que os indígenas habitavam.

Assim, analisando o Relatório, fica evidente que Célio Horst oculta a presença de famílias de indígenas, classificando-os como mestiços ou paraguaios. Como notamos no Relatório do MPF:

A Funai, como apontam os levantamentos de Brant de Carvalho, sabia da existência de índios na localidade desde o tempo do SPI, mas pouco fez para que aquela área fosse formalmente reservada. Tudo indica, contudo, que após a década de 1940 a Funai somente voltou a ter informações sobre a Colônia Guarani em 1971, quando a 4ª Delegacia Regional (4DR) do órgão em Curitiba foi comunicada pelo 1º Batalhão de Fronteiras e pelo chefe do Distrito de Terras no Paraná e de Santa Catarina acerca da permanência dos indígenas no local, que também era conhecido como Três Lagoas. Todavia, somente no ano de 1976 (ou seja, cinco anos após a comunicação) a Funai enviou a campo um servidor de seu quadro para verificar, ainda que precariamente, a situação do grupo.

Ressalta-se que a Funai apenas enviou o servidor a campo porque pressionada pelo Incra, e porque, como ressaltam os documentos da época, os índios estavam sob ameaça de serem despejados dali já para a cessão da área a aproximadamente 70 famílias de colonos que as havia invadido. Em documentos internos da Funai daquele ano de 1976 – a exemplo do enviado pelo delegado regional da 4DR, em Curitiba, para o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, em Brasília, citado a seguir –, encontra-se o motivo da demora no envio de “técnicos” à área da Colônia Guarani: a falta de recursos, que pode ser traduzida ou interpretada, também, como falta

de prioridade para a proteção dos Guarani no oeste do Paraná: (MP, 2019, p.69)

Portanto, observa-se que a Funai tinha conhecimento das famílias que habitavam na região Oeste do Paraná, e mesmo assim apenas enviou um funcionário para vistoriar e verificar como se encontravam essas famílias por que foi pressionada pelo INCRA, órgão que vendeu as terras para a colonização. A prioridade de ocupação das terras era aos colonos por estarem adquirindo as propriedades juntamente com o INCRA, assim, não houve a proteção dos indígenas que habitavam nesses locais.

E posteriormente com implantação da Itaipu, precisando retirar os indígenas de áreas que seriam alagadas e reassentá-los em outra área, posto isto, explica-se o motivo dos indígenas ficarem com espaços tão pequenos de terras, assim a:

[...] insistência da própria Funai no reassentamento dos indígenas às margens do reservatório ou em ilhas, lançando-os para as pontas, para as sobras de áreas ou para locais onde ficariam isolados; mas sempre com a ponderação de que não deveriam ser levados para local distante de onde se encontravam. Essa recomendação se dava porque era do conhecimento da Funai que, pela dinâmica sociocultural Guarani, eles voltariam para os locais que lhes eram significativos, visto que a fundação já havia observado esse movimento de retorno dos que haviam sido levados para o Rio das Cobras e retornaram para o oeste do Paraná, bem como pelo movimento de idas e vindas dos indígenas do oeste do Paraná para o sul de Mato Grosso do Sul, onde havia postos da Funai que, inclusive, eram os responsáveis pela produção dos documentos dos indígenas que chegavam ali vindos do oeste paranaense. (MP, 2019, p.78-79).

A partir desse trecho temos o entendimento de que a FUNAI tinha conhecimento das dinâmicas de migrações dos indígenas Guaranis, o que reforça o descaso e a negação de direitos. Este Relatório produzido pela FUNAI prejudicou muito os indígenas, o mesmo sugere que não se reconheça áreas aos Guaranis, e que os mesmos poderiam ser transferidos para outra área, onde havia presença de indígenas de outras etnias.

[...] relatório de Horst conseguiu ser ainda mais contrário aos interesses e direitos indígenas do que os anteriormente produzidos, na medida em que – absurdamente – sugere que não se reconheça nenhuma área aos Guarani, mas tão somente que sejam levados para uma outra área, relativamente distante e para onde os Guarani no oeste vinham sendo levados, nas tentativas de limpezas étnicas das áreas, desde as décadas de 1940-1950, para a instalação das colonizadoras. Sugeriu, ainda, que se usasse a irrisória indenização pelas benfeitorias – pois os Guarani viviam em ranchos de madeira e palha e eram, sobretudo, coletores – para a construção de casas na área majoritariamente Kaingang (e situada dentro do território histórico de ocupação Kaingang). (MPF, 2019, p.87)

Trazendo também informações do traslado de famílias Guarani para a Terra indígena do Rio das Cobras, e demonstrando o problema que seria colocar indígenas de etnias diferentes em um mesmo espaço. Ligado ao contexto político do Brasil na época, a escolha de um antropólogo foi planejada e implantada para fazer os estudos e análises com as famílias de

indígenas e principalmente para testar o grau de “indianidade” dessas famílias, como explica no Relatório do MPF:

Horst, diferentemente dos servidores da Funai anteriores que haviam estado com o grupo do Ocoy, se autodeclarava antropólogo e, como apontam os relatórios de Brant de Carvalho/Funai (2005), de Packer/CTI (2013) e da Comissão Estadual da Verdade/MP-PR (2016), foi “escolhido a dedo” para a tarefa. Isso porque a Funai necessitava da chancela de um “antropólogo” para concluir o processo de “desterramento” dos indígenas e resolveu “testar o grau de indianidade” de cada uma das pessoas no Ocoy, trabalho já iniciado pela equipe anterior. Esse era um procedimento que a maioria dos antropólogos não aceitaria realizar por fugir aos parâmetros antropológicos e por violar os procedimentos que eram, já naquela época, internacionalmente reconhecidos no que tange ao autorreconhecimento e ao reconhecimento pelos demais membros do grupo. Ocorre que Célio Horst era filho de criação de Ernesto Geisel e estava profundamente vinculado ao regime militar. (2019, p.84)

Consequentemente, o relatório do Antropólogo Célio Horst não correspondeu aos interesses dos povos Guarani, pois a escolha do profissional para elaboração do laudo estava inexoravelmente vinculada aos interesses correspondentes à Ditadura Civil-Militar e, portanto, à construção da Hidrelétrica Itaipu.

#### Quebra de Página **4. Considerações finais**

A partir da análise do laudo antropológico produzido Célio Horst, confrontando com os dados obtidos nos documentos oficiais do Relatório Figueiredo e Comissão Nacional da Verdade, podemos compreender que a construção dos documentos realizados pela Itaipu, FUNAI e INCRA só serviram para negar o direito e usurpar as terras tradicionais das comunidades indígenas Avá-Guarani. Sendo assim, podemos considerar que o Estado brasileiro entre seus órgãos foi o principal violador dos direitos dos povos indígenas, não apenas no que diz a violência física, mas territorial e ancestral.

Esta pesquisa busca incentivar novos pesquisadores e ativistas que atuam em defesa dos Direitos Humanos, especialmente, antropólogos, jornalistas e indigenistas que procuram lançar luz sobre a Política Indigenista do Estado brasileiro na Ditadura Civil-Militar, apresentando os documentos que confirmam as transgressões cometidas nos reformatórios e indicar a compressão de que os indígenas foram vitimados por projetos políticos de desenvolvimento e integração.

Por fim, apostamos neste trabalho como base para futuras pesquisas que venham esclarecer outros crimes cometidos pelo Estado, em nome do discurso progressista e do crescimento econômico. Procuramos deixar claro que os indígenas ao longo dos séculos de colonização resistiram ao processo repressivo, violento, castrador e, acima de tudo, invisibilizador da cultura e da memória indígena.

Deixamos claro que todo o processo histórico que envolve os Avá Guarani, ainda hoje sentem as consequências. Que com o detalhamento destes documentos, que são de grande importância e contribuem para a restauração da memória social das famílias de Avá-Guarani que viviam no oeste do Paraná.

### Referencias Bibliográficas

- BRIGHENTI, C. A e SANTOS, R. D. Encobrimento indígena no processo de colonização no oeste do Paraná. **Revista SURES**: <https://ojs.unila.edu.br/ojs/index.php/sures>, Ano: 2017, fev, Número: 9, pág. 113-131.
- Carta da Aldeia Ocoi**, para o presidente da Funai, Coronel Paulo Leal. 15 de fevereiro de 1983.
- CARVALHO, Maria Lucia Brant de. **Das terras dos Índios a Índios sem Terra. O Estado e os Guarani do Oco'y. Violência, silêncio e luta**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana. São Paulo, 2013.
- CCNAGUA. Conselho Continental da Nação Guarani. **Documento final do IV Encontro Continental**. Tekoha Ka'akupe, Antonio Ruiz de Montoya (AR), 2015.
- CNDH – Conselho Nacional Dos Direitos Humanos. **Relatório do Grupo de Trabalho sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Brasília, 2016.
- Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. – Brasília: CNV, 2014.
- Comissão Guarani Yvyrupa. **Relatório sobre as violações de Direitos Humanos contra os Avá-Guarani no Oeste do Paraná**. Guaíra e Terra Roxa. Agosto de 2017.
- Consulta Jurídica sobre Informações do Grupo Indígena Avá-Guarani do Rio Ocoí-PR. **CIMI – Regional SUL**. Xanxerê – SC, 26 de outubro de 1981.
- FUNAI** - Relatório de viagem, Célio Horst. Brasília, 03 de junho de 1981.
- JORNAL NOSSO TEMPO**, 15º edição, 18 de março de 1981.
- \_\_\_\_\_, 30º edição, 22 de julho de 1981.
- LUTA INDÍGENA**, Itaipu e FUNAI contra os índios, 16º edição, Março de 1982.
- MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça. Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu**. Comissão Pastoral da Terra (CPT-PR), 2.ed. Edições Loyola: São Paulo, 2003. [1ºed. 1980].
- Relatório Ministério Público Federal: **AVÁ-GUARANI: a construção de Itaipu e os direitos territoriais**. / organizadores: Gustavo Kenner Alcântara ... [et al.]. – Brasília: ESMPU, 2019. 188 p.
- SILVA, Liana Amin da, Justiça de Transição aos Avá Guarani: A necessidade Política de Reparações e Restituições de Terras pelas violações cometidas durante a Ditadura Militar. In: **Os Avá-guarani no Oeste do Paraná: (re)existência em Tekoha Guassu Guavira**. Letra da Lei, 2016.
- Síntese dos procedimentos da Itaipu Binacional na Questão dos Índios Ava-Guarani: Período de 1975 a 1988. **Itaipu**, 9 de dezembro de 1988.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. II. MAMED, Daniele de Ouro. III. CALEIRO, Manuel Munhoz. IV. BERGOLD, Raul Cezar. **Os Avá-guarani no Oeste do Paraná: (re)existência em Tekoha Guassu Guavira**. Letra da Lei, 2016.
- URBAN, Teresa. **Relatório Final da Comissão estadual da verdade – Paraná**. 2014.
- Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988): Subsídios para a Comissão Nacional da Verdade. **Centro de Trabalho Indigenista – CTI**. Outubro de 2013.

## ***Sarambipá: esparramos, resistência e rearticulação Guarani na recuperação do Tekoha Guasu extinto pela Itaipu Binacional***<sup>135</sup>

*Sarambipá: dispersión, resistencia y reordenamiento guaraní en la recuperación de Tekoha Guasu extinguido por Itaipu Binacional*

*Sarambipá: Guarani dispersal, resistance and rearticulation in the recovery of Tekoha Guasu extinguished by Itaipu Binacional*

**Clovis Antonio Brighenti**<sup>136</sup>

**Osmarina de Oliveira**<sup>137</sup>

### **Resumo**

No dia 13 de outubro de 1982 as comportas da hidrelétrica de Itaipu Binacional foram fechadas. Esse ato não acabou apenas com o maior salto por volume d'água no mundo, conhecido como Sete Quedas, mas também com o território Guarani nas margens do Rio Paraná ou o *Paraná Rembe*, cujas terras eram as que restavam aos Guarani após o processo violento de colonização e, segundo Bonomo, esse seria o território de origem dessa população. Concomitante a construção e instalação da referida obra identificamos dois momentos distintos: o *sarambi* ou esparramo, durante a construção do lago; posteriormente iniciam processo de reagrupamento e reorganização das relações sociopolíticas. Analisaremos esse conflito e os mecanismos de resistência na perspectiva da história do povo Guarani seus processos de lutas históricos e contemporâneos no campo político e jurídico. Tendo figurado como protagonista em diferentes contextos e conflitos, como a aliança Guaranítico-jesuíta e a conseqüente guerra travada pelos impérios ibéricos, a Guerra da Tríplice Aliança, a criação do reservatório de Itaipu etc., este povo viu seu território ser transformar em mercadoria. Na contemporaneidade, os Guarani têm construído diferentes mecanismos de enfrentamento às adversidades, como a ressignificação de sua cosmologia e reorganização sociocultural para assumir uma nova postura diante das adversidades, além da reinterpretação e ressignificação das relações com a terra e o território. Nos contínuos processos de construção e transformação de suas concepções territoriais surge um novo elemento, a retomada de terras enquanto instrumento de resistência. Os processos de retomadas incidem nos territórios alagados por Itaipu Binacional, não em sua composição física, mas na dimensão simbólica, já que essas terras não mais existem. Reformulam seu discurso a fim de reafirmar o direito à terra e para isso mobilizam diferentes mecanismos, como a produção de documentos e a elaboração de novos discursos.

Palavras-Chave: Conflitos; Território; Guarani; Itaipu; Resistências.

---

<sup>135</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>136</sup> Doutor em História; Professor do Instituto Latino Americano de Arte Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA); Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil; [clovisbrighenti@hotmail.com](mailto:clovisbrighenti@hotmail.com).

<sup>137</sup> Graduação em Geografia; Mestranda pelo PPG/IELA/Unila. Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. [osmarina66@gmail.com](mailto:osmarina66@gmail.com);

### Resumen

Nel día 13 de octubre de 1982, se cerraron las compuertas de la represa hidroeléctrica Itaipu Binacional. Este acto no solo puso fin al mayor salto por volumen de agua en el mundo, conocido como *Sete Quedas*, sino también con el territorio guaraní a orillas del río Paraná o el Paraná Rembe, cuyas tierras fueron las que quedaron a los guaraníes después del violento proceso. Según Bonomo, este sería el territorio original de esta población. Concomitante con la construcción e instalación de este trabajo, identificamos dos momentos distintos: el *sarambi* o dispersión durante la construcción del lago; posteriormente comienzan el proceso de reagrupación y reorganización de las relaciones sociopolíticas. Analizaremos este conflicto y los mecanismos de resistencia en la perspectiva histórica del pueblo guaraní, sus procesos de luchas históricas y contemporáneas en el ámbito político y jurídico. Habiendo figurado como protagonista en diferentes contextos y conflictos, como la alianza guaraní-jesuita y la consiguiente guerra librada por los imperios ibéricos, la Guerra de la Triple Alianza, la creación del embalse de Itaipú, etc., estas personas vieron su territorio convertirse en una mercancía. En los tiempos contemporáneos, los guaraníes han construido diferentes mecanismos para hacer frente a la adversidad, como la resignificación de su cosmología y la reorganización sociocultural para asumir una nueva postura frente a la adversidad, además de la reinterpretación y resignificación de las relaciones con la tierra y el territorio. En los procesos continuos de construcción y transformación de sus concepciones territoriales, surge un nuevo elemento, la recuperación de las tierras como instrumento de resistencia. Los procesos de retoma se centran en los territorios inundados por Itaipu Binacional, no en su composición física, sino en la dimensión simbólica, ya que estas tierras ya no existen. Reformulan su discurso para reafirmar el derecho a la tierra y para ello movilizan diferentes mecanismos, como la producción de documentos y la elaboración de nuevos discursos.

Palabras claves: Conflictos; Territorio; Guaraní, Itaipu; Resistencias.

### Abstract

On October 13, 1982, the floodgates of the Itaipu Binacional hydroelectric dam were closed. This act not only ended the biggest jump by volume of water in the world, known as Seven Falls, but also with the Guarani territory on the banks of the Paraná River or the Paraná Rembe, whose lands were the Guarani that remained after the violent process. According to Bonomo, this would be the original territory of this population. Concomitant with the construction and installation of this work, we identified two distinct moments: the *sarambi* or spread during the construction of the lake; subsequently they begin the process of regrouping and reorganizing sociopolitical relations. We will analyze this conflict and the mechanisms of resistance in the historical perspective of the Guarani people, their processes of historical and contemporary struggles in the political and legal field. Having figured as a protagonist in different contexts and conflicts, such as the Guarani-Jesuit alliance and the consequent war waged by the Iberian empires, the Triple Alliance War, the creation of the Itaipu reservoir, etc., these people saw their territory become a commodity. In contemporary times, the Guarani have built different mechanisms to cope with adversity, such as the resignification of their cosmology and sociocultural reorganization to assume a new posture in the face of adversity, in addition to the reinterpretation and resignification of relations with land and territory. In the continuous processes of construction and transformation of their territorial conceptions, a new element emerges, the retaking of lands as an instrument of resistance. The retaking processes focus on the territories flooded by Itaipu Binacional, not in their physical composition, but in the symbolic dimension, since these lands no longer exist. They reformulate their discourse in order to reaffirm the right to land and for that they mobilize different mechanisms, such as the production of documents and the elaboration of new discourses.

Keywords: Conflicts; Territory; Guarani; Itaipu; Resistors.

## 1. Introdução

O período em análise coincide com o regime militar, cujo golpe ocorreu em 1964 e seu término, com a posse do governo civil se deu em 1985. Tanto a Itaipu Binacional como a Funai eram presididos por generais. Nos anos de maior incidência e relações com os Guarani a Funai era presidida pelo General Ismarth Araújo de Oliveira<sup>138</sup>, e, em 1979, já com a Usina praticamente concluída e em meios a dois mandatos tampão, assume a presidência da Funai outro General, Carlos Nobre da Veiga<sup>139</sup>. Nobre da Veiga ocupara um posto vinculado a grandes projetos de desenvolvimento e, atuava diretamente vinculado ao Serviço Nacional de Informação (SNI). A Itaipu Binacional estava sendo presidida por outro general José Costa Cavalcanti, notoriamente ligado a criação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968 e a Guarda Indígena (GRIN)<sup>140</sup>, pertencente a chamada “linha dura” da Ditadura Civil-Militar. O Incra, como demonstram vários estudos, também seguia uma linha tutelada pela ideologia da segurança nacional. Os três órgãos citados tinham sua Assessoria de Segurança e Informação (ASI) vinculadas diretamente ao SNI. Soma-se a isto o regime tenso na região da “tríplice fronteira” em meio a um projeto de “segurança nacional”, a Operação Condor, dentre outros fatores. (MAZZAROLLO, 2003).

As margens do rio Paraná foram os últimos *Tekoha kuéra* (aldeias) que restaram aos Guarani. Ali era o lugar do refúgio depois de toda terra arrasada no oeste paranaense pela colonização com sua prática de agricultura intensiva a partir dos anos de 1950. As margens do rio ainda havia mata, local de refúgio dos Guarani. Os dados arqueológicos pesquisados por

---

<sup>138</sup> “General da Reserva, antes de ser nomeado presidente havia sido superintendente da FUNAI. Na sua posse, o Ministro do Interior, Rangel Reis, anunciou “a política de integração em ritmo acelerado”, o que viria a desembocar no projeto de emancipação dos índios, contra o qual ele se opôs publicamente. Mas incrementa os chamados “projetos de desenvolvimento comunitário”, dentro de uma política de “espíritos desarmados” com antropólogos, indigenistas e missionários. Na sua gestão, aumentam substancialmente as demarcações de Terras Indígenas”. (Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/galeria-dos-presidentes-da-funai>. Acesso em: 16/10/2015).

<sup>139</sup> João Carlos Nobre da Veiga (presidente da Funai entre nov. 1979 a out. 1981. “Assume o cargo falando em “disciplina” e demitindo 39 indigenistas e antropólogos, porque haviam encaminhado carta ao Ministro do Interior com críticas a política da FUNAI. Incrementa o projeto de emancipação compulsória, criando os famosos “critérios de indianidade” e declarando que ‘o índio estará emancipado em cinco gerações’; mas recua [devido a pressão do movimento indígena] e não encaminha o processo ao Ministério do Interior (MINTER). Reestrutura a FUNAI para fortalecer as unidades regionais. Numa reunião da SUDAM, afirma que ‘há reservas demais’. A 15/12/1980, sai uma Portaria Interministerial (MINTER/ Min. das Minas e Energia) facilitando a exploração mineral em terras indígenas por empresas estatais. Com base no parecer do Conselho Indigenista da FUNAI, o Ministro do Interior, Mario Andreazza, proíbe Mario Juruna, liderança indígena do povo Xavante, de participar do Tribunal Russel, na Holanda.” (Idem).

<sup>140</sup> Folha de São Paulo, Laura Capriglione disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2012/11/1182605-como-a-ditadura-ensinou-tecnicas-de-tortura-aguarda-rural-indigena.shtml>. Acesso em julho de 2014.

Igor Chmyz na década de 1970 e as pesquisas históricas comprovam a presença dessa população na região. Em nossas pesquisas de campo identificamos ao menos 19 *Tekoha Kuéra* que ficaram total ou parcialmente submersos pelo Lago. Dos 19, apenas o Tekoha Ocoy Jacutinga foi admitido pelos órgãos públicos, por ser o local onde os Guarani conseguiram resistir por mais tempo, por ser também o local que “perturbou” a Itaipu até o fechamento das comportas. Ela nunca foi demarcada oficialmente, porém, de acordo com o Art. 25 da Lei 6001/73 a terra indígena precede e independe da demarcação. O caso Ocoy Jacutinga é também um importante elemento que nos permite compreender o todo, ou seja, como os Guarani foram informados, como Itaipu os considerou, qual a atitude da Funai e do Inera e as “soluções” encontradas. Os demais *Tekoha kuéra* não aparecem nos registros do órgão indigenista e sequer foram considerados.

Esse conjunto de *tekoha kuéra* alagados, formavam uma unidade sociológica definida como *Tekoha Guasu*, ou seja, um conjunto de comunidades articuladas social, política e economicamente por redes de sociabilidade, parentescos consanguíneo e afins. Porém, essas relações não representavam/representam centralização de poder, ao contrário, são comunidades cuja mobilidade no *Tekoha Guasu* é mais intensa que com outras comunidades. Na contemporaneidade podemos identificar dois *Tekoha Guasu* nas margens do rio Paraná, um ao sul do município de Santa Helena e outro ao norte. A memória dos Guarani contemporâneos sobre as relações interétnicas a partir dos anos 1950 indica que já estavam constituídos dessa maneira, porém é relevante considerar as dimensões da violência a que estavam submetidos.

## 2. Para uma história Guarani

Pesquisas científicas com a população Guarani demandam um conhecimento prévio da cultural, história, cosmologia e das dinâmicas atuais e históricas (tradicional) de mobilidade. Há uma dinâmica específica sobre as fronteiras que, ligadas a mobilidade territorial, são singulares por estarem em contexto bastante específico. É no contexto da fronteira que se evidencia com maior nitidez o significado das mesmas para esse conjunto de comunidades que se articulam por redes linguísticas e territoriais desafiando o universo colonial.

Os registros da memória Guarani através das pesquisas participativas são fundamentais para trazer a luz novas versões da história a partir dos sujeitos envolvidos no processo.

Partiremos dos pressupostos básicos da teoria e metodologia da história indígena, na perspectiva de iniciativas plurais entre diferentes áreas do conhecimento, especialmente na relação entre antropologia e história, relação que nos últimos anos tem fundamentado inúmeras pesquisas empíricas em diferentes tempos e espaços na América Latina nos quais os indígenas são enfocados com sujeitos do processo (ALMEIDA, 2012, p.151). O diálogo entre história e antropologia implica ir além do domínio metodológico, “os etno-historiadores devem dominar ainda a arte de usar essas duas abordagens de maneira integrada” (TRIGGER, apud ALMEIDA, 2012, p.158). Cardoso e Vainfas (2012) também concordam que a “nova história cultural” está com um pé em cada mundo e tem na antropologia a “interlocutora privilegiada”.

A abordagem que propomos dialoga com as ciências ambientais e sociais, mais especificamente com a história ambiental e a geografia. O diálogo entre as várias áreas do conhecimento não se resume a uma necessidade “legal”, mas, constitui-se como um dos pressupostos teóricos metodológicos da história indígena, que em seu percurso está se consolidando como um método que congrega, além da antropologia e geografia, áreas como arqueologia e linguística (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003).

A pesquisa em história indígena caminha para a construção de novos marcos referenciais em sua abordagem. Apesar de incipiente, os pressupostos teóricos devem partir de outras temporalidades, diferentemente da abordagem clássica da história. Afinal os indígenas não ingressaram na história apenas no século XV durante o período colonial, a arqueologia é um importante instrumento para demonstrar a longevidade da presença dessas populações no continente (CARNEIRO DA CUNHA, 1992), nesse sentido ampliam-se os universos de fontes para além da produção escrita, sejam de indígenas ou não indígena, deslocando-se para a cultura material e imaterial, dos conhecimentos e saberes transmitidos na oralidade. As relações estabelecidas com indígenas na atualidade não podem ser pautadas pelos conceitos de transitórios ou mesclados sugerindo que esses seriam menos indígenas que

as gerações passadas, mas na relação de sujeitos históricos de seu tempo, agindo a partir das condicionantes temporais e tradicionais.

Ao trabalhar com a história indígena no tempo presente é importante considerar a dimensão da memória. Maurice Halbwachs (2006, p.86) nos ensina que “ao lado de uma história escrita há uma história viva que se perpetua ou se renova através dos tempos”. Halbwachs discorre sobre a memória coletiva, apontando para a dimensão social da mesma, contextualizada nas vivências particulares. Alessandro Portelli também traz significativa contribuição a compreensão dos processos de registro da memória, porém na dimensão individual: “A memória é um processo individual que ocorre no meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados” (PORTELLI, 1997, p.116).

O registro da memória passa necessariamente pela oralidade. Para o registro da oralidade trabalharemos a partir das orientações de Meihy, que nos adverte que “não é apenas quando não existem documentos que a História Oral acontece. Ela é vital também para produzir outras versões das histórias elaboradas com documentos cartoriais, consagrados e oficiais”.

### 3. Do *sarambi* a reorganização

Na língua Guaraní *sarambipá* é esparramar-se (*sarambi* = esparramo). Ele é usado para designar o movimento migratório Guaraní que ocorre desde muito antes da chegada dos *jurua kuéra*, porém, com o processo de colonização e, fundamentalmente com a construção da Itaipu Binacional o conceito foi empregado de maneira negativa, para explicar a desterritorialização. Soavinski (2019), já registrou essa narrativa em sua pesquisa:

Como sinaliza o cenário durante o período de colonização intensiva do oeste paranaense era, invariavelmente, o de espoliação dos índios: de seus corpos e de suas terras. Os relatos do tempo do *sarambi*, do esparramo, são muitos; os mais velhos lembram-se vivamente dos anos que sucederam à chegada dos colonos. Tendo se dispersado rumo aos estados e municípios vizinhos e também ao Paraguai e à Argentina, muitos encontraram empregos, na maioria das vezes de temporada, em fazendas. Trabalhavam, pois, para os próprios colonos que ocasionaram a perda de suas terras e, na região. (SOAVINSKI, 2019, p. 53).

No caso da desterritorialização provocada pela formação do lago da usina de Itaipu Binacional, o conceito é empregado em seu sentido mais extremo de negatividade. O fato do desconhecimento do que significava o represamento de um rio como o Paraná e a extinção do

território, gerou um esparramo total. O único local, na margem esquerda do rio, que ficou ocupado até a véspera do fechamento das comportas foi o Ocoy/Jacutinga, localizado no atual município de São Miguel do Iguçu, na foz do rio Ocoy e do riacho Jacutinga.

Na memória Guarani, o Tekoha Ocoy Jacutinga teria sido reservado pelos militares: "Os militares falaram: 'aqui é de vocês, ninguém entra'" (BRANT DE CARVALHO, 2005, p.03). Essa atitude do exército foi resultado da participação Guarani como mão de obra na abertura da estrada de Guarapuava a Foz (ROCHA, 1991, p.25). Claramente está demonstrada a exploração da mão de obra Guarani, porque de acordo com a Lei de Terras de 1850, os indígenas tinham direito sobre as terras que ocupavam, ou seja, o Exército teria pago com a terra que já era Guarani.

Sobre a terra ocupada pelos Guarani no Ocoy Jacutinga, o Incra criou um projeto de assentamento de camponeses, desapropriando toda a terra, através do Decreto Federal Nº 69.412/1971 e o denominou de PIC Ocoy, com 12.500 ha e iniciou a expulsão dos Guarani do local. Joao Centurião, líder Guarani, observa que a ação do Incra foi extremamente violenta. "Apareceu assim, bota fogo na casa. (...) E aí não se não quis sair, aí vinha e tem que botar fogo (...) não dizia porque tinha que sair, não falou nada não. Era só Incra, não tinha polícia" (CENTURION, 1990).

A prática do Incra era atear fogo nas casas para expulsar as famílias Guarani do local. Posteriormente com a Itaipu em construção a queima das casas era para evitar que outras pessoas se apropriassem do imóvel ou no caso dos Guarani para evitar seu retorno. Jussara Rezende, que acompanhou parte do processo por uma organização indigenista, testemunhou esse a queima das casas pelo Incra, afirmando que "no caso dos colonos, eles já não estavam mais nas suas casas. Suas casas eram incendiadas pelo Incra inclusive para evitar que fossem ocupadas novamente" (REZENDE, 2015).

Narcisa Tacua Catu de Almeida confirma as informações de Centurião:

Em 1972 o Incra chega aqui, expulsando a gente da terra, eles assustavam a gente, ameaçava, mandava embora, botando fogo nas casas, queimando nossa plantação, atirava nossas coisas na estrada, expulsando a gente daqui... ameaçava dar tiro na perna, quem não queria subir no caminhão. (CATU DE ALMEIDA, 2005).

Com a criação da Itaipu Binacional, pelo Art. III do Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, em 26 de abril de 1973, o projeto do Incra sofre mudanças. Dos 12,5 mil hectares inicialmente tomados dos Guarani e

reservados para assentamento dos camponeses, 8.322 ha ficariam submersos restando apenas 4.168 ha. O Ocoy Jacutinga estava localizado justamente na parte que ficaria submersa. Brant de Carvalho (2004), em seu laudo antropológico demonstra que toda área utilizada pelo Inca para o assentamento de agricultores era de ocupação Guarani – devendo, por exigência legal da época, ter sido demarcada pela Funai em favor destes.

Nesse novo contexto, com alagamento das terras por Itaipu Binacional, provocou desdobramentos e conluios entre os órgãos federais (Inca e Funai) com a Itaipu a fim de justificar a expulsão dos indígenas da margem do rio. A notícia gerou esparramo geral dos Guarani.

A partir de entrevistas concedidas pelos Guarani em diferentes contextos e de diferentes gerações é possível reconstituir a violência com que foram tratados: “Então ele [pai do entrevistado, Severo Bogado] falou que na época de 1960 quando entrou lá, ele entrou tinha vida boa, tinha peixe, tinha água, tinha tudo, que ele não tinha problema nenhum antes que a Inca entrou lá”. (BOGADO, 1990).

Pedro Alves diz que a comunidade Guarani não foi informada da obra, sabiam pelas conversas com vizinhos: “A gente sabia quando o vizinho não-índio falava! [...] Então nós que estamos na beira do rio Paraná tem que sair, na beira do rio [...]. Foi assim que a gente ficou sabendo?!” (ALVES, 2013).

A notícia de Itaipu gerou dispersão dos Guarani, denominado por eles como Sarambi. Faustino Centurião, residente na época na tekoha Passo Kue, relata a mudança deste local para o Paraguai:

(...) porque não tinha jeito para cá. Mesmo que Jacutinga, quando vem também, tá no perigo. Então cada aldeia encheu de perigo. Então teve que passar pro Paraguai. **Por isso que Itaipu escreveu que era paraguaio. Mas de nação, natural mesmo é daqui. Tudo que veio de lá era tudo nascido no Paraná mesmo, no Brasil.** (Grifos nossos). (CENTURIÃO, 1990).

Semelhante depoimento foi prestado por Damásio Martinez demonstrando como os Guarani fugiram da violência do Inca e da Itaipu:

Logo quando começou a represa da Itaipu que nossos parentes passaram pro Paraguai. [...] os brancos ainda corriam atrás deles. [...] Eles mandavam embora e se não queria ir eles mandavam na marra mesmo, espancavam...eles nem colocavam caminhão pros índios ir, tinha que ir de a pé mesmo...a minha sorte é que eu não estava ali quando começou isso... (MARTINEZ, 2014).

João Centurião, vivenciou todo esse processo de expropriação territorial, desde Colônia Guarani ao Ocoy Jacutinga, recorda da existência de várias aldeias, inclusive de uma denominada Takua Pinda'i e do estupro e assassinato de uma menina Guarani: “Um branco entrou e pegou a menina do homem e levou pro mato assim e depois o pai dela levou pra ver o mundéu. E daí que matou no mato também” (CENTURIÃO, 2013). Este depoimento pode ser somado ao coletado por Albernaz (2009, p. 123-125) na qual aparece o relato de assassinato de uma liderança indígena da Aldeia Tekoha Guasu de Jacutinga identificada como Maximino.

Honório Benites, recorda de uma aldeia, denominada São João, que havia na região de Sete Quedas, município de Guaíra, da qual os Guarani foram expulsos pela Itaipu:

E naquela volta, nas Sete Quedas, aquela volta ficou embaixo d'água (...) cobriu aquele pedaço ali, metade pegou água e metade ficou pra fora. Depois os índios saíram tudo, **uns foram pro Mato Grosso, outros não sei pra onde, se extraviaram.** O pessoal de lá de Jacutinga, **um foi pro Paraguai, um foi pro centro, tem alguns que foi pra São Paulo...** (Grifo nosso). (BENITEZ, 2013).

Nabor Martines e sua esposa Marta Martins também fugiram para o oeste, especificamente para o Mato Grosso do Sul pelo medo de Itaipu (MARTINES, 2013).

Nos documentos oficiais localizamos denúncias O presidente do Diretório Municipal do MDB de Foz do Iguaçu, Antônio Vanderlei Moreira em 1975 e 1976, denunciando a queima das casas Guarani pelo Incra. Os documentos foram encaminhados ao Deputado Estadual e correligionário Fidelcino Tolentino, ao Ministro da Justiça Armando Falcão e ao Delegado regional da Funai respectivamente.

O Incra se defendeu acusando Nicolas Fernandes de vender lotes e pequenos roçados dentro da área do projeto sem o consentimento do órgão fundiário, e que já teria “fixado muitos aventureiros”, também desqualifica os Guarani (chamando-os de “mestiços”) que estariam atuando em contrariedade este órgão (INCRA, 1976).

Apenas em 1976 a Funai inicia tratativa relativa a averiguar a presença de indígenas que sofreriam impactos com o alagamento de suas terras. O Ofício (nº 045/76-Gab/4ª DR) do delegado regional ao presidente da Funai. No mês de maio desse mesmo ano o Delegado Regional da Funai repassou informação ao presidente do órgão dada pelo Incra segundo a qual “as terras ocupadas por famílias indígenas na região do Ocoy serão totalmente inundadas por efeito da instalação da hidrelétrica de Itaipu”, pede que as famílias sejam remanescentes

do PIC-OCOI, em local próximo a represa a ser construída; No mês seguinte o presidente da Funai Ismarth de Araújo envia novo ofício ao presidente do Inca dizendo que os Guarani que habitam Ocoy estão sendo ameaçadas de despejo sumário por técnicos do Inca. Pede ao órgão manifestar-se com relação a uma solução para os Guarani da região (tanto Ocoy como de Colônia Guarani) em face a discordância do IBDF assentá-los no PNI. No início do ano seguinte o presidente da Funai Ismarth de Araújo baixou a Portaria nº 162 (relativo ao Processo FUNAI/BSB/0.053/76) criando o Grupo de Trabalho – composto por Saul Carvalho Lopes (Funai), Waldir de Oliveiras Medeiros (Inca) substituído por Wilson Luiz Kaniak (Inca)<sup>141</sup> – para averiguar a situação dos Guarani em Três Lagoas e Projeto Ocoí. Ao analisar os relatórios deste GT, constata-se que: 1) A exiguidade de prazo para conclusão do trabalho: 20 dias; 2) Não ter contado com nenhum antropólogo ou profissional da área de ciências humanas; 3) o trabalho de campo teria durado apenas dois dias; 4) os Guarani não foram ouvidos – as informações colhidas foram diretamente repassadas pelos técnicos do Inca ao GT. Ao analisar a documentação produzida por este GT, o laudo de Brant de Carvalho demonstra que a Funai agiu a reboque do Inca, pois na “prática o GT recebe de antemão a definição de quem seria índio ou não, dos próprios técnicos do INCRA, órgão que, como vimos, estava implicado contra interesses indígenas na região” (BRANT DE CARVALHO, 2005, p.56). O GT identifica 5 (cinco) medidas a serem adotadas, dentre elas destinação de lotes individuais para as 11 famílias, num total de 330 ha, cabendo 30 ha por famílias.

A partir da leitura da atuação dos órgãos estatais envolvidos neste GT (Inca e Funai) pode-se concluir que havia uma estratégia claramente articulada para expropriar os indígenas de suas terras tendo em vista que uma área já reconhecidamente indígena teve instalado um projeto de colonização pelo Inca que, para tal contou com apoio da Funai – PIC-OCOI I e PIC-OCOI II onde a Funai corroborou a versão de que, no primeiro “qualquer resquício de elementos indígenas” e no segundo existiam apenas 11 famílias guarani “em processo de aculturação”.

Esse documento agrava o crime praticado pelos membros do GT. Porque busca a solução camponesa para os indígenas, retira deles a condição de coletividade e, portanto, de

---

<sup>141</sup> Saul Carvalho Lopes (Coordenador de área do Departamento Geral de Operações da Funai), Waldir de Oliveiras Medeiros (engenheiro agrônomo Inca) posteriormente substituído por Wilson Luiz Kaniak (advogado do Projeto Fundiário do Paraná).

grupo étnico e emprega a propriedade privada como solução. A partir dessa determinação toda a solução proposta decorrente da mesma torna-se agravamento de violação de direitos. Ismarth de Araújo, presidente da Funai, formaliza a proposta à Itaipu no sentido de assentar as 11 famílias indígenas, num total de 27 pessoas os Guarani na margem do lago, tal qual sugeriu o GT Inca-Funai (BRASIL/FUNAI, OFICIO Nº 285/PRES DE 01.06.1977)

O que os órgãos não esperavam era a reação dos Guarani questionando tal decisão. Para isso contaram com apoio decisivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Comissão Justiça e Paz (CJP) e Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai) – as duas últimas de Curitiba. Estas entidades: 1) Demonstraram as irregularidades e ilegalidades cometidas pelo GT Inca-Funai; 2) colaboraram para a compreensão dos Guarani sobre seus direitos que passaram a discutir o direito a 1.500 ha. – Não 100 ha. como intencionava a Funai<sup>142</sup>; 3) Também insistiam que a Funai, Inca e Itaipu deveriam buscar áreas maiores no Paraná para assentar a população; 4) associado a esses aspectos buscaram localizar os Guarani que haviam cruzado o rio Paraná fugindo da violência. Os órgãos públicos temeram esse novo contexto, porque poderia simplesmente complicar os acertos em andamento. Notícias dos Guarani começaram a circular nos principais jornais de circulação nacional.

A partir desse momento os Guarani já contam com aliados de setores da sociedade civil e igreja Católica. Como a obra estava quase pronta não restava muito tempo para encontrar uma solução. Fazem uso dos meios de comunicação para denunciar a Itaipu e Funai, produzem documentos, as lideranças se deslocam para a capital do estado e capital federal para fazer tratativas diretamente com as chefias da Funai e Itaipu. A Funai se sentindo acuada, buscou respaldo antropológico para justificar sua atitude. Em meados de 1981 a Assessoria Geral de estudos e Pesquisas (AGESP) da Funai “enviou o funcionário Célio Horst, de péssima fama entre os povos indígenas do Brasil” (BOLETIM LUTA INDÍGENA, 1981, p.6). De acordo com o relatório do CTI este funcionário aplicou os “critérios de indianidade”<sup>143</sup> (CTI, 2013).

---

<sup>142</sup> O tamanho de 1500 ha proposta pelas entidades da sociedade civil com respaldo dos Guarani foi a partir do último local ocupado pelos Guarani, a área compreendida entre os rios Ocoy e Jacutinga, a estrada de Santa Helena e o Rio Paraná.

<sup>143</sup> O laudo de Horst foi contestado à época por outro laudo produzido pela antropóloga da própria FUNAI, Rosane Cossich Furtado, e por outro produzido pelo antropólogo designado pela Associação Brasileira de Antropologia a pedido do Cimi Sul e da ANAI (PR), Edgard de Assis Carvalho, mas foram sumariamente ignorados, prevalecendo o de Horst.

Em um dia de visita à área Horst produziu um laudo concluindo que, das onze famílias Guarani que ainda viviam ali somente cinco seriam indígenas e sugere que para estas sejam destinados camponeses, sendo posteriormente sejam desapropriados e transferidos para a T. I. Rio das Cobras (a prática de transferência era comum na Funai, apesar de sua ilegalidade). A estratégia do Estado era explícita, não era suficiente expulsar os Guarani de suas terras, era essencial negar que sua identidade indígena para coroar o processo impedir, inclusive, reivindicações futuras. Respalado por esse relatório Horst o Inca expediu cinco títulos de propriedade privada (22ha) para as famílias Guarani declaradas como “indígenas” (BRASIL/FUNAI, Of. Nº 260/81). O presidente da Funai (em exercício) Octavio Ferreira Lima enviou ofício ao gen. Cosa Cavalcanti (pres. da Itaipu) informando-lhe da conclusão dos “estudos antropológicos de identificação e caracterização dos índios” com a recusa da oferta de área dentro do rio Paraná para seu assentamento por um suposto desejo destes Guarani “de serem transferidas para área sob jurisdição” da Funai na T.I. Rio das Cobras (BRASIL/Funai, OFÍCIO Nº 357/PRES BSB 10/09/1981). Em março de 1981, líderes Guarani foram até a 4ª DR da Funai em Curitiba, “exigir do Delegado que a lei se cumpra e dizer que os Guarani querem uma terra de mato, onde sua comunidade possa viver no seu sistema. Rejeitaram a proposta do delegado Harry Telles de ir para uma reserva” (LUTA INDÍGENA, nº 16, 1982, p.6); rejeitavam qualquer tentativa da Funai transferi-los para a terra do povo Kaingang a 300km a leste. Sem uma resposta afirmativa por parte da Funai e Itaipu, os Guarani se deslocam à capital Federal em dezembro de 1981 entregaram um documento ao presidente da Funai exigindo uma área de no mínimo 1.500 ha na região oeste do Paraná e “com mata”. Indicaram como uma das possibilidades o Parque Nacional do Iguaçu, uma reserva federal criada em 1939 com 180 mil ha localizado na mesma região.

As organizações indigenistas (Cimi e Comissão Justiça e Paz) solicitam a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) um contra laudo, a fim de contestar os critérios de indianidade utilizados pelo laudo da Funai. A peça técnica é produzida pelo antropológico de Edgar de Assis Carvalho em 1982. O Laudo produziu efetivos positivos, porém a obra do barramento da represa andava a passos largos, em pouco tempo o rio seria fechado. Pressionados pelo fechamento das comportas os Guarani aceitam a oferta da Itaipu, e o acordo foi celebrado em 12 de maio de 1985. O Inca expediu títulos individuais a 19 famílias Guarani, como se camponeses fossem, mediante a Itaipu os desapropriou e com os

recursos foi adquirida uma nova terra. Em agosto de 1982 a terra foi registrada no cartório com 231,88 há, na seguinte composição: (177,5601 ha. “cedidas” pelo Incra e 54,3199 ha. pela Itaipu). Como demonstram os estudos feitos por Brant de Carvalho, o conjunto de terras está “superposto (...) à APP de Itaipu. Assim, desde o início, a área adquirida, aparentemente para os indígenas, já tinha a dupla finalidade, superposta, de APP e TI.”, isto é, a Itaipu não destinou terras aos Guarani, pelo contrário, ao instalá-los em área sujeita à inundação colocou-os, com omissão comissiva da Funai, em situação de risco ambiental e sanitário como demonstraram epidemias causadas por mosquitos da malária e inundações nos anos seguintes levando a doenças e inclusive provocando óbitos nos anos seguintes.

Antes de fechar o acordo que cederia terras da APP do lago Itaipu aos Guarani o advogado indigenista Carlos Frederico Marés de Souza Filho, finalizou o laudo jurídico “Sobre a forma de transmissão da propriedade e posse aos índios Ava-Guarani do rio Ocoy na nova área a lhes ser destinada” demonstrando que toda a ação foi ilegal e que a nova área também seria ilegal.

Em outubro de 1982 a Itaipu fechou as comportas e inundou o *Paraná rembe*.

#### 4. Considerações Finais

Os guarani conseguiram desconstruir o discurso oficial da sua não existência na região e do direito que tinham sobre as terras que ocupavam. Apesar da terra conquistada (Ocoy) ser pequena e imprópria, ela serviu para que as famílias dispersas pelo *sarambi*, pudessem se reencontrar novamente na região. Entendiam os Guarani que esse local seria provisório. Se organizaram coletivamente, e iniciaram um processo de cobrança da dívida da Itaipu, Funai e Incra. Os Guarani pediam ao menos 1500 ha, tamanho do local onde haviam se estabelecido no Tekoha Ocoy Jacutinga nas margens do rio Paraná.

A Funai se manifestou contestando a afirmação de que os Guarani ocupavam área equivalente a 1500 ha:

Repete-se que a assertiva induz, de soslaio, ao entendimento de que os índios Ava-Guarani foram deslocados de uma área de 1500 hectares para uma bem menos, de pouco mais de 250 hectares (...). Ao contrário, as provas existem que os índios Ava-Guarani (...) em verdade viviam em uma pequena porção de 100 hectares e não contavam mais que 70 indivíduos.” (BRASIL/FUNAI, Processo nº1573, 1990).

No contexto da reorganização interna e na ação da comunidade pela garantia do direito efetivo à terra, alguns fatos demonstram que o sistema de repressão do período da Ditadura Militar continuaram sendo praticados, como a perseguição a indígena e seus aliados. Além da espionagem da ASI/Funai, tanto os Guarani sofreram ameaças como seus apoiadores. Em de 20/11/86 foi lavrado em cartório denuncia de ameaças sofridas pelos Guarani por recusar a instalação do Posto Indígena da Funai no interior da nova terra. A Funai fez uso do Líder Kaingang de Guarapuava Pedro Cornélio Seg Seg, que dias antes esteve na região e tentou convencer os Guarani de desistir de reivindicar mais terras e de aceitar o Posto Indígenas. Para o Cimi Sul a ação era organizada pelo Administrador da Funai em Curitiba Edívio Battistelli.

No dia 02-07-1990 a Polícia Federal inquiriu o bispo da diocese de Foz do Iguaçu Dom Olívio Aurélio Fazza querendo informações do mesmo sobre o trabalho do Cimi junto aos Guarani no Ocoy, especialmente relacionado ao aspecto fundiário. No dia 10 do mesmo mês dois agentes da PF dirigem-se a casa da equipe do Cimi em São Miguel do Iguaçu e interrogam a membro da equipe. Ocorre que não apresentaram nenhum mandato ou mencionaram a abertura de Inquérito, demonstrando que tratava-se de ação semelhante as que ocorriam no período militar.

Outro documento que desejamos incluir pela gravidade das ameaças sofridas é a certidão de queixa crime registrada na Delegacia de Polícia Civil de São Miguel do Iguaçu no dia 25 de abril de 1990, por Maria Inês Minatel, membro do Cimi que atua com os Guarani do Ocoy, contra o Engenheiro Agrônomo da Itaipu Binacional, Klauss Grainer exigindo que o Cimi parasse de apoiar a reivindicação de terras pelos Guarani.

Apesar da convicção pessoal do Diretor Jurídico da Itaipu Engenheiro Agrônomo Klaus Greiner, em 09.12.1988, a Binacional não reconheceu que os Guarani tinham direito a mais terras, conforme destaca Bandt de Carvalho:

Sínteses dos procedimentos da Itaipu Binacional na questão dos Índios Ava-Guarani período de: 1975 à 1988”, através do qual nega as ilegalidades, não reconhece o pleito dos Guarani sobre os 1500 ha, positiva a nova área adquirida e externa uma série de elementos preconceituosos sobre o “estrangeirismo” dos mesmos além de desvirtuar os elementos históricos da presença Guarani na região. Esse documento teve como objetivo “condensar e agrupar cronologicamente as diretrizes e procedimentos adotados por ITAIPU BINACIONAL na relocação na área do reservatório, de um **pequenos grupo de índios, semi aculturados**, descendentes dos ava-guarani” (Grifo nosso). (BRANT DE CARVALHO, 2005).

Os Guarani continuam insistindo na devolução das terras. Em 1995, cansados de esperar uma posição de Itaipu, decidem ocupar o refúgio Biológico Bela Vista, terra pertencente a Binacional, que o denominam de Paraná Porã. A ocupação agiliza o processo de aquisição de 1.700 hectares de terra no município de Diamante D'Oeste, constituído o atual Tekoha Anhetete. Porém, novos estudos documentais e a memória Guarani registrada por diversos pesquisadores, demonstraram que os Guarani não ocupavam apenas os 1500 ha no ocoy/Jacutinga, mas pelo menos 19 outras terras que ficaram submersas. Essa constatação aliada ao aumento populacional gestou um novo cenário regional, ou seja, os Guarani retomaram pelo menos vinte e uma novas terras. No momento atual 14 Tekoha estão com os estudos de identificação e delimitação concluídos e outros 07 estão em processo de estudos.

### Referências

- ALMEIDA, M. R. C. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. (Obra Completa)
- ALVES, P. *Depoimento ao Centro de Trabalho Indigenista*. Tekoha Ocoy, 2013. (Entrevista).
- BOGADO, A. *Depoimento a Eleine Pereira Rocha*. Tekoha Ocoy, 1990. (Entrevista).
- BENITEZ, H. *Depoimento ao Centro de Trabalho Indigenista*. Santa Helena, 2013. (Entrevista).
- BRANT DE CARVALHO, M. L. “O processo de desterramento da população indígena Avá-Guarani da imemorial terra de ocupação tradicional denominada Ocoy-Jacutinga e o reassentamento na atual Terra Indígena Avá-Guarani do Oco'y/ São Miguel do Iguaçu/Pr: Aspectos antropológicos e jurídicos. *Pericia Antropológica*, 2004. (Laudo técnico antropológico).
- BRANT DE CARVALHO, M L. O processo de desterramento da população indígena Avá-Guarani da imemorial terra de ocupação tradicional denominada Oco'y-Jacutinga e o reassentamento na atual Terra Indígena Avá-Guarani do Oco'y/ São Miguel do Iguaçu/Pr: Aspectos antropológicos e jurídicos. *Pericia Antropológica*, (2 parte) 2005. (Laudo técnico antropológico).
- BRANT DE CARVALHO, M. L. *Das terras dos índios aos índios sem terras o Estado e os Guarani do Oco'y, silêncio e luta*. Tese. DPG em Geografia Humana. FFLCH/USP 2013. (Tese).

BRASIL/FUNAI, *Ofício nº 285/PRES de 01.06.1977* do presidente da FUNAI General Ismarth de Araújo ao General José Costa Cavalcanti, diretor da Itaipu Binacional. Brasília, DF, 1977. (Documento).

BRASIL/FUNAI, *Of. Nº 260/81/4 DR de 19 de junho de 1981*, do Delegado regional da FUNAI Harry Luiz Ávila Teles ao coordenador regional do INCRA José Guilherme Lobo Cavagnari. Brasília, DF, 1977. (Documento).

BRASIL/FUNAI, *Ofício Nº 357/PRES BSB 10/09/1981 do Presidente da FUNAI Octavio Ferreira Lima ao Diretor Geral de Itaipu Binacional Gen. José Costa Cavalcanti*. Brasília, DF, 1981. (Documento).

BRASIL/FUNAI. *Ofício nº 129/76-Gab/4ªDR 26.05.76*. Brasília, 1976. (Documento).

BRASIL, Justiça Federal. *Processo nº1573, livro 01, folha 88*. Em 22.10-1990. Folhas 258 e 259. Nesse documento aparece um registro da documentação: Proc. FUNAI/BSB/1053/76. (Documento).

BOLETIM LUTA INDÍGENA. *Conselho Indigenista Missionário*. Xanxerê, 198. (Periódico).

CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia da Letra e Secretaria. Municipal da cultura, Fapespe, 1992. (Obra completa).

CATU DE ALMEIDA, N. *Entrevista Concedida Maria Lucia Brant De Carvalho*. Tekoha Ocoy, 2005. (Entrevista).

CENTURIÃO, J. *Depoimento ao Centro de Trabalho Indigenista*. Tekoha Ocoy. 2013. (Entrevista).

CENTURIÃO, J. *Depoimento a Eleine Pereira Rocha*. Tekoha Ocoy 1990. (Entrevista).

CTI. *Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988): Subsídios para a Comissão Nacional da Verdade*. São Paulo, 2013. (Laudo técnico histórico).

EREMITES, G. Sobre os conceitos de Etnoistória e História Indígena: uma discussão ainda necessária. *XXII Simpósio Nacional de História - João Pessoa*, 2003. (Anais de evento científico).

INCRA/OF/INCRA. *Ofício 4 (09) Nº 1729/76. 24.05.76* de Aroldo José Moletta, Coordenador Regional do Incra, ao Francisco Neves Brasileiro, Delegado Regional da Funai). Brasília, 1976. (Documento).

MARTINES, N. *Depoimento ao Centro de Trabalho Indigenista*. Tekoha Ocoy. 2013. (Entrevista).

MARTINEZ, D. *Depoimento ao Centro de Trabalho Indigenista*. Tekoha Ocoy. 2014. (Entrevista).

MAZZAROLLO, J. *A taipa da Injustiça: Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. São Paulo: Loyola, 2003. (Obra completa).

PORTELLI, A. O que faz a História Oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n.14, fev 1997, p.25-39. (Artigo de revista científica)

REZENDE, J. *Entrevista Concedida a Clovis Antonio Brighenti*. Brasília, 2015. (Entrevista).

ROCHA, E. P. *Ava Guarani: Presente*. Laudo histórico sobre os Guarani no Ocoy. Xanxerê, 1991. (Laudo técnico histórico).

SOAVINSKI, Carla. *Terra pela qual se luta, terra na qual se vive: o refazer da vida e da terra dos Avá-Guarani do Oeste do Paraná após o desterro*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Brasília: UNB. 2019. (Dissertação).

VAINFAS, R. *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Obra completa).

WACHOWICZ, R. C. *Obrageros, Mensus e Colonos*. 2. ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1987. 218 p. (Obra completa).

## Territorialidades indígenas: Paiacú e Caboré na Ribeira do Apodi<sup>144</sup>

*Territorialidades indígenas: Paiacú y Caboré en Ribeira del Apodi*

*Indigenous Territorialities: Paiacú and Caboré in Ribeira do Apodi*

Ristephany Kelly da Silva Leite<sup>145</sup>

### Resumo

Nos sertões da América portuguesa, diversos eram os grupos indígenas que circulavam antes e após o contato com grupos europeus. Estes índios tinham sua própria maneira de se relacionar com o ambiente no qual estavam e, após o contato, foram forçados a ressignificar suas relações entre si e com o território devido ao advento colonial. Pretende-se apresentar, neste trabalho, os grupos étnicos que habitavam a ribeira do rio Apodi, região na qual se encontrava tanto a Missão de Apodi, fundada na primeira metade do século XVIII, oriunda da tentativa de “aquietação dos povos” após intensos conflitos entre conquistadores e indígenas, que foram denominados de Guerra do Açú, quanto a Serra do Regente, local estabelecido para abrigar a vila de Portalegre, em 1761, na qual o convívio de índios e não índios era estimulado por um dispositivo legal chamado Diretório Pombalino. Trabalhando com o conceito de territórios sociais, do autor Paul Little, torna-se importante compreender como estes grupos estabeleceram suas territorialidades na ribeira do rio Apodi, como ela surgiu e em que contextos foi defendida ou reafirmada.

Palavras-Chave: Caboré; Paiacú; Sertão; Territorialidade.

### Resumen

En los territorios de la América portuguesa, varios fueron los grupos indígenas que circularon antes y después del contacto con los grupos europeos. Estos indios tenían su propia manera de relacionarse con el entorno en el que se encontraban y, después del contacto, se vieron obligados a volver a significar sus relaciones entre sí y con el territorio debido a colonización. Se pretende presentar, en este trabajo, los grupos étnicos que habitaron el río Apodi, donde tanto la Misión Apodi, fundada en la primera mitad del siglo XVIII, surgió de un intento de "calmar a los pueblos" después de intensos conflictos. entre los conquistadores y los nativos, que fueron llamados la Guerra do Açú, y la Serra do Regente, un lugar establecido para albergar la vila de Portalegre en 1761, en la cual la convivencia de los indios y no indios fue estimulada por un dispositivo legal llamado el Directorio Pombalino. Al trabajar con el concepto de territorios sociales de Paul Little, es importante comprender cómo estos grupos establecieron sus territorialidades en el río Apodi, cómo surgió y en qué contextos se defendió o reafirmó.

Palabras claves: Caboré; Paiacú; Sertão; Territorialidad.

---

<sup>144</sup> Artigo apresentado no I Congresso Internacional Online de Estudos sobre Culturas, na modalidade online, 2019.

<sup>145</sup> Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. Bolsista CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa Formação dos Espaços Coloniais (FEC-CNPq); ristephany.kelly@gmail.com.

### Abstract

In the *sertões* of Portuguese America, there were several indigenous groups that circulated before and after contact with European groups. These Indians had their own way of relating to the environment in which they were and, after contact, were forced to resignify their relations with each other and with the territory due to the colonial advent. The aim of this paper is to present the ethnic groups that inhabited the riverside of Apodi River, a region in which both the Apodi Mission, founded in the first half of the 18th century, originated from the attempt to “quiet the peoples” after intense conflicts between conquerors and indigenous people, who were called the Açú War, as the Serra do Regente, a place established to house the village of Portalegre, in 1761, in which the coexistence of Indians and non-Indians was stimulated by a legal device called the Pombalino Directory. Working with the concept of social territories, by author Paul Little, it is important to understand how these groups established their territorialities on the Apodi River, how it arose and in which contexts it was defended or reaffirmed.

Keywords: Caboré; Paiacú; sertão; Territoriality.

## 1. Introdução

As denominações originadas a partir do contato entre populações originárias da América e conquistadores europeus, muitas vezes, refletem a percepção dos grupos a partir de agentes externos. Desta forma, muitas das descrições dos grupos que foram englobados na alcunha genérica de Tapuia, na realidade, partem da concepção de outros grupos rivais que também foram enquadrados em categoria genérica, os Tupi.

Os Tupi foram os grupos que viveram na faixa litorânea da América portuguesa e compartilharam o mesmo tronco linguístico, o tupi-guarani. Já os Tapuia habitavam os sertões, ocupando a região interiorana. John Monteiro escreveu excelente estudo sobre a dicotomia Tupi X Tapuia e a mudança de significados destas denominações de acordo com a escrita histórica (MONTEIRO, 2001).

Os grupos que habitavam as regiões interioranas das capitânicas do Norte da América portuguesa estavam enquadrados na denominação de Tapuia para os conquistadores, mas eram bastante diversos, e tinham relações muito distintas entre si. Portanto, é preciso, ao menos, tentar compreender essas complexas relações entre estes grupos, para poder analisar como eles reagiram ao contato.

Partindo de uma visão dicotômica entre os grupos do litoral e do interior da América portuguesa, Tapuia “não se traduz como um etnônimo e sim na qualidade de uma categoria colonial, generalizante, onde estava oculta uma miríade de grupos indígenas que entraram em contato com os colonizadores” (MACEDO, 2011, p. 74), quando se intensificaram as expedições de ocupação do interior da América portuguesa.

## 2. Os Grupos da Ribeira do Apodi

Há registros de dois grandes grupos que ocuparam o interior da capitania do Rio Grande do Norte, os *Cariri* e os *Tarairiu*. Os *Cariri*, que habitavam as regiões limítrofes entre as capitanias do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande, eram divididos em diversos subgrupos, com destaque para os Corema, Monxoró, Caicó e, sobretudo, Caboré e Icó Pequeno. No termo de ereção dos novos estabelecimentos, o juiz de fora Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, autoridade responsável pela ereção de parte das vilas de índios originadas das aldeias missionárias nas capitanias do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, diz ter transferido os Icozinhos para o Apodi, onde se juntaram com os Caboré e “vários casais que residiam nas serras e fazendas dos sertões do Piancó e Assú”<sup>146</sup>. As transferências decorriam de possíveis conflitos entre os grupos étnicos que iriam ocupar as missões ou vilas, como no caso dos índios Pega que foram transferidos para Mipibu, por possivelmente terem contendas com os grupos que iriam ocupar o sertão da capitania (LOPES, 2010).

O outro grande grupo que ocupava a capitania eram os *Tarairiu*, que também pode ser considerado uma designação genérica, por abarcar diversos grupos e ter sido utilizada durante o período de ocupação holandesa no que atualmente chamamos de nordeste brasileiro para designar os grupos do sertão. Os grupos que aparecem sendo abarcados sob esta designação, no Rio Grande do Norte, são os Ariú, Janduí, Pega, Canindé, Panati, Genipapo, Caratiú e os Paiacu. Este último grupo ocupava as capitanias do Rio Grande do Norte e do Ceará, estando uma parte deles aldeados na Missão do Apodi, em 1700 (LOPES, 2003).

As distinções entre estes grupos são expostas por Fátima Martins Lopes em sua dissertação de mestrado, primeiramente por eles ocuparem diferentes porções do território da capitania:

A primeira distinção estaria na localização das áreas culturais de influência de cada família: os Tupis habitavam o litoral; os Tarairiú, a região “sublitorânea”, que se expandia além do litoral, formando uma faixa muito irregular, e, ocupando nas regiões secas do Seridó e sertão, as ribeiras dos rios Jaguaribe, Apodi, Açu, Piranhas, Sabugi e Seridó. Em alguns trechos atingia o mar, como no Ceará e Piauí. Os Cariris viviam mais para o interior dos Estados do Nordeste, nas proximidades de

---

<sup>146</sup> BNRJ. Manuscritos - I-12,03,035 - Livro de registro composto, principalmente, de cartas, portarias e mapas versando sobre vários assuntos relacionados com a administração de Pernambuco e das capitanias anexas tais como: índios, estabelecimento de vilas e aldeias. Recife: [s.n.], 1760-1762. 191 f. Nº 258 do Catálogo dos Manuscritos sobre Pernambuco.

rios permanentes com vales úmidos, como o do Rio São Francisco (LOPES, 2003, p. 275-276).

Outras diferenças importantes de serem apontadas são os dados linguísticos, que se diferenciam entre estes grupos, sendo a língua dos Cariri bastante estudada por dois frades capuchinhos, Frei Capuchinho Luiz Vicente Mamiani e Frei Capuchinho Bernardo de Nantes. O primeiro escreveu *Gramática da língua Cariri* e *Um catecismo da Doutrina Cristã na Língua Brasileira da Nação Cariri* em 1698. Já Nantes escreveu *Catecismo da Língua Cariri*, que foi publicada em 1709. A última diferença destacada é a prática do endocanabalismo entre os chamados de Tarairiú, que os diferenciou dos demais grupos.

Entre os grupos que foram denominados genericamente de Tapuia estão os Paiacu e os Caboré, grupos que compuseram os moradores da vila de Portalegre, sendo transferidos das capitanias do Ceará e da Paraíba, além dos já habitantes da capitania do Rio Grande do Norte, enviados da Missão de Apodi e de descimentos. Apesar de haver indígenas oriundos de outros grupos étnicos na composição da vila, como os Icó e outros casais que viviam nos sertões, estes dois grupos tiveram uma representação mais expressiva na formação da vila.

A Missão do Apodi foi o primeiro grande reduto indígena no sertão da capitania do Rio Grande do Norte, acolhendo os índios que haviam se rebelado durante o período da chamada Guerra dos Bárbaros (1650-1720), uma série de conflitos que ocorreram desde o recôncavo baiano até o atual estado do Ceará, entre grupos indígenas e conquistadores que avançavam no território da América portuguesa (PUNTONI, 2002). Mais tarde, em 1761, estes grupos indígenas, junto com outros oriundos das capitanias do Ceará e da Paraíba, foram transferidos para a Serra do Regente, onde foi fundada a vila de Portalegre (LOPES, 2003). As territorialidades aqui abordadas se passam nestas duas localidades por elas já serem abrigo destas etnias antes do advento colonial, mas também por ser nelas que o contato entre índios e não índios se intensifica.

Assim, neste trabalho, pretende-se apresentar os grupos étnicos que habitavam a ribeira do rio Apodi, região na qual se encontrava tanto a Missão de Apodi, oriunda da tentativa de “aquietação dos povos” após intensos conflitos entre conquistadores e indígenas, que foram denominados de Guerra do Açu, quanto a Serra do Regente, local estabelecido para abrigar a vila de Portalegre, na qual o convívio de índios e não índios era estimulado pelo Diretório Pombalino.

Dar-se-á ênfase aos grupos étnicos que predominaram na formação da vila, notadamente os Paiacu, que já habitavam a região e haviam sido aldeados nas capitanias do Rio Grande do Norte e do Ceará. Com a transferência dos Paiacu que habitavam o Ceará, esta etnia torna-se bastante citada nos documentos. Os constantes conflitos entre os Paiacu e os moradores da capitania também são motivo para citações desse grupo, conflitos estes causados não somente por resistência dos grupos indígenas ao advento colonial, mas também pelos próprios conquistadores, até mesmo quebrando tratados de paz estabelecidos entre a Coroa e os Paiacu.

Os Paiacu se encontravam dispersos nas regiões entre as ribeiras dos rios Jaguaribe e Açu, alcançando o rio do Peixe, no atual Estado da Paraíba (VICENTE, 2011). A razão da ocupação de uma faixa territorial tão extensa, provavelmente reside nos deslocamentos sazonais que realizavam, ocasionados por questões climáticas e cultivo de determinados frutos, como o caju, que era utilizado em seus rituais.

Assim como ocorreu com outras populações indígenas, “diferentes grupos, em situações variadas, foram associados ao etnônimo Paiacu, geralmente localizados próximos à lagoa do Apodi ou nas ribeiras do Jaguaribe” (CRUZ, 2018, p. 65). Por vezes, os relatos sobre os grupos indígenas do período colonial são confusos, por englobar vários grupos étnicos em alcunhas genéricas, mas os registros sobre os Paiacu permitem, ainda, analisar um pouco dos costumes e práticas realizados por estes.

Alguns estudos têm sido desenvolvidos neste sentido, como o de Marcos Felipe Vicente, que, em sua dissertação de mestrado, analisou os Paiacu como principais personagens dos conflitos ocorridos na ribeira do rio Jaguaribe, no século XVII, “apresentando uma grande variedade de interesses e ações frente ao projeto colonizador” (VICENTE, 2011, p. 08). Além de fazer um levantamento sobre quais povos ocuparam a capitania do Ceará no período colonial, traduzido em mapa, o autor aponta as principais características de distinção étnica dos Paiacu, como rituais da passagem da juventude para a vida adulta e o costume das mulheres manifestarem respeito e alegria por meio de gritos e lágrimas, que afirma ser um costume comum entre os Tupi e diversos outros povos da América do sul, também encontrado entre os Paiacu.

Em *Tapuias e mestiços nas aldeias e sertões do Norte*, escrito por Carlos Henrique Alves Cruz, o autor faz uma análise sobre como os índios *tapuias* influenciam, através de suas

ações e alianças, não somente reformulações interétnicas, mas também as fronteiras internas da América portuguesa, sobretudo nas ribeiras do Açu, Jaguaribe e Piancó, palco de intensos conflitos durante a Guerra do Açu (1680-1720) e de alguns dos primeiros aldeamentos nas Capitanias do Norte. Nesta obra, o autor aponta que

Desde 1671, os paiacus sofreram agressões dos colonos e seus aliados nativos, como os jaguaribara e os potiguar. Foram também contatados pelo missionário do hábito de São Pedro, João Leite de Aguiar, por volta do ano de 1691. Outras expedições militares foram realizadas contra os índios nas últimas décadas do século XVII. O mais famoso e controverso ataque ocorreu em agosto de 1699, quando sofreram “traição” comandada pelo mestre de campo Manoel Moraes Navarro, que, auxiliado por cento e trinta infantes e duzentos e cinquenta tapuias aliados, assassinou cerca de quatrocentos índios aldeados no Jaguaribe (CRUZ, 2018, p. 65).

Dedicando um capítulo para análise do episódio que ficou conhecido como massacre do Jaguaribe, o autor evidencia alianças e conflitos entre os diversos agentes sociais que viviam naqueles sertões, bem como reformulações de alianças, ao expor que os Paiacu se aliaram aos conquistadores portugueses e, mesmo assim, sofreram ataques, colocando em xeque inclusive a orientação régia de somente se fazer guerra justa<sup>147</sup> contra grupos indígenas que se opusessem à colonização.

Obra escrita com propósitos distintos das citadas acima, pois pretendeu servir também como suporte didático para o Ensino de História dos grupos indígenas do interior do estado, o livro *Os índios Tapuias do Rio Grande do Norte: antepassados esquecidos*, traz uma breve descrição dos Paiacu. Partilhando das indicações de lugares nos quais os Paiacu habitavam, o autor acrescenta que estes

foram aldeados em diversos acampamentos, tais como Aldeia do Paiacu (Aquiraz-Ceará), Aldeia do Guajiru (estremoz-Rio Grande do Norte), Aldeia do Apodi (no córrego das missões, município de Apodí-Rio Grande do Norte) e na Missão de Nossa Senhora da Encarnação (antiga aldeia de Igramació, na ribeira do Cunhaú). A maior parte dos índios paiacu foram aldeados perto do vale do rio Jaguaribe-Ceará (Nossa Senhora da Anunciação) e na Chapada do Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte (SANTOS JÚNIOR, 2008, p. 20-21).

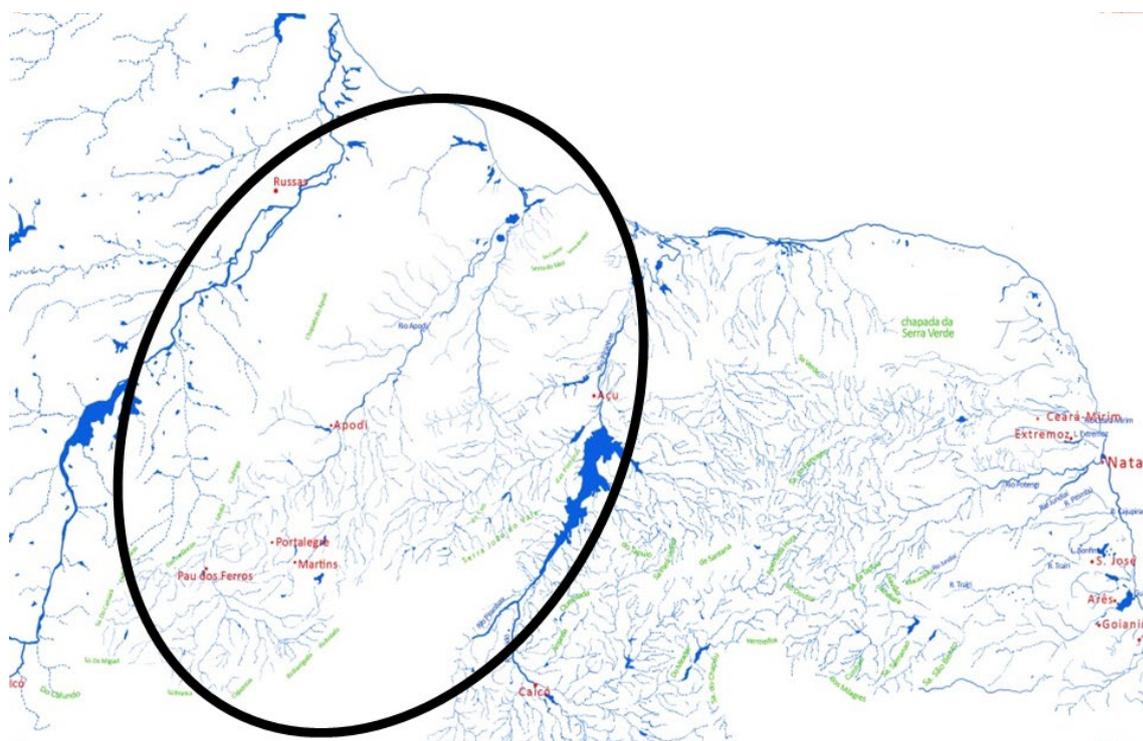
Os locais apontados pelo autor como aldeamentos que receberam os índios Paiacu não estão todos contidos dentro do território que eles habitavam antes dos contatos intensos e

---

<sup>147</sup> “A guerra justa poderia ser de caráter defensivo ou ofensivo, porém em ambos os casos deveriam obedecer às prerrogativas estabelecidas [...] para a incitação dela”. Sendo essas prerrogativas: “1º - deve ser precedida de alguma ação injusta do inimigo; 2º - deve ser impelida com intenções boas; 3º - deve ser deliberada por alguma autoridade, seja a Igreja ou um príncipe”. *Vide*: SILVA, 2019.

conflitos da Guerra do Açú, o que aponta algumas das transferências realizadas, compulsórias e voluntárias, desta população.

Como apontado, a área de ocupação dos Paiacu se estendia do Açú ao Jaguaribe, sendo a ribeira do rio Apodi, o centro do trânsito deste grupo. Segue abaixo o mapa de delimitação dos principais rios onde ocorreu a ocupação territorial nas capitanias do Rio Grande do Norte e do Ceará, com destaque para as ribeiras dos rios Açú, Apodi e Jaguaribe, região na qual os Paiacu se deslocavam.



Mapa da área de ocupação dos Paiacu  
Mapa elaborado por Adriel Felipe de Alcântara Silva ([adriel.eu@gmail.com](mailto:adriel.eu@gmail.com))

Característica apontada nos trabalhos consultados é a resistência à expansão das fronteiras do Império ultramarino português. Valdelice Girão, professora aposentada da Universidade Federal do Ceará e autora filiada ao Instituto do Ceará, ao escrever sobre os Paiacu, apontou que “valentes, entraram em conflitos com os homens do além-mar desde as primeiras investidas portuguesas, mantendo-se também arredios ao convívio dos holandeses que aqui dominaram” (GIRÃO, 1991, p. 161). Esta passagem, quando confrontada com o que

escreveu Fátima Lopes em sua dissertação de mestrado<sup>148</sup>, aponta certa discordância em relação ao convívio interétnico entre os Paiacu e os portugueses com os quais mantiveram contato, uma vez que Lopes apresentou relatos de convívio amigável entre estes. Também é questionável a afirmativa de confrontação com os holandeses, uma vez que os Paiacu poderiam se aliar a estes quando lhes fosse conveniente, permitindo conjecturar mudanças de interesse, entre estar aliado ou ser inimigo dos europeus, permitindo com que se perceba os Paiacu integrando-se no jogo colonial de interesses, formando, eles também, amizades e inimizadas a partir de seus convívios e interesses.

Estes índios foram “destacados por diversos historiadores como um dos mais hostis da região e constante infortúnio à ocupação da capitania do Ceará” (VICENTE, 2011, p. 16). No livro escrito por José Jácome Barreto e patrocinado pela Prefeitura Municipal de Portalegre, atual município do Estado do Rio Grande do Norte, o autor os aponta como um dos motivos do retardo do desenvolvimento da cidade, colocando que a presença do elemento indígena do território da cidade de Portalegre estabelecia distúrbios e provocava “dificuldades por força da própria formação hostil e do comportamento guerreiro, nômade ocioso e agressivo da raça selvícola” (BARRETO, s/d., p. 17). É preciso situar esta passagem na escrita da história dos índios no que atualmente chamamos de Nordeste brasileiro, pois se trata de uma obra escrita por um memorialista, que escreveu mais dois livros sobre municípios do Rio Grande do Norte e, portanto, não carrega uma discussão acadêmica sobre a importância destas comunidades originárias e a riqueza de suas culturas, bem como do impacto que o contato entre índios e europeus exerceu no cotidiano e na visão de mundo destes. No entanto, nos mostra a visão que os escritos anteriores às produções acadêmicas mais recentes propagavam.

O fato é que os Paiacu foram “considerados sempre muito belicosos, eram guerreiros valiosos aos lusitanos em suas campanhas de extermínio aos ‘índios bravos’, e a região por eles ocupada, ponto estratégico na criação e passagem das boiadas sertanejas” (CRUZ, 2018, p. 141). Apesar deste discurso ser utilizado para justificar as investidas bélicas contra os grupos indígenas, também pode ser considerado um dos motivos para as tentativas de paz e aliança com estes grupos, mesmo que depois elas viessem a ser infringidas pelos próprios agentes da Coroa na América portuguesa.

---

<sup>148</sup> LOPES, Fátima Martins. *Op. Cit.* 2003.

Os Caboré também são referenciados nas fontes trabalhadas nesta pesquisa, compondo outra parte do contingente populacional da vila de Portalegre. Procurar-se-á fazer uma análise sobre estes grupos, a região que habitavam e quais suas relações a partir do contato com os europeus, para procurar compreender, ao menos superficialmente, as populações que passam a compor a vila de Portalegre.

A complexidade em tratar os etnônimos indígenas torna-se ainda mais desafiante com nomes que possuem mais de uma designação. Exemplo disso é o etnônimo Caboré, que designa tanto uma etnia indígena, como poderia ser utilizado para se referir às pessoas cuja origem étnica tenha sido herdada de índios e negros. Ao desenvolver pesquisa sobre Mato Grosso no século XVIII, Maria Fátima Roberto Machado encontra documentação que distingue os índios dos Caboré, que seriam mestiços de índios com negros (MACHADO, 2006). Julie Cavnac também encontra, para o caso do Rio Grande do Norte, a associação do etnônimo Caboré associado a descendentes de índios com negros (CAVIGNAC, 2011, p. 195-244).

No entanto, Luís da Câmara Cascudo, quando descreveu os habitantes dos sertões do Rio Grande do Norte afirmou que “o Rio Grande do Norte lembra seus ancestrais aborígenes, Paiacus, Paiins, Monsorós, Pegas, Caborés, Icozinhos, Panatis, Arius ou Áreas e Janduí, de truculenta memória, além dos Potiguares clássicos, comedores de camarão” (CASCUDO, 1984, p. 38). Apontando os Caboré como um dos grupos étnicos que habitavam o Rio Grande do Norte.

Os Caboré teriam “sido aldeados com os Paiins na zona de Mossoró e Apodi” (SANTOS JÚNIOR, 2008, p. 27) na primeira metade do século XVIII. Ocuparam outras regiões e também foram aldeados na Missão de Guajirú. Ao descrever os deslocamentos realizados para constituição das vilas de índios, o juiz de fora Pina Castelo Branco explicou que

havia mudado, por utilidade destes e pelas razões que tinha exposto em conta ao dito excelentíssimo governador, as nações Pegas e Icozinhos, aqueles para a Aldeia de Mipibu, e estes para a do Apodi, aonde tinha ajuntado, e aldeado o resto que hoje existe da Nação dos Caboré, e vários casais que residiam nas serras e fazendas dos sertões do Piancó e Assú<sup>149</sup>

---

<sup>149</sup> BNRJ. Manuscritos - I-12,03,035, fl. 87.

Percebe-se que, para a constituição e manutenção das aldeias e, posteriormente, das vilas de índios nas Capitânicas do Norte, vários foram os deslocamentos realizados. Ao que parece, no caso do Rio Grande do Norte, os agentes da Coroa na América portuguesa consideravam as inimizades entre os próprios indígenas para determinar quais grupos iriam ficar em determinada vila. Muitas vezes, era mais cômodo aldear determinados grupos em regiões mais próximas das que eles já habitavam, porém, para não haver risco de levantes e confrontos dentro das aldeias ou vila, as autoridades coloniais realizavam estes deslocamentos.

A informação de índios da etnia Caboré sendo transferidos para a Vila de Portalegre é confirmada posteriormente, pelo diretor da vila José Gonçalves da Silva quando justificava os gastos que teve ao realizar diversos deslocamentos nos sertões das Capitânicas do Norte, recebendo cento e cinquenta mil reis resultantes do leilão das terras da Aldeia dos Paiacu, no Ceará, para deslocar os índios desta área para a Vila de Portalegre. O diretor alega que os cento e cinquenta mil reis “não atendia aos gastos que fazia de minha fazenda na mudança que fiz dos Caboré para a vila de Portalegre e dos Paiacu para a dita vila”<sup>150</sup>. Como se pode observar, as despesas ocasionadas por estes deslocamentos eram relativamente altas, tanto pelas longas distâncias que eram percorridas durante estes deslocamentos, quanto pela necessidade de manutenção dos povos que eram deslocados.

Assim como os Paiacu, os Caboré também entraram em conflito com os grupos invasores, sendo estes conflitos, por vezes, incitados após terem aceitado se aldear junto aos missionários. Fátima Martins Lopes apontou o caso no qual um grupo de Caboré aldeado no Açu havia sido atacado por três moços que “na ausência da maioria dos homens, matando os poucos homens que encontraram e cativando mulheres e filhos” (LOPES, 2003, p. 371), evidenciando a busca dos moradores por mão de obra escrava indígena e também propiciando retaliação por parte dos Caboré, que posteriormente mataram cinquenta e duas pessoas, gado e cavalos (LOPES, 2003).

Devemos destacar aqui novamente, que estas definições étnicas, muitas vezes, nascem no momento do contato, na necessidade de definição do que é o outro e do que esta alteridade representa. Sendo assim, aponta-se estas definições de grupos étnicos e suas principais

---

<sup>150</sup> PT-TT-CB-ER-Livro 589, fl. 54v.

características, mas sem perder de vista que estas identidades estavam, a todo momento, se reformulando, através de alianças estabelecidas, cisões dentro dos grupos étnicos, ou mesmo sua divisão em famílias, formando assim uma gama complexa e extensa de grupos e relações estabelecidas entre eles. Como apontou John Monteiro:

O processo inicial de invenção de um Brasil indígena envolveu a criação de um amplo repertório de nomes étnicos e de categorias sociais que buscava classificar e tornar compreensível o rico caleidoscópio de línguas e culturas antes desconhecidas pelos europeus. Mais do que isso, o quadro produzido passou a condicionar as próprias relações políticas entre europeus e nativos, não apenas na medida em que fornecia a base para a elaboração de uma legislação indigenista, mas também porque esboçava um conjunto de representações e de expectativas sobre as quais se pautavam estas relações (MONTEIRO, 2001, p. 24).

Desta forma, apesar destes etnônimos não representarem a complexidade étnica dos habitantes dos sertões da capitania do Rio Grande do Norte, é importante apontá-los para que possamos compreender quais as relações estabelecidas entre eles e, após o contato, quais as políticas adotadas pela Coroa para cada um deles, quais as alianças e acordos realizados, quais destes grupos empreenderam resistência à expansão das fronteiras e como as relações se desencadearam a partir dos conflitos ou alianças.

Trabalhando o conceito de territórios sociais, Paul Little afirmou que para analisar o território de grupos sociais “precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado” (LITTLE, 2002, p. 3-4), por isso, torna-se importante compreender como estes grupos estabeleceram suas territorialidades na ribeira do rio Apodi. O autor também ressalta a importância de uma abordagem etnográfica, compreendendo qual a relação destes povos com o ambiente que ocupam, desta forma, a compreensão da importância das terras e dos produtos que dela advém também se torna essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

A importância do território ocupado, por garantir a circularidade em períodos de estiagem, muito comuns naquele ambiente, fez com que os índios resistissem ao advento colonial, principalmente por elementos próprios do solo, como por exemplo o caju, serem importantes para a subsistência dos grupos, mas também para seus rituais. Desta forma, os grupos poderiam empreender resistência aos conquistadores europeus ou negociar pazes para continuar ocupando seus territórios sociais, mesmo que em conjunto com estes grupos europeus.

## Referências

- BARRETO, José Jacome. *Portalegre, origem e contemporaneidade*. Portalegre: PMP, [s.d.].
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Natal; Rio de Janeiro: Fundação José Augusto; Achiamé, 1984.
- CAVIGNAC, Julie A. Índios, negros e Caboclos: identidades e fronteiras étnicas em perspectiva. O caso do Rio Grande do Norte. In: CARVALHO, Maria Rosário de.; CAVIGNAC, Julie A.; REESINK, Edwin (Org.). *Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades*. Natal: EDUFRN, 2011.
- CRUZ, Carlos Henrique Alves. *Tapuias e mestiços nas aldeias e sertões do Norte: conflitos, contatos e práticas religiosas nas fronteiras coloniais (1680-1761)*. Tese (doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2018.
- GIRÃO, Valdelice Carneiro. Os índios Paiacu: primeiros habitantes de Pacajus. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo CV, 1991.
- LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, v. 2003, p. 01-32, 2005.
- LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII*. Rio de Janeiro: PUBLIT, 2015.
- LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2003.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: História e mestiçagens*. Natal: EDUFRN, 2011.
- MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese (Livre Docência em área de Etnologia, subárea História Indígena e do Indigenismo), IFCHUNICAMP, Campinas, 2001.
- PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Nordeste do Brasil, 1650 – 1720*. São Paulo: Hucitec; Editora da USP – Fapesp, 2002.
- SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos. *Os índios Tapuias do Rio Grande do Norte: antepassados esquecidos*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2008.
- SILVA, Victor André Costa da. Guerras justas na capitania do Rio Grande: Guerra dos Bárbaros e desterritorialização. In: *Revista Eletrônica História em Reflexão (REHR-UFGD)*. ISSN: 1981-2434. V. 13, nº 25. Jan./Jun. 2019.

VICENTE, Marcos Felipe. *Entre São Francisco Xavier e a Madre de Deus: a etnia Paiaku nas fronteiras da colonização*. Campina Grande: UFCG-Programa de Pós-Graduação em História (Dissertação de mestrado), 2011.

# **IMIGRANTES ITALIANOS NO INTERIOR DE SÃO PAULO (1895 - 1925): UMA HISTÓRIA DE SOCIALIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO EM NOVOS PADRÕES CULTURAIS E IDENTITÁRIOS DO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX**

## ***IMIGRANTES ITALIANOS EN EL INTERIOR DE SÃO PAULO (1895 - 1925): UNA HISTORIA DE SOCIALIZACIÓN Y ADAPTACIÓN EN NUEVOS ESTÁNDAR CULTURALES E IDENTIRIOS DEL BRASIL DEL INICIO DEL SIGLO XX***

**Fernando Tadeu Germinatti<sup>1</sup>**

### **Resumo**

O presente trabalho se propõe a refletir a respeito da vinda dos imigrantes italianos ao interior de São Paulo e como ajudaram a construir uma nova identidade nacional brasileira. Este texto analisa através de elementos históricos, assim, pretendendo-se compreender os elementos estruturais sócio-políticos que condicionaram o incentivo aos processos migratórios. Assim sendo, ao considerar os imigrantes como atores sociais que estabelecem práticas culturais em seu espaço praticado e seu envolvimento com outros espaços culturais, parte-se a refletir sobre a profusão de configurações indenitárias que se moldam ao tempo e espaço praticado. Assim, tem-se por objetivo trazer a questão migratória como enfoque central da discussão envolvendo, articulando então a massa migratória do início do século XX com a configuração e condições econômica, social e cultural, além é claro, de envolver a questão racial no debate, visto a ligação do processo migratório com a pretensão do branqueamento racial, e de incorporação de formas de vida europeia.

Palavras-Chave: Identidade; socialização; imigração; Cultura; raça.

### **Resumen**

Este documento tiene como objetivo reflexionar sobre la llegada de inmigrantes italianos al interior de São Paulo y cómo ayudaron a construir una nueva identidad nacional brasileña. Este texto analiza a través de elementos históricos, con la intención de comprender los elementos estructurales sociopolíticos que condicionaron y alentaron los procesos de inmigración. Por lo tanto, al considerar a los inmigrantes como actores sociales que establecen prácticas culturales en su espacio practicado y su participación en otros espacios culturales, uno comienza a reflexionar sobre la profusión de configuraciones de indemnización que se amoldan al tiempo y espacio practicado. Por lo tanto, el objetivo es llevar el tema de la inmigración como el foco central de la discusión que involucra, luego articular la masa de inmigración de principios del siglo XX con la configuración y las condiciones económicas, sociales y culturales, y, por supuesto, involucrar el tema racial en el debate. , dado el vínculo entre el proceso de inmigración y el reclamo de lavado racial y la incorporación de formas de vida europeas.

Palabras claves: la identidad; socialización; la inmigración; cultura;raza.

## **1. Introdução**

Pode-se partir do princípio de que a imigração construiu o sentido de Brasil enquanto país, povos de todos os continentes em diversos momentos históricos emigraram para "Terra brasileiras", contudo, neste breve trabalho, trataremos de abordar a imigração italiana como um dos maiores fluxos migratórios do mundo. Torna-se, assim, necessário compreender as dimensões que envolvem a história da imigração no Brasil como forma de

dar base para a discussão proposta. Nesse sentido, segundo o historiador Boris Fausto (1986), a imigração para o Brasil dependeu de fatores como as condições sociais e econômicas no país de origem, a conjuntura internacional e do estado da economia brasileira, principalmente, da economia cafeeira.

Em vista disso, em *História Geral da Civilização Brasileira* (1977) Maria Thereza Schorer Petrone indica a possibilidade de trabalhar a presente temática fazendo-se pela necessidade em analisar em números, o movimento migratório de indivíduos italianos que se destinaram ao estado de São Paulo, especialmente, durante a República Velha - Primeira República (1889-1930), 1890 a 1929, o Brasil recebeu 3.523.591 imigrantes. Desse total, 2.033.654 estabeleceram-se no estado paulista entre o período de 1889 a 1930, representando 57,7% dos imigrantes recebidos pelo Brasil (Petrone, 1977, p. 103).

Em linhas gerais, tendo em mente tais dados apresentados por Petrone (1977) e partindo do pressuposto argumentativo de trânsitos populacionais humanos e a necessidade do indivíduo em deixar seu espaço de origem, distintas culturas em trânsito pelo espaço urbano geraram conflitos e assimilações, assim sendo, o trabalho que se segue, pretende ter em mente que os processos imigratórios que tomaram conta dos discursos políticos no pós-abolição estavam influenciadas por discursos e práticas que confiavam que os europeus estariam no topo do patamar de evolução, em prisma cultural, social e humano.

Outro aspecto a sublinhar, é o movimento político que incentivara a vinda dos imigrantes europeus, vistos naquela altura como projeto de desenvolvimento. Ou seja, utilizando-se do artifício discursivo da substituição de mão de obra escrava por uma mão de obra branca e europeia e assim mais “avançada mental e civilizadamente”, optou-se pelo imigrante em detrimento do negro ou do indígena para o trabalho no pós-abolição. Muito em razão das ideias científicas que avançavam sobre o Brasil, como explica a antropóloga e historiadora Lilia Moritz Schwarcz na obra *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)* que “a introdução desse novo ideário científico expunha, também, as fragilidades e especificidades de um país tão miscigenado” (Schwarcz, 1993, p. 46).

Contudo, se, segundo o sociólogo norte-americano Douglas Massey (1990), as migrações internacionais surgem como questão política a partir das grandes navegações já no século XVI, a questão das migrações involuntárias vai ocupar a agenda internacional a partir da pós-guerra, é de se supor que os encontros entre estrangeiros eram inevitáveis, e com eles as trocas de informações, e principalmente seus jeitos, gostos, linguagens. Ora, nesse sentido, esse conjunto de elementos se fazia presente nas transições internacionais, em tempos coloniais do descobrimento do “novo mundo”, principalmente ao que toca no contanto e enfrentamento de culturas díspares.

Posteriormente, entre os séculos XVII e XVIII há uma alteração das formas de imigração ao Brasil, questão incrementada pelo avanço e intensificação do negro escravizado, é importante deter-se para a questão de que o desenrolar do século XVII ao XVIII inclina-se para o fator econômico no arrojamento das atividades cafeeiras que se espalhavam pelos recantos do Brasil. Cumpridas as colocações iniciais, no mais, trata-se de avaliar e compreender que os processos decisórios da vinda dos imigrantes italianos ao Estado de São Paulo do fim do século XIX ao século XX.

Paradoxalmente, criaram relações estabelecidas propícias para um movimento de fluxo contínuo e trocas identitárias, e assim, na esteira deste debate, aponta-se que condições

imigratórias específicas deram condição e margem de se pensar um país civilizatório e industrializado, e como não poderia deixar de ser, com uma vertente cultural europeia. Ou seja, de claro intuito racial, visando selecionar os considerados mais aptos e “avançados” a compor esse novo país. Merece destaque, nesse fluxo, a consideração que faz o historiador norte-americano Thomas Skidmore(2012) na obra *Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro(2012)*, ao asseverar que:

Os republicanos acreditavam piamente na necessidade de atrair imigrantes para o Brasil. O uso de mão de obra importada da Europa fazia parte de seu compromisso para com o desenvolvimento econômico. Esse compromisso desembocou naturalmente num movimento que foi mais forte em São Paulo, a província onde o crescimento econômico pelo café exigia uma oferta cada vez maior de trabalhadores(SKIDMORE, 2012, p. 201).

De certo, e não por acaso, o também historiador norte-americano Jeffrey Lesser vai indicar na obra *A negociação da identidade nacional* (2001), que “ a imigração foi de fato a construção da identidade nacional” (LESSER, 2001, p. 28).No que tange o encontro e entrosamento de identidades culturais, pode-se considerar que fora mediado por um discurso político voltado ao incremento do indivíduo europeu como forma de civilizar o Brasil, um país que até o início do século XX estava envolto às manifestações culturais indígenas e negras, o que para a elite aristocrática ex-escravocrata, significava o atraso do Brasil frente ao novo mundo, que teria em suas bases de sustentação o apoio no capitalismo industrial, na ciência e na cultura do europeu.

Assim constando, em *Dicionário do Brasil Imperial(2002)* o historiador Ronaldo Vainfas compreende que pela visão da elite e da intelectualidade presente na transição do século XIX ao século XX, somente o povo de raça branca seria capaz de “ dar ao Brasil” uma boa cultura, pois era tida como mais civilizada, e, se fosse possível, importar um pouco da própria Europa através do incentivo à imigração (VAINFAS, 2002, P. 142). Ademais, quando considerado o contexto do pós abolição(1888), encontra-se ventilado pelo Brasil certo entusiasmo com o avanço do pensamento científico e práticas médicas que se davam na Europa, em especial na Inglaterra e França, arautos da modernidade.

Importante se ater que, a admiração das elites pela estilo de vida europeu trouxera ao Brasil um reflexo urbano desse desejo em espelhar-se nas grandes nações europeias, tivera como marco a *Belle Époque*, tanto a paulistana como a carioca, compreendendo o período das primeiras décadas do século XX, em importar o modelo de civilização francês, isso fica evidenciado no olha de Thomas Skidmore, afirmando que “ seja como for, a *Belle Époque* é definida em termos do que veio antes ou depois. Nenhuma escola ou estilo a distingue” (SKIDMORE, 2012, p. 147).

## 2. Desenvolvimento

### 2.1 Construção identitária cultural do imigrante e identidade nacional

A priori, o historiador Jeffrey Lesser (2001) chamou de negociação de identidade, isto é, articulações entre os imigrantes na busca de uma posição mais privilegiada na hierarquia social a partir de investimentos simbólicos que diluam o caráter depreciativo de suas identidades, concedendo a estas, sentidos mais aceitos e valorizados. Portanto, as migrações ao longo da história humana se fazem presentes pelo fato de necessidade do ser em encontrar melhor local para sua vivência , uma vez que sua deslocação do ambiente de origem é causada por conflitos , crises econômica, influências climáticas como secas, alagações, frio em excesso, perseguição por motivos religiosos e políticos etc. Assim sendo, a

análise que se inicia privilegia os seguintes pontos a imigração italiana ao Brasil do fim do século XIX e início do século XX.

A atenção volta-se na intenção política em atrair um tipo de imigrante que coincidiria com um indivíduo portador de “boas características” físicas, sociais e culturais. De tal forma que a partir do século XIX ancoram-se nas características biológicas como definidora das relações sociais para justificar a dominação de raça e classe. Nesse sentido, ao passo que, no século XVII e XVIII os definidores sociais de distinção se calcavam nos preceitos religiosos e culturais, no século XIX encontra-se uma questão econômica em torno do debate da substituição da mão de obra, além de sinais políticos que chamavam a atenção para o fator de aplicar no Brasil uma higienização da raça, de modo que, os imigrantes seriam peça chave para se implantar discursos de limpeza das impurezas deixadas pela soberania da raça negra.

Assim tanto foi, que a historiadora Zuleika Alvim(1998) em artigo intitulado *Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo*, trabalha a entender que em meados da década de 80 do século XIX, o Brasil instituiu uma política imigratória, que começou com o objetivo de financiar europeus para que se tornassem pequenos proprietários e produtores de terra, a fim de ocupar e movimentar economicamente as regiões do sul do país, mas que terminou com os grandes proprietários de terra, agricultores da exportação, financiando a vinda destes para usá-los na agricultura (ALVIM, 1998, p. 231).

É nesse sentido que também se deram as imigrações ao Brasil, e no caso em específico dos italianos, como “bons europeus” ao Brasil, viriam a elevar o país enquanto nação, visto que substituiria os negros e mestiços, que nada tinham a acrescentar, nesse sentido, o historiador norte-americano Thomas Skidmore(2012) diz que “os brasileiros prontamente repetiam a acusação de que os negros nunca haviam construído uma grande civilização, citando informes ingleses e de outros países da Europa sobre as estruturas sociais ‘primitivas’[...]”(SKIDMORE, 2012, p. 97).

Nestas circunstâncias, com a abolição da escravatura em 1888 e com a Proclamação da República em 1889, profundas mudanças na estrutura produtiva da sociedade estavam em andamento, visto que após a libertação dos escravos negros, fora imposto o discurso de que as lavouras, em especial as de café, careciam de mão de obra, para assim implantar uma necessidade de imigração para suprir a mão de obra negra. Indo pelo viés de que a cidade de São Paulo, nesse momento, era um enorme centro de intercâmbio da força de trabalho, partindo daí inúmeras caravanas de imigrantes para o interior rumo as novas fazendas de café do oeste (VANGELISTA, 1991).

A consolidação desses fluxos migratórios, em Bertonha, em seu livro intitulado *A imigração italiana no Brasil*, informa que no século XX existiam “italianos e seus descendentes em toda a América Latina, nas colônias europeias da África e da Ásia e no Leste Europeu, além de grupos consideráveis no norte da África, especialmente na Tunísia, no Egito, além do continente australiano” (2004, p. 9-10). Nesse viés, o historiador João Fabio Bertonha oferece um breve panorama que sobrevoa a migração italiana aos variados continentes deixando a entender a magnitude que cerca o debate.

E assim, com efeito, ao tratar da condição específica do Brasil, em que recebera um grande contingente de imigrantes italianos, a contar desde a abolição da escravatura (1888) e durante as primeiras décadas da República Velha (1889-1930), de modo claro, é de se entender ainda que a condição econômica propiciara em parte tal condição imigratória, uma vez posto que a economia cafeeira criou a infraestrutura necessária para o surgimento da industrialização; visto que fora o café que trouxera a ferrovia, as estradas, o aumento da

população e da mão de obra livre com o fomento à imigração, não obstante, o café trouxe também a prática de comércio exterior, a monetização da economia e o desenvolvimento de um mercado para produtos manufaturados (DEAN, 1971, p. 9-16).

Assim, na nova moldura do Brasil enquanto país civilizado, a imigração representou além de um ato político voltado a substituição da mão de obra escrava, mas também um ato ideológico na crença de limpeza das más heranças culturais e sociais deixadas pelos índios e negros. Com efeito, a política de imigração agiu não somente com viés econômico, mas também seguiu os preceitos da teoria do branqueamento racial, o que resultou, segundo o historiador Ronaldo Vainfas, na defesa da imigração europeia por parte de políticos e intelectuais como meio de oferecer o processo de branqueamento biológico e cultural da futura população brasileira (VAINFAS, 2002, p. 618).

Considerando essa premissa trazida por Vainfas(2002), o racismo foi incorporado à visão da política história, é nessa medida que mediado pelas teorias de Hannah Arendt(2004) e Michel Foucault(2005) concebe-se que o racismo e suas ramificações e efeitos históricos acabaram transformando-se numa das principais armas do imperialismo e, em muitos países, serviu como ideologia a orientar políticas de Estado (ARENDR, 2004, p. 189; FOUCAULT, 2005, p.199).

Aliando-se a estes fatores, imprescindível, pois, salientar que a questão basilar que estruturava o discurso do “bom imigrante”, era a forma mais nítida de referir-se ao sujeito europeu como aquele indivíduo capaz de responder aos anseios de modernidade e projeto civilizatório requerido pelo discurso político. A imigração de sujeitos brancos europeus era tida como essencial, uma vez pois, que no Brasil, em geral própria classe aristocrata dominante, como afirma Florestan Fernandes em *A integração do negro na sociedade de classes (1978)* expõe que “[...] os brancos não só se representavam, inapelavelmente, como raça dominante, teimava, ainda, em não reconhecer a legitimidade de autonomia de minorias étnicas ou raciais e repeliam qualquer aspiração igualitária[...]”(FERNANDES, 1978, p. 115).

Não obstante, houve ainda um modelo de racismo cultural que sobrevoou o fim do século XIX ao início do XX no tocante à consideração das práticas indígenas e africanas, sendo elas religiosas, culturais, dialetos, vestimenta, de forma assim como percebe-se, o italiano estaria apto à visão de um Brasil europeizado, branco e portador de práticas culturais valorizadas. Todos esses discursos associativos, caminhavam a reforçar simbolicamente e alterar a imagem e a própria identidade do indivíduo brasileiro, deixando-o mais símile à imagem do europeu ocidental, com características físicas e culturais aproximadas.

Por isso também que para o historiador estadunidense Michael Hall (1979, p. 202), ao se tratar da imigração em grande escala, não há como deixar de lado que estão “intimamente relacionadas à questão da escravidão. Embora frequentemente se diga que a abolição tornou possível a migração em massa, provavelmente a relação oposta está mais próxima da verdade”. Contudo, cabe indagar em que medida as “boas” origens do imigrante favoreciam sua entrada no Brasil como forma de fortalecimento de um projeto político instaurado na República Velha (1889-1930).

É neste contexto que sociólogo jamaicano Stuart Hall pontua na obra *A centralidade da cultura(1997)*, que todas as ações sociais são culturais, uma vez que “expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação” (HALL, 1997, p. 16). Dessas assertiva, criam-se modelos de identidades buscadas aos moldes dos desejos

das classes dominantes, de modo que a imigração viria a obedecer tais anseios, incrementando sobre o povo brasileiro contornos culturais europeus, tais tidos como a culinária, o idioma, o modo de portar-se. Thomas Skidmore(2012) pensando a questão da imigração com na ótica dos cafeicultores expõe que “ a única função que viam para os brasileiros nativos era o trabalho pesado, como a derrubada de matas virgens. Para o trabalho altamente organizado de plantio e colheita do café, os fazendeiros preferiam imigrantes em sua opinião mais competentes e mais confiáveis” (SKIDMORE, 2012, p. 202).

Neste interim, evidencia-se claramente um projeto político de branqueamento da população brasileira, não apenas em raça, como em costumes e práticas cotidianas. Fato é que, na projeção dos intelectuais e político brasileiros, a modernização do país passaria pelo crivo racial, pelo branqueamento dessa raça, que viria concomitantemente com o incremento do imigrante branco. Conforme complementa Skidmore(2012) os fazendeiros “[...] queria os imigrantes antes de mais nada como força de trabalho, cuja contribuição étnica para a população brasileira seria um subproduto bem-vindo” (Ibidem, p.202).

Cumprir expor para a complementação dessa discussão, que ao retornar ao contexto do fim do século XIX, encontra-se no Brasil ampla aceitação pública e intelectual aos ideais do darwinismo social<sup>2</sup> e da ciência eugênica<sup>3</sup>. Assim, nessa sintonia teórica, o historiador brasilianista norte-americano Jeffrey Lesser (2001) pensando a relação raça e identidade diz que “a proposição eugênica de que uma única raça nacional era biologicamente conveniente para o apoio dado pelas elites nacionais e imigrantes às políticas que visavam promover o ingresso de imigrantes desejáveis que então, que a embranquecer o país” (LESSER, 2001, p. 20-21).

Aqui, abre-se um precedente único ao chegar num ponto chave da discussão, o aparecimento do darwinismo social e da eugenia no Brasil, adotados amplamente pela massa intelectual e grande elite, conforme exposto no trabalho *A política biológica como projeto*, pelo historiador Vanderlei de Souza (2006), tendo a inferir que:

Quando as discussões sobre a eugenia foram introduzidas no Brasil nas primeiras décadas do século XX, suas ideias e pressupostos tornaram-se recorrentes no meio intelectual e científico, especialmente entre médicos, higienistas, juristas e educadores. Na literatura nacional, o termo “eugenia” aparecia sempre como símbolo de modernidade cultural, assimilada como um conhecimento científico que expressava muito do que havia de mais “atualizado” na ciência moderna. Falar sobre a eugenia significava automaticamente pensar em evolução, progresso e civilização termos que constituíram o imaginário nacionalista das elites brasileiras. Em muitos casos, a eugenia era interpretada como a “nova religião da humanidade”, tamanha a admiração e a crença que os “homens de ciência” depositavam neste saber científico (SOUZA, 2006, p. 20).

Pelo excerto trazido do historiador Vanderlei de Souza (2006), evidencia-se o momento de encontro de mudanças profundas na sociedade brasileira como o advento na sociedade de trabalho assalariado, não mais escravo, e a instauração do modelo republicano de governo(1889), ademais, ratifica-se a aceitação da ciência eugênica pela elite intelectual e econômica, como verdadeira chance de mudança de nível civilizatório, cultural e social. Concebendo o modelo europeu ocidental de civilização enquanto prova de evolução humana, recaí-se na imigração desses sujeitos “evoluídos” a chave de desenvolvimento nacional. No entender dos adeptos da eugenia, enquanto ciência selecionadora dos bons, com imigração europeia seriam apagados os traços mestiços da civilização brasileira.

Nesse fluxo, retornando ao pensamento do historiador norte-americano Thomas Skidmore, o historiador vai indicar que a formulação de uma identidade nacional no início do século XX estaria atrelada a uma imagem de país europeizado. Tanto é que “as décadas de 1920 e 1930 assistiram à consolidação da ideal do branqueamento e sua aceitação implícita pelos formadores de opinião e críticos sociais” (SKIDMORE, 2012, p. 95). Evidentemente, novamente retornando e seguindo pela ótica de Stuart Hall, o sentido de "culturas nacionais" e mesmo o sentido de "nação" é imaginário (HALL, 1998, p. 48/49).

E acrescentamos que além de imaginário (HALL, 1998, p. 48/49), os sentidos de uma cultural nacional e/ou nação são projetados e construídos mediante alguma intenção e/ou poder política vigente, e assim, como bem constando, como fora que se desenvolveu no Brasil da Primeira República, o pensamento para elaboração de uma identidade cultural esteve presente com viés europeizado vinculando-se ao projeto político em atrair os indivíduos da Europa, em particular os italianos. Com fins a branquear a raça brasileira e incluir novos hábitos que conseguissem apagar marcas culturais deixadas por negros e indígenas, não dignas de um país civilizatório.

Nesse intento, ao versar acerca da questão racial presente na elaboração dos contornos identitários do Brasil, tem-se na questão imigratória, em especial num primeiro momento, pós abolição da escravatura, momento de modernizar-se que recai-se na formação de um povo branco, anseio este, que far-se-ia presente pela constituição e pela força de leis imigratórias. Tanto foi a intenção das elites brasileiras em tamanho anseio de trazer imigrantes europeus que, foram aplicadas leis imigrantistas. Nesse sentido, ao versar a respeito das leis imigratórias e de como contribuíram na imagem racial do Brasil, como nos leva a crer Thomas Skidmore(2012) “[...] instituído pela lei de imigração de 1907<sup>4</sup> mas nunca efetivamente implantado. O artigo 5º da lei proibia a entrada de qualquer colono “da raça negra” e limitava a entrada de orientais a [...]3% dos orientais já residentes no Brasil” (SKIDMORE, 2012, p. 270).

Ao trazer e contextualizar as informações trazidas por Skidmore(2012), vê-se as motivações para atrair imigrantes europeus ao Brasil legitimadas por lei, destacando-se o cenário de discussão sócio racial que compunha as pautas políticas intelectuais que pensavam o futuro do Brasil, calcados contudo em preceitos eugênicos de melhoramento de raça, por consequência, dentro desse debate surgira a imigração como arma de miscigenação racial, posto que ao trazer o imigrante italiano acreditava-se em um posterior branqueamento da raça brasileira. Cumpre expor, em conclusão, um movimento legitimador do branqueamento da raça brasileira, criando uma identidade quase que europeia como população de cor branca e paisagem urbana copiando os traços da Paris do século XIX, como fora na época da *Belle Époque*.

### 3. Conclusões

À guisa de conclusão, o texto procurou destacar as correntes de imigração dos italianos que ocorreram em grande escala, do pós abolição da escravatura ao longo de toda a primeira república, envolvendo para isso, uma abordagem atenta à complexidade conceitual histórica das condições perpassadas naquele momento. Para finalizar, insta inferir ainda que, fruto de um projeto imigratório e mediado por um contexto de ideais raciais, os italianos como europeus fazia parte da raça considerada adequada para emigrar ao Brasil, contendo características culturais superiores aos dos negros e dos indígenas, assim, apostou-se na transição identitária e cultural mantendo o projeto político de europeização brasileira em

detrimento de outras raças consideradas não aptas para o projeto de modernização cultural, econômica e social.

### Referências

- ALVIM, Zuleika. *Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo*. In: NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ARENDDT, H. *Origem do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BERTONHA, J. F. *A imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.
- FAUSTO, Boris. Brazil: the social and political structure of the First Republic, 1889 -1930. In: BETHELL, Leslie (org.) *The Cambridge History of Latin America, 1870-1930*, v. 05. Cambridge University Press, 1986.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GALTON, F. *Hereditary genius*. London/New York: Macmillan & Co., 1892. Disponível em: <http://www.jstor.org/>. Acesso em: 4 dez. 2019.
- HALL, Michael. *Italianos em São Paulo, 1880-1920*. Anais do Museu Paulista. Separata XXX. São Paulo, 1979.
- HALL, Stuart. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. In: Educação & Realidade, 22(2): 15-46, jul./dez., 1997.
- \_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*, Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1998
- LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- MASSEY, Douglas et al. *The social organization of migration*, in Return to Aztlan – the social process of international migration from Western Mexico, Berkeley, University of California Press, 1990, pg.139-171.
- PETRONE, MTS. (1977) Imigração, in: Fausto, B., *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, 2º vol., Rio de Janeiro – São Paulo, DIFEL, P.93-133.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2012.
- SOUZA, Vanderlei S. de. *A política biológica como projeto: A “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Dissertação (Mestrado em História), Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura*. Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista, 1850-1930. São Paulo: Hucitec, 1991.

# #Culturas 2019

Congresso Internacional  
Online de Estudos  
sobre Culturas  
De 7 a 11 de outubro de 2019